



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOSÉ ALEXANDRE BERTO DE ALMADA

**LUGAR TURÍSTICO E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NO LITORAL  
NORTE DO POLO COSTA DAS DUNAS, RIO GRANDE DO NORTE**



Recife

2021

JOSÉ ALEXANDRE BERTO DE ALMADA

**LUGAR TURÍSTICO E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NO LITORAL  
NORTE DO POLO COSTA DAS DUNAS, RIO GRANDE DO NORTE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em geografia. Área de concentração: Regionalização e Análise Regional

Orientador: Prof.. Dr. Bertrand Roger Guillaume Cozic

Recife

2021

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

A4441 Almada, José Alexandre Berto de.  
Lugar turístico e os circuitos da economia urbana no Litoral Norte do Polo  
Costa das Dunas, Rio Grande do Norte / José Alexandre Berto de Almada. – 2021.  
445 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Bertrand Roger Guillaume Cozic.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de  
Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2021.  
Inclui referências e apêndices.

1. Geografia. 2. Turismo. 3. Economia urbana. 4. Rio Grande do Norte. I.  
Cozic, Bertrand Roger Guillaume (Orientador). II. Título.

910 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2021-102)

JOSÉ ALEXANDRE BERTO DE ALMADA

**LUGAR TURÍSTICO E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NO LITORAL  
NORTE DO POLO COSTA DAS DUNAS, RIO GRANDE DO NORTE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em geografia, Área de concentração: Regionalização e Análise Regional

Aprovada em: 15/03/2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Bertrand Roger Guillaume Cozic (Orientador – Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira (Examinador Externo)  
Universidade Federal do Ceará

---

Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Dra. Nathália Korossy Leite (Examinadora Externa)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Dra. Rosa Maria Rodrigues Lopes (Examinadora Externa)  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Ao meu amado pai, José Alexandre de Almada (*in memoriam*)

## **AGRADECIMENTOS**

O caminho trilhado no decorrer dos quatros anos do doutorado não foi feito de modo solitário, muitas pessoas e histórias contribuíram direta e indiretamente na composição de cada pensamento, de cada página contida neste trabalho. No começo de tudo, meu pai, Alexandre, e minha mãe, Ivone, que sempre me apoiaram, em todos os momentos da vida. A alegria de não ter o meu pai por perto foi o primeiro desafio a ser superado no início dessa jornada, pois, no começo do primeiro ano do doutorado, meu pai faleceu em virtude de um câncer repentino. Minha mãe, mesmo em luto, sempre me lembrava que não importasse o que acontecesse, ela ia me ajudar no que fosse preciso a terminar o doutorado, pois era um sonho dela e do meu pai me ver formado.

A minha esposa Aline, minha companheira de vida, que me acompanha nos sonhos, loucuras, alegrias e tristezas, vivenciando de perto cada passo desse caminho, desde os tempos da graduação. O seu apoio, seu carinho, amor e dedicação foram fundamentais para me ajudar seguir sempre em frente, me mostrar que no meio do caminho há muito mais do que pedras, que a vida é muito mais sobre sonhos e esperança do que de tristeza.

A dor silenciosa do luto foi perdendo espaço com a vinda do Vinicius, nosso amado filho, no momento dessa escrita está com seus dois anos e meio. Os seus abraços, sorrisos, beijos, e choros também, me ensinaram um novo significado para a palavra felicidade, a sua existência é nossa luz em meio a qualquer tempestade.

Na trilha geográfica, tenho um carinho especial com os colegas da Escola Estadual Nestor Lima, em Natal, onde lecionei geografia entre 2013 e 2017, professoras e professores, alunos e alunas que me ensinaram a importância do pensamento geográfico no cotidiano escolar, sempre me apoiando em meus projetos acadêmicos, tanto durante o mestrado quanto em minha saída para cursar o doutorado.

Aos colegas da turma de 2017 da pós-graduação, a nível de mestrado e doutorado, em geografia da UFPE, em especial Luciano Guimarães, sempre dividíamos o quarto no Albergue São Salomão, em Recife, conversávamos muito sobre nossos projetos de doutorado, sobre os cotidianos da vida, sobre a sua amada cidade, Cabaceiras, na Paraíba.

Não poderia ficar de fora os colegas do Departamento de Geografia da UERN de Mossoró, que desde 2019, quando assumi o cargo de professor de assistente, me acolheram e deram suporte necessário para conciliar as demandas do trabalho docente com as atividades do doutorado. Aos alunos da graduação em geografia, Dênis e Rafael, aos colegas do Grupo de Estudos em Geografia Urbana e Econômica (GEGUE) e do Laboratório de Geografia Humana (LAGHUM), que participaram de várias discussões contributivas para o andamento da pesquisa.

Um agradecimento em especial ao professor Fábio Beserra, que se tornou nesses últimos dois anos um verdadeiro irmão, servindo de ouvido amigo para escutar atentamente cada fase do trabalho e, principalmente, por, junto a sua companheira Bárbara, terem acolhido a mim e a minha família no momento que ficamos temporariamente sem casa, durante o episódio mais trágico de nossas vidas, quando nossa casa pegou fogo em janeiro de 2020, nos ajudando a superar mentalmente o ocorrido.

Um agradecimento especial ao professor e orientador Bertrand Cozic, por ter me acompanhado pacientemente durante esses quatro anos, sempre disponível para os encontros presenciais e virtuais. Também agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pelos três anos de bolsa, um direito e um recurso fundamental para o desenvolvimento deste trabalho e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE por todo suporte necessário para o andamento da tese.

*Lugar Nenhum*

*Não sou brasileiro / Não sou estrangeiro / Não sou brasileiro / Não sou estrangeiro.*

*Não sou de nenhum lugar / Sou de lugar nenhum / Não sou de nenhum lugar / Sou de lugar nenhum.*

*Não sou de São Paulo / Não sou japonês / Não sou carioca / Não sou português / Não sou de Brasília / Não sou do Brasil / Nenhuma pátria me pariu.*

*Eu não tô nem aí, eu não tô nem aqui / Eu não tô nem aí, eu não tô nem aqui. (TITÃS, 1987).*

## RESUMO

Esta tese tem o objetivo de analisar o território usado pelos circuitos da economia urbana do turismo nos lugares turísticos do Litoral Norte, uma região interna do Polo Costa das Dunas, Rio Grande do Norte, partindo da hipótese de que o processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo não atingiu todo o estado, praticamente limitado ao Polo Costa das Dunas. Neste polo, verifica-se ao longo dos últimos vinte anos um processo de regionalização interna, no qual, a área litorânea dos municípios do Litoral Norte, uma de suas regiões internas, é majoritariamente urbanizada pelo circuito inferior do turismo e está inserida em uma rede de lugares turísticos, que representa a forma espacial do território usado pelo turismo, numa relação desigual e combinada com a capital do estado. A tese divide-se em seis capítulos, partindo de uma análise abstrata para uma discussão concreta. O primeiro capítulo aborda o turismo na geografia e o conceito de lugar turístico; o segundo propõe uma leitura da teoria dos circuitos da economia urbana aplicada ao turismo; o terceiro expõe a produção do espaço geográfico pelo turismo no Rio Grande do Norte; o quarto apresenta a regionalização interna do Polo Costa Duna; o quinto versa sobre o território usado pelo turismo nos municípios do Litoral Norte, Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape, Rio do Fogo, Touros, São Miguel do Gostoso e Pedra Grande e o sexto, finaliza a tese a partir da análise dos circuitos da economia urbana do turismo no Litoral Norte a partir da sua inserção em uma rede desigual e combinada. A metodologia foi realizada a partir de levantamento bibliográfico entre trabalhos teóricos e os que discutiam o turismo no Litoral Norte; visitas a campo, realizadas entre os anos de 2017 e 2019; questionário estruturado realizado com comerciantes e turistas do Litoral Norte e análise de banco dados secundários do IBGE, RAIS, SIACOR e Mtur. O Litoral Norte, onde predomina o território usado pelo circuito inferior do turismo, é formado por lugares turísticos, com diferentes níveis de densidade técnico-científica-informacional, que fazem parte de uma rede de lugares turísticos, inseridos em uma relação desigual e combinada com a capital do estado, tendo como principal nexos relacionais o trânsito de turistas hospedados região concentrada do turismo em Natal para os lugares turísticos do Litoral Norte. Quanto menor o nível de densidade técnico-científica-informacional associado a uma maior participação do circuito inferior do turismo, maior é o nível de dependência do lugar turístico com o centro ou subcentro da rede de lugares turísticos. Nesse sentido, é a combinação

dessas duas variáveis no lugar o maior entrave para que o turismo seja um gerador de desenvolvimento sócio-espacial para essa região interna como um todo.

**Palavras-chave:** Geografia do Turismo. Brasil. Rio Grande do Norte. Polo Costa das Dunas. Lugar Turístico.

## RÉSUMÉ

Cette thèse vise à analyser le territoire utilisé par les circuits de l'économie urbaine du tourisme dans les lieux touristiques de le Litoral Norte, une région interne du Polo Costa das Dunas, Rio Grande do Norte, en partant de l'hypothèse que le processus de restructuration économique et productive le tourisme n'a pas atteint tout l'état, pratiquement limité à le Polo Costa das Dunas. Dans ce pôle, il y a eu un processus de régionalisation interne au cours des vingt dernières années, dans lequel la zone côtière des communes de le Litoral Norte, l'une de ses régions internes, est majoritairement urbanisée par le circuit touristique inférieur et s'insère dans un réseau des lieux touristiques, qui représente la forme spatiale du territoire utilisé par le tourisme, dans une relation inégale et combinée avec la capitale de l'état. La thèse est divisée en six chapitres, d'une analyse abstraite à une discussion concrète. Le premier chapitre traite du tourisme en géographie et du concept de lieu touristique; le second propose une lecture de la théorie des circuits de l'économie urbaine appliquée au tourisme; le troisième expose la production de l'espace géographique par le tourisme dans le Rio Grande do Norte; le quatrième présente la régionalisation interne de le Polo Costa Duna; le cinquième traite du territoire utilisé par le tourisme dans les municipalités de le Litoral Norte, Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape, Rio do Fogo, Touros, São Miguel do Gostoso et Pedra Grande et le sixième, conclut la thèse basée sur l'analyse du économie urbaine du tourisme sur la Côte Nord depuis son insertion dans un réseau inégal et mixte. La méthodologie était basée sur une étude bibliographique entre les travaux théoriques et ceux qui traitaient du tourisme sur le Litoral Norte; visites de terrain, effectuées entre les années 2017 et 2019; questionnaire structuré réalisé auprès des commerçants et touristes de le Litoral Norte et analyse des données secondaires de l'IBGE, RAIS, SIACOR et Mtur. le Litoral Norte, où prédomine le territoire utilisé par le circuit inférieur du tourisme, est formée de lieux touristiques, avec différents niveaux de densité technico-scientifique-informationnelle, qui font partie d'un réseau de lieux touristiques, insérés dans une relation inégale et combinée avec la capitale de l'état, dont le principal lien relationnel est le transit des touristes séjournant dans une région touristique concentrée de Natal vers les lieux touristiques de le Litoral Norte. Plus le niveau de densité technico-scientifique-informationnelle associé à une plus grande participation du circuit inférieur du tourisme est faible, plus le niveau de dépendance du lieu touristique avec le centre

ou sous-centre du réseau de lieux touristiques est grand. En ce sens, la combinaison de ces deux variables en place est le plus grand obstacle pour que le tourisme soit générateur de développement socio-spatial pour cette région interne dans son ensemble.

**Mot clés:** Géographie du tourisme. Brésil. Rio Grande do Norte. Litoral Norte. Polo Costa das Dunas. Lieu touristique.

## **LISTA DE FIGURAS**

<b>FIGURA 1 - DINÂMICA ESPACIAL DO TURISMO .....</b>	<b>45</b>
<b>FIGURA 2 - ESQUEMA GRÁFICO DA REDE DE LUGARES TURÍSTICOS ...</b>	<b>94</b>
<b>FIGURA 3 - DINÂMICA ESPACIAL DA REDE DE LUGARES TURÍSTICOS.</b>	<b>360</b>

## **LISTA DE FÓRMULAS**

<b>FÓRMULA 1 - ÍNDICE DO TERRITÓRIO USADO PELO TURISMO - ITUT..</b>	<b>304</b>
<b>FÓRMULA 2 - CÁLCULO DAS EMPRESAS TURÍSTICAS – EPST .....</b>	<b>304</b>
<b>FÓRMULA 3 - CÁLCULO DOS EMPREGOS TURÍSTICOS – EPGT.....</b>	<b>305</b>
<b>FÓRMULA 4 - CÁLCULO DO CONTRATO DE REPASSES – CR .....</b>	<b>305</b>
<b>FÓRMULA 5 - CÁLCULO DA DEMANDA TURÍSTICA – DT .....</b>	<b>306</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b> - Financiamento para o turismo, realizado por instituições financeiras federais (R\$ milhões) – 2003-2017.....	99
<b>GRÁFICO 2</b> - Índice de Competitividade do Turismo Nacional, Brasil, capitais e não capitais - 2008-2015.....	110
<b>GRÁFICO 3</b> - Aplicações do PRODETUR-NE por município no Rio Grande do Norte em US\$.....	133
<b>GRÁFICO 4</b> - Aplicações do PRODETUR-NE segundo componentes no Rio Grande do Norte em US\$.....	134
<b>GRÁFICO 5</b> - Renda do turismo em Natal e Rio Grande do Norte em dólar (US\$) - 1986-2012.....	143
<b>GRÁFICO 6</b> - Evolução dos repasses do SIACOR no Rio Grande do Norte – 2001-2017.....	189
<b>GRÁFICO 7</b> - Evolução do número de empresas turísticas no Rio Grande do Norte – 2006-2018.....	192
<b>GRÁFICO 8</b> - Evolução da taxa de crescimento das empresas turísticas no Rio Grande do Norte – 2006-2018.....	193
<b>GRÁFICO 9</b> – Evolução do número de empregos turísticos do Rio Grande do Norte – 2001-2018.....	194
<b>GRÁFICO 10</b> – Evolução dos repasses do SIACOR de Pedra Grande e do Litoral Norte– 2001-2017.....	206
<b>GRÁFICO 11</b> – Evolução do número de empresas turísticas de Pedra Grande-RN – 2006-2018.....	208
<b>GRÁFICO 12</b> - Evolução dos repasses do SIACOR de São Miguel do Gostoso e do Litoral Norte– 2001-2017.....	221
<b>GRÁFICO 13</b> - Evolução do número de empresas turísticas de São Miguel do Gostoso - 2006-2018.....	222
<b>GRÁFICO 14</b> - Distribuição de empresas turística, por setor, de São Miguel do Gostoso - 2018.....	223
<b>GRÁFICO 15</b> - Evolução do número de empregos turísticos do Litoral Norte e de São Miguel do Gostoso – 2006-2018.....	225
<b>GRÁFICO 16</b> - Distribuição do território usado pelos circuitos da economia urbana aplicado ao turismo em São Miguel do Gostoso – 2018.....	226
<b>GRÁFICO 17</b> - Evolução do número de empresas turísticas em Touros - 2006-2018.....	234
<b>GRÁFICO 18</b> - Distribuição das empresas turísticas, por setor, em Touros - 2018.....	235
<b>GRÁFICO 19</b> – Evolução do número de empregos turísticos em Touros – 2006-2018.....	236
<b>GRÁFICO 20</b> - Distribuição do território usado pelos circuitos da economia urbana aplicado ao turismo em Touros – 2018.....	238

<b>GRÁFICO 21</b> - Taxa de crescimento em % do número de empresas turísticas de Rio do Fogo – 2006-2018 .....	249
<b>GRÁFICO 22</b> - Evolução do número de empresas turísticas em Rio do Fogo - 2006-2018.....	250
<b>GRÁFICO 23</b> - Distribuição de empresas turísticas, por setor, em Rio do Fogo - 2018 .....	250
<b>GRÁFICO 24</b> - Evolução do número de empregos turísticos em Rio do Fogo – 2006-2018.....	252
<b>GRÁFICO 25</b> - Distribuição do território usado pelos circuitos da economia urbana aplicado ao turismo em Rio do Fogo – 2018 .....	254
<b>GRÁFICO 26</b> – Evolução dos repasses do siacor de Maxaranguape e do Litoral Norte– 2001-2017 .....	264
<b>GRÁFICO 27</b> - Evolução do número de empresas turísticas em Maxaranguape - 2006-2018.....	265
<b>GRÁFICO 28</b> - Distribuição de empresas turísticas, por setor, em Maxaranguape– 2018.....	266
<b>GRÁFICO 29</b> - Evolução do número de empregos turísticos em Maxaranguape – 2006-2018 .....	267
<b>GRÁFICO 30</b> - Distribuição de empregos turísticos, por setor, em Maxaranguape– 2018.....	268
<b>GRÁFICO 31</b> - Distribuição do território usado pelos circuitos da economia urbana aplicado ao turismo em Maxaranguape – 2018 .....	270
<b>GRÁFICO 32</b> - Evolução do número de empresas turísticas em Ceará-Mirim - 2006-2018.....	280
<b>GRÁFICO 33</b> - Distribuição de empresas turísticas, por setor, em Ceará-Mirim- 2018 .....	281
<b>GRÁFICO 34</b> - Evolução do número de empregos turísticos em Ceará-Mirim – 2006-2018.....	282
<b>GRÁFICO 35</b> - Distribuição do território usado pelos circuitos da economia urbana aplicado ao turismo em Ceará-Mirim – 2018 .....	284
<b>GRÁFICO 36</b> - Evolução do número de empresas turísticas em Extremoz - 2006-2018 .....	297
<b>GRÁFICO 37</b> - Distribuição de empresas turísticas, por setor, em extremoz - 2018 .....	298
<b>GRÁFICO 38</b> - Evolução do número de empregos turísticos em Extremoz – 2006-2018 .....	299
<b>GRÁFICO 39</b> - Distribuição do território usado pelos circuitos da economia urbana aplicado ao turismo em Extremoz– 2018 .....	301
<b>GRÁFICO 40</b> – Composição da mão de obra do circuito inferior do turismo no Litoral Norte – 2019.....	341

## LISTA DE IMAGENS

<b>IMAGEM 1</b> - VISTA DA RODOVIA ESTADUAL RN-022, ENTRE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO E PEDRA GRANDE – 2019 .....	201
<b>IMAGEM 2</b> - PEQUENO COMÉRCIO DE ROUPAS COM VISTA PARA PRAIA DE ENXU QUEIMADO -2019 .....	202
<b>IMAGEM 3</b> – VISTA PARA O SUL DA PRAIA DE ENXU QUEIMADO - 2019.....	203
<b>IMAGEM 4</b> - VISTA PARA O NORTE DA PRAIA DE ENXU QUEIMADO – 2019 ..	204
<b>IMAGEM 5</b> – VILA DE PESCADORES DA PRAIA DE ENXU QUEIMADO – 2019	205
<b>IMAGEM 6</b> – VISTA DA PRAIA DE SANTO CRISTO, SÃO MIGUEL DO GOSTOSO – 2019.....	213
<b>IMAGEM 7</b> – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO CENTRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO – 2019 .....	215
<b>IMAGEM 8</b> – PRAIA DE TOURINHOS, SÃO MIGUEL DO GOSTOSO-RN – 2019	216
<b>IMAGEM 9</b> - PRAIA ARRAIAL DO MARCO, SÃO MIGUEL DO GOSTOSO-RN – 2019 .....	217
<b>IMAGEM 10</b> ACESSO PELA ZONA RURAL À PRAIA ARRAIAL DO MARCO, SÃO MIGUEL DO GOSTOSO-RN – 2019 .....	218
<b>IMAGEM 11</b> - AVENIDA DOS ARRECIFES COM VISTA PARA A RUA DOS CAVALOS MARINHOS .....	220
<b>IMAGEM 12</b> – CASAS DE SEGUNDA RESIDÊNCIA PRAIA DE CARNAUBINHA, TOUROS – 2019.....	231
<b>IMAGEM 13</b> - RESORT ALL INCLUSIVE VILA GALÉ, PRAIA DAS GARÇAS, TOUROS – 2020.....	231
<b>IMAGEM 14</b> – PRAIA DE PEROBAS, TOUROS - 2019.....	232
<b>IMAGEM 15</b> – PARADA DE ÔNIBUS DE EXCURSÃO TURÍSTICA NO FAROL DO CALCANHAR, TOUROS - 2019.....	240
<b>IMAGEM 16</b> – PRAIA DE ZUMBI, RIO DO FOGO – 2012 .....	243
<b>IMAGEM 17</b> – ACESSO A PRAIA DE RIO DO FOGO, RIO DO FOGO – 2017 .....	245
<b>IMAGEM 18</b> – VISTA DA PRAIA DE RIO DO FOGO, RIO DO FOGO – 2017 .....	246
<b>IMAGEM 19</b> – JANGADAS E PEQUENAS EMBARCAÇÕES NO MAR DA PRAIA DE RIO DO FOGO, RIO DO FOGO – 2017.....	247
<b>IMAGEM 20</b> – PRAIA BARRA DE MAXARANGUAPE, MAXARANGUAPE – 2019	259
<b>IMAGEM 21</b> – ÁRVORE DO AMOR, MAXARANGUAPE – 2019.....	260
<b>IMAGEM 22</b> – COMÉRCIO AO LADO DA ÁRVORE DO AMOR – MAXARANGUAPE – 2019.....	261
<b>IMAGEM 23</b> – VISTA DO MA-NOA PARK A PARTIR DA PRAIA DE MARACAJÁ, MAXARANGUAPE - 2019 .....	262
<b>IMAGEM 24</b> - PRAIA DE MURIÚ, CEARÁ-MIRIM – 2019.....	274

<b>IMAGEM 25</b> – BUGUEIROS NAS DUNAS DA LAGOA DE JACUMÃ, CEARÁ-MIRIM – 2019.....	276
<b>IMAGEM 26</b> – VISTA DA LAGOA DE JACUMÃ A PARTIR DE SUAS DUNAS, CEARÁ-MIRIM - 2019.....	277
<b>IMAGEM 27</b> – DUNAS DE JENIPABU, VISTA PARA A LAGOA DE JENIPABU, EXTREMOZ - 2019.....	290
<b>IMAGEM 28</b> – DUNAS DE JENIPABU, VISTA PARA A PRAIA DE JENIPABU, EXTREMOZ - 2019.....	291
<b>IMAGEM 29</b> – TENDA ÁRABE NAS DUNAS DE JENIPABU, EXTREMOZ - 2019	292
<b>IMAGEM 30</b> – AQUÁRIO NATAL, EXTREMOZ – 2019 .....	293
<b>IMAGEM 31</b> – LAGOA DE PITANGUI, EXTREMOZ - 2019 .....	294
<b>IMAGEM 32</b> – CASAS DE SEGUNDA RESIDÊNCIA NA PRAIA DE GRAÇANDU, EXTREMOZ - 2019.....	320
<b>IMAGEM 33</b> – CENTRO URBANO DA PRAIA DE SANTA RITA, EXTREMOZ - 2013 .....	321
<b>IMAGEM 34</b> – JANGADAS NA PRAIA DE RIO DO FOGO, RIO DO FOGO – 2017 .....	323
<b>IMAGEM 35</b> – ENTRADA DA POTIPORÃ, TOUROS - 2019.....	325
<b>IMAGEM 36</b> – TURISTAS HOSPEDADOS EM NATAL VISITANDO AS DUNAS DA LAGOA DE JACUMÃ VIA BUGGY TURISMO, CEARÁ-MIRIM-RN - 2019 .....	350
<b>IMAGEM 37</b> – PRAIA ARRAIAL DO MARCO, SÃO MIGUEL DO GOSTOSO-RN - 2019.....	358

## LISTA DE MAPAS

<b>MAPA 1</b> – LITORAL NORTE DO POLO COSTA DAS DUNAS .....	30
<b>MAPA 2</b> - MAPA DO TURISMO DO BRASILEIRO - 2017 .....	106
<b>MAPA 3</b> – ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS DE HOSPEDAGEM – 2017 ....	108
<b>MAPA 4</b> - ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE DO TURISMO NACIONAL, BRASIL - 2015 .....	111
<b>MAPA 5</b> - – DEMANDA TURÍSTICA BRASILEIRA, UM PONTO POR 100 MIL TURISTAS – 2017 .....	117
<b>MAPA 6</b> – DEMANDA TURÍSTICA BRASILEIRA, UM PONTO POR 1 MIL TURISTAS – 2017.....	119
<b>MAPA 7</b> - ESPACIALIZAÇÃO PROPORCIONAL POR ESTADO DOS RECURSOS DO POR ESTADO DO PRODETUR/NE-I – 1995-2002 .....	132
<b>MAPA 8</b> - ESPACIALIZAÇÃO PROPORCIONAL POR ESTADO DOS RECURSOS DO POR ESTADO DO PRODETUR/NE-II – 2002-2012 .....	138
<b>MAPA 9</b> – MUNICÍPIOS BENEFICIADOS PELAS AÇÕES DO PRODETUR/NE FASES I E II NO RIO GRANDE DO NORTE – 1994-2012 .....	141
<b>MAPA 10</b> - POLOS TURÍSTICO DO RIO GRANDE DO NORTE - 2017 .....	145
<b>MAPA 11</b> -DEMANDA TURÍSTICA TOTAL DOS MUNICÍPIOS DOS POLOS TURÍSTICOS DO RIO GRANDE DO NORTE - 2019.....	152
<b>MAPA 12</b> - CATEGORIZAÇÃO EM CLUSTER DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS DO RIO GRANDE DO NORTE – 2019 .....	153
<b>MAPA 13</b> - O POLO COSTA DAS DUNAS, RIO GRANDE DO NORTE -2017 .....	162
<b>MAPA 14</b> – A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL - 2017 COM SOPREPOSIÇÃO DO POLO COSTA DAS DUNAS – 2017.....	164
<b>MAPA 15</b> – REGIONALIZAÇÃO INTERNA DO POLO COSTA DAS DUNAS - 2020 .....	169
<b>MAPA 16</b> – ATIVIDADE COM MAIOR VALOR ADICIONADO AO PRODUTO INTERNO BRUTO DO POLO COSTA DAS DUNAS – 2016 .....	180
<b>MAPA 17</b> – PEDRA GRANDE, RIO GRANDE DO NORTE - 2020 .....	199
<b>MAPA 18</b> – SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, RIO GRANDE DO NORTE - 2020 .....	211
<b>MAPA 19</b> – TOUROS, RIO GRANDE DO NORTE – 2020.....	229
<b>MAPA 20</b> - RIO DO FOGO, RIO GRANDE DO NORTE – 2020 .....	242
<b>MAPA 21</b> – MAXARANGUAPE, RIO GRANDE DO NORTE – 2020 .....	257
<b>MAPA 22</b> - CEARÁ-MIRIM, RIO GRANDE DO NORTE – 2020 .....	273
<b>MAPA 23</b> – EXTREMOZ, RIO GRANDE DO NORTE – 2020.....	287
<b>MAPA 24</b> – ÍNDICE DO TERRITÓRIO USADO PELO TURISMO NO LITORAL NORTE – 2017 .....	311
<b>MAPA 25</b> – LUGARES TURÍSTICOS DO LITORAL NORTE E DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM POR NÚMERO DE LEITOS - 2019 .....	328

<b>MAPA 26</b> - EMPRESAS TURÍSTICAS DO LITORAL NORTE POR CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA APLICADO AO TURISMO - 2019.....	337
<b>MAPA 27</b> – CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NO AQUÁRIO NATAL, EXTREMOZ-RN - 2019.....	346
<b>MAPA 28</b> - CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NA PRAIA DE JENIPABU, EXTREMOZ-RN - 2019.....	347
<b>MAPA 29</b> - CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NA LAGOA DE PITANGUI, EXTREMOZ-RN - 2019.....	348
<b>MAPA 30</b> - CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NA LAGOA DE JACUMÃ, CEARÁ-MIRIM-RN – 2019.....	349
<b>MAPA 31</b> - CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NA BARRA DE MAXARANGUAPE, MAXARANGUAPE-RN - 2019 .....	351
<b>MAPA 32</b> - CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NA ÁRVORE DO AMOR, MAXARANGUAPE-RN - 2019.....	352
<b>MAPA 33</b> - CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NA PRAIA DE MARACAJÁ, MAXARANGUAPE-RN - 2019.....	353
<b>MAPA 34</b> - CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NA PRAIA DE PEROBAS / HOTEL VILA GALÉ, TOUROS-RN - 2019.....	354
<b>MAPA 35</b> - CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NO FAROL DO CALCANHAR, TOUROS-RN – 2019 .....	355
<b>MAPA 36</b> - CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO EM SÃO MIGUEL DO GOSTOSO-RN - 2019.....	356
<b>MAPA 37</b> - CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NA PRAIA DE TOURINHO - SÃO MIGUEL DO GOSTOSO-RN - 2019 .....	356
<b>MAPA 38</b> - CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NA PRAIA ARRAIAL DO MARCO SÃO MIGUEL DO GOSTOSO-RN - 2019.....	357
<b>MAPA 39</b> – QUANTIDADE DE LEITOS POR MEIO DE HOSPEDAGEM EM NATAL-RN – 2019.....	371
<b>MAPA 40</b> - FLUXO TURÍSTICO ENTRE OS LUGARES EMISSORES E RECEPTORES ORIGINAIS DA REDE DE LUGARES TURÍSTICOS DO LITORAL NORTE – 2019 .....	375
<b>MAPA 41</b> – FLUXO TURÍSTICO ENTRE OS LUGARES EMISSORES E RECEPTORES DERIVADOS DA REDE DE LUGARES TURÍSTICOS DO LITORAL NORTE DO POLO COSTA DAS DUNAS/RN -2019 .....	377

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b> - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO MAPA DO TURISMO 2018 ...	73
<b>TABELA 2</b> - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL DAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS EM 2010.....	77
<b>TABELA 3</b> - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL DAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS EM 1990.....	78
<b>TABELA 4</b> - DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO TURÍSTICA NO BRASIL - 2014....	113
<b>TABELA 5</b> - PROJEÇÃO DO NÚMERO DE TURISTAS INTERNOS POR MEIO DE TRANSPORTES COM BASE EM FIPE (2012) – 2017 .....	115
<b>TABELA 6</b> – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO POR ESTADO DO PRODETUR/NE-I – US\$ – 1995-2002.....	131
<b>TABELA 7</b> - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO POR ESTADO DO PRODETUR/NE- US\$ – 2002-2012.....	137
<b>TABELA 8</b> - MEIOS DE HOSPEDAGEM, UNIDADES HABITACIONAIS E LEITOS NORIO GRANDE DO NORTE – SETEMBRO/2015.....	146
<b>TABELA 9</b> - FLUXO TURÍSTICO DO RIO GRANDE DO NORTE - 2015.....	146
<b>TABELA 10</b> - MEIOS DE HOSPEDAGEM, UNIDADES HABITACIONAIS E LEITOS NOS MUNICÍPIOS DO POLO COSTA DAS DUNAS – 2009 .....	147
<b>TABELA 11</b> - CONCENTRAÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM DE NATAL, PCD EM RELAÇÃO AO RIO GRANDE DO NORTE – 2009.....	148
<b>TABELA 12</b> - DADOS DO MAPA DO TURISMO DOS POLOS TURÍSTICOS DO RIO GRANDE DO NORTE – 2017 .....	151
<b>TABELA 13</b> – VARIÁVEIS DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE POR AGRUPAMENTO DE CATEGORIAS - 2019.	154
<b>TABELA 14</b> - INDICADORES ECONÔMICOS DO POLO COSTA DAS DUNAS - 2016 .....	170
<b>TABELA 15</b> - INDICADORES SOCIAIS DO POLO COSTA DAS DUNAS .....	171
<b>TABELA 16</b> - INDICADORES TURÍSTICOS DO POLO COSTA DAS DUNAS – 2017 .....	171
<b>TABELA 17</b> – CONTRATOS DE REPASSES APLICADOS AO TURISMO NO PCD – 2001-2017 .....	172
<b>TABELA 18</b> – ESTABELECIMENTOS TURÍSTICOS DO POLO COSTA DAS DUNAS - 2018 .....	174
<b>TABELA 19</b> – VÍNCULOS EM ESTABELECIMENTOS TURÍSTICOS DO POLO COSTA DAS DUNAS - 2018.....	175
<b>TABELA 20</b> – PESSOAL OCUPADO EM EMPRESAS DE TURISMO DE MUNICÍPIOS DO POLO COSTA DAS DUNAS QUE DESTACAM OS DEMAIS SERVIÇOS COMO PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA – 2017.....	181
<b>TABELA 21</b> – PESSOAL OCUPADO EM EMPRESAS DE TURISMO NO POLO COSTA DAS DUNAS - 2017.....	182

<b>TABELA 22</b> - EMPRESAS DE TURISMO POR NÚMERO DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DO RIO GRANDE DO NORTE - 2018 .....	197
<b>TABELA 23</b> – RESULTADOS DA PRIMEIRA ETAPA, BALANCEADA, DOS CÁLCULOS DO ITUT DO LITORAL NORTE – 2017 .....	308
<b>TABELA 24</b> – ÍNDICE DO TERRITÓRIO USADO PELO TURISMO NO LITORAL NORTE - 2017 .....	308
<b>TABELA 25</b> – NÚMERO DE DOMICÍLIOS DE SEGUNDA RESIDÊNCIA DO LITORAL NORTE - 2010 .....	322
<b>TABELA 26</b> – PRODUÇÃO E VALORES DA AQUICULTURA DO LITORAL NORTE – 2013 - 2018 .....	323
<b>TABELA 27</b> - PRODUÇÃO E VALORES DA AQUICULTURA EM TOUROS – 2013-2018.....	325
<b>TABELA 28</b> - DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS TURÍSTICAS POR LUGAR TURÍSTICO E CIRCUITO DA ECONOMIA URBANA APLICADO AO TURISMO NO LITORAL NORTE - 2019 .....	332
<b>TABELA 29</b> - DISTRIBUIÇÃO DE EMPRESAS TURÍSTICAS POR MUNICÍPIOS E CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA APLICADO AO TURISMO NO LITORAL NORTE A PARTIR DA RAIS - 2018 .....	333
<b>TABELA 30</b> - DISTRIBUIÇÃO DE EMPRESAS TURÍSTICAS POR MUNICÍPIOS E CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA APLICADO AO TURISMO NO LITORAL NORTE A PARTIR DO CADASTUR – 2019.....	334
<b>TABELA 31</b> – COMPARATIVO, POR BANCO DE DADOS, DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA APLICADO AO TURISMO POR MUNICÍPIO DO LITORAL NORTE – 2018 - 2019.....	334
<b>TABELA 32</b> - COMPOSIÇÃO DOS EMPREGOS FORMAIS E INFORMAIS - 2018 .....	339
<b>TABELA 33</b> – ESTIMATIVA DA COMPOSIÇÃO DOS EMPREGOS FORMAIS E INFORMAIS EM TURISMO NO RIO GRANDE DO NORTE E NO LITORAL NORTE - 2018.....	339
<b>TABELA 34</b> – DISTRIBUIÇÃO DOS COMÉRCIOS FORMAIS E INFORMAIS DO CIRCUITO INFERIOR POR LUGAR TURÍSTICO DO LITORAL NORTE – 2019...	340
<b>TABELA 35</b> - DISTRIBUIÇÃO DO TIPO DE MÃO DE OBRA DO CIRCUITO INFERIOR DO TURISMO POR LUGAR TURÍSTICO DO LITORAL NORTE - 2019 .....	341
<b>TABELA 36</b> - PARTICIPAÇÃO EM REAIS POR INTERVALO DE TEMPO DO CONSUMO MÉDIO POR TURISTA, EXCETUANDO GASTOS COM HOSPEDAGEM, NO RIO GRANDE DO NORTE - 2019 .....	363
<b>TABELA 37</b> – MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA DESLOCAR-SE ATÉ O LUGAR TURÍSTICO NO LITORAL NORTE - 2019.....	364
<b>TABELA 38</b> – COMPARAÇÃO DOS TIPOS DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM UTILIZADOS PELOS TURISTAS NO RIO GRANDE DO NORTE E NO LITORAL NORTE - 2019.....	367

<b>TABELA 39 – MUNICÍPIO DE HOSPEDAGEM DOS TURISTAS NO MOMENTO DA ENTREVISTA DO TRABALHO DE CAMPO – 2019 .....</b>	<b>368</b>
--	------------

## LISTA DE SIGLAS

<b>Aiest</b>	International Association of Scientific Experts in Tourism
<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CLT</b>	Consolidação das Leis Trabalhistas
<b>CNPJ</b>	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
<b>DTCI</b>	Densidade técnica-científica-informacional
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas
<b>FIPE</b>	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICTN</b>	Índice de Competitividade do Turismo Nacional
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IDHM</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>ITUT</b>	Índice do território usado pelo turismo
<b>LC</b>	Litoral Central
<b>LN</b>	Litoral Norte
<b>LS</b>	Litoral Sul
<b>MEI</b>	Microempreendedor Individual
<b>MTur</b>	Ministério do Turismo
<b>OMT</b>	Organização Mundial do Turismo
<b>PCD</b>	Polo Costa das Dunas
<b>PDITS</b>	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
<b>PRODETUR/NE</b>	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
<b>RAIS</b>	Relação Anual de Informações Sociais
<b>RLT</b>	Rede de Lugares Turísticos
<b>RMN</b>	Região Metropolitana de Natal
<b>SIACOR</b>	Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse
<b>SIMT</b>	Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>26</b>
<b>2</b>	<b>O LUGAR TURÍSTICO: UM CAMINHO ENTRE O TURISMO E A GEOGRAFIA.....</b>	<b>42</b>
<b>2.1</b>	<b>Geografias do Turismo.....</b>	<b>43</b>
<b>2.2</b>	<b>O Lugar Turístico .....</b>	<b>58</b>
<b>3</b>	<b>OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO: UM OLHAR A PARTIR DO BRASIL .....</b>	<b>76</b>
<b>3.1</b>	<b>Os Circuitos da Economia Urbana .....</b>	<b>79</b>
<b>3.2</b>	<b>Novos elementos para a teoria do espaço dividido.....</b>	<b>83</b>
<b>3.3</b>	<b>O turismo no Brasil a partir dos circuitos da economia urbana .....</b>	<b>88</b>
3.3.1	Estado.....	95
3.3.2	Mercado .....	104
3.3.3	Turistas .....	114
<b>4</b>	<b>O TURISMO NO RIO GRANDE DO NORTE: UMA VIAGEM INCOMPLETA .....</b>	<b>122</b>
<b>4.1</b>	<b>O alvorecer do turismo no Rio Grande do Norte.....</b>	<b>124</b>
<b>4.2</b>	<b>A reestruturação econômica e produtiva pelo turismo no Rio Grande do Norte .....</b>	<b>127</b>
<b>4.3</b>	<b>Os polos turísticos no Rio Grande do Norte .....</b>	<b>144</b>
<b>5</b>	<b>AS REGIÕES DO POLO COSTA DAS DUNAS: UMA VIAGEM DE NORTE À SUL .....</b>	<b>156</b>
<b>5.1</b>	<b>Regionalização interna do Polo Costa das Dunas.....</b>	<b>161</b>
<b>5.2</b>	<b>O turismo para o Litoral Norte, Litoral Central e Litoral Sul .....</b>	<b>176</b>
<b>6</b>	<b>O TERRITÓRIO USADO PELO TURISMO NO LITORAL NORTE: UMA VIAGEM DE PEDRA GRANDE À EXTREMOZ.....</b>	<b>185</b>
<b>6.1</b>	<b>O Litoral Norte e o território usado pelo turismo.....</b>	<b>188</b>
6.1.1	O caminho do turismo em Pedra Grande.....	198
6.1.2	O caminho do turismo em São Miguel do Gostoso .....	210
6.1.3	O caminho do turismo em Touros.....	228
6.1.4	O caminho do turismo em Rio do Fogo.....	241
6.1.5	O caminho do turismo em Maxaranguape.....	256
6.1.6	O caminho do turismo em Ceará-Mirim.....	272
6.1.7	O caminho do turismo em Extremoz.....	286

6.2	O nível de território usado pelo turismo no Litoral Norte.....	303
7	<b>OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO DOS LUGARES TURÍSTICOS DO LITORAL NORTE: UMA REDE DESIGUAL E COMBINADA .....</b>	<b>313</b>
7.1	Os Lugares turísticos do Litoral Norte.....	317
7.2	O Litoral Norte a partir dos Circuitos da economia urbana do turismo .....	331
7.2.1	A natureza dos circuitos da economia urbana do turismo no Litoral Norte .	340
7.2.2	Distribuição espacial dos circuitos da economia urbana do turismo no Litoral Norte.....	345
7.3	A Rede de lugares turísticos do Litoral Norte .....	358
8	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>384</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>405</b>
	<b>APÊNDICE A – Ficha de pesquisa com os turistas .....</b>	<b>420</b>
	<b>APÊNDICE B – Ficha de pesquisa com os comerciantes.....</b>	<b>421</b>
	<b>APÊNDICE C – Dados estatísticos para a regionalização do Polo Costa das Dunas .....</b>	<b>422</b>
	<b>APÊNDICE D – Compilação dos dados da relação anual de informações sociais para o Rio Grande do Norte, Polo Costa das Dunas e Litoral Norte – 2006-2018.....</b>	<b>429</b>
	<b>APÊNDICE E – Cálculos do índice do território usado pelo turismo do Litoral Norte por município .....</b>	<b>436</b>
	<b>APÊNDICE F - Atividades características do circuito inferior do turismo por grupo do Litoral Norte.....</b>	<b>438</b>
	<b>APÊNDICE G – Atividades características do circuito superior do turismo por grupo do Litoral Norte .....</b>	<b>442</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O turismo enquanto fenômeno social, a ação de deslocar-se do seu lugar de origem para um outro numa perspectiva lúdica, originou-se de uma possibilidade de complemento da formação erudita da juventude aristocrática europeia, no início do século XIX, encontrou às massas operárias, ainda na primeira metade do século XX, trilhou o caminho da mundialização, ao final da Segunda Guerra Mundial, e está presente em quase todos os países do mundo no limiar das primeiras décadas do século XXI, com lugares ultra especializados nessa prática, como os hotéis do tipo *resort*.

Em uma perspectiva econômica, o turismo necessita de uma realidade material garantir as necessidades de consumo dos turistas, tanto as essenciais para sua estadia temporária, como meios de hospedagens e serviços de alimentação, quanto as dispensáveis, que envolvem um grande número serviços e comércios, mas que aumentam a experiência da viagem, além das infraestruturas responsáveis pela circulação de pessoas. Nessa constelação de objetos e ações que precisam existir no espaço para que esta prática aconteça encontra-se a geografia do turismo, composta por lugares turísticos espalhados pelo mundo com o mais variado nível de densidade técnica-científica-informacional.

No Brasil, especificamente para o Rio Grande do Norte, um dos nove estados da região Nordeste, o turismo passa a ser um dos motes para o desenvolvimento econômico no contexto da reestruturação econômica e produtiva das atividades tradicionais que estavam em crise desde a década de 1970 nesse estado (AZEVEDO, 2013), movimento impulsionado pelas políticas públicas desenvolvimentista (DANTAS, ALVES, 2017), a priori a do megaprojetos, nos anos 1980, e como maior efetividade o PRODETUR-NE, nos anos 1990, sendo esta última uma parceria entre o Estado, intermediado pelo Banco do Nordeste, e o grande capital, identificado na figura do Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID).

Para Soja (1993, p.193), o processo de “[...] reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política”. O caminho para uma nova ordem e configuração para a vida social é ao mesmo tempo o caminho para transformação do espaço geográfico, uma vez que,

os períodos de crise são também são momentos de reestruturação produtiva e econômica, no contexto do sistema capitalista que está sempre se transformando também modifica o espaço geográfico à sua própria imagem. Nesses períodos as modificações passam tanto pela substituição quanto pela ressignificação das estruturas mais ou menos estabelecidas. (SMITH, 1988, p.223)

No Rio Grande do Norte, o processo de reestruturação econômica e produtiva, nas décadas finais do século XX, foi incentivado pelos investimentos públicos em parceria com o capital privado a partir de uma especialização produtiva em determinados pontos do território potiguar, a partir do crescimento e/ou desenvolvimento econômico da agropecuária, pesca, turismo, mineração, construção civil, carcinicultura, indústria têxtil, comércios e serviços (AZEVEDO 2013; SILVA 2014).

O turismo foi uma das atividades econômicas que participaram do processo de reestruturação econômica e produtiva, porém, o seu impacto foi pontual no Rio Grande do Norte, semelhante aos outros estados nordestinos beneficiados pelas mesmas políticas públicas, como o PRODETUR/NE, segundo Araújo (2018, p.80) notou-se “[...] uma concentração de investimentos nas capitais e nos municípios litorâneos, o que intensifica as disparidades de investimento nos estados e um maior desenvolvimento turístico em determinadas regiões.

A especialização produtiva do turismo nas capitais e municípios litorâneos é resultado direto da atuação do PRODETUR-NE, induzida pelas diretrizes do Banco do Nordeste que fomentou esta atividade nos estados nordestinos, tendo como contrapartida dos estados que os municípios beneficiados estivessem regionalizados em polos turísticos de desenvolvimento econômico.

O Polo Costa das Dunas, foi o primeiro polo turístico desenvolvimento econômico no Rio Grande do Norte, criado em 1999 e oficializado pelo Decreto Estadual Nº 18.186/05, composto inicialmente por dezesseis municípios do litoral oriental do estado, Pedra Grande; São Miguel do Gostoso; Touros; Rio do Fogo; Maxaranguape; Ceará-Mirim; Extremoz; Natal; Senador Georgino Avelino; Tibau do Sul; Baía Formosa; Canguaretama; Arês; Nísia Floresta; Parnamirim e São Gonçalo do Amarante.

Este polo de desenvolvimento econômico, segundo o decreto que o oficializa, é um “[...] espaço sócio econômico homogêneo com vantagens competitivas e vocacionais, com o objetivo de integrar a cadeia produtiva do turismo” (RIO GRANDE

DO NORTE, 2005, p.1), entretanto, a realidade sócio-espacial dos municípios que fazem parte desta região turística não permite compreendê-la como tal, uma vez que as especificidades municipais resultam em um polo heterogêneo, com um cenário não competitivo no plano de geração de demanda turística, uma vez que Natal concentrou 68% da demanda turística total<sup>1</sup> do Rio Grande do Norte e 88% do Polo Costa das Dunas, para o ano de 2019 (BRASIL, 2020).

A concentração da demanda turística total em Natal, um dos municípios do Polo Costa das Dunas, resulta no oposto ao que estava previsto no Decreto Estadual Nº 18.186/05, no qual o polo tornou-se um espaço sócio econômico heterogêneo sem vantagens competitivas e vocacionais, uma vez que nenhum outro município do polo consegue ser competitivo em relação a capital, uma vez a segunda maior demanda turística total desta região encontra-se em Tibau do Sul e corresponde a apenas 3% da demanda do total do polo em 2019 (BRASIL, 2020).

A distração entre o idealizado e a realidade também acompanha o objetivo do polo, de integrar a cadeia produtiva do turismo, pois a concentração da atividade turística na capital não integrou os demais municípios litorâneos do polo, uma vez que esse integram de modo marginal a cadeia produtiva do turismo, situação verificada na pesquisa realizada durante o mestrado (ALMADA, 2015), que analisou o processo de transformação dos espaços de praias tradicionais, voltado para pesca artesanal, e espaços turísticos nas praias de Redinha Nova, Santa Rita e Jenipabu, em Extremoz.

Nesta pesquisa de mestrado, constatou-se que a materialização das ações do PRODETUR/NE na capital potiguar resultou um processo de urbanização pelo turismo desigual e combinada entre as praias de Redinha Nova, Santa Rita e Jenipabu, em Extremoz, e a Zona Sul de Natal, sobretudo na Via Costeira, av. Engenheiro Roberto Freire e praia de Ponta Negra. Nas praias investigadas em Extremoz, o processo de urbanização pelo turismo ocorreu em função do território usado pelo circuito inferior dependente do fluxo diário dos turistas hospedados área citada de Natal, onde predomina empresas do circuito superior.

Aumentando a escala do olhar do turismo no Polo Costa das Dunas para além de Natal e Extremoz, verifica-se que o fenômeno do turismo se especializou de modo específico ao longo do litoral, compondo um cenário interno desigual, com uma prática turística diferenciada na relação entre Natal e o conjunto de municípios litorâneos ao

---

<sup>1</sup> Levando em consideração a somatória da demanda turística nacional e internacional.

sul e ao norte. O primeiro, em razão da proximidade com a praia de Ponta Negra associado à existência de vias de acesso, como a rodovia estadual RN-063, conhecida como Rota do Sol, que conecta esta praia com os lugares turísticos do litoral sul, possui um maior nível de integração com a prática turística de Natal. Esses municípios<sup>2</sup> para o ano de 2019 possuíam uma demanda turística total de 317.036 (BRASIL, 2020).

Os municípios litorâneos ao norte não possuem uma via de acesso contínua pelo seu litoral. O acesso a maioria das praias, a partir da praia de Jenipabu, em Extremoz até São Miguel do Gostoso, mediado pela ligação entre rodovia federal BR-101, a via primária que os conecta com Natal, com alguma rodovia estadual, que são as vias secundárias. Essa realidade material reflete diretamente no fluxo turístico total desses municípios<sup>3</sup>, que para o ano de 2019 foi de 115.549 (BRASIL, 2020), menos do que a metade dos municípios do litoral sul.

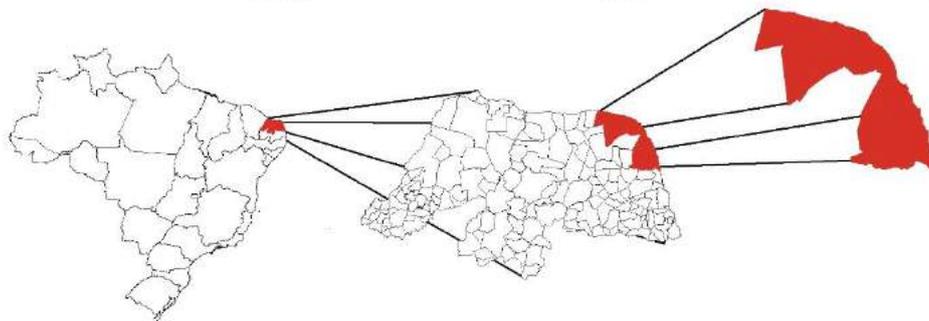
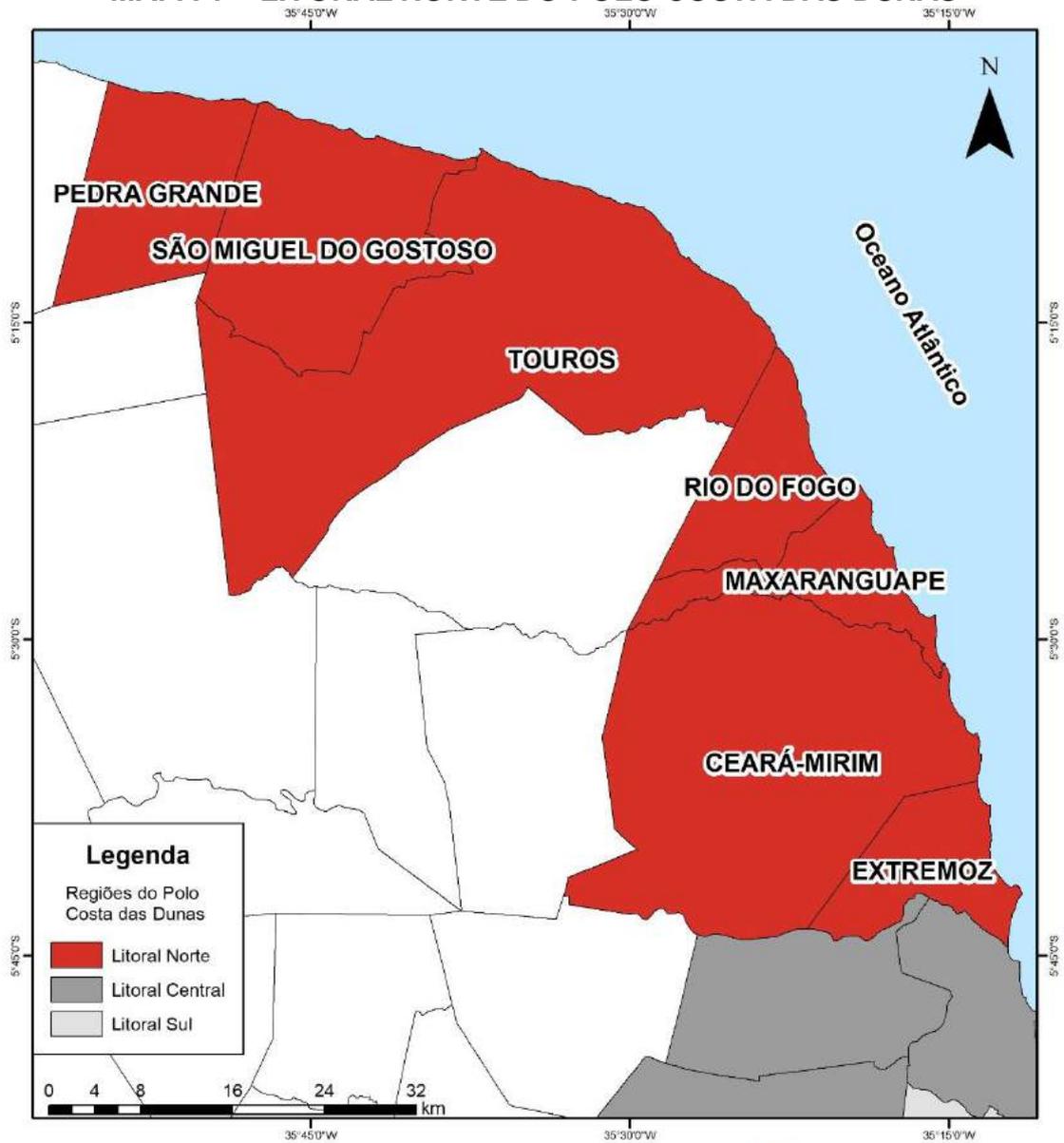
Esse cenário desigual entre o litoral da porção norte e sul do Polo Costa Dunas, mediado por Natal, contribuí para o processo de uma regionalização interna dentro deste polo. Tendo como referência o estudo realizado no litoral de Extremoz, em Almada (2015), e com os dados da demanda turística dos municípios no litoral ao norte de Natal, propõe-se a tese de que: o processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo no Rio Grande do Norte não atingiu todo o estado, praticamente limitado ao Polo Costa das Dunas. Neste polo, verifica-se ao longo dos últimos vinte anos um processo de regionalização interna, no qual, a área litorânea dos municípios da região interna do Litoral Norte, apresentado no mapa 1, é majoritariamente urbanizada pelo circuito inferior do turismo, e, está inserida em uma rede de lugares turísticos, que representa a forma espacial do território usado pelo turismo, numa relação desigual e combinada com a capital do estado.

---

<sup>2</sup> Considerando os municípios de Parnamirim, São José do Mibipu, Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul, Canguaretama e Baía Formosa, tendo como referência o Decreto Estadual Nº. 26.661/2017.

<sup>3</sup> Considerando os municípios de Pedra Grande, São Miguel do Gostoso, Touros, Rio do Fogo, Maxaranguape, Ceará-Mirim e Extremoz, tendo como referência o Decreto Estadual Nº. 26.661/2017.

**MAPA 1 – LITORAL NORTE DO POLO COSTA DAS DUNAS**



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2020).

Enquanto pesquisador, esta temática emerge da experiência de migração interestadual, vindo do interior de São Paulo, do município de Atibaia, junto com meus

pais, para residir na praia de Santa Rita, em Extremoz, no ano de 2006, na qual habitei até 2013, passando a residir em Parnamirim, ao sul de Natal, porém frequentando semanalmente até 2017 a casa dos meus pais, ano de falecimento do meu pai e do retorno da minha mãe à Atibaia, finalizando o ciclo de moradia nesta praia.

Somado a esta experiência de morador de uma praia na rota do turismo de sol e praia do Rio Grande do Norte, no qual a casa dos meus pais localizava-se a poucos metros das dunas que divide as praias de Santa Rita e Jenipabu e que na alta estação, entre os meses de dezembro à março, a tranquila rua de terra de nossa casa, que por vezes servia de passagem para vacas, cavalos e ovelhas, se transformava em uma movimentada via em função do intenso fluxo de buggy turismo, durante todo período que sol do verão ostentava no céu, encontra-se a vivência de professor de geografia da Escola Municipal Sérgio Oliveira Aguiar (EMSOA), na praia de Jenipabu, entre 2010 à 2012 para as séries finais do ensino fundamental.

A EMSOA atendia as comunidades da praia de Santa Rita e de Jenipabu, embora sejam vizinhas, inexistia via pavimentada ou carroçável entre elas, com acesso realizado pela orla da praia, quando a maré estava seca, ou pelas dunas quando a maré subia, momento em que a bicicleta, que era o meu meio de transporte, mais atrapalhava que ajudava, pois tinha que carregá-la nas costas para conseguir chegar até escola.

A maioria dos alunos eram filhos de pescadores, cujos pais gradativamente deixavam suas redes para tornarem-se trabalhadores do turismo, geralmente em atividades ligadas ao circuito inferior do turismo. A influência do turismo era marcante da vida dos alunos, pois, muitos deles ajudavam suas famílias no período da alta estação e alguns não retornavam aos estudos, evadiam em função do trabalho.

O turismo, enquanto atividade econômica se apresentava, no plano do discurso, como a única possibilidade de trabalho para os moradores dessa comunidade, que dependiam do fluxo efêmero de turistas vindos dos hotéis e outros meios de hospedagem de Natal, cuja permanência era delimitada pelo tempo de duração de um passeio de buggy pelas dunas. A ausência de infraestrutura, de grandes empreendimentos ou de um planejamento de turismo comunitário, limitava a demanda por estadia na praia de Jenipabu, afastando desenvolvimento econômico pelo turismo dos moradores, restando-lhes a subsistência, intercalando as atividades realizadas durante a alta estação com os trabalhos provisórios no decorrer dos outros meses.

Neste contexto a tese proposta se reafirma, com intuito de verificar se o cenário identificado em Extremoz é semelhante nas demais localidades litorâneas da porção norte do Polo Costa das Dunas, procurando conhecer, deste modo, os limites do processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo no Rio Grande do Norte, analisando criticamente o papel que esta atividade econômica exerce para o desenvolvimento econômico municipal, buscando desvelar a mística sobre o discurso desenvolvimentista atribuído ao turismo, uma vez que, para os municípios do Litoral Norte, ele se apresenta muito mais como um meio para a subsistência do que uma alternativa para desenvolver economicamente e socialmente o lugar.

Com base na conjuntura em que o fenômeno do turismo se manifesta do Litoral Norte, este trabalho elenca como objetivo geral analisar o território usado pelos circuitos da economia urbana do turismo nos lugares turísticos do Litoral Norte, no contexto da regionalização interna do Polo Costa das Dunas, Rio Grande do Norte.

A partir do objetivo geral, seis objetivos específicos foram estabelecidos, cada um vinculado a um capítulo. O primeiro: examinar os elementos centrais da geografia do turismo para elaborar uma conceituação de Lugar turístico. Este objetivo específico é aplicado no capítulo “O Lugar turístico: O caminho entre o turismo e a geografia”.

Este capítulo, de natureza teórica, está dividido em duas partes. A primeira, “Geografias do Turismo”, teve como percurso metodológico o levantamento bibliográfico dos trabalhos geográficos que versam sobre a temática do turismo, a evolução temática do turismo no percurso da ciência geográfica, entre o século XIX e o XXI. A segunda parte, “O Lugar Turístico”, é um ensaio abstrato a partir da discussão entre os elementos centrais da Geografia Nova, de Milton Santos, com destaque para a obra “A Natureza do Espaço”, para construir uma conceituação de lugar turístico, acrescentando outros pensadores ao debate, como as contribuições de Knafou *et al* (1997) para estruturar uma proposta metodológica para estudar o fenômeno do turismo a partir deste conceito.

O segundo objetivo específico, nasce da necessidade de estabelecer as bases teóricas de um dos elementos do objetivo geral, isto é, aplicar temática do turismo à teoria dos circuitos da economia urbana, abordado no segundo capítulo “Os circuitos da economia urbana do turismo: Um olhar a partir do Brasil”.

Esse capítulo é um ensaio teórico com objetivo de aplicar temática do turismo à teoria elaborada por Milton Santos (2008) para estudar o processo de urbanização em países subdesenvolvidos. O capítulo está organizado em três partes. A primeira,

“Os circuitos da economia urbana” apresenta um breve resumo desta teoria elaborada no final da década de 1970, a partir de Santos (2008) e outros autores. A segunda parte, “Os novos elementos para a teoria do espaço dividido”, tem como referência temporal as transformações no espaço geográfico no contexto da globalização, ou da mundialização cosmopolita na perspectiva de Lévy (2007), a partir dos níveis de densidade técnica científica e informacional que permeiam os circuitos superior e inferior.

A terceira e última parte, “O turismo no Brasil a partir dos circuitos da economia urbana”, retoma a discussão teórica do conceito de lugar turístico, defendido no capítulo anterior, acrescentando elementos da teoria dos circuitos da economia urbana para analisar o território usado pelo turismo nos países subdesenvolvidos, tendo como base referencial o Brasil, a partir dos dados estatísticos secundários sobre a atividade turística nacional coletados em publicações da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE); do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério do Turismo (MTUR). Esta parte subdivide-se em mais três, “Estado”; “Mercado” e “Turistas”, e analisa a lógica de atuação de cada um desses agentes, que intitula as subseções, no circuito superior e inferior do turismo.

Os primeiros capítulos estruturam a base teórica para analisar a tese. Em sequência, os próximos dois capítulos discutem a sua base temática, o turismo no Rio Grande do Norte e a regionalização interna do Polo Costa das Dunas. Neste caminho, o objetivo específico que orienta o terceiro capítulo, “O turismo no Rio Grande do Norte: Uma viagem incompleta” é investigar a participação do turismo na organização do espaço geográfico do Rio Grande do Norte.

O terceiro capítulo divide-se em três partes, “O alvorecer do turismo no Rio Grande do Norte” inicia a discussão a partir do alvorecer do turismo potiguar entre as primeiras décadas do século XX até 1980. A segunda parte, “A reestruturação econômica e produtiva pelo turismo no Rio Grande do Norte” discute as políticas públicas de turismo no estado, tendo como recorte temporal o intervalo que corresponde ao período de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo na transição da década de 1980 para a de 1990 até 2017, com destaque para as ações do PRODETUR/NE no estado.

A terceira parte, “Os polos turísticos do Rio Grande do Norte” analisa com base nos decretos oficiais que regulam esses polos e nos dados estatísticos da

Secretária de Estado de Turismo do Rio Grande do Norte (SETUR) e do MTUR a atual regionalização do turismo no estado, que atualmente consta com cinco polos turísticos<sup>4</sup>. A análise do processo de regionalização do turismo em polos de desenvolvimentos no Rio Grande do Norte, a partir dos seus dados econômicos e turísticos, corroborou com a primeira hipótese da tese, de que o processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo no Rio Grande do Norte não atingiu todo o estado, pois concentrou-se no Polo Costa das Dunas, sobretudo em Natal.

O quarto capítulo, “As regiões do Polo Costa das Dunas: uma trajetória de norte a sul”, inicia a sua discussão a partir da segunda hipótese levantada na tese, a regionalização interna do Polo Costa das Dunas como consequência do processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo, à vista disso, o objetivo específico que conduz esta análise é investigar o processo de regionalização interna do Polo Costa das Dunas.

A conceituação de polo de desenvolvimento econômico inicia as discussões desse capítulo, para compreender o objeto Polo Costa das Dunas, enquanto região oriunda da promoção da atividade turística no território pelo Banco do Nordeste, por meio do PRODETUR/NE, ponderando sobre os limites da aplicação dessa teoria econômica para promover o desenvolvimento econômico na região.

Em continuidade às discussões, o capítulo divide-se em duas partes, a primeira, “A regionalização interna Polo Costa das Dunas”. Esta seção tem como base teórica a perspectiva regional apresentada por Haesbaert (2014), da região como artefato, tendo como ponto de partida as variáveis empíricas da prática turística dos itinerários de passeios que dividem o polo entre litoral norte e sul, a partir deste, com a base legal no Decreto Estadual Nº. 26.661/2017, definiu-se três regiões internas para o polo, o Litoral Sul, composto por sete municípios, Parnamirim, São José do Mibipu, Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul, Canguaretama e Baía Formosa; o Litoral Central, composto por três municípios, Natal, São Gonçalo do Amarante e Macaíba, e por fim, o Litoral Norte, composto também por sete municípios, Pedra Grande, São Miguel do Gostoso, Touros, Rio do Fogo, Maxaranguape, Ceará-Mirim e Extremoz, esta última região é objeto central da tese em tela.

---

<sup>4</sup> O Polo Costa das Duna; Polo Costa Branca; Polo Agreste/Trairí; Polo Seridó e Polo Serrano.

O processo de diferenciação regional interna do PCD teve como metodologia a análise estatística<sup>5</sup> de indicadores econômicos, composto por dados extraídos do produto interno bruto municipal de 2016 (IBGE, 2019b); sociais, extraído da plataforma do IBGE Cidades (IBGE, 2020) e turísticos, extraídos do Mapa do Turismo Brasileiro (Brasil, 2019b); Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse (SIACOR) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020). A segunda parte discute “O turismo para o Litoral Norte, Litoral Central e Litoral Sul”, discute a participação turismo, em sua perspectiva econômica, na composição do território usado para as regiões internas desse polo, a partir da relação entre produto turístico e oferta turística.

A partir dos capítulos finais, o quinto e o sexto, o objeto central de análise da tese, o território usado pelos circuitos da economia urbana do turismo no Litoral Norte, ganha forma. Compreender o território usado pelo turismo nos municípios do Litoral Norte é o objetivo específico que coordena as discussões do quinto capítulo, “O território usado pelo turismo no Litoral Norte: Uma viagem de Pedra Grande à Extremoz”, no qual discute a evolução da contribuição da atividade turística para economia, organização do espaço e do território usado para essa região interna e seus municípios, levando em consideração a participação do Estado, mensurado pelos contratos de repasses para atividade turística; do Mercado, identificado pelas empresas e empregos turísticos, e dos Turistas, a partir das demandas nacional e internacional.

O quinto capítulo está dividido em duas partes. A primeira parte, “O Litoral Norte e o território usado pelo Turismo”, a analisa a evolução econômica do território usado pelo turismo para a região interna do polo e para os seus sete municípios, destinando sete subseções para a discussão destes últimos, intituladas de: O caminho do turismo em Pedra Grande; O caminho do turismo em São Miguel do Gostoso; O caminho do turismo em Touros; O caminho do turismo em Rio do Fogo; O caminho do turismo em Maxaranguape; O caminho do turismo em Ceará-Mirim e O caminho do turismo em Extremoz.

O percurso metodológico teve como base as visitas a campo realizadas entre 2017 e 2019 pela área litorânea dos sete municípios que compõem o Litoral Norte, com o intuito de verificar as marcas do território usado pelo turismo na configuração

---

<sup>5</sup> Os dados utilizados para a regionalização interna do Polo Costa das Dunas estão disponíveis no apêndice C.

territorial dos lugares turísticos da região interna, além da consulta a literatura acadêmica que versa sobre atividade turística nesses municípios.

Consubstanciado aos dados empíricos e dos trabalhos acadêmicos, recorreu-se a três bancos de dados para analisar o alcance econômico do processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo na organização sócio-espacial do Litoral Norte. O primeiro, são os dados do SIACOR, do Ministério do Turismo, no qual destaca a atuação do poder público por meio dos repasses e investimentos públicos na melhoria da oferta turística original dos municípios entre os anos de 2000 à 2017.

O segundo, a RAIS do extinto Ministério do Trabalho<sup>6</sup>, na qual foi consultada informações sobre as empresas e empregos turísticos, levando em consideração os anos de 2006 à 2018, destacando as variáveis do número de empresas; empregados; tamanho da empresa por número de vínculos por município do Litoral Norte. O último banco de dados também pertence ao Ministério do Turismo, o Mapa do Turismo Brasileiro, que reúne informações da classificação por cluster por município com atividade turística no país, entre elas, foi considerado os dados da demanda nacional e internacional para o período de 2016 à 2019. O intervalo de tempo selecionado em cada banco de dados se deu em razão a temporalidade dos dados disponíveis.

Nesta seção do quinto capítulo também é abordada a terceira hipótese da tese, de que a área litorânea dos municípios da região do Litoral Norte é majoritariamente urbanizada pelo circuito inferior do turismo, com uma mensuração realizada a partir da classificação das empresas turísticas por número de vínculos, coletada na RAIS, e pela comprovação empírica destes dados por meio das visitas a campo.

“O nível do território usado pelo turismo no Litoral Norte”, corresponde a segunda parte do capítulo. A partir dos dados coletados nos bancos de dados da subseção anterior, o número de empregos e empresas turísticas; contratos de repasses e demanda turísticas, construiu e aplicou o Índice de Território Usado pelo Turismo (ITUT)<sup>7</sup>, que vai de 0 a 100, para o ano de 2017<sup>8</sup>, para estabelecer um quadro

---

<sup>6</sup> É a transformação do Ministério do Trabalho e Previdência Social em Ministério do Trabalho pela Lei Nº. 13.314/2016 no governo do Presidente Michel Temer e extinto em 2019, pelo governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, pela Lei Nº 13.844/2019, no qual as atribuições deste ministério foram fracionadas entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério da Cidadania e o Ministério da Economia.

<sup>7</sup> Os dados utilizados para compor este índice estão disponíveis no apêndice E.

<sup>8</sup> Foi selecionado o ano de 2017, pois é o ano mais recente que possui dados disponíveis para todas as variáveis utilizadas para compor o índice, levando em consideração a consulta feita entre março e abril de 2020.

comparativo entre os sete municípios do Litoral Norte e avaliar o nível da participação do turismo, em sua perspectiva econômica, para o território usado.

Foram estabelecidos quatro níveis classificatórios para o ITUT. Sendo que para o primeiro o turismo é uma das atividades mais importantes para a economia, com uma presença articulada entre o Estado, o Mercado e Turistas, resultando em Lugares Turísticos com a infraestrutura necessária para desenvolver a atividade no município; e para o último nível, o turismo é praticamente inexistente, e quando está presente não gera impacto na economia municipal; com ausência completa ou parcial do Estado, do Mercado ou dos Turistas, com Lugares turísticos, quando presente, sem infraestrutura para atender a demanda turística.

A quarta, e última, hipótese que compõe a tese, de que a área litorânea do Litoral Norte é composta por uma rede de lugares turísticos, que representa a forma espacial do território usado pelo turismo, numa relação desigual e combinada com a capital do estado, é abordada no sexto e último capítulo, “Os circuitos da economia urbana dos lugares turísticos do Litoral Norte: Uma rede desigual e combinada”, tendo como base o sexto objetivo específico, analisar os lugares turísticos, a partir dos circuitos da economia urbana, do Litoral Norte em sua relação desigual e combinada em rede.

Uma das hipóteses da tese defendida neste capítulo parte da ideia de que a rede de lugares turísticos, enquanto forma espacial da atividade turística no Litoral Norte, tece suas relações por meio de uma relação desigual e combinada com as atividades da região concentrada do turismo no Litoral Central, sobretudo na cidade de Natal, a partir dos roteiros de passeios, realizado tanto por buggys quanto por ônibus de turismo, que conecta os turistas hospedados na capital aos lugares turísticos do Litoral Norte, no qual permanecem alguns instantes em cada lugar visitado, retornando ao final do passeio à região concentrada para finalizar o período de férias, onde o território usado pelo circuito inferior do turismo é predominante.

O capítulo está dividido em três partes, a primeira, “Os Lugares Turísticos do Litoral Norte”, identifica a composição dos lugares turísticos do Litoral Norte, a partir do território usado pelo turismo, com base nos elementos da morfologia urbana de suas praias, aplicando a metodologia apresentada no primeiro capítulo, classificando-os de acordo com o nível de densidade técnica-científica-informacional, local turístico; cidade turística; estação turística e feitoria turística. A classificação foi realizada com base nas visitas realizadas a campo, que percorreu 131 quilômetros entre Extremoz

e Pedra Grande, nos meses de janeiro e fevereiro, visitando quatorze lugares turísticos<sup>9</sup> e onze praias<sup>10</sup> em que a tipologia principal do território usado não era o turismo.

A análise realizada teve como base os dados coletados durante os trabalhos de campo das informações coletadas junto ao Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR) do MTUR para o ano de 2019. Desse banco de dados secundário foram utilizadas informações referentes a localização dos meios de hospedagem e a sua quantidade de leitos, resultando em uma cartografia qualitativa da concentração de meios de hospedagem por lugar turístico do Litoral Norte, corroborando para a classificação de acordo com o nível densidade técnica-científica-informacional do lugar.

A segunda parte, “O Litoral Norte a partir dos Circuitos da economia urbana do turismo”. identifica os agentes do circuito superior, superior marginal e inferior a partir os dados coletados no trabalho de campo realizado juntos aos comerciantes dos lugares turísticos do Litoral Norte, ao total, 54 comerciantes responderam um questionário com sete questões<sup>11</sup>, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2019: residência; naturalidade; tipo de atividade; público alvo; situação quanto a formalização; número de empregados por tipo – familiar, carteira assinada e sem carteira assinada; e compra de suprimentos.

Essas questões tiveram como objetivo conhecer o perfil das atividades comerciais dos lugares turísticos do Litoral Norte e identificar a qual circuito elas pertencem. Somado aos dados obtidos a campo, utilizou-se o banco de dados da RAIS e do CADASTUR para compor uma imagem mais detalhada da composição dos circuitos da economia urbana do turismo nos municípios do Litoral Norte.

Esta seção é subdividida em duas partes, a primeira, “A natureza dos circuitos da economia urbana do turismo no Litoral Norte”, no qual realiza uma caracterização, a partir do trabalho de campo, da atuação dos agentes dos circuitos da economia urbana no turismo no Litoral Norte, por meio da análise do perfil dos comércios

---

<sup>9</sup> Aquário Natal, Dunas da Lagoa de Jenipabu, Dunas da Praia de Jenipabu, Praia de Jenipabu e Lagoa de Pitangui, em Extremoz; Lagoa de Jacumã em Ceará-Mirim; Barra de Maxaranguape, Árvore do Amor e MA-NOA Park, em Maxaranguape; Praia de Perobas e Farol do Calcanhar, em Touros; Centro urbano; Praia de Tourinho e Praia Arraial do Marco, em São Miguel do Gostoso.

<sup>10</sup> Praia de Redinha Nova, Praia de Santa Rita, Praia de Graçandu e Praia de Pitangui, em Extremoz; Praia de Muriú, em Ceará-Mirim; Praia de Rio do Fogo e Praia de Zumbi, em Rio do Fogo; Praia de Carnaubinha e Praia do Cajueiro em Touros; Praia de Enxu Queimado em Pedra Grande.

<sup>11</sup> A ficha de pesquisa referente ao questionário realizado com os comerciantes consta no Apêndice B.

identificados pelos questionários. Dos 54 estabelecimentos comerciais, 49 foram classificados como circuito inferior do turismo, entre esses 33 eram informais e 16 eram formais.

As atividades do circuito inferior encontradas nos lugares turísticos do Litoral Norte podem ser agrupadas em quatro grupos: Alimentação; Rouparia; Passeio e Lazer e *Souvenir*. As atividades do grupo de Alimentação encontradas na região correspondem a: conveniência; restaurante; barracas de bebidas, de restaurante, de lanche e de frutas; ambulantes de bebidas, de açaí e de espetinho. Do grupo de Rouparia: barraca de óculos de sol, de chapéus, de moda praia e loja de moda praia. Do grupo de Passeio e Lazer: Passeio de Jegue; *Skibunda*<sup>12</sup> e *Aerobunda*<sup>13</sup>. As do grupo de *Souvenir*: serviços de fotografia; tenda caracterização árabe; loja e barraca de artesanato e barraca de crochê. As atividades do circuito superior do turismo, por sua vez, encaixam-se em duas categorias: Alimentação, com a empresa Bar da Lagoa; e Passeios e Lazer, com o Aquário Natal, Dromedunas Turismo, MA-NOA Park e Passeio de Quadriciclo.

A segunda subseção, “Distribuição espacial dos circuitos da economia urbana do turismo nos Lugares Turísticos”, apresenta uma série cartográfica de dozes mapas com a distribuição das empresas turísticas de cada um dos circuitos da economia urbana do turismo para cada lugar turístico do Litoral Norte, tendo como fonte as empresas identificadas no trabalho de campo e as que estão registradas no CADASTUR para o ano de 2019.

A terceira e última parte do capítulo, “A rede de lugares turístico do Litoral Norte”, abordar a quarta hipótese da tese, de que o território usado pelo turismo no Litoral Norte apresenta a forma espacial de uma rede de lugares turísticos, que estão em uma relação desigual e combinada com a capital do estado.

A análise da rede de lugares turísticos do Litoral Norte foi realizada a partir da aplicação de questionários com turistas que estavam frequentando os lugares turísticos entre janeiro e fevereiro de 2019, resultando em 89 questionários. Para esse grupo foram dirigidas nove questões<sup>14</sup>: local de residência; renda em salário-mínimo; como soube do local visitado; quantas vezes já visitou esse local; fez uso de algum

<sup>12</sup> Tipo de atividade de lazer que consiste na descida das dunas em pranchas de madeira, atividade realizada nas dunas de Jenipabu e nas da Lagoa de Jacumã.

<sup>13</sup> Tipo de atividade de lazer que consiste na descida das dunas, por meio de uma tirolesa, com descida na lagoa. Atividade realizada nas lagoas de Pitanguí e Jacumã.

<sup>14</sup> A ficha de pesquisa referente ao questionário realizado com os turistas consta no Apêndice A.

intermediário para realizar o passeio/visita; município onde está hospedado; tempo de estadia e tipo de acomodação. Essas questões tiveram como objetivo conhecer o perfil socioeconômico e a dinâmica espacial dos turistas que visitaram o Litoral Norte. Além do trabalho de campo, também recorreu como dados complementares a edição de 2019 do relatório anual da Federação do Comércio de Bens, Serviços e turismo do Estado do RN – FECOMÉRCIO RN.

O nexos relacional da rede de lugares turísticos do Litoral Norte ocorre pela circulação de turistas do centro da rede, que é o município em que estão hospedados e assume a função de lugar receptor original, e os lugares receptores derivados, que são os lugares turísticos visitados durante o período de estadia.

Para o Litoral Norte, o centro desta rede é o bairro de Ponta Negra, em Natal, pois, concentra a maior quantidade de meios de hospedagem do estado, e maioria dos turistas consultados durante o trabalho de campo estavam hospedados nessa localidade. A maioria dos lugares turísticos do Litoral Norte são apenas lugares receptores derivados, pois não possuem meios de hospedagem ou não conseguem atrair um fluxo significativo de turista, com exceção do centro de São Miguel do Gostoso, que possui a maior concentração de meios de hospedagem do Litoral Norte e assume a função de subcentro da rede, comportando-se como um lugar receptor original, interligando os lugares turísticos mais distantes, mas ainda dentro do limite municipal, como as praias de Tourinho e Arraial do Marco, e as praias do município vizinho de Touros, como a praia de Perobas.

A partir da dinâmica espacial entre os lugares receptores originais e derivados na rede de lugares turísticos do Litoral Norte, identificou a relação desigual e combinada entre eles pela análise da dependência dos lugares turísticos entre o centro, Ponta Negra, Natal, e o subcentro, São Miguel do Gostoso, da rede, levando em consideração a combinação entre a participação dos circuitos da economia urbana do turismo, da capacidade acolhimento dos meios de hospedagem e da potencialidade do lugar em tornar-se receptor original do fluxo turístico.

Enquanto pesquisa científica em geografia, esta tese foi construída com o desejo de que a análise realizada, partindo de elementos teóricos, dados estatísticos de órgãos oficiais e pesquisa empírica, do território usado pelos circuitos da economia urbana do turismo nos lugares turísticos do Litoral Norte, no contexto da regionalização interna do Polo Costa das Dunas, possa contribuir para o entendimento da transformação do lugar pelo turismo, principalmente os que se localizam em países

subdesenvolvidos, em que as contradições econômicas, por vezes, resultam em uma materialização desigual e combinada no território, no qual resulta em uma urbanização pelos dois circuitos da economia urbana.

No cenário político, as informações construídas nesse trabalho podem contribuir para o processo de gestão do território tanto o ente federal, mas, principalmente, para o estadual e municipal, para dirimir as contradições internas nas áreas litorâneas dos municípios do Litoral Norte, por meio de políticas públicas que tenham como o objeto de ação os agentes do circuito inferior do turismo, pois são os principais expoentes da existência do turismo nessa região interna. À vista disso, o turismo possa vir a ser uma via para o desenvolvimento econômico e social, de modo equitativo, e não mais uma estratégia de sobrevivência para os mais pobres.

## 2 O LUGAR TURÍSTICO: UM CAMINHO ENTRE O TURISMO E A GEOGRAFIA

No Rio Grande do Norte, o turismo foi umas das atividades que modernizaram sua economia no final dos anos 1980, transformando alguns pontos do estado em função dessa atividade, primeiramente as praias de Natal e se espalhando gradativamente pelas praias ao norte e ao sul da capital, região que veio a ser o Polo Costa das Dunas, porém após três décadas, a prática do turismo ainda se concentra na capital do estado.

O turismo que participou do processo reestruturação econômica e produtiva do estado potiguar manifesta-se no espaço geográfico a partir do lugar, no qual, a partir de sua refuncionalização em função desta atividade adquiri a qualidade de lugar turístico. Porém, o turismo enquanto prática humana nem sempre existiu, a sua gênese moderna é recente, contemporânea ao capitalismo industrial.

A origem da palavra turismo na língua portuguesa, segundo Figueiredo (1913), é uma derivação do francês *tourisme*, definindo-a como “[...] gôsto por viagens. Viagens para recreio” (FIGUEIREDO, 1993, p.2035). Para Bonnaffé (1920), o turismo é um anglicismo de *tourism*, formado pelo radical *tour* mais o sufixo *ism*, com o seu significado associado “ao esporte das viagens, a prática de excursões” (BONNAFFÉ, 1920, p.158), Nascentes (1955) em seu Dicionário etimológico da língua portuguesa também associa a origem dessa palavra como uma adaptação do inglês.

Historicamente, a origem do termo pode ser inglesa, uma vez que a gênese da prática do turismo está associada aos jovens, da nobreza inglesa, do século XVIII que realizavam o *Grand Tour* para completar a sua educação. Na contemporaneidade o turismo está presente no cotidiano de muitas localidades ao redor do mundo, considerado como a “[...] chave para desenvolvimento, prosperidade e bem-estar” conforme os Destaques Turísticos<sup>15</sup> da Organização Mundial do Turismo (OMT) em sua edição de 2017, no qual enfatiza a importância desse setor para a economia mundial, a partir dos dados econômicos de 2016 em comparação com os anos anteriores.

Nos Destaques Turísticos de 2017, a OMT expõe os dados estatísticos do turismo mundial, entre eles, destaca “a chegada de turistas internacionais (visitantes noturnos) em 2016 cresceu 3,9%, chegando ao total de 1.235 milhões em todo mundo,

---

<sup>15</sup> Do original em inglês *Tourism Highlights, edition 2017*.

com um acréscimo de 46 milhões em relação ao ano passado” (UNWTO, 2017, p. 3.). Apesar da crise econômica mundial do começo do século XXI, iniciada entre os anos de 2008 e 2009, o número anual de turistas internacionais apresenta um histórico de crescimento consecutivo entre 2009 e 2016, a maior sequência desde 1960 (UNWTO, 2017).

No que diz respeito às receitas, esses visitantes internacionais gastaram em “[...] acomodação, alimentação e bebida, entretenimento, compras e outros bens e serviços em destinos turísticos US\$ 1,220 bilhões (1,102 bilhões de euros em 2016)” (UNWTO, 2017, p.5.). A esse número, acrescenta a OMT

“[...] US\$ 216 bilhões em exportações através de serviços internacionais de transporte de passageiros prestados a não residentes em 2016. Adicionado aos US\$ 1,220 bilhões em receitas de turismo em destinos, o valor das exportações turísticas totalizou US\$ 1,4 trilhões, ou US\$ 4 bilhões em média por dia” (UNWTO, 2017, p.5-6.).

Os dados estatísticos apresentados pela OMT, referentes ao ano de 2016 evidenciam a importância do turismo para a economia mundial. Uma atividade que permeia, no plano do discurso, como uma das mais importantes vias para desenvolvimento econômico para o Polo Costa das Dunas, principalmente para os municípios mais pobres, como os que se localizam no Litoral Norte.

A análise do território usado pelos circuitos da economia urbana do turismo nos lugares turísticos do Litoral Norte, é o objetivo central desta tese. No caminhar da resolução deste objetivo, o capítulo em tela realiza o movimento de examinar os elementos centrais da geografia do turismo para elaborar uma conceituação de lugar turístico. Construindo, em vista disso, a base teórica para apreender o processo de transformação do lugar em lugar turístico no Litoral Norte, além de contribuir para o diálogo acadêmico sobre o turismo, um fenômeno multidisciplinar, pela ciência geográfica.

## **2.1 Geografias do Turismo**

O turismo, enquanto prática social, é um fenômeno multidisciplinar, segundo Netto (2011), os fundadores desta temática de estudo, em sua perspectiva acadêmica, foram os suíços Hunziker e Krapf, no qual definem que o turismo “[...] é o conjunto das relações e fenômenos decorrentes das viagens e estada de forasteiros, desde que não vinculados a alguma atividade produtiva nem com residência permanente no

destino” (HUNZINKER; KRAPF, 1942a, p.21 *apud* NETTO, 2011, p. 72,). Esta definição “[...]foi considerada a oficial por vários organismos internacionais, inclusive pela Organização Mundial do Turismo e pela Aiest<sup>16</sup>” (NETTO, 2011, p. 72,).

A definição elaborada por Hunziker e Krapf sofreu críticas, pois nega o *animus lucrandi* das viagens, desconsiderando da prática turística os deslocamentos relacionados a trabalho. Após um longo período de discussões sobre essa conceituação, as motivações econômicas passaram a ser incorporadas à definição de turismo, segundo Netto (2011, p.75),

a partir dos anos de 1980, a OTM se afastou gradualmente da Aiest, motivada especialmente por divergências teóricas, e também deixou de adotar a definição de Hunziker & Krapf como definição oficial de turismo. Hoje aceita a posição de que o turismo pode ser motivado por questões econômicas, e não apenas por uma necessidade de lazer.

A nova definição oficial do turismo adotada pela OMT, conforme destaca Assunção (2012, p. XIII-XIV), foi definida

[...] em 4 de março de 1993, a qual se estabeleceu uma definição a fim de unificar os critérios estatísticos para quantificar as correntes turísticas mundiais. Dessa forma, o termo *turismo* é compreendido como: “atividade realizadas pelas pessoas durante as suas viagens e estadas em lugares distintos da sua residência habitual, por um período consecutivo, inferior a um ano, com fins de lazer, negócios ou outros motivos”.

Para a análise geográfica da prática turística, o elemento de destaque não é a motivação da viagem, pois é o elemento espacial que envolve o deslocamento de indivíduos, do seu local de origem em direção a outro local com o intuito de desenvolver alguma atividade recreativa, independente se esse é o objetivo primário ou secundário da viagem, a centralidade da análise, admitindo que “[...] o turista é sempre alguém que não pertence ao lugar visitado, toda prática de turismo envolve lugares emissores de turistas, espaços de deslocamento e lugares receptores” (CRUZ, 2012, p.6,).

A prática turística, tendo como base a citação de Cruz (2012), pressupõem uma dinâmica espacial do turismo, representado pela figura 1, no qual, a partir da mobilidade entre o lugar emissor e o lugar receptor, permeado pelos espaços de

---

<sup>16</sup> Aiest – *International Association of Scientific Experts in Tourism*, fundada em 1951 dedicada a melhorar a indústria mundial de viagens e turismo através da análise de tendências e desenvolvimentos mais recentes em turismo e soluções visuais para problemas à medida que surgem, de acordo com seu *website* oficial < <https://www.aiest.org/home/>>.

deslocamento, que são os meios e vias de transportes utilizados para realizar o deslocamento, é possível verificar uma produção específica do espaço geográfico, uma materialidade que dá suporte as ações da prática do turismo.

### FIGURA 1 - DINÂMICA ESPACIAL DO TURISMO



Fonte: elaborado pelo autor (2017) a partir de Cruz (2012).

Em *lato sensu*, a dinâmica espacial do turismo pode ser aplicada a qualquer deslocamento humano na história, como “[...] os grandes deslocamentos de pessoas no período da *Pax Romana* (dois primeiros séculos da era cristã) ou as viagens na Baixa e Alta Idade Média não são considerados turísticos” (NETTO, 2011, p.57), uma vez que sempre existiram viagens, “[...], mas turismo não. Este é uma invenção do capitalismo” (CORIOLANDO & SILVA, 2005, p.45).

O tipo de deslocamento humano que está sendo denominado como turismo é uma invenção do período capitalista, uma vez que a sua existência foi possibilitada pelo conjunto de transformações que esse sistema econômico materializou na sociedade, desde os avanços técnicos, nos setores de comunicação e transportes, aos setores sociais, que passaram a refuncionalizar a viagem, pois, anteriormente ao século XIX os deslocamentos, principalmente por via marítima, tinham uma conotação negativa.

Sobre o imaginário das viagens marítimas, do período que antecede o alvorecer da era industrial, Corbin (1989) comenta que

o oceano, recipiente líquido dos monstros, é um mudo condenado em cuja obscuridade se entredevoram as criaturas malditas.  
[...] O oceano caótico, avesso desordenado do mundo, morada dos monstros, agitado por poderes demoníacos, apresenta-se como uma das figuras insistentes da desrazão; a violência imprevisível de suas tempestades hibernais atesta sua demência. (CORBIN, 1989, p.17).

O abandono da visão malévola dos oceanos, e da natureza como um todo, gradualmente deixa existir a partir da teologia natural, na qual “o homem deve tornar-se o leitor piedoso do livro de Deus. É para que ele glorifique o poder e a bondade

divina que o Criador lhe concedeu cinco sentidos. Os físicos-teológicos enaltecem a observação empírica; a própria existência” (CORBIN, 1989, p. 35).

A partir deste paradigma, a percepção dos fenômenos naturais do planeta, o sentido de viajar transforma-se de lamurioso para prazeroso, de acordo com Corbin (1989, p.35) esta perspectiva de apreender o mundo

[...] permite captar uma das motivações profundas da viagem turística: doravante as elites sociais buscam aí a ocasião de experimentar essa relação nova com a natureza; encontram aí o prazer até então desconhecido de usufruir de um ambiente convertido em espetáculo.

Na Inglaterra a transformação na forma de ver o mundo contribuiu para estender as práticas de lazer da elite dos *spas* do interior para os *resorts* de banho de mar (WILLIANS, 2009). Além da mudança na forma de interpretar a natureza, Willians também associa a expansão dos *resorts* de banho de mar aos avanços técnicos do período industrial, contribuindo na argumentação do turismo enquanto produto da sociedade capitalista, segundo ele,

Na Bretanha, a invenção do barco a vapor nos primeiros anos do século XIX, inicialmente provocou o surgimento de novos *resorts* no estuário do Tâmesa (como o Margate) e também encorajou o desenvolvimento de pequenos *resorts* nos estuários do Forth e, principalmente, do Clyde na Escócia (WILLIANS, 2009, p. 33).

As transformações sócio-espaciais vivenciadas no período do capitalismo industrial possibilitadas pelas inovações técnicas, a exemplo do barco a vapor e das locomotivas, e cultural, como a valorização da natureza a partir da teologia natural, possibilitaram o turismo enquanto atividade econômica que tem como produto a recreação e ao lazer pelo ato de viajar e conhecer novos lugares, dessa forma, “[...] novos tipos de lugares são inventados às margens do mundo industrial, ao mesmo tempo em que se integram utilizando esses novos métodos” (ÉQUIPE MIT, 2005, p.59).

Sobre o turismo praticado no século XIX, Coriolando e Silva (2005, p.63) destacam que essa prática servia “[...] para educar os viajantes das classes privilegiadas, que realizavam as viagens conhecidas como *Grand Tour*, por motivos culturais e educacionais e posteriormente agregando as práticas de lazer voltadas ao termalismo, balneários, cassinos e montanhismo”. Porém, com o contínuo avanço dos sistemas técnicos, sobretudo dos transportes, a prática do turismo popularizou-se, segundo Boyer (2003, p.66-67)

Chegar às altas montanhas era, no século 19, uma cansativa proeza individualista. No século 20, isto se tornou acessível às massas graças aos engenhos mecânicos de subida da montanha. Acompanhando a difusão do turismo de montanha, elevaram-se as estradas de ferro de cremalheira, das quais os suíços se tornaram especialistas no último quarto do século 19.

Além das inovações técnicas, a expansão do número de turistas, principalmente na Europa, está associada com a classe trabalhadora industrial, não apenas sobre o seu sentido econômico, mais principalmente “[...] sobre o uso do tempo livre” (KNAFOU *et al*, 1997, p. 195,). Para Coriolando e Silva (2005) o surgimento do turismo para as classes trabalhadoras está relacionado com a crescente necessidade de recuperação da força de trabalho, sendo o lazer turístico um meio para recomposição do desgaste laboral. Porém, na lógica industrial que se concretiza no século XX por meio do trabalho assalariado o que se edifica

não é uma sociedade do lazer, propriamente, fruto do trabalho, como representação e prática definidora da sociedade. Mas uma sociedade do trabalho, que reproduz precariamente da inserção econômica do trabalhador, o pauperismo, a questão sempre renovada, da apropriação do trabalho pelo capital. Mas, também, é uma sociedade que se coloca, simultaneamente, o momento do lazer, sugerindo estratégias econômicas e políticas, reproduzindo contradições, das quais derivam possibilidade (DAMIANI, 2002, p. 50-51).

Na crítica apresentada por Damiani (2002) a conquista do lazer pelo turismo não detém a potência de um momento libertador, pois, mesmo as viagens nacionais e internacionais compondo o principal sonho de consumo dos brasileiros, apenas 30,6% conseguem realizar esse sonho (SPC, 2015), pois os custos que envolvem essa prática mantêm-se acima da realidade média dos brasileiros, onde “a pobreza material e o desemprego, mesmo para as camadas sociais médias, assombram” (DAMIANI, 2002, p. 50).

O turismo que começa a tornar-se um fenômeno massificado com as classes trabalhadoras francesas nas primeiras décadas do século XX (BOYER, 2003) e figurar na lista de desejo de consumo dos brasileiros do início do século XXI (SPC, 2015) tem a sua consolidação enquanto fenômeno moderno ainda no século XIX, com as práticas da aristocracia inglesa *Grand Tour*, viagens “[...] através da Europa, para admirar *in situ* as maravilhas da Renascença e da Antiguidade” (ÉQUIPE MIT, 2008, p.111). Sendo esse fenômeno uma realidade empírica secular, que contribuí diretamente na organização do espaço geográfico.

Para Hiernaux-Nícolás (1999. p.40) o fenômeno do turismo destaca-se para análise geográfica em função de sua dinâmica espacial, pois, essa é uma atividade que “[...] implica um deslocamento no espaço, [...] uma das práticas sociais mais genuinamente territorial, comparativamente com as outras. E, portanto, um terreno fértil para a análise sociogeográfico”.

Além da dinâmica espacial entre os locais turísticos, Barbas e Jaquot (2012, p. 1,) relembram que “a importância dos geógrafos não é somente o fato que o turismo é uma atividade com uma forte dimensão espacial, mas também nos fundamentos históricos da geografia na França”. Os autores citam a contribuição de Eliséé Reclus e de outros geógrafos na redação dos primeiros guias de viagens, além desta, também destacam que “historicamente, os geógrafos foram associados às administrações do turismo, primeiramente em nível nacional, depois regional” (BARBAS; JAQUOT, 2012, p.4), e no âmbito das pesquisas acadêmicas geográficas

O turismo moderno criou uma ampla agenda na qual os geógrafos podem contribuir, especialmente por causa da natureza dos efeitos turísticos serem frequentemente contingente das circunstâncias geográficas em que a atividade é desenvolvida e praticada (WILLIAMS 2009, p.4).

Levando em consideração a geografia do turismo publicada em língua inglesa, Butler (2004) destaca no artigo *Geographical research on tourism, recreation and leisure: origins, eras and directions* as principais obras que versam na temática do lazer, recreação e turismo (LRT) a partir da perspectiva geográfica, periodizando-as em três momentos: A Era Descritiva, indo até 1950; O Desenvolvimento dos Temas, de 1950 à 1980 e A Era da Diversidade, indo entre a última década do século XX ao começo do século XXI.

Comentando sobre a primeira era dos estudos sobre turismo de Butler (2004), Willians (2009, p.19,) grifa que nesse período “[...] o estudo do turismo era incomum dentro da geografia humana e uma atividade de interesse ou relevância marginal”. Sobre essa questão Butler (2004) destaca que a importância secundária dos estudos sobre o turismo não era uma exclusividade da geografia, mas sim de toda academia, pois a tendência era tratar o turismo enquanto uma atividade econômica e de importância marginal, nesse período

O LRT podia ser visto como uma das várias atividades econômicas em regiões que interessavam os pesquisadores, mas nenhum estudioso nesse período poderia realmente ser considerado um geógrafo de

LRT, pelo menos com base em suas publicações na literatura acadêmica. (BUTLER, 2004, p.149).

Durante a primeira era do turismo os estudos sobre essa temática detinham um destaque menor dentro da ciência geográfica, com poucos trabalhos sobre esse tema e nenhum geógrafo dedicado unicamente ao estudo do turismo (BUTLER, 2004). A falta de interesse sobre o estudo turismo na geografia está associada a própria evolução do fenômeno, uma vez que só depois da Segunda Guerra Mundial o turismo completa a sua transição elitista para atingir as massas da classe trabalhadora.

O período entre 1950 e 1980 corresponde a era do Desenvolvimento dos Temas, para Butler (2004, p.150), “esta era viu a emergência da ‘primeira onda’ geográfica de especialistas em LRT”, tendo o artigo *Perspective on Outdoor Recreation*, 1964, de Wolfe, como o início do período e o artigo *Reflections on the development of geographic research in recreation: Hey Buddy, can you s’paradigm*, 1982, de Smith como o final do período.

As publicações desse período utilizaram em suas abordagens o paradigma positivista, essa característica não é restrita a geografia do turismo, mas do contexto da ciência geográfica desta época, que vivenciava uma fase que predominavam estudos quantitativistas, que buscavam apreender os fenômenos espaciais por meio de modelos matemáticos, sendo esta, a principal característica desse período que ficou conhecido como *new geography*.

Segundo Willians (2009, p. 19) as publicações da era do Desenvolvimento do Turismo tratavam de

problemas sobre o efeito da escala, distribuição espacial do fenômeno turístico e do movimento turístico, relação homem-meio e impacto turístico, e a modelagem espacial do desenvolvimento do turismo foram enfoques típicos para o trabalho geográfico que estabeleceu uma abordagem básica para geografia do turismo que permaneceu influente na década de 1990.

A Era da Diversidade, entre o final do século XX e o começo do século XXI, marcada pela expansão e especialização nas pesquisas sobre o fenômeno do turismo, no qual na

medida que o turismo cresce em escala a sua composição se torna mais diversificada (por exemplo, através do surgimento de nichos de mercado em áreas como a aventura e o ecoturismo ou a crescente popularidade do turismo histórico e cultural) de modo que a abordagem do estudo do turismo, em si mesma, tende a se tornar mais diversificada (WILLIANS, 2009, p. 20).

A diversificação dos estudos sobre o turismo está diretamente relacionada com a própria diversificação e expansão do fenômeno do mundo, ao passo que até o final da Segunda Guerra Mundial menos de 25 milhões de pessoas em todo mundo viajaram para fora de seus países (WILLIANS, 2009) e em 2016 esse número chegou a 1.235 milhões (UNWTO, 2017), resultando no

primeiro período em que um número significativo de acadêmicos obteve graus especificamente no turismo como uma disciplina ou teve o turismo como foco principal em pesquisas para obtenção de grau em outras disciplinas. A primeira geração de especialistas da LRT em geografia nesta era conduziu e orientou pesquisas e teses de pós-graduação em LRT para quase uma carreira completa, em alguns casos. (BUTLER, 2004, p.40)

No passado os estudos sobre turismo eram poucos expressivos ou ocupavam posições secundárias nas áreas de interesses acadêmicos, porém, a partir da terceira era, os estudos sobre o turismo consolidam-se com área de interesse, desde a construção de uma epistemologia própria, a partir da criação de cursos de graduação e de pós-graduação em turismo ou como área temática de outras disciplinas, por exemplo, a geografia do turismo.

Desde o final do século XIX os geógrafos estão pesquisando sobre o fenômeno turístico a partir de diversas abordagens e correntes metodológicas (CASTRO, 2006) e a partir da década 1960 vivencia-se um acentuado número de estudos geográficos na área, que estão diretamente relacionados “[...] ao acelerado desenvolvimento do fenômeno, ligado à prosperidade econômica que marcou o período de pós-guerra nos países centrais do capitalismo” (RODRIGUES, 1993, p. 72).

Até meados do século XX, o primeiro período dos trabalhos geográficos sobre turismo de Butler (2004), a abordagem do fenômeno do turismo pela geografia

é pródiga de estudos alemães, franceses e ingleses em que ênfase ao fenômeno turístico é dada ao deslocamento de pessoas de sua residência habitual e o tipo de interação que se dá entre elas, reconhecendo-se os impactos socioculturais entre turistas e anfitriões nas zonas receptoras. (CASTRO, 2006, p.67).

Com o desenvolvimento dos temas, no segundo período, contemporâneo a prosperidade econômica dos países capitalistas do norte, e conseqüentemente da atividade turística, os estudos geográficos sobre o fenômeno “na sua esmagadora maioria os trabalhos podem ser rotulados como pertencentes à Geografia Tradicional,

avançando, no máximo, até a fase neo-positivista” (CASTRO, 1993, p. 73). Nessa corrente metodológica, Castro (1993) destaca os estudos de Miossec e Pearce.

Jean-Marie Miossec no artigo *Un modele de l'espace touristique* publicado na revista *Espace géographique* em 1977 destaca que o custo, o tempo de deslocamento e de estadia explicam a localização dos espaços turísticos, distinguindo, dessa forma, os cinturões turísticos a partir das porcentagens e volumes turísticos dos centros emissores, do meio de transporte predominante e da duração da estadia. Partindo da afirmação que esses cinturões passam por transformações a partir das variáveis do clima, da história, da política e pelo papel desempenhado pelos outros centros emissores de turistas, Miossec (1977b) estabelece um modelo de evolução da estação turística, que permite desenhar uma síntese preliminar sobre o dinamismo do espaço turístico.

A estação turística, para Miossec (1977b, p. 45)

pode ser definida como um complexo resultante da ação de três variáveis: a organização integrada (promotores de viagem e de férias, empresas de transporte turístico e tipo de demanda turística); o território receptor, prolongamento recreativo e cultural da estação, em que a economia e a sociedade turísticas são realizadas de acordo com suas ofertas e necessidades; uma característica específica, mais ou menos artificializada, mas que por meio da ação humana, pela animação e organização cria um ambiente específico.

Embora a análise da evolução das estações turísticas é realizada por modelos, Miossec (1977b, 46) destaca que “as estações passam por várias fases, cada uma caracterizada por um crescimento quantitativo em ritmos variados, em seguida, por uma ruptura qualitativa”, no qual a estação passa por cinco fases evolutivas.

A primeira, a fase pré-turística, ou fase zero, o território serve de trânsito, não é visitado, ainda não é uma estação, pois, a demanda turística não conhece e não se interessa por esse território. A segunda etapa, a fase um, o turismo se manifesta timidamente, caracterizado pelo surgimento de uma estação pioneira, como pouca função turística no espaço. A estação pioneira serve para mostrar que a atividade turística é viável, iniciando em seguida a fase dois, onde as estações se multiplicam, com o surgimento de infraestrutura, mão de obra e aumento do volume de turistas.

A terceira fase é caracterizada como uma fase de organização, onde cada estação organiza o seu entorno de acordo com os serviços oferecidos, iniciando um processo de concorrência entre os serviços ofertados aos turistas. Na quarta fase

tende a saturação, caracterizada por um sistema piramidal de estações hierarquizadas, onde a atividade turística está em todo o território, onde o que

“[...] tinha sido percebido como ‘original’, ‘natural’, torna-se banal, dissolvido; o que atrai a partir de agora é o turismo em si, a “feira” do turismo, os mitos criados em torno deste território turístico, e não mais o território com as marcas dos habitantes que tradicionalmente o construíram”. (MIOSSEC, 1977b, p 46,).

Nesta fase evolutiva, segundo Miossec (1977b) passa-se a vivenciar um período de crise em função da superpopulação e saturação da estação turística, resultando na evasão de certos tipos de turistas que procuram destinos turísticos ainda não saturados. O autor ainda cogita uma quinta fase evolutiva, marcado pela criação de novos meios de manter o dinamismo do território por meio “[...] excursões, esportes, culto ao sol, onde se tenta ampliar o conhecimento e preservação dos diferentes gêneros de vida [...]” (*ibidem*, 1977b, p.46), como a redescoberta dos povos aborígenes ou autóctones, do artesanato tradicional, buscando uma autenticidade do lugar visitado par além da saturação encontrada na fase quatro.

Na perspectiva da *new geography*, a fase neopositivista da geografia, também o artigo *The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources*, de Richard W. Butler publicado em 1980 na revista *Canadian Geographer*, que igualmente ao Miossec também propõem um ciclo evolutivo para entender as dinâmicas sócio-espaciais dos destinos turísticos, que para Butler (1980, p.6) esses “[...] carregam consigo as sementes de sua própria destruição, na medida em que se tornam mais comercializados perdem suas qualidades que originalmente atraíam turistas”.

O ciclo de evolução das áreas turísticas proposto por Butler (1980) é composto por sete estágios: exploração; envolvimento; desenvolvimento; consolidação; estagnação; declínio e rejuvenescimento. O primeiro estágio, exploração, é caracterizado por um pequeno número de turistas. No estágio do envolvimento é caracterizado “[...] pelo início da instalação de infraestruturas principalmente ou até mesmo exclusivamente para os visitantes” (BUTLER, 1980, p. 7). Por sua vez, no estágio do desenvolvimento, “reflete uma área com o mercado turístico bem definido, construído, em parte, por publicidade massiva nas áreas geradoras de turistas. À medida que este estágio avança, o envolvimento local e o controle do desenvolvimento irão diminuir rapidamente” (*ibidem*, 1980, p.8).

No estágio da consolidação começa o declínio da taxa do aumento do número de visitantes, porém, o número total continua aumentando, resultando em uma realidade que o número de total de visitantes excede o número de residentes permanentes, além disso, o grande número de visitantes e de instalações turísticas gera descontentamento entre os moradores residentes, principalmente entre os que não estão envolvidos na indústria do turismo (BUTLER, 1980).

Quando o número de visitantes atinge o pico o destino turístico irá entrar no estágio da estagnação, onde os

níveis de capacidade para muitas variáveis serão alcançados ou excedidos, com problemas ambiental, social e econômico. O destino terá uma área bem estabelecida, mas não estará mais na moda. Haverá uma forte dependência de visitas repetidas e de convenções e formas similares de tráfico (BUTLER, 1980, p.8.).

Com o intuito de manter os níveis de visitação, as atrações turísticas originalmente naturais e culturais, na teoria de evolução de Butler (1980) serão, provavelmente, suplantadas por instalações artificiais, onde a imagem do centro turístico estará divorciada do seu meio geográfico. Mesmo com implantação de atrações artificiais o destino turístico ainda não conseguir manter os níveis de visitação o destino turístico entrará no penúltimo estágio de Butler (1980), o declínio, onde a área não consegue mais competir com as novas atrações turísticas e enfrentará tanto declínio de seu mercado, quanto numérica e espacialmente.

A partir dos esforços combinados entre o governo e a iniciativa privada é possível que o destino turístico entre na última fase, do rejuvenescimento, mas, para Butler (1980) isso só será possível se houver uma transformação completa nas atrações no qual o turismo está estruturado. Elas podem ser atrações feitas pela atividade humana, como os cassinos em Atlantic City, ou a partir de recursos naturais inexplorados como o caso das “Cidades spas da Europa e do feriado de verão na cidade de Aviemore na Escócia que experimentou o rejuvenescimento a reorientação pelo mercado dos esportes de invernos” (BUTLER, 1980, p.9). O quadro 1 apresenta a comparação entre o modelo de espaço turístico de Miossec e o ciclo de evolução de área turística de Butler.

**QUADRO 1 - COMPARATIVO ENTRE O MODELO DE ESPAÇO TURÍSTICO DE MIOSSEC E O CICLO DE EVOLUÇÃO DE ÁREA TURÍSTICA DE BUTLER**

MIOSSEC		BUTLER	
Fase	Característica	Estágio	Característica

0- Pré-turística	O território serve de trânsito, não é visitado.	1- Exploração	Pequeno número de turistas
1- Pioneira	Surgimento de uma estação pioneira, como pouca função turística no espaço, serve para mostrar que a atividade turística é viável.	2- Envolvimento	Início da instalação de infraestruturas para os visitantes.
2- Multiplicação	Aumento do número de estações, de infraestrutura, mão de obra e do volume de turistas.	3- Desenvolvimento	Mercado turístico bem definido; publicidade massiva nas áreas geradoras de turistas.
3- Organização	Processo de concorrência entre as estações pelos serviços ofertados aos turistas.	4- Consolidação	Número de total de visitantes excede o número de residentes permanentes;
4- Saturação	Sistema piramidal de estações hierarquizadas, crise em função da superpopulação e saturação da estação turística, evasão de certos tipos de turistas que procuram destinos turísticos ainda não saturados.	5- Estagnação	O destino terá uma área bem estabelecida, mas não estará mais na moda. Haverá uma forte dependência de visitas repetidas e de convenções e formas similares de tráfico;
5- Reestruturação	Novos meios de manter o dinamismo do território por meio de excursões, esportes e redescoberta da cultural local.	6- Declínio	não consegue mais competir com as novas atrações turísticas e enfrentará declínio de seu mercado.
-	-	7- Rejuvenescimento	Transformação completa nas atrações que podem ser feitas pela atividade humana ou a partir de recursos naturais inexplorados.

**FONTE:** Adaptado de Miossec (1977) e Butler (1980).

Sobre esses modelos para análise das áreas de destino turístico, Krakover (2002, p.25-26,), destaca que “[...] o modelo da Miossec assume implicitamente uma relação entre o crescente número de atrações, melhorias no transporte e o aumento da demanda” enquanto o modelo de Butler “[...] prevê aumento da demanda em paralelo com o aumento dos investimentos na atratividade da área do centro turístico” (*idem*, 2002, p.26).

Apesar das diferenças entre os dois modelos pode-se estabelecer paralelos entre os autores, no qual a transformação de um dado espaço geográfico pelo turismo

ocorre por meio de uma evolução linear, indo de um momento inicial com uma atividade turística rarefeita, passando por aumento gradativo até chegar ao ápice da atividade do desenvolvimento da atividade passando, na sequência, pelo seu declínio podendo ou não ser seguido por uma reestruturação, para Miossec (1977b), ou rejuvenescimento, para Butler (1980), estabelecendo um ciclo evolutivo das transformações sócio-espaciais pelo turismo.

A metodologia dos modelos turísticos para análise espacial para Barros (2009, p.94) possui duas utilidades:

A primeira é que o modelo é efetivo como unificador conceptual da massa dos fatos empíricos, constituindo-se desta maneira numa ferramenta teórica de partida e orientação, capaz de criar um diálogo empírico continuado no processo da pesquisa.

[...] A outra utilidade do modelo deriva da sua capacidade prescritiva ou de advertência.

Apesar das características supracitadas por Barros (2009), Rodrigues (1993, p.74) ressalva que ao seguir por esta metodologia

o trabalho deve ser analisado com precaução, uma vez que dificilmente a realidade é captada e reproduzida através de modelos. Nem todos os espaços turísticos passam por fases que vão, inicialmente, das primeiras atividades turísticas implantadas no território até a saturação do espaço pelo turismo, como propõem Miossec.

Além da perspectiva neopositivista também foram produzidos estudos a partir da renovação do pensamento geográfico entre as décadas de 1960 e 1970. Na perspectiva da geografia crítica, Rodrigues (1993, p.73) destaca “[...] as pesquisas de Remi Knafou, aplicadas aos Alpes Franceses (1979 e 1988) e Juan-Eugeni Sanches (1985), que apresenta uma proposta metodológica para o estudo do turismo no litoral fundamentada em princípios marxistas”. Dentro deste paradigma crítico da geografia, também se destaca Cardena (2015), com estudo sobre o turismo desenvolvido nas Ilhas Baleares a partir da obra de Marx e David Harvey.

A perspectiva crítica da geografia busca por meio da contradição dialética analisar fenômeno geográfico, na temática do turismo são resultados da contradição entre os interesses do grande capital, representado pelos empresários do setor turístico, muitas vezes, pelo Estado que através das políticas públicas direcionam suas ações para o desenvolvimento seletivo do setor, tendendo para o lado das grandes empresas, e a população residente, que na perspectiva dos países subdesenvolvidos quando não são expulsas de seu local para a instalação da

infraestrutura turística participam de modo marginal da economia, com empregos informais, subempregos e trabalho infantil.

Dentro do caleidoscópio de procedimentos metodológicos para análise do fenômeno do turismo pela geografia, conforme destaca Rodrigues (1993), existe os trabalhos pautados na percepção espacial que exploram o imaginário. Dentro dessa perspectiva tem-se o artigo *L'image touristique comme introduction à la géographie du tourisme* de Miossec, publicado no mesmo ano do seu artigo que versa sobre as fases de evolução de um local turístico. Neste artigo, Miossec (1977a, p.54) traz que o “espaço turístico é antes de tudo uma imagem”, no qual, cada imagem está relacionada a um tipo de comportamento dos indivíduos e dos grupos, dividindo-as em três grandes tipos: global, atual e tradicional.

Para Miossec (1977a, p.55-56)

A imagem “global” corresponde às aspirações profundas dos arquétipos que ultrapassam o comportamento turístico regional ou nacional e correspondem aos imperativos biológicos territoriais do homem.

A imagem “atual” corresponde ao espaço criado pela moda, as referências contemporâneas de beleza para a sociedade atual.

A imagem “tradicional”, profunda, se estabeleceu lentamente durante os séculos e a cultura dos turistas permite que desfrutem de toda a riqueza.

A partir da multiplicidade de abordagens geográficas sobre o fenômeno turístico emergem trabalhos que a partir do Paradigma da Complexidade busca “[...] compreender essa diversidade de contribuições valorizando o aporte de cada uma escapando de uma lógica disjuntiva” (PIMENTEL; CASTROGIOVANI, 2015, p. 442).

Entre os trabalhos que versam sobre essa perspectiva, tem-se o artigo *Geografia e Turismo: Em Busca de uma Interação Complexa*, de Pimentel e Castrogiovani, que abordam o fenômeno do turismo pela geografia a partir do Paradigma da Complexidade, e o artigo *La géographie dans la controverse touristique*, de Lazzarotti, que apresenta uma abordagem sistêmica aplicada à Geografia. Jean-Michel Dewailly, por sua vez, no livro *Tourisme et Géographie, entre pérégrinité et chãos?* e no artigo *Complexité touristique et approche transdisciplinaire du tourisme* acrescenta à discussão da complexidade no turismo aportes da teoria do Caos para análise espacial desse fenômeno.

Pimentel e Castrogiovani (2015, p.449) apresentam “[...] três - entre outras possíveis – ontologias do Turismo, ou seja, modos de expressar a realidade a qual esse termo diz respeito”: o turismo como código de uso e de leitura do espaço, no qual

percebe-se no advento de um olhar estético para o mundo como um marco para a emergência desse fenômeno. Uma semiótica da atração turística; o turismo como oportunidade de aprendizagem geográfica, que atenta para a questão os encontros espaciais provocados pelos deslocamentos significam oportunidades de aprendizagens. A prática turística como um disposto que permite ao sujeito se construir. E por último, o turismo como materialidades em performance, que além do vínculo feito por textos e símbolos, o turismo implica na mobilidade de corpos, acentuando a possibilidade de cada visitante em negociar as representações sobre os lugares, ao invés de serem percebidos como dominados pela instituição do 'olhar do turista'. – Singularidade da experiência Turística (PIMENTEL; CASTROGIOVANI, 2015).

Para Lazzotti (1994) a abordagem sistêmica é um modo de questionamento. Ela não busca um saber que é verdadeiro ou que é falso, mas como o objeto funciona com o intuito de melhorar sua função de acordo com propósito que lhe é atribuído ou determinado, desta forma a “[...] Geografia do turismo é a mesma expressão de uma relação entre a sociedade e um espaço e a dimensão física constitui um dos parâmetros que não são negligenciados. O turismo não pode ser um sistema, ele é sem dúvida, também, um geo-sistema” (LAZZOTTI, 1994, p. 645).

Na perspectiva de Dewailly (2008) é impossível alcançar uma visão compreensível com apenas uma disciplina, a partir desta crítica o autor destaca as teorias da complexidade e do caos, que a seu ver, possibilitam a uma melhor compreensão do fenômeno turístico em sua expressão espaço temporal, desta forma, a análise do turismo deve ser realizada a partir de uma abordagem transdisciplinar, pois, ela permite uma compreensão do fenômeno em profundidade.

Em seu outro trabalho Dewailly (2006), ressalta a dificuldade em definir turismo e turistas e de qualificar os lugares turísticos, pois, a partir de quando, de quais critérios um lugar é turístico? Para esclarecer esses pontos traz uma discussão a partir da escala, onde na escala mundial o turismo apresenta uma tendência geral mascarada do crescimento contínuo; na escala média, a complexidade é perturbadora, mas não insuportável, porque aqui novamente os efeitos da globalização e do tempo são sentidos; e por último, na escala local a complexidade é qualificada de “caótica” em referência a teoria do caos, no qual Dewailly (2006) observa as evoluções do desenvolvimento turístico do lugar sobre um tempo longo.

Ao estudar a produção do espaço pelo turismo os trabalhos geográficos levaram em consideração a dinâmica espacial do turismo, a relação entre o lugar emissor, o espaço de deslocamento e o lugar receptor. Entretanto, mesmo que esses estudos apresentem semelhanças eles não são homogêneos. Comentando sobre os problemas epistemológicos da geografia, Milton Santos (1986) destacou que há tantas geografias quanto geógrafos devido a pluralidade de abordagens geográficas, essa característica também pode ser aplicada aos estudos temáticos sobre o turismo.

As diferentes abordagens do fenômeno turístico pela geografia evidenciam a importância que o fenômeno adquiriu dentro da ciência geográfica, bem como a sua diversidade de olhares e percepções do espaço geográfico transformado por essa prática econômica e social ao redor do mundo. Destarte Geografia do Turismo não deve ser considerada como uma nova geografia, autônoma e linear, mas como uma área temática dentro da ciência geográfica, que busca apreender o fenômeno do turismo de acordo com uma ou outra linha epistêmica da geografia, como a perspectiva neopositivista, marxista, humanista ou da complexidade. Entende-se que essa é uma temática em constante construção, fazendo-se necessário a perenidade de discussões sobre a produção do espaço geográfico pelo turismo.

## **2.2 O Lugar Turístico**

A Geografia do turismo não constitui em si mesma uma nova ciência geográfica, mas sim um recorte temático. O turismo para Equipe MIT (2005, p. 342) é um “sistema de atores, de lugares e de práticas permitindo aos indivíduos a recreação por deslocamento e estadia temporária em outros lugares”, destarte, a análise do turismo pela geografia deve levar em consideração o que é destacado pela Equipe MIT com o objetivo de explicar a razão de existir o turismo em um determinado lugar e não em outro e como esse fenômeno produz e organiza o espaço geográfico.

A sistematização geografia em ciência e do fenômeno do turismo moderno são contemporâneos, ambos datam do século XIX, desde então, o turismo foi estudado por diferentes abordagens pela geografia, de acordo com os paradigmas basilares de cada corrente geográfica.

Assim sendo, o objetivo desta subseção é apresentar uma proposta de abordagem do fenômeno do turismo a partir da Geografia Nova, de Milton Santos, utilizando seu arcabouço teórico para apreender o processo de produção do espaço

geográfico pelo turismo, acrescentando ao diálogo outros autores e perspectivas e incluindo ao debate o conceito de Lugar Turístico como ferramenta para identificar o turismo no espaço geográfico e a categoria analítica do território usado como meio para analisar o turismo no lugar, constituindo. A explanação desta apresentada neste momento constitui as bases teóricas para analisar os lugares turísticos do Litoral Norte e o seu território usado pelos circuitos da economia urbana do turismo, no qual esta última parte é abordada no segundo capítulo.

Em outro momento, Almada (2015), discutiu-se a análise do espaço geográfico enquanto objeto central da ciência geográfica, que a partir de Santos (2012a), em que o espaço geográfico se apresenta como um de sistemas de ações indissociável dos sistemas de objetos. Enquanto uma relação indissociável, o espaço geográfico é composto por formas e funções que estruturam o espaço construído. A essas categorias, Santos (2007, p. 100), adiciona-se a noção do processo enquanto

“[...] um condutor cuja vida é efêmera, um breve momento, a fração de tempo necessária para que a estrutura se realize – se geografize, ou melhor, se espacialize – por meio de uma função, uma atividade mais ou menos durável e pela sua união indispensável à uma forma. O processo termina quando uma fração da estrutura é materializada em uma forma particular, condenado a uma função particular. Então, um novo processo começa”.

A partir da noção de processo à análise do espaço geográfico possibilita a operacionalização da categoria tempo, do par espaço-tempo, uma vez que as formas e funções que estruturam a vida humana não são estáticas, são passíveis de mudanças, e essas estão ocorrendo constantemente, nesse sentido, o processo se apresenta com um vetor efêmero que potencializa essa mudança, nesta lógica a partir do pensamento de miltoniano, o tempo adiciona movimento à totalidade do espaço geográfico.

Para esta discussão,

o importante é que as categorias, estrutura, função e forma, assim como o processo, tempo e escala, são indissociáveis tanto como categorias analíticas como categorias históricas. São elas que definem a totalidade concreta, a totalidade em permanente processo de totalização. (SANTOS, 2007, p.100).

Sobre a questão da totalidade em permanente processo de totalização Milton Santos retoma essa discussão na *Natureza do Espaço* (2012a [1996]), evidenciando o espaço geográfico enquanto totalidade em movimento, [...] uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer” (SANTOS, 2012a, p. 117). Nesse

ponto, há a diferenciação entre totalidade e totalização, “[...] a primeira sendo resultado e a segunda o processo” (*idem*, p. 118).

A totalidade é um momento já realizado, materializado nas formas e funções que estruturam o espaço geográfico, porém, tendo em vista que não se trata de um espaço estático, mas sim em constante movimento, dado pela dimensão do tempo, temos a totalização, enquanto processo, existindo enquanto potência, um *vir-a-ser* do espaço, que ao materializar-se transcende da potência ao ato, resultando em uma nova totalidade, mas essa também não está pronta, pois sempre estará se refazendo por meio da totalização.

Para analisar o movimento que caracteriza o espaço geográfico, Milton Santos acrescenta, a partir de Whitehead a ideia de *evento*, partindo da ideia de que “se consideramos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo” (SANTOS, 2012a, p.144). No movimento do transcender da possibilidade em ato, está o evento, um catalizador para que uma das possibilidades se materialize, e é nesse sentido que há o movimento do espaço geográfico, uma vez que “[...]os eventos mudam as coisas, transforma os objetos, dando-lhes ali mesmo onde estão novas características” (*idem*, p. 146).

Sendo o lugar o depositário final e obrigatório do evento (SANTOS, 2012a) é a partir de sua análise que o evento é percebido empiricamente, seja a partir de novas formas que vão completar o sentido de existências das novas funções que se não no lugar, ou pela refuncionalização das formas pretéritas. A exemplo deste último, tem-se o fenômeno de gentrificação, ocorrendo nos antigos centros urbanos industriais, transformando os galpões fabris em *lofts* destinados as novas funções urbanas que revitalizaram esses centros.

No sentido analítico, o evento é a fagulha de uma reação em cadeia de transformações no espaço geográfico, “[...]um instante no tempo dando-se em um ponto do espaço” (SANTOS, 2012a, p.144), ou seja, a gênese dos processos que ocorrem no lugar. Se os eventos estão na origem dos processos, o que dá início aos eventos? Santos (2012a) distingui os eventos entre naturais e sociais, ou históricos, os primeiros resultam no próprio movimento da natureza, como a queda de um raio, o começo de uma chuva ou um terremoto, como ocorreu no Haiti, em 2010, desencadeando uma série de problemas socioeconômicos no país, resultando no fluxo migratório de refugiados para vários países, principalmente para o Brasil. Os

eventos sociais “[...]resultam da ação humana, da interação entre os homens, dos seus efeitos sobre os dados naturais, aqui, é o movimento da sociedade que comanda, através do uso diversificado do trabalho e da informação” (SANTOS, 2012a, p. 147).

Além da origem, natural ou social, os eventos também podem ser distinguidos entre finitos e infinito e, também, entre uma duração natural ou organizacional. Sobre as características finita ou infinita, Santos (2012a, p.148) destaca que

os primeiros resultam da distribuição de possibilidades e recursos finitos: o tempo de cada um (se escolho ir a um lugar, não posso ir a outro ao mesmo tempo); o dinheiro de que dispomos; a população de um país. Já há os eventos infinitos que resultariam da distribuição de possibilidades e recursos cujo uso não os esgota, sua distribuição podendo ser cumulativa e não competitiva, como no caso dos recursos finitos. Exemplos de eventos infinitos são a liberdade, a democracia, a informação geral.

A duração natural está relacionada a natureza original do evento, de suas qualidades individuais, mas que, ao prolongá-las, fazendo-as durar além da sua composição original, o evento caracteriza-se por ter um duração organizacional, a exemplo, pode se ter “Uma lei, uma decisão governamental, uma portaria de um Banco Central, uma regra de um banco privado ou uma empresa são formas organizacionais que interferem na duração dos eventos, quando não a determinam diretamente” (SANTOS, 2012a, p.149).

O Estado, os grandes bancos e empresas além de interferir na duração dos eventos também são responsáveis pela produção dos eventos sociais ou históricos, onde a sua escala de atuação depende do limite da escala de sua força, por exemplo, leis municipais podem ser eventos que transformam certos lugares no município, mas dificilmente poderá extrapolar sua escala de atuação para outro município ou país. A escala do evento pode ter duas acepções, a primeira está relacionada com a origem das variáveis envolvidas na produção do evento, a segunda, é a escala do seu impacto, de sua realização (SANTOS, 2012a).

Sendo o espaço geográfico uma totalidade, onde as partes estão interconectadas com o todo, ou seja, “os eventos são individuais, mas não isolados, eles fazem-se numa combinação interdependente, formando uma trama complexa, compreensível a partir da totalidade” (DANTAS, 2016, p.197-198). Nos eventos históricos essa combinação traduz-se por dois tipos de solidariedade:

O primeiro com base a origem do evento, sua causa eficiente, cuja incidência se faz, ao mesmo tempo, em diversos lugares próximos ou longínquos. Trata-se, aqui, de eventos solidários, mas não

superpostos: sua ligação vem do movimento de uma totalidade superior à do lugar em que se instalam. O outro tipo de solidariedade tem como base o lugar da objetivação do evento, sua própria geografização. Aqui os diversos eventos concomitantes são solidários porque estão superpostos, ocorrendo numa área comum. (SANTOS, 2012a, p.152)

A compreensão dos tipos de solidariedade dos eventos históricos perpassa pelas noções de verticalidade e horizontalidade, respectivamente. Pois

as verticalidades relacionem-se com o global, ligam pontos remotos, são veículos de uma racionalidade exterior e estranha ao lugar, tende a impor a lógica da “modernidade”, dizem respeito ao interesse de poucos que tende a regular a vida cotidiana. (DANTAS, 2016, p. 198).

As horizontalidades, por sua vez “estão vinculadas ao lugar e dizem respeito ao local de produção e de consumo, aos espaços justapostos, constituídos de pontos contínuos, espaço da racionalidade e da contrarracionalidade; o que faz do lugar o palco das tensões entre o mundo e o cotidiano” (ibidem, p.198).

Analisar o espaço geográfico pela noção do evento é analisar o lugar, pois, mesmo que o evento possa ter uma solidariedade vertical, relacionando-se em pontos não contíguos pelo globo terrestre, é no lugar que as possibilidades se realizam, desta forma, “os eventos operam essa ligação entre os lugares e uma história em movimento. O lugar, aliás define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente” (SANTOS, 2012b, p. 158).

O mesmo evento, de solidariedade vertical, pode incidir-se em diferentes lugares pelo globo terrestre, embora seja possível ver semelhança entre as novas geografidades nos lugares onde o evento ocorre há uma característica específica em cada lugar, por mais forte que seja a tendência a homogeneização de área, ainda reside em cada lugar a sua singularidade, o que Santos destaca como sendo a força do lugar, pois,

o lugar é a oportunidade do evento. E este, ao tornar espaço ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais. É como se a flecha do tempo se entortasse no contacto com o lugar. O evento é, ao mesmo tempo, deformante e deformado. (SANTOS, 2012b, p.163).

A ideia da flecha do tempo, o evento, que se entorta ao atingir o lugar para garantir a sua singularidade relaciona-se com a noção de emergência, do pensamento complexo, que “nas realidades (conjuntos ou todos) organizadas emergem qualidades e propriedades novas (que podemos chamar de “emergências”) que não são redutíveis aos elementos (partes) que as compõem e que retroagem sobre essas

realidades” (MARÍN; JIMÉNEZ, 2002, p.118). Nesse sentido, conforme destacado na citação de Santos (2012b), o evento é ao mesmo tempo deformante e deformado, pois, ao modificar o lugar o evento também se modifica, emergindo algo novo no lugar.

Ainda sobre a relação da noção de emergência e o lugar, a primeira “[...] diz respeito à ordem do acontecimento novo, do imprevisível e, principalmente, diz respeito a uma combinação original de elementos e padrões já existentes” (DANTAS, 2014, p.57), então se o evento é o veículo de algumas possibilidades que se realizam no lugar, mudam as coisas, transformando os objetos e as ações, o espaço geográfico, dando-lhes ali mesmo onde estão novas formas e funções, como lembra Santos (2012a), no qual o encontro do evento com o lugar é a emergência, pois desse encontro “[...] as qualidades ou propriedades de um sistema que apresentam um caráter de novidade com relação as qualidades ou propriedades dos componentes considerados isoladamente ou dispostos de forma diferente em outro tipo de sistema” (MORIN, 1981. p.129-130). A partir do evento, emergem no lugar novas qualidades e propriedades, nesse sentido que o evento pode ser entendido enquanto veículo para a emergência do lugar.

Frente a totalidade em movimento que compõe o espaço geográfico enquanto mundo, cada lugar é específico, singular, podendo ser definido “[...] tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional. É assim que os subespaços existem e se diferenciam uns dos outros” (SANTOS, 2012b, p.159). Com o aporte da complexidade, acrescenta-se a fala de Santos que a singularidade de cada lugar também ocorre em função de suas características emergenciais, suas qualidades e propriedades, podendo, a partir dos eventos resultar na especialização do lugar em determinada função.

Decifrar as especificidades de cada lugar, a sua emergência resultante da combinação de algumas possibilidades por meio do evento,

cabe ao pesquisador imbuído do raciocínio geográfico (aquele que tem em sua base a ordem espacial de objetos e ações e a trama relacional das localizações e lugares) situar o conjunto de variáveis que compõe o circuito produtivo estudado, estabelecendo entre elas suas ligações e nexos (DANTAS, 2016, p.198).

Não somente os circuitos produtivos<sup>17</sup>, que é o foco do artigo de Dantas (2016), mas qualquer especificidade de cada ponto do espaço geográfico, em sua trama relacional, uma vez que, para realizar esta análise é preciso incorporar a noção de território usado proposta por Milton Santos, na qual

O conjunto de variáveis que viabiliza uma determinada produção, como por exemplo, a produção de cana, implica na noção de uso do território. A combinação específica para esse uso é o lugar. Grosso modo poderíamos dizer que a produção de cana é o uso do território e a especificidade de cada produção é dada pelo lugar. O Território é uso, o Lugar é a combinação para esse uso. (DANTAS, 2016, p.198).

Conforme lembram Santos e Silveira (2001, p. 20), “o que interessa discutir é, o território usado, sinônimo de espaço geográfico”, além disso, Milton Santos destaca que “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, de espaço habitado” (SANTOS, 2012b, p. 138), e essa trama solidária e indissociável entre objetos e ações, conforme destacado por Dantas (2016), encontra no Lugar a combinação para o uso, ou seja, o espaço geográfico em ato.

O espaço geográfico é uma totalidade em movimento em razão de que a cada situação histórica novas qualidades e propriedades emergem no lugar, essas ocorrem em virtude dos eventos que criam ou transformam o território usado e a configuração territorial de cada período, o desafio da análise geográfica encontra-se em apreender essas características emergenciais, buscando compreender e explicar a produção do espaço geográfico a partir de seu constante movimento de transformação. Com base na noção de evento é possível identificar a origem dos processos que resultaram ou estão em vias de transformar as formas e funções que incidem sobre o lugar, por sua vez, as categorias do território usado e da configuração territorial operacionalizam a análise das formas e funções em ato, revelando suas características existenciais e essenciais, ou seja, a sua estrutura, que possibilita a compreensão do espaço geográfico em movimento.

Cada lugar é composto por inúmeras variáveis, e a produção do espaço geográfico pode ter sido realizada, ou impulsionada, a partir de uma ou pelo conjunto dessas variáveis que se materializam de modo singular no território. Neste ponto é

---

<sup>17</sup> Milton Santos classifica os circuitos espaciais da produção como “[...] diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final” (SANTOS, 2012c, p. 56).

necessário entender a produção do espaço geográfico a partir da variável do turismo, tendo como premissa analítica a noção do Lugar Turístico, ou seja, os lugares onde a sua produção, ou reprodução, se deu em função da atividade turística.

Um lugar torna-se turístico a partir de sua refuncionalização, mas, o que torna isso possível é o evento, compreendido como “agente-ação” que materializou essa possibilidade no território. O evento está relacionado com o processo que possibilita a emergência de novas funções e formas, ou refuncionaliza as antigas, resultando em um novo uso do território no lugar. O fenômeno do turismo ao ser analisado a partir de sua configuração territorial, leva em consideração a totalidade existente em um dado lugar turístico, ou enquanto processo que está transformando e/ou refuncionalizando o lugar para receber a prática do turismo.

Na perspectiva da constituição do lugar turístico, Knafou (1991) chama a atenção para o seu processo de invenção, reconhecendo, que para alguns casos, a importância da presença de celebridades para a divulgação de lugares turísticos, nesta lógica, além da realidade material, dos objetos, também é necessário as ações para completar o sentido existencial do espaço geográfico, garantindo que esse lugar torne-se um destino turístico, pois, sem a presença dos turistas, que são “[...] os primeiros atores, historicamente, no desenvolvimento dos espaços turísticos realizando distinções, designações de uma área mais do que a outra” (ÉQUIPE MIT, 2008, p. 190), um lugar não pode tornar-se efetivamente turístico.

No movimento de tornar-se turístico do lugar, encontra-se um processo inacabado de uma parte do espaço geográfico, e esse é uma totalidade em movimento que nunca está pronta, em constante transformação, onde “[...] a cada momento do tempo o espaço possui uma configuração territorial específica, com ações e objetos contemporâneos àquele momento” (ALMADA, 2015, p. 90).

Nesta perspectiva, a emergência de um dado momento é vivenciada a partir do lugar, pois é “no lugar, estamos condenados a conhecer o mundo pelo que ele já é, mas, também pelo que ainda não é. O futuro, e não o passado torna-se a nossa âncora” (SANTOS, 2012b, p.163). O futuro se apresenta enquanto possibilidade de existência, e essas são dadas pela realidade presente, materializada no lugar, essa por sua vez, resultado de uma construção processual e possibilidade já materializadas no lugar.

O turismo materializado no lugar é resultado de “[...] um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares”

(SANTOS, 2012a, p. 337), nesse sentido, pode-se estabelecer o conceito de lugar turístico para analisar o fenômeno do turismo a partir da abordagem geográfica.

Conforme lembra Boyer (2003), nenhum lugar é turístico a priori. Sobre isso, Knafou (1991, p. 15) destaca que o lugar passa por um processo de invenção por meio de uma construção socioespacial, “portanto, um lugar que se torna turístico modifica brutalmente o seu estatuto de utilização”, ou seja, novas possibilidades existenciais passam a fazer parte da realidade material do lugar.

O processo de transformação de um lugar para um lugar turístico tem como ponto central a sua refuncionalização. A análise do território usado pela prática do turismo no lugar, traz à luz uma possibilidade da ação humana nos objetos, já transcendida em ato, materializada, enraizada no solo, um instante do movimento da totalidade, uma forma de cindi-la para realizar sua apreensão, pois, “[...] a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer” (SANTOS, 2012a, p. 117).

O lugar turístico enquanto, possibilidade já realizada, tem a sua existência efetivada a partir das formas materiais, que compõem a sua configuração territorial, essa não é um dado material uniforme, com formas de um mesmo tempo, de um mesmo período ou realidade técnica, pois é resultado acumulativo de tempos desiguais, um amálgama entre a configuração territorial e o território usado, onde convivem as formas e funções socioespaciais para atender a atividade do turismo e as formas e funções para atender as necessidades cotidianas do lugar, ressaltando que “os lugares, pois, se definem pela sua densidade técnica, pela sua densidade informacional, pela sua densidade comunicacional, cuja fusão os caracteriza e distingue”. (SANTOS, 2012b, p. 160), acrescentando essas variáveis na classificação dos lugares turísticos.

Neste ponto, far-se-á uma ressalva em relação a densidade comunicacional, no qual será utilizado a expressão técnica-científica-informacional, pois, os conteúdos técnicos da atualidade são indissociáveis ao conteúdo científico, o mesmo vale para a dimensão informacional que é solidária à essa dinâmica. A variável comunicacional do lugar é resultado, um produto do acúmulo da densidade técnica-científica-informacional (DTCI) do lugar.

Os lugares encontram-se em diferentes níveis de DTCl, uma vez que o processo de turistificação pode ocorrer de modo diferenciado, podendo ter uma maior ou menor densidade. Os enclaves turísticos, são exemplos de lugares turísticos com

grande nível de DTCl, no qual esses são “porções de espaço relacionadas a um uso turístico, visivelmente apartadas do contexto espacial em que se inserem, tanto por sua arquitetura dominante como pela fragilidade das relações que tecem com seu entorno imediato” (CRUZ, 2012, p.21).

Os enclaves, lugares onde ocorre superespecialização do território usado pelo turismo, aparentemente apartados do contexto sócio-espacial em que estão inseridos, interpretado por alguns autores como pseudo-lugares, devido a sua artificialização, por exemplo, o caso dos hotéis *resorts* que possuem em suas dependências uma densa infraestrutura especializada em satisfazer as necessidades de consumo dos turistas sem que esses precisem se ausentar das dependências do hotel, sobre esses casos, Cruz (2012, p. 25) afirma que os pseudo-lugares “[...] são lugares cuja história e identidade são prostituídas em nome de um uso especializado de relações alienadas e alienígenas produzidas pelo e para o turismo”.

Embora os enclaves turísticos possam aparentar uma existência artificializada na paisagem, não é possível interpretá-los como pseudolugar, pois, de fato, eles existem enquanto possibilidade realizada, em um dado do contexto sócio-espacial, mesmo que a população local não venha, comumente, desfrutar das opções de lazer oferecidas pelos *resorts*, muitas vezes ela é utilizada como mão de obra ou como fornecedora de insumos necessários para o cotidiano desse tipo de empresa. Portanto, mesmo com formas e funções destoantes da paisagem em que se inserem, os enclaves são lugares turísticos, logo, solidários com o seu entorno.

A análise do lugar leva em consideração os elementos que o constituem, tanto os materiais quanto os imateriais, no qual participam o Estado, por meio de políticas públicas, de normas e leis, os empresários, comerciantes, das mais diversas naturezas, os moradores, visitantes e principalmente os turistas, permeados por um imagens preenchidas por discursos que individualiza cada lugar.

A invenção do lugar turístico, uma porção do espaço geográfico transformado pelo turismo, ocorre a partir de um duplo movimento, “o primeiro sendo um processo de desvio de utilização predominante do lugar – este é o poder subversivo do turismo – e o segundo sendo a incorporação de novos territórios ao lugar turístico – este é o poder de conquista do turismo” (KNAFOU, 1991, p.16).

A partir desses dois poderes é possível identificar os processos de turistificação do lugar, no qual “a invenção do lugar turístico começa, portanto, com

um desvio da utilização tradicional do território e, ao mesmo tempo, em que ocorre uma mudança de significação” (KNAFOU, 1991, p.16).

O processo de subversão do lugar em lugar turístico está alicerçado “[...] em grande parte na elaboração de um discurso, que contribui para uma coisificação e um fetichização de certos pontos do território” (SILVEIRA, 2002, p. 36). Nesse sentido, os elementos naturais do sol e do mar contribuem para ressignificar o território usado no litoral, tratando-se do que Silveira (2002, p.37) chamou de aptidão paisagística, que “através de preferências moldadas ao ritmo da publicidade, de modas culturais e esportivas, de critérios estéticos, de possibilidades técnicas e estratégias de mercado. Eis porque as paisagens são valorizadas, diferentemente, a cada momento histórico”.

A aptidão paisagística, que transforma pontos do território em mercadoria, e por conseguinte o fetichiza, não pode ser analisada apenas por seus atributos naturais, pois o fetiche em visitar um dado ponto no planeta é uma manifestação da psicosfera<sup>18</sup>. Logo, a aptidão paisagística é um conjunto de dados psiconaturais, esses “são processos de apropriação dos elementos ditos naturais, porque se esses dados não têm artifício na sua constituição material, eles o têm na sua constituição simbólica e social” (SILVEIRA, 2002, p. 37).

Apenas a transformação psicológica da praia pela valoração dos elementos naturais, como a praia, o mar e as dunas não são suficientes para consolidar a existência do turismo, pois, é necessária uma realidade material que suporte a essa atividade, é nesse sentido que o processo de invenção do lugar turístico resulta de um duplo movimento. Após a subversão material e simbólica do lugar há a conquista de novos territórios por meio da incorporação de lugares já existente ou a criação de lugares *ex nihilo* que irão garantir a configuração territorial necessária para a realização da atividade turística no lugar.

A invenção do lugar turístico não ocorre homogeneamente na superfície terrestre, podendo ocorrer em variadas escalas e intensidade, resultando na transformação da essência dos lugares, isso é, na maneira como o território é usado, a partir do momento em que ocorre algum fator que modifica o modo como o território é usado, a sua essência também se modifica, não apenas isso, a configuração territorial também se modifica para atender a demanda dos novos usos do território.

---

<sup>18</sup> De acordo com Milton Santos, na obra *Técnica, espaço e tempo*, a psicosfera é resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo.

A cada momento novos usos do território transcendem da potência ao ato e é nesse sentido, de nunca estar pronto, de estar inserido num ciclo infinito de mudanças, que o espaço geográfico é uma totalidade em curso, porém uma “totalidade irrealizável” (SANTOS, 2012a), pois nunca estará pronto.

O vetor que instala a possibilidade de mudança da materialidade, e das ações sobre elas, pode ser interpretado pelo que Santos (2012a, p. 144) denomina evento, dessa forma, os diferentes tipos de lugares turísticos estão relacionados os diferentes tipos de eventos que os originou.

Existe uma gama de eventos materializam-se em um mesmo lugar, uns com origens semelhantes, outros não, mas para a análise do turismo o que interessa é identificar os eventos diretamente relacionados com a turistificação do lugar.

Para Knafou (1996), há três fontes de turistificação dos lugares, podendo estar ou não diretamente relacionadas com a origem do evento que possibilitou o turismo no lugar. A primeira parte da premissa de que “são os turistas que estão na origem do turismo” (*ibidem*, p.70), e ainda, conforme Cruz (1999, p. 19), “sem turista, o lugar turístico não tem razão de ser”.

Entretanto, apenas essa característica tautológica do lugar turístico não é suficiente para explicar a razão de ser turístico. Além da presença do turista, é necessário que o mercado tenha interesse, ou seja, “o mercado é a segunda fonte de criação” (KNAFOU, 1996, p. 70). Porém, esse interesse é consolidado a partir da terceira fonte: “planejadores e promotores ‘territoriais’” (*ibidem*, p. 70). Esses, geralmente, estão presentes na figura do Estado desenvolvedor de políticas públicas para a atividade turística.

O Estado promove a invenção do lugar turístico por meio das políticas públicas, podendo assumir a função de vetor para a materialização do turismo, possibilitando os processos de subversão e de conquista do território para o turismo, modificando a configuração territorial, criando e/ou refuncionalizando formas para atender as funções dessa atividade.

Corroborando sobre o papel das políticas públicas para a existência do lugar turístico, Cruz (1999, p. 3) argumenta que

o modo como se dá a apropriação de um dado espaço pelo turismo depende da política pública de turismo que se leva a cabo no lugar. À política pública de turismo cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientem o desenvolvimento socioespacial atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada. Na ausência da política pública, o turismo se dá à revelia, ou

seja, ao sabor de iniciativas e interesses particulares (CRUZ, 1999, p. 3).

As políticas públicas estão relacionadas com o evento que possibilita a materialização do turismo no lugar, e a essência do modo de produção capitalista está na origem das políticas públicas, dotar os espaços de meios para aumentar a produtividade econômica para garantir o processo de acumulação de riquezas, para garantir a reprodução do sistema.

A origem do evento pode estar relacionada individualmente ou pela justaposição de cada uma das fontes de turistificação do lugar, turistas, Estado e mercado. De acordo com a intensidade do evento do turismo no espaço geográfico há diferentes possibilidades de materialização de lugares turísticos. Partindo da diferenciação geográfica dos lugares turísticos Knafou *et al* (1997) define esses a partir de quatro tipos: local turístico (*site touristique*); cidade turística (*ville touristique*); estação turística (*station touristique*); feitoria turística (*comptoir touristique*).

A principal diferença entre os tipos de lugares turísticos encontra-se na densidade da TCI materializada em cada lugar em função do uso do território pelo turismo, no qual, os autores destacam o papel do itinerário de visita ao lugar, que determina o tempo de permanência do turista e o seu nível de interação com o local.

Para Knafou *et al* (1997, p.200) o local turístico “é caracterizado unicamente pelas práticas de passagem pelos turistas. Sendo assim, eles não permanecem num local turístico, apenas visita”. Essa característica do local turístico, ser um ponto de passagem, pode ser explicada pela ausência de leitos, não permitindo a estadia do turista, ou pela natureza do local, natural, cultural ou histórica, que não necessita a estadia no local para garantir a frequência de turistas.

A cidade turística, trata-se de

uma aglomeração urbana que acolhe uma importante atividade turística que pode apresentar duas formas espaciais: uma multiplicidade de locais integrados ao tecido urbano ou a exclusividade do turismo sobre uma parte do espaço urbano, geralmente o centro da cidade, o centro histórico (KNAFOU *et al*, 1997, p. 200).

Por sua vez a estação turística “define-se pela primazia da atividade turística no lugar. Ela é criadora do lugar e ainda dominante. A estação caracteriza-se pela presença de uma população permanente, tornando-a um lugar de vivência” (KNAFOU *et al*, 1997, p. 200).

A feitoria turística é muito parecida, em termo de função, com a estação turística, mas com uma diferença fundamental, uma vez que essa também se define pela primazia da atividade turística, “[...], mas sendo um lugar criado *ex nihilo* para acolher os turistas por dois ou três dias, uma ou duas semanas. Ela caracteriza-se por uma banalização completa da capacidade de acolhimento” (KNAFOU et al, 1997, p. 200). A feitoria turística, devido a sua aparente artificialização em relação ao espaço geográfico do seu entorno pode ser interpretada pelo aquilo Cruz (2012) chama de pseudolugar, no qual sua principal função é criar para o turista um simulacro de visitação, que não necessariamente utiliza-se os elementos históricos-geográficos para atrair os turistas.

O potencial de desenvolvimento econômico pelo turismo de um determinado lugar está diretamente relacionado com o número de turistas por ano e do total de receitas geradas, em que quanto maior a concentração de densidade TCI relacionada ao turismo que o lugar possui maior a probabilidade do turismo contribuir de forma significativa para o seu desenvolvimento econômico.

Compreender o lugar turístico pela geografia é realizar uma análise situacional de um determinado momento no tempo e no espaço, tendo como premissa que um lugar turístico é aquele que possui uma função turística, ou seja, um território usado pelo turismo, que está diretamente relacionado com as formas, indissociadas de suas funções, que completam o seu sentido existencial do espaço geográfico, pois, o território usado são as formas e funções em ato, em outras palavras, o espaço geográfico no eterno movimento de realizar-se como tal. A primeira etapa do estudo geográfico do turismo é identificar onde e porque o turismo materializa-se num determinado ponto e momento do espaço geográfico, e não em outro ponto ou momento.

Para Boyer (2003) nenhum lugar merece ser visitado a priori, desta forma a existência do turismo no lugar é resultado de um processo, cuja gênese está no evento que possibilitou as características emergenciais do lugar turístico. Para analisar a natureza do turismo no lugar é preciso passar pela fonte do evento, justamente as fontes de turistificação destacadas por Knafou (1996), os turistas, o mercado e o Estado que podem atuar isoladamente ou em conjunto na invenção do turismo no lugar e na forma que o território é usado.

Um lugar que tem na fonte de sua invenção o papel preponderante nos turistas geralmente é caracterizado pelas frentes pioneiras, um ponto de visitação pouco

frequentado, onde a taxa de visitação tende a aumentar de acordo com o aparecimento gradativo dos primeiros turistas e sua conseqüente publicidade. Quando esta fonte tem como premissa o mercado, deve-se levar em consideração os investimentos do setor privado do turismo que convergem no lugar, produzindo e modificando o espaço geográfico de acordo com os seus interesses.

O Estado, por sua vez, tem como principal atuação na elaboração de políticas públicas com o intuito de desenvolver ou criar a atividade turística em um determinado lugar, principalmente na dotação de infraestrutura possibilitando o incremento da demanda e hospedagem turística no território pretendido. Ressaltando, que, as três fontes de turistificação podem estar relacionadas na origem do lugar turístico, podendo variar em nível de participação e articulação nesse processo.

O espaço geográfico enquanto totalidade em movimento a cada instante passa por transformações, criando novas formas e/ou refuncionalizando as antigas, evocando a sua qualidade não estática, essa premissa para o processo de produção do espaço pelo turismo também é verdadeira, fazendo-se necessário identificar as transformações que um lugar sofreu ao longo do tempo a partir do surgimento da atividade turística. Para esta análise pode-se recorrer a metodologia da periodização, essa segundo Santos e Silveira (2001, p.24) são realizadas em períodos, que são “[...] pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo”.

O desafio de estabelecer a periodização consiste em elencar “[...] as variáveis-chave que, cada pedaço do tempo, irão comandar o sistema de variáveis, esse sistema de eventos que denominamos período” (SANTOS; SIVEIRA, 2001, p.23), destarte, a periodização do lugar turístico deve levar em consideração o território usado em cada momento, que deve utilizar como variáveis chave a densidade TCI de cada período, bem como o papel desempenhado por cada fonte de turistificação.

Os modelos de ciclos evolutivos propostos por Miossec (1977b) e Butler (1980) podem ser interpretados como uma metodologia para a periodização, a partir das variáveis chaves elencadas pelos autores, sendo relevantes como referência para a periodização do lugar turístico que pretende-se estudar, principalmente a partir de critérios técnico e econômico, porém, os processos de produção do lugar turístico não ocorrem de modo linear, podendo uma fase vir antes da outra, ou, um determinado lugar turístico nunca atingir determinada fase.

A partir da delimitação do processo evolutivo do lugar turístico em períodos é possível classificar cada momento do lugar de acordo com a proposta elaborada por Knafou *et al* (1997), que tem como diferencial a variável de DTCl, levando em consideração os equipamentos turísticos materializados no lugar, podendo ser os empreendimentos que possuem relação direta na prestação de serviços ao turismo, tendo como principais: estabelecimentos de hospedagem, restaurantes e bares, guias turísticos etc. acrescenta-se também a essa lista a infraestrutura relacionada ao deslocamento como Aeroportos, rodoviárias, estação de trem, porto, vias de acesso etc.

No Brasil é possível identificar os municípios turísticos que possuem uma maior DTCl a partir da política pública do Mapa do Turismo Brasileiro, Ministério do Turismo, classifica os municípios modo semelhante, a partir das seguintes variáveis:

- I – número de estabelecimentos formais cuja atividade principal é hospedagem (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego);
- II – número de empregos formais no setor de hospedagem (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego);
- III – estimativa de turistas a partir do Estudo de Demanda Doméstica (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE/Ministério do Turismo); e
- IV – estimativa de turistas a partir do Estudo de Demanda Internacional. (BRASIL, 2015, p.1)

Os municípios brasileiros que possuem atividade turística são classificados em cinco diferentes categorias: A, B, C, D e E, sendo a última a que possui os menores índices nas variáveis indicadas. Dos 5.561 municípios brasileiros, 3.285 estão presentes no mapa do turismo do Brasil em 2018 (MINIESTÉRIO DO TURISMO, 2018, p.1), distribuídos de acordo com a tabela 1:

**TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO MAPA DO TURISMO 2018**

<b>Categoria</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>Total</b>
Nº de casos	57	179	539	1961	549	3.285
% de casos	1,74%	5,45%	16,4%	59,7%	16,7%	100%

Fonte: Ministério do Turismo (2018B).

A partir do Mapa do Turismo Brasileiro é possível estabelecer a relação de que quanto maior a classificação de um município maior a probabilidade de concentrar em seu território lugares turísticos com as maiores níveis de DTCl, de acordo com a classificação de Knafou *et al* (1997), servindo de ferramenta para o pesquisador iniciar

o processo de identificação do fenômeno do turismo no lugar, podendo ir de um território pouco ou parcialmente usado pelo turismo a um território onde a sua existência está diretamente relacionada ao turismo.

O principal objetivo do Mapa do Turismo Brasileiro é “subsidiar a tomada de decisões estratégicas da gestão pública e orientar a elaboração e implementação de políticas específicas para cada categoria de municípios, de modo a atender suas especificidades, a partir do desempenho da economia do turismo” (BRASIL, 2015, p.1).

Porém, a análise geográfica do fenômeno do turismo no lugar deve ir além da perspectiva desenvolvimentista que o turismo pode trazer para o território, é preciso levar em consideração que o território usado pode ser feito de modo contraditório, de acordo com os interesses dos agentes envolvidos, pois, a forma como os comerciantes informais utilizam a faixa de areia é diferente dos interesses dos grandes hotéis instalados nesta mesma orla ao usar o território, embora estejam atuando no mesmo lugar, e muitas vezes atendendo os mesmos clientes, os turistas que estão visitando este lugar turístico. A lógica de existência entre esses atores do mercado é diferente, enquanto os primeiros estão focados em garantir sua sobrevivência os últimos entram na lógica do grande capital, tendo a atividade do turismo como um meio de reprodução de riqueza.

O estudo do fenômeno do turismo pelo viés geográfico tem como primeiro passo identificar os elementos que compõem o lugar turístico, tanto no que diz respeito a sua origem quanto a sua atual configuração territorial; estabelecer os nexos relacionais desse lugar com a totalidade do espaço geográfico. Partindo da identificação do evento, que traz ao lugar a emergência do turismo e a sua associação com turistas, Estado e Mercado.

A partir da existência do lugar turístico, um lugar onde existe formas e funções associadas ao fenômeno do turismo, é possível classificar esse lugar a partir de sua DTCl. Fazendo um diálogo entre Santos e Knafou *et al*, classifica-se esses lugares com menor ou maior densidade, respectivamente o local turístico; cidade turística; estação turística e a feitoria turística.

A passagem de um nível de densidade para outro, ou da hierarquia do lugar turístico, não ocorre de modo linear e contínuo, como nos modelos de Miossec (1977b) ou de Butler (1980), podendo ocorrer em escala e intensidade diferente em cada lugar, por isso a necessidade de considerar o evento por trás da invenção dos lugares

turísticos, e por fim, por meio da categoria analítica do território usado para apreender o espaço geográfico em ato, ou seja, nexos relacionais que esse lugar turístico desempenha com a totalidade do espaço geográfico, permitindo entender a singularidade de cada lugar, identificar aquilo que Santos (2012a) chamou de a força do lugar.

### 3 OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO: UM OLHAR A PARTIR DO BRASIL

No período da mundialização cosmopolita as trocas comerciais e informacionais e entre países e pessoas pelo mundo intensificam-se a cada ano e função dos constantes avanços na densidade técnica, científica e informacional nos setores de transportes e comunicação. Nessa conjuntura, o turismo internacional apresenta-se como um importante setor da economia mundial, conforme apresentado no capítulo anterior, porém, a lógica de produção do espaço geográfico e do uso do território por esse setor ocorre de modo distinto em cada país.

Os lugares turísticos dos países subdesenvolvidos apresentam um território usado marcado pelas contradições dialéticas que marcam a existência desses países, nesses o turismo não é somente um meio para o desenvolvimento socioeconômico, podendo assumir, também, funções tanto de subsistência quanto de exploração da população residente, revelando o caráter complexo desse fenômeno nesses países, lógica na qual se organizam os lugares turísticos o Litoral Norte do Polo Costa das Dunas, que apresentam diferentes níveis técnico-científico-informacionais,

A categorização de países em subdesenvolvido “[...] difundiu-se amplamente logo após a Segunda Guerra Mundial, antes que o conceito tivesse sido objeto de uma tentativa de construção” (LACOSTE, p.7, 1990), com várias definições para classificar os países como subdesenvolvido, entre essas Lacoste (1990) destaca as caracterizações: homens não dispõe do necessário; corresponde ao fenômeno de subprodução provocada por uma insuficiência das forças produtivas ou das potencialidades naturais; valorização insuficiente dos recursos existentes; fraco valor do produto nacional bruto; qualificativos de atrasado, arcaico ou tradicionais; países em que o colonialismo é o culpado da presente situação; dualismo econômico resultante da desarticulação entre um setor moderno e um setor tradicional da economia;

Em função da complexidade que envolve a classificação dos países de acordo com o seu nível de desenvolvimento, foi criado em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), passando a ser utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDH foi criado para ser um índice alternativo aos indicadores existentes, como o PIB *per capita*, para a classificação dos países.

A simplificação na classificação dos países que fazem parte do grupo de subdesenvolvidos a partir desses critérios não consegue dar conta da realidade, pois, esses apresentam contradições internas, ao mesmo tempo em que convivem com miséria de sua população alguns desses países produzem petróleo e com crescimento no setor industrial (LACOSTE, 1975) ou mesmo países como o Brasil, que possui um IDH classificado como alto e mesmo assim ainda não conseguiu superar sua herança de país subdesenvolvido, uma vez que mesmo tendo o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R\$30.407 (IBGE, 2018a) possui 52 milhões de pessoas, cerca de 25% de sua população, sobrevivendo na linha da pobreza do Banco Mundial, com renda familiar abaixo de US\$5,50 por dia por pessoa (NEDER, 2017) no ano de 2016, com uma concentração de renda agravando essa realidade, o que contribui para manter esse quarto da população sobrevivendo nos piores níveis de pobreza, uma vez que 1% da população brasileira concentrou quase 30% da renda no Brasil no ano de 2015 (BORGES, 2017).

Dentro dos limites do imenso território brasileiro é possível encontrar vários brasis, com maior ou menor grau de integração nacional e com diferentes níveis de desenvolvimento humano, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) as cinco macrorregiões brasileiras apresentam um variado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), uma adaptação do IDH para ser aplicado nos municípios e unidades da federação, tendo os seguintes dados, conforme a tabela 2.

**TABELA 2 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL DAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS EM 2010**

REGIÃO	IDHM	CLASSIFICAÇÃO
Norte	0,667	Médio Desenvolvimento Humano
Nordeste	0,663	Médio Desenvolvimento Humano
Centro-oeste	0,757	Alto Desenvolvimento Humano
Sudeste	0,766	Alto Desenvolvimento Humano
Sul	0,754	Alto Desenvolvimento Humano

Fonte: IPEA (2016).

A partir dos dados do IPEA (2016) percebe-se uma distinção entre o Brasil do norte e o do sul, com as macrorregiões Norte e Nordeste com os menores IDHM do

Brasil, no qual essa última é a mais mal classificada, nesta região todos os estados ficaram abaixo da média nacional, enquanto na região Norte dois estados apresentam Alto Desenvolvimento Humano, Amapá e Roraima com 0,708 e 0,707 respectivamente.

Apesar dos estados brasileiros estarem classificados entre médio e alto desenvolvimento, esta posição é recente, pois em 1990 todas as regiões estavam na zona classificatória dos países subdesenvolvidos, com índices abaixo de 0,555, ou seja, com baixo desenvolvimento humano, conforme mostra a tabela 3.

**TABELA 3 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL DAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS EM 1990**

REGIÃO	IDHM	CLASSIFICAÇÃO
Norte	0,416	Baixo Desenvolvimento Humano
Nordeste	0,397	Baixo Desenvolvimento Humano
Centro-oeste	0,511	Baixo Desenvolvimento Humano
Sudeste	0,533	Baixo Desenvolvimento Humano
Sul	0,528	Baixo Desenvolvimento Humano

Fonte: IPEA (2016).

A pobreza histórica do Brasil não desapareceu nas últimas três décadas de sua estrutura sócio-espacial, mesmo com o avanço da economia nacional no cenário do mercado global, a dificuldade de acesso aos bens e serviços essenciais para uma vida digna ainda continua presente na realidade cotidiana de muitos brasileiros. Nesse sentido, a teoria dos circuitos espaciais da economia urbana de Milton Santos, criada na década de 1970 para estudar a urbanização dos países subdesenvolvidos, ainda é válida para compreender as cidades brasileiras, pois elas ainda conservam em suas formas e funções a dualidade desigual e combinada entre os circuitos superior e inferior na organização do espaço.

Na esteira da construção teórica desta tese, este capítulo aplica a temática do turismo à teoria dos circuitos da economia urbana elaborada por Milton Santos (2008), partindo da ideia de que o território usado pelo turismo nos lugares turísticos do Litoral Norte ocorre pela relação desigual e combinada pelos circuitos da economia urbana do turismo.

A partir disso, apresenta-se os elementos chaves para entender a composição dos lugares turísticos a partir do circuito superior e inferior do turismo, levando em consideração o papel do Estado, do Mercado e dos Turistas, estabelecendo uma discussão entre os pontos centrais da teoria do espaço dividido, bem como os seus novos elementos para o período atual, e a sua aplicação temática à prática do turismo, que corresponde o recorte temático e teórico do objeto estudo desta tese.

### **3.1 Os Circuitos da Economia Urbana**

Após a segunda guerra mundial os países que pertenciam ao grupo dos subdesenvolvidos passaram pela aceleração do processo de urbanização, com as taxas de crescimento urbano superiores às dos países desenvolvidos, uma vez que “entre 1950 e 1960, a taxa de crescimento urbano nos países pobres foi 4,8%, enquanto nos países ricos foi 2,3% no mesmo período” (MONTENEGRO, 2012, p. 148).

A expansão do processo de urbanização moderna que classicamente está associada ao processo de industrialização nos países desenvolvidos não pode ser utilizada como justificativa para esse mesmo processo nos países subdesenvolvidos, uma vez que a urbanização nesses países é anterior a sua industrialização, muitas cidades que vivenciaram processos de expansão urbana não passaram pela industrialização (MONTENEGRO, 2012). Associado a essa questão, as cidades dos países periféricos tornaram-se cada vez mais populosas e “[...] deparavam-se então com grandes limitações na capacidade de absorção da força de trabalho por parte de setores intensivos em capital, como a grande indústria no caso dos países em que está se fazia presente” (*ibidem*, p. 149).

A população e a expansão urbana que se aglomeraram no território das metrópoles dos países subdesenvolvidos não podem ser explicadas somente pelo setor industrial. Para explicar esse fenômeno começam a surgir estudos que se preocupavam mais com as consequências dessa realidade, o problema de habitação, do emprego e da marginalidade, o problema de das migrações e do congestionamento urbano, do que as causas da miséria urbana das cidades do terceiro mundo. (SANTOS, 2008).

As teorias para explicar a urbanização nos países subdesenvolvidos encontraram sua principal vertente na

teoria da modernização que postulava a diferenciação entre dois setores distintos nos países periféricos: de um lado um setor moderno e, de outro lado, um setor tradicional. Tal modelo dualista, no qual reside a origem da categoria de setor informal, assumiu progressivamente o valor de paradigma para pensar as realidades urbanas dos países subdesenvolvidos (MONTENEGRO, 2012, p. 148).

Frente ao pensamento dualista que fragmentava a análise dos países subdesenvolvidos surge a teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos, que apresenta uma visão dual da economia urbana, estruturada por um circuito superior e um circuito inferior da economia, e não uma visão dualista, pois não fragmenta a interpretação em dois sistemas isolados, mais dois sistemas dialeticamente contraditórios que fazem parte do mesmo processo, ou seja,

os dois são parte de uma mesma economia: subsistemas de um sistema econômico urbano, e não sistemas separados; e esse interrelacionamento ocorre porque ambos os sistemas têm como base a modernização tecnológica da economia urbana – o circuito inferior não é apenas “tradicional”. (CHADWICK, 1986, p.177)

O circuito inferior não é apenas o tradicional, mesmo caracterizado por ter uma menor densidade técnica e de capital em relação ao circuito superior, pois é resultado da adaptação para a sobrevivência dos mais pobres aos processos de modernização das cidades, sendo composto por atividades tradicionais refuncionalizadas à realidade urbana contemporânea, enquanto

o circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém privilegiadas com sua região (SANTOS, 2008, p.22).

A modernização tecnológica que está na gênese do circuito superior, possibilitando à uma minoria na sociedade acesso as inovações do período criam uma resposta contraditória o circuito inferior. As estatísticas oficiais, como o IDH ou PIB *per capita* não posicionam mais o Brasil na lista dos países subdesenvolvidos, pois suprimem dos índices a existência de um circuito inferior, da

existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria como rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las (SANTOS, 2008, p. 37).

A realidade da miséria urbana direciona as atividades do circuito inferior como uma modo de sobrevivência às dificuldades do cotidiano urbano, enquanto o circuito superior opera na lógica da vertical, buscando meios para dar continuidade da reprodução ampliada do capital, especializando determinados pontos do espaço geográfico em função desses objetivos, o circuito inferior, em contrapartida, opera na escala do lugar, necessita dos nexos horizontais para garantir a sobrevivência de sua população, podendo ou não estar inseridos na economia formal, no sentido de exercer atividades plenamente regularizadas pelas leis do país.

O aumento do circuito inferior nas cidades também está relacionado com os períodos de crise econômicas vivenciados em um país, a exemplo, da crise político-econômica brasileira vivenciada a partir do golpe político-midiático de 2016, que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que a partir do governo federal de Michel Temer passou a vivenciar explosões no número de desempregados, indo de 8.585 milhões em 2015 para 13.113 milhões em 2017 (IBGE, 2018c).

A queda do número de desempregados em 2018, caindo para 12.707 milhões (IBGE, 2018b) pode estar associada ao crescimento do circuito inferior, a partir do aumento de postos de trabalhos relacionados a esse circuito da economia. A partir Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), de setembro de 2018, do IBGE, agrupou-se os empregados e trabalhadores domésticos sem carteira assinada; empregador e trabalhador por conta própria sem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e o trabalhador familiar auxiliar, no qual, podem ser identificadas como pertencentes ao grupo de pessoas empregadas no circuito inferior, pois estas, possuem as relações mais frágeis de trabalho e tendem a ocupar os postos de trabalho com menor densidade técnica e de capital.

Com base nessa segmentação da PNAD o número de pessoas empregadas no circuito inferior em 2017 no Brasil, na estimativa do trimestre julho-agosto, era de 36.779 milhões, e no mesmo período de 2018 a estimativa aumenta para 37.484 milhões (IBGE, 2018b), ou seja, enquanto o desemprego reduziu 3,1% em um ano, o circuito inferior no Brasil aumentou 1,9% no mesmo período, destacando a capacidade inventiva e adaptativa desse circuito frente às adversidades vivenciadas no período de crise econômica no país, em um processo de transformação e adaptação permanente (SANTOS 2008).

O território usado pelos circuitos da economia urbana nas cidades resulta na produção do espaço geográfico bipolarizado entre o circuito superior, representado pelos bancos, comércio, indústria, serviços modernos, atacadistas e transportes, e um circuito inferior, constituído essencialmente por formas de fabricação com capital não-intensivo, serviços não-modernos fornecidos diretamente para a população e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão (SANTOS, 2008). Nesse cenário de bipolarização é importante destacar que não constitui um dualismo fragmentado, conforme os primeiros estudos urbanos sobre o terceiro mundo apontava, pois,

Os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados. Contudo, é necessário precisar que, apesar de sua aparente interdependência, o circuito inferior aparece como dependente do circuito superior. (*ibidem*, p.56).

Comentando sobre a teoria dos circuitos Montenegro (2012) destaca a aplicação desta teoria nos países subdesenvolvidos<sup>19</sup> a partir dos seguintes trabalhos, conforme destaca o quadro 2:

**QUADRO 2 - APLICAÇÃO DA TEORIA DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NO SÉCULO XX**

AUTOR	TÍTULO	TEMA	ANO
Missen e Logan	National and Local Distribution Systems and Regional Market: the case of Kelantan in West Malaysia	Compreender as dinâmicas específicas do circuito inferior de Kelantan, Malásia	1977
Milton Santos	Os dois circuitos da economia em Dar-es-Salaam e na Tanzânia: realidades e perspectivas	Investigação realizada para a OIT a partir dos conceitos dos circuitos da economia em Dar-es-Salaam e na Tanzânia.	1980.
Milton Santos	Economia Espacial: críticas e alternativas/ Ensaio sobre a Urbanização Latino-Americana	Análise sobre o circuito inferior em Lima/ articulações econômicas e espaciais entre os dois circuitos da economia urbana em Lima	1979;1982

<sup>19</sup>A autora destaca outras obras que utilizam partes ou se baseiam na teoria dos circuitos da economia urbana para realizar a análise da urbanização, porém, na construção do quadro destacamos apenas os trabalhos que utilizaram diretamente a metodologia dos circuitos para estudar as cidades nos países subdesenvolvidos.

Mignon e Romann	Deux circuits de l'économie urbaine en pays dominé. Tlemcen, Saïda (Algérie)	Os circuitos da economia urbana nas cidades argelinas de Tlemcen e Saïda.	1983
-----------------	--	---	------

Fonte: Montenegro (2012).

A teoria dos circuitos da economia urbana se mostrou válida para explicar o processo de produção do espaço urbano na segunda metade do século XX nos países subdesenvolvidos, porém, com as transformações vivenciadas no período da cosmopolita da mundialização novos arranjos espaciais modificaram a dinâmica urbana das cidades, sendo assim, é preciso adaptar a teoria de Santos às características do período atual, uma vez que o espaço geográfico é uma totalidade em movimento, e o circuito superior e inferior acompanharam as novas formas e funções nas cidades dos países periféricos nas primeiras décadas do século XXI.

### 3.2 Novos elementos para a teoria do espaço dividido

As transformações em qualidade e quantidade em densidade técnica-científica-informacional do período atual não atingiram de modo homogêneo a superfície do planeta, muito menos a plenitude dos territórios urbanos, onde existe divisão entre o local de vivência dos pobres e dos ricos, que protegem-se dos mais pobres entre muros dos condomínios luxos, ou seja, “no período da globalização os territórios nacionais recebem sucessiva modernizações, cujo impacto seletivo é bastante evidente nas diversas escalas de análise e, particularmente, na escala urbana” (SILVEIRA, 2014, p. 79).

A modernização seletiva dos territórios não é uma exclusividade do período atual, pois, a teoria dos circuitos da economia urbana já identificava essa premissa ao distinguir os dois circuitos ainda no século XX. A distinção clássica entre os dois circuitos está apresentada no quadro 3

**QUADRO 3 - CARACTERÍSTICAS DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS**

VARIÁVEL	CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITO INFERIOR
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso

Assalariado	Dominante	Não-obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade, qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor (haggling)
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não-institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios.
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papéis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilizações de bens	Nula	Frequente
<i>Overhead capital</i>	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou quase nula.

**FONTE:** Santos (2008, p.44).

As características dos circuito inferior e superior foram identificadas a partir das variáveis técnicas do período em que esta teoria foi elaborada, porém, sendo o espaço em movimento e a cada período um novo conjunto de variáveis chaves entram em cena e “como um elemento não pode evoluir isoladamente, nem é capaz de se transformar sem arrastar dos demais no seu movimento [...]” (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p.24), as modernizações do período atual, por mais seletivas que possam ser, arrastam consigo o circuito inferior, porém sem perder a sua essência, e com a lógica do grande capital ainda figurando como o motor único da sociedade mundial, numa perspectiva que a

metrópole não pode ser vista somente a partir da economia moderna ou de uma única divisão territorial do trabalho. É uma justaposição de divisões territoriais do trabalho, de técnicas e normas, de áreas construídas e deterioradas, de circuitos econômicos (SILVEIRA, 2014, p. 79).

A principal emergência técnica da mundialização cosmopolita está relacionada ao setor de informática, que entre as décadas de 1980-1990 estava disponível apenas para as empresas ligadas ao circuito superior e a partir da década de 2000 passa a ser uma realidade presente e muitos comércios do circuito inferior, com o *smartphone* o principal símbolo dessa revolução tecnológica disponível aos mais pobres nesta última década.

Sobre o crescente papel da informatização, Silveira (2014) destaca que para o circuito superior isso representa a elaboração de bancos de dados, de sua venda e expansão das finanças. O papel da informática no período atual pode ser destacado

pelo *ranking* das maiores empresas estadunidense em 2018<sup>20</sup>, entre essas, as cinco primeiras são da área da informática, e as empresas dos setores clássicos do circuito superior começam aparecer a partir da sexta posição, por exemplo a empresa Exxon Mobil, multinacional do petróleo, que aparece apenas na sétima posição. Se na década de 1970 a centralidade da economia estava em torno do petróleo, hoje, é a informática que comanda a economia mundial (CAVALLINI, 2018).

No Brasil, em 2018, as cinco maiores empresas ainda fazem parte da classificação tradicional do circuito superior, sendo duas delas bancos, um na segunda posição e outro na quinta posição, a primeira classificação é para o setor de bebidas, a terceira no setor de mineração e quarta no setor do petróleo (CAVALLINI, 2018).

Esses dados corroboram com a fala de Silveira sobre as modernizações seletivas dos territórios no período da mundialização cosmopolita, onde os países desenvolvidos são os primeiros atingidos pelas transformações, seguido dos países subdesenvolvidos, e por último, as áreas do circuito inferior da economia.

Ao analisar a produção do espaço urbano das cidades subdesenvolvidas em qualquer que seja o período é preciso levar em consideração que

os atores usam algumas das variáveis da época e outras não, e este é um dado central para pensar os circuitos hoje. Como veremos a seguir, se por um lado, os atores hegemônicos podem organizar seu trabalho a partir das variáveis da época e os atores hegemonzados são obrigados a usar essas variáveis sem comandá-las (MONTENEGRO, 2006, p. 53).

As variáveis do período atual possibilitam aos circuitos, principalmente o inferior, um novo conjunto de atividades que permite ampliar seus critérios de definição, em relação ao que foi proposto inicialmente por Santos (2008) na década de 1970. Entre as mudanças que ampliam os critérios de classificação do circuito inferior selecionou-se a publicidade, ajuda governamental e dependência direta do exterior, que antes possuíam valores de nulo ou quase nulo como característica.

O papel que a publicidade desempenha no circuito inferior não é mais nulo, como no século XX, segundo Montenegro (2006), os gastos com a publicidade deixaram de ser inexistentes, passando “[...] a permear progressivamente este circuito, mesmo sob formas extremamente simples como o “boca a boca”, cartões de

---

<sup>20</sup> Segundo os dados divulgados em CAVALLINI (2018) referentes ao preço das ações e valores das empresas no dia 16 de julho de 2018.

visitas faixas, banners, pequenos anúncios nas ‘páginas amarelas’, cartazes, placas etc.” (ibidem, p. 90).

A publicidade no circuito do inferior também é caracterizada pela baixa densidade técnica e de capital, realizada por pequenos estabelecimentos do próprio circuito inferior, que não possui os mesmos equipamentos das gráficas do circuito superior marginal ou superior, mesmo com equipamentos mais simples conseguem suprir a demanda de consumo desse nicho de mercado, com a impressão de panfletos, cartões de visita etc.

Como o avanço da informática, sobretudo da internet, alguns objetos tornaram-se rapidamente obsoletos, pois a sua função foi substituída e aperfeiçoada por algum objeto técnico do período, pois assim é o espaço geográfico em seu constante movimento de totalização, então, antigos espaços publicitários do circuito superior deixaram de existir e as novas formas de publicidade passaram integrar a realidade tanto a realidade do circuito inferior quanto do superior.

Um dos exemplos dessa obsolescência pode ser encontrado na fala de Montenegro (2006), que ao destacava os elementos publicitários nos anúncios das páginas amarelas, que no século XX eram utilizados majoritariamente pelo circuito superior marginal. Porém entre a publicação de sua dissertação e deste texto<sup>21</sup> está um intervalo de doze anos, e há alguns anos as listas telefônicas impressas e as sua seção de propaganda, as páginas amarelas, deixaram de existir, algumas empresas que prestavam esse serviço passaram a oferecer apenas versões digitais dessas listas, por exemplo, o *site* “[www.telelistas.net](http://www.telelistas.net)”, desta forma, não é mais necessário folhear as páginas amarelas, que poderia tomar alguns minutos, para procurar o endereço de algum comércio, basta digitar no buscador de internet como o *Google*, que além de mostrar o endereço e telefone também mostra dados cadastrados das empresas, como fotos, opinião de clientes, classificação do comércio, sites, horário de funcionamento, localização e rotas, em questão de segundos, ou menos, se obtém as informações sobre qualquer tipo de comércio desejado, seja do circuito superior ou inferior.

A publicidade atual é massivamente realizada nas redes sociais, possuem a opção de custo zero para o comerciante, possibilitando contato direto como seus clientes em tempo real, entre essas destaca-se o *WhatsApp*, que tem revolucionado

---

<sup>21</sup> O texto desta subseção foi escrito em outubro de 2018.

a forma de comunicação entre as pessoas por meio dos *smartphones*, permitindo a troca de mensagens de texto, de áudio e de imagens, sendo um importante canal de comunicação no circuito inferior; as páginas pessoais no *facebook* e *Instagram* que permite a divulgação dos produtos e serviços oferecidos. Destaque que essas ferramentas são usadas pelos dois circuitos da economia, porém, o circuito superior utiliza-as de forma complexa, pagando planos de publicidade e com equipes de *marketing* especializadas na elaboração de anúncios nesses meios de comunicação.

Além da diferença do uso de capitais e das novas tecnologias no circuito inferior, Cataia e Silva (2013) somam a esses itens a expansão de créditos e do consumo entre os pobres, sobre esse ponto, destaca-se que o incremento de crédito para os mais pobres é resultado direto da ajuda governamental, por meio da desburocratização que resulta na cooptação dessa parcela da população às regras da economia dos bancos do circuito superior, a disponibilidade de crédito para este circuito “[...] tornou-se um novo mecanismo de empobrecimento dos já pobres urbanos” (CATAIA;SILVA, 2013, p.66), ao raptar seus rendimentos para pagar as taxas de juros abusivas do sistema financeiro.

Além do crédito, o Estado também contribuiu para a formalização do circuito inferior ao criar a modalidade de Microempreendedor individual (MEI) pela Lei Complementar nº 123, de 2006, permitindo que comerciantes do circuito inferior pudessem formalizar suas atividades, conferindo-lhes um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), possibilitando maior poder negociação junto a atacadistas, além de ter acesso a máquinas de cartão de crédito, com os impostos recolhidos pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (Simei). Para o ano de 2018 esses valores para o setor de comércio e indústria é de R\$48,70; serviços de R\$52,70 e comércio e serviços com os impostos de ICMS e ISS é de 53,70 (BRASIL, 2018). Conforme regulamenta a resolução CGSN nº 140/2018, o MEI garante ao comerciante autônomo do circuito inferior acesso aos direitos trabalhistas e a formalização do seu comércio na economia formal (RECEITA FEDERAL, 2018).

Embora nexos das horizontalidades ainda seja a premissa das atividades do circuito inferior, cujas atividades “[...] são estreitamente relacionadas aos conteúdos do território, ou seja, dependem da sociedade próxima e das virtualidades materiais locais” (MONTENEGRO, 2006, p. 77), não é mais possível estudar a presença desse circuito urbano nas grandes e médias cidades sem levar em consideração o papel do

mercado externo em suas atividades comerciais, que no passado era nula ou quase nula.

As atividades que dependem do mercado externo aglutinam-se nas áreas centrais das cidades pela presença dos camelôs, vendedores que usam, em muitos casos, ilegalmente os espaços de passeio das vias públicas para realizar comércio, expondo em suas barraquinhas toda sorte de produtos, em sua grande maioria falsificações importadas da China e de outros países do sudeste asiático, a preços mais baixos do que os originais das lojas do circuito superior e superior marginal.

A China, principal fornecedor de produtos para os camelôs, desde a década de 1990 caminha para ser a maior economia do mundo em função do seu acelerado processo de industrialização nas últimas décadas, nos países como Brasil, os produtos chineses resultam na especialização de pontos da cidade em função de comércios do circuito inferior de produtos importados, como o bairro de Alecrim, em Natal ou a Rua 25 de março em São Paulo.

A existência desse tipo de atividade é motivo de tensão nas relações urbanas entre o poder público e privado, pois essas atividades além de ocupar vias públicas, e, geralmente não pagar impostos, tornam-se concorrência desleal para os comércios regulamentados em função dos baixos preços das mercadorias dos primeiros. Cada município adota uma política pública específica, desde a repressão, muitas vezes violenta da polícia militar e fiscal para apreender as mercadorias dos comerciantes, chamado de “rapa”, ou na construção de áreas destinadas a prática dessa atividade na cidade, os camelódromos.

### **3.3 O turismo no Brasil a partir dos circuitos da economia urbana**

O processo de transformação do lugar em lugar turístico, trata-se de uma urbanização que especializa no espaço a função turística, transformando e ressignificando suas formas. Nesse sentido, em países como o Brasil, sobretudo pelo o que foi observado no Litoral Norte do Polo Costa das Dunas, a perspectiva desigual e combinada dos dois circuitos da economia urbana também orienta o processo de urbanização pelo turismo, porém com especificidades que se faz necessário um olhar mais atento para a aplicação temático do turismo a esta teoria.

Esta subdivisão do capítulo trata-se de uma proposição para analisar os lugares turísticos a partir da teoria dos circuitos da economia urbana, associando a classificação desses lugares a partir do seu nível de DTCL, apresentada no primeiro

capítulo, a características específicas do território usado pelo circuito superior e inferior do turismo, cuja aplicação foi realizada para estudar os lugares turísticos do Litoral Norte.<sup>22</sup>

A teoria dos circuitos espaciais da economia urbana criada para estudar o processo de urbanização dos países subdesenvolvidos é válida para estudar o fenômeno do turismo, pois esse, também é um processo de urbanização, criando espaços e refuncionalizando formas pretéritas a partir de um valor de uso turístico. Nesse sentido, a produção do espaço urbano pelo turismo em países subdesenvolvidos também ocorre na mesma maneira, resultando em uma rede de lugares turístico (RLT) organizados de forma interdependente e hierárquica de lugares produzidos e usados pelos circuitos superior e inferior do turismo.

A aplicação da teoria dos circuitos para apreender o fenômeno do turismo não é uma nova teoria paralela a original, mas sim, uma aplicação temática para analisar as diferentes lógicas que atuam na produção do espaço geográfico. Desta forma os circuitos espaciais do turismo não são um setor a parte, mas sim um subsetor da economia que fazem parte de um todo, ligado a uma totalidade maior.

O subsetor do turismo, na sua perspectiva econômica, faz parte do setor de comércio e serviços que valoriza partes específicas da cidade, edificando novos lugares para realizar-se enquanto fenômeno. Nos países desenvolvidos, os principais receptores e emissores de turistas internacionais, o turismo é um meio para o desenvolvimento econômico, podendo ser utilizado como *spatial fix* (CADENA, 2015) para reestruturar a economia de lugares afetados por crises econômicas cíclicas do capital, porém, nos países subdesenvolvidos a atividade turística convive de forma desigual e combinada entre a opulência dos grandes *resorts* turísticos e a subsistência dos vendedores ambulantes que presentes nos principais pontos turísticos do terceiro mundo.

O turismo nos países subdesenvolvidos atua tanto como um meio para o desenvolvimento econômico quanto para a reprodução da pobreza, a partir dessa realidade dialética ocorre a produção dos lugares turísticos, onde coexistem os circuitos inferior e superior do turismo.

---

<sup>22</sup> A análise foi apresentada nos capítulos 5, O território usado pelo turismo no Litoral Norte: Uma viagem de Pedra Grande à Extremoz, e 6, Os circuitos da economia urbana dos lugares turísticos do Litoral Norte: Uma rede desigual e combinada.

Os agentes do circuito superior do turismo são as grandes empresas hoteleiras, redes de restaurantes, casas de câmbio, de lazer e recreação, locação de automóveis, franquias, agências de viagem. Os agentes do circuito inferior do turismo é composto por “[...] vendedores ambulantes e proprietários e funcionários de quiosques e barracas” (MEDEIROS, 2014, p.143), e também pelos pequenos comércios, que imitam as atividades do circuito superior do turismo ao oferecer os mesmos produtos e serviços, porém, como uma menor densidade técnica-científica-informacional e de capital, como os pequenos restaurantes, as pousadas, fretamento de excursão em ônibus de autônomos e serviços de entretenimento.

O lugar turístico pode ser classificado hierarquicamente a partir de diferentes níveis de DTCl, indo do local turístico à feitoria turística. Nos países subdesenvolvidos, quanto menor esta densidade maior será presença do circuito inferior na produção do espaço geográfico e no território usado.

Ao relacionar a classificação hierárquica do lugar turístico com os circuitos da economia urbana do turismo, o primeiro nível, o local turístico, comumente possui suas atividades comerciais ligadas ao circuito inferior do turismo, pois se trata apenas de um ponto de passagem, não justificando ao grande capital a instalação de algum empreendimento, cabendo aos moradores mais pobres que habitam nos arredores oferecer aos eventuais turistas suprimentos básicos a sua visita, geralmente com a venda de lanches industrializados e bebidas.

Entretanto, exceções podem ocorrer, empresas do circuito superior marginal, em virtude dos seus serviços de lazer com foco no entretenimento dos turistas podem-se constituir-se em si mesmo em um local turístico de passagem, onde confunde o serviço oferecido pela empresa com o próprio lugar turístico. Podendo ocorrer no entorno deste local, empreendimentos do circuito inferior, que se aproveita do fluxo de visitantes para comercializar os seus produtos, geralmente alimentícios.

O segundo nível, a cidade turística passa ser um local de transição, passando a despertar ao mercado turístico potencialidades de investimento, atraindo inicialmente a atenção do circuito superior marginal. O circuito inferior nesses lugares cresce por meio da imitação ao circuito superior marginal, oferecendo os mesmos serviços, porém, com baixa DTCl e de capital.

Na estação turística, o terceiro nível, um espaço produzido em função do turismo, o circuito superior do turismo começa a ser predominante, enquanto o circuito

inferior passa cada vez mais a figurar com atividades periféricas, reconhecido pela presença dos vendedores ambulantes, quiosques e pequenos comércios.

A presença do circuito inferior do turismo no último nível hierárquico do lugar turístico, a feitoria turística, é nula ou praticamente nula, pois esse é um espaço construído *ex nihilo* pelos agentes do circuito superior para produzir um simulacro turístico, garantindo ao turista um lugar turístico disneylandizado e competitivo no cenário da mundialização cosmopolita, sem a necessidade que o visitante saia da feitoria para satisfazer alguma necessidade imediata de consumo. Embora a presença do circuito inferior seja nula dentro das dependências da feitoria turística, ele pode aparecer próximo as entradas dos complexos turísticos como os parques temáticos, com a presença de ambulantes ou pequenos comércios.

O quadro 4 apresenta uma classificação dos lugares turísticos a partir da teoria dos circuitos espaciais da economia urbana, fazendo uma correlação entre a classificação dos lugares turísticos e a presença dos circuitos superior e inferior do turismo.

#### QUADRO 4 - CLASSIFICAÇÃO DOS LUGARES TURÍSTICOS A PARTIR DA TEORIA DOS CIRCUITOS ESPACIAIS DA ECONOMIA URBANA

Lugar turístico	Característica	Presença dos circuitos da economia urbana	
		Circuito inferior	Circuito superior
Local turístico	Práticas de passagem pelos turistas; um ponto de passagem	Exclusiva	Exceção
Cidade Turística	Aglomeração urbana que acolhe uma importante atividade turística	Na mesma proporção do circuito superior	Predominante do circuito superior marginal
Estação Turística	Primazia da atividade turística no lugar. Ela é criadora do lugar e ainda dominante	Com atividades periféricas	Predominante
Feitoria Turística	Um lugar criado <i>ex nihilo</i> para acolher os turistas por dois ou três dias, uma ou duas semanas	Praticamente nula	Exclusiva

Fonte: Adaptado de Knafou *et al* (1997) e Santos (2008).

Os diferentes níveis hierárquicos entre os lugares turísticos não representam uma relação de evolução entre eles, como apresentado nos modelos espaciais turísticos de Miossec (1977) e Butler (1980), pois, esta classificação é uma metodologia de análise da produção do espaço geográfico a partir do turismo a partir

da DTCl que se encontram os lugares turísticos. Destarte, no Brasil os lugares turísticos não são produzidos isoladamente, mas sim, por meio de uma RLT, onde há um ponto central, que possui o maior DTCl, principal ponto de atração de turistas que os dispersa para os outros pontos da rede por algumas horas ou dias do período total de estadia, retornando para o ponto central para término das férias.

A partir de Milton Santos, Corrêa (1989, p.70), define a rede urbana “[..]como uma *forma* espacial através da qual as funções urbanas se realizam”. Comentando sobre esse conceito, SOUZA (2013, p.166) utiliza a analogia com a rede de pesca como explicação: “[...] um conjunto interligado estruturado de fios que forma uma trama ou malha; no encontro entre dois fios, eles se entrelaçam, formando um nó, o que dá estabilidade à rede (sem os nós, nem sequer haveria rede)”. A malha é a rede em si, os nós por sua vez, são os lugares e os fios as relações entre os lugares, e as relações “[...] podem se referir a fluxos de vários tipos – de bens materiais, de passageiros, de informação, de energia...–, que articulam e ligam entre si diferentes pontos no espaço geográfico (*ibidem*, p. 167).

A rede urbana é um “conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si” (CORRÊA, 2006, p.43), a RLT, por sua vez, é um conjunto de lugares turísticos que possuem relações interdependentes entre si que estão articuladas. A RLT igualmente a rede urbana também possui “[...] um centro mais importante, de nível metropolitano ou regional, que exerce um papel, maior ou menor de controle econômico e político sobre a sua hinterlândia (*ibidem*, p.43-44). Esse centro é o primeiro lugar a se urbanizar em função do turismo, em uma unidade da federação ou território, tendo o seu nome em circulação no catálogo das agências de viagem, por exemplo, Natal, para o Rio Grande do Norte, Salvador, para Bahia ou Fortaleza para o Ceará.

Não necessariamente todo perímetro da cidade faz parte do centro da rede de lugares turísticos, uma vez que a sua urbanização em função do turismo é seletiva, apropriando-se de algumas áreas da cidade, como a Vitrine do turismo em Natal, que diz respeito ao litoral da Zona Sul da cidade, uma área que vai da Via Costeira a Praia de Ponta Negra, que a partir da década de 1980 passou por processos de urbanização, com capital proveniente da parceria público-privado, pelo circuito superior do turismo, transformando-se na área concentrada do turismo no estado do Rio Grande do Norte (CRUZ, 1999; FURTADO, 2005; ALMADA, 2015).

A rede de lugares turísticos pelo circuito superior e inferior opera de modo “[...] interdependente na oposição dialética pela qual eles são definidos” (SILVEIRA, 2014, p. 80), sendo que nessa relação contraditória ocorre a “[...] dependência do circuito inferior em relação ao circuito superior” (SANTOS, 2008, p.39). Para o turismo a dependência do circuito inferior do turismo pode ser de perspectiva material e imaterial.

A dependência material está diretamente relacionada com a presença do circuito inferior nos lugares turísticos, onde os trabalhadores desse circuito necessitam do poder de atração de turistas do circuito superior para garantir sua clientela, em que o hóspede do hotel é o mesmo que consome dos vendedores ambulantes e das barracas de praia.

O circuito inferior presente nos locais turísticos que são pontos de passagem dos roteiros turísticos também são dependentes do circuito superior, pois necessitam tanto da presença, mesmo temporária, do turista que está hospedado na área central para consumir seus produtos e serviços quanto que esse local turístico faça parte do roteiro de viagem dos guias turísticos e das agências de viagem, sendo esse último ponto a dependência imaterial do circuito inferior, pois esses lugares dependem da imagem turística da área central para atrair visitantes, figurando a margem do pacote de viagem como um extra nas férias na tentativa de ocupar algumas horas no disputado tempo de ócio do turista.

A figura 2 apresenta o esquema da formação espacial RLT a partir da classificação dos lugares turísticos de Knafou *et al* (1997) e dos circuitos da economia urbana de Santos (2008). Apesar da feitoria turística ser o último nível da classificação dos lugares turístico ela não representa a centralidade da rede turística, pois, esse papel é desempenhado pela Estação Turística, que polariza a produção do espaço geográfico pela atividade turística onde se instala, atraindo investimentos do circuito superior e, do circuito inferior, que enxergam no turismo uma possibilidade para fugir da miséria.

A partir da estação turística outros pontos da rede de lugares turísticos são construídos a partir do discurso de desenvolvimento que o turismo pode trazer para a região, tendo como imagem central, o momento do lugar, a atividade turística desenvolvida na área central, mesmo se os outros lugares não fazem parte do mesmo município.

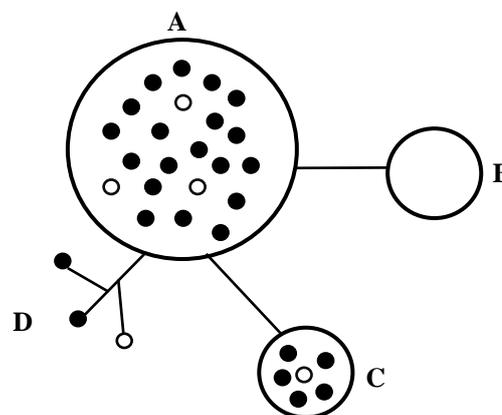
Na RLT a existência da feitoria turística justifica-se por oferecer a um seleto grupo de turistas com grande poder de compra uma experiência apartada da realidade do subdesenvolvimento do turismo, sem a presença dos ambulantes e de outros agentes do circuito inferior. A sua instalação está associada a imagem do centro da rede, podendo assumir a função de um subcentro, devido a sua capacidade para atrair no seu entorno investimentos ligado ao turismo, tanto do circuito superior quanto do inferior, que fica às margens desse lugar turístico.

A cidade turística, igualmente a feitoria, funciona como um subcentro, porém com ambos os circuitos presentes na sua organização sócio-espacial. Apesar da dependência com o centro da rede, em relação ao fluxo turístico, este lugar caminha para uma independência na atração de turistas. Por último, o local turístico, depende completamente do centro da RLT por possuir uma existência secundária, tendo a sua visibilidade dependente das agências e guias de viagem, conquistando poucas horas do disputado tempo do ócio dos turistas, com a presença das atividades do circuito inferior, salvo exceções em que o circuito superior marginal se apropria desses lugares.

A figura 2 representa uma formação espacial genérica das RLT com o território usado pelos circuitos da economia urbana do turismo, fazendo-se necessário estudar caso a caso a aplicação dessa metodologia para analisar as particularidades da produção do espaço geográfico e o território usado pelo turismo.

## FIGURA 2 - ESQUEMA GRÁFICO DA REDE DE LUGARES TURÍSTICOS

- A – Estação turística
- B – Feitoria turística
- C – Cidade turística
- D – Local turístico
- – Circuito Superior do Turismo
- – Circuito Inferior do Turismo
- | – Interconexão da Rede



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Na transformação do lugar em lugar turístico as variáveis que estão diretamente relacionadas com esse processo podem ser identificadas nas fontes de turistificação do território destacadas por Knafou (1996), justamente o Estado, o Mercado e os Turistas. Destarte, ressalta-se que esses três agentes desempenham papéis diferentes no circuito superior e no circuito inferior, com lógicas próprias no processo de produção do espaço geográfico pelo turismo.

### 3.3.1 Estado

Na da teoria dos circuitos da economia urbana “o Estado apresenta-se como um aliado do circuito moderno da economia nos países subdesenvolvidos” (SANTOS, 2008, p.161), pois tem um papel definitivo no desenvolvimento do circuito superior da economia, entre as ações do Estado para garantir a existência das empresas desse setor da economia, Santos (2008) destaca

a proteção concedida à concentração e aos monopólios, financiamento direto ou indireto das grandes firmas através da construção de infraestruturas caras, a formação profissional, a promoção das indústrias de base, os subsídios à produção e à exportação e todas as formas de acordos com as firmas dominantes, tais como legislações fiscais discriminatórias, leis de investimentos e planos de desenvolvimento. (p.161-162).

Na perspectiva do turismo o Estado brasileiro teve papel determinante no fomento desse setor no país por meio de políticas públicas que versam sobre o tema, com as primeiras datando da década de 1930 (MARANHÃO, 2017; CARVALHO, 2016).

Ao analisar as ações do governo a partir de suas políticas públicas voltadas para o turismo, Cruz (1999) estabelece uma periodização em três momentos, o primeiro, pré-história jurídico-institucional, inicia na década de 1930 e vai até 1966, definido como “pré-história”, pois, não consta nenhuma política pública diretamente relacionada com o turismo, apenas políticas que “[...] eram resultantes de diplomas legais desconexos e restritos a aspectos parciais da atividade, fundamentalmente à regulamentação de agências de viagens e de turismo”, ainda sobre esse primeiro período, Carvalho (2016, p. 90) comenta que esse momento é “[...] marcado pela ausência de uma orientação política para a atividade turística, além de ser evidente que ela carecia de uma estrutura administrativa pública estável”.

Com o Decreto-Lei nº55 publicado no ano de novembro de 1966 as políticas públicas do turismo entram no segundo período, “[...] que define e institui, pela primeira vez, uma ‘política nacional de turismo’ e cria os organismos oficiais para levar a cabo sua efetivação” (CRUZ, 1999, p. 47-48), segundo Maranhão (2017, p.246) esse decreto recomendava a criação dos seguintes órgãos:

- (a) Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) – de caráter normativo;
- (b) Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) – órgão executor; e
- (c) Primeiro Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), que continha atribuições e direcionamentos para operadores turísticos no Brasil.

A partir deste momento o turismo passa a figurar na agenda de políticas públicas, com destaque para o ano de 1972, onde o governo destinou recursos, até então inédito, para a formulação do Plano Nacional do Turismo (CARVALHO, 2016). Nesse período da política nacional do turismo, segundo Carvalho (2016) o setor passa a ganhar credibilidade no país em função da entrada de turistas, que

foram marcados pelo surgimento de diversos cursos superiores na área, pela regulamentação de profissões ligadas ao setor, pelo crescimento do número de acordos de cooperação internacional, pela criação de fundos de investimentos para desenvolver a atividade no país e por estímulos para desenvolver o turismo estrangeiro (*ibidem*, p.91).

O terceiro período do turismo, destacado por Cruz (1999) surge no contexto da redemocratização do país após o sombrio período de duas décadas da ditadura militar (1964-1985) onde um país passa a ser estruturado por nova constituição. Além do cenário político, esse período surge no contexto da mundialização cosmopolita da década de 1990, esse conjunto de fatores influenciaram diretamente na ação do Estado por meio das políticas públicas, que tem como marco inicial da criação da Lei nº 8.181/91, que reestrutura o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) que revoga o Decreto-Lei 55/1966.

Esse período, também chamado por Fonseca (2005) pela Nova Era do Turismo, evidencia o fortalecimento do setor turístico com a presença do aparelhamento do circuito superior do turismo pelas políticas públicas do Estado, que entram na agenda de políticas econômicas nacionais com o Decreto N.448/1992, que Regulamenta dispositivos da Lei nº 8.181/1991 e dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências, que passa a identificar, em seu artigo primeiro, o turismo enquanto fonte de renda nacional (BRASIL, 1992).

Ao contrário de algumas políticas públicas dos períodos anteriores que não conseguiram encontrar representação material, ficando condenadas no plano das ideias, as ações desse período encontraram caminho para a materialidade por meio da ação estatal, através da política pública que simboliza a década de 1990 (MARANHÃO, 2017), justamente, o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) aplicado, principalmente, no nordeste brasileiro.

O PRODETUR-NE foi criado pela Portaria Conjunta nº 1, de 29 de novembro de 1991, entre a SUDENE e a EMBRATUR, abarcando “todos os estados nordestinos e a região norte do estado de Minas Gerais” (CRUZ, 1999, p. 132), e de acordo com outra Portaria Conjunta, nº 2 de 16 de abril de 1993, instituída pelos Ministérios da Fazenda, da Indústria, do Comércio e do Turismo, da Integração Regional, da Aeronáutica e pela Secretária de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, definem os objetivos do programa: aumentar o turismo receptivo; aumentar a permanência do turista no Nordeste; induzir novos investimentos na infraestrutura turística; gerar emprego e renda com a exploração direta ou indireta da atividade turística (CRUZ, 1999, p. 132-133).

O PRODETUR-NE é símbolo das políticas públicas do turismo, conforme destaca Maranhão (2017), em função do volume de investimentos que está associado a ela, que em 1994

por intermédio do Banco do Nordeste do Brasil, a operação financeira com o Banco Interamericano de Desenvolvimento no valor de US\$ 400.000 milhões, destinada a financiar o programa de desenvolvimento do Turismo do Nordeste – Prodetur/NE I. Essa operação previu contrapartida mínima de US\$ 270 milhões, oferecida pela União para projetos de construção, ampliação e modernização de aeroportos, e pelos Estados partícipes do programa, para as demais obras de infraestrutura (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2004, p. 19).

A política pública do PRODETUR/NE é diretamente responsável pela criação do circuito superior do turismo, urbanizando áreas específicas dos destinos turísticos selecionados pelo programa, dotando-as de infraestrutura necessária, para que essas tornassem competitivas no cenário turístico internacional.

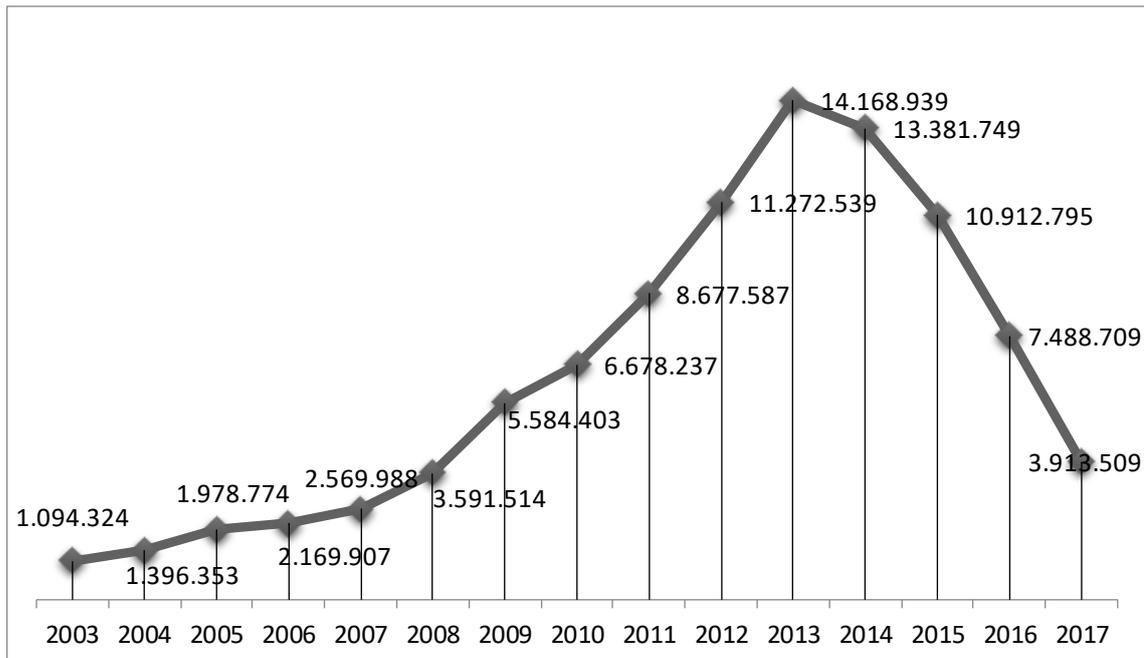
Entre essas áreas está o litoral da Via Costeira e de Ponta Negra, na cidade de Natal, que concentra em seu território um circuito superior, (ALMADA, 2016), com presença de um circuito inferior, (MEDEIROS, 2014), com uma formação sócio-espacial nos moldes de uma estação turística, conforme apresentada na figura 1.

Além dos três períodos destacados por Cruz (1999) pode-se selecionar mais dois momentos no cenário das políticas públicas do turismo no Brasil, o primeiro, a criação do Ministério do Turismo (MTUR), em 2003, no primeiro ano da gestão do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, e a Lei Geral do Turismo (LGT) N. 11.771 de 2008.

Com a criação do MTUR a pasta das políticas públicas do turismo passa a ser separada do “[...] Ministério do Esporte para se tornar uma pasta com pretensões econômicas importantes na geração de emprego e renda para o país” (MTUR, 2018b, p.12).

O Plano Nacional do Turismo 2018-2022 (MTUR, 2018b) destacou como indicador da expansão do turismo nacional o volume de empréstimos concedidos pelos bancos oficiais, como Caixa, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) às empresas do setor de turismo, evidenciando a predileção da ação do Estado por meio de investimento público no circuito superior do turismo, buscando consolidar o setor ao destinar as linhas de crédito para a “[...] construção e reformas de hotéis, bares, restaurantes, agências de turismo, parques temáticos e outras atividades relacionadas” (*ibidem*, p. 38), totalizando R\$94,8 bilhões em investimentos no setor entre 2003, ano de criação MTUR e setembro de 2017, distribuídos da seguinte maneira, conforme apresenta o gráfico 2.

**GRÁFICO 1 - FINANCIAMENTO PARA O TURISMO, REALIZADO POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS (R\$ MILHÕES) – 2003-2017**



**Fonte:** MTUR (2018, p. 38).

O financiamento público para o turismo ganha destaque na pauta econômica a partir do primeiro ano do governo do presidente Lula, 2003, aumentando progressivamente até 2013, ápice do investimento público com pouco mais de 14 bilhões de reais em financiamento público, no primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff.

Com o avançar da crise político-econômica, a partir da reeleição da presidenta Dilma em 2014, o financiamento para o setor turístico começa a reduzir. Após o golpe político-midiático, com o governo do presidente Michel Temer, a crise econômica brasileira intensifica-se e o financiamento público no setor despencou para quase quatro bilhões, em 2017, representando uma significativa queda no volume de investimentos turísticos.

Além do financiamento público, a atuação do MTUR também representa uma mudança de postura do Estado em relação a sua gestão sobre as atividades turísticas, passando a ser descentralizada desde a criação do ministério (MTUR, 2018b), a partir do “[...] Plano Nacional de Turismo 2003-2007 propôs um novo modelo de gestão, descentralizado e compartilhado com os estados, o Distrito Federal, as regiões turísticas e os municípios” (*ibidem*, p. 66).

Outro marco importante, no que diz respeito das políticas públicas para o turismo, foi a sanção da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, a Lei Geral do Turismo (LGT),

principal marco legal do turismo no país, definiu como um dos objetivos da Política Nacional de Turismo: promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando estados, Distrito Federal e municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica (MTUR, 2018b, p.55).

A LGT foi regulamentada pelo Decreto n. 7.381, de 2 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências. Trazendo uma definição pontual do papel do Estado junto com o turismo, tendo, em seu Art. 1 destaque que além de regulamentar as normas da Política Nacional do Turismo, que consta na LGT, esse decreto também

define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, dispõe sobre o Plano Nacional de Turismo - PNT, institui o Sistema Nacional de Turismo, o Comitê Interministerial de Facilitação Turística, dispõe sobre o fomento de atividades turísticas com suporte financeiro do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR, o cadastramento, classificação e fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos e estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas (BRASIL, 2010).

O Art. 2º estabelece a definição das principais linhas de ação do Estado no setor turístico, conforme destacado no quadro 5

#### **QUADRO 5 - LINHAS DE AÇÕES DO ESTADO PARA O TURISMO**

<b>PROGRAMA</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>
Política Nacional do Turismo	Conjunto de leis e normas voltadas para o planejamento e ordenamento do setor, bem como das diretrizes, metas e programas definidos no PNT
Plano Nacional do Turismo – PNT	Conjunto de diretrizes, metas e programas que orientam a atuação do Ministério do Turismo, em parceria com outros setores da gestão pública nas três esferas de governo e com as representações da sociedade civil, iniciativa privada e terceiro setor, relacionadas ao turismo, nos termos do art. 6º da Lei nº 11.771, de 2008
Sistema Nacional de Turismo	Sistema formado por entidades e órgãos públicos ligados ao setor turístico, com o

	objetivo de promover o desenvolvimento das atividades turísticas de forma sustentável, integrando as iniciativas oficiais com as do setor privado, conforme preconizado no PNT
Comitê Interministerial de Facilitação Turística	Colegiado intersetorial integrado por órgãos públicos do governo federal, cuja área de atuação apresenta interfaces com o turismo, criado com a finalidade de buscar a convergência e a compatibilização na execução da Política Nacional de Turismo com as demais políticas setoriais federais, nos termos do art. 11 da Lei nº 11.771, de 2008.
Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR	Fundo especial de financiamento, vinculado ao Ministério do Turismo, com orçamento específico, dispondo de patrimônio próprio e autonomia financeira e orçamentária, tendo como finalidade o fomento e a provisão de recursos para o financiamento de empreendimentos turísticos considerados de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional

**FONTE:** Elaborado a partir de Brasil (2010).

Além desses programas o Art. 2º também identifica como prestadores de serviços turísticos

sociedades empresariais, sociedades simples, empresários individuais e serviços sociais autônomos prestadores de serviços turísticos remunerados, que exerçam atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo, nos termos do art. 21 da Lei nº 11.771, de 2008 (BRASIL, 2010).

Os prestadores de serviços turísticos são classificados, de acordo com o art. 21 da LGT, como: “I - meios de hospedagem; II - agências de turismo; III - transportadoras turísticas; IV - organizadoras de eventos; V - parques temáticos; e VI - acampamentos turísticos” (BRASIL, 2008), no qual o art. 22 determina que os prestadores de serviços turísticos estão obrigados ao cadastro no Ministério do Turismo, o CADASTUR<sup>23</sup>, que pode ser uma ferramenta para identificar a espacialização do turismo em um determinado lugar, ajudando a identificar as regiões concentradas e o território usado pelo turismo.

Além das categorias citadas no art.21 outros também prestadores de serviços turísticos identificados, mas o seu cadastro é facultativo, são eles os:

I - restaurantes, cafeterias, bares e similares; II - centros ou locais destinados a convenções e/ou a feiras e a exposições e similares; III - parques temáticos aquáticos e empreendimento dotados de equipamentos de entretenimento e lazer; IV - marinas e

<sup>23</sup> Os dados do CADASTUR podem ser acessados pelo site oficial << <https://cadastur.turismo.gov.br>>>.

empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva; V - casas de espetáculos e equipamentos de animação turística; VI - organizadores, promotores e prestadores de serviços de infraestrutura, locação de equipamentos e montadoras de feiras de negócios, exposições e eventos; VII - locadoras de veículos para turistas; e VIII - prestadores de serviços especializados na realização e promoção das diversas modalidades dos segmentos turísticos, inclusive atrações turísticas e empresas de planejamento, bem como a prática de suas atividades (BRASIL, 2008).

As políticas públicas do turismo a partir da criação do MTUR; da LGT e do o Sistema Nacional do Turismo, segundo Carvalho (2016, p.96), contribuíram para “[...] gestão descentralizada da atividade, aproximou e otimizou as relações interescolares, o que vislumbrou o maior envolvimento da escala do município”. Nessa gestão descentralizada, as atividades que fazem parte do circuito superior do turismo passam a ser priorizadas, tanto nas ações federais que normatiza financia esse setor, quanto na esfera estadual e municipal que promovem incentivos a esses agentes, compreendendo-os com um motor para o desenvolvimento regional.

Em contrapartida as atividades relacionadas ao circuito inferior, que além de não serem contempladas no PNT, quando mencionadas são vistas enquanto um problema, em que “[...] a alta taxa de informalidade ainda ameaça o setor, ocultando fatia considerável da participação do turismo no mercado” (MTUR, 2018b, p.109). A resolução dessa ameaça ao turismo, representado pelos trabalhadores pobres do circuito inferior, está a cargo dos municípios que estabelecem políticas públicas visando normatizar ou coibir a expansão desse circuito.

A título de exemplo do papel dos municípios no tratamento ao circuito inferior do turismo destacam-se duas leis municipais e um decreto que versam sobre as atividades comerciais do circuito inferior do turismo na escala municipal.

Em ordem cronológica de publicação, o Decreto n. 10.949 de 08 de janeiro de 2016 institui grupo de fiscalização para orla de Ponta Negra em Natal, Rio Grande do Norte, essa praia faz parte da região concentrada do turismo em Natal e no Rio Grande do Norte (ALMADA, 2015).

O objetivo do decreto é por meio do grupo de fiscalização, conforme o seu Art. 1, “coibir a utilização indevida do passeio público e dos demais bens de uso comum do povo, especialmente no trecho relativo à Avenida Erivan França e o ‘calçadão” (NATAL, 2016). A utilização indevida é interpretada pela presença de comerciantes informais ou ambulantes, agentes do circuito inferior do turismo, que utilizarem a área

destacada no Art.1 sem estar no cadastro na Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal e na Secretária Municipal de Serviços Urbanos, que de acordo com Art. 3. ao encontrar essa situação o grupo de fiscalização “deverá tomar as medidas administrativas cabíveis, incluindo lavratura do auto de infração, interdição, embargo, demolição de obras e atividades consideradas potencialmente poluidoras” (*ibidem*).

A Lei Nº 3224 de 27 de setembro de 2017, de Navegantes, Santa Catarina, autoriza a regulamentação do comércio de ambulante na temporada de veraneio, e dá outras providências. Navegantes é um importante destino turístico para o estado catarinense, com 67,4% dos turistas originários do próprio estado durante a alta temporada e carnaval de 2017 (NAVEGANTES, 2017b).

Além da demanda doméstica o município também recebe visitantes da região do Mercosul, que corresponde a 93,3% da demanda internacional, sendo, 60% da Argentina, 20% do Paraguai e 13,3% do Chile, o outros 6,7% correspondem aos Estados Unidos, segundo os resultados da pesquisa de demanda turística de Navegantes (NAVEGANTES, 2017b).

O Art. 2 considera comércio ambulante como “a atividade lícita geradora de renda exercida por pessoa física ou jurídica, que de forma personalíssima e por seu próprio risco atua em atividade sazonal em 60 (sessenta) pontos fixos em toda a extensão da orla marítima do Município de Navegantes” (NAVEGANTES, 2017a). Os ambulantes só podem atuar no período do veraneio, que conforme o Art. 4 esse período vai de primeiro de dezembro a três de março, cujo alvará de atuação de cada ambulante só tem vigência por uma temporada, sendo necessária a renovação para a próxima temporada.

Apesar da autorização para atuar durante o período de veraneio, os ambulantes devem respeitar uma série de proibições sob pena de multa, são elas de acordo com o Art. 19:

- I- estacionar nas vias públicas, salvo se previamente autorizado pela Prefeitura;
- II - impedir, ou dificultar o trânsito de pedestres e veículos nas vias públicas;
- III - transitar com grandes volumes que perturbe a circulação de pedestres e veículos;
- IV - vender bebidas alcólicas destiladas;
- V - o preparo de alimentos utilizando frituras;
- VI - apregoar mercadorias em altas vozes ou molestar transeuntes com o oferecimento dos artigos postos à venda;
- VII - vender ou ter em depósito no equipamento mercadorias que não pertençam ao seu ramo comercial;
- VIII - vender produtos não autorizados (drogas, materiais ilícitos e produtos piratas) e contaminados;
- IX - não retirar de seu espaço na praia equipamentos utilizados em seu comércio;
- X -

trabalhar fora dos horários estabelecidos para a atividade licenciada; XI - apresentar condições precárias ao asseio do vestuário, a limpeza do equipamento e do local de trabalho; XII - exercer a atividade licenciada sem uso de uniforme de modelo, padrão e cor aprovados pelo Município; XIII - utilizar-se do trabalho de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz (a partir dos 14 anos), nos termos da legislação federal; XIV - tentativa ou prática de suborno em relação à fiscalização municipal. (NAVEGANTES, 2017a).

A terceira lei que destacada versa sobre a normatização municipal do circuito inferior do turismo é a Lei n. 6272 de 01 de novembro de 2017, que dispõe sobre o comércio ambulante do município do Rio de Janeiro e dá outras providências.

O circuito inferior, identificado nessa lei corporifica-se na figura dos ambulantes, de acordo com inciso 1º do Art. 1 é o

comerciante ambulante ou camelô é a pessoa física que exerce essa atividade profissional por sua conta e risco, com ou sem emprego de tabuleiro ou outro apetrecho permitido nesta Lei, apregoando suas mercadorias. Subordinam-se os camelôs às disposições desta Lei (RIO DE JANEIRO, 2017).

A lei busca normatizar a atuação no da ambulante, entendido como de ponto fixo quando desenvolve sua atividade em local definido, e sem ponto fixo, quando desenvolve sua atividade de forma itinerante (RIO DE JANEIRO, 2017). Entre as normatizações, a lei delimita a habilitação, autorização, produtos comercializados, proibições, infrações e penalidades para a atuação dos ambulantes na cidade do Rio de Janeiro.

As atividades destacadas pelo decreto e pelas duas leis municipais exemplificam o tratamento dado às atividades do circuito inferior do turismo, representados na figura dos ambulantes, em que a ação do Estado, representado na esfera municipal, foca mais em normatizar, e fiscalizar e repreender quem descumprir as normativas, do que fornecer subsídios para os fortalecimentos econômico desses atores, agindo de forma antagônica ao circuito superior do turismo, onde a ação do estado, além de normatizar, foca em fornecer subsídios para estruturar e fortalecimento desse circuito da economia.

### 3.3.2 Mercado

As políticas públicas que financiaram a atividade turística contribuem para a especialização do turismo em determinados pontos do território brasileiro ao estruturar o mercado turístico, por meio de financiamento público direto as empresas do setor

turístico ou pela implantação ou melhoria da infraestrutura necessária para a materialização desta atividade e garantindo a expressividade econômica em um dado lugar turístico.

A invenção do lugar turístico está diretamente associada com a parceria entre Estado e o Mercado, no qual, o primeiro aposta no turismo como alternativa para o desenvolvimento local e regional e o segundo o utiliza do turismo como meio produção para acumular e reproduzir o capital.

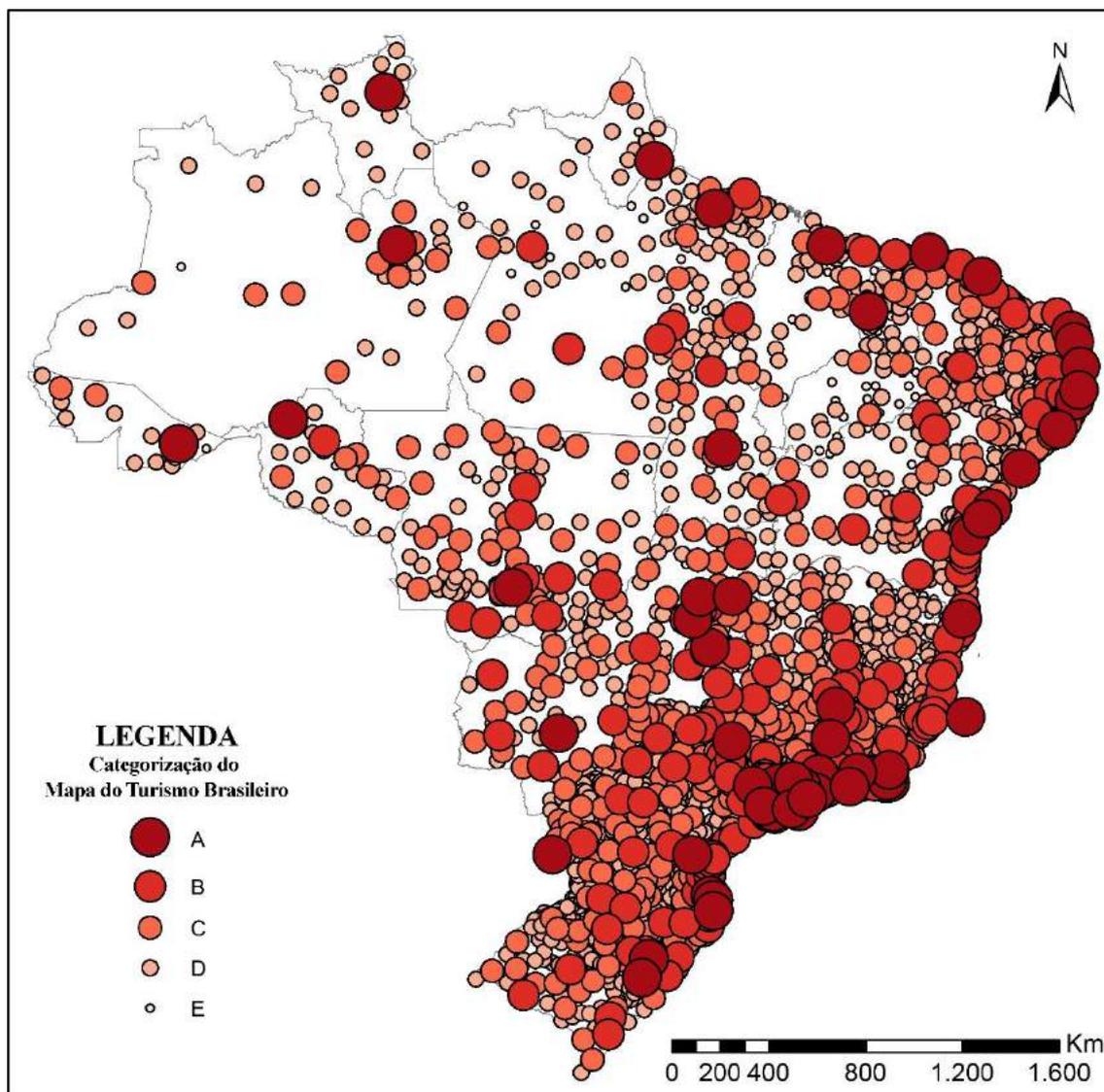
No Brasil o turismo não ocorre de modo homogêneo no território, tendo áreas que concentram serviços e outras que são rarefeitos, é nesse sentido, que o território é usado pela rede de lugares turísticos, que a partir das áreas concentradas, o centro da rede, irradiam pontos menos concentrados.

Na RLT, o território é usado de modo interdependente entre os agentes do circuito superior e inferior do turismo, onde este último possui uma relação de dependência com o circuito superior. Quanto maior a concentração de densidade técnica-científica-informacional ligado ao turismo maior a presença do circuito superior nesses espaços, e inversamente, quanto menor densidade maior a presença do circuito inferior na produção desse espaço, sobrevivendo com migalhas da receita gerada nas áreas concentradas.

É possível identificar as áreas concentradas do turismo a partir do Mapa do Turismo, uma ferramenta do Ministério do Turismo para regionalização do turismo a partir do resultado obtido na análise de *cluster*, conforme normativa a Portaria n. 144/2015, que utiliza como critério o número de estabelecimentos formais cuja atividade principal é hospedagem; o número de empregos formais no setor de hospedagem e a estimativa de turistas a partir do Estudo de Demanda Doméstica (BRASIL, 2015).

De acordo com as informações divulgadas pelo MTUR, em 2017 o Brasil contava com 3.285 municípios divididos em 328 regiões turísticas, categorizadas em cinco níveis entre A, nível mais alto, e, nível mais baixo. Ao distribuir esses municípios, de acordo com o seu nível, tem-se o mapa 2:

**MAPA 2 - MAPA DO TURISMO DO BRASILEIRO - 2017**



**FONTE:** Elaborado pelo autor (2018) com base nos dados do MTUR (2017b).

No mapa 2 o círculo maior, no tom mais escuro de vermelho, corresponde aos municípios categorizados em A, nesses pontos estão as áreas concentradas do turismo no Brasil, que se encontram em maior densidade na região sudeste, entre as capitais São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, ao longo do litoral nordestino e nas capitais dos demais estados brasileiros.

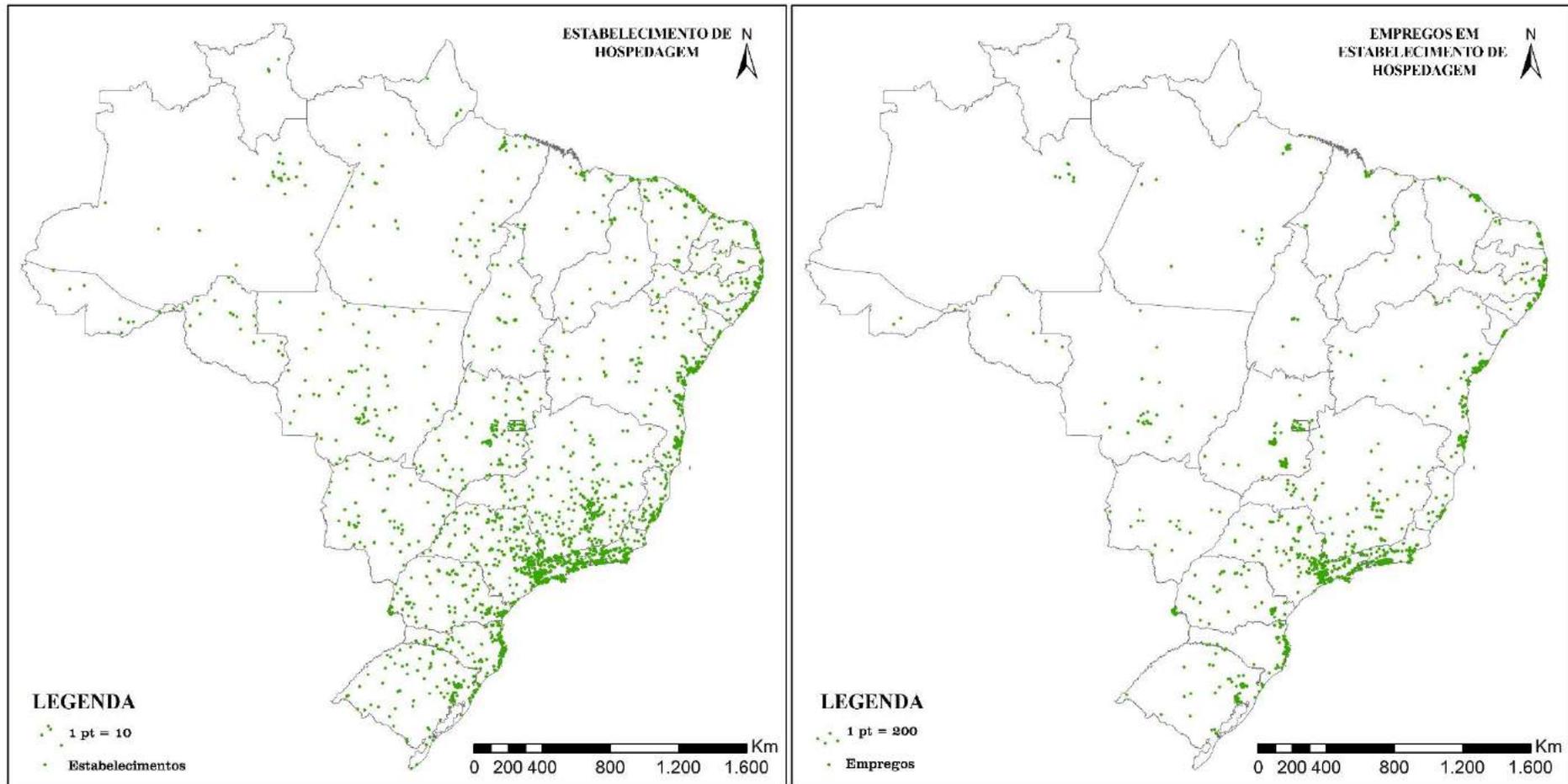
As outras categorizações destacadas no mapa pelos círculos proporcionalmente menores e com tons de vermelho respectivamente mais claros à medida que a categorização se aproxima do nível E. As regiões dos círculos categorizados em B e C, municípios que embora não sejam centrais apresentam uma importante atividade turística, também se concentram entre as regiões Sudeste e

Sul, como maior aglomeração, tanto na faixa litorânea quanto no interior, seguida pela região Nordeste, que tem a concentração a partir da área litorânea e reduzindo gradativamente à medida que se aproxima do interior.

A região centro-oeste apresenta pontos de concentração, porém com o turismo irradiado a partir das capitais e com uma quantidade menor de subcentros de categoria B, nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no interior de Goiás, com exceção da capital do Brasil, Brasília, exerce um poder polarização e concentração da atividade turística, concentrando no entorno quatro municípios de Categoria A, contabilizando a capital e Goiânia.

A região Norte apresenta a menor concentração turística, tendo apenas as capitais dos estados na categoria A, poucas de categoria B e C. Na perspectiva do mercado, as regiões Sul e Sudeste e o litoral do Nordeste possuem a maior presença dos agentes do circuito superior do turismo na produção do espaço, em função da concentração de municípios categorizados entre A e C.

Os dados do número de empregos formais em estabelecimentos de hospedagem e do número de estabelecimentos de hospedagem por município também são utilizados como variáveis para a categorização dos municípios no Mapa do Turismo Brasileiro. Ao distribuir esses dados no mapa 3, a concentração dessas variáveis repete o padrão apresentado no mapa 2.

**MAPA 3 – ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS DE HOSPEDAGEM – 2017**

**FONTE:** Elaborado pelo autor (2018) com base nos dados do MTUR (2017b).

O primeiro cartograma do mapa 3 apresenta os estabelecimentos de hospedagem e o segundo os empregos de hospedagem em 2017. A concentração desses encontra-se principalmente, no eixo entre as capitais São Paulo-Rio de Janeiro e no litoral nordestino, que se destacam com as áreas eleitas para a edificação do circuito superior do turismo.

O Ministério do Turismo destacou 65 destinos turísticos no Plano Nacional do Turismo 2007-2010, selecionados a partir do mapeamento da atividade turística brasileira. Esses destinos têm como objetivo induzir o desenvolvimento econômico de suas regiões por meio do turismo (MTUR (2007)). Para atingir esse objetivo e fortalecer a atuação do mercado turístico, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) é elaborado, a partir de 2008, o Índice de Competitividade do Turismo Nacional (ICTN) dos 65 destinos turísticos, com a última edição publicada em 2015.

O ICTN é composto a partir da combinação de treze variáveis: infraestrutura geral; acesso; serviços e equipamentos turísticos; atrativos turísticos; marketing e promoção do destino; políticas públicas; cooperação regional; monitoramento; economia local; capacidade empresarial; aspectos sociais; aspectos ambientais e aspectos culturais, indo de 0,00 a 100, classificando os destinos em cinco níveis: nível 1 entre 0 e 20 pontos; nível 2 entre 21 e 40 pontos; nível 3 entre 41 e 60 pontos; e por último, o nível 5 entre 81 e 100 pontos. (BARBOSA, 2015), quanto maior o nível melhor o desempenho do município na competitividade turística.

Desde que o ICTN passou a ser realizado a média nacional aumentou gradativamente, passando de 52,1 em 2008 para 60,0 em 2015, o último ano em que foi realizado o ICTM, situado no ponto de transição entre o nível 3 e o nível 4. Levando em consideração apenas as capitais brasileiras, o ICTN passa de 59,5, em 2008, para 68,6 em 2015, enquanto os outros destinos que não são capitais o ICTN passa de 46,9, em 2008, para 53,8 em 2015 (BARBOSA, 2015), conforme destaca o gráfico 2. A partir desses dados é possível inferir que as capitais brasileiras são os melhores locais para se investir-se em turismo enquanto as não capitais apresentam-se menos competitivas para atração de investimentos.

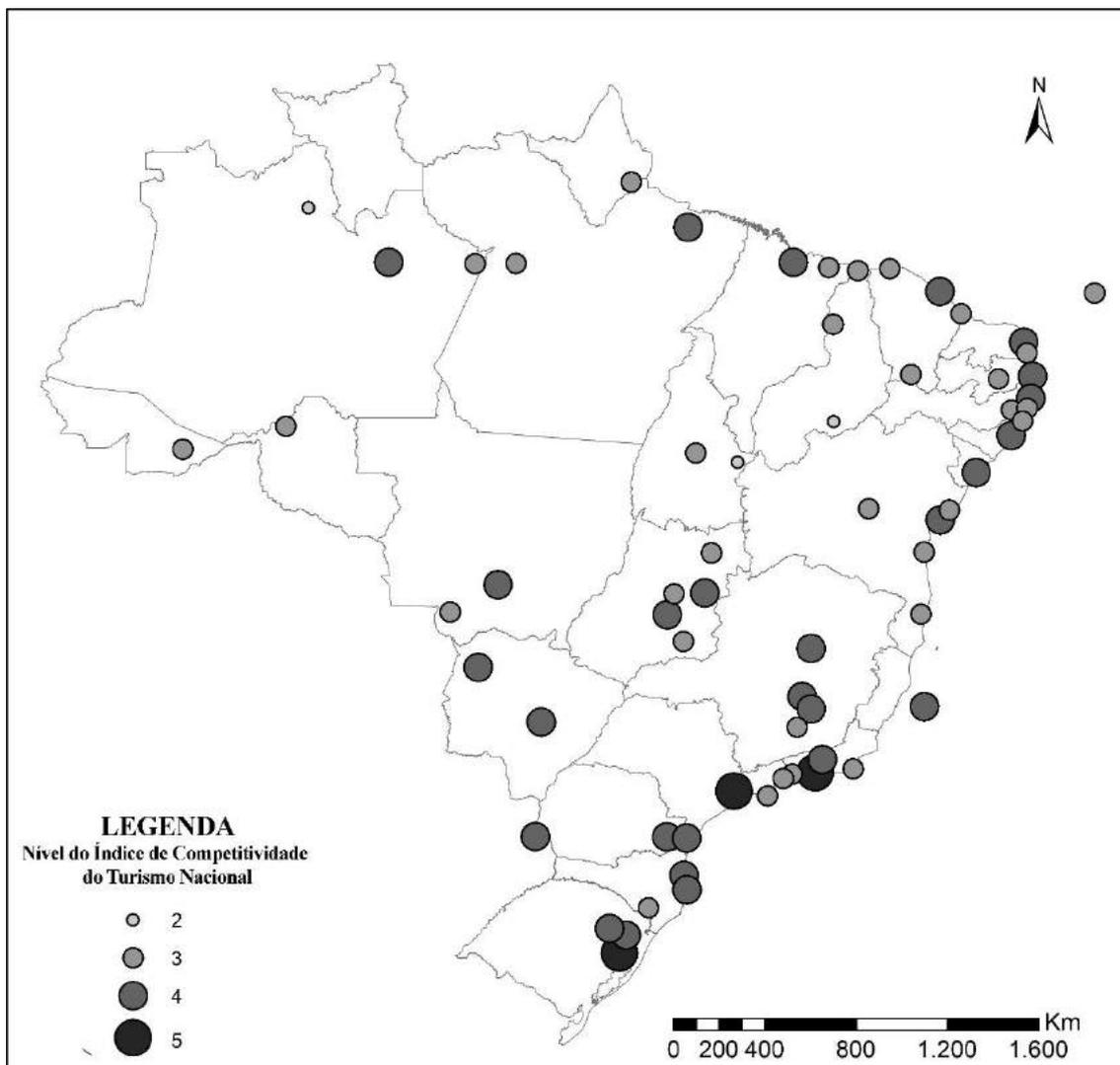
**GRÁFICO 2 - ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE DO TURISMO NACIONAL, BRASIL, CAPITAIS E NÃO CAPITAIS - 2008-2015**



**FONTE:** Barbosa (2015, p.33).

Na classificação do ICTN de 2015, apenas 3 municípios alcançaram o nível 5, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, 27 no nível 4, 33 no nível 3, apenas 2 no nível 2 e nenhum no nível 1, distribuídos ao longo das áreas de concentrações identificadas nos mapas 1 e 2, especificamente ao longo do litoral das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, mostrando que o projeto brasileiro para o turismo está focado majoritariamente na valoração do litoral, conforme destaca o mapa 4.

#### MAPA 4 - ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE DO TURISMO NACIONAL, BRASIL - 2015



**FONTE:** Elaborado pelo autor (2018) com base nos dados do MTUR (2016).

A categorização do Mapa do Turismo e o nível do ICTN destacam os espaços privilegiados para a atuação dos agentes circuito superior do turismo, porém, cabe se perguntar sobre a atuação dos agentes do circuito inferior. Ao contrário do circuito superior, que possui muitos dados disponíveis para mensuração e espacialização da atividade, o circuito inferior conta com poucos dados oficiais para dimensionar o seu papel econômico, tanto pelo fato de que parte dessas atividades atuarem na informalidade, fora dos registros oficiais, quanto pela a inexpressividade econômica individual de cada agente do circuito inferior que não consegue despertar nos órgãos oficiais interesse para mensurar esses dados.

Para tentar mensurar a participação desse setor, utilizou-se os dados divulgados pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no sistema de informações sobre o mercado no setor turismo (SIMT), com base nas informações sobre as ocupações formais, com base na RAIS, um registro administrativo de natureza operativa da área de trabalho, de caráter censitário que obriga todas as unidades (estabelecimentos e pessoas físicas) que empregam mão de obra com vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) a apresentar declaração anual contendo a relação individual dos vínculos vigentes (IPEA, 2008), e da ocupação informal, com base nos dados coletados pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) (IPEA, 2015).

O SIMT classifica como ocupação informal<sup>24</sup> “[...] todos os trabalhos primários e secundários exercidos na condição de conta própria, empregador, ocupado sem remuneração, doméstico e outros, desconsiderando os trabalhos desempenhados por celetistas, estatutários e militares” (IPEA, 2008, p.28), distribuindo esses dados em oito atividades, alojamento; alimentação; transporte terrestre; transporte aquaviário; transporte aéreo; aluguel de transportes; agência de viagens e cultura e lazer.

No segmento das ocupações informais os dados são compilados apenas no substrato das macrorregiões, enquanto para o segmento das ocupações formais os dados são agrupados a partir dos municípios. Tendo em vista o grande volume de dados sobre ocupações formais e informais, para analisar a participação do circuito inferior no mercado turísticos fez-se o agrupamento das ocupações formais e informais no substrato das macrorregiões e agrupando as oito atividades, coletados pela ferramenta IPEA Extrator de Dados, disponibilizado no site do IPEA, dessa forma obtém-se a tabela 4:

---

<sup>24</sup> Destacando que o circuito inferior do turismo não é composto apenas pelas atividades informais, mas também por pequenos comércios que possuem CNPJ, a exemplo dos comerciantes que têm como razão social o regime do MEI.

**TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO TURÍSTICA NO BRASIL - 2014**

PAÍS/ REGIÃO	NÚMERO DE OCUPAÇÕES		REMUNERAÇÃO MÉDIA EM R\$	
	FORMAL	INFORMAL	FORMAL	INFORMAL
Brasil	1.032.989	837.718	2.865,35	1.931,78
Norte	40.809	66.222	2.743,30	1.611,21
Nordeste	174.127	241.450	2.817,52	2.006,17
Sudeste	592.820	387.766	3.116,37	2.042,67
Centro-Oeste	73.053	55.087	2.789,89	1.558,18
Sul	152.181	87.194	2.859,68	1.762,02

**FONTE:** Elaborado a partir de IPEA (2018).

As ocupações no Brasil, em 2014, na categoria formal superam em 20% as informais, entretanto, analisando esses dados por região temos o Norte e Nordeste as ocupações informais sendo a maioria, 40% a mais na região Norte e 30% na região Nordeste, enquanto nas outras regiões predominam as ocupações formais. A remuneração em média das ocupações do setor turístico do setor informal no Brasil é 30% menor do que a do formal, com os piores resultados para as regiões Norte e Centro-Oeste, que possuem uma remuneração média da ocupação informal 40% menor do que a formal.

O número de ocupação informal registrado pelo IPEA corresponde a uma parcela da totalidade das atividades desenvolvidas pelo circuito inferior do turismo, pois, muitas dessas atividades permanecem a margem das estatísticas oficiais, porém, com base nos dados da tabela 1 vemos que as ocupações informais são responsáveis por quase metade das ocupações no Brasil, com 45% do número total, ou seja, em países subdesenvolvidos, sobretudo no Brasil, a produção do espaço geográfico e o território usado pelo turismo ocorre por meio da relação dialética entre circuito superior e inferior, podendo ter áreas específicas com maior ou menor presença de um ou de outro circuito, o desafio para a pesquisa geográfica identificar *in locus* a participação de cada um desses circuitos na invenção do lugar turístico.

### 3.3.3 Turistas

Um lugar é turístico quando há turistas, essa é a premissa básica para sua existência, a partir dessa ilação o objetivo desta subseção é compreender o papel da a terceira fonte de turistificação destacada por Knafou (1996), os turistas na produção do lugar turístico a partir do território usado pelos circuitos da economia urbana aplicado ao turismo.

O papel dos turistas na criação do lugar turístico não é independente, mas justaposto e interdependente com as ações do Estado e do Mercado, partindo da premissa de que quanto maior a presença do Estado, maior a concentração do Mercado e maior o fluxo de turistas em um determinado lugar turístico.

Embora existam as frentes pioneiras, onde lugares distantes do *mainstream* turístico são visitados por alguns exploradores que estão em busca de uma experiência única, não é possível computar a esses aventureiros a missão de transformar um lugar em lugar turístico sem a participação ativa do Estado e do Mercado, fazendo-se necessário a participação conjunta desses três elementos para que essa metamorfose aconteça.

Sobre a participação do Estado brasileiro na atração de turistas, Brazidec (2010, p.4-5) aponta que “a partir de 2003 com a chegada ao presidente Lula ao poder, a Embratur tem seu papel modificado: suas operações de marketing são destinadas unicamente a captação do fluxo do turismo internacional”, porém, apesar desse enfoque Théry (2015, p.2) destaca que “O Brasil não é um importante destino turístico internacional”, tanto pela sua irrelevância internacional, ao ocupar a 38º posição em 2012 (THÉRY, 2015) no número de países visitados, quanto pela representatividade no cenário econômico brasileiro, sendo o turismo interno o motor do crescimento do turismo brasileiro, com um mercado interno de 200 milhões de brasileiros (*ibidem*).

Mesmo com um extenso litoral brasileiro com vários destinos turísticos categorizados como A e B no Mapa do Turismo e com infraestrutura necessária para receber turistas internacionais o Brasil segue marginal no cenário de competitividade do mercado turístico mundial, Théry (2015, p.2) atribui isso ao fato de que

o país sofre com a distância em relação aos grandes países emissores de turistas, aliada a uma imagem de violência endêmica que preocupa os potenciais visitantes, além da competição com outros países semelhantes, particularmente o turismo balneário, cujas praias tropicais no Brasil são muito parecidas com as do Caribe ou da Tailândia.

No cenário turístico brasileiro, em 2017, foram 6.588.770 turistas internacionais, contabilizando os que entraram no país pelas vias área e terrestre, contra 92.151.675 de embarques e 92.149.646 e desembarques de passageiros nacionais em aeroportos brasileiros (MTUR, 2018a). O turismo interno é 15 vezes maior que o turismo internacional, entretanto, o turismo interno ainda pode ser ainda maior do que o divulgado no anuário estatístico, pois, com base no estudo de caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2010/2011, encomendado pelo MTUR à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, o avião correspondeu apenas a 17% das viagens domésticas, considerando lazer, negócios e outros como motivo da viagem, contra 44% das viagens realizadas por carro e 27% das viagens realizadas por ônibus de linhas (FIPE, 2012).

Com o objetivo ilustrativo da dimensão que o turismo interno pode ter no Brasil, aplicou-se aos dados do anuário estatísticos às porcentagens do estudo realizado pela FIPE (2012), tendo como base a média aritmética entre embarques e desembarques como base para a construção da tabela 5, resultando a seguinte projeção:

**TABELA 5 - PROJEÇÃO DO NÚMERO DE TURISTAS INTERNOS POR MEIO DE TRANSPORTES COM BASE EM FIPE (2012) – 2017**

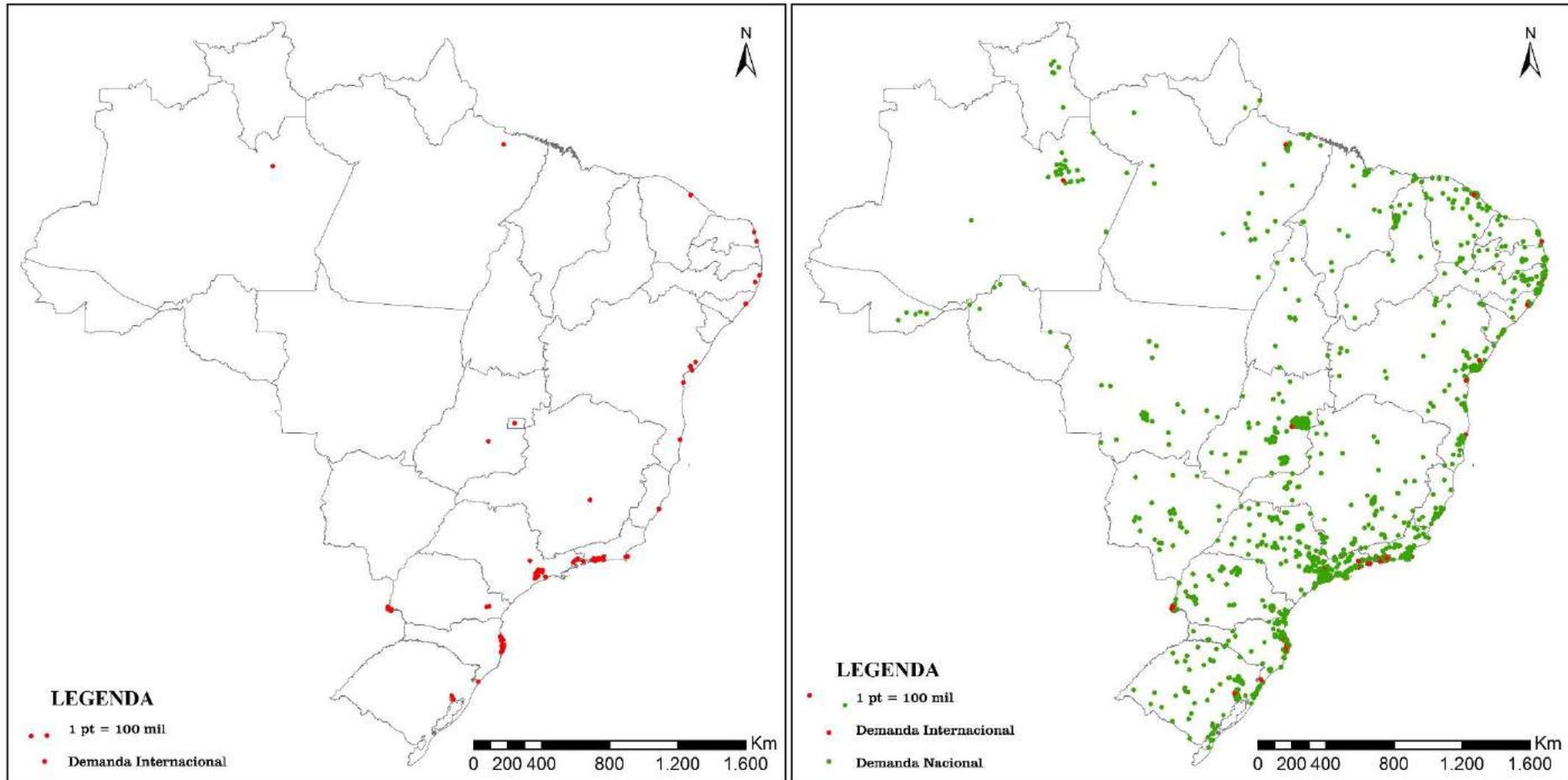
MEIO DE TRANSPORTE	%*	NÚMERO
Carro	44,1	239.049.656
Ônibus de linha	26,9	145.814.870
Avião	17,0	92.150.661**
Ônibus de excursão/fretado	4,7	25.476.947
Van / perueiro	2,6	14.093.631
Navio ou barco	1,5	8.130.941
Carona	1,2	6.504.753
Moto	0,8	4.336.502
Outros	1,2	6.504.753
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>542.062.712</b>

Fonte: Adaptado a partir de FIPE (2012) e MTUR (2018).

\* Valor de referência obtido por FIPE (2012); \*\* Valor de referência obtido por MTUR (2018).

A tabela 5 não representa o cenário real do turismo interno, mas sim uma projeção possível para o cenário brasileiro para o ano de 2017, que forma um mercado consumidor potencial de 542 milhões de turistas nacionais, 80 vezes o número de turistas internacionais, levando em consideração que uma pessoa pode realizar mais de uma viagem por ano, por isso que o número de turistas é maior que o número de habitantes.

Com o Mapa do Turismo também é possível localizar onde estão os municípios categorizados como maior demanda turística nacional e internacional, desta forma, o mapa 5 apresenta os municípios brasileiros de acordo com a sua demanda, adotando a metodologia de que cada ponto no mapa representa um grupo de 100 mil turistas, sendo os pontos verdes para nacional e os vermelhos para internacional.

**MAPA 5 -- DEMANDA TURÍSTICA BRASILEIRA, UM PONTO POR 100 MIL TURISTAS – 2017**

Fonte: Elaborado pelo autor (2018) com base nos dados do MTUR (2017).

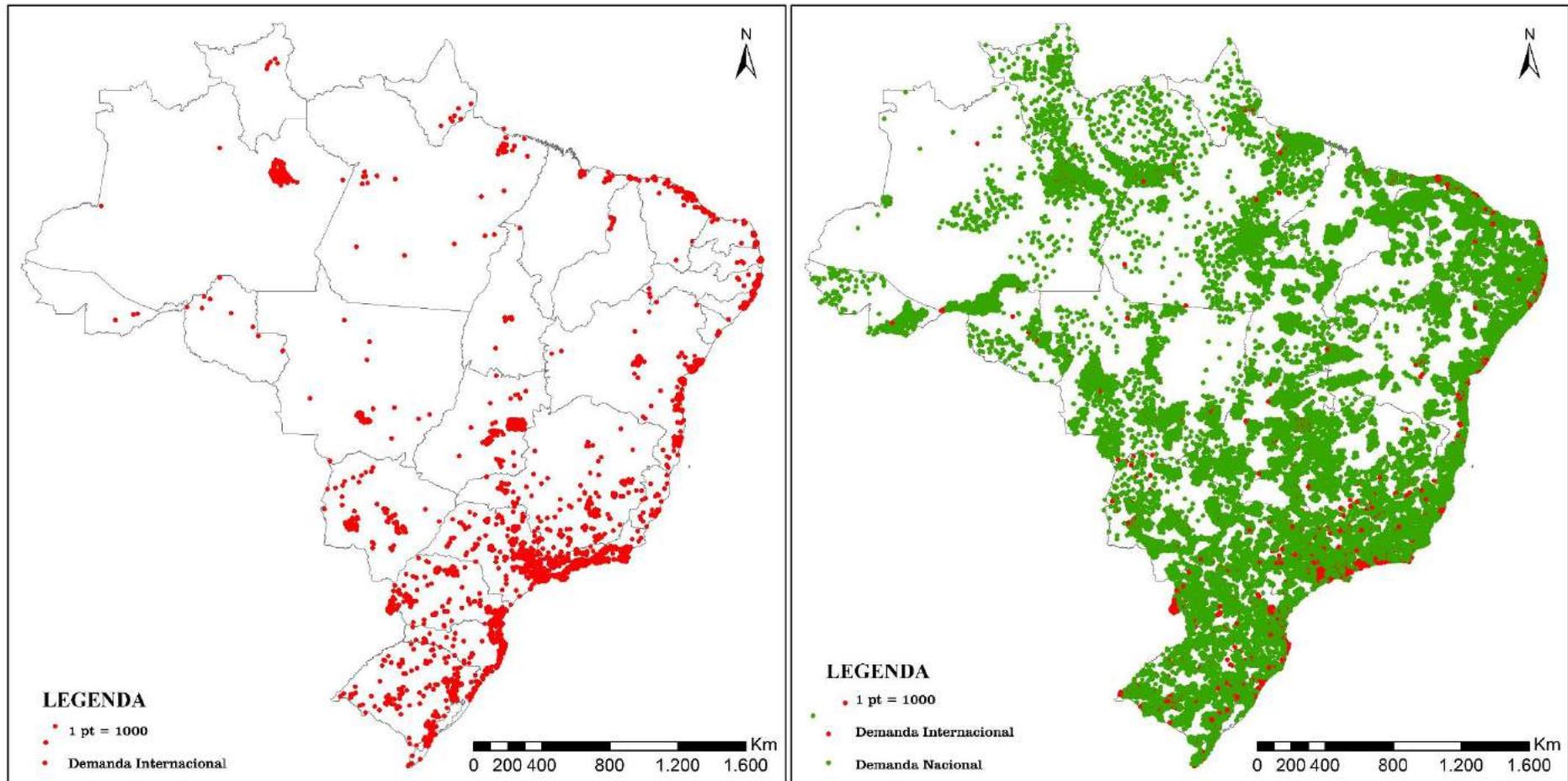
A partir do mapa 5 é possível identificar concentração turística nas áreas já identificadas nos mapas 2, 3 e 4, além de evidenciar a proporção desigual entre a demanda internacional e a nacional de turistas. Os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul concentram a maioria dos turistas internacionais do Brasil em 2017, desses, 62% são oriundos da América do Sul, onde dos seus doze países, incluindo a Guiana Francesa<sup>25</sup>, o território brasileiro só não faz fronteira com o Chile e o Equador, destacando a importância dos países vizinhos no cenário do turismo internacional brasileiro (MTUR, 2018a).

A importância da proximidade com os países vizinhos para o turismo internacional é reforçada ao analisar a via de acesso ao Brasil, do total de turistas vindo da América do Sul, 49% chegaram ao solo brasileiro por via terrestre. Entre os países da América do Sul, somente a Argentina concentrou 49% do fluxo turístico em relação ao subcontinente, e 40% a nível mundial, com 2.622.327 de turistas, desses, 52% chegaram ao Brasil por via terrestre, tendo como principal destino o estado do Rio Grande do Sul, que recebeu em 2017 1.021.639 de turistas argentinos, correspondente a 39% de todos os argentinos que visitaram o Brasil em 2017 (MTUR, 2018a).

O mapa 5 apresentou o cenário dos lugares turísticos eleitos pelo circuito superior do turismo em função da metodologia adotada, em que cada ponto no mapa representa um grupo de 100 mil turistas, omitindo deste modo, os municípios que não atingiram esse número mas possuem demanda turística, como os municípios categorizados em C, D e. Para dar visibilidade cartográfica a essas localidades, modificou-se a metodologia para que cada ponto no mapa passe a representar 1 mil turistas, resultando no mapa 6.

---

<sup>25</sup> Território ultramarino da França.

**MAPA 6 – DEMANDA TURÍSTICA BRASILEIRA, UM PONTO POR 1 MIL TURISTAS – 2017**

**FONTE:** Elaborado pelo autor (2018) com base nos dados do MTUR (2017).

Com mapa 6 é possível verificar a demanda turística dos municípios irradiando-se do litoral para o interior do país, mostrando a dinâmica da RLT a partir da participação dos municípios categorizados como C, D e, que possuem menor demanda, infraestrutura e competitividade turística, marcado pela presença predominante do circuito inferior do turismo.

A participação dos turistas no circuito inferior pode ocorrer de duas formas que dependem da sua localização, igualmente na definição dos circuitos da economia urbana de Santos (2008, p. 350) que “a partir de uma certa dimensão, distinguem-se dois tipos de circuito inferior, de acordo com sua localização na cidade; um é o circuito inferior central e ou outro o circuito inferior residencial”, nessa perspectiva, a partir do turismo, ocorre um circuito inferior para o turista, que é central e se concentra no nível mais alto da RLT, e o circuito inferior para o veranista, mais periférico por concentrar-se nos níveis mais baixos da rede.

O circuito inferior para o turista localizado nas áreas concentradas caracteriza-se por pequenas atividades comerciais e de serviços, como os ambulantes nos pontos turísticos ou artesanato local, destinados aos consumidores que estão hospedados ou visitando o centro da RLT.

Além das áreas concentrada, esse tipo de circuito inferior também está localizado nos locais turísticos de passagem, que podem estar afastado da área central, mas são dependentes do fluxo de turistas emitido do centro da RLT, marcado pela presença de ambulantes, barracas ou quiosques para oferecer comidas, bebidas e *souvenirs* para os turistas que passam por esses lugares, situação que verificada em Almada (2016) a partir da relação entre a área concentrada do turismo em Natal e os locais turísticos nos níveis mais baixos da rede turística, onde, “[...] os bugueiros [são] os principais responsáveis pela articulação entre essas duas realidades da atividade turística, pois são eles que fazem a conexão direta do turista com hotel cinco estrelas na Via Costeira com o ambulante nas dunas de Santa Rita” (*ibidem*, p.67).

O circuito inferior para o veranista são os lugares turísticos com baixa DTCl localizados nos municípios, predominantemente, categorizados entre D e no Mapa do Turismo, situados nos níveis mais baixos da RLT e tem como público-alvo veranistas que moram no entorno, com baixo poder aquisitivo, que

nos fins de semana e feriados frequentam esses lugares para lazer e recreação, conforme identificado por Théry (2015, p.7), onde

[...] os mais pobres frequentam principalmente a sua própria região, acessível de carro e onde eles podem ficar com parentes ou amigos. Os destinos mais populares estão localizados perto do local de residência, e cerca de 70 % dos fluxos ocorrem na região de residência.

Esses são lugares turísticos produzidos pelos agentes do circuito inferior do turismo destinado aos mais pobres, que não podem consumir os produtos turísticos das áreas centrais, uma parcela da população que faz parte da lógica do circuito inferior.

Nessa relação o poder aquisitivo dos turistas influencia diretamente de como o mercado e o Estado vão usar e produzir o espaço geográfico, enquanto os mais pobres frequentam o circuito inferior o poder aquisitivo dos turistas

[...] que têm mais recursos permitiu a criação de zonas turísticas bem equipadas próximas das grandes cidades, como Porto Seguro, na Bahia (que também atrai turistas do Sudeste e do Sul), Balneário Camboriú, em Santa Catarina para clientes do Sul (e Argentinos), e especialmente o litoral norte de São Paulo. A abertura da estrada costeira Rio-Santos criou uma série de estâncias turísticas entre Praia Grande e Santos, e o limite do Estado do Rio de Janeiro, como Guarujá e Ubatuba, que aparecem no mapa, e outros que também estão nele, Bertioga, Maresias, São Sebastião e Caraguatatuba. (THÉRY, 2015, p.8).

A partir do poder de consumo e da demanda turística os lugares turísticos são inventados, funcionando numa lógica de proporcionalidade, em que quanto maior a presença do Estado, maior a concentração do Mercado e maior o fluxo de turistas em um determinado lugar, resultando em uma produção desigual e combinada do espaço geográfico bem como o seu território usado pelos circuitos superior e inferior do turismo.

#### 4 O TURISMO NO RIO GRANDE DO NORTE: UMA VIAGEM INCOMPLETA

O Brasil entre as décadas de 1980 e 1990, apontadas como a primeira e a segunda “década perdida” (GOMES, 2007), estava na condição de um país subdesenvolvido com um Estado de bem-estar-social com vários problemas agravado pelo acirramento da crise econômica da década de 1970 (Azevedo, 2013), igualmente a outros países também estavam nesta situação, no qual iniciavam uma

fase de desvalorização contínua ou mesmo desigual, marcada por grande desemprego, crescentes quedas nas taxas médias de lucro, ofensivas dos patrões contra a classe trabalhadora, fechamento de fábricas, evasão de capitais, desindustrialização. (SMITH, 1988, p.223).

Esse cenário insere-se no contexto das transformações decorrentes da nova organização mundial, marcada pela desarticulação da Guerra Fria e da ordem bipolar mundial, pelo enfraquecimento do Estado desenvolvimentista e pela redemocratização brasileira, que tinha como pano de fundo o acirramento da crise da década de 1970, contextualizado pela reestruturação produtiva nacional, contribuindo para que nos “[...] fins dos anos 1980, um dos pontos da agenda política era o da ‘inserção competitiva’ do país à nova ‘ordem mundial’” (SILVA, 2014, p. 260).

A inserção competitiva brasileira a este novo cenário impôs transformações ao território nacional para adequar a sua estrutura aos novos paradigmas econômicos, atendendo aos interesses da reprodução e acumulação do capital, para isso, cada unidade federativa a materializou de forma singular em seus espaços novas funções produtivas.

No Rio Grande do Norte as transformações, iniciadas nas décadas de 1980 e 1990, foram incentivadas pelos investimentos públicos e pelo deslocamento do capital privado de áreas concentradas, como o estado de São Paulo, para o seu território, passando a vivenciar um período de crescimento e/ou desenvolvimento econômico em função do processo de reestruturação econômica e produtiva no setores da agropecuária, pesca, turismo, mineração, construção civil, carcinicultura, indústria têxtil, comércios e serviços (AZEVEDO 2013; SILVA 2014).

O turismo, enquanto atividade econômica, ganha destaque em Natal, no contexto da reestruturação econômica e produtiva, tornando-a uma das principais destinações turísticas do litoral nordestino brasileiro, ao transformar sua configuração territorial para atender às demandas existenciais dessa nova atividade econômica. Desta forma, a capital do estado experimenta

um expressivo crescimento da atividade turística, consequência da implementação de equipamentos e infra-estrutura que tinham, e têm, como objetivo de inscrever o estado do Rio Grande do Norte e, em particular, a sua capital, no circuito competitivo do turismo do Nordeste brasileiro (FURTADO, 2007, p. 234).

Neste período uma parcela do território da capital passa por um processo de urbanização em função do turismo, com destaque para a Via Costeira, av. Engenheiro Roberto Freire e a praia de Ponta Negra, na Zona Sul da capital, local onde se concentrou os grandes investimentos do setor, como grandes hotéis, restaurantes, *shopping centers*, *flats* hotel (CRUZ, 1999; FONSECA, 2005 e FURTADO, 2005).

Para além de Natal, principalmente após as ações do PRODETUR/NE-I, atividade turística começa a ser pensada para os municípios litorâneos vizinhos a Natal, momento em que se inicia a regionalização do litoral oriental do Rio Grande do Norte em um polo de desenvolvimento econômico pelo turismo, o Polo Costa das Dunas, ainda na década de 1990, neste contexto, inicia a diferenciação entre a urbanização pelo turismo no que veio a ser o Litoral Norte, Central e Sul.

Em razão disto, este capítulo discute a base temática, o processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo no Rio Grande do Norte, com o objetivo de investigar a participação do turismo na organização do espaço geográfico do Rio Grande do Norte.

A análise é realizada em três partes, a primeira aborda, “O alvorecer do turismo no turismo no Rio Grande do Norte” a partir do alvorecer do turismo potiguar entre as primeiras décadas do século XX até 1980. A segunda parte, “A reestruturação econômica e produtiva pelo turismo no Rio Grande do Norte” discute as políticas públicas de turismo no estado, tendo como recorte temporal o intervalo que corresponde ao período de reestruturação econômica e produtiva

pelo turismo na transição da década de 1980 para a de 1990 até 2017, com destaque para as ações do PRODETUR/NE no estado.

A terceira parte, “Os polos turísticos do Rio Grande do Norte”, analisa com base nos decretos oficiais que regulam esses polos e nos dados estatísticos da SETUR e do MTUR a atual regionalização do turismo no estado, que atualmente consta com cinco polos turísticos. A análise do processo de regionalização do turismo em polos de desenvolvimentos no Rio Grande do Norte, a partir dos seus dados econômicos e turísticos, sustenta a argumentação da primeira hipótese levantada na tese, de que o processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo no Rio Grande do Norte não atingiu todo o estado, pois concentrou-se no Polo Costa das Dunas, sobretudo em Natal.

#### **4.1 O alvorecer do turismo no Rio Grande do Norte**

O turismo enquanto emergência para a reestruturação econômica e produtiva é resultado direto das políticas públicas. A primeira fase do PRODETUR/NE, com início em 1994, é o evento que marca a transição do turismo, enquanto atividade econômica, no Rio Grande do Norte, de uma aventura pioneira realizada por um grupo empresários locais para um importante pauta econômica para o desenvolvimento da capital.

As primeiras experiências em turismo do estado potiguar encontram-se nas primeiras décadas do século XX, quando começaram a aparecer no Rio Grande do Norte os primeiros hotéis para suprir as necessidades de acomodação daqueles que o visitavam em função do trabalho, com destaque para o Grande Hotel Natal, no bairro da Ribeira, o mais importante da cidade naquele momento por concentrar empresas e prédios públicos, inaugurado no ano de 1939 para atender a demanda da aviação internacional das empresas *Compagnie Générale Aéropostale*, francesa, Sidicato Condor, alemã, Panair do Brasil, representante da Pan-american dos EUA, e a *Ala Littoria*, italiana, ambas também situadas no bairro da Ribeira (COSTA, 2011).

Segundo Costa (2011), o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi o ápice do funcionamento do Grande Hotel Natal, em função dos visitantes ilustres vindo do mundo inteiro, uma vez que uma base americana se instalou em Parnamirim, município ao norte da capital do estado. Porém, em fim

do conflito bélico resultou a saída dos americanos do cotidiano potiguar e sem eles,

[...] os dólares norte-americanos já não circulavam mais nas suas avenidas [do bairro da Ribeira]. Este hotel, que era de propriedade do Estado, transformou-se no birô político do seu arrendatário, o então Deputado Federal Theodorico Bezerra, que foi administrador do hotel durante um período. Assim, no início da década de 1950 o prédio do “Grande Hotel” é refuncionalizado para abrigar funções políticas. (COSTA, 2011, p. 48)

O Grande Hotel Natal funcionou por um curto momento, entre final da década de 1930 e início da década de 1950. A sua inauguração marca o início do turismo no Rio Grande do Norte, no qual a partir da base teórica da geografia de Milton Santos, Costa (2011) utiliza sua inauguração como evento que dá início a periodização do turismo no estado, levando em consideração as variáveis-chave técnica, política e materialidade, divididas nas escalas mundo, Brasil e Rio Grande Norte, no qual a autora denomina o primeiro período de “Os primeiros passos para a implantação do turismo no RN (1939-1970)”, onde ações voltadas para o turismo foram apenas iniciativas pontuais, visando a possibilidade de implantá-lo (COSTA, 2011).

O segundo período do turismo potiguar destacado por Costa (2011), “Caminhando para efetiva implantação do turismo no RN”, ocorre entre as décadas de 1970 e 1980 e teve com principal característica a participação do estado na promoção do turismo por meio da criação, em 1971, da Empresa de Promoções e Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte – EMPROTUR, pela Lei 4025/71, “que constituía uma empresa de economia mista com autonomia administrativa e financeira, cuja competência era de coordenar e dirigir as ações governamentais no âmbito do turismo” (GONÇALVES; SERAFIM, 2006, p.7), extinta em 1995 no governo de Garibaldi Alves (1995-2002), no momento em que foi criada a Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio (STINC), no ano seguinte, a pasta de turismo é separada da indústria e comércio e assumindo uma secretaria exclusiva para a formulação de políticas de turismo para o Rio Grande do Norte, criando assim a Secretária de Turismo (SETUR) pela Lei Complementar 144/96.

Atualmente o estado do RN conta com uma Empresa Potiguar de Promoção Turística – EMPROTUR – criada em 2007 pela Lei Complementar

339/07, tem objetivos semelhantes à sua antecessora EMPROTURN, porém, voltada exclusivamente para a promoção turística, de acordo com Art. 2 a EMPROTUR

[...] terá como finalidade promover o Estado do Rio Grande do Norte como Destino turístico em âmbito nacional e internacional por meio de ações que: I- divulguem e valorizem o turismo no Estado; II- despertem o interesse das pessoas em conhecer as atrações turísticas potiguares. (RIO GRANDE DO NORTE, 2007).

O final deste período as bases do turismo no Rio Grande do Norte, pautado no atual modelo de Sol e Praia que se concentra em Natal, é pensando por meio do projeto Parque das Dunas/Via Costeira, onde atualmente está localizada a região concentrada do turismo potiguar, que começa a ser planejado a partir do Decreto 82.669 no ano de 1978, que cede por aforamento terrenos da União para a construção desse projeto, sendo inaugurada quase cinco anos depois em 15 de março de 1983 (COSTA, 2011).

O terceiro período destacado por Costa (2011), o turismo depois da Via Costeira, entre as décadas de 1980 e 1990 é o momento em que a atividade turística passa a ser encarada como uma atividade importante para a economia do Rio Grande do Norte, com destaque para a implementação de dez hotéis de grande porte na Via Costeira entre 1984 e 1997, essa base possibilitou para a década seguinte, no ano de 2006 o estado alcançasse uma receita turística na cifra de R\$1.340,5 milhão nesse ano, sendo que 76%<sup>26</sup> dessa receita corresponde somente a cidade de Natal, e uma renda gerada de R\$2.345,9 milhões, com um impacto sobre o Produto Interno Bruto (PIB) do estado de 11,4% (SETUR, 2013).

Além da construção da Via Costeira o PRODETUR-NE teve um impacto direto para o turismo, enquanto atividade econômica, contribuindo na década seguinte com pouco mais de 11% do PIB do estado, dando início ao quarto período do turismo no Rio Grande do Norte, segundo Costa (2011), justamente “o turismo no RN depois do PRODETUR”, entre os anos de 1991 e 2011, finalizando neste último ano a sua periodização, pois é o ano da publicação da dissertação de mestrado da autora.

---

<sup>26</sup> Natal em 2006 teve uma receita turística de R\$1.023,3 milhão (SETUR, 2013).

As transformações na organização do espaço geográfico pelo turismo continuam após 2011, entretanto, apesar do estado contar com outros quatro polos turísticos, além do Polo Costa das Dunas, que foi objeto direto das ações das duas fases do PRODETUR/NE, a atividade turística ainda está concentrada nos mesmos pontos em que ações do programa incidiram, pois, não houve nenhuma outra política pública de mesmo porte para interiorizar ou diversificar a atividade no estado, predominando a prática turística de sol e praia realizada no litoral do Polo Costa das Dunas.

#### **4.2 A reestruturação econômica e produtiva pelo turismo no Rio Grande do Norte**

O Rio Grande do Norte experimentou o fenômeno do turismo entre o final da década de 1930 e início da 1980, porém esse não conseguiu destacar-se enquanto atividade econômica que produz ou modifica o espaço geográfico em função de sua existência, pois, “[...] as cidades litorâneas do Nordeste não se enquadram, até a primeira metade dos anos 1980, no fenômeno de valorização turística intenso e em escala internacional” (DANTAS; ALVES, 2017, p.13), tendo a ainda embrionária atividade turística destinada a atender a demanda de políticos e empresários que visitavam o estado, uma vez que as políticas destinadas a essa atividade eram pontuais e desarticulada(ibidem), onde um [...] reduzido número de empresários da terra, de pequeno e médio porte, confiou no futuro da nova ‘indústria’. Investiu no turismo, com muita dedicação e esforço, aplicando o pouco mais ou nada que dispunham de suas economias” (CARDOSO, 1997, p.38), nesse período gestacional do turismo potiguar.

A partir dos anos 1980 o turismo deixa de ser um sonho ou uma aventura empresarial e começa a se destacar no cenário econômico potiguar, principalmente a partir da inserção de Natal, a capital do estado, no roteiro do turismo em ascensão no Nordeste, a quem atribui esse fato, “[...] sobretudo, graças a fatores naturais como sua localização geográfica, o sol tropical, clima agradável durante praticamente todo o ano, e seu litoral de belas praias banhadas pelo Atlântico Sul” (LIMA, 2003, p. 36), porém, os elementos naturais que compõem a paisagem do litoral potiguar figuram no plano de *marketing* para atrair o visitantes em busca de sol e praia, esses elementos por si só não são responsáveis pelo crescimento da atividade turística no estado, pois sempre

estiveram presentes na configuração territorial do litoral do estado, ou seja, o turismo não é um dado natural, mas uma invenção sócio-espacial no qual participam ativamente o Estado, o Mercado e o Turista, que tem a sua emergência no território a partir de um evento.

Para o Rio Grande do Norte o Estado teve um papel ativo na constituição do evento que possibilitou o turismo transcender de uma atividade relegada a poucos visitantes para um crescente turismo de massa nas décadas seguintes, atraindo a atenção de uma classe média e alta do sudeste do país, atraídas por um Nordeste diferente daquele pintado por Graciliano Ramos em *Vidas Secas*.

Mais do que a vocação natural, razão do sol, praia e dunas, para o turismo, é a participação institucional do Rio Grande do Norte que explica a implantação desta atividade na capital, ao apostar no turismo como alternativa para crise econômica das atividades tradicionais de base rural das décadas de 1970 e 1980(AZEVEDO, 2013).

Até meados do século XX a população e a economia potiguar eram essencialmente rurais, com 70% da população residindo e trabalhando no campo com as culturas de cana de açúcar, na Zona da Mata e parte do Agreste, a cotonicultura associada às plantações de subsistência como o milho, o feijão e a mandioca, no sertão a pecuária associada com a cotonicultura e à policultura de subsistência, que também era praticada nas demais regiões do estado e, por último, a atividade salineira no litoral centro-norte e oeste do estado (AZEVEDO, 2013).

As economias tradicionais do RN começam a declinar a partir da década de 1970, Azevedo (2013, p.118) associa esse fato ao “[...] longo período de estiagem, comprometendo uma das bases econômicas principais da região, a agropecuária”, contribuindo para

[...] uma diminuição significativa no percentual de população economicamente ativa do estado, ora em virtude da incapacidade de absorção de mão de obra no setor agrícola, que “expulsava” a população para as cidades, aumentando o número de desempregados e subempregados, ora por causa da não absorção de trabalhadores no setor terciário. (*Ibidem*, p.117).

A crise econômica no Rio Grande do Norte, em função do declínio das atividades tradicionais ligadas às atividades rurais, é agravada pelo contexto nacional que vinha de uma crise iniciada nos anos 1970, “[...]sobretudo devido

aos efeitos dos choques do petróleo, em 1973 e 1979” (VARGAS; FELIPE, 2015, p. 131), levando o presidente Ernesto Geisel (1974-1979) elaborar o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que

frente ao estrangulamento externo ocasionado pela alta extraordinária dos preços internacionais do petróleo, o governo Geisel desencadeou um ambicioso programa de substituição de importações sob a égide do Estado, mas com maciça utilização de empréstimos externos. (SALLUM JR; KUGELMAS, 1991, p.149).

O II PND apontava o turismo como atividade econômica para o desenvolvimento do país e, especificamente, para o Nordeste brasileiro, cuja atividade fazia parte da estratégia urbana com o objetivo de realizar “a ordenação da ocupação da orla marítima, preservando-se o patrimônio histórico e valorizando-se a beleza paisagística, com vistas ao desenvolvimento do turismo interno e internacional” (BRASIL, 1974, p.89), valorizando o modelo de turismo de massa pautado no binômio sol e praia como atrativo turístico.

Conforme comentam Dantas e Alves (2017), o II PDN foi um marco para o turismo no Nordeste, pois, influenciou diretamente ação dos estados na elaboração de políticas públicas voltadas para promover o turismo enquanto atividade para o desenvolvimento econômico do estado, e para o Rio Grande do Norte, o plano foi responsável por influenciar a concepção da política do Megaprojeto Parque das Dunas.

Segundo Harvey (2005, p.85) “o Estado, inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro.” No contexto do Brasil, o II PND é um exemplo empírico desse papel do Estado, principalmente ao investir em infraestrutura para sustentar novas atividades econômicas, pois, as crises periódicas do capitalismo possuem “o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação adicional” (HARVEY, 2005, p.47).

É nesse momento de tensão dialética da crise capitalista, entre a saturação e a renovação ou criação de uma atividade econômica, que Harvey destaca a necessidade de se realizar um ajuste espacial (*spatial fix*), isto é, “[...] o impulso insaciável do capitalismo para resolver sua tendência para crises internas pela expansão geográfica e reestruturação geográfica” (HARVEY, 2001, p.24), no cenário do Rio Grande do Norte o turismo surge como um ajuste

espacial, por meio da ação do estado é construído a Via Costeira, que recebeu os primeiros grandes hotéis voltados para esse novo período do turismo potiguar.

Em continuidade ao ajuste espacial pelo turismo, o PRODETUR/NE advém no começo da década de 1990 com o objetivo de promover a infraestrutura necessária para consolidar a emergência do turismo no território litorâneo nordestino por meio de financiamento público-privado entre os estados abrangidos por essa política e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com sede Washington, EUA.

O PRODETUR/NE atuou no Nordeste Brasileiro a partir da ideia de que a pobreza dessa região está associada ao fato de que “[...]o Nordeste perdeu sua posição de centro de crescimento após a industrialização do Brasil, ocorrida no início do século XX” (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A., 2005, p.4), argumento esse rebatido por Andrade (1993, p.13-14), ao destacar que

é falsa a ideia generalizada, nas regiões mais ricas do país, de que o Nordeste é uma região pobre por ter uma pequena e antiquada produção agrícola e industrial. A pobreza do Nordeste deriva sobretudo da má distribuição da renda – há um forte contraste entre o nível de vida das classes dominantes e o do povo -, da grande concentração da propriedade fundiária, do sistema econômico nacional que transformou a região em fornecedora de matérias primas e mão de obra pouco qualificada para as regiões economicamente mais dinâmicas, e da apropriação das riquezas regionais por grupos econômicos internacionais e de outras áreas do país.

Sem se aprofundar no debate sobre a origem da pobreza do Nordeste, o PRODETUR/NE, em sua primeira fase, é muito mais um ajuste espacial resultante da parceria do estado com o grande capital internacional para dar continuidade a expansão geográfica para conter a crise interna do capitalismo no Nordeste do que um programa para combater a pobreza estigmatizada da região, à vista disso,

[...] Nasceu o **Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil – PRODETUR/NE**, concebido como um Programa Global de Investimentos Múltiplos, com recursos repassados para os Estado participantes via contratos de sub-empréstimo. O objetivo básico do PRODETUR/NE I foi contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste do Brasil por meio do desenvolvimento da atividade turística. Especificamente, o Programa contemplou iniciativas do setor público em infraestrutura básica e desenvolvimento institucional voltadas tanto para a melhoria das condições de vida das populações beneficiadas, quanto para a atração de

investimentos do setor privado ligados ao turismo. (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A., 2005a, p.5. Grifo do autor).

Os nove estados do Nordeste foram contemplados na primeira fase do PRODETUR/NE, aplicando, entre 1995 e 2002, US\$ 736.821.007,29 na região e US\$ 44.950.000,00 no Rio Grande do Norte (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A., 2005b)<sup>27</sup>, que corresponde 6,1% do total os recursos do programa, sendo o sexto estado que mais recebeu recursos, a frente do Maranhão, da Paraíba e do Piauí. A tabela 6 apresenta a distribuição dos recursos, por estado, do PRODETUR/NE-I e o mapa 7 a espacialização proporcional desses recursos por estado.

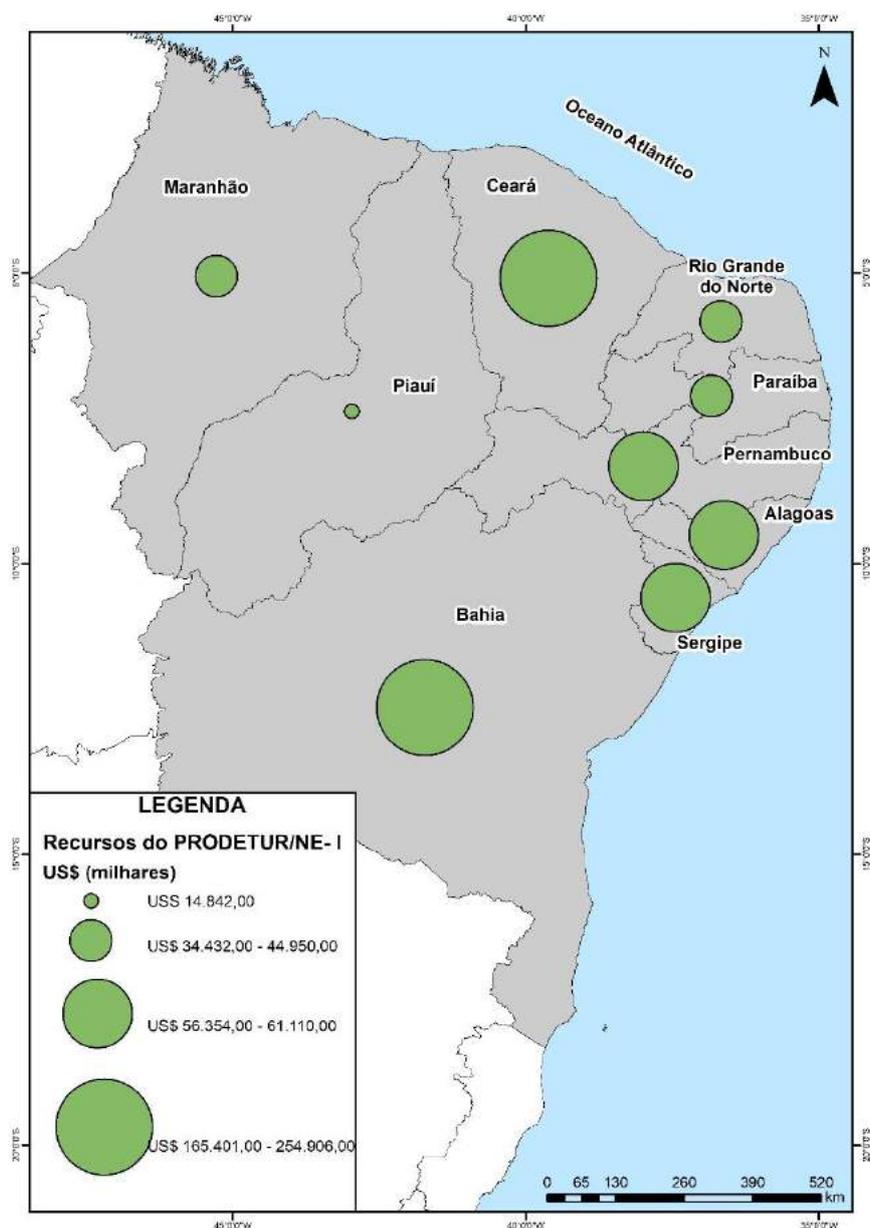
**TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO POR ESTADO DO PRODETUR/NE-I – US\$ – 1995-2002**

ORDEM	ESTADO	RECURSOS	%
1º	BA	\$ 254.906.602,87	34,6
2º	CE	\$ 165.401.132,70	22,4
3º	SE	\$ 61.110.770,00	8,3
4º	PE	\$ 60.210.688,80	8,2
5º	AL	\$ 56.354.146,61	7,6
6º	RN	\$ 44.950.000,00	6,1
7º	MA	\$ 44.612.976,83	6,1
8º	PB	\$ 34.432.168,63	4,7
9º	PI	\$ 14.842.520,85	2,0
<b>TOTAL</b>		\$ <b>736.821.007,29</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2020) a partir de Banco do Nordeste do Brasil S.A. (2005b, p.14).

<sup>27</sup> Nos Anexos do Memorando do Executor relatório final o PRODETUR/NE-I há uma divergência no montante aplicado na Região Nordeste pelo PRODETUR/NE-I, na tabela “CONTRATOS DE SUB-EMPRÉSTIMO ASSINADOS COM OS ESTADOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA” da página 14, o valor total apresentado é de US\$ 736.821.007,29 para a região e US\$ 44.950.000,00 para o Rio Grande do Norte, para a tabela “PRODETUR/NE I - APLICAÇÕES POR MUNICÍPIO SEGUNDO COMPONENTES E FONTE DE RECURSOS Valores em US\$”, das páginas 90-91, o valor para a região é US\$ 625.966.539,05 e para o estado em questão de US\$38.241.055,23, uma diferença de 17,7% e 17,5% respectivamente (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A., 2005b).

### MAPA 7 - ESPACIALIZAÇÃO PROPORCIONAL POR ESTADO DOS RECURSOS DO POR ESTADO DO PRODETUR/NE-I – 1995-2002



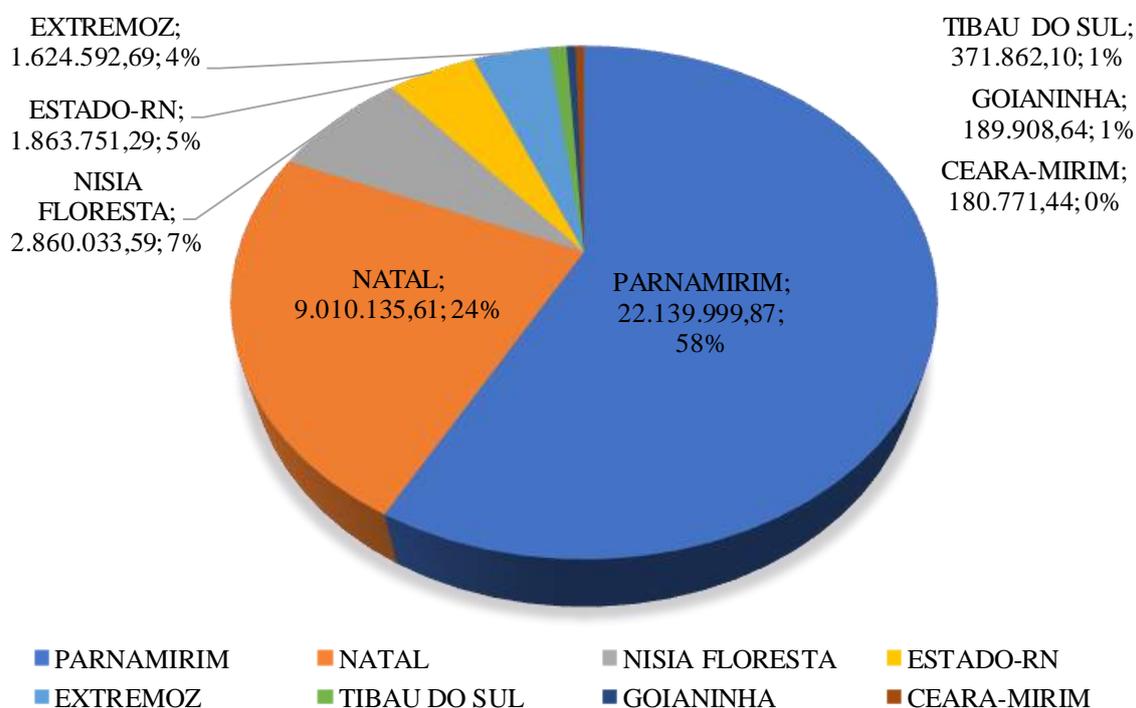
**Fonte:** Elaborado pelo autor (2020) a partir de Banco do Nordeste do Brasil S.A. (2005b, p.14).

A maioria dos recursos do PRODETUR-RN ficaram concentrados entre os estados da Bahia e do Ceará, com 57% do total, em função disso, o processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo no Rio Grande do Norte não foi tão expressivo, limitando-se a Natal e alguns municípios litorâneos vizinhos. Apesar de ganhos econômicos limitados, esse processo esteve alinhado aos interesses da classe política dominante, segundo Dantas e Alves (2017, p.26) “as práticas autoritárias provenientes do discurso tradicionalista

agrário-político se fixaram na capital e fizeram do turismo no Rio Grande do Norte um mecanismo para sua reprodução do poder” (DANTAS; ALVES, 2017, p. 26), resultando em um cenário de práticas econômicas modernas conivente com a estrutura tradicional que manteve o poder político-econômico concentrado nas mãos de poucas famílias.

Ao final da primeira fase do PRODETUR/NE, os US\$ 38,24 milhões (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A., 2005b, p.90-91) aplicados no Rio Grande do Norte foram distribuídos de forma desigual, conforme apresenta o gráfico 3, com apenas sete municípios beneficiados, Parnamirim, Natal, Extremoz, Nísia Floresta, Tibau do Sul, Goianinha e Ceará-Mirim. Desses municípios, com 82% dos recursos ficaram concentrados em dois, justamente Parnamirim, com 58%, e Natal, com 24%.

**GRÁFICO 3 - APLICAÇÕES DO PRODETUR-NE POR MUNICÍPIO NO RIO GRANDE DO NORTE EM US\$**



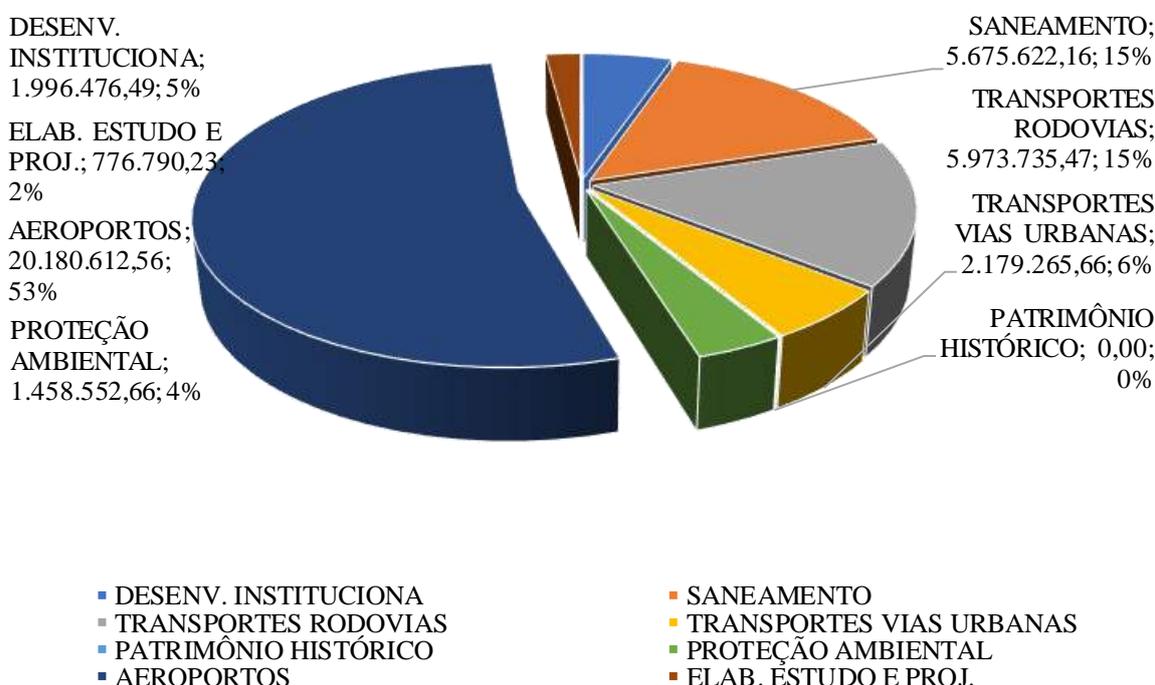
**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Banco do Nordeste do Brasil S.A. (2005b, p.90-91).

Os recursos destinados ao ente estadual, na esfera do executivo, não foram utilizados em obras de melhoria de infraestrutura, mas sim para o desenvolvimento institucional e para a elaboração de estudos e projetos relacionados ao turismo, recebendo US\$ 1.086.961,06 e US\$ 776.790,23

respectivamente para esse fim. O município de Parnamirim recebeu a maioria dos recursos do PRODETUR-NE em função das obras de ampliação do aeroporto internacional Augusto Severo situado nesse município, cujas obras concentraram 53% do total de recursos do programa, aplicando US\$ 20,18 milhões.

Além do aeroporto outros componentes também foram beneficiados, conforme apresentado no gráfico 4, como os investimentos em rodovias, que receberam 15% dos recursos, cerca de US\$ 6 milhões, dos recursos, utilizados no prolongamento da BR-101 que conecta Natal ao aeroporto Augusto Severo, desativado desde 2014 em função da construção do aeroporto Aluísio Alves em São Gonçalo do Amarante, e ao Litoral Norte, finalizando no município de Touros, onde localiza-se o marco zero desta rodovia.

**GRÁFICO 4 - APLICAÇÕES DO PRODETUR-NE SEGUNDO COMPONENTES NO RIO GRANDE DO NORTE EM US\$**



**Fonte:** Banco do Nordeste do Brasil S.A. (2005b, p.90-91).

A partir do financiamento conjunto entre o estado e o BID por meio do PRODETUR o turismo no Rio Grande do Norte deixou de ser uma possibilidade para tornar-se uma atividade que contribuiu no processo de reestruturação econômica e produtiva no território potiguar, aumentando a receita turística no

estado de US\$ 40,8 milhões em 1986 para US\$ 562,4 milhões no ano de 2005 (EMPROTURN, 1991; SETUR, 2008) quando finalizou a primeira fase do PRODETUR.

Em continuidade aos avanços nos investimentos públicos no setor, é realizada a segunda fase do PRODETUR/NE, que inicia em 2002, com a primeira fase ainda em andamento, a partir do contrato assinado entre Banco do Nordeste e o BID, “[...] com as autorizações do Senado Federal para a contratação da garantia da União ao Empréstimo e a concessão do aval da União aos submutuários para superar o problema existente de limite de financiamento estatal por parte do BNB” (EQUIPE PCR, 2012, p. 2), previsto para terminar em 2007, porém, esse prazo foi prorrogado duas vezes finalizando em 27 de março de 2012, data em que foi desembolsado o último empréstimo. (*ibidem*).

Além da promoção do desenvolvimento econômico a segunda fase traz a preocupação com o meio ambiente ao reconhecer que “[...]o PRODETUR/NE I estimulou novos investimentos e contribuiu ao crescimento econômico da região. Não obstante, a afluência de turistas e de imigrantes gerou problemas ambientais e sociais em várias municipalidades que deviam ser enfrentados” (EQUIPE PCR, 2012, p.2).

Para sanar esse problema é lançado em 2005 por meio do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) o livro “Modelo de avaliação do PRODETUR/NE II: base conceitual e metodológica” de autoria de Laura Lúcia Ramos Freire, com objetivo de subsidiar estados e municípios no processo de avaliação dos impactos ambientais possíveis a partir das ações provenientes dos financiamentos do PRODETUR NE/II, no qual a autora faz uma revisão dos conceitos e metodologias utilizados no processo avaliativo de programas e projetos presentes na literatura especializada sob a ótica gerencial e ambiental, além de destacar no âmbito do PRODETUR NE/II os impactos ambientais negativos potenciais de projetos de infraestrutura, que são as obras de saneamento, transporte, aeroportos, disposição final de resíduos sólidos e projetos de urbanização.

No que diz respeito aos problemas ambientais, o relatório final desta fase do programa destaca “[...] que eventuais danos ambientais ocorridos em execução de obras, estes foram identificados pela equipe de acompanhamento

do Banco do Nordeste, bem como pelas Auditorias Socioambientais, e implementadas medidas corretivas indicadas aos executores” (EQUIPE PCR, 2012, p. 7, porém, ele não apresenta quais foram os eventuais danos ambientais e suas respectivas ações corretivas.

Essa fase do PRODETUR/NE condiciona os investimentos para os municípios regionalizados em polos turísticos, entendendo esses enquanto “[...] grupos de municípios contíguos com atrativos turísticos similares ou complementares, que têm a determinação comum de desenvolver a capacidade local necessária para uma gestão turística sustentável” (EQUIPE PCR, 2012, p. 3). No total dez polos, distribuídos na região Nordeste e no Norte de Minas Gerais<sup>28</sup>, foram beneficiados pelo financiamento do PRODETUR/NE II. No Rio Grande do Norte, o único polo beneficiado o Polo Costa das Dunas, que se estende ao longo do litoral oriental do estado e tem Natal como a cidade central, geograficamente e economicamente.

Sobre a gestão da atividade turística, o Relatório Final do PRODETUR/NE II destaca a indução da criação das Secretárias de Turismo, por exemplo, a do Rio Grande do Norte, criada em 05 de junho de 1996 pela Lei complementar 144, durante a vigência da primeira fase do programa, possibilitando um direcionamento na promoção no turismo no Estado. No que diz respeito aos polos turístico a segunda fase do PRODETUR/NE traz uma perspectiva de uma gestão descentralizada e democrática ao exigir que cada polo tenha um conselho de turismo, que surgem

para propiciar uma maior participação das comunidades no Programa, representadas pelos diversos membros do Conselho, que agrega setor público federal, estadual e municipal, setor privado e terceiro setor. Têm também o propósito de definir, acompanhar e monitorar as ações do Programa, compartilhando com o Estado os compromissos com a manutenção e com as demais intervenções necessárias para o desenvolvimento do turismo em cada município, em cada Polo. (EQUIPE PCR, 2012, p, p. 6)

Ao final do PRODETUR/NE II, em 2012, foram aplicados US\$410,9 milhões, US\$325,9 milhões a menos que a edição passada, e com apenas

---

<sup>28</sup> São os polos: do Descobrimento, que engloba a Costa do Descobrimento e a Costa das Baleias, Polo Litoral Sul, Polo Salvador e Entorno e o Polo da Chapada Diamantina, no estado da Bahia; do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais; Polo Costa das Dunas, no Rio Grande do Norte; Polo Costa dos Arrecifes, em Pernambuco; Polo Costa do Sol, no Ceará; e Polo Costa do Delta, no Piauí.

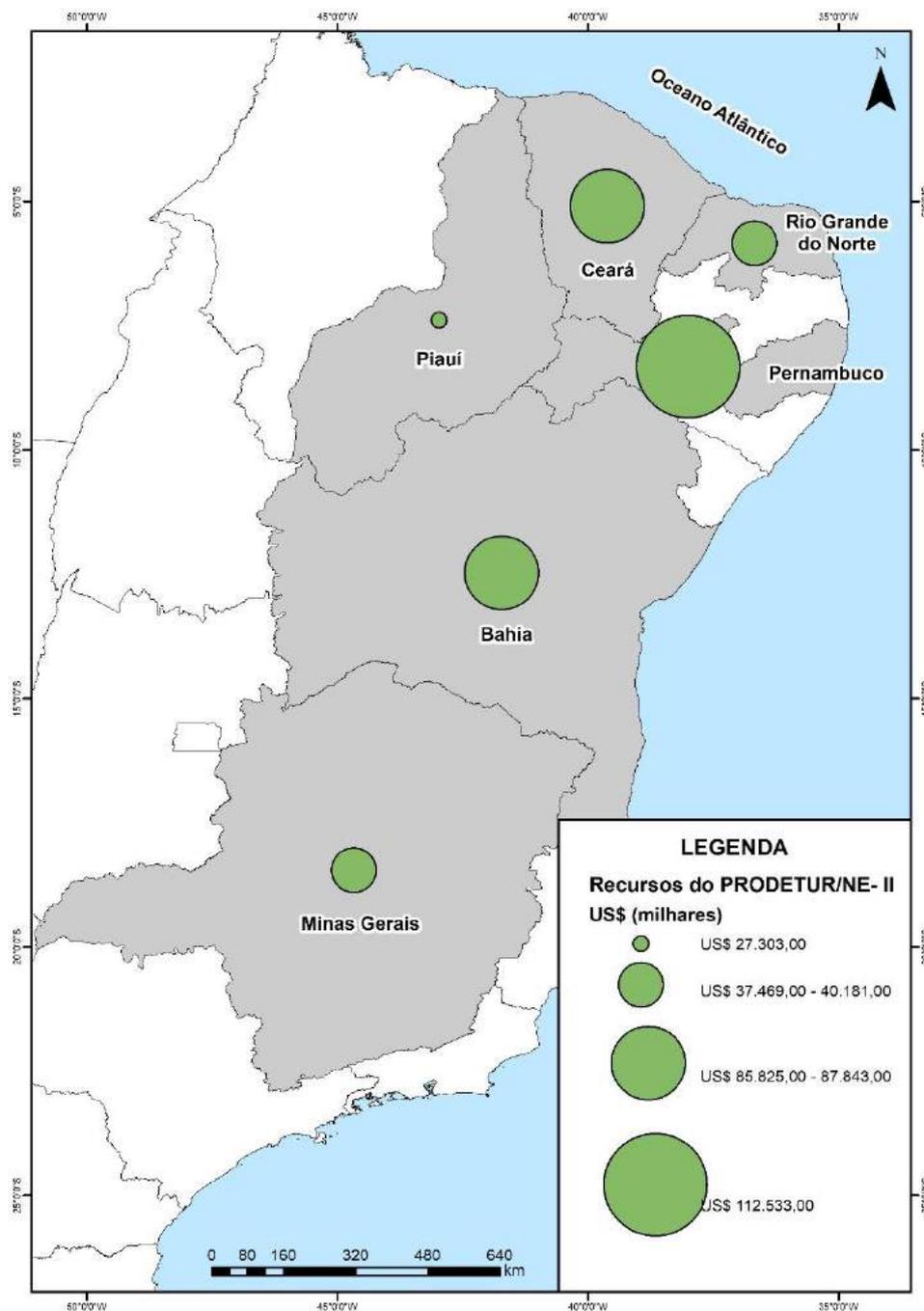
cinco estados beneficiados na região Nordeste, Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, e um na região Sudeste, Minas Gerais (EQUIPE PCR, 2012). A tabela 7 apresenta a distribuição dos recursos, por estado, do PRODETUR/NE-II e o mapa 8 a espacialização proporcional desses recursos por estado.

**TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO POR ESTADO DO PRODETUR/NE- US\$ – 2002-2012**

ORDEM	ESTADO	RECURSOS	%
1	PE	\$ 112.533.000,00	27,4
2	CE	\$ 87.843.000,00	21,4
3	BA	\$ 85.825.000,00	20,9
4	MG	\$ 40.181.000,00	9,8
5	RN	\$ 37.469.000,00	9,1
6	PI	\$ 27.303.000,00	6,6
7	BNB	\$ 16.098.000,00	3,9
8	União	\$ 3.662.000,00	0,9
<b>TOTAL</b>		<b>\$ 410.914.000,00</b>	<b>100,0</b>

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Equipe PCR (2012).

## MAPA 8 - ESPACIALIZAÇÃO PROPORCIONAL POR ESTADO DOS RECURSOS DO POR ESTADO DO PRODETUR/NE-II – 2002-2012



**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir de Equipe PCR (2012).

Na segunda fase do PRODETUR/NE, o estado de Pernambuco foi o que mais recebeu recursos, 27,4% do total, na fase anterior tinha recebido apenas 8,2%, seguidos dos estados do Ceará, com 21,4%, e da Bahia, com 20,9%, a soma dos três representa 69,7% dos investimentos dessa fase. Mais uma vez o Rio Grande do Norte, foi um dos estados que menos recebeu recursos do

programa, US\$ 37,5 milhões<sup>29</sup>, equivalente a 9,1%, ficando à frente somente do estado do Piauí, recebendo menos recursos inclusive de Minas Gerais, um estado que não pertence a região Nordeste e não é litorâneo.

Igualmente a primeira fase, os recursos desta edição ficaram concentrados no Polo Costa das Dunas<sup>30</sup>, porém, um pouco mais distribuídos que na fase anterior, atendendo quinze municípios neste momento, Tibau do Sul; Nísia Floresta; Extremoz; Ceará-Mirim, Maxaranguape; Touros; Arês; Goianinha; Nísia Floresta; São José de Mipibu; Senador Georgino Avelino; Extremoz; Natal; São Gonçalo do Amarante e Parnamirim, sete mais do que na fase I do PRODETUR/NE. O quadro 6 apresenta as ações executadas pela segunda fase do programa em cada localidade do Rio Grande do Norte.

#### QUADRO 6 - AÇÕES EXECUTADAS PELO PRODETUR/NE II NO RIO GRANDE DO NORTE

AÇÃO	LOCALIDADE
Elaboração dos Projetos Executivos de Transportes e Recuperação de Áreas Degradadas	Rio Grande do Norte
Elaboração do Projeto de Fortalecimento da SETUR	
Elaboração dos Planos de Fortalecimento da Gestão Municipal para o Turismo dos municípios do Polo Costa das Dunas	Polo Costa das Dunas
Elaboração do Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Polo Costa das Dunas	
Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) Polo Costa das Dunas	
Elaboração da Base Cartográfica para os Municípios do Polo Costa das Dunas	
Diagnóstico da Capacitação de Mão de obra para o Turismo do Polo Costa das Dunas	
Implantação da Sinalização Turística no Polo Costa das Dunas	
Elaboração do Plano de Manejo da APA de Bonfim/Guaraira	Arês, Goianinha, Nísia Floresta, São José de Mipibu, Senador Georgino Avelino e Tibau do Sul.
Execução do Programa de Treinamento e Capacitação Profissional nos municípios de	Tibau

<sup>29</sup> US\$ 7,4 milhões a menos em relação a tabela da p.14 e US\$ 0,7 milhão a menos em relação a tabela das p.90-91 do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (2005b).

<sup>30</sup> Com exceção de Goianinha, que não faz parte legalmente do Polo, segundo o Decreto Estadual 26.661/17, mas integra a área contígua desta região. Apesar de não ser litorâneo, é uma rota de acesso à praia de Pipa, em Tibau do Sul, via BR-101.

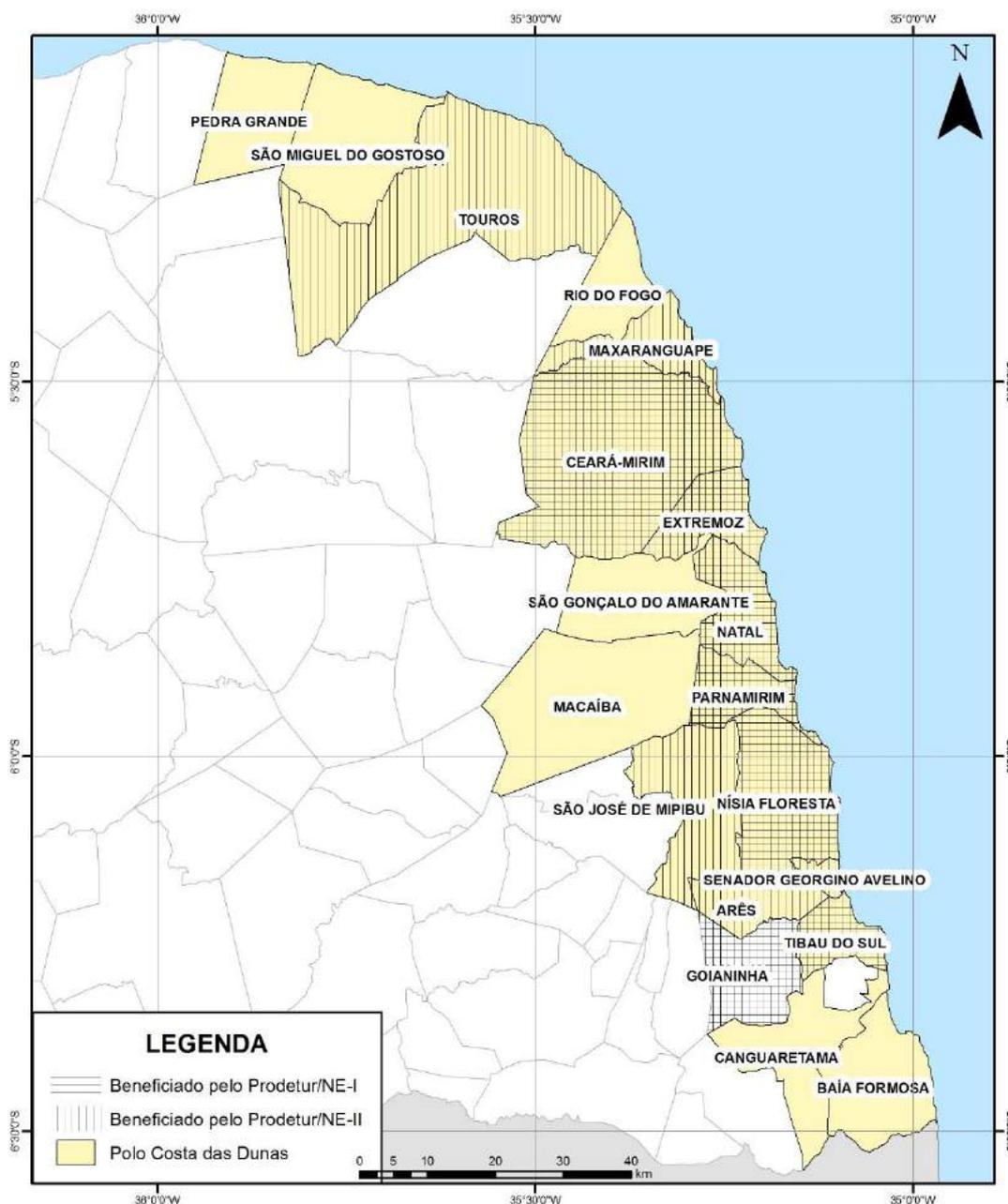
Tibau do Sul, Nísia Floresta, Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape e Touros	do Sul, Nísia Floresta, Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape e Touros
Execução do Programa de Capacitação Empresarial nos municípios de Tibau do Sul, Nísia Floresta, Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape e Touros	
Elaboração do Projeto de Urbanização das orlas de Pirangi, Cotovelo, Pitangui, Jacumã, Muriu, Tibau do Sul e Pipa	Parnamirim, Extremoz, Ceará-Mirim e Tibau do Sul
Execução do Programa de Treinamento e Capacitação Profissional nos municípios de Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante	Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante
Recuperação de Passivo Ambiental - Área Degradada Pitangui / Jacumã	Extremoz e Ceará-Mirim
Recuperação de Passivo Ambiental - Área Degradada Binário de Pirangi / Nísia Floresta	Parnamirim e Nísia Floresta
Recuperação de Passivo Ambiental - Acostamento Tibau do Sul / Goianinha	Tibau do Sul e Goianinha
Elaboração do Plano de Manejo da APA de Jenipabu	Extremoz e Natal
Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) dos Bairros de Redinha e Redinha Nova	Extremoz e Natal
Elaboração do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário de Natal	
Elaboração do Projeto do Museu da Rampa	Natal
Ampliação do Centro de Convenções de Natal	
Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) das localidades de Pium, Cotovelo e Pirangi	Parnamirim
Recuperação de Passivo Ambiental - Área Degradada RN-313 / N. Parnamirim	
Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) das localidades de Tibau do Sul e Pipa	
Implantação da Rodovia Tibau do Sul / Pipa	Tibau do Sul
Melhoramento e Pavimentação do Anel Viário de Pipa (Contorno de Pipa)	
Melhoramento e Pavimentação da rodovia Pipa/ Sibaúma	

**Fonte:** Elaborado a partir de Equipe PCR (2012).

O relatório de término de projeto, ao contrário do relatório referente a primeira fase do PRODETUR, não especificou o montante gasto em cada ação, apenas listando por município. O mapa 9 apresenta os municípios que foram beneficiados pelas ações da primeira fase do programa, como preenchimento de hachuras verticais, e os beneficiados pela segunda fase, com hachuras

horizontais, havendo sobreposição nos municípios que foram beneficiados pelas duas fases. O mapa 9 considera PCD a partir dos municípios presentes na configuração de 2005, pelo decreto N. 18.186/2005, e da de 2017, pelo decreto N.26.661/17.

### MAPA 9 – MUNICÍPIOS BENEFICIADOS PELAS AÇÕES DO PRODETUR/NE FASES I E II NO RIO GRANDE DO NORTE – 1994-2012



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2019), com base em BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A (2005); EQUIPE PCR (2012).

Entre os anos de 1994 e 2012 o PRODETUR/NE por meio de suas ações de financiamento, divididas entre a primeira e segunda fase, aplicou no estado US\$ 75,7 milhões<sup>31</sup>, contribuindo diretamente para estruturar material e imaterialmente a atividade turística no Rio Grande do Norte a partir da escolha pela modelo de turismo de massa de sol e praia centralizado na capital do estado, Natal.

As obras de infraestrutura, no sentido material, principalmente as que valorizam as vias de acesso área, com a ampliação do aeroporto Augusto Severo, e terrestre na ampliação e restauração das rodovias que conectam o litoral oriental a Natal, com destaque para a rodovia estadual RN-063, popularmente conhecida como Rota do Sol, que liga a praia de Ponta Negra, na capital, a praia de Pipa, em Tibau do Sul, e a rodovia federal BR-101 sentido norte interligando a capital ao litoral norte do Polo Costa das Dunas.

As ações de sentido imaterial, como a criação da Secretária de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte–SETUR, que passa a elaborar estudos e projetos relacionados a implementação, gestão e diagnóstico da atividade turística, contribuindo para estrutura ruma agenda de políticas públicas para o turismo no Rio Grande do Norte. Ao final das ações do PRODETUR/NE, em 2012, estima-se um impacto de 11,2% da atividade turística sobre o PIB estadual no ano de 2012 (SETUR, 2013).

Entretanto, apesar do avanço que o setor turístico alcançou no Rio Grande do Norte nas últimas três décadas, entre as políticas públicas do Megaprojetos e do PRODETUR/NE, essas ações não conseguiram promover para todo o estado, ou mesmo para o Polo Costa das Dunas, uma via para um desenvolvimento econômico e social equitativo pelo turismo, pois, o processo de reestruturação econômica e produtiva concentrou-se em Natal, com alguns pontos rarefeitos pelo litoral oriental.

Levando em consideração os aspectos econômicos da economia potiguar, verifica-se que para o ano de 2017 a capital do estado deteve 16% do PIB do Rio Grande do Norte<sup>32</sup> (IBGE, 2019a). Ao levar em consideração somente

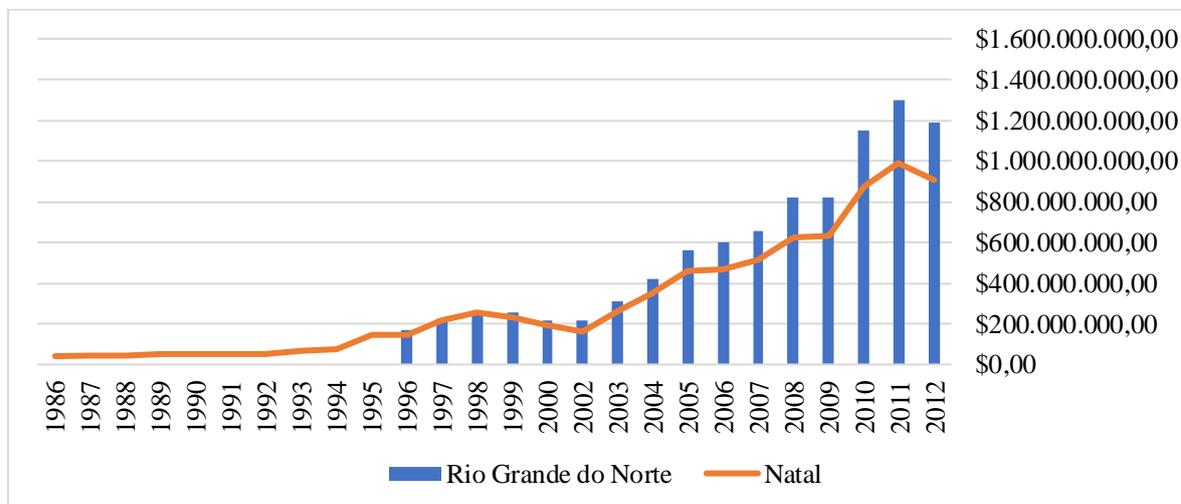
---

<sup>31</sup> Esse valor pode chegar a US\$ 82, a milhões ao levar em consideração os valores apresentados na tabela da p. 14 de Banco do Nordeste do Brasil S.A. (2005b).

<sup>32</sup> Em 2017 o Rio Grande do Norte teve o PIB aproximando de R\$ 13,5 bilhões e Natal um PIB aproximando de R\$ 2,2 bilhões (IBGE, 2019).

a atividade turística, tem-se que Natal concentrou quase 100% da receita dessa atividade entre os anos de 1996 e 2004, diminuindo aos poucos esta proporção a partir do ano de 2005, conforme demonstra o gráfico 5.

**GRÁFICO 5 - RENDA DO TURISMO EM NATAL E RIO GRANDE DO NORTE EM DÓLAR (US\$) - 1986-2012**



**FONTE:** Elaborador a partir de EMPROTUR (1991) e SETUR (1997; 1998; 2000; 2008 e 2013).

O turismo, enquanto atividade econômica, com o PRODETUR/NE II tinha o objetivo de “[...] aumentar as receitas provenientes da atividade turística e melhorar a capacidade de gestão das mesmas por parte dos Estados e Municípios” (EQUIPE PCR, 2012, p.3). Esse objetivo não conseguiu se realizar para além da capital do estado, contribuindo para o cenário de para a polarização do turismo no Polo Costa das Dunas, sobretudo em Natal.

O processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo no Rio Grande do Norte, decorrente das ações das políticas públicas do Megaprojetos, PRODETUR/NE e PRODETUR/NE II não alcançou todo estado, pois suas ações verticalizaram em Natal e Parnamirim, município vizinho que faz parte da mancha urbana da capital, resultando em uma integração marginal dos outros municípios que compõem o PCD, principalmente os que na região do Litoral Norte deste polo, que possuem os mais baixos indicadores socioeconômicos e turísticos do polo, como o PIB e IDHM, resultando em uma produção do espaço geográfico a partir de uma urbanização pelo circuito inferior do turismo, contribuindo para um uso do território alicerçado em um desenvolvimento desigual e combinado ao estruturar no do PCD uma relação de dependência com

as atividades turísticas realizadas pelo circuito superior do turismo na capital do estado.

### **4.3 Os polos turísticos no Rio Grande do Norte**

As ações decorrentes do processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo no Rio Grande do Norte concentraram-se em Natal e em alguns pontos de municípios litorâneos do Polo Costa das Dunas, muitas vezes participando de forma marginal desta atividade por meio do circuito inferior do turismo. Entretanto a partir dos anos 2000 houve uma tentativa de interiorizar a atividade por meio dos polos de desenvolvimento econômico pelo turismo, ao modelo do que foi realizado no Polo Costa das Dunas.

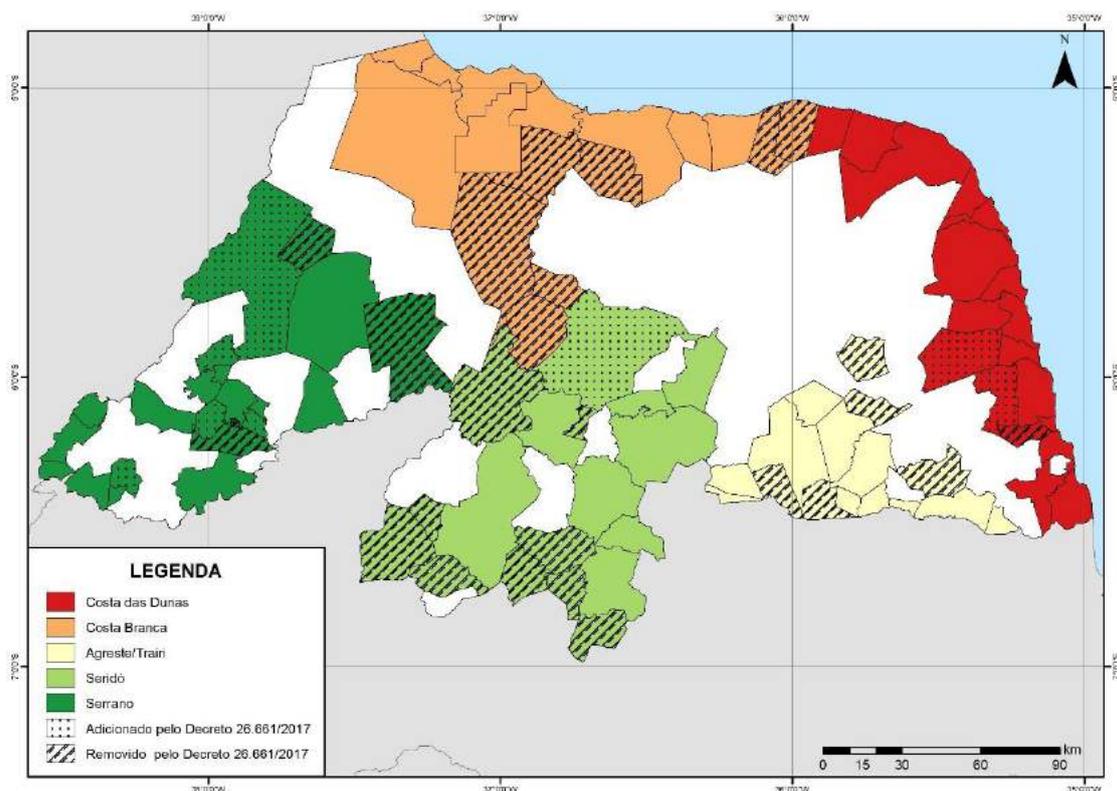
Além do Polo Costa das Dunas, são criados mais quatro polos turísticos, o Polo Costa Branca pelo Decreto Estadual N.18.187/05; o Polo Turístico Seridó pelo Decreto Estadual N. 18.429/05; o Polo Turístico Serrano pelo Decreto Estadual N.20.624/08, e o Polo Turístico Agreste/Trairi pelo Decreto Estadual N.21.390/09.

Em 2017 é publicado o Decreto Estadual N.26.661 que dispõe sobre os Polos Turísticos do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências, que congrega os cinco polos turísticos do estado em um único decreto,

considerando a necessidade de unificar a legislação que define os Polos de Turismos do Rio Grande do Norte, visando à atualização dos municípios que os compõem, tendo em vista as diretrizes estabelecidas pelas Portarias nº 205, de 9 de dezembro de 2015, e nº 172, de 11 de julho de 2016, do Ministério do Turismo (RIO GRANDE DO NORTE, p.1, 2017).

Esse decreto revoga os antigos decretos de criação e altera a composição municipal de cada polo, adicionado e removendo municípios. O mapa 10 a apresenta os cinco polos turísticos do Rio Grande do Norte, no qual, os municípios destacados com hachuras diagonais foram os removidos e os preenchidos por pontilhados foram os adicionados pelo Decreto N. 26.661/17.

## MAPA 10 - POLOS TURÍSTICO DO RIO GRANDE DO NORTE - 2017



**FONTE:** Elaborado pelo autor com base RIO GRANDE DO NORTE (2005a; 2005b; 2005c; 2008; 2009 e 2017).

A regionalização dos municípios em polos foi realizada de acordo “[...] com potencialidades turísticas semelhantes, a fim de promover a estruturação, o planejamento e o desenvolvimento do turismo sustentável, respeitando as tradições e práticas sociais e culturais” (RIO GRANDE DO NORTE, p.1, 2017). Também foi criado para cada polo e para o município de Natal um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), sendo esse um pré-requisito para os municípios acessarem os recursos do PRODETUR Nacional, tendo base a articulação de

conceitos-chaves, fundamentais em sua elaboração e leitura conjunta, isto é, a ideia de Planejamento como procedimento de melhor previsão; a ideia de Desenvolvimento como diretriz que se encaminha ao futuro previsto; e a noção de Sustentabilidade como meio de organizar o desenvolvimento no presente e futuro. (BRASIL, 2011, p.18).

Os PDITS destinado para os polos turísticos têm como objetivo “[...] promover a interiorização do turismo, tendo como objetivo central aumentar as

fontes de renda e o emprego formal no setor para que este não fique apenas concentrado em Natal e arredores” (BRASI, 2016, p.30).

Com a criação dos polos turísticos e de seus respectivos PDTIS houve, plano das ideias, uma espacialização do turismo pelo interior do estado, porém, quando levado em consideração os indicadores turísticos relacionado ao setor hoteleiro, como os meios de hospedagem, unidades habitacionais e leitos, verifica-se que a prática turística no Rio Grande do Norte não conseguiu se dispersar, continuando concentrada no Polo Costa das Dunas, sobretudo no município de Natal.

As tabelas 8 e 9 destacam os dados relacionados ao turismo em cada polo turístico, a primeira contabiliza os meios de hospedagem (MH) e as unidades habitacionais (UH) e a segunda o fluxo turístico no estado, tanto os do meio hoteleiro quanto os de outros meios.

**TABELA 8 - MEIOS DE HOSPEDAGEM, UNIDADES HABITACIONAIS E LEITOS NORIO GRANDE DO NORTE – SETEMBRO/2015**

Localidade	MH	Participação nos MH no RN - %	UH-SET/2015	Participação nas UH no RN - %	Leitos	Participação nos Leitos no RN - %
Rio Grande do Norte	625	100	18.636	100	52.550	100
P. Costa das Dunas	473	75,7	14.846	79,7	42.892	81,6
P. Costa Branca	65	10,4	1.926	10,3	4.771	9,1
P. Seridó	28	4,5	683	3,7	1.730	3,3
P. Serrano	22	3,5	510	2,7	1.493	2,8
P. Agreste/Trairi	24	3,8	321	1,7	850	1,6
Outros Municípios	13	2,1	350	1,9	814	1,5

FONTE: Brasil (2016).

**TABELA 9 - FLUXO TURÍSTICO DO RIO GRANDE DO NORTE - 2015**

Localidade	Doméstico		Internacional		Total	Participação no total - %
	Hoteleiro	Outros	Hoteleiro	Outros		
Rio Grande do Norte	1.229.621	789.461	145.913	53.776	2.218.771	100
P. Costa das Dunas	919.861	590.584	109.155	40.229	1.659.828	74,8
P. Costa Branca	119.335	76.618	14.161	5.219	215.333	9,7
P. Seridó	42.319	27.170	5.022	1.851	76.361	3,4
P. Serrano	31.600	20.288	3.750	1.382	57.020	2,6

P. Agreste/Trairi	19.889	12.770	2.360	870	35.889	1,6
Outros Municípios	21.686	13.923	2.573	948	39.131	1,8

Fonte: Brasil (2016).

Os cinco polos turísticos do Rio Grande do Norte se espalham por todo o território potiguar, estando presente em cada região imediata e intermediária do estado<sup>33</sup>, porém, a atividade turística se especializou no litoral do Polo Costa das Dunas, no qual, concentrou 75,7% dos meios de hospedagem; 79,7% das unidades habitacionais; 81,6% dos leitos e 74,8% do fluxo turístico do Rio Grande do Norte, ano de 2015, ou seja, embora se tenha o desejo de interiorizar o atividade turística, essa ao longo de vinte e cinco anos de investimentos do PRODETUR/NE não conseguiu se espalhar com efetividade econômica para o desenvolvimento local para além da área de influência urbana de Natal, a capital do estado que polariza dentro do PCD e no estado a atividade turística.

A tabela 10 mostra o cenário de polarização turística dentro do PCD para o ano de 2009, no qual Natal concentrou 50,1% dos meios de hospedagem, 72,7% das unidades habitacionais e 73% dos leitos. Além da capital do estado, o município de Tibau do Sul também apresenta números significativos, em relação aos outros municípios que apresentam taxas abaixo de 5% nos indicadores selecionados para o polo, em função da praia de Pipa, uma estação turística que apresenta uma relativa autonomia na atração de turistas, aparecendo com 21,1% dos meios de hospedagem, 14,1% das unidades habitacionais e 14,2% dos leitos.

**TABELA 10 - MEIOS DE HOSPEDAGEM, UNIDADES HABITACIONAIS E LEITOS NOS MUNICÍPIOS DO POLO COSTA DAS DUNAS – 2009**

Localidade	MH	Participação dos MH no PCD - %	UH	Participação das UH no PCD - %	Leitos	Participação dos Leitos no PCD - %
PCD	393	100	12.414	100	35.645	100
Arez	01	0,2	02	0	04	0
Baía Formosa	14	3,7	120	1	345	1
Canguaretama	10	2,5	122	1	371	1

<sup>33</sup> A Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017 apresenta um novo quadro regional vinculado aos processos sociais, políticos e econômicos sucedidos em território nacional desde a última versão da Divisão Regional do Brasil publicada na década de 1990. (IBGE, 2019b)

Ceará-Mirim	11	2,8	91	0,7	240	0,7
Extremoz	06	1,5	169	1,4	522	1,5
Macaíba	02	0,5	29	0,2	89	0,2
Maxaranguape	11	2,8	73	0,6	203	0,6
Natal	197	50,1	9.021	72,7	26.106	73,3
Nísia Floresta	09	2,3	324	2,6	372	1
Parnamirim	07	1,8	254	2	853	2,4
Pedra Grande	02	0,5	21	0,2	50	0,1
Rio do Fogo	05	1,3	53	0,4	165	0,5
São Gonçalo do Amarante	0	0	0	0	0	0
São José do Mipibu	05	1,3	97	0,8	500	1,4
São Miguel do Gostoso	19	4,8	142	1,1	400	1,1
Sen. Georgino Avelino	0	0	0	0	0	0
Tibau do Sul	83	21,1	1.751	14,1	5.082	14,2
Touros	11	2,8	145	1,7	343	1

Fonte: Elaborado a partir de Brasil (2011).

Comparando os dados do PCD de 2009, da tabela 10, com os de 2015, destacado na tabela 8, verifica-se que neste polo houve um incremento de 20,3% no número de meios de hospedagem, indo de 393 para 473, de 19,6% no número de unidades habitacionais, indo de 12.414 para 14.846 e de 20,3% no número de leitos, passando de 35.645 para 42.892, representando um crescimento médio desses indicadores de 20,1%, com uma taxa de crescimento anual média de 3,3%.

Com base no crescimento médio dos indicadores hoteleiros do PCD, entre os anos de 2009 e 2015, pode-se projetar os dados para o Rio Grande do Norte para o ano de 2009, uma vez os dados de Brasil (2011) não trazem os dados totais para o estado, aplicando negativamente a taxa de crescimento aos valores de 2015, para dimensionar a concentração da atividade turística no PCD, sobretudo em Natal, apresentado na tabela 11:

**TABELA 11 - CONCENTRAÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM DE NATAL, PCD EM RELAÇÃO AO RIO GRANDE DO NORTE – 2009**

Localidade	MH	Participação dos MH no RN* -%	UH	Participação das UH no RN* - %	Leitos	Participação dos Leitos no RN* - %
Rio Grande do Norte*	499	100	14.890	100	41.987	100
PCD	393	78,7	12.414	83,4	35.645	84,9
Natal	197	39,4	9.021	60,6	26.106	62,2

\*Projeção para o ano 2009 com base na taxa média de crescimento do PCD entre 2009 e 2015.  
Fonte: Elaborado a partir de Brasil (2011;2016).

Para o ano de 2009, conforme a projeção da tabela 9, Natal só não detinha a maioria dos meios de hospedagem, apresentando 39,4% contra 60,6% dos outros 166 municípios do Rio Grande do Norte, porém, levando em consideração as unidades habitacionais e leitos os números apontam para a concentração desses indicadores em Natal de 60,6% e 62,2% respectivamente, levando a um cenário de que embora haja uma melhor distribuição dos meios de hospedagem pelo estado é em Natal que se encontra as maiores ofertas de unidades habitacionais e leitos por meio de hospedagem, ou seja, hotéis e pousadas com maior capacidade de acolhimento.

Ainda com a projeção da tabela 11, verifica-se que o objetivo de interiorizar a atividade turística por meio da criação e consolidação dos polos turísticos não foi efetiva, pois, a variação da participação dos indicadores hoteleiros do PCD no Rio Grande do Norte em relação aos outros polos reduziu em média 3,3% entre 2009 e 2015, uma realidade que manteve a disparidade na espacialização da atividade turística no estado, onde há uma predileção pelo Polo Costa das Dunas.

A predileção pelo PCD é um resultado direto das ações de financiamento do PRODETUR/NE, tanto em sua fase I e II, que especializou neste polo turístico a atividade turística no estado. É também no PCD que se concentram as imagens dos atrativos turísticos no Rio Grande do Norte, essa é a percepção de quem acessa o sítio eletrônico da Secretária de Turismo do Rio Grande do Norte (SETUR), que apresenta no *banner* da página inicial 14 imagens<sup>34</sup> de paisagens turísticas, sendo 11 do Polo Costa das Dunas, 1 do Polo Costa Branca, 1, do Polo Serrano, 1 do Polo Agreste/Trairi e nenhuma do Polo Seridó, conforme destacado no quadro 7.

---

<sup>34</sup> Com base em acesso realizado em 12 de julho de 2019 no sítio eletrônico << <http://setur.rn.gov.br/>>>.

**QUADRO 7 - LISTA DE PAISAGENS TURÍSTICAS APRESENTADAS NO BANNER NO SÍLIO ELETRÔNICO DA SECRETÁRIA DO TURISMO DO RIO GRANDE DO NORTE – JULHO/2019**

<b>ORDEM EM QUE APARECE NO BANNER</b>	<b>PAISAGEM</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>POLO TURÍSTICO</b>
1ª	Praia de Ponta Negra	Natal	Costa das Dunas
2ª	Rio Potengi	Natal	Costa das Dunas
3ª	Estátua de Santa Rita de Cássia	Santa Cruz	Agreste/Trairi
4ª	Praia do Amor	Tibau do Sul	Costa das Dunas
5ª	Morro do Careca	Natal	Costa das Dunas
6ª	Parrachos da praia de Pirangi	Parnamirim	Costa das Dunas
7ª	Lagoa de Jenipabu	Extremoz	Costa das Dunas
8ª	Kite Surf	São Miguel do Gostoso	Costa das Dunas
9ª	Praia de Jenipabu	Extremoz	Costa das Dunas
10ª	Fortaleza dos Reis Magos	Natal	Costa das Dunas
11ª	Dunas do Rosado	Porto do Mangue	Costa Branca
12ª	Dromedários em Jenipabu	Extremoz	Costa das Dunas
13ª	Parrachos de Maracajaú	Maxaranguape	Costa das Dunas
14ª	Serra do Lima	Patu	Serrano

**FONTE:** Elaborado a partir de SETUR (2019).

Além dos indicadores contidos nos PDTIS dos polos turísticos Agreste/Trairi e Costa das Dunas, também é possível espacializar a atividade turística no Rio Grande do Norte a partir dos dados contidos no Mapa do Turismo Brasileiro, uma política pública para dar suporte ao no art. 5º, inciso VI, da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que objetiva

promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica. (BRASIL, 2008, p.2).

Conforme o Art. 3º da portaria 144/15, os municípios são agrupados em cinco categorias, de A à E, conforme resultado obtido em análise de cluster. Atualmente existem duas categorizações, uma de 2016 e outra de 2017. Com base nos dados da categorização de 2017, selecionou-se os seguintes resultados para os polos turísticos do Rio Grande do Norte, apresentados na tabela 12.

**TABELA 12 - DADOS DO MAPA DO TURISMO DOS POLOS TURÍSTICOS DO RIO GRANDE DO NORTE – 2017**

<b>Polo</b>	<b>EMH*</b>	<b>Em %</b>	<b>MH**</b>	<b>Em %</b>	<b>DI***</b>	<b>Em %</b>	<b>DD****</b>	<b>Em %</b>
Serrano	124	1,8	18	3,7	670	0,4	275.809	5,9
Seridó	96	1,4	34	7,1	712	0,4	253.090	5,4
Costa das Dunas	5.816	86,0	351	72,8	173.094	95,8	3.556.991	76,3
Costa Branca	669	9,9	65	13,5	5.473	3,0	494.738	10,6
Agreste/Trairi	58	0,9	14	2,9	739	0,4	79.918	1,7
<b>Total</b>	<b>6.763</b>	<b>100,0</b>	<b>482</b>	<b>100,0</b>	<b>180.688</b>	<b>100,0</b>	<b>4.660.546</b>	<b>100,0</b>

\*Empregos em meios de hospedagem; \*\*Meios de hospedagem; \*\*\* Demanda turística internacional; \*\*\*\* Demanda turística doméstica.

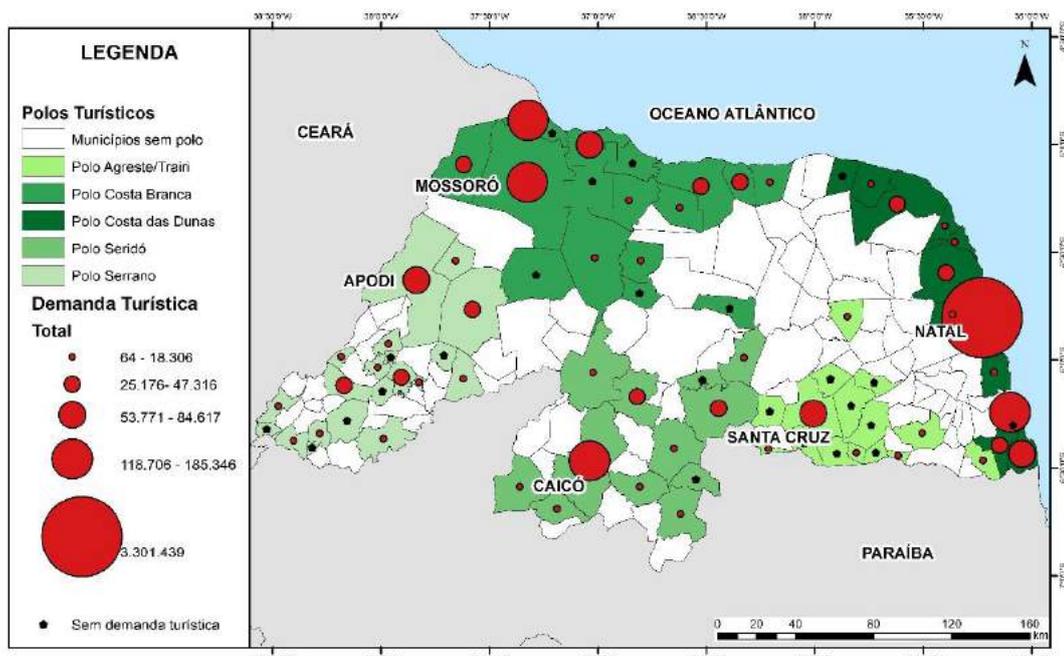
**FONTE:** Elaborado a partir de Brasil (2018).

A tabela 12 apresenta dos dados da categorização dos municípios, com exceção do Polo Costa das Dunas, com base na primeira formação dos polos turísticos sem levar em consideração os municípios incluídos e excluídos dos outros quatros polos pelo decreto 26.661/17. A tabela apresenta a mesma tendência verificada nas outras tabelas, a concentração dos indicadores turísticos no PCD, com destaque para as variáveis de empregos em meios de hospedagem e demanda turística internacional que aglomeram nesse polo 86% e 95,8%, respectivamente.

Levando em consideração os dados de 2019, no qual Natal concentrou 68% da demanda turística total<sup>35</sup> e o Polo Costa das Dunas, 77,1%; seguido pelo Polo Costa Branca, com 9,9%, sendo Mossoró o principal município com 3,8%; o Polo Seridó, com 5,6% e Caicó o município central, com 3,3%; em sequência vem o Polo Serrano, com quase a mesma demanda turística total do polo anterior, com 5,4% e Apodi o principal município com 1,4%; e por fim, o Polo Agreste/Trairi com apenas 2,1%, e Santa Cruz o município central com 1,4% (BRASIL, 2019). O mapa 11 apresenta a representação cartográfica da demanda turística total dos polos turísticos do Rio Grande do Norte, representado por círculos proporcionais vermelhos, sendo que quanto maior o círculo maior a demanda turística.

<sup>35</sup> Levando em consideração a soma da demanda nacional e internacional para o ano de 2019.

## MAPA 11 -DEMANDA TURÍSTICA TOTAL DOS MUNICÍPIOS DOS POLOS TURÍSTICOS DO RIO GRANDE DO NORTE - 2019

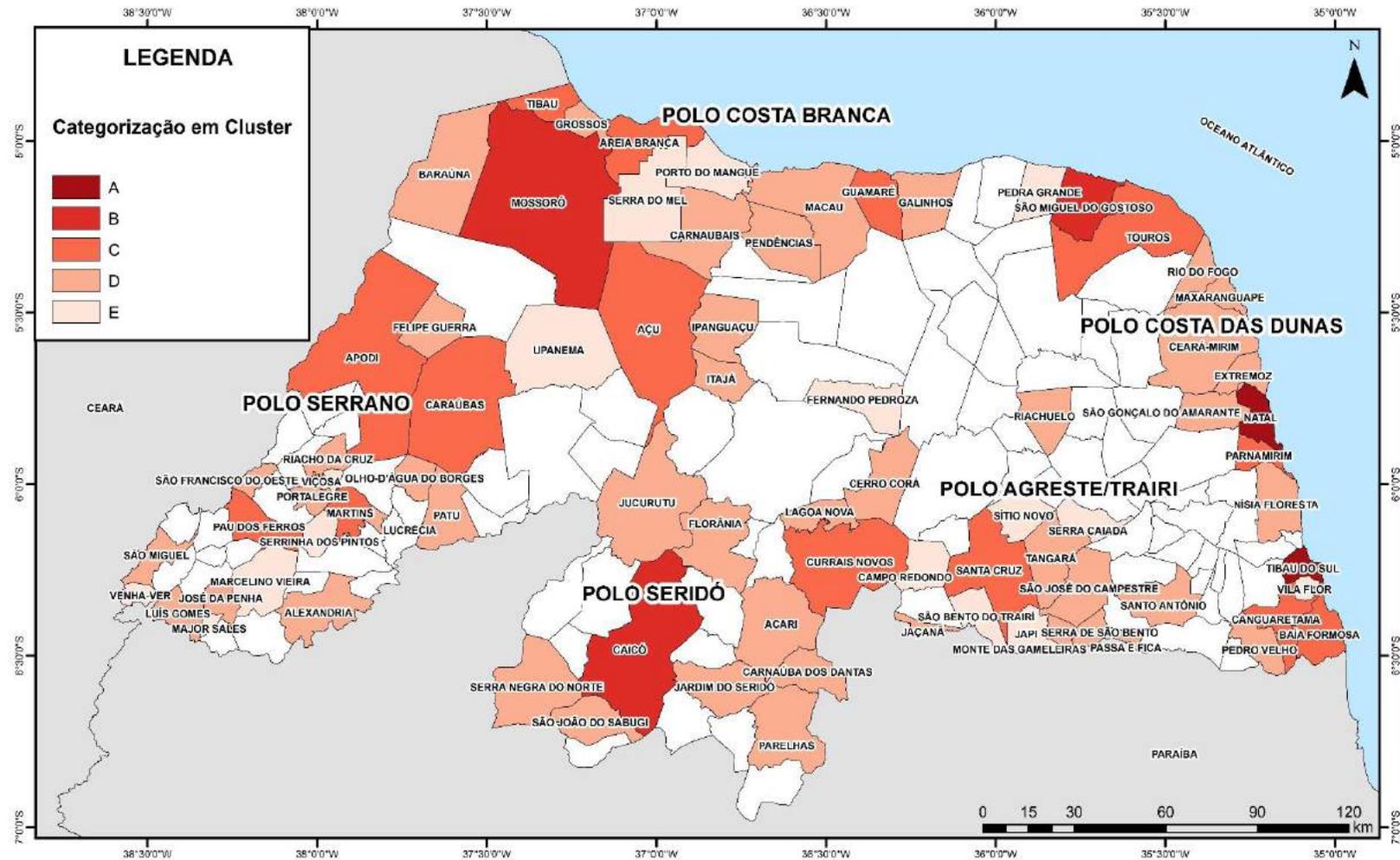


**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir de (BRASIL, 2019).

A demanda turística total do Rio Grande do Norte é centralizada em Natal, conforme representa o Mapa 11, sendo que o segundo município em demanda no estado é Mossoró, que representa apenas 3,8% do total. Dos 79 municípios potiguares presentes no Mapa do Turismo Brasileiro de 2019, 24 não apresentam demanda turística, e os demais 54 municípios, excetuando desta conta Natal, possuem uma demanda turística total média de 0,59%, equivalente a 28.806 turistas por município para 2019.

A categorização em cluster dos municípios turísticos do Rio Grande do Norte em 2019 é composta dois municípios na categoria A, Natal e Tibau do Sul, ambas no PCD; três na categoria B, Mossoró, no Polo Costa Branca, Caicó no Polo Seridó e São Miguel do Gostoso, no Litoral Norte do PCD; quatorze na categoria C; quarenta e quatro na categoria D e dezesseis na categoria E (BRASIL, 2019). O mapa 12 apresenta a distribuição desses municípios pelo território do Rio Grande do Norte em 2019.

**MAPA 12 - CATEGORIZAÇÃO EM CLUSTER DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS DO RIO GRANDE DO NORTE – 2019**



**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020), com base em Brasil (2019).

A classificação dos municípios turísticos pela metodologia de cluster adotada pelo Mapa do Turismo Brasileiro, em 2019, para o Rio Grande do Norte evidencia que no decorrer das três últimas décadas, o processo de reestruturação econômica e produtiva realizou uma viagem incompleta pelo estado, pois, conforme os dados apresentados na tabela 13, esta atividade está concentrada nos cinco municípios classificados entre A e B, que correspondem a 6,3% dos municípios turísticos do estado, que detêm 70,4% dos meios de hospedagem; 89,3% dos empregos em meio de hospedagem; 97,3% da demanda turística internacional, 76,8% da nacional e 77,7% da total (BRASIL, 2019).

**TABELA 13 – VARIÁVEIS DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE POR AGRUPAMENTO DE CATEGORIAS - 2019**

Variável	A e B		C e D		E		Total	
	Real	%	Real	%	Real	%	Real	%
<b>Número de Municípios</b>	5	6,3	58	73,4	16	20,3	79	100,0
<b>Meios de Hospedagem</b>	324	70,4	136	29,6	-	-	460	100,0
<b>Empregos em Meios de Hospedagem</b>	6.074	89,3	725	10,7	-	-	6.799	100,0
<b>Demanda Internacional</b>	214.678	97,3	6.043	2,7	-	-	220.721	100,0
<b>Demanda Nacional</b>	3.560.699	76,8	1.075.587	23,2	-	-	4.636.286	100,0
<b>Demanda Total</b>	3.775.377	77,7	1.081.630	22,3	-	0	4.857.007	100,0

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2019).

As variáveis dos municípios agrupados em C e D, que correspondem 73,4% dos municípios turísticos do Rio Grande do Norte, tem como valores a diferença em relação as variáveis do agrupamento dos municípios A e B, uma vez que os municípios categorizados em E, que equivalem a 20,3% do total, não possuem valores positivos para as variáveis do Mapa do Turismo Brasileiro, não tendo diretamente em seu território alguma atividade turística.

Os autores Nonato Junior e Théry (2017, p.12) destacam que a atividade turística no Rio Grande do Norte atua como um motor para o desenvolvimento estadual, pois, “[...] movimenta um amplo sistema econômico, tendo uma das maiores taxas de turista por habitante no Brasil” em função “[...]de um vasto litoral tanto a leste como a norte é uma das situações naturais que permitem exploração de espaços bem diferenciados para este fim” [*ibidem*, p.12]. Entretanto, o turismo apresenta como uma atividade econômica com destaque para o desenvolvimento econômico municipal para apenas cinco municípios, nos categorizados em C e D esta é uma atividade latente que atua no plano no discurso, uma vez que o processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo não encontrou um caminho para se materializar nesses territórios.

Esse cenário é uma consequência direta da ausência de políticas públicas específicas para estruturar essa atividade no interior do estado, como fez o PRODETUR/NE fase I e II para o litoral leste no PCD. Para o restante do estado a prática do turismo está limitada a um discurso para um desenvolvimento, que nunca chega, que aposta nesta atividade como o último baluarte para o crescimento econômico dos municípios com alguma potencialidade turística, partido da crença que basta ter atrativos naturais ou culturais para gerar demanda turística, esquecendo de que a consolidação do turismo no lugar é resultado de uma combinação indissociada entre o Estado, o Mercado e os turistas, quando uma dessas variáveis é improfícua ou ausente nesta a equação a atividade turística não consegue ser uma opção para o desenvolvimento local ou estadual.

A maioria dos municípios do Litoral Norte estão nesta seara, salvaguardando São Miguel do Gostoso, classificado como B. Mesmo com os baixos indicadores, ao levar em consideração as variáveis elencadas pelo Mapa do Turismo Brasileiro, estes estão em uma condição diferenciada em relação ao restante do estado, pois, sofrem influência direta da região concentra do turismo potiguar, localizado nas praias da Zona Sul de Natal, resultando ao longo da costa de Extremoz à São Miguel do Gostoso diversos lugares turísticos que integram uma rede de lugares turísticos, onde predomina o circuito inferior do turismo, que dependem da demanda turística de Natal para ter um fluxo turístico, em função dos roteiros de passeios realizado pelo Litoral Norte, executado, majoritariamente pelos bugueiros e ônibus turismo.

## 5 AS REGIÕES DO POLO COSTA DAS DUNAS: UMA VIAGEM DE NORTE À SUL

Uma das implicações do PRODETUR/NE para organização do espaço geográfico pelo, principalmente durante a segunda fase em 2002, foi a regionalização dos municípios com atividade turística, real e em potencial, em polos turísticos de desenvolvimento econômico, uma vez, que essa era uma das condições para que esses fossem contemplados pelo programa, via financiamento público junto ao BID.

Essa regionalização é uma iniciativa do Banco do Nordeste pensada ainda na primeira fase do PRODETUR/NE, quando em 1998 inicia

o processo de estruturação dos Pólos de Desenvolvimento Integrado de Turismo do Nordeste (Pólos de Turismo). O programa teve por objetivo impulsionar o aproveitamento sustentável da atividade turística através da incorporação de paradigmas empresariais para o fortalecimento dos elos da Cadeia Produtiva do Turismo e assegurar a consequência, convergência e continuidade de ações e projetos, a partir da integração de todos os esforços despendidos pelos órgãos públicos e privados, envolvidos com o setor. (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A, 2002, p.40).

O litoral leste do Rio Grande do Norte foi uma das áreas beneficiadas pelo PRODETUR/NE, nesta porção do estado é criado o Polo Costa das Dunas, composto inicialmente pelos municípios que foram beneficiados diretamente pelo financiamento da primeira fase do programa<sup>36</sup>, excetuando o município de Goianinha que mesmo tendo recebido US\$ 189,9 mil, correspondente a 1% dos investimentos (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A, 2005b) não fez parte do polo.

O PCD é composto no momento de sua criação pelos municípios de Ceará-Mirim, Extremoz, Natal, Parnamirim, Nísia Floresta e Tibau do Sul, posteriormente acrescentado mais dez municípios: Arês, Baía Formosa, Canguaretama, Maxaranguape, Pedra Grande, Rio do Fogo, São Gonçalo do Amarante, São Miguel do Gostoso, Senador Georgino Avelino e Touros, totalizando dezesseis municípios (OLIVEIRA, 2006).

---

<sup>36</sup> Consultar o mapa 9 - municípios beneficiados pelas ações do PRODETUR/NE fases I e II no Rio Grande do Norte – 1994-2012 na página 154.

O Banco do Nordeste (2002, p. 40) destaca que “a materialização dos Polos de Turismo passa a acontecer a partir da instalação dos Conselhos de Turismo”, para o PCD este momento é oficializado no dia 28 de maio de 1999, a data da criação do Conselho de Turismo do Polo Costa das Dunas, com a primeira reunião realizada em 08 de junho de 1999.

O Conselho de Turismo do PCD no momento de sua criação é composto por 26 membros: 8 do poder público federal; 7 do poder público estadual; 2 do poder público municipal; 6 do setor privado e 3 do terceiro setor (ALVES, 2009).

Na lógica organizacional que envolve o PRODETUR/NE, os conselhos de turismo

[...] são espaços integrados, sistematizados e direcionados, com o objetivo de promover iniciativas que concorram para o desenvolvimento sustentável do Setor, com destaque na identificação de obstáculos existentes na mesorregião, visando a implementação de ações antecedentes e subsequentes à colocação do crédito. (BANCO DO NORDESTE, 2002, p.40).

A criação dos conselhos de turismo surge num contexto de descentralização política no processo da gestão do turismo que se consolidou após a criação do Ministério do Turismo.

Além de fomentar o desenvolvimento econômico pelo turismo, a criação dos polos de desenvolvimento pelo Banco do Nordeste teve como base, segundo Alves (2007), a teoria dos polos de crescimento, com destaque para François Perroux e Jacques Boudeville, os principais autores dessa corrente do pensamento construída entre as décadas de 1950 e 1960.

A adoção da teoria dos polos de crescimento não foi aplicada somente para regionalizar os municípios turísticos da região Nordeste, de acordo com Pedroza (2017, p.1)

é amplamente conhecido o fato de que, dentro do planejamento brasileiro, a teoria dos polos de crescimento teve uma grande influência e foi responsável por muitos planos territoriais que moldaram o território, buscando dirimir as desigualdades regionais e integrar os espaços nacionais.

A repercussão desta teoria dentro do cenário brasileiro, ao levar em consideração a sua recepção no IBGE, é comentada por Egler (2011), no qual o autor destaca três períodos:

(1) um primeiro momento em que a teoria dos polos se desenvolve na França e é interpretada por Pierre George e seus

discípulos; (2) quando a teoria chega ao Brasil tendo como um representante importante Michel Rochefort que introduz elementos da teoria dos polos e da polarização subordinados à sua discussão sobre hierarquia urbana; e, por fim, (3) quando a geografia francesa perde capital cultural e é substituída pela geografia norte-americana, abrindo espaço para um processo de tecnificação matemática e estatística, identificando-se mais com a nova geografia e com algumas abordagens da regional *Science*. (p.12).

O Banco do Nordeste, em pareceria com o BID, teve a intenção de subsidiar ações nos estados nordestinos que promovessem desenvolvimento econômico em seus territórios, dotando-os de materialidades necessárias para atrair investimentos, sobretudo do capital externo, para estruturar um turismo de massa pautado no modelo de sol e praia, partindo do princípio de que “o polo de desenvolvimento é uma unidade econômica motriz ou um conjunto formado por várias dessas unidades que exercem efeitos de expansão, para cima e para baixo, sobre outras unidades que com ela estão em relação” (LIMA; SIMÕES, 2009, p.8), ou seja, o objetivo era privilegiar uma área central para atrair investimentos, no qual o desenvolvimento econômico expandiria para as áreas contíguas ao ponto central.

O processo de expansão econômica prevista para os polos a partir de uma área central para às periféricas, na escala destacada por Santos (2012a) como horizontalidades, segundo Carvalho (1991) é denominada de “efeitos de arrasto”, no qual “[...] são gerados por indústrias motrizes dinâmicas que não estão presentes em outras aglomerações geográficas” (*ibidem*, p.8), partindo do princípio de que ao concentrar investimentos de um dado setor econômico para atrair um tipo específico de indústria para um determinado ponto do espaço geográfico irá despertar o interesse de outras indústrias desse setor para se instalar nos arredores dessa área central, passando a ocupar gradativamente os pontos periféricos do polo.

Segundo Couzon (2003), a noção de indústrias motrizes dinâmicas aparece no trabalho François Perroux com o conceito de empresa, “[...] uma unidade de produção entendida, de acordo com sua definição usual, como um conjunto de meios materiais e pessoais sujeitos a um mesmo poder de disposição econômica” (*ibidem*, p. 90). Para apreender os polos de crescimento, Perroux estabelece uma distinção entre o espaço banal, concreto, e o espaço econômico, abstrato, das empresas, o primeiro, corresponde “ao espaço em que

estão localizados os meios materiais e humanos em que as empresas estão localizadas: os edifícios, as máquinas, as matérias primas, os salários” (*ibidem*, p.90).

O espaço econômico, conforme comenta Couzon (2003), é um espaço planejado composto por três espaços, o primeiro, diz respeito ao conjunto de relações que a empresa estabelece entre os seus fornecedores e compradores; o segundo, definido como um campo de forças, constituídos por centros produtores e receptores de forças; e, o terceiro espaço econômico é composto pelas relações que a estrutura da empresa estabelece com outras estruturas. Desta forma, quanto maior e mais complexa for a importância de uma determinada empresa em seu espaço econômico, maior deverá ser o seu efeito de arrasto e capacidade de atrair outras empresas para o polo econômico.

Ao analisar criticamente a aplicação da teoria dos polos de crescimento econômico para os países subdesenvolvidos, Santos (1974) destacou que a estrutura do espaço não é composta apenas pela localização das empresas, é preciso considerar a estrutura do Estado, da produção e como a disponibilidade dos recursos são atribuídos às diferentes classes sociais, uma vez que ao mesmo tempo que se moderniza uma determinada área em função da polarização de um empresa dinâmica, arrasta-se consigo, de modo desigual e combinado, atividades do circuito inferior da economia, que mais do um obstáculo para o crescimento econômico, fazem parte da estrutura urbana das cidades, e “é por isso que se pode dizer que o crescimento e o circuito inferior ocorrem paralelamente. O crescimento, em todo caso, tal como ele é comumente definido, não aparece como um processo capaz de eliminar a pobreza (*ibidem*, p.278-279).

A criação do Polo Costa das Dunas no Rio Grande do Norte, via PRODETUR/NE, encontra um contraponto no território, ao levar em consideração os elementos da teoria dos polos de crescimento econômico, pois, a concentração da atividade turística na capital deveria promover um efeito de arrasto, em função dos empreendimentos do circuito superior ligados ao modelo de turismo de sol e praia, passando a atrair investimentos para as demais áreas litorâneas dos municípios que compõem o polo.

O efeito de arrasto ocorreu parcialmente, uma vez que em quase todo o PCD encontra-se a prática do turismo, entretanto, na maioria das suas praias

são ocupadas pelos pequenos empreendimentos e trabalhadores ambulantes que compõem a massa do circuito inferior do turismo, conforme verificado na praia de Ponta Negra (MEDEIROS, 2014) como em outros lugares turísticos do PCD como as praias de Redinha Nova e Jenipabu, em Extremoz (ALMADA, 2016).

O planejamento da atividade turística pela lógica do circuito superior do turismo no Polo Costa das Dunas não levou em consideração as particularidades sócio-espaciais de cada município, uma vez conforme destacou Santos (1974, p.272), essa “[...] teoria dos polos de crescimento na maioria de suas formulações tradicionais ou recentes se interessa pelo espaço de alguns e não com os espaços de todos” desta forma, “a teoria dos polos de crescimento, como todas as outras teorias espaciais, diz respeito apenas ao circuito superior” (*ibidem*, p. 278), não levando em consideração o papel do circuito inferior no processo de urbanização.

Nesse sentido, este capítulo, “As regiões do Polo Costa das Dunas: uma trajetória de norte a sul”, parte do princípio de que este polo não é uma região coesa, com diferenciações internas, tendo como objetivo específico investigar o processo de regionalização interna do Polo Costa das Dunas para analisar a segunda hipótese levantada na tese, de que a regionalização interna do Polo Costa das Dunas é uma consequência do processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo.

As discussões desenvolvidas estão divididas em duas partes, a primeira, “A regionalização interna Polo Costa das Dunas”, tem como base teórica a perspectiva regional apresentada por Haesbaert (2014), da região como artefato, a partir das variáveis empíricas da prática turística dos itinerários de passeios, que dividem o polo entre litoral norte e sul, e com a base legal no Decreto Estadual N. 26.661/2017, definiu-se três regiões internas para o polo, o Litoral Sul, composto por sete municípios, Parnamirim, São José do Mibu, Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul, Canguaretama e Baía Formosa; o Litoral Central, composto por três municípios, Natal, São Gonçalo do Amarante e Macaíba, e por fim, o Litoral Norte, composto também por sete municípios, Pedra Grande, São Miguel do Gostoso, Touros, Rio do Fogo, Maxaranguape, Ceará-Mirim e Extremoz, esta última região é objeto central da tese em tela.

O processo de diferenciação regional interna do PCD teve como metodologia a análise estatística de indicadores econômicos, composto por dados do produto interno bruto municipal de 2016 (IBGE, 2019b); sociais, extraído da plataforma do IBGE Cidades (IBGE, 2020) e turísticos, obtidos pelo Mapa do Turismo Brasileiro (Brasil, 2019b); Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse (SIACOR) e pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020). A segunda parte discute “O turismo para o Litoral Norte, Litoral Central e Litoral Sul”, a partir da participação turismo, em sua perspectiva econômica, na composição do território usado das regiões internas desse polo, a partir da relação entre produto turístico e oferta turística.

Com base nesta discussão emerge o Litoral Norte, enquanto recorte espacial do objeto de estudo desta tese, identificada enquanto a região interna com os piores indicadores econômicos, sociais e turísticos do Litoral Norte, e com prática turística mais dependente da emissão derivada do fluxo turístico da capital do estado, Natal.

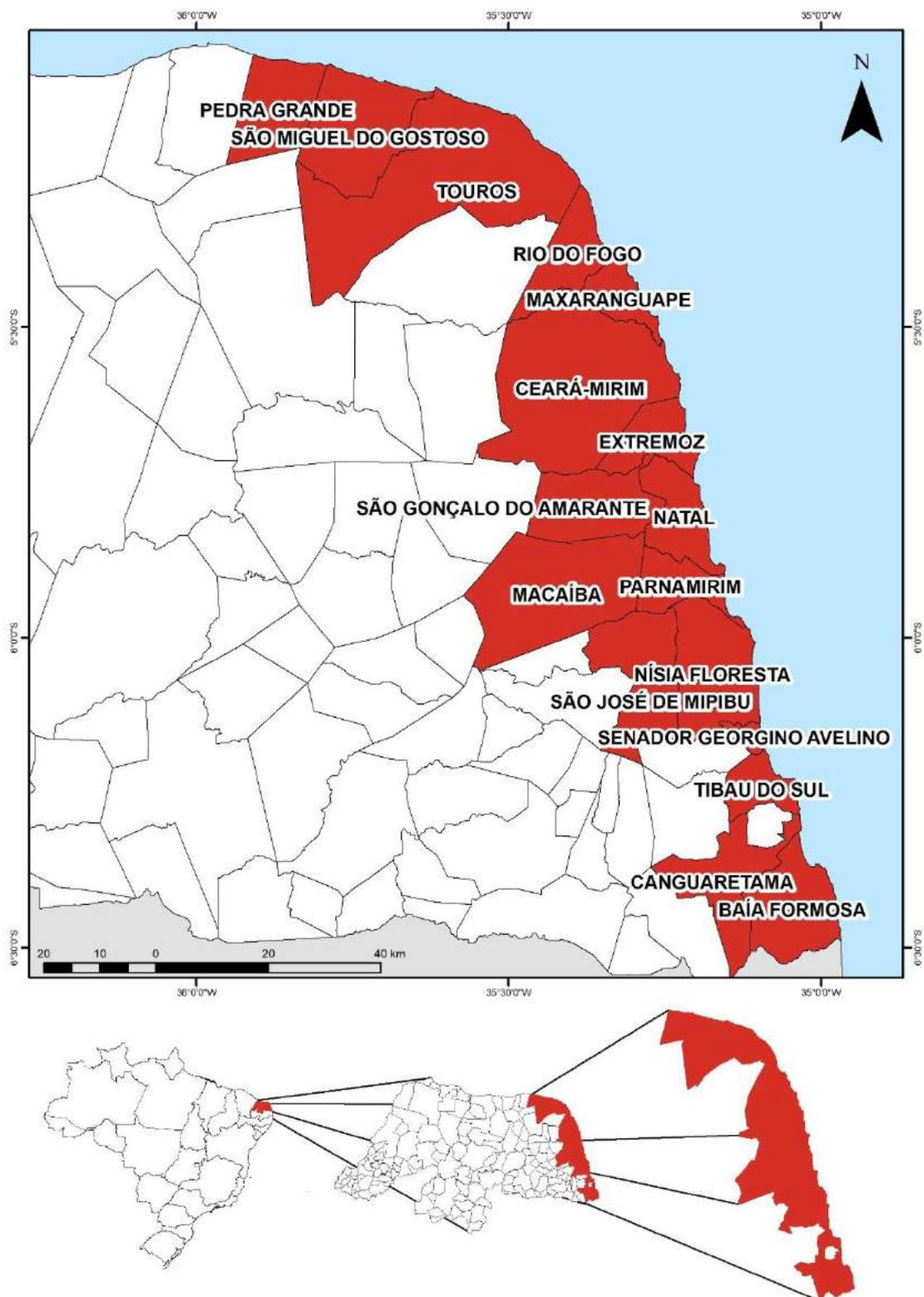
### **5.1 Regionalização interna do Polo Costa das Dunas**

O Polo Costa das Dunas, situado entre as latitudes Sul 6° 32' 51.0" e 5° 3' 45.7", e entre as longitudes Oeste 35° 57' 5.04" e 34° 58' 8.76, com uma área de 4.826,507 km<sup>2</sup> e com uma estimativa de 1.626.982 habitantes para o ano de 2017 (IBGE, 2019b) abrange atualmente 17 municípios<sup>37</sup>: Pedra Grande; São Miguel do Gostoso; Touros; Rio do Fogo; Maxaranguape; Ceará-Mirim; Extremoz; São Gonçalo do Amarante; Natal; Macaíba; Parnamirim; São José do Mipibu; Nísia Floresta; Sen. Georgino Avelino; Tibau do Sul; Canguaretama e Baía Formosa, conforme apresenta o mapa 13.

---

<sup>37</sup> A partir publicação do Decreto Estadual N. 26.661 /2017.

### MAPA 13 - O POLO COSTA DAS DUNAS, RIO GRANDE DO NORTE -2017



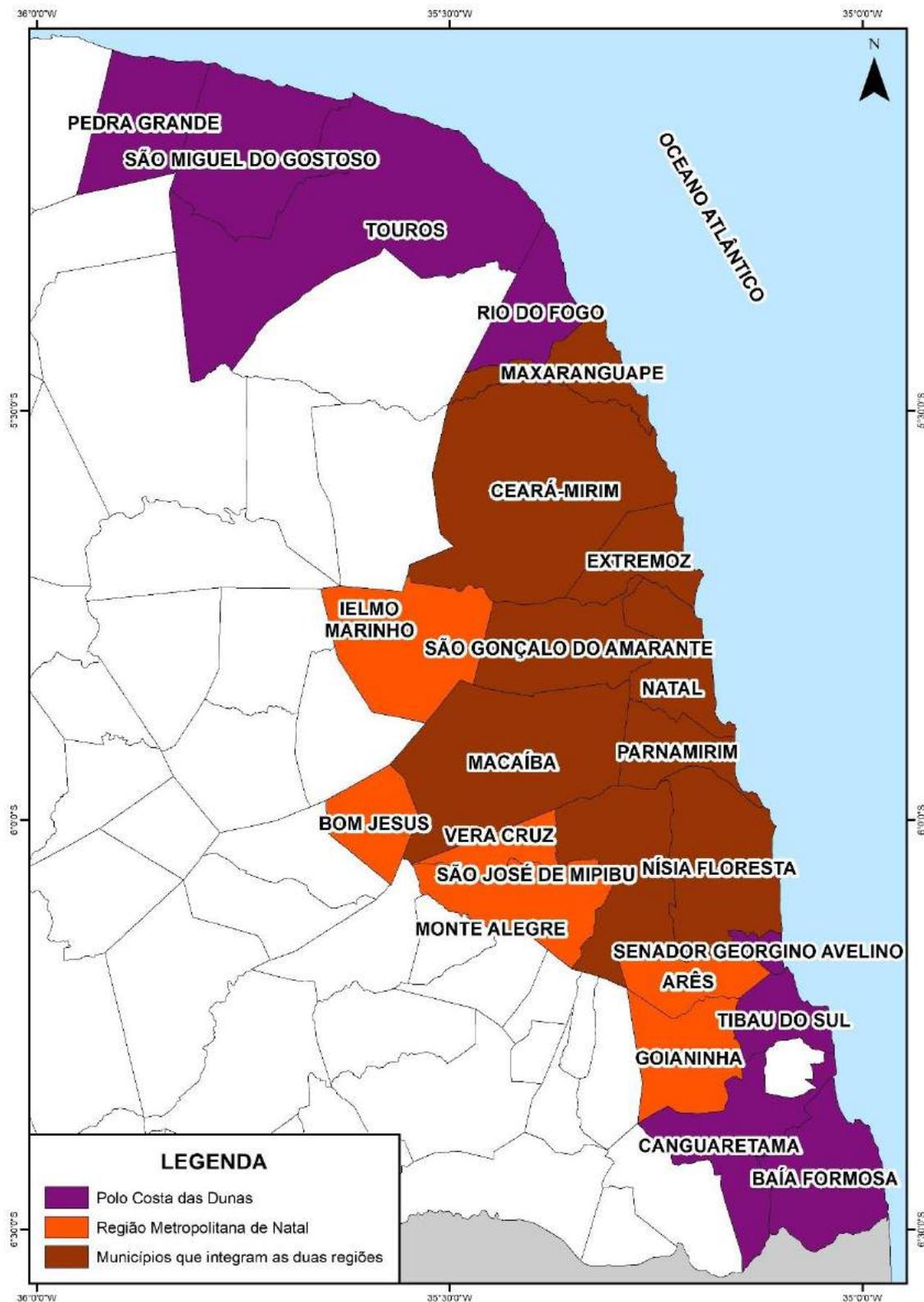
**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020).

A composição municipal do Polo Costa das Dunas coincide com alguns municípios da Região Metropolitana de Natal, criada em 1997 pela Lei

Complementar N.152 de 16 de janeiro, com o objetivo de “[...] promover a integração e uniformização dos serviços comuns e de interesses da Região Metropolitana”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1997, p.1). Inicialmente era composta por seis municípios, Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz e Ceará Mirim. Essa região passou por cinco modificações entre 1997 e 2019, a última, foi sancionada pela Lei Complementar N.648 de 30 de abril de 2019, que passou a incluir o município de Bom Jesus.

Na atual configuração A Região Metropolitana de Natal (RMN) é composta por quinze municípios, sendo que nove deles também pertencem ao PCD, Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim, São José de Mipibú, Nísia Floresta e Maxaranguape, e pelos municípios mais a oeste da capital, Monte Alegre, Vera Cruz, Ielmo Marinho, Arês, Goianinha e Bom Jesus. O mapa 14 apresenta a RMN, destacada pela cor laranja, o PCD pela cor roxa, e os municípios que pertencem as duas regiões pela cor marrom.

**MAPA 14 – A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL - 2017 COM SOPREPOSIÇÃO DO POLO COSTA DAS DUNAS – 2017**



**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir de Rio Grande do Norte (2017;2019).

O Decreto estadual 18.186, de 14 de abril de 2005, definia em seu Art. 1º que este polo é um “espaço sócio econômico homogêneo com vantagens competitivas e vocacionais, com o objetivo de integrar a cadeia produtiva do turismo” (RIO GRANDE DO NORTE, 2005, p.1), porém, além de não ser esse espaço homogêneo, ao levar em consideração os aspectos sociais e econômicos de cada município, o PCD também não é um espaço competitivo, uma vez que Natal concentrou 76,3% da receita turística do estado em 2012 (SETUR,2013) e 54% da média dos indicadores relacionados a meio de hospedagem<sup>38</sup> em 2009 (BRASIL, 2011), ou seja, o turismo enquanto atividade econômica se especializou e se especializou.

O agrupamento dos municípios em um polo de crescimento, ou de desenvolvimento econômico, trata-se de uma ferramenta de regionalização para otimizar um setor produtivo, no caso dos polos propostos pelo PRODETUR/NE este é o turismo. Levando em consideração as disparidades econômicas, sociais e turísticas dentro do Polo Costa das Dunas é possível regionalizar internamente esse agrupamento de municípios, aproximando-se da realidade sócio-espacial da organização do espaço pelo turismo.

Sobre os tipos de regionalização, com base em Perroux, Souza (2013, p.139) destaca três tipos:

a “região homogênea” (uma área com características que a diferenciam das áreas vizinhas ou circundantes), a “região funcional” (significando, principalmente, uma área polarizada por determinado centro nos marcos de uma rede urbana) e a “região programa” (a área de aplicação de um determinado plano de “desenvolvimento regional). (Grifos do autor).

A composição do PCD enquanto região é resultado da aplicação desses três modelos de regionalização propostos por Perroux, no qual o plano de desenvolvimento regional, no contexto no litoral potiguar foi o PRODETUR/NE, que polarizou em Natal o centro dessa rede urbana, gerando disparidades internas, principalmente a nível de desenvolvimento, não conseguindo promover uma região homogênea, conforme pretendia o decreto de criação deste polo.

A partir dos aspectos empíricos, o que está posto no espaço geográfico, e a teóricos, o conjunto de ideias sistematizadas para regionalizar as porções do espaço, Haebaesrt apresenta o conceito de região como artefato, isto é,

---

<sup>38</sup> Levando em consideração o número de meios de hospedagem, unidades de habitação e leitos.

compreender a região “[...] não simplesmente como um ‘fato’(concreto), um ‘artifício’ (teórico) ou um instrumento de ação, mas da região como um ‘artefato’, tomada na imbricação entre fato e artifício e, de certo modo, também, enquanto ferramenta política” (HAESBAERT, 2014, p.109, grifos do autor).

A proposta de análise regional de Haesbaert (2014) compreende a região artefato como produto-produtora dos processos de diferenciação espacial; como produto-produtora das dinâmicas concomitantes de globalização e fragmentação, em suas distintas combinações e intensidades e construída através da atuação de diferentes sujeitos sociais.

Sobre o *fato*, isto é, a realidade empírica, há uma divisão da costa leste do estado, entre o litoral sul e o litoral norte, tendo como ponto de referência a cidade Natal. A partir deste referencial locacional, as agências de viagens oferecem pacotes de passeios para o litoral norte e ao litoral sul, a exemplo, a o *site* Natal Online (NATAL ONLINE, 2019) que classifica o litoral norte a partir da praia de Jenipabu<sup>39</sup>, município de Extremoz, até São Miguel do Gostoso, dentro do polo Costa das Dunas, e os municípios de Galinhos, Macau e a praia de Ponta do Mel, em Areia Branca, na costa norte do estado que pertencem ao polo Costa Branca. Para o litoral sul, a lista de destinos inicia na praia de Cotovelo, Parnamirim, até o município de Baía Formosa, ambos no PCD.

A divisão entre litoral norte e litoral sul já está posta na prática turística, tendo como referencial natural o Rio Potengi, que cinde Natal em margem sul, onde estão presentes as Zonas Leste, Oeste e Sul, e a margem norte que compreende toda a Zona Norte, essa última segundo Bezerra e Araújo (2007) também é conhecida como o outro lado do rio, que para além de sua localização, a característica principal desta porção da capital é a sua relativa condição de inferioridade, no quesito de acessibilidade, de infraestrutura, de serviços urbanos e de renda (BESERRA; ARAÚJO, 2007).

A Zona Norte de Natal, apresenta-se no contexto urbano de Natal enquanto o par dialético da Zona Sul, no qual o processo de diferenciação

---

<sup>39</sup> Comumente a praia de Jenipabu aparece grafada como “Genipabu”, mas por se tratar de uma palavra de origem indígena iremos utilizar a grafia com a letra J, conforme a norma gramatical, a mesma utilizada em documentos oficiais, como o Decreto 12.620/1995, que diz respeito da criação da Área de Proteção Ambiental de Jenipabu.

regional ganha fôlego com a expansão urbana do final do século XX, uma vez que

o processo de valorização do solo na porção Sul se aprofundou ainda mais na década de 1990, deixando a Zona Norte como uma das porções excluídas, num processo de seletividade, o qual segrega áreas na porção Norte, concebendo-as como aportes de reserva do próprio capital imobiliário na cidade do Natal. (GALVÃO, 2017, p. 242)

A expansão urbana de Natal se espalha para os seus municípios vizinhos, seguindo a mesma tendência identificada na Zona Norte, para os municípios ao norte, com a ocupação em Extremoz e em São Gonçalo do Amarante realizada pela população de baixa renda; Parnamirim, ao sul da capital, segue o caminho na Zona Sul, onde a ocupação é realizada majoritariamente pelas classes médias e altas (GALVÃO, 2017).

A lógica contraditória do processo de urbanização de Natal não fica restrita as áreas conurbadas com os municípios ao norte e ao sul, pois ela alcança a urbanização dos distritos litorâneos ao norte e ao sul da cidade, em que o litoral ao norte da capital, possui os maiores déficits de infraestrutura, o litoral ao sul, encontra-se na situação oposta, uma região privilegiada com as melhores condições materiais de vias de acesso e equipamentos urbanos.

Na perspectiva da análise regional proposta por Haesbaert, a composição de uma região é resultado de uma amálgama entre o fato e o artifício, isto é

[...] uma região como arte-fato (com hífen), no meio de um *continuum* que se estende desde o recorte analítico, instrumento metodológico proposto pelo investigador para efeito de sua pesquisa, até o espaço de concretas de sujeitos sociais que efetivamente constroem articulações regionais, sejam eles hegemônicos (como as empresas e o Estado), sejam subalternos (como os povos tradicionais). (HAESBART, 2019, p.119-120).

A regionalização interna do Polo Costa Dunas enquanto fato empírico, é um desdobramento do processo de urbanização de Natal, com uma prática turística que cinde o litoral deste polo. Tendo como referência a sua composição municipal atual, outorgada pelo Decreto Nº 26.661/17, a região do Litoral Norte é composta pelos municípios litorâneos imediatamente ao norte de Natal, Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape, Rio do Fogo, Touros, São Miguel do

Gostoso e Pedra Grande, em respectiva ordem decrescente em sentido latitudinal sul. A região Litoral Sul, pelos municípios ao sul da capital, Parnamirim, São José do Mipibu<sup>40</sup>, Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul, Canguaretama e Baía Formosa, em respectiva ordem crescente em sentido latitudinal sul.

Entre o Litoral Norte e o Litoral Sul estão os municípios São Gonçalo do Amarante, Macaíba e Natal, este último, a capital do estado onde se localiza a área central de toda atividade turística do Rio Grande do Norte, justamente os equipamentos turísticos, como grandes cadeias hoteleiras e serviços especializados na recreação turística, localizadas nas praias da Via Costeira de Ponta Negra, na Zona Sul da cidade, compondo desta forma, a região do Litoral Central do Polo Costa das Dunas, por estar no centro geométrico, entre o Litoral Norte e o Litoral Sul, e no centro geométrico, ao centralizar em torno de si todos os indicadores econômicos, sociais e turístico do polo.

O município de São Gonçalo do Amarante, embora esteja em uma área de conurbação urbana direta com a Zona Norte de Natal, nesta proposição de regionalização para PCD ele integra a região Litoral Central e não o Litoral Norte, pois, primeiramente não é um município litorâneo, logo não possui a mesma formação sócio-espacial dos demais municípios do Litoral Norte e, também, por sua dinâmica urbana está associada diretamente com a cidade de Natal, em função do aeroporto internacional Aluísio Alves, em funcionamento desde 2014, em seu território.

Em função da localização deste aeroporto internacional que o município de Macaíba, que também não é litorâneo, faz parte do Litoral Central e não do Litoral Sul, pois constitui uma opção de acesso<sup>41</sup> entre o aeroporto internacional e a Zona Sul via BR-304, sem passar pela Zona Norte da cidade. Na regionalização proposta para o Polo Costa das Dunas, o Litoral Norte é composto

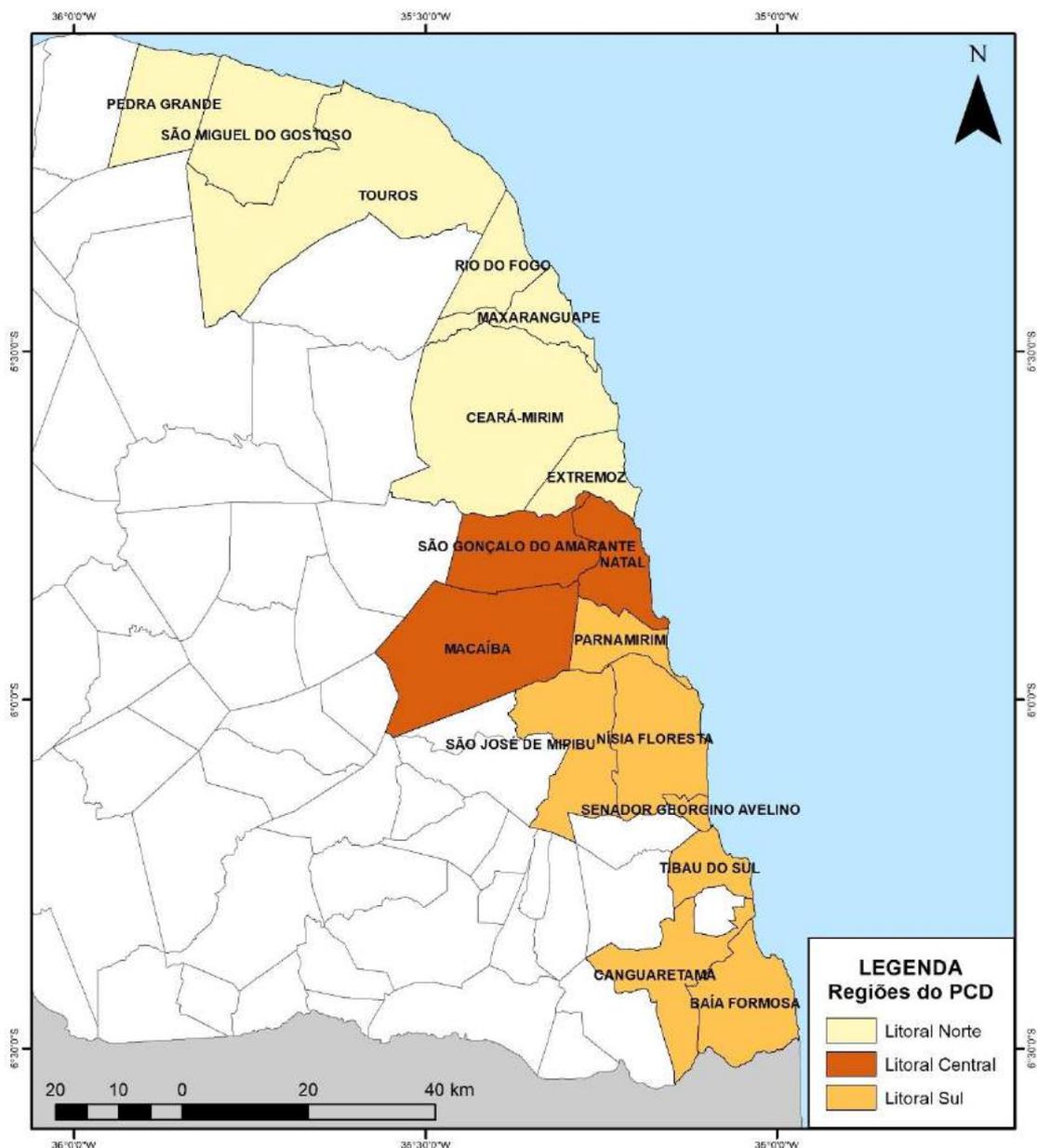
---

<sup>40</sup> Embora esse município não seja litorâneo, foi adicionado ao Polo Costa das Dunas pelo Decreto Nº 26.661/17, e por esse motivo está sendo considerado como parte do Litoral Sul, em função da sua localização.

<sup>41</sup> Além dessa opção, atualmente o Aeroporto Internacional Aluísio Alves conta com mais duas opções de acesso entre a Zona Sul, onde estão localizadas as praias da Via Costeira e de Ponta Negra, a primeira Via BR-406, e depois para BR-101, sentido sul, via Ponte pres. Costa e Silva, popularmente conhecida como Ponte Velha, que ao entrar em Natal renomeiam-se em av. Bernardo Vieira e av. Senador Salgado Filho, seguindo pela av. Eng. Roberto Freire. O segundo, Via BR-406, seguindo pela BR-101, sentido norte, em direção a Extremoz, para acessar a av. Moema Tinoco, acessando a Ponte Newton Navarro, popularmente conhecida como Ponte Nova, seguindo em direção a Via Costeira, ambas as opções passam pela Zona Norte.

por sete municípios, o Litoral Central por três municípios e o Litoral Sul por sete municípios, conforme apresenta o mapa 15.

### MAPA 15 – REGIONALIZAÇÃO INTERNA DO POLO COSTA DAS DUNAS - 2020



**FONTE:** Elaborado pelo autor, 2020.

A região, na perspectiva apresentada por Haesbaert (2014), também é um construto fruto de um artifício, a partir de variáveis específicas do ponto de vista teórico, desta forma, elencou-se os seguintes indicadores para destacar as contradições internas dentro do PCD: econômicos, com as variáveis de valor

adicionado bruto dos Serviços, a preços correntes - exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social; Produto Interno Bruto, a preços correntes e Produto Interno Bruto per capita para o ano de 2016. Sociais, com as variáveis de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para o ano de 2010; pessoal ocupado; população e densidade demográfica para ano de 2017 e turísticos com as variáveis de quantidade de empregos em hospedagem; quantidade de estabelecimentos de hospedagem; demanda turística internacional; demanda turística doméstica e demanda turística por habitante ano para o ano de 2017, financiamento público para o turismo, número de empresas de turismo, e o número de seus empregados, com bases dos dados do IBGE, Ministério do Turismo e Ministério do Trabalho.

Ao agrupar os dados econômicos dos municípios do PCD de acordo as regiões propostas, o Litoral Norte aparece com os menores indicadores, com 7,2% do PIB e 3,9% do PIB em serviços, seguido pelo Litoral Sul, com 20,5% do PIB e 17,8% do PIB em serviços e o Litoral Central, com 72,3% do PIB e 78,3% do PIB em serviços do polo, conforme destaca a tabela 14.

**TABELA 14 - INDICADORES ECONÔMICOS DO POLO COSTA DAS DUNAS - 2016**

Região	PIB em serviços* - (R\$ 1.000)	PIB (R\$ 1.000)	PIB <i>per capita</i> (R\$ 1,00)
Litoral Norte	661.503,89	2.449.256,78	14.012,72
Litoral Central	13.223.499,02	24.526.257,95	23.212,50
Litoral Sul	3.002.546,16	6.955.859,57	18.285,98

\* valor adicionado bruto dos Serviços, a preços correntes exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

**FONTE:** Elaborado a partir de IBGE (2019b).

Além do PIB e do valor adicionado dos serviços ao PIB, o Litoral Norte também apresenta o PIB *per capita* mais baixo do polo, com valor de R\$14,012,72, menos da metade da média nacional para o ano de 2016, que foi de R\$30.407,00 (IBGE, 2020), consolidando-se desta forma como a região com menor desenvolvimento econômico.

Os indicadores sociais, apresentados na tabela 15, seguem a mesma tendência dos indicadores econômicos, com Litoral Norte na última posição,

seguido pelo Litoral Sul e Litoral Central nos quatro indicadores destacados, ou seja, entre as três regiões do PCD, o Litoral Norte é a região que também apresenta o menor desenvolvimento social.

**TABELA 15 - INDICADORES SOCIAIS DO POLO COSTA DAS DUNAS**

Região	2010	2017			
	IDHM - Médio	Pessoal Ocupado	População Ocupada (%)	População	Densidade Demográfica (hab/km <sup>2</sup> )
Litoral Norte	0,596	16.369	9,5	172.309	67,43
Litoral Central	0,688	348.750	32,7	1.066.703	1150,34
Litoral Sul	0,629	66.749	17,2	387.970	288,68

**FONTE:** Elaborado a partir de IBGE (2019b).

Apesar do Litoral Norte ter a menor população, levando em consideração a projeção para o ano de 2017, é a região que possui a maior área dentro do polo, impactando diretamente sua densidade demográfica, que é quatro vezes menor que a do Litoral Sul e dezessete vezes menor que a do Litoral Central, desta forma, apresenta-se como a região menos populosa e povoada.

Os baixos indicadores econômicos e sociais contextualizam o Litoral Norte no cenário turístico como a região com a menor infraestrutura para receber essa atividade. Com base nos indicadores turísticos, na tabela 16, novamente é nessa região que se encontra os piores números, com uma atividade turística que ainda não está consolidada e não consegue ser um motor para o desenvolvimento local.

**TABELA 16- INDICADORES TURÍSTICOS DO POLO COSTA DAS DUNAS – 2017**

Região	ÁREA (km <sup>2</sup> )	Nº Empregos Hospedagem	Nº Estabelecimentos Hospedagem	Demanda Internacional	Demanda Doméstica	Demanda turística por hab. Ano
Litoral Norte	2.555,27	253	58	4.114	112.385	0,68
Litoral Central	927,29	4.446	162	114.192	3.201.131	3,11
Litoral Sul	1.343,94	1.117	131	54.788	243.475	0,77

**FONTE:** Elaborado a partir de IBGE (2019b); BRASIL (2018).

A partir da demanda turística por habitante no ano, obtida pelo resultado da soma da demanda internacional e da demanda nacional de turistas pelo número de habitantes de cada região do polo, o Litoral Norte e o Litoral Sul aproximam-se, com 0,68 e 0,77 respectivamente, entretanto, o Litoral Sul é 2,2 vezes mais populoso que o Litoral Norte, ou seja, mesmo com índices próximos, ao considerar o total da soma da demanda internacional e nacional o Litoral Sul é mais procurado.

Outrossim, dentro polo, o Litoral Sul possui quatro dos cinco municípios, em que Natal, no Litoral Central, está no topo da lista, com maior demanda turística, em ordem decrescente, Tibau do Sul, Parnamirim, Baía Formosa e Canguaretama. É também o Litoral Sul que possui municípios com os melhores índices de demanda turística por habitante no ano, justamente Baía Formosa com 8,0 e Tibau do Sul, com 7,1, este último com destaque para o turismo internacional, sendo o único dos municípios do PCD em que a demanda internacional é maior que a nacional.

Ao considerar os dados do SIACOR, isto é, o Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse, que é um “[...] é um sistema desenvolvido por servidores do próprio Ministério do Turismo para capturar informações geradas pela Caixa sobre os contratos de repasse das quais é mandatário o MTur” (IPEA, 2019, p.1) entre os anos de 2001 e 2017, o Litoral Norte mantém a tendência dos outros indicadores econômicos, sociais e turísticos, no qual, em relação aos contratos de repasse essa região também figura na terceira posição, com R\$ 25,3 milhões, cerca de três milhões a menos que o Litoral Sul, que recebeu R\$ 28 milhões, e cento e trinta e sete milhões a menos que o Litoral Central, que recebeu R\$ 162,4 milhões, conforme explicita a tabela 17.

**TABELA 17– CONTRATOS DE REPASSES APLICADOS AO TURISMO NO PCD – 2001-2017**

REGIÃO	REPASSE	% DOS REPASSES
Litoral Norte	R\$ 25.327.086,60	11,74
Litoral Central	R\$ 162.383.533,90	75,27
Litoral Sul	R\$ 28.023.480,30	12,99

**FONTE:** Elaborado a partir de Brasil (2020).

O turismo, enquanto atividade econômica, pode ser a variável chave para constituição de um polo de crescimento econômico no litoral leste do Rio Grande do Norte, porém, ao analisar os números econômicos, sociais e turísticos por município do Polo Costa das Dunas, verifica-se particularidades a partir das regiões internas deste polo, em que o processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo não conseguiu se irradiar de modo significativo para além do Litoral Central, a região mais beneficiada pelos contratos de repasse, ou mais precisamente da cidade de Natal que concentra a maioria dos indicadores analisados.

Em uma perspectiva comparativa, disparidades regionais internas tornam o Litoral Central muito mais atrativo, em função de suas melhores infraestruturas para receber e alojar os turistas, do que o Litoral Sul e o Litoral Norte, sobretudo em relação a este último, pois apresenta os piores indicadores regionais.

O potencial de atratividade turística de cada região do polo, também, pode ser entendida a partir do conceito de oferta turística apresentado por Beni (2001), combinado por duas grandes categorias, a primeira, também chamada de oferta turística original, é composta pelos “[...] elementos turísticos primários de um país, que constituem sua oferta original, são ‘bens livres’ e, mais particularmente, no que concerne ao patrimônio turístico, são atrativos que provêm quer da natureza quer dos legados histórico-culturais” (*ibidem*, p. 163).

A oferta original no PCD é composta, principalmente, pelos elementos naturais que compõem a paisagem, uma vez que o seu modelo de desenvolvimento pelo turismo é o de sol e praia, no qual suas praias e lagoas metamorfoseiam-se em atrativos turísticos em potencial, justificando junto as instituições de fomento o agrupamento desses municípios litorâneos em um polo de crescimento econômico, visando utilizar esses atributos naturais na composição de um produto turístico.

Se apenas a oferta original fosse necessária para garantir a presença de turistas o Polo Costa de Dunas de fato já seria um polo de crescimento econômico consolidado, uma vez que todo o seu litoral dispõe da mesma morfologia costeira, com a presença de praias, dunas e lagoas interdunares (NUNES, 2006), porém, o segundo elemento que compõe a oferta turística, conforme destacado por Beni (2001), corrobora no entendimento do que ainda

falta para o Litoral Sul e, principalmente, o Litoral Norte para encontrar no turismo a fonte para desenvolvimento, justamente a oferta turística derivada, que

é composta pelos transportes, pelas diversas formas de alojamento, lazer e recreação, pelos organizadores de viagens, e pelas agências de viagem. Ela não pode satisfazer a demanda a não ser que haja uma combinação entre os diversos fatores da oferta derivada e da oferta original. (*ibidem*, p. 163).

A oferta turística derivada, na qual fazem parte os diversos tipos de empresas de turismo, constitui a principal variável na diferenciação regional, ao levar em consideração o critério de desenvolvimento econômico pelo turismo no Polo Costa das Dunas. Em perspectiva lógica, quanto melhor estruturada a disposição da oferta turística derivada, a partir da distribuição das mais diversas empresas de turismo no lugar, maior é participação do turismo na dinâmica econômica.

Para identificar a oferta turística derivada nas regiões e PCD e ajudar a construir o entendimento do desenvolvimento, ou não, pelo turismo recorreu-se a base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), instituída pelo Decreto Nº 76.900/1975, na qual é possível identificar o número de estabelecimentos, e seus vínculos empregatícios, das empresas que constituem este tipo de oferta turística de cada um dos municípios as regiões do polo em análise, desta forma, selecionou-se neste banco de dados, para o período de 2018, as variáveis: Transportes, terrestre, aquaviário e aéreo; Alojamento; Alimentação; Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Serviços de Reservas; Atividades Ligadas ao Patrimônio Cultural e Ambiental e Atividades Esportivas e de Recreação e Lazer, resultando nos seguintes dados, conforme as tabelas 18 e 19:

**TABELA 18 – ESTABELECIMENTOS TURÍSTICOS DO POLO COSTA DAS DUNAS - 2018**

ATIVIDADE	LITORAL NORTE	LITORAL CENTRAL	LITORAL SUL
Transporte Terrestre	51	498	290
Transporte Aquaviário	13	13	25
Transporte Aéreo	0	9	13
Alojamento	90	329	242
Alimentação	168	2.124	691
Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Serviços de Reservas	20	227	46

Atividades Ligadas ao Patrimônio Cultural e Ambiental	1	5	3
Atividades Esportivas e de Recreação e Lazer	39	434	131
<b>TOTAL</b>	<b>382</b>	<b>3.639</b>	<b>1.441</b>

**FONTE:** Elaborado a partir de Ministério do Trabalho (2020).

**TABELA 19 – VÍNCULOS EM ESTABELECIMENTOS TURÍSTICOS DO POLO COSTA DAS DUNAS - 2018**

ATIVIDADE	LITORAL NORTE	LITORAL CENTRAL	LITORAL SUL
Transporte Terrestre	86	7.339	2.446
Transporte Aquaviário	67	242	97
Transporte Aéreo	0	350	55
Alojamento	866	7.305	2.239
Alimentação	631	16.917	3.952
Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Serviços de Reservas	30	916	49
Atividades Ligadas ao Patrimônio Cultural e Ambiental	62	58	7
Atividades Esportivas e de Recreação e Lazer	339	2.118	341
<b>TOTAL</b>	<b>2.081</b>	<b>35.245</b>	<b>9.186</b>

**FONTE:** Elaborado a partir de Ministério do Trabalho (2020).

A oferta turística derivada, com base nos dados das tabelas 18 e 19, segue a tendência dos outros indicadores, econômicos, sociais e turísticos, com o Litoral Central possuindo a grande maioria dos estabelecimentos e vínculos turísticos do PCD, concentrando 66,6% e 75,8% respectivamente. O Litoral Norte também aparece com os piores números, com 7,0% dos estabelecimentos e 4,5% dos vínculos e o Litoral Sul na posição intermediária, com 26,4% e 19,7% dos estabelecimentos e vínculos turísticos respectivamente.

As três regiões do Polo Costa Dunas configuram-se como espaços com características naturais semelhantes, no que diz respeito a sua composição climática e geomorfológica que compõem o elemento central de sua oferta turística original, porém, ao considerar a combinação desses elementos com a demanda turística derivada, com base nos dados da RAIS, tem-se uma relação de desenvolvimento desigual dentro do polo, pois cada região compete pelo visitação dos mesmos turistas, porém, esses tendem a preferir os lugares turísticos do Litoral Central e Sul, pois nestes se localizam a grande maioria das empresas turísticas e a maior probabilidade de que o turista consiga satisfazer

sua necessidade de consumo ao visitar o Rio Grande do Norte do que se fosse visitar o Litoral Norte.

## **5.2 O turismo para o Litoral Norte, Litoral Central e Litoral Sul**

O geográfico do espaço é composto pelas condições existenciais que preenchem o planeta de formas, funções e estruturas construídas processualmente no decorrer da história pelos humanos para os humanos, deste modo, esse conjunto indissociável entre o sistema de objetos e o sistema de ações apresentado por Santos (2012a) é muito mais do que a relação do homem, na figura da sociedade, e do meio, substrato material, pois, conforme discutido em Almada (2013) a única forma de existir da humanidade é neste planeta e esse por sua vez, só se torna mundo com a humanidade, nesse sentido a existência é com o meio, ao mesmo tempo, de modo indissociável, ou seja, os objetos, substrato material, e as ações, as funções sociais que animam essas formas, existindo em uma solidariedade obrigatória.

Cada ação humana necessita de uma materialidade obrigatória, deste modo, o Lugar Turístico é forma espacial para existência da atividade turística. A oferta turística original e derivada destaca por Beni (2001), em uma leitura geográfica, pode ser compreendida como a configuração territorial existente para o turismo, e o que o autor identifica como produto turístico pode ser entendido, nesta mesma lógica, como o território usado pelo turismo.

Comentando sobre a natureza diferenciada do produto turístico em relação aos outros bens produzidos, a partir do seu caráter temporal, que obriga este produto ser consumido no momento de sua produção, Beni (2001, p.170) destaca que

o produto turístico tem as seguintes características gerais: está baseado no fator tempo; é irrecuperável se não for usado; não pode ser acumulado; não pode ser transportado nem transferido; sua matéria-prima não se agrupa; é extremamente dinâmico e instável, pelos gostos, preferências, modas; e opcional na escala das necessidades do consumidor, razão por que sua demanda é extremamente elástica.

O produto turístico só existe no momento que o turista está no Lugar Turístico vivenciando a paisagem e consumindo os bens e serviços relacionados a essa atividade econômica, ou seja, o produto turístico é o território usado pelo

turismo, resultado da produção do espaço pelo turismo, por meio do Estado e do Mercado, e do seu consumo pelos Turistas.

A presença do Estado na composição do produto turístico encontra-se nas “pré-condições básicas para investimentos turísticos”, ou seja, a infraestrutura básica, “[...] representadas pelo traçado de estradas, saneamento básico e ambiental, serviços municipais, como energia, água, esgoto e outros, que permitam à empresa de turismo operar com maior eficiência” (BENI, 2001, p.171).

Para o Polo Costa das Dunas essas pré-condições para os investimentos turísticos foram possibilitadas pelos investimentos da primeira e segunda fase do PRODETUR/NE, que investiu US\$75,74 milhões, entre 1994 e 2012 no Rio Grande do Norte para melhorar, ou criar, a infraestrutura básica para o desenvolvimento do turismo enquanto atividade econômica com destaque para a reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte, conforme escrutinado no terceiro capítulo.

A partir dessas pré-condições que o produto turístico pode existir, uma vez que o seu processo produtivo

realiza-se mediante a exploração dos recursos turísticos, ou seja, os atrativos naturais e culturais com que conta um determinado país, combinados com tecnologia, trabalho e capital. As unidades em que se organiza esse processo são as empresas prestadoras de serviços e seu resultado chama-se “produto turístico”. (BENI, 2001, p.172).

A produção do espaço pelo turismo ocorre pela ação do Estado ao possibilitar as pré-condições básicas, isto é a infraestrutura, pela ação do Mercado, as empresas de turismo, ao ressignificar as paisagens para torna-las interessantes a visitação e pela implementação de empresas turísticas, e pelos Turista que consomem o produto turístico, ou seja, um Lugar turístico se concretiza a partir do território usado pelo turismo, figurado pela ação cotidiana do Mercado e Turista na produção e consumo do produto turístico e pelo Estado enquanto planejador e fomentador das políticas públicas.

O território usado pelo turismo acontece a partir do momento em que existe uma oferta derivada, pois, somente com a oferta original o turismo é apenas uma possibilidade, um desejo ou uma aposta para o desenvolvimento econômico pelo turismo, nesse momento o lugar inicia o seu processo de

refuncionalização de suas paisagens, ao encontrar na praia, na montanha, no campo, no centro histórico um motivo para ser visitado por viajantes, o que inicia o processo de que metamorfoseia o lugar em lugar turístico.

Porém, a completude, de espaço geográfico em ação, ou seja, o território usado, só ocorre quando de fato o Mercado também se interessa por essa área ao instalar-se por meio das empresas de turismo, a oferta derivada, momento em que pode ocorrer a relação de produção e consumo do produto turístico a partir da presença de turista, quando o território usado pelo turismo, momento em que o processo de transformação de lugar e Lugar Turístico é finalizado.

No terceiro capítulo abordou-se os limites que turismo encontra para consolidar-se enquanto agente para o desenvolvimento econômico para o estado do Rio Grande do Norte, uma vez que as ações do Estado enquanto fomentador desta atividade por meio das políticas públicas concentrou-se no Polo Costas das Dunas, especificamente na região do Litoral Central. Além do mais, os lugares turísticos possuem diferentes níveis de organização e densidade técnica-científica-informacional, podendo ter maior ou menor concentração do circuito superior ou inferior do turismo, e quanto maior a presença deste último menor a chance de desenvolvimento econômico pelo turismo em função desta atividade servir apenas para a subsistência dos agentes envolvidos.

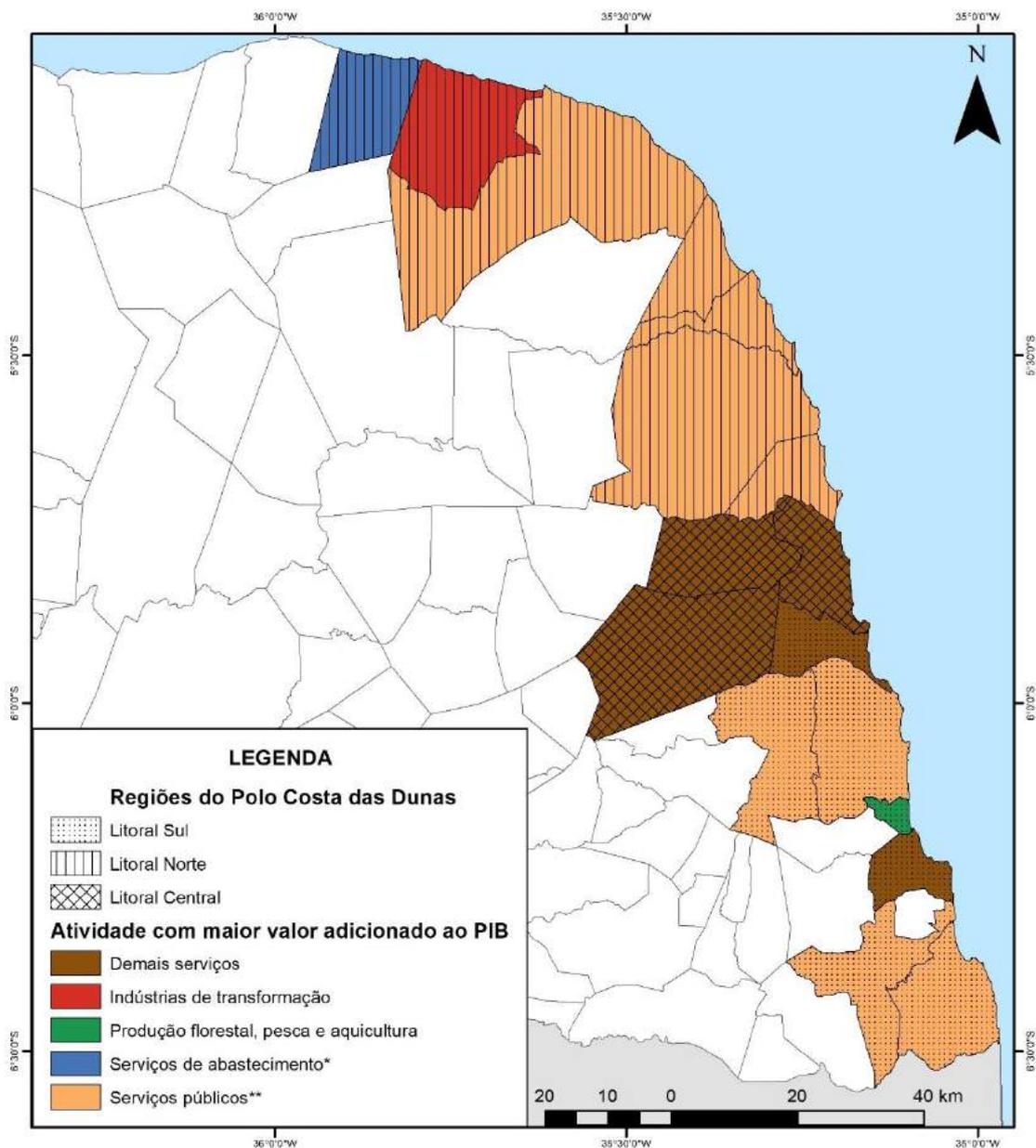
Se o turismo não consegue ser uma agente para o desenvolvimento para todo o Rio Grande do Norte como identificar a participação desta atividade para a economia dos municípios? Como ponto de partida para esta identificação pode se utilizar os dados do PIB disponibilizados pelo IBGE (2019b), no qual destacam quais as atividades com maior valor adicionado ao bruto do ano, para turismo considera-se os municípios que destacam os “demais serviços”, isto é, excetuando os serviços ligados a administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, pois estes, a atividade turística pode ter uma expressão econômica significativa para o desenvolvimento.

A partir dos dados do PIB do ano de 2016 (IBGE, 2019b), os municípios integrantes da região do Litoral Central, São Gonçalo do Amarante, Natal e Macaíba, destacaram os “demais serviços, como principal valor adicionado ao bruto. Cinco dos sete municípios do Litoral Norte destacaram a “administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social”, justamente os

municípios de Touros; Rio do Fogo; Maxaranguape; Ceará-Mirim e Extremoz, enquanto os municípios de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso têm nas atividades de “Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação” e “Indústrias de transformação” seus principais valores adicionados ao bruto.

No Litoral Sul, os municípios de Parnamirim e Tibau do Sul têm os “demais serviços” como principal contribuição ao PIB, ressaltando que esse último é o único município fora Natal que recebe a classificação “A” na classificação por *cluster* proposta pelo Mapa do Turismo. O município Senador Georgino Avelino tem na “Produção florestal, pesca e aquicultura” sua principal atividade econômica, enquanto os demais municípios, São José do Mipibu; Nísia Floresta; Canguaretama e Baía Formosa encontram na “administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social”, como principal fonte de renda, conforme destacado no mapa 16.

## MAPA 16– ATIVIDADE COM MAIOR VALOR ADICIONADO AO PRODUTO INTERNO BRUTO DO POLO COSTA DAS DUNAS – 2016



\*Serviços de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação.

\*\* Serviços de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2020, a partir dos dados do IBGE (2019b).

No cenário dos dezessete municípios que compõem o PCD, apenas cinco poderiam encontrar no turismo como a principal atividade para o desenvolvimento econômico, conforme espacializa o mapa 16. A partir desta constatação é possível cruzar esses os dados do RAIS com o do IBGE para identificar nesses cinco municípios a proporção do pessoal ocupado em

empresas de turismo em relação ao total do pessoal ocupado para o ano de 2017, conforme apresenta a tabela 20:

**TABELA 20 – PESSOAL OCUPADO EM EMPRESAS DE TURISMO DE MUNICÍPIOS DO POLO COSTA DAS DUNAS QUE DESTACAM OS DEMAIS SERVIÇOS COMO PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA – 2017**

Município	Região	Pessoal ocupado em empresas de turismo	Pessoal ocupado	% pessoal ocupado em empresas de turismo
S. Gonçalo do Amarante	Litoral Central	2.641	13.130	20,1
Natal	Litoral Central	32.984	324.221	10,2
Macaíba	Litoral Central	695	11.399	6,1
Parnamirim	Litoral Sul	4.495	46.678	10,6
Tibau do Sul	Litoral Sul	2.798	4.178	67,0

**Fonte:** Elaborado a partir de IBGE (2019a); Ministério do Trabalho (2020).

Apesar de São Gonçalo do Amarante não ser um município litorâneo aparece em segundo lugar na proporção de pessoal ocupado em empresas de turismo, com 20,1% dos vínculos. Neste município os vínculos relacionados a empresas de transporte terrestre contribuem com 62,7% desse valor, com o total 1.657 vínculos. Esse número pode ser justificado em função de sua área conturbada com Natal, possuindo diversas linhas de ônibus intermunicipais e transportes urbanos alternativos que trafegam de segunda a segunda em vários horários ao longo do dia.

São de Gonçalo do Amarante não possui nenhum Lugar Turístico de Sol e Praia, sua função para o Polo Costa das Dunas é sediar o Aeroporto Internacional Governador Aluísio Alves, inaugurado em 2014 em decorrência da Copa do Mundo realizada no Brasil que teve Natal com uma das cidades sedes, comportando-se como uma via de acesso aérea para o estado, desta forma, apesar de um significativo número de pessoal ocupados em empresas de turismo este não é um município com uma atividade econômica voltada para esse setor.

Dos municípios que destacam os “demais serviços” como principal contribuição ao PIB, tabela 18, apenas Tibau do Sul, onde se localiza a praia de Pipa, um destino turístico consolidado no estado, onde o fluxo turístico

internacional é maior que o nacional, contrariando a tendência nacional, cujo turismo volta-se para a demanda doméstica (THÉRY, 2015), o turismo tem um papel determinante para a economia local, uma vez que m 67% dos vínculos ocupacionais são em empresas de turismo. Desses, 57,7% são em empresas de alojamento, uma atividade econômica que existe em função do turismo, que empregou 1.118 pessoas no ano de 2017.

Considerando o pessoal ocupado em empresas de turismo no cenário regional do PCD, no ponto de vista dos empregos formais, para o polo tem-se que para o ano de 2017, 10,5% do pessoal ocupado no Litoral Norte possuíam vínculo em empresas de turismo; 10,4% no Litoral Central e 13,5% no Litoral Sul, conforme apresenta a tabela 21.

**TABELA 21 – PESSOAL OCUPADO EM EMPRESAS DE TURISMO NO POLO COSTA DAS DUNAS - 2017**

<b>Região</b>	<b>Pessoal ocupado em empresas de turismo</b>	<b>Pessoal ocupado</b>	<b>% pessoal ocupado em empresas de turismo</b>
Litoral Norte	1.725	16.369	10,5
Litoral Central	36.320	348.750	10,4
Litoral Sul	8.988	66.749	13,5

**Fonte:** Elaborado a partir de IBGE (2019b); Ministério do Trabalho (2020).

No cenário regional que se desenha para esse polo de crescimento econômico pelo turismo, esta atividade não conseguiu se irradiar de forma equitativa. O Litoral Norte apesar de ter um número proporcional de vínculos empresas de turismo maior que o Litoral Central, o número real, corresponde a apenas 1.725 vínculos, equivalente a 3,7% do total para a região. Se o turismo é o motor para o desenvolvimento econômico para o Rio Grande do Norte para o Polo Costa das Dunas, sobretudo no Litoral Norte, ainda não encontrou o combustível necessário para começar a ignição deste motor.

Na perspectiva da teoria dos polos de crescimento, que estruturou a regionalização dos municípios beneficiários da política pública do PRODETUR/NE e no Rio Grande do Norte criou o Polo Costa das Dunas, ao centralizar o financiamento público em Natal, e nos municípios vizinhos, como Parnamirim que recebeu 53% dos recursos da primeira fase programa para

ampliação do aeroporto internacional Augusto Severo (BANCO DO NORDESTE DOBRASIL S.A, 2005), pretendeu-se melhorar o oferta original do produto turístico potiguar, atraindo empresas do circuito superior turismo, para que por meio de uma oferta turística derivada com empresas consolidadas nesse setor econômico o litoral leste do estado viesse a possuir lugares turísticos competitivos no cenário turístico de sol e praia do Nordeste brasileiro.

Além disso, esperava-se que mesmo com a concentração dos investimentos e de empresas turísticas na capital do estado a regionalização via polo de crescimento iria possibilitar um efeito de arrasto para os outros municípios litorâneos do polo, tanto ao norte quanto ao sul de Natal, garantindo para os outros lugares turístico um desenvolvimento econômico em função desta atividade, na qual viriam a oferecer um produto turístico para competitivo no cenário turístico de Sol e Praia.

Entretanto, com exceção de Natal e Tibau do Sul, o único município do polo que possui no turismo sua principal fonte de renda, o turismo enquanto atividade econômica, após duas décadas e meia dos primeiros investimentos do PRODETUR/NE no estado, não conseguiu promover um desenvolvimento econômico significativo para os municípios litorâneos.

A insuficiência do turismo enquanto possibilidade real para o desenvolvimento dos demais municípios litorâneos do PCD contrapõem sua ideia original presente na sua oficialização via Decreto Estadual Nº 18.186/2005, que preconizava que essa região é composta por um espaço homogêneo competitivo, ao invés de espaço homogêneo o PCD é composto por regiões desiguais, onde o Litoral Norte possui os piores indicadores econômicos, sociais e turístico, sendo esses municípios os que menos se beneficiam do turismo enquanto atividade econômica.

A maioria dos produtos turísticos do Litoral Norte não conseguem ser competitivos, pois em grande parte desses espaços há um território usado pelo circuito inferior do turismo, tema central desta tese que será discutido em sua terceira parte, onde ocorre uma relação de desenvolvimento desigual e combinado com Natal, uma vez os turistas que ali estão consumindo os bens e serviços não se hospedam nessas localidades mas sim em Natal, no qual destinam uma ou duas horas do tempo total de suas férias a visitar determinados lugares turísticos do Litoral Norte, na relação de que quanto maior a distância de

Natal menor a presença de turistas, não justificando a presença de um circuito superior do turismo, legando a essas localidades um território usado pelo circuito inferior, predominado pela subsistência por meio desta atividade do que desenvolvimento.

No curso das últimas três décadas, o processo reestruturação econômica e produtiva pelo turismo, que teve como principal evento as ações do PRODETUR/NE e elencou o Polo Costa das Dunas como área especial para prática de turismo de sol e praia no Rio Grande do Norte, não conseguiu consolidar neste polo uma região de crescimento econômico, uma vez que as disparidades internas, acentuadas pela centralização dos recursos em Natal, no Litoral Central, contribuíram para o cenário da regionalização interna, no qual, o Litoral Norte é a porção com maiores dificuldades em encontrar no território usado pelo turismo um caminho para o desenvolvimento econômico e social para a maioria dos seus municípios.

## 6 O TERRITÓRIO USADO PELO TURISMO NO LITORAL NORTE: UMA VIAGEM DE PEDRA GRANDE À EXTREMOZ

A prática do turismo, enquanto atividade econômica materializada em um lugar receptor, o lugar turístico, precisa de um produto, para completar o ciclo de circulação e consumo, porém, todas essas etapas se realizam no próprio lugar turístico, uma vez que, somente com a presença do turista no lugar que ocorre o consumo, no qual, a circulação não é da mercadoria, mas do consumidor que se desloca até o lugar turístico. Nessa perspectiva, o território usado pelo turismo ocorre pela presença simultânea no lugar turístico da demanda turística, composta tanto por visitantes nacionais e internacionais, e pela oferta turística derivada, que são as empresas de turismo.

O Estado também está presente no território usado pelo turismo, seja na oferta turística original, participando na construção da imagem turística do lugar, uma vez que “ele poderá impor uma marca de excelência em seu produto turístico, diferenciando-o daquele do vizinho” (BENI, 2001, 163). A oferta original diz respeito as qualidades naturais e culturais inerentes à revalorização do lugar a partir do movimento de fetichização da paisagem, destacado por Silveira (2002), no qual essas características do lugar a partir de um novo conjunto de valores morais e estéticos oferecem-se como algo que precisa ser conhecido pessoalmente para satisfazer alguma vontade de consumo.

A transição entre a descoberta, do aventureiro pioneiro, e a viagem, do turista em massa, está a oferta derivada, pois é somente quando o mercado, por meio das empresas de turismo, se interessa pelo lugar que o lugar se torna turístico e o produto turístico, enquanto potência a ser concretizada no momento do consumo, é finalizado.

Outra forma do Estado participar no território usado pelo turismo é na proposição de políticas públicas visando financiar a atividade diretamente, com linhas de crédito e subsídios às empresas de turismo, ou indiretamente, com o financiamento de infraestrutura necessária para a realização dessa atividade, são elas,

infraestrutura e equipamentos urbanos diretamente relacionados às atividades turísticas; infraestrutura de acesso e de mobilidade, tais como estradas turísticas, ferrovias, pontes,

rodovias, túneis e viadutos, orlas fluviais, lacustres e marítimas; infraestrutura e saneamento básico (tratamento de água, sanitário e de resíduos sólidos); terminais rodoviários, ferroviários, aeroviários, fluviais, lacustres e marítimos; edificações de uso público destinadas a atividades indutoras de turismo como centros de cultura, museus, casas de memória, centros de convenções, centros de apoio ao turista, teatros, centros de comercialização de produtos artesanais e mirantes públicos; restauração de edifícios, monumentos e conjuntos históricos; e elaboração de projetos de infraestrutura turística. (MTUR, 2018, n.p.).

No Litoral Norte, que é composto pelos municípios de Pedra Grande, São Miguel do Gostoso, Touros, Rio do Fogo, Maxaranguape, Ceará-Mirim e Extremoz, a prática turística é um desdobramento direto do turismo realizado na capital do estado, Natal, a área concentrada do turismo não só para o Polo Costa das Dunas (PCD), mas para o estado, que teve como evento a ação direta do estado por meio das políticas públicas do Megaprojetos, ainda nos anos 1980, e principalmente do PRODETUR/NE, no começo da década de 1990.

As autores Fonseca e Zaar (2019) destacam que essa porção do Polo Costa das Dunas, que corresponde ao Litoral Norte, emerge como terceira destinação turística do Rio Grande do Norte na primeira década do século XXI, considerando Natal como primeira, nos anos 1980, Tibau do Sul como a segunda, em 1990, evidenciando o papel da internacionalização do turismo a partir “[...] de investimentos imobiliários internacionais, bem como inversores individuais estrangeiros que passam a adquirir imóveis” (*ibidem*, p.71).

As discussões deste capítulo tem como objetivo compreender o território usado pelo turismo em cada um dos municípios do Litoral Norte, que corresponde a primeira parte do recorte temático da tese, levando em consideração a participação do Estado, identificado pelos repasses para o setor, do Mercado, identificado pelas empresas e empregos turísticos, e Turistas, identificados na composição da demanda nacional, buscando compreender o atual papel desta atividade econômica para o desenvolvimento municipal.

Este capítulo divide-se em duas partes. A primeira parte, “O Litoral Norte e o território usado pelo Turismo”, a analisa a evolução econômica do território usado pelo turismo para a região interna do polo e para os seus sete municípios, destinando sete subseções para a discussão destes últimos, intituladas de: O caminho do turismo em Pedra Grande; O caminho do turismo em São Miguel do

Gostoso; O caminho do turismo em Touros; O caminho do turismo em Rio do Fogo; O caminho do turismo em Maxaranguape; O caminho do turismo em Ceará-Mirim e O caminho do turismo em Extremoz.

Consubstanciado aos dados empíricos e dos trabalhos acadêmicos, recorreu-se a três bancos de dados para analisar o alcance econômico do processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo na organização sócio-espacial do Litoral Norte. O primeiro, são os dados do SIACOR, do Ministério do Turismo, no qual destaca a atuação do poder público por meio dos repasses e investimentos públicos na melhoria da oferta turística original dos municípios entre os anos de 2000 à 2017.

O segundo, a RAIS do extinto Ministério do Trabalho, na qual foi consultada informações sobre as empresas e empregos turísticos, levando em consideração os anos de 2006 à 2018, destacando as variáveis do número de empresas; empregados; tamanho da empresa por número de vínculos por município do Litoral Norte. O último banco de dados também pertence ao Ministério do Turismo, o Mapa do Turismo Brasileiro, que reúne informações da classificação por cluster por município com atividade turística no país, entre elas, foi considerado os dados da demanda nacional e internacional para o período de 2016 à 2019. O intervalo de tempo selecionado em cada banco de dados se deu em razão a temporalidade dos dados disponíveis.

Nesta seção também é abordada a terceira hipótese da tese, de que a área litorânea dos municípios da região do Litoral Norte é majoritariamente urbanizada pelo circuito inferior do turismo, com uma mensuração realizada a partir da classificação das empresas turísticas por número de vínculos, coletada na RAIS, e pela comprovação empírica destes dados por meio das visitas a campo.

“O nível do território usado pelo turismo no Litoral Norte”, corresponde a segunda parte do capítulo. A partir dos dados coletados nos bancos de dados da subseção anterior, o número de empregos e empresas turísticas; contratos de repasses e demanda turísticas, construiu e aplicou o Índice de Território Usado pelo Turismo (ITUT), que vai de 0 a 100, para o ano de 2017, para estabelecer um quadro comparativo entre os sete municípios do Litoral Norte e avaliar o nível da participação do turismo, em sua perspectiva econômica, para o território usado.

Foram estabelecidos quatro níveis classificatórios para o ITUT. Sendo que para o primeiro o turismo é uma das atividades mais importantes para a economia, com uma presença articulada entre o Estado, o Mercado e Turistas, resultando em Lugares Turísticos com a infraestrutura necessária para desenvolver a atividade no município; e para o último nível, o turismo é praticamente inexistente, e quando está presente não gera impacto na economia municipal; com ausência completa ou parcial do Estado, do Mercado ou dos Turistas, com Lugares turísticos, quando presente, sem infraestrutura para atender a demanda turística.

### **6.1 O Litoral Norte e o território usado pelo turismo**

Na gênese do lugar turístico está o evento, algo que possibilitou a refuncionalização dos elementos constituintes do lugar em uma demanda turística original enquanto possibilidade, uma intenção em desenvolver naquele ponto do espaço uma atividade turística. Tendo em vista que apenas a praia, o mar, a lagoa e as dunas, no caso do Litoral Norte, por si não bastam para que o lugar se torne turístico, é preciso que um novo conjunto de objetos e ações venham ao encontro do lugar para lhe conferir o sentido de turístico.

A praia e o mar antes de serem valorizados para o uso recreativo, escalonados como produtos turísticos nos catálogos de agências de viagem, tinham como função primeira servir de meio de subsistência para pescadores que ocupavam o litoral dos municípios do Litoral Norte (BARBOSA, 1996; SILVA; FERREIRA; AMARAL, 2009; ALMADA, 2015; MATIAS; CARVALHO, 2016; OLIVEIRA, 2016; COSTA; FONSECA, 2019).

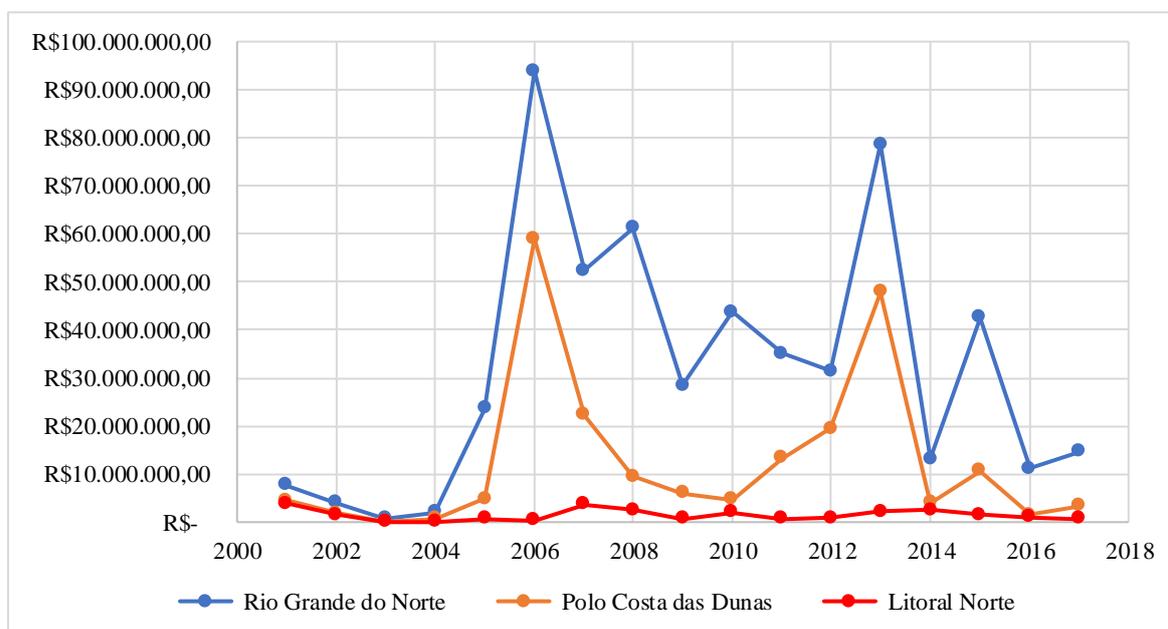
Em relação a importância econômica do turismo, Cruz (2020, p.1) destaca que essa atividade deve ser considerada enquanto “[...] movimento mais amplo de transformações do modo de produção capitalista e de suas subsequentes crises, que atingem diretamente o setor produtivo”, nesse sentido, quanto maior a participação do turismo em um dado lugar mais rápido é a substituição das atividades da pesca artesanal, como principal atividade econômica, pelas empresas de turismo, reorganizando o espaço em função do território usado pelo turismo.

No cerne dessa transformação do espaço pelo turismo está o Estado, no qual, por meio de políticas públicas financia a materialização dessa atividade no território, por meio de subsídios ou linhas de crédito especial para as empresas do setor, e, principalmente, na implementação de infraestrutura necessária para ampliar a mobilidade e a atratividade dos turistas.

A partir dos dados do Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse, o SIACOR, que coleta as informações geradas pelo banco Caixa Econômica Federal sobre os contratos de repasse aplicados ao turismo, que é um instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União, em relação ao turismo o mandatário é o Ministério do Turismo -Mtur (IPEA, 2020).

No período de 2001 a 2017 o Rio Grande do Norte recebeu R\$ 544,5 milhões em repasses, desses R\$ 213,7 milhões, equivalente a 39,2% foram destinados ao Polo Costa das Dunas; o Litoral Norte recebeu R\$ 24,9 milhões, correspondendo a 4,6% de todos os repasses recebidos pelo estado e 11,6% em relação ao valor recebido pelo polo (BRASIL, 2018). O gráfico 6 mostra a evolução dos repasses, em relação ao Rio Grande do Norte, PCD e Litoral Norte.

**GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DOS REPASSES DO SIACOR NO RIO GRANDE DO NORTE – 2001-2017**



**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2018).

Para o Rio Grande do Norte, representado pela linha azul no gráfico (1), entre 2001 e 2004 os repasses ficaram abaixo dos R\$ 10 milhões, passando a aumentar a partir de 2005 e atingindo o ápice, no período investigado, em 2006, quando o estado recebeu R\$ 93,9 milhões, entre 2007 e 2012 os valores ficaram abaixo do registrado em 2006 e com oscilações, com uma média para o intervalo de R\$ 42 milhões por ano, seguido de aumento considerável em 2013, com R\$ 78,6 milhões, o segundo maior repasse da série, no ano seguinte, 2014, ocorre uma queda brusca, alcançando o patamar de R\$ 13,1 milhões, com uma aumento para R\$ 42,5 milhões em 2015 e finalizando abaixo dos R\$15 milhões nos anos de 2016 e 2017.

Os repasses para o PCD, representado pela linha laranja, seguiram a mesma tendência que os do Rio Grande do Norte, atingindo o ápice em 2006 com R\$ 58,9 milhões, porém caindo gradativamente até o ano de 2010, que recebeu R\$ 6 milhões. A partir de 2011 até 2013 os repasses seguem em alta, sendo este o último ano, igualmente ao estado, o com segundo maior repasse para o polo, com R\$ 47,9 milhões, seguido de queda brusca para o ano seguinte, com R\$3,9 milhões, com um aumento tímido em 2015 e mantendo-se em baixa entre 2016 e 2017, neste último ano o repasse foi inferior ao ano de 2001, quando iniciou a série histórica.

Comparando a evolução dos repasses para o estado e o polo verifica-se apenas para os anos de 2001, 2006 e 2012 que os repasses destinados a este último foram a maioria do montante recebido pelo estado, sendo 60%, 62,8% e 61,9% respectivamente. Nos outros anos, a maioria dos repasses ficaram distribuídos para o restante do Rio Grande do Norte, representando o interesse do estado em interiorizar a atividade turística ao financiar a infraestrutura básica para essa atividade.

A linha vermelha, no gráfico (1), representa os repasses ao Litoral Norte que permaneceu praticamente constante ao longo do período de dezesseis anos, não ultrapassando a marca de R\$ 4 milhões em repasses por ano, com uma média anual de R\$ 2,9 milhões, com o ápice em 2001, quando recebeu R\$3,9 milhões, e 2007, com o segundo maior valor, com R\$3,7 milhões. Para esse recorte espacial destacam-se, negativamente, os anos de 2003 e 2004, que não tiveram repasses.

Comparando os repasses ao Litoral Norte com o PCD, verifica-se que para os anos de 2001, 2002, 2014 e 2016 a maioria dos repasses para o PCD tiveram como destino os municípios do Litoral Norte, com 86,2%, 77,8%, 63,9% e 69% respectivamente. Os demais anos receberam em média 12,4% dos recursos, ou seja, para alguns anos a região do Litoral Norte foi prioritária como destinatária dos recursos públicos, porém, na maioria dos anos essa porção do litoral foi secundária no recebimento desses recursos.

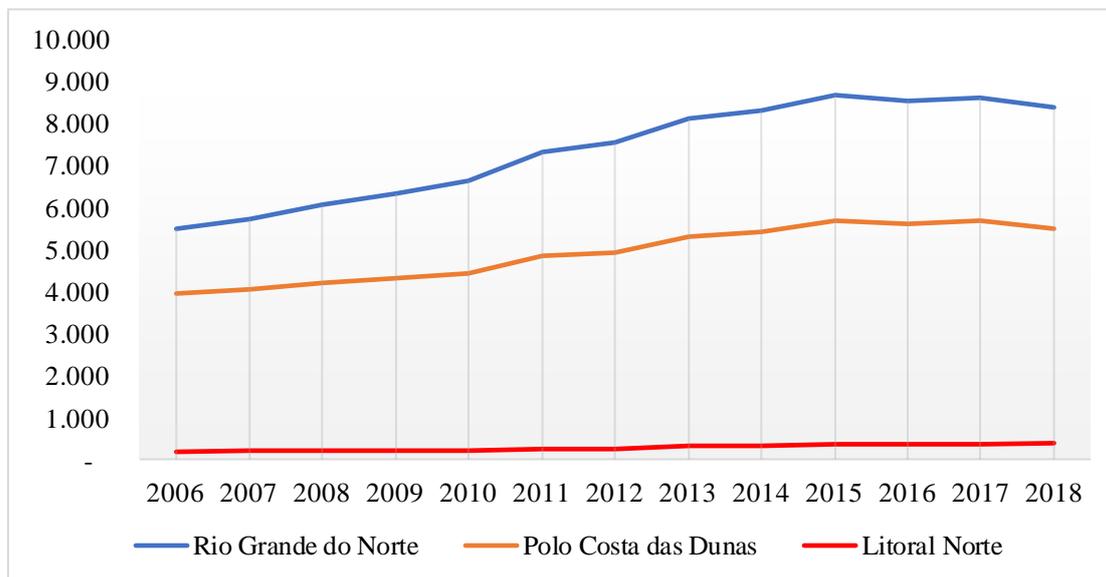
Para mensurar o papel do investimento público no turismo no Litoral Norte, a partir dos contratos de repasses para o Mercado, recorreu-se à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), no qual foi consultado na série histórica de 2006 à 2018 o número de empresas turísticas, seus vínculos empregatícios e o cruzamento destes dados para verificar o tamanho das empresas de acordo o número de vínculos, uma variável que vai de 0 a 1000 ou mais. O apêndice D apresenta a compilação desses dados por recorte espacial, Rio Grande do Norte, Polo Costa das Dunas e Litoral Norte.

A partir do cruzamento dos dados do SIACOR com o a RAIS é possível verificar o papel do estado na atração e empresas turísticas. Essas empresas foram identificadas dentro do banco de dados da RAIS a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), versão 2.0, que é gerida pelo IBGE. Esta classificação estruturada em 5 níveis, a saber: “1º nível: 21 Seções; 2º nível: 87 Divisões; 3º nível: 285 Grupos; 4º nível: 673 Classes; 5º nível: 1301 Subclasses” (IBGE, 2020b). Para este trabalho foi utilizado as empresas classificadas no 2º nível, para o turismo são as empresas que têm suas atividades em: Transporte Terrestre; Transporte Aquaviário; Transporte Aéreo; Alojamento; Alimentação; Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Serviços de Reservas; Atividades Ligadas ao Patrimônio Cultural e Ambiental e as Atividades Esportivas e de Recreação e Lazer.

Em relação ao número de empresas turísticas, entre 2001 e 2018, para o Rio Grande do Norte verificou-se um incremento de 152,5%, indo de 5.478 para 8.352 empresas, para o PCD o aumento foi de 138,7%, indo de 3.939 para 5.462. O Litoral Norte, por sua vez, teve o maior aumento proporcional no período de observado, com um incremento de 217% no número de empresas, passando de 176 para 382 (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020). Na composição das empresas turísticas do Rio Grande do Norte a maioria

concentra-se no PCD, em média 67% delas por ano no período observado. Para o estado, as empresas do Litoral Norte representam, na média por ano, apenas 3,7% e para o PCD elas representam na média, por ano, 5,5%. A evolução no número das empresas turísticas pode ser acompanhada no gráfico 7.

**GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS TURÍSTICAS NO RIO GRANDE DO NORTE – 2006-2018**



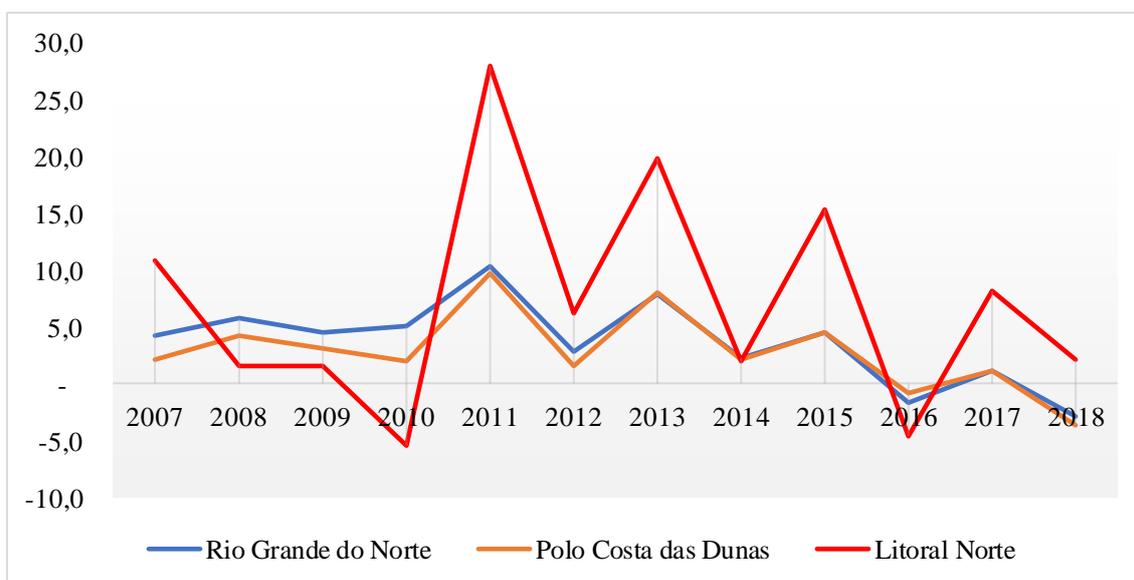
**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir Ministério do Trabalho (2020).

A evolução do número de empresas turísticas do Rio Grande do Norte, representada no gráfico 8 pela linha azul, ocorreu de modo paralelo a evolução do número das empresas do Polo Costa das Dunas, representada pela linha laranja, apresentando uma curva ascendente até o ano de 2015, para o Rio Grande do Norte com 8.655 empresas, e 2016 para o polo, com 5.654 empresas, iniciando o declínio após esse período respectivamente.

O Declínio no número de empresas de turismo, a partir de 2014 coincide com a queda dos contratos de repasses, apresentado no gráfico 7, período que inicia a mais recente crise econômica brasileira, nesse sentido, reafirma-se a participação do Estado como um fator essencial para a materialização do turismo no lugar, uma vez que na medida que o Estado reduz o número de contrato de repasses também diminui a presença das empresas turísticas, podendo aumentar o setor informal do turismo e o circuito inferior da economia como um todo.

A evolução do número de empresas para o Litoral Norte, representada pela linha vermelha no gráfico 8, segue o mesmo padrão da evolução dos contratos repasses para a região, sem oscilações significativas durante a série histórica, e, ao contrário do que se observa para o Rio Grande do Norte e o Polo Costas Dunas, esta região não apresentou declínio no número de empresas turísticas partir de 2015, uma vez que o ápice de sua curva de crescimento é o ano de 2018, com 382 empresas. Apesar de ter o menor número de empresas turísticas para o período observado, a região é o substrato que apresenta a mais alta taxa média de crescimento anual, 7% ao ano, enquanto para o Rio Grande do Norte esta taxa é de 3,6% e para o PCD é de 2,8%. O gráfico 8, apresenta a evolução desta taxa, com o mesmo esquema de cores do gráfico anterior.

### GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO DAS EMPRESAS



### TURÍSTICAS NO RIO GRANDE DO NORTE – 2006-2018

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir Ministério do Trabalho (2020).

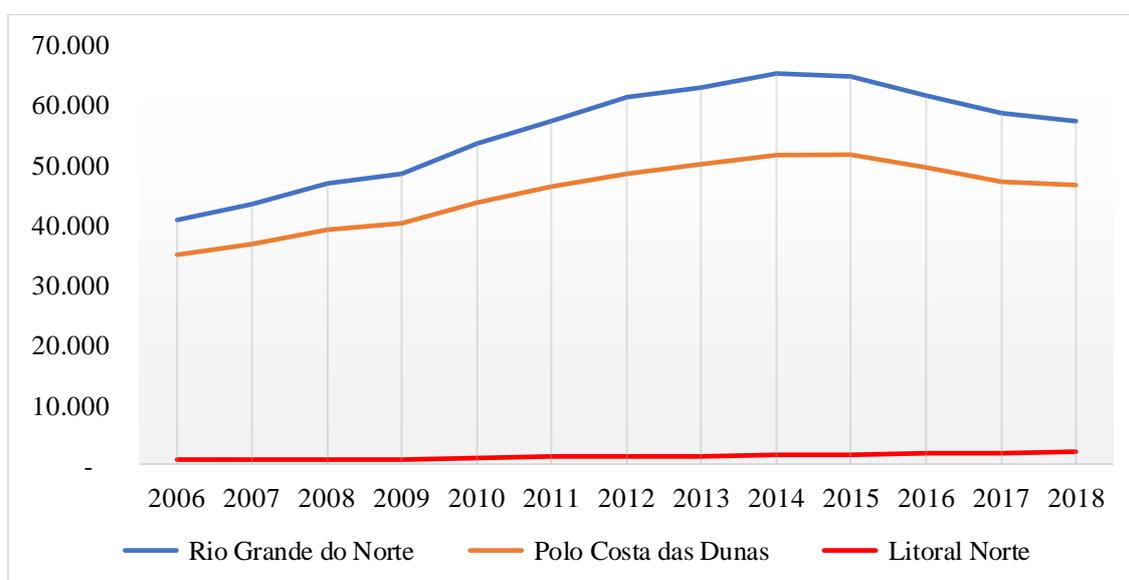
A taxa de crescimento das empresas turísticas do Litoral Norte apresentou um padrão de crescimento negativo entre 2007 a 2010, o valor mais baixo da série, seguido de um aumento para o ano seguinte, oscilando entre aumento e queda a partir deste período, fechando a série em queda. As taxas do Rio Grande do Norte e do Polo Costa das Dunas apresentam o mesmo movimento, sobrepondo-se em alguns anos, seguindo um movimento

decrecente entre 2008 a 2010, atingindo o ápice em 2011, seguindo alternando entre queda e aumento até 2015, quando a taxa segue um caminho decrescente, apresentando uma taxa negativa para o ano de 2018, -2,9% para o estado e -3,7% para o polo.

Em relação ao número de empregos turísticos, verifica-se o mesmo padrão de evolução das empresas turísticas, entre 2001 e 2018, para o Rio Grande do Norte verificou-se um incremento de 140,4%, indo de 40.631 para 57.053 vínculos, uma taxa média de crescimento anual de 3%. O PCD aumentou 133,5%, indo de 34.839 para 46.512, com uma taxa média de crescimento de 2,5%. O Litoral Norte, por sua vez, teve o maior aumento proporcional no período observado, com um incremento de 272,5% no número de vínculos, passando de 763 para 2.081, com uma taxa média de crescimento anual de 9% (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020).

Na composição do número de empregos turísticos do Rio Grande do Norte, a grande maioria, em média anual para período de 81,5%, se concentra no PCD. Para o estado, os empregos do Litoral Norte representam, em média anual, apenas 2,3% e para o PCD eles representam 2,8%. A evolução no número desses empregos pode ser acompanhada no gráfico 9.

**GRÁFICO 9 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS TURÍSTICOS DO RIO GRANDE DO NORTE – 2001-2018**



**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir Ministério do Trabalho (2020).

Os empregos turísticos, na média anual para período de 81,5%, concentraram-se no Polo Costa das Dunas, em função disso, a evolução dos crescimentos desses empregos para o estado, representado no gráfico 10 pela linha azul, e do polo, representado pela linha laranja, seguem exatamente a mesma tendência de crescimento, com o ápice da curva no ano de 2015, no qual o número de empregos para o estado era de 64.537 e para o polo 51.369.

O padrão de evolução das empresas se repete nos empregos, com uma queda a partir de 2016, representando para o período de 2015-2018 uma queda 11,6% para o Rio Grande do Norte e 9,5% para o Polo Costa das Dunas, uma redução real de 7.956 e 4.910 empregos turísticos respectivamente. Essa realidade de redução faz parte do contexto de crise econômica vivenciado no Brasil, que para este ano de 2018 contava com 12,15 milhões de desempregados, desses, 205 mil eram no Rio Grande do Norte (IBGE, 2020b).

Mesmo com um cenário negativo, com o número de empregos formais decrescendo, o Litoral Norte, representado no gráfico pela linha vermelha, segue um padrão evolutivo de crescimento, inclusive para o período de 2015-2018, no qual aumentou em 24,5% o número de vínculos, representando um incremento de 410 vínculos empregos em empresas turísticas para o período.

Com número de estabelecimentos e vínculos presentes no banco de dados da RAIS não é possível identificar, com precisão, quais dessas empresas compõem o circuito superior e inferior do turismo, porém, é possível inferir a partir do número de vínculos por estabelecimentos. Desse modo no cruzamento dessas duas matrizes, as variáveis “0 empregados e 1-4 funcionários” serão consideradas como circuito inferior, pois, trata-se de um pequeno estabelecimento; as variáveis “De 5 a 9; De 10 a 19; De 20 a 49” “serão consideradas como os estabelecimentos do circuito superior marginal, pois são estabelecimentos de porte médio/grande que atuam na mesma lógica do circuito superior, porém em melhor escala. As variáveis “De 50 a 99; De 100 a 249; De 250 a 499; De 500 a 999; 1000 ou Mais” serão consideradas como circuito superior, pois tratam-se de empresas de grande porte, cuja existência gira em torno da reprodução ampliada do capital, conforme destaca ao quadro 8:

**QUADRO 8 - CORRESPONDÊNCIA DO TAMANHO DO ESTABELECIMENTO AOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA APLICADO AO TURISMO**

CIRCUITO DA ECONOMIA	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS
INFERIOR	0
	1 a 4
SUPERIOR MARGINAL	5 a 9
	10 a 19
	20 a 49
SUPERIOR	50 a 99
	100 a 249
	250 a 499
	500 a 999
	mais de 1000

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2020).

Ressaltando que esta não é uma metodologia completamente precisa para a identificação dos circuitos da economia urbana aplicados ao turismo no lugar, principalmente para as faixas transitórias entre o circuito inferior e superior marginal, porém, pode servir de ponto de partida para identificar a densidade técnica-científica-informacional do território usado pelo turismo no lugar turístico, necessitando de visitas a campo para confrontar os dados estatísticos com os empíricos. Esta metodologia parte do princípio de quando maior a concentração das empresas do substrato superior marginal e superior maior será DTCl do lugar turístico, e inversamente proporcional em relação ao circuito inferior, pois, quanto maior sua presença menor a DTCl. A composição dessas empresas turísticas por município é um indicativo do papel que o turismo no desenvolvimento econômico municipal.

A composição do número de empresas turísticas por quantidade de empregos, para o ano 2018, apresentada na tabela 22. O substrato com maiores resultados, para todos os recortes espaciais analisados, corresponde as empresas que não possuem empregados, representando 48,7% para o Rio Grande do Norte; 44,1% para o Polo Costa das Dunas e 49,2% para o Litoral Norte. Esses dados evidenciam que a maioria das empresas turísticas do estado, e para suas escalas regionais, é composta por pequenas empresas (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020).

**TABELA 22 - EMPRESAS DE TURISMO POR NÚMERO DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DO RIO GRANDE DO NORTE - 2018**

NÚMERO DE EMPREGADOS	RIO GRANDE DO NORTE	POLO COSTA DAS DUNAS	LITORAL NORTE	CIRCUITO
<b>0 Empregado</b>	4.067	2.408	188	INFERIOR
<b>De 1 a 4</b>	2.539	1.708	131	
<b>De 5 a 9</b>	843	616	38	SUPERIOR MARGINAL
<b>De 10 a 19</b>	522	407	10	
<b>De 20 a 49</b>	280	232	12	
<b>De 50 a 99</b>	50	44	2	SUPERIOR
<b>De 100 a 249</b>	38	35	0	
<b>De 250 a 499</b>	11	10	1	
<b>De 500 a 999</b>	2	2	0	
<b>1000 ou Mais</b>	0	0	0	
<b>TOTAL</b>	<b>8.352</b>	<b>5.462</b>	<b>382</b>	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir Ministério do Trabalho (2020).

Ao agrupar os substratos por circuitos da economia urbana do turismo, observa-se que a grande maioria das empresas pertencem ao circuito inferior, 79,1% para o estado, 75,4% para o polo e 83,5% para a região; o circuito superior marginal aparece segundo lugar, com 19,7%, 23% e 15,7% respectivamente. O Circuito superior representa a minoria, 1,2% para o Rio Grande do Norte, 1,67% para o Polo Costa das Dunas e 0,8 para o Litoral Norte (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020).

Para o substrato de 500 a 999 empregados, o Rio Grande do Norte possui apenas duas empresas que estão localizadas no Polo Costa das Dunas, mas nenhuma delas no Litoral Norte, que possui apenas 3 empresas classificadas como como circuito superior, duas no substrato de 50 a 99 vínculos e uma no substrato de 250 a 499 vínculos, representando 0,7% das empresas do Litoral Norte. Esse é o maior substrato das empresas turísticas para todo estado, pois não possui nenhum valor positivo na consulta realizada para o substrato de 1000 ou mais, nem para o ano 2018 ou para ou outro ano da série histórica que inicia em 2006.

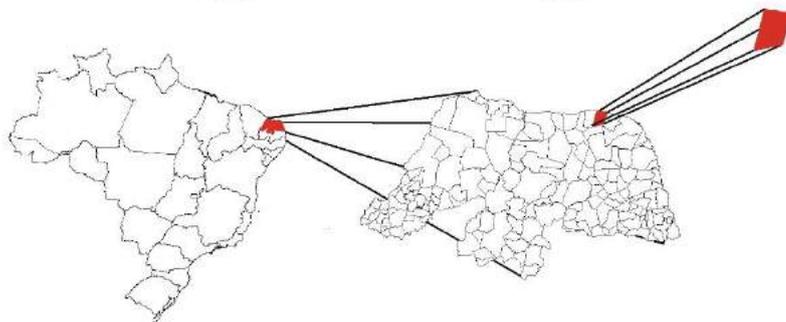
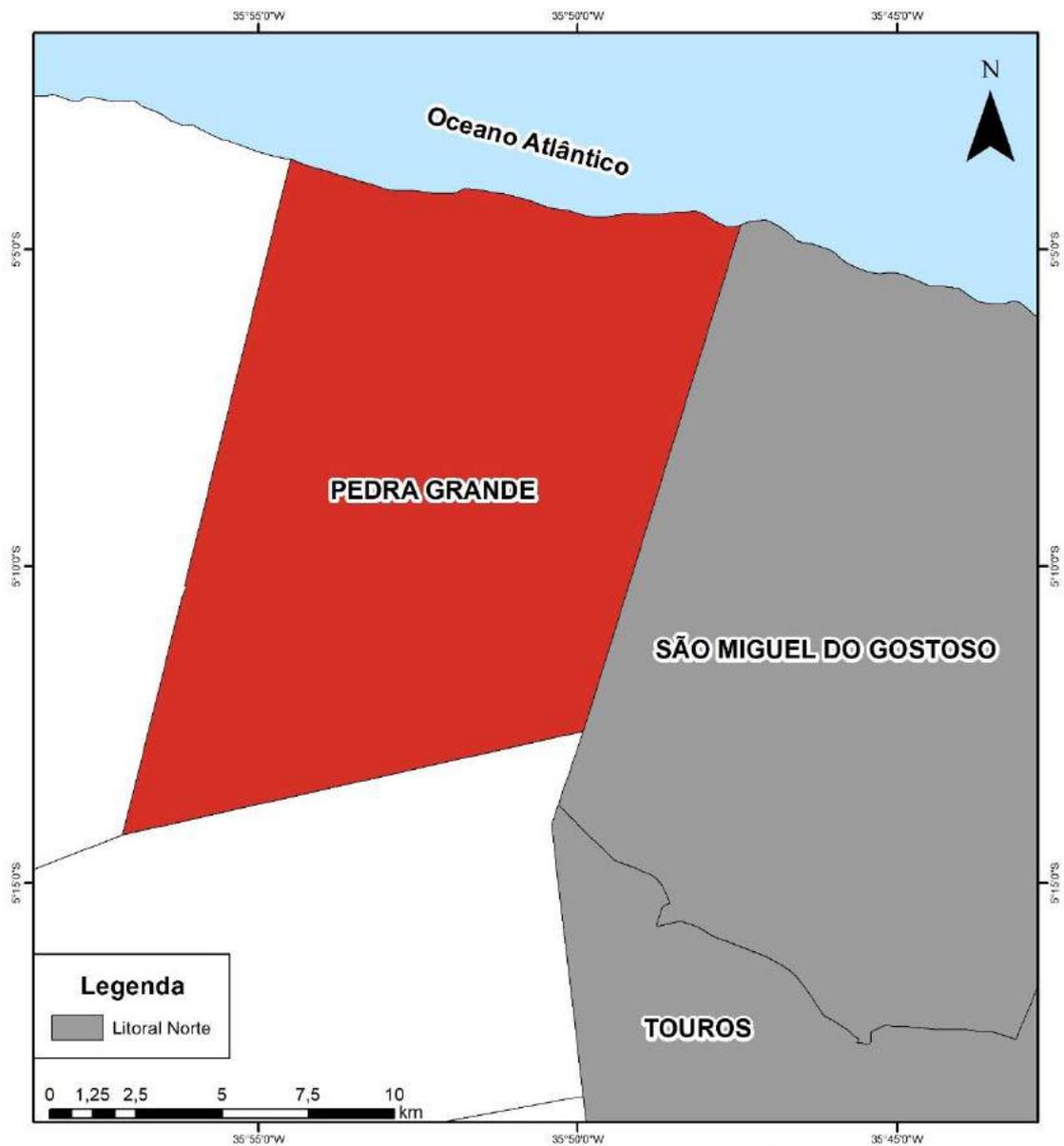
Os municípios do Litoral Norte possuem características econômicas, sociais e turísticas parecidas, entretanto, o desdobramento do processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo rebateu no território de cada um dos sete municípios que compõem essa região interna do Polo Costa das Dunas de modo específico. As próximas sete subseções dedicam-se a analisar o resultado desse processo em cada um dos municípios do Litoral Norte, levando

em consideração os dados obtidos na RAIS, SIACOR e do Mapa do Turismo Brasileiro, somado aos dados coletados em trabalho de campo, consubstanciado com a literatura acadêmica que versa sobre o turismo nesses municípios.

#### 6.1.1 O caminho do turismo em Pedra Grande

A origem do município de Pedra Grande é atribuída a fundação do sítio São João, por João Vitor, em 1919, quando inicia o primeiro povoamento da localidade. Em 1958 Pedra Grande é elevada à categoria de distrito de São Bento do Norte e em 7 de maio de 1962, através da Lei nº 2.745 alcança sua emancipação política, tornando-se um município (IBGE, 2019a)

Pedra Grande, o município mais ao norte do Litoral Norte, localiza-se entre as latitudes 5°4'42.05"S e 5°14'10.22"S e longitudes 35°47'28.93"O e 35°57'7.28"O, conforme a apresenta o mapa 17, em relação a região é o quarto maior, com uma área de 221,167 km<sup>2</sup>, e o com a menor população da região, estimada em 3.356 habitantes para o ano de 2017. (IBGE, 2019a).

**MAPA 17 – PEDRA GRANDE, RIO GRANDE DO NORTE - 2020**

**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020).

Em relação aos seus indicadores sociais, possui o menor IDHM de todo o Polo Costa das Dunas, para o ano de 2010 era de 0,559. Apesar de seu baixo desempenho no IDHM, o município possui um PIB *per capita* elevado, para o ano de 2016 era de R\$ 62.196,89. Esse valor pode ser explicado por alguns fatores, entre eles a baixa demografia municipal associada a presença de parque eólicos em seu território, segundo o Sindicato das Empresas do Setor Energético do RN, em 2018 já eram gerados no município 164.400kW e com outros quatro parque em construção a previsão era que a produção total chegue a 234.600kW, tornando-se um dos grandes produtores do Estado. (SEERN, 2018.)

A participação do setor energético também é destacada na composição do PIB municipal, que para o ano de 2016 o setor de “Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação” foi a atividade com maior valor adicionado ao bruto, seguido das atividades de “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” e “Demais serviços”. (IBGE, 2019b).

Em relação aos trabalhos acadêmicos que versam sobre a atividade turística no município foi encontrado apenas uma monografia do curso de bacharelado em turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, de autoria de Fiama Oliveira de Araújo, intitulada “Turismo de base comunitária: um estudo de caso no distrito de Enxu Queimado”, publicada no ano de 2015. A praia de Enxu Queimado, a única área urbanizada do litoral do município de Pedra Grande, distante 10,4 km da sede municipal, onde localiza-se a comunidade estudada por Araújo (2015), por vezes é associada como pertencente ao município vizinho, de São Miguel do Gostoso.

O acesso a essa praia pode ser realizado por dois caminhos. O primeiro por uma estrada municipal, carroçável, de 10 km que conecta o centro do município a esta praia. O segundo caminho, é o acesso pelo município vizinho, São Miguel do Gostoso, via a rodovia estadual RN-022, imagem 1, que também é carroçável, um trajeto de pouco mais de 33 km. Este último trajeto foi escolhido para o trabalho de campo, uma vez que todo o percurso do campo foi realizado a partir da rodovia federal BR-101, que conecta quase todo o Polo Costa das Dunas, com exceção de Pedra Grande, uma vez que o seu acesso, partindo de Natal, a capital do estado, se dá pela BR-406 e RN-120.

**IMAGEM 1 - VISTA DA RODOVIA ESTADUAL RN-022, ENTRE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO E PEDRA GRANDE – 2019**



**FONTE:** Acervo do autor (2019).

Segundo Araújo (2015), foi elaborado em 2013 um Plano de Desenvolvimento do Turismo pela empresa SERVENG, ligada ao setor de energia eólica, que terceirizou o serviço para empresa BIOGEO, que contratou a CONSULTUR para elaborar este plano, porém, o seu resultado foi improfícuo, pois, conforme destacado pela autora, a principal ação deste plano era a execução de cursos de capacitação turística com os moradores, pescadores artesanais e não foi executado com sucesso.

Um das tentativas relatadas é a tentativa de “[...] gerenciar possíveis passeios de jangadas e orientar as pessoas que desejavam participar dessa experiência” (ARAÚJO, 2015, p.77), entretanto, a experiência não foi exitosa, pois não havia demanda turística para os passeios.

Pedra Grande vive um dilema estatístico, um município com um enorme PIB *per capita*, porém com baixos indicadores sociais, onde, apesar de fazer parte do Polo Costa das Dunas não possui nenhum lugar turístico, sua

comunidade litorânea é composta por pescadores. A imagem 2 destaca um pequeno comércio de roupas, estilo moda praia, de frente a praia, a imagem 3 mostra praia com vista para o sul, onde é possível observar a segundo plano um parque eólico, a imagem 4 mostra a praia com vista para o norte, onde é possível observar algumas jangadas na praia, ao fundo a vila de pescadores, e a imagem 5 destaca com mais detalhes essa vila.

**IMAGEM 2 - PEQUENO COMÉRCIO DE ROUPAS COM VISTA PARA PRAIA DE ENXU QUEIMADO -2019**



**Fonte:** Acervo do autor (2019).

**IMAGEM 3 – VISTA PARA O SUL DA PRAIA DE ENXU QUEIMADO - 2019**

**Fonte:** Acervo do autor (2019).

**IMAGEM 4 - VISTA PARA O NORTE DA PRAIA DE ENXU QUEIMADO –  
2019**



**Fonte:** Acervo do autor (2019).

### IMAGEM 5 – VILA DE PESCADORES DA PRAIA DE ENXU QUEIMADO – 2019



**Fonte:** Acervo do autor (2019).

Com base no trabalho de campo, visita realizada no dia 02 de fevereiro de 2019 momento em que foram tiradas as fotografias, verifica-se que a Praia de Enxu Queimado possui apenas a praia e o mar como elementos para a sua oferta turística original, não possuindo nenhum outro atrativo que pudesse ser considerado como uma oferta turística derivada dentro do cenário de Sol e Mar do Polo Costa das Dunas

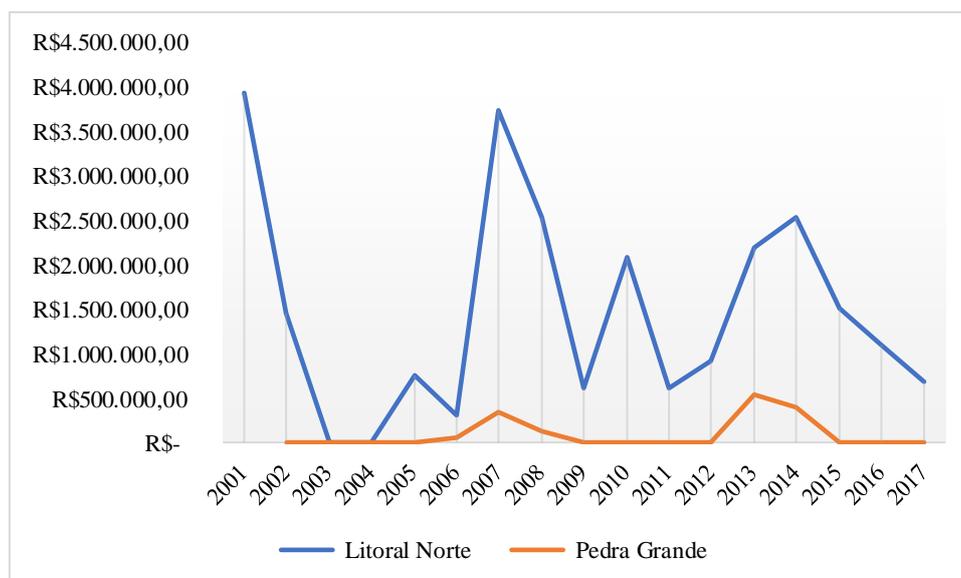
Os turistas e o mercado não estão presentes nesse município, então a participação do Estado deveria ser nula nesse município. Entretanto, a partir dos dados SIACOR verifica-se que durante o período de 2001-2017 o município R\$ 1.696.500,00 em repasses, correspondente a um repasse de 6,7% para Litoral Norte, 0,8% para o Polo Costa das Dunas e 0,3% para o Rio Grande do Norte. (BRASIL, 2018).

Segundo esses dados, em 2006 o município recebeu o primeiro repasse, R\$ 48.750,00, utilizado para urbanização de praça, em 2007 recebeu dois repasses, um de R\$ 195.000,00 e o outro de R\$ 146.250,00, ambos destinados

a construção de praça e urbanização. Em 2011 o município recebeu o quarto repasse, uma quantia de R\$ 126.750,00 destinada a construção de uma Praça Pública para Eventos. Em 2013 o município recebe mais dois repasses, o primeiro de R\$ 292.500,00, aplicado na construção de um pórtico, calçadão e ciclovia, o segundo de R\$ 243.750,00, aplicado a apoio a projetos de infraestrutura turística, construção de dois pórticos e urbanização. Em 2014 recebe o último e maior repasse, R\$ 390.000,00 aplicados na construção de Praça Pública e Urbanização, na sede do município.

O gráfico 10 compara o padrão de distribuição por ano dos contratos de repasse para o Litoral Norte, representado pela linha azul, e para Pedra Grande, representado pela linha laranja, verifica-se que os anos em que o município recebeu as maiores verbas coincide com os períodos de alta da região, porém em geral, o município recebeu uma pequena quantidade de repasses e que não foram aplicados em seu distrito litorâneo, optando por melhorias de infraestrutura urbana na sede municipal, não integrando dessa forma à rede de lugares turístico do litoral norte.

**GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DOS REPASSES DO SIACOR DE PEDRA GRANDE E DO LITORAL NORTE– 2001-2017**



**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2018).

A partir da distribuição dos repasses verifica-se que a escolha do Estado, representado pela esfera municipal, em priorizar os investimentos na sede do município foi determinante para o cenário em que se encontra o seu distrito

litorâneo, Enxu Queimado, conforme verificado nas imagens 2, 3, 4 e 5, num cenário de lugar abandonado e esquecido pelo poder público, o oposto do que se espera de um lugar turístico que aposta nessa atividade como uma opção direta para o seu desenvolvimento, contrapondo nesse sentido, a lei orgânica do município, que traz no seu artigo 175 e inciso primeiro que

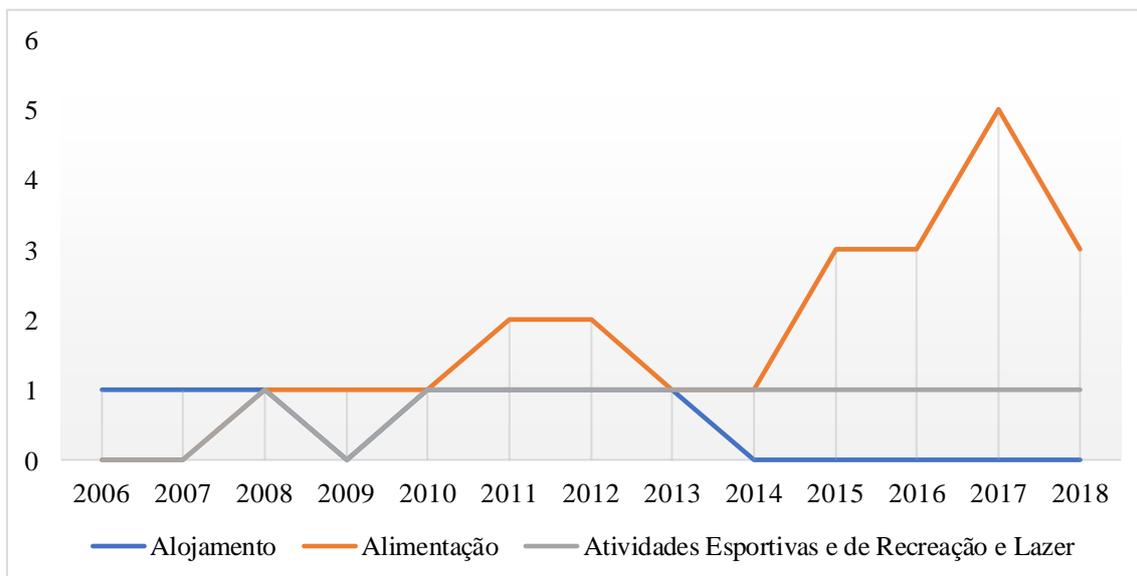
Art. 175 - O Município promove e incentiva o turismo, fator de desenvolvimento sócioeconômico e cultural, como atividade prioritária que tem por finalidade assegurar-lhe o crescimento e a continuidade, sem danificar o meio ambiente local, cabendo-lhe:

I – dar prioridade as áreas de interesse turístico, intensificando sua limpeza e mantendo em boas condições as vias de acesso às mesmas, particularmente na temporada de verão; [...] (PEDRA GRANDE, 2012, p.69).

A contradição entre a intenção da lei orgânica e a realidade, pode ser verificada nos números da RAIS e do Mapa do Turismo Brasileiro, que comprovam que o município não possui atividade turística significativa para que essa seja considerada uma opção real para o desenvolvimento econômico e social do município, sobretudo para os habitantes da praia de Enxu Queimado.

Ao longo do período investigado na série histórica, 2006 a 2018, o município teve em média 3,3 empresas de turismo ativas por ano, sendo que o número máximo foi de 6 empresas, em 2017, e o mínimo foi para os anos de 2006, 2007 e 2009 foi de apenas uma empresa. Entre as variáveis escolhidas para identificar as empresas de turismo pela RAIS, o município não registrou estabelecimentos no setor transportes terrestre, aquaviário e aeroaviário, agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas e atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental. As empresas de alimentação são as que apresentaram maior participação na composição, em média, 1,9 por ano, o setor de alojamento só esteve presente até 2013, com um estabelecimento, a atividades esportivas estiveram presentes em quase todo período, com exceção de 2006, 2007 e 2009, com um estabelecimento (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020). A evolução do número de empresas turísticas de Pedra Grande-RN entre 2006 e 2018 pode ser verificada no gráfico 11.

### GRÁFICO 11 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS TURÍSTICAS DE PEDRA GRANDE-RN – 2006-2018



**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir Ministério do Trabalho (2020).

Em relação ao número de empregos turísticos formais, o município registrou no setor de alojamento, 25 vínculos durante 2006 a 2013, uma média de 3,6 por ano. O setor de alimentação registrou 76 vínculos durante 2016 a 2018, com destaque para 2017, no qual registrou 53 vínculos, RAIS (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020). O quadro 9 mostra a distribuição desses vínculos por ano para o período observado.

### QUADRO 9 – NÚMERO DE EMPREGOS TURÍSTICOS EM EMPRESAS EM PEDRA GRANDE – 2006-2018

Ano	ALOJAMENTO	ALIMENTAÇÃO
2006	5	-
2007	3	-
2008	4	-
2009	0	-
2010	2	-
2011	3	-
2012	4	-
2013	4	-
2014	-	-
2015	-	-
2016	-	1
2017	-	53

<b>2018</b>	-	22
<b>TOTAL</b>	25	76

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir Ministério do Trabalho (2020).

Em relação ao tamanho dos estabelecimentos, verifica-se que durante todo o período observado, o município registrou 40 empresas de turismo, dessas, 77,5% eram compostas por empresas sem funcionários, 15% por empresas com 1 a 4 funcionários, as com 5 a 9, 10 a 19 e 20 a 49 representavam cada 2,5%, desta forma, durante todo o período de 2006 a 2018 as empresas do circuito inferior do turismo representavam 92,5%, e as do superior marginal 7,5%.

O percentual da população ocupada para o ano de 2017 em Pedra Grande era de 20,9%, equivalente a 703 habitantes, desse valor, a participação dos empregos turísticos era de 7,5%, com 53 vínculos<sup>42</sup>, para o total habitantes a proporção total é de 1,6% (IBGE, 2019a; MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020). Nesse sentido, é possível afirmar que o mercado do turismo, sobretudo as empresas que compõem o circuito superior não possuem interesse em atuar no município, e as poucas empresas que participam de mercado fazem parte do circuito inferior, não conseguindo contribuir para o desenvolvimento da economia municipal, no máximo para a subsistência dos envolvidos.

Na composição da tríade que compõem o território usado pelo turismo, que participam diretamente na formação do lugar turístico, resta analisar a participação dos turistas, recorrendo para isso os dados da demanda turística presente nas três versões do Mapa do Turismo Brasileiro, na qual o município não obteve nenhum resultado ao considerar a demanda turística nacional e internacional.

Em relação demanda turística total, soma da nacional e internacional, presente na última edição do Mapa do Turismo, de 2019, Pedra Grande está empatado na 56ª posição, junto a outros 22 municípios. Para o PCD, e consequentemente para o Litoral Norte, é o único município que não possui demanda turística<sup>43</sup> (BRASIL, 2019).

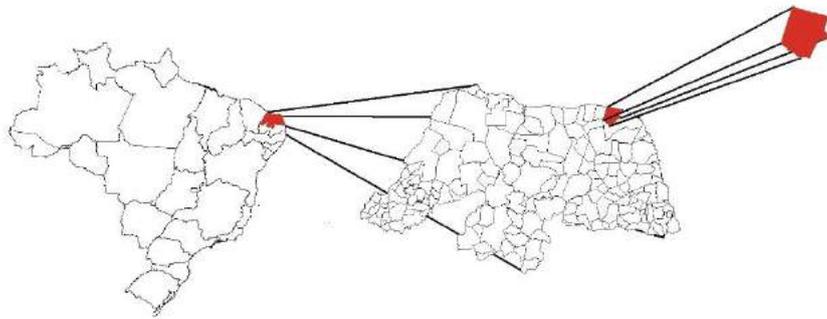
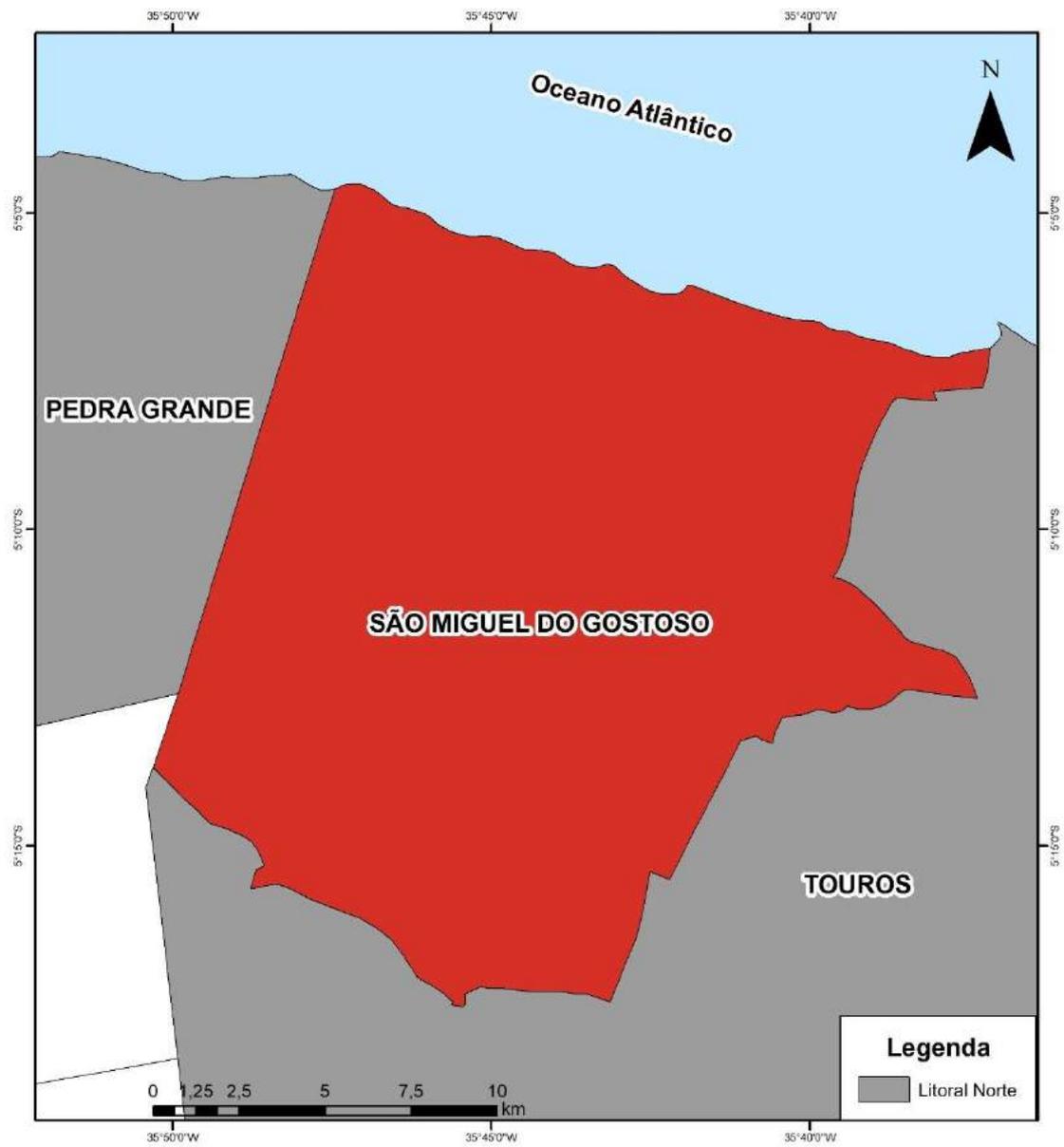
<sup>42</sup> Relembrando que para esse ano todos os vínculos eram de uma única empresa de alimentação. As empresas de alimentação que estão agrupadas como empresas turísticas, mas também possuem como público-alvo os residentes.

<sup>43</sup> O município Vila Flor, que ficaria na região do Litoral Sul, que aparece nessa classificação como pertencente ao Polo Costa das Dunas também não possui demanda turística, entretanto não está sendo considerado neste trabalho, pois o município não consta no Decreto Estadual n. 26.661/17 que dispõem sobre os Polos Turísticos do Rio Grande do Norte.

Destarte, a partir dos dados da participação do Estado, do Mercado e dos Turistas, juntamente com as informações colhidas em campo, é possível afirmar que Pedra Grande não possui atividade turística e nenhum lugar turístico, e não integra a rede de lugares turísticos do Litoral do Norte, não podendo contar com essa atividade para o desenvolvimento econômico de seu município, que possui na geração de energia eólica sua principal fonte de renda.

#### 6.1.2 O caminho do turismo em São Miguel do Gostoso

O município de São Miguel Gostoso, o segundo do Litoral Norte no sentido norte-sul, localiza-se entre as latitudes 5°4'44.79"S e 5°17'35.51"S e das longitudes 35°50'17.54"O e 35°37'19.80"O, conforme destaca o mapa 18. Em relação a sua área, é o terceiro maior município da região com 344,477 km<sup>2</sup> e em relação a população, estimada para o ano de 2017, apresenta a segunda menor, com 9.606 habitantes (IBGE, 2019a).

**MAPA 18 – SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, RIO GRANDE DO NORTE - 2020**

**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020).

O acesso ao município, vindo de Natal, segue pela BR-101 indo sentido norte até o município de Touros, virando à esquerda, alguns quilômetros antes do marco zero desta rodovia federal, na RN-221, seguido por alguns distritos litorâneos de Touros, como a Praia do Cajueiro, até chegar em São Miguel do Gostoso, quando a rodovia estadual se torna a avenida principal dos Arrecifes, que dá acesso as praias urbanas de Ponta do Santo Cristo, do Cardeiro, da Xêpa e de Maceió.

Dentre os municípios do Litoral Norte, São Miguel do Gostoso é aquele que o turismo é o mais importante para a formação territorial, pois a sua sede municipal se localiza no mesmo local dos principais lugares turísticos de sol e praia do município, inclusive, o seu processo de emancipação está diretamente relacionada com o turismo, uma vez que ela ocorre em função do processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo no Rio Grande do Norte no começo da década de 1990.

Em 16 de julho de 1993 São Miguel de Touros, que era o seu primeiro topônimo, foi emancipada a categoria de município, desmembrada de Touros, sendo o segundo município mais novo do Litoral Norte, fato que implicou em disputa territorial sobre a delimitação entre os dois municípios no decorrer das últimas duas décadas, conforme explicitado por Costa e Fonseca (2019), com resolução em 02 de janeiro 2018, quando promulgado a Lei Estadual Nº 10.315, que retifica as divisas territoriais entre os municípios de São Miguel do Gostoso e Touros, previstas na Lei nº 6.452 de 16 de julho de 1993, e dá outras providências, que segundo Costa e Fonseca (2019, p. 101),

a nova demarcação territorial incorporou à São Miguel do Gostoso áreas rurais que se encontravam anteriormente em Touros. Sobre essas áreas e comunidades não houve nenhuma manifestação de interesse por parte dos gestores e lideranças entrevistadas, sinalizando que a preocupação quanto à manutenção ou aquisição de domínios de ambos os municípios recaía sobre a Sede Urbana, com especial interesse na Praia do Santo Cristo e adjacências.

Conforme o Art.2 da Lei Estadual nº 10.315/18, “as divisas territoriais entre os Municípios de Parazinho e Pedra Grande obedecem às atuais Leis que criaram os referidos municípios, prevalecendo as Leis dos mais novos sobre os mais antigos” (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p.2), desta forma, a principal área de interesse da disputa territorial, a praia do Santo Cristo, imagem 6,

constitui um importante lugar turístico do município, atraindo sobretudo uma demanda turística internacional em função da prática de esportes radicais com prancha como *windsurf*, *kitesurf* e *stand up paddle*, com um relação direta para o processo de formação territorial pelo turismo do município.

### **IMAGEM 6 – VISTA DA PRAIA DE SANTO CRISTO, SÃO MIGUEL DO GOSTOSO – 2019**



**FONTE:** Acervo do autor (2019).

A história de formação do povoado que deu origem ao município data de 1884, 29 de setembro, dia de São Miguel, pelo missionário frei João do Amor Divino (IBGE, 2019a). O nome Gostoso, que veio incorporar a toponímia de São Miguel pela Lei Estadual nº 9992, de 05 de maio de 2001 em decorrência de um plebiscito público. De acordo com o IBGE (2019a, n.p.)

O nome Gostoso, segundo registros dos mais antigos, vem de um vendedor ambulante morador na localidade que pelo fato de viajar frequentemente, era considerado um homem bem informado sempre trazendo as notícias de outras regiões e as pessoas do povoado aguardando ansiosamente a sua chegada para se atualizarem das novidades. O fato é que o vendedor era um exímio contador de histórias, sempre acompanhadas de uma

risada extremamente gostosa e contagiante. Devido a sua risada característica, o vendedor ficou conhecido por Seu Gostoso e rapidamente o nome gostoso passou a denominar o novo povoamento.

O acréscimo “Gostoso” ao topônimo foi fundamental na construção da imagem do lugar turístico do município, uma vez que “[...] o Gostoso que surgiu como substantivo próprio transformou-se em adjetivo, agregando qualidade, prazer, satisfação e emoção a São Miguel do Gostoso, mesmo quando ainda era uma pequena vila de pescadores” (TAVEIRA, 2015, p. 75). O peso do adjetivo gostoso na composição do produto turístico pode ser verificado nos pacotes de passeio da Agência de Turismo Receptivo localizada neste município, a Gostoso Tur, que segundo Taveira (2015, p.77) esta agência “[...] possui passeios temáticos voltados para o cicloturismo de natureza ecológica, cujos principais passeios são: ‘Gostoso’, ‘Gostosão’, ‘Gostosinho’ e ‘Mais que Gostoso’”.

São Miguel do Gostoso é fruto da “onda do turismo potiguar” (FURTADO, 2005), no qual a vila de pescadores foi transformada em um destino turístico que teve como início com “[...] natalenses que haviam se mudado para o município com a pretensão de morar e passaram a receber amigos e parentes, que foram indicando o vilarejo a outras pessoas” (OLIVEIRA, 2017, p.133), no qual Almeida Filho (2014, p.96) destaca que a

[...] versão amplamente disseminada que as práticas turísticas em São Miguel do Gostoso tiveram início na década de 1990, quando Leonardo Godói, um velejador independente, natalense de origem, instalou-se na localidade e abriu a primeira pousada local, chamada de “Pousada do Gostoso”.

Em relação aos indicadores sociais o município possui o IDHM, para o ano de 2010, de 0,591, um pouco abaixo para a média do Litoral Norte que é de 0,596, no qual entra na classificação de município com desenvolvimento médio. Apesar de São Miguel do Gostoso aparentar à primeira vista que o turismo é a principal atividade econômica do município os dados do PIB de 2016, que para o ano foi de R\$ 344,58 milhões com um PIB *per capita* de R\$ 36.203,29, as atividades de Indústrias de transformação com as que mais adicionaram valor a produto interno de São Miguel do Gostoso, seguido das atividades de “eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação” e “demais serviços”, a atividade turística enquadra-se nesta última.

Por ser uma destino com grande visibilidade turística, São Miguel do Gostoso é o município com maior quantidade de trabalhos acadêmicos sobre a sua atividade turística, para a auxiliar no processo de da análise deste município foram selecionados seis trabalhos mais recentes, dos últimos seis anos, sendo uma tese de Doutorado em Ciências Sociais (TAVEIRA, 2015), uma dissertação de Mestrado em Turismo (OLIVEIRA, 2017), uma dissertação de Mestrado em Antropologia Social (ALMEIDA FILHO, 2014), um artigo em anais de eventos (MATIAS;CARVALHO, 2016) e um artigo em periódico (COSTA; FONSECA, 2019).

Na sede municipal de São Miguel do Gostoso encontram-se a maioria das praias turísticas do município, no qual essa área urbana constitui em si mesma um grande lugar turístico classificado, a partir da metodologia definida no primeiro capítulo, como estação turística, a imagem 7 traz uma representação gráfica do centro urbano e de suas praias, Ponta do Santo Cristo, do Carneiro, Da Xêpa e do Maceió.

### IMAGEM 7 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO CENTRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO – 2019



**FONTE:** O Portal São Miguel do Gostoso (2019).

Além das praias urbanas, outras duas praias fazem parte da rota turística micaelense de touros, são elas a praia de Tourinhos, imagem 8, distante 8km do centro, com acesso por uma estrada carroçável, e a praia Arraial do Marco, distante 27km, imagem 9, com difícil acesso pela RN-022, uma estrada carroçável que perpassa pela zona rural do município, imagem 10.

**IMAGEM 8 – PRAIA DE TOURINHOS, SÃO MIGUEL DO GOSTOSO-RN –  
2019**



**FONTE:** Acervo do autor (2019).

**IMAGEM 9- PRAIA ARRAIAL DO MARCO, SÃO MIGUEL DO GOSTOSO-RN  
- 2019**



**FONTE:** Acervo do autor (2019).

**IMAGEM 10 ACESSO PELA ZONA RURAL À PRAIA ARRAIAL DO MARCO,  
SÃO MIGUEL DO GOSTOSO-RN – 2019**



**FONTE:** Acervo do autor (2019).

A partir do trabalho de campo e na literatura consultada sobre São Miguel do Gostoso é possível verificar a existência do turismo no município, uma vez que há a presença de um território usado pelo turismo pelo Mercado e pelos Turista, nesse sentido, deve também ter a participação direta do Estado como resultado da tríade que compõem o lugar turístico.

Sobre a participação do Estado, destaca-se o projeto de município turístico que teve como justificativa para a sua emancipação a busca pelo desenvolvimento econômico pelo turismo, diferenciando dos outros municípios do Litoral Norte, inclusive a substituição do topônimo “Touros” para “Gostoso”, contribuindo para o plano de *marketing* turístico municipal, atribuindo o adjetivo gostoso em todas as ações que estão relacionada com essa atividade.

A partir do SIACOR é possível verificar a participação do Estado na consolidação desse projeto emancipatório do município em tela. No período de 2001-2017 São Miguel do Gostoso recebeu R\$ 3.829.522,60, o quarto maior

valor em repasses para o Litoral Norte, equivalente 15,4% do total da região e 1,8% para o Polo Costa das Dunas e 0,7% em relação ao Rio Grande do Norte (BRASIL, 2018).

O diferencial para o município não é a quantidade de recursos, mas sim sua aplicação e a periodicidade dos recursos, recebendo quantias em praticamente todos os anos do período investigado, com exceção de 2009, 2011 e 2017. O primeiro repasse ocorreu em 2001, uma quantia de R\$ 300.000,00 aplicado na melhoria da infraestrutura urbana do município urbanização da praia do gostoso.

O segundo repasse ocorreu quatro anos depois, o maior intervalo entre recursos, em 2005 no valor de R\$ 100.000,00 para a construção de um pórtico na entrada do município, que na entrada traz a mensagem “Venha pra cá, Gostoso é aqui” e na saída “Achou Gostoso... Volte sempre”, fazendo trocadilho com o nome do município, que faz parte da estratégia de marketing turístico no processo de imprimir uma marca de São Miguel do Gostoso.

O terceiro repasse em 2006, no valor de R\$ 100.000,00 foi utilizado urbanização do pórtico da entrada da cidade. em 2007 foram feitos dois repasses, o primeiro no valor de R\$ 136.500,00 aplicado na construção de praça e urbanização, o segundo no valor de R\$ 78.000,00 para urbanização da orla marítima do município. Em 2008 o repasse é de R\$ 126.750,00, utilizado para construção de praça. Em 2010 também ocorreram dois repasses, um de R\$ 185.250,00 e outro de R\$ 195.000,00, aplicados na urbanização da avenida dos Arrecifes, imagem 11, incluindo serviços de duplicação da avenida com iluminação e construção dos canteiros, que é a avenida principal do município, onde localizam-se muitas empresas turísticas, que é na verdade a rodovia estadual RN-221 que recebe esse nome ao entrar em São Miguel do Gostoso.

## IMAGEM 11- AVENIDA DOS ARRECIFES COM VISTA PARA A RUA DOS CAVALOS MARINHOS



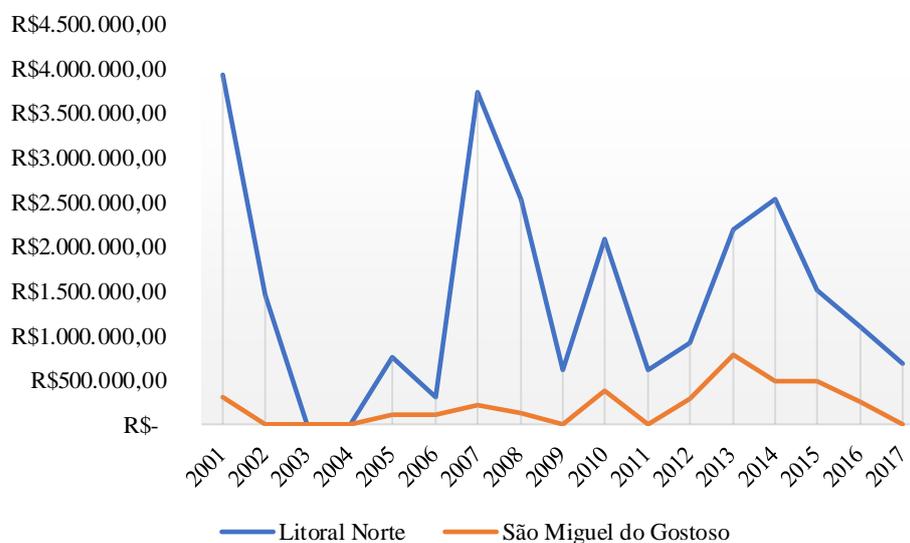
**FONTE:** Acervo do autor (2019).

O próximo repasse, de R\$ 292.500,00, ocorreu em 2012 e, também, foi utilizado na Avenida dos Arrecifes para a terceira de etapa da obra de urbanização, em 2013 o município recebe o maior repasse do período, R\$ 780.000,00 aplicados na quarta e quinta etapa da urbanização da entrada da cidade. Em 2014, com R\$ 487.500,00, é realizada a sexta etapa da obra de urbanização da Avenida dos Arrecifes. Em 2015 São Miguel do Gostoso recebeu dois repasses de R\$ 243.750,00, o primeiro foi aplicado fora do centro da cidade no Distrito de Reduto, destinado a pavimentação com drenagem pluvial da rua principal que dá acesso a Praia de Tourinhos, e o segundo foi destinado a implantação de sinalização turística.

Em 2016 o município recebeu os dois últimos repasses do SIACOR, o primeiro de R\$ 243.750,00 aplicado na pavimentação do trecho da rua que dá acesso à praia do Maceió, e o segundo R\$ 316.772,60 utilizado na construção de uma praça pública nesta mesma praia. O gráfico 12 mostra o comparativo da

evolução dos repasses entre São Miguel do Gostoso, representado pela linha laranja, e o Litoral Norte, representado pela linha azul.

**GRÁFICO 12 - EVOLUÇÃO DOS REPASSES DO SIACOR DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO E DO LITORAL NORTE– 2001-2017**



**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2018).

No gráfico é possível perceber que até 2009 São Miguel do Gostoso recebeu poucos repasses, em proporção ao Litoral Norte, o período de crescimento se inicia em 2010, seguindo a partir deste ano um padrão de oscilação dos repasses recebidos semelhantes ao do Litoral Norte. O resultado dos investimentos públicos para a infraestrutura turística do município, fortaleceu a oferta turística original do município para além do sol, da praia, e do vento no caso específico de São Miguel do Gostoso, contribuindo para o turismo ser uma realidade para a produção e organização do seu espaço geográfico.

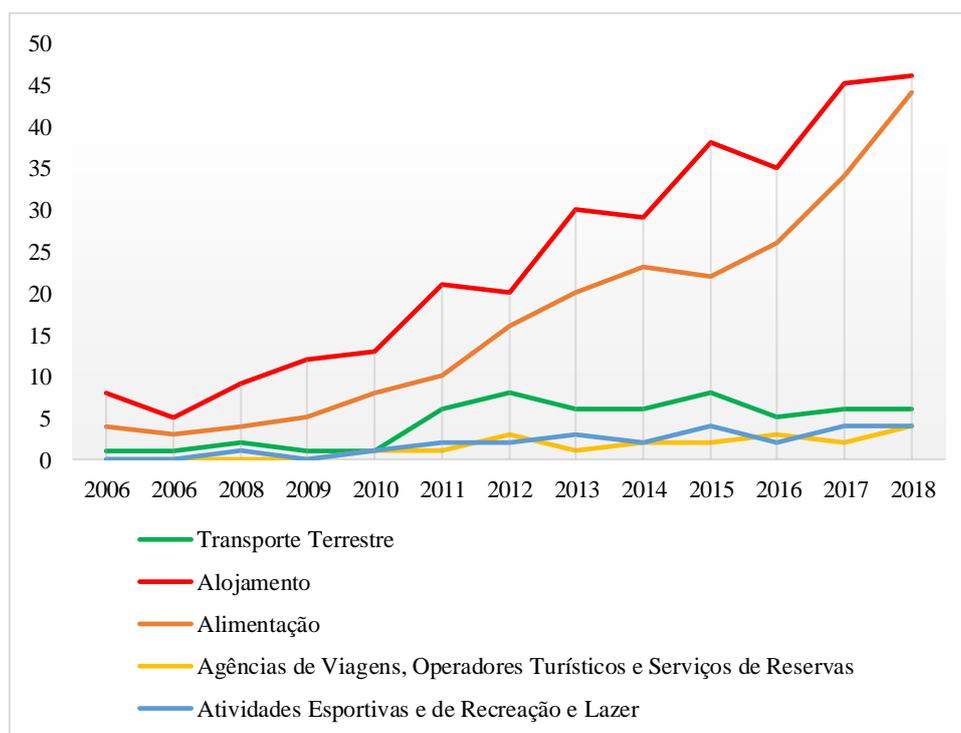
Com o Estado presente no processo de transformação do lugar em lugar turístico, resta verificar o papel do Mercado na composição do território usado pelo turismo, a partir da série histórica de 2006-2018 consultada na RAIS, verifica-se que levando em consideração ao ano de 2018, o município tinha 104 empresas turísticas, em relação ao total de empresas turísticas, essas corresponde a 27,2% do Litoral Norte, a 1,9% do Polo Costa das Dunas e 1,2% do Rio Grande do Norte (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020). Ressalta-se também o papel dos investimentos públicos no processo de atração da participação do Mercado, uma vez que em 2006 o município contava com

apenas 9 empresas turísticas, um aumento de 367,3% em relação ao ano de 2018, representando uma taxa média de crescimento anual de 23,8% (*ibidem*).

Ao longo do período observado o município não teve nenhum registro na RAIS para as empresas do setor de transporte aquaviário e aéreo e das que desenvolvem atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental. Levando em consideração o somatório de registros de empresas por ano do período de 2006-2018, a maior participação diz respeito as do setor de alojamento, somando 311, seguido do setor de alimentação, com 219, transporte terrestre com 57, atividades esportivas e de recreação e lazer com 25 e, por último, agências de viagem com 19 registros.

O gráfico 13 apresenta a evolução do número de empresas turísticas de São Miguel do Gostoso entre 2006 e 2018, no qual a linha verde representa o setor de transporte terrestre, a vermelha de alojamento, a laranja de alimentação, a amarela agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas e a azul as atividades esportivas e de recreação e lazer.

**GRÁFICO 13 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS TURÍSTICAS DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO - 2006-2018**

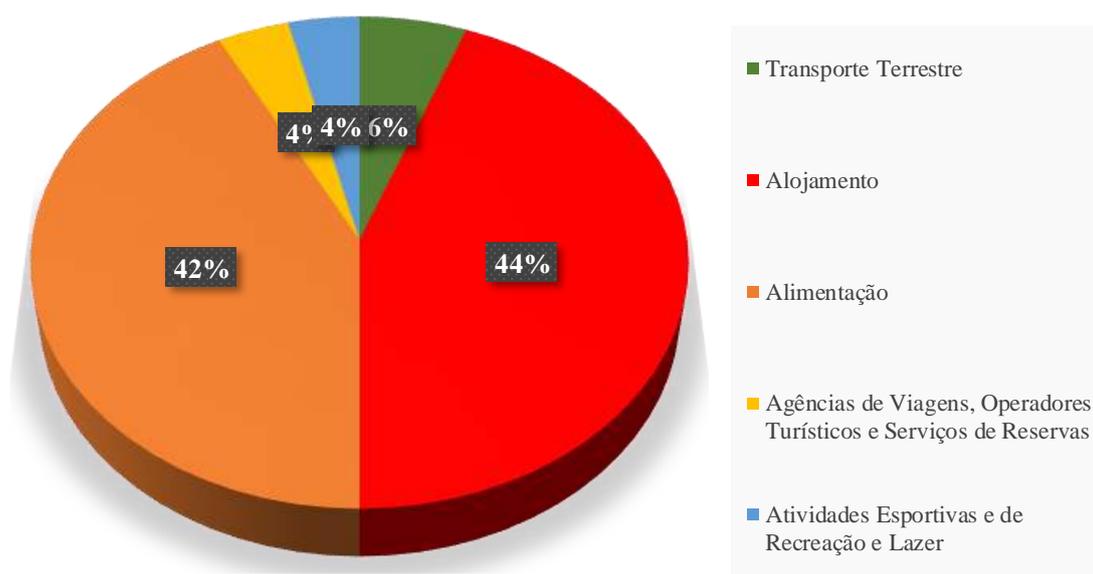


**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

Verifica-se que as empresas de transporte terrestre, agências de viagem e atividades esportivas mantiveram-se estáveis a partir de 2011. As empresas de alojamento e alimentação, que representam o principal tipo de serviços oferecidos aos turistas, experimentaram um rápido aumento a partir desde mesmo ano, principalmente este último setor, uma de 10 para 44 empresas, um aumento de 440%, enquanto as do setor de alojamentos mais do que dobraram, passando de 21 para 46, um aumento de 219%, num período de sete anos entre 2011 e 2018.

O gráfico 14 mostra a atual distribuição de empresas turísticas de São Miguel do Gostoso para 2018 de acordo com setor, sendo a cor verde para o setor de transporte terrestre, a vermelha de alojamento, a laranja de alimentação, a amarela agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas e a azul as atividades esportivas e de recreação e lazer.

**GRÁFICO 14 - DISTRIBUIÇÃO DE EMPRESAS TURÍSTICA, POR SETOR, DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO - 2018**



**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

O território usado pelo turismo em São Miguel do Gostoso, levando em consideração o ano de 2018, é composto majoritariamente pelas empresas de alojamento e alimentação, que somam 86% das empresas turísticas do município, 44% a primeira e 42% a segunda. Os outros 14% são distribuídos

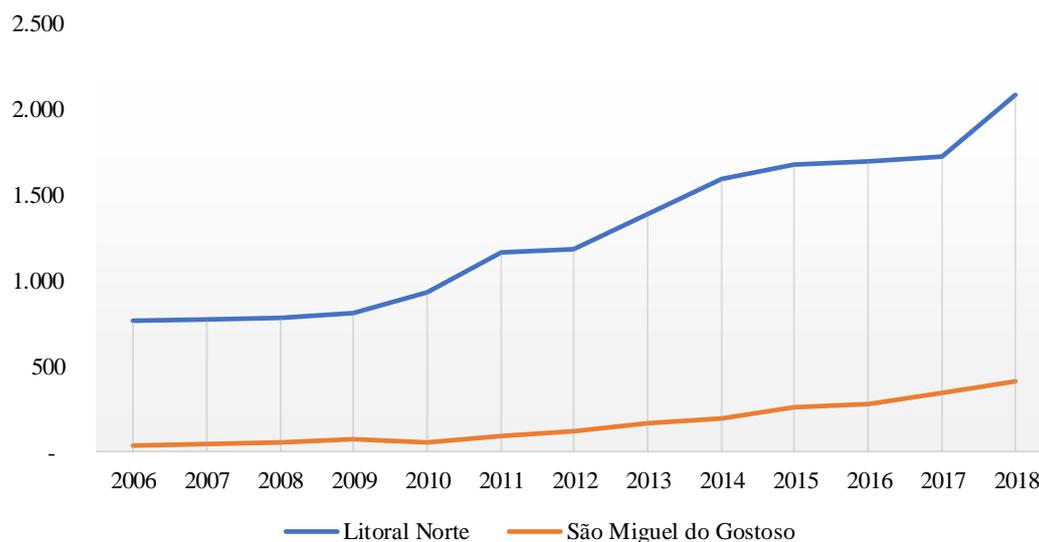
para as empresas de transporte terrestre, com 6%, e para as agências de viagens e atividades esportiva, com 4% cada.

Em relação ao número de vínculos em empresas de turismo, verifica que na somatória para o período de 2006 à 2018, São Miguel do Gostoso registrou 2.110 vínculos, sendo que na comparação de entre 2006 e 2018, este último ano apresenta um crescimento de 1102,9%, saltando de 34 vínculos para 409 neste último ano (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020), evidenciando que a evolução do número de vínculos está diretamente relacionada com a evolução do número de empresas e aos repasses do SIACOR.

Correlacionando vínculos turísticos de São Miguel do Gostoso, para o ano de 2018, com os do Litoral Norte, verifica-se que esses correspondem a 0,7% para o Rio Grande do Norte, 0,9% para o Polo Costa das Dunas e a 19,7% para o Litoral Norte (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020).

O gráfico 15 apresenta o comparativo da evolução do número de empregos turísticos entre o Litoral Norte, representado pela linha azul, e São Miguel do Gostoso, representado pela linha laranja. Embora o Litoral Norte apresente o número final de vínculos bem maior que São Miguel do Gostoso, o seu crescimento é mais lento, com uma taxa de crescimento média anual de 9%, enquanto o município apresenta uma taxa de 22,7% ao ano, destacando que para o município a velocidade de transformação do espaço geográfico pelo turismo foi mais rápido do que da média para a região.

### GRÁFICO 15 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS TURÍSTICOS DO LITORAL NORTE E DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO – 2006-2018



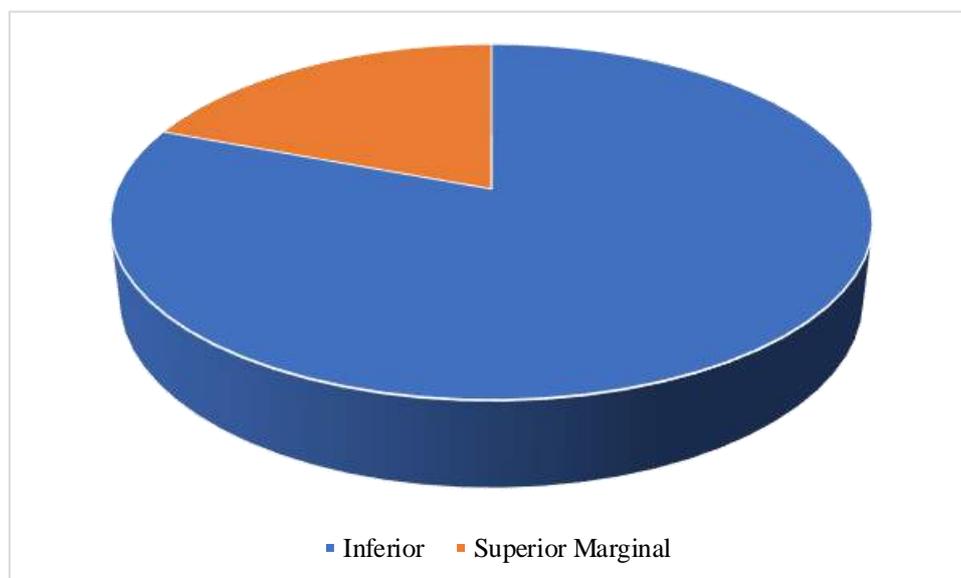
**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

Comparando o número de empregos turísticos para o ano de 2018, verifica-se que é o setor de alojamento que mais emprega, responsável por 67,7% dos vínculos, 277, seguido das empresas de alimentação, com 31,3%, 122. As demais empresas não apresentaram um número percentual significativo, 0,2% para o setor de transportes terrestres e agências de viagem, com 1 vínculo cada, e as atividades esportivas e de recreação e lazer com 0,5%, com 2 vínculos.

Levando em consideração o tamanho das empresas, ao cruzar o número de vínculos por estabelecimento, na somatória das empresas para todo o período observado, 2006-2018, verifica-se que a maioria das empresas são aquelas que não possuem empregados, 43,1%, e de 1 a 4 empregados, 40,9%. As empresas com 5 a 9 funcionários correspondem a 11,9%, as com 10 a 19, 3,2% e de 20 a 49, 1%, sendo esse o maior substrato de estabelecimentos encontrados no município.

Analisando os dados mais recentes, o ano de 2018, tem-se que a composição do território usado pelos circuitos da economia urbana aplicado ao turismo, o circuito inferior corresponde há 80,8%, com 88 empresas, e o superior marginal a 19,2%, com 20 empresas, apresentado no gráfico 16 com a cor azul representando o primeiro grupo e a laranja o segundo.

**GRÁFICO 16 - DISTRIBUIÇÃO DO TERRITÓRIO USADO PELOS  
CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA APLICADO AO TURISMO EM SÃO  
MIGUEL DO GOSTOSO – 2018**



**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

A composição dessas empresas, para o ano de 2018, por setor, verifica-se que o setor de alojamento é o que possui as maiores empresas, duas para a classificação de 10 e para de 20 a 49. As maiores empresas de alimentação possuem de 5 a 9 vínculos, tendo 3 empresas que se encaixam neste perfil. O quadro 10 mostra essa distribuição para o ano de 2018.

**QUADRO 10 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR VÍNCULOS EM  
SÃO MIGUEL DO GOSTOSO – 2018**

Vínculos	0	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 49
<b>Transporte terrestre</b>	5	1	-	-	-
<b>Alojamento</b>	12	17	13	2	2
<b>Alimentação</b>	18	23	3	-	-
<b>Agência de viagem</b>	3	1	-	-	-
<b>Atividades esportivas</b>	3	1	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>43</b>	<b>16</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

Apesar de ter-se elencado as empresas entre 0 e 4 funcionários como pertencentes ao circuito inferior, é necessário fazer uma ressalva para as que

compõem o setor de atividades esportivas e de recreação e lazer, uma vez que os equipamentos necessários para realizar essa prática esportiva como o *kitesurf*, *windsurf* e *stand up paddle* são extremamente caros, podendo custar dezenas milhares de reais um conjunto completo de equipamentos para um esportista, e sendo São Miguel do Gostoso um reduto para essas práticas, estima-se que apesar dessas empresas possuírem um baixo número de funcionários elas fazem parte do circuito superior marginal, em função da concentração e capital necessário para executar essas atividades, argumento reforçado por Almeida Filho (2014) que destaca que essa prática esportiva é procurada por turistas estrangeiros, que possuem um melhor poder de comprar, durante novembro a fevereiro, em função da ocorrência dos “[...]os melhores ventos para estas modalidades de esportes” (*ibidem*, p.27).

Apesar do turismo não ser atividade econômica com o maior valor adicionado ao PIB municipal, ela representa 28,6% dos empregos formais para o município para o ano de 2017, empregando 3,5% da população total estimada para 2017, desta forma, a atividade contribui diretamente para a dinâmica econômica do município.

O Estado e o Mercado estão presentes em São Miguel do Gostoso, nesse sentido, espera-se que os turistas estejam igualmente presente neste município. Com os dados da demanda turística, presente no Mapa do Turismo Brasileiro, verifica-se no quadro 11 os seguintes números para o município.

#### **QUADRO 11 – DEMANDA TURÍSTICA DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO – 2016-2019**

<b>ANO</b>	<b>DEMANDA NACIONAL</b>	<b>DEMANDA INTERNACIONAL</b>	<b>TOTAL</b>
<b>2016</b>	5.727	-	5.727
<b>2017</b>	5.385	3.168	8.553
<b>2019</b>	5.385	1.828	7.213

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2019).

Na composição da demanda turística, verifica-se que para a estimativa de 2017, com o melhor resultado, São Miguel do Gostoso tinha uma proporção de 0,9 turistas por habitante/ano, e considerando o *ranking* de destinos turísticos a partir da somatória da demanda turística total de 2019, verifica-se que ele ocupa a 32ª posição para o Rio Grande do Norte, 11º para o Polo Costa das Dunas e 6º para o Litoral Norte. Porém, levando em consideração apenas a demanda

turística internacional, o município salta para a terceira posição em relação ao estado e ao polo e para a primeira posição para a região.

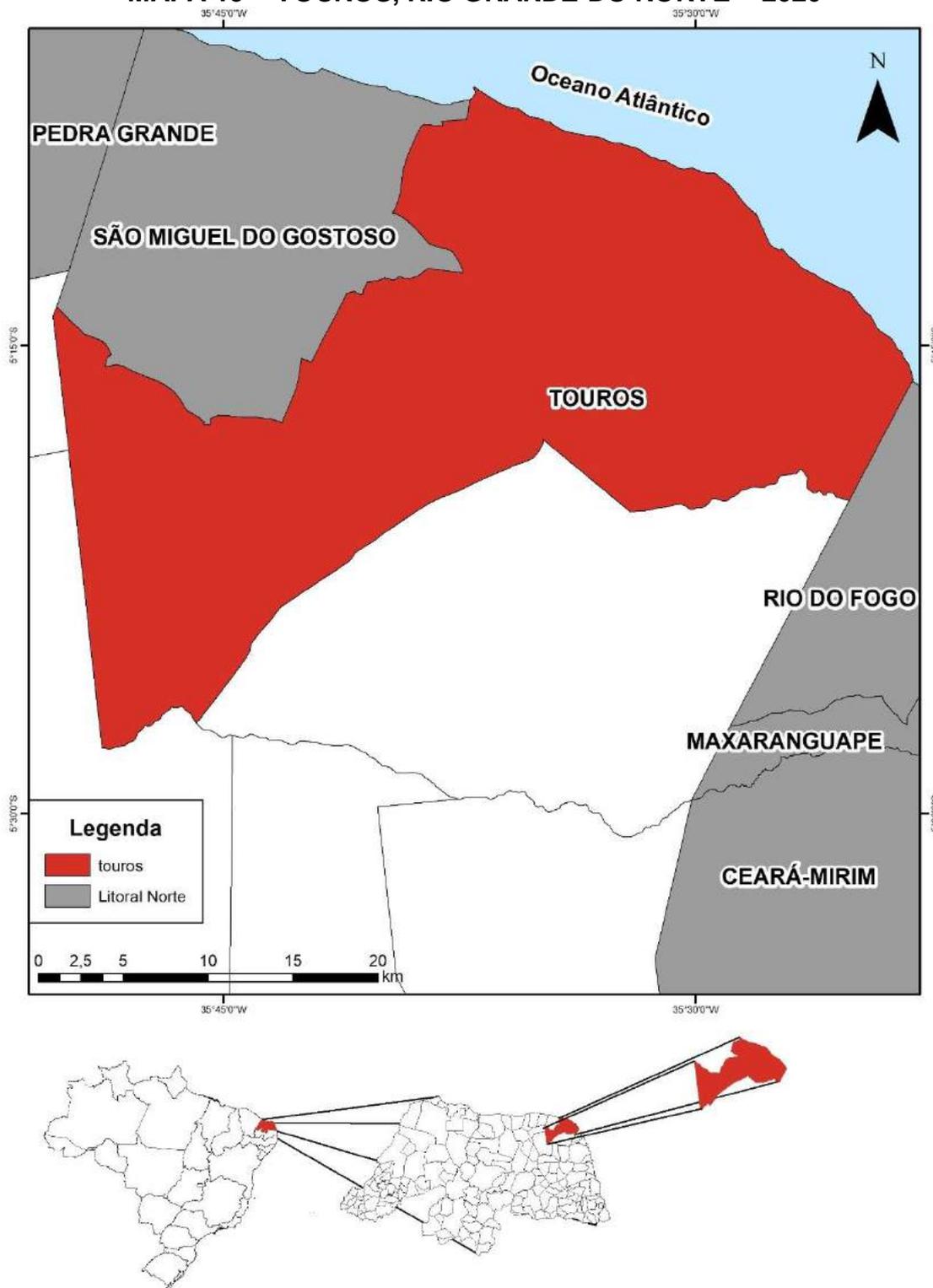
São Miguel do Gostoso, apesar ter um território usado por pequenas empresas, encontrou no turismo uma opção para o desenvolvimento econômico, caminhando para consolidar-se como um destino turístico independente de Natal, em função de sua demanda turística internacional, que procuram o município em função dos esportes radicais praticados com pranchas.

As ações que transformaram o centro da cidade em um lugar turístico é resultado direto da combinação do Estado, representado na esfera municipal teve na origem do seu processo emancipatório o turismo como uma atividade econômica símbolo da cidade, do Mercado, representado pelos primeiros investidores e os que vieram em seguida atraídos pela melhoria da infraestrutura urbana em função dos investimentos públicos decorrentes dos repasses do SIACOR, e dos turistas, que dentro do cenário competitivo de destinações turísticas de sol e praia encontram no município uma opção para suas viagens pelo litoral nordestino, sobretudo a demanda internacional, que movimenta o circuito de esportes radicais do município, materializando em seu território o processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo.

### 6.1.3 O caminho do turismo em Touros

O município de Touros, o terceiro do Litoral Norte no sentido norte-sul, localiza-se entre as latitudes 5° 6'53.18"S e 5°27'55.01"S e das longitudes 35°50'14.27"O e 35°23'6.27"O, conforme destaca o mapa 19. Em relação a sua área, é o maior município da região com 840,928 km<sup>2</sup>. Em relação a população, estimada para o ano de 2017, apresenta a segunda maior, com 34.043 habitantes (IBGE, 2019a).

MAPA 19 – TOUROS, RIO GRANDE DO NORTE – 2020



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2020).

O acesso a sede municipal, vindo de Natal, segue pela BR-101 indo sentido norte até o município de Touros, virando à direita, alguns quilômetros

antes do acesso ao município de São Miguel do Gostoso, na RN-023. A av. min. Paulo de Almeida Machado, que inicia no centro, dá acesso aos distritos litorâneos da Praia de Carnaubinha, Praia das Garças e Praia de Perobas.

A origem do nome do município, que foi desmembrado de Ceará-Mirim em 1 de abril de 1833, “segundo os mais antigos o nome Touros pode ter vindo da existência de um rochedo situado na praia com as formas de uma cabeça de touro, ou foi dado pelos portugueses numa referência a um grande rebanho de gado existente na região” (IBGE, 2019, n.p.).

Em relação aos indicadores sociais o município possui o IDHM, para o ano de 2010, de 0,591, um pouco abaixo para a média do Litoral Norte que é de 0,572, no qual entra na classificação de município com desenvolvimento médio, mas ainda abaixo para a média da região do Litoral Norte, que é de 0,596. O PIB para o município, para o ano de 2016, foi de R\$ 122,9 milhões, o segundo maior da região, com o terceiro maior PIB *per capita* da região, de R\$ 16.075,71, tendo como principal atividade com valor adicionado ao bruto a “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” seguido dos “Demais serviços” e das “Indústrias de transformação” (IBGE, 2019b), ou seja, é um município com forte dependência econômico da folha de pagamento do funcionalismo público, característica predominante dos municípios do interior do Rio Grande do Norte.

A atividade turística de sol e praia de Touros não se encontra na sede municipal, mas sim nos distritos litorâneos. A praia de Carnaubinha possui uma tipologia de território usado pela segunda residência, imagem 12, comum a muitas praias do litoral potiguar. Na praia de Garças, localiza-se o *resort all inclusive* Vila Galé, imagem 13, o maior empreendimento turístico do Litoral Norte e do Rio Grande Norte. A praia de Perobas, imagem 14, uma praia voltada para turistas a passeio que estão hospedados tanto em Natal, quando em São Miguel do Gostoso.

**IMAGEM 12 – CASAS DE SEGUNDA RESIDÊNCIA PRAIA DE CARNAUBINHA, TOUROS – 2019**



**FONTE:** Acervo do autor (2019).

**IMAGEM 13 - RESORT ALL INCLUSIVE VILA GALÉ, PRAIA DAS GARÇAS, TOUROS – 2020**



**FONTE:** Vila Galé (2020).

**IMAGEM 14 – PRAIA DE PEROBAS, TOUROS - 2019**

**FONTE:** Acervo do autor (2019).

Análise do processo de transformação do lugar em lugar turístico inicia pelo reconhecimento da tríade que compõe o território usado pelo turismo, no qual, o primeiro componente é o Estado identificado pelos contratos de repasses. Segundo os dados do SIACOR, Touros entre 2001 e 2017 recebeu apenas R\$ 409.500,00, a segunda menor quantia para a região, ficando na frente apenas do seu município vizinho ao sul, Rio do Fogo. Touros recebeu o equivalente à 0,08% do total de contratos para Rio Grande do Norte; 0,19% para Polo Costa das Dunas e 1,64% em relação ao Litoral Norte.

O município recebeu apenas dois repasses, um em 2007 no valor de R\$ 117.000,00, aplicado na urbanização de orla marítima, e o segundo três anos depois, em 2010, no valor de R\$ 292.500,00, também aplicado na urbanização da orla.

Em função da baixa participação do Estado, a atividade turística no município não é expressiva, a grande exceção trata-se do hotel Vila Galé, uma rede *resorts* pelo mundo, um investimento direto do circuito superior do turismo,

de capital português, aplicando um montante de R\$100 milhões reais, construído numa área de 100mil m<sup>2</sup>. Os investidores, no início de sua construção em 2016, acreditavam na retomada da economia norterio-grandense e que o funcionamento do hotel iria propiciar uma nova fase para o turismo no estado (TRIBUNA DO NORTE, 2016). O hotel foi inaugurado em 1 de setembro de 2018, numa cerimônia que contou com a presença das seguintes figuras públicas:

Rogério Coser, Diretor do departamento de ordenamento do Ministério do Turismo; Rondinelle Oliveira, Diretor geral do IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte; o Prefeito de Touros, Francisco de Assis Pinheiro; José Odécio, Presidente da ABIH-RN – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte; Tatiana Mendes, Secretária do Gabinete do Governo do estado do Rio Grande do Norte, o Secretário de Turismo do Rio Grande do Norte, Manoel Gaspar, entre outros. O Diretor geral de Produtos do Grupo CVC, Claiton Armelin esteve presente e subiu ao palco representando os agentes e operadores de viagens. (REVISTA HOTÉIS, 2018, n.p.).

Como os dados da série histórica consultada na RAIS vão até 2018, ainda não é possível verificar com precisão o impacto do hotel para o município no que diz respeito ao seu poder de atração de novas empresas turísticas. Na consulta realizada, o município tinha na somatória do período, de 2006-2018, 477 empresas turísticas, uma média de 36,7 estabelecimentos por ano.

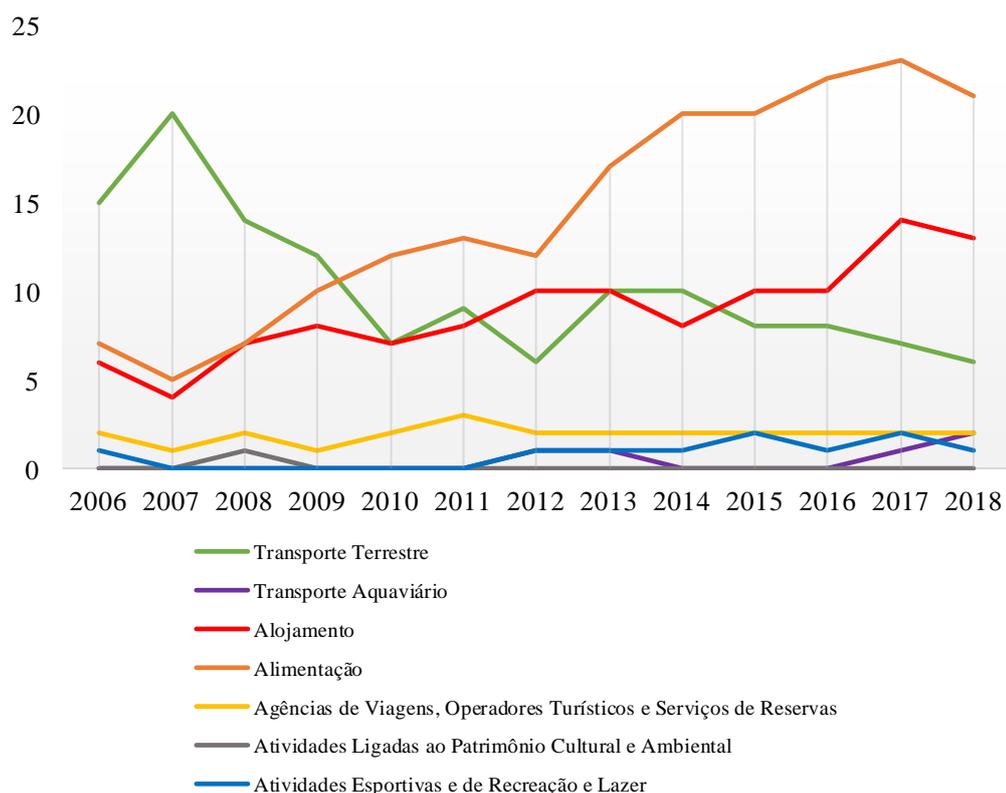
No comparativo com os números de empresas turísticas para o ano 2018, em que Touros detinha 45 empresas, essas representavam 0,5% do total para o Rio Grande do Norte, 0,8% para o Polo Costas das Dunas e 11,8% para o Litoral Norte. Entre o ano de 2006 e 2018 houve pouca variação do número de estabelecimentos, uma diferença de 45%, indo de 31 para 45, como uma taxa média de crescimento anual de 3,6% (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020).

No que diz respeito a composição dessas empresas, o município não registrou empresas no setor de transporte aéreo. Os setores mais representativos, na somatória do período observado, em ordem decrescente, Alimentação, com 189, Transporte Terrestre, com 132, Alojamento, com 115, Agências de Viagem, com 25, Atividade Esportiva, com 10, Transporte Aquaviário, com 5 e Atividades ligadas ao Patrimônio ambiental, com apenas um estabelecimento, registrado no ano de 2008.

O gráfico 17 mostra a evolução do número de empresas turísticas em Touros, para o período de 2006-2018, no qual o setor de transporte terrestre,

representado pela cor verde, começou a declinar a partir de 2007, fechando a série com o pior resultado, 6 estabelecimentos, o mesmo valor para 2012. O setor de transporte aquaviário, representado pela cor roxa, é presente em alguns anos, 2012, 2013 e 2017 com 1 estabelecimento e fechando 2018 com 2 registros. O setor de alojamento, representado pela cor vermelha, passou por um período de crescimento a partir de 2007, com algumas oscilações, atingindo o ápice em 2017 com 14 estabelecimentos e fechando 2018 com 13.

### GRÁFICO 17 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS TURÍSTICAS EM TOUROS - 2006-2018



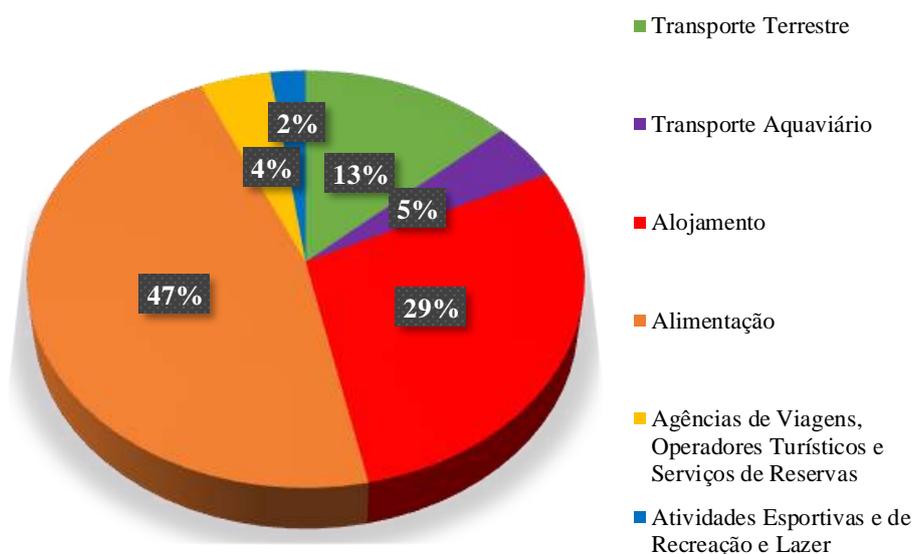
**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

O setor de alimentação, representado pela cor laranja, foi o que apresentou o maior crescimento no período observado, com o ápice do crescimento também em 2017, com 23 estabelecimentos, e fechando o período em queda, com 21 para 2018. As agências de viagens, representadas pela cor amarela, tiveram um período de oscilação entre 2006 e 2011, quando atinge o ápice com 3 agências, decaindo no ano seguinte e estabilizando em 2 agências

no restante do período. As atividades esportivas apresentam um registro em 2006, depois voltam a aparecer em 2012 com 1 registro, oscilando entre 1 e 2 em a partir de 2014, fechando a série com apenas 1 registro.

O gráfico 18 mostra a atual distribuição de empresas turística de Touros para 2018 de acordo com setor, sendo a cor verde para o setor de transporte terrestre, roxa para o transporta aquaviário, vermelha de alojamento, a laranja de alimentação, amarela agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas e azul as atividades esportivas e de recreação e lazer.

**GRÁFICO 18 - DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS TURÍSTICAS, POR SETOR, EM TOUROS - 2018**



**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

Apesar de poucas empresas turísticas, e essas concentradas nos setores de alimentação e alojamento, para o ano de 2018, Touros apresenta um cenário diversificado, contendo empresas em quase todos os setores consultados na RAIS. Em relação ao número de vínculos, apresentou na somatória do período analisado, 2006-2018, 1.864 empregos turísticos. Entre o ano de 2006 e 2018, o município registrou um aumento de 289%, indo de 139 para 541, um dos setores que apresentou o maior crescimento foi o de alojamento, que em 2017 apresentava 151 vínculos e em 2018, ano de inauguração do hotel Vila Galé, saltou para 436, um aumento de 285 vínculos, equivalente a 188%. No comparativo com os números de vínculos em empresas

turísticas para o ano 2018, esses representavam do total para o Rio Grande do Norte 0,9%, para o Polo Costa das Dunas, 1,2% e para o Litoral Norte 26% (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020). O gráfico 19 apresenta a evolução desses vínculos para o município no período de 2006 a 2018.

**GRÁFICO 19 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS TURÍSTICOS EM TOUROS – 2006-2018**



**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

O gráfico 20 apresenta o mesmo esquema de cores do gráfico anterior para representar os setores das empresas turísticas. O número de vínculos das empresas dos setores de transporte terrestre e aquaviário, agências de viagens e atividades esportivas, manteve-se estável durante o período observado, para os setores de alojamento e alimentação, que apresentavam os maiores números entre os setores pesquisados, mantiveram a partir de 2007 praticamente o mesmo padrão evolutivo até 2015, quando o setor de alojamento começa a apresentar uma taxa de crescimento mais elevada até 2017. Em 2018 ocorre um pico de crescimento dos vínculos do setor de alojamento, estando diretamente relacionados com o funcionamento do hotel *resort* da praia das Garças.

Levando em consideração o tamanho dos estabelecimentos a partir do seu número de vínculos, para a somatória do período de 2006 a 2018, verifica-se que a maioria das empresas, 58,9%, são as que não possuem funcionários, seguidas das com 1 a 4 funcionários, 25,8%, as com 5 a 9 representam 9%, as

com 10 a 19, 4,4%, as com 20 a 49, 1%, com 50 a 99, 0,6 e com 250 a 499, 0,2%, resultando desta forma, numa predominância pelo território usado pelo circuito inferior do turismo, seguido pelo superior marginal, e em menor quantidade, do superior, conforme destaca o quadro 12.

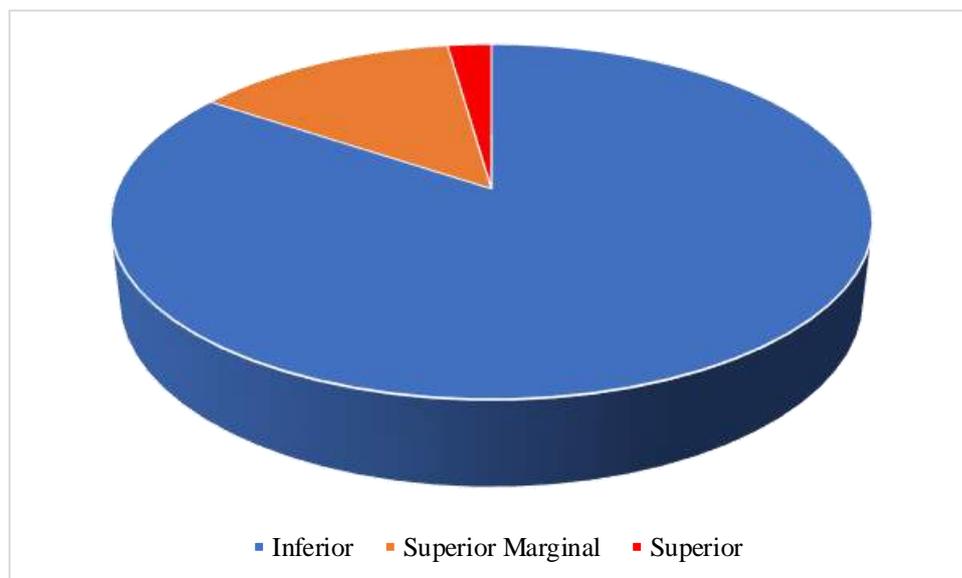
**QUADRO 12 – DISTRIBUIÇÃO DA QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS POR NÚMERO DE VÍNCULOS NA SOMATÓRIA DO PERÍODO PARA TOUROS – 2006-2018**

VÍNCULOS	ESTABELECIMENTOS	%	CIRCUITO
<b>0 empregado</b>	281	58,9	INFERIOR
<b>de 1 a 4</b>	123	25,8	
<b>de 5 a 9</b>	43	9,0	SUPERIOR MARGINAL
<b>de 10 a 19</b>	21	4,4	
<b>de 20 a 49</b>	5	1,0	
<b>de 50 a 99</b>	3	0,6	SUPERIOR
<b>de 100 a 249</b>	0	-	
<b>de 250 a 499</b>	1	0,2	
<b>TOTAL</b>	<b>477</b>	<b>100,0</b>	

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

Analisando os dados mais recentes, o ano de 2018, a composição do território usado pelos circuitos da economia urbana do turismo, o circuito inferior corresponde há 84,4%, com 36 empresas, representado no gráfico 20 pela cor azul, o superior marginal a 13,3%, com 6 empresas, representado pela cor laranja, e o superior com 1 empresa, representado pela cor vermelha, justamente o hotel resort Vila Galé, a maior empresa turística do Litoral Norte em número de vínculos.

**GRÁFICO 20 - DISTRIBUIÇÃO DO TERRITÓRIO USADO PELOS  
CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA APLICADO AO TURISMO EM  
TOUROS – 2018**



**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

A composição dessas empresas, para o ano de 2018, por setor, verifica-se que embora o setor de alojamento não seja o com maior número de empresas é o que a apresenta a maior, classificada entre 250 a 499 vínculos, e a segunda maior, classificada com 20 a 49 vínculos. O quadro 13 mostra essa distribuição para o ano de 2018.

**QUADRO 13 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR VÍNCULOS EM  
TOUROS – 2018**

Vínculos	0	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 49	250 a 499
<b>transporte terrestre</b>	3	3	-	-	-	-
<b>transporte aquaviário</b>	1	1	-	-	-	-
<b>alojamento</b>	8	1	1	2	-	1
<b>alimentação</b>	4	14	2	-	1	-
<b>agências de viagens</b>	2	-	-	-	-	-
<b>atividade esportiva</b>	1	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>193</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

Com exceção do *resort hotel Vila Galé*, o município de Touros no período observado, tanto em relação aos repasses do SIACOR quanto aos dados da RAIS, não é um município para o qual o turismo consistia uma atividade

econômica significativa, uma vez que os empregos formais em empresas de turismo, para o ano de 2017, excluindo desta forma os empregos gerados pelo *resort* português, representavam apenas 7,8% do total dos empregos formais, levando em considerado os empregos gerados pelo hotel em 2018, 285 no setor de alojamentos e 40 no setor de alimentação, verifica-se que o pessoal ocupado sobe em empresas de turismo passa a representar 19% do total dos empregos formais, desta forma, a tendência que a partir de 2018 os dados estatísticos possam desvelar um novo cenário para o município, no qual o turismo deixa de ser uma atividade econômica incipiente para uma importante atividade econômica para o município.

O Estado, por meio dos repasses do SIACOR, foi praticamente ausente, o mesmo vale para o Mercado, que só passa a se interessar pelo município, desta forma, esperava-se que a presença dos turistas acompanhe esse movimento, aumentando a demanda a partir de 2018, exclusivamente em função do Vila Galé. Com os dados da demanda turística do município, presente no Mapa do Turismo Brasileiro, verifica-se, no quadro 14, os seguintes números para o município.

#### QUADRO 14- DEMANDA TURÍSTICA DE TOUROS – 2016-2019

ANO	DEMANDA NACIONAL	DEMANDA INTERNACIONAL	TOTAL
2016	40.086	-	40.086
2017	31.930	207	32.137
2019	31.930	136	32.066

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2019).

O município de Touros possui uma demanda turística relativamente elevada, para o ano de 2019, em relação a demanda turística total, estava na 17º posição do Rio Grande do Norte, 7º em relação ao Polo Costa das Dunas, e o 2º para o Litoral Norte, porém, a partir da comparação de sua demanda total, entre 2016 e 2019 verifica-se que ela não aumento com a presença do hotel, ao contrário, reduziu 20% em relação a 2016.

A alta demanda turística do município pode estar relacionada a dois fatores, o primeiro aos turistas que frequentam a praia de Perobas, na qual tem

a opção de realizar passeios e mergulho no parracho<sup>44</sup> de Perobas (OLIVEIRA; SILVA, 2016), e principalmente na visitar o Farol do Calcanhar de Touros, o segundo maior do Brasil, cujo acesso se dá por uma estrada a direita do quilometro zero da BR-101, tanto o farol como o marco zero da rodovia federal são pontos de paradas de ônibus de excursão, imagem 15, com turistas hospedados em Natal.

**IMAGEM 15 – PARADA DE ÔNIBUS DE EXCURSÃO TURÍSTICA NO FAROL DO CALCANHAR, TOUROS - 2019**



**FONTE:** Acervo do autor (2019).

A prática turística para o município de Touros até 2017, consistia em uma atividade econômica esporádica, dependente mais de visitantes em passeios pelo parracho de Perobas ou pelo Farol do Calcanhar, do que dos poucos turistas que visitavam suas praias.

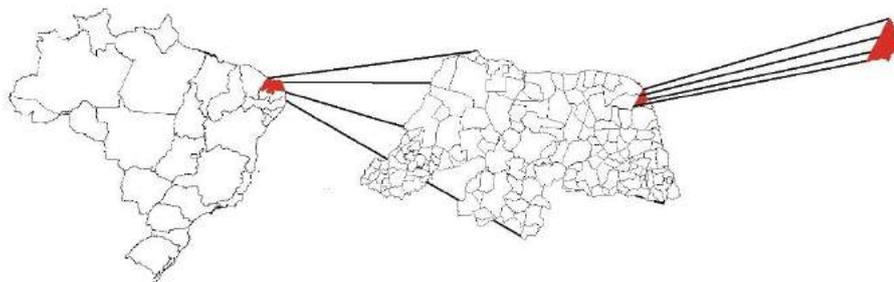
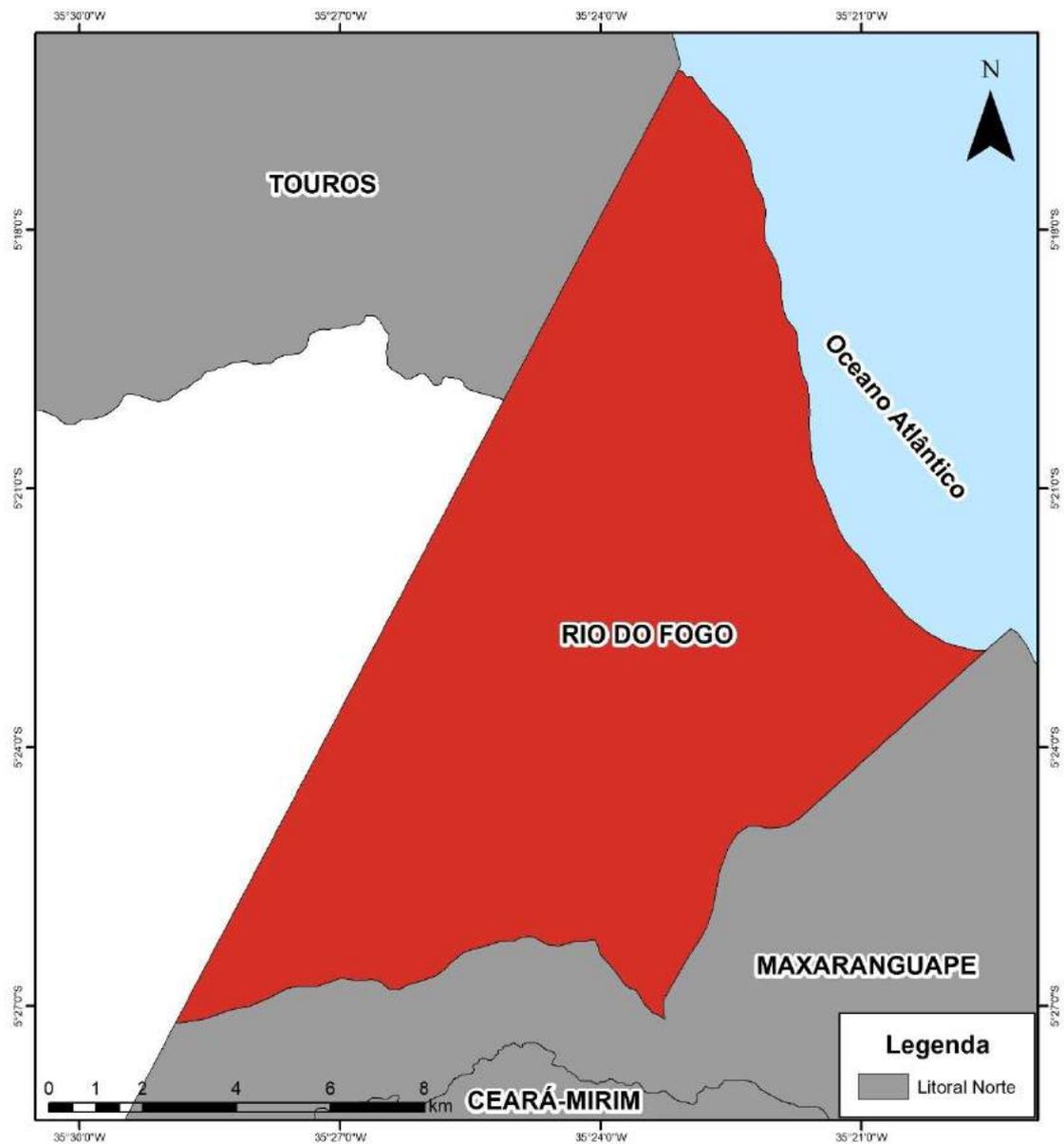
---

<sup>44</sup> Os parrachos são formados por recifes de corais que são ambientes sensíveis, com relevância ecológica por sua biodiversidade, e importantes para as atividades de turismo e pesca. (SILVA, 2014, p.46).

A vinda de um grande empreendimento de capital estrangeiro de uma típica empresa do circuito superior do turismo poderá mudar esta realidade, colocando o município na rota internacional do turismo, competindo no mercado de *resorts all inclusive*, com acesso facilitado ao Aeroporto Internacional Aluísio Alves, em São Gonçalo Amarante, uma distância de 85 km, num percurso de 1 hora e 18 minutos de carro, não muito distante, em relação ao tempo, do traslado desse aeroporto a praia de Ponta Negra, onde localiza-se a região concentrada do turismo do Rio Grande do Norte, que é de 1 hora, para um trajeto de 37 km, que passa por zonas de congestionamento pela grande Natal.

#### 6.1.4 O caminho do turismo em Rio do Fogo

O município de Rio do Fogo, o quarto do Litoral Norte no sentido nortesul, localiza-se entre as latitudes 5°27'6.96"S e 5°16'16.80"S e das longitudes 35°28'47.32"O e 35°19'39.33"O, conforme apresentado no mapa 20. Em relação a sua área, é o terceiro menor município da região, com uma área de 151,096 km<sup>2</sup>. A sua população estimada para o ano de 2017 também é a terceira menor, com 10.901 habitantes (IBGE, 2019a).

**MAPA 20 - RIO DO FOGO, RIO GRANDE DO NORTE – 2020**

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O acesso a sede municipal, vindo de Natal, segue pela BR-101 indo sentido norte até ao retorno para a RN-021, no município de Touros, seguindo nesta rodovia até alcançar o centro da cidade. A praia de Zumbi, imagem 16, a principal praia em relação ao turismo do município, fica distante 8 km da sede, o seu acesso também em relação ao centro da cidade é retornando para a RN-021, por quilômetros, entrando a esquerda por uma estrada carroçável por 6 quilômetros, até chegar à Rua da Praia, acesso principal a esta praia. O acesso à praia de Zumbi também pode ser feito entrando a direita numa rodovia pavimentada não nomeada, que se torna a Av. Zumbi ao chegar à Praia de Zumbi, cujo acesso é 10 km antes, vindo de Natal, ao acesso a RN-021, em função da infraestrutura e pela proximidade a capital, esse é o principal acesso a essa praia.

#### **IMAGEM 16 – PRAIA DE ZUMBI, RIO DO FOGO – 2012**



**FONTE:** Google Earth (2020).

A formação do município remonta ao ano de 1877, quando quatro famílias fugindo da seca do sertão potiguar seguiram em direção ao litoral, alcançando a região banhada pelo Rio Roxo,

sertanejas mantinham seu sustento através de pescaria numa grande lagoa existente nas proximidades. No caminho para as pescarias noturnas, avistavam com frequência aparições de um grande círculo de fogo em torno da lagoa com conotação de um autêntico fenômeno sobrenatural. A partir disso, os habitantes

pioneiros passaram a chamar a lagoa de lagoa do Rio do Fogo e conseqüentemente o pequeno rio recebeu o nome oriundo do fenômeno e passou a se chamar Rio do Fogo, originando o nome da localidade. (IBGE, 2019a, n.p).

O povoamento de Rio do Fogo pertenceu a Touros até 1958, ano em que é emancipado o distrito de Maxaranguape pela Lei Estadual N. 2.329 de 17 de dezembro 1958, no qual o povoado passa a pertencer a esse novo município. Em 21 de dezembro de 1995, Rio do Fogo é elevado à categoria de município e distrito pela Lei Estadual N. 6.842, sendo o município mais novo do Litoral Norte.

Em relação aos indicadores sociais o município possui o IDHM, para o ano de 2010, de 0,569, o segundo pior resultado para a região, ficando somente a frente de Pedra Grande, o mesmo acontece para o PIB e PIB *per capita* para ano de 2016, o primeiro de R\$108,8 milhões e o segundo de R\$ 10.042,47, superior apenas aos resultados obtidos por Maxaranguape, levando em consideração a combinação de resultados do IDHM, PIB e PIB *per capita*, Rio do Fogo é o município mais pobre do Litoral Norte, pois apesar de Pedra Grande ter um péssimo IDHM possui o melhor PIB *per capita* do Polo, e Maxaranguape apesar de registrar o pior PIB apresenta o terceiro melhor IDHM da região.

Os baixos resultados nos indicadores sociais e econômicos do município podem ser verificados na paisagem urbana de sua praia, na sede municipal, que ao contrário da praia de Zumbi, um espaço em que ocorre a presença de investimentos imobiliários de capital europeu (JUNIOR SANTOS, 2015), apresenta um espaço desgastado pela ação natural do tempo, ausência saneamento básico, conforme registrado na imagem 17, ausência de equipamentos necessários para a prática do turismo de sol de praia, além destes dois elementos naturais, destacado na imagem 18, um lugar onde a pesca artesanal em jangadas e em pequenas embarcações, destacado no plano de fundo da imagem 19, ainda é a principal forma de território usado da praia e do mar.

**IMAGEM 17 – ACESSO A PRAIA DE RIO DO FOGO, RIO DO FOGO – 2017**

**FONTE:** Acervo do autor (2017).

**IMAGEM 18 – VISTA DA PRAIA DE RIO DO FOGO, RIO DO FOGO – 2017**

**FONTE:** Acervo do autor (2017).

**IMAGEM 19 – JANGADAS E PEQUENAS EMBARCAÇÕES NO MAR DA PRAIA DE RIO DO FOGO, RIO DO FOGO – 2017**



**FONTE:** Acervo do autor (2017).

As atividades econômicas de Rio do Fogo que mais adicionaram valor na composição do PIB municipal, são a “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” seguido dos “Demais serviços” e das “Produção florestal, pesca e aquicultura” (IBGE, 2019b), em 2017 o valor de produção da aquicultura do município foi de apenas R\$ 96 mil, sendo tilápia a única espécie com valor computado, no qual Rio do Fogo foi responsável por 12 toneladas do pescado para o ano, contra 2,1 mil toneladas desta mesma espécie para o estado (IBGE, 2020a).

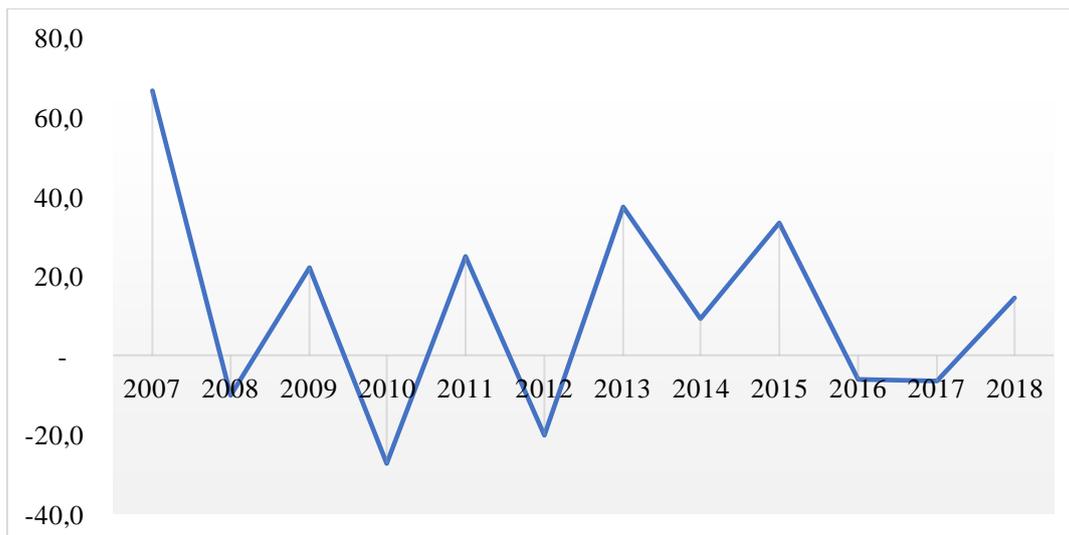
O baixo valor adicionado da atividade pesqueira, equivalente a R\$ 8,80 *per capita* para 2017, que é ramo da economia com terceiro maior valor adicionado ao município desvela a situação de subdesenvolvimento que se encontra Rio do Fogo e a sua dependência econômica em relação as atividades ligadas a administração pública.

A prática turística, que compõe o ramo dos demais serviços, agrupamento com o segundo maior valor adicionado ao bruto em 2016, apresenta-se como uma realidade distante do cotidiano do município, pois se a participação do Estado é um dos elementos principais para compor a tríade do território usado pelo turismo, em Rio do Fogo sua presença é praticamente nula, pois o município recebeu a menor quantia de repasses de todo Polo Costa das Dunas, apenas R\$ 126.000,00, no ano de 2001, sem especificação de sua aplicação. O valor recebido pelo município equivale do total dos 0,02% para o Rio Grande do Norte, 0,06% para o Polo Costa das Dunas e 0,51% para o Litoral Norte, dos repasses recebidos respectivamente (BRASIL, 2018).

A falta do interesse do Estado em promover a atividade turística no estado é visível na composição do número de empresas turísticas, conforme os dados disponíveis na RAIS, no período de 2006-2018, nos dados consultados, Rio do Fogo tinha na somatória do período, 146 empresas turísticas, uma média de 11,2 estabelecimentos por ano, o segundo resultado mais baixo da região, ficando somente a frente de Pedra Grande, onde a atividade turística é praticamente inexistente.

Ao comparar o número empresas turísticas para o ano 2018, Rio do Fogo tinha 16 empresas, essas representavam, do total, para ano do 0,2% para o Rio Grande do Norte, 0,3% para o Polo Costas das Dunas e 4,2% para o Litoral Norte. Entre o ano de 2006 e 2018 houve um incremento percentual de 166% no número de estabelecimentos turísticos, porém, essa variação em valores reais é de apenas 10 estabelecimentos, indo de 06 para 16, como uma taxa crescimento anual que oscilava entre resultados positivos e negativos, conforme apresenta o gráfico 21, fechando o período com uma taxa média de crescimento de 11,5% (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020).

**GRÁFICO 21 - TAXA DE CRESCIMENTO EM % DO NÚMERO DE EMPRESAS TURÍSTICAS DE RIO DO FOGO – 2006-2018**



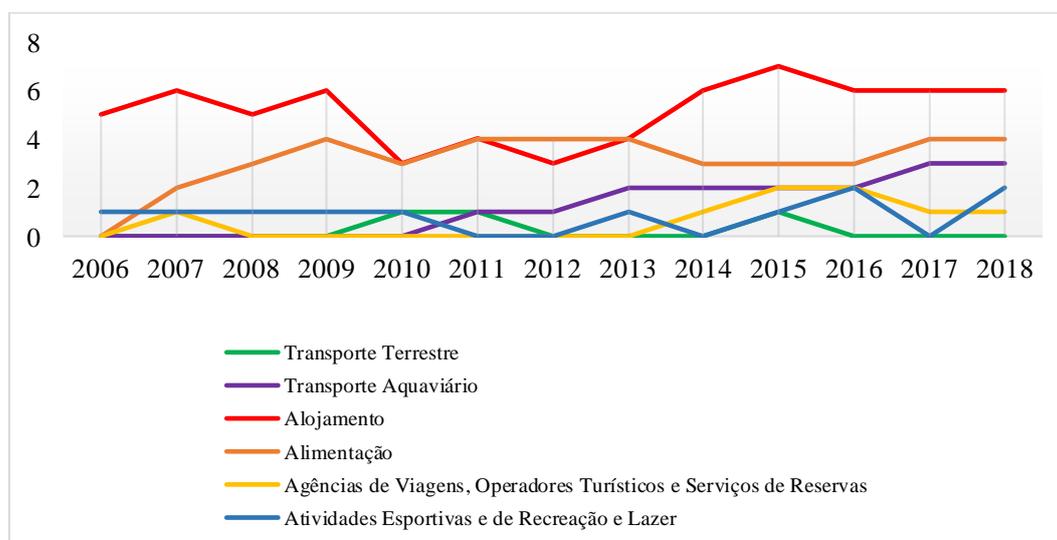
**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

Na composição por setores das empresas turísticas, para Rio do Fogo, a somatória do período observado 2006-2018, em ordem decrescente, apresenta como resultado: Alojamento, com 67; Alimentação, com 41; Transporte Aquaviário, com 16; Atividade Esportiva, com 11; Agências de Viagem, com 8 e Transporte Terrestre, com 3. Os setores de Transportes Aéreo e Atividades ligadas ao Patrimônio ambiental não tiveram nenhum estabelecimento registrado.

Para a evolução do número dos estabelecimentos turísticos em Rio do Fogo, destacado no gráfico 22, para o período de 2006-2018, o setor de alojamento, o mais representativo para o município, representado pela cor vermelha, apresentou um período de declínio entre 2010 e 2013, voltando crescer no ano seguinte e atingindo o ápice em 2015, com 7 estabelecimentos, reduzindo para 6 no ano seguinte e estabilizando nesse valor até o final do período, em 2018.

O setor de alimentação, o segundo mais importante, representado pela cor laranja, cresceu gradativamente entre 2006 a 2009, indo de 0 a 4 estabelecimentos, oscilando nos anos seguintes em períodos com 3 e 4 empresas, fechando o período com este último valor. O setor de transportes aquaviário, com o segundo melhor resultado, representado pela cor roxa, apresentou um crescimento constante a partir de 2011, primeiro ano com registro positivo, indo de 1 estabelecimento para 3 no final do período observado.

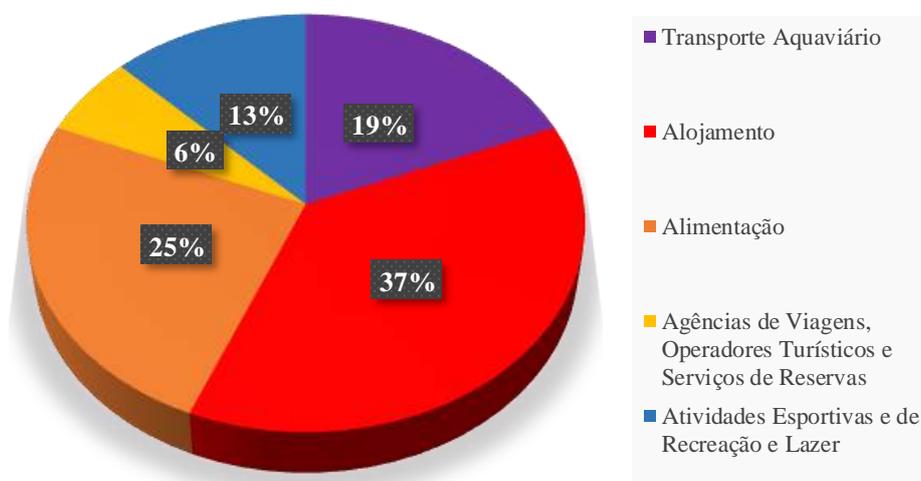
**GRÁFICO 22 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS TURÍSTICAS EM RIO DO FOGO - 2006-2018**



**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

O gráfico 23, por sua vez, apresenta a distribuição de empresas turísticas de Rio do Fogo para 2018 de acordo com setor, sendo a cor roxa para o transporte aquaviário, a vermelha para alojamento, a laranja para alimentação, a amarela para agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas e a azul para as atividades esportivas e de recreação e lazer.

**GRÁFICO 23 - DISTRIBUIÇÃO DE EMPRESAS TURÍSTICAS, POR SETOR, EM RIO DO FOGO - 2018**



**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

A presença de empresas de transporte aquaviário no município está diretamente relacionada a passeios turísticos ao seu parracho, Rio do Fogo, no qual juntamente com os parrachos de Cioba, Touros, e de Maxaranguape, fazem parte da Área de Proteção Ambiental de Recifes e Corais, (OLIVEIRA; SILVA, 2016), criada pelo Decreto Estadual N. 15.746 de 6 de junho de 2001, que prevê no seu artigo 3º o uso desses espaços para “visitação aos bancos de recifes de corais”, no item II, e a prática de “o ecoturismo submarino para observação dos peixes e dos recifes de coral, utilizando equipamento autônomo ou em apnéia” no item III ( RIO GRANDE DO NORTE, 2001, p.2).

Apesar de poucas empresas turísticas, Rio do Fogo, ao contrário de Pedra Grande, ainda apresenta alguma atividade turística, principalmente as relacionadas aos passeios ao seu parracho, porém, qual a participação do turismo na composição econômica do município.

Em relação ao número de vínculos o município apresentou na somatória do período analisado, 2006-2018, 587 vínculos. Entre o ano de 2006 e 2018, o município registrou um aumento de 305,3%, indo de 19 para 77, um dos setores que apresentou o maior crescimento foi o de alojamento, saltando de 14 para 61 vínculos, um aumento de 335,7%, correspondendo ao ano de 2018 a 79% dos empregos formais em turismo (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020).

Ao comparar com os números de vínculos em empresas turísticas de Rio do Fogo, para o ano 2018, esses representavam 0,13% do total para o Rio Grande do Norte 0,17%, para o Polo Costa das Dunas e 3,7% e para o Litoral Norte (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020). O gráfico 24 apresenta a evolução desses vínculos para o município no período de 2006 a 2018.

**GRÁFICO 24 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS TURÍSTICOS EM RIO DO FOGO – 2006-2018**



**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

O gráfico 25 apresenta o mesmo esquema de cores do gráfico anterior para representar os setores das empresas turísticas, com exceção dos setores de transporte terrestre e aquático que não registraram nenhum vínculo empregatício para o período investigado, ficando de fora do gráfico. O setor de alojamento, seguindo a mesma tendência do número de estabelecimentos, foi o que apresentou o maior crescimento, apesar de algumas oscilações durante o período, fechando a série, em 2018, no ápice da curva de crescimento, com 61 vínculos. O setor de alimentação, que desde 2008 apresentou fraco desempenho, oscilando entre 2 e nenhum vínculo, porém, apresentou um expressivo crescimento em 2017 e fechando 2018 no ápice de sua curva, com 14 vínculos.

O setor de atividades esportivas iniciou a série com 5 vínculos, o ápice do período, declinando progressivamente, finalizando os dois últimos anos da série sem vínculos. O primeiro vínculo empregatício do setor agências de viagem só foi registrado em 2015, atingindo o ápice da curva no ano seguinte, com 3 vínculos e finalizando a série com 2.

Ao considerar o tamanho dos estabelecimentos, relação à sua quantidade de vínculos, verifica-se que para a somatória do período de 2006 a 2018, a maioria das empresas, 67,1%, são as que não possuem funcionários,

seguidas das com 1 a 4 funcionários, 19,9%, as com 5 a 9 representam 4,1%, 10 a 19, 2,1%, as com 20 a 49, 6,8%, justamente as maiores empresas do município. Seguindo a tendência dos outros municípios o território usado pelo circuito inferior é predominante, com uma pequena participação do circuito superior marginal e ausência do circuito superior, destaca o quadro 15.

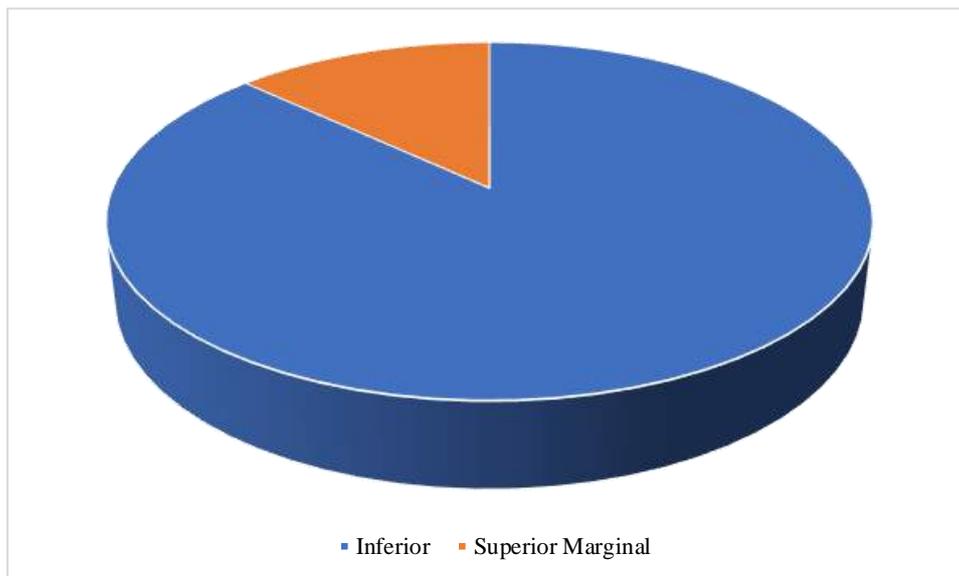
**QUADRO 15 - DISTRIBUIÇÃO DA QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS POR NÚMERO DE VÍNCULOS NA SOMATÓRIA DO PERÍODO PARA RIO DO FOGO – 2006-2018**

VÍNCULOS	ESTABELECIMENTOS	%	CIRCUITO
0 empregado	98	67,1	INFERIOR
de 1 a 4	29	19,9	
de 5 a 9	6	4,1	SUPERIOR MARGINAL
de 10 a 19	3	2,1	
de 20 a 49	10	6,8	
<b>TOTAL</b>	<b>477</b>	<b>100,0</b>	

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

A partir dos dados de 2018, a distribuição na composição do território usado pelos circuitos da economia urbana do turismo para Rio do Fogo, apresenta o circuito inferior com 87%, com 14 empresas, representado no gráfico 25 pela cor azul, o superior marginal com 13%, com 2 empresas, representado pela cor laranja.

**GRÁFICO 25 - DISTRIBUIÇÃO DO TERRITÓRIO USADO PELOS  
CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA APLICADO AO TURISMO EM RIO DO  
FOGO – 2018**



**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

Para a composição dessas empresas, para o ano de 2018, por setor, verifica-se que é o setor de alojamento é o que possui o maior número e a maior empresa, um estabelecimento classificado entre 20 a 49 vínculos. O setor de alimentação é segundo maior, tanto em número de empresas quanto ao tamanho, sendo um estabelecimento classificado de 5 a 9 funcionários. A composição do número de estabelecimentos por vínculos é apresentada pelo quadro 16.

**QUADRO 16 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR VÍNCULOS EM  
RIO DO FOGO – 2018**

VÍNCULOS	0	1 A 4	5 A 9	10 A 19	20 A 49
Transporte aquaviário	3	-	-	-	-
Alojamento	3	2	-	-	1
Alimentação	2	1	1	-	-
Agências de viagens	-	1	-	-	-
Atividade esportiva	2	-	-	-	-
total	8	4	1	-	1

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

Sem a presença efetiva do Estado, enquanto ente responsável por subsidiar a atividade turística por meio políticas públicas que investem em

infraestrutura para receber turistas, com vias de acesso, urbanização de praias ou saneamento básica, a oferta turística original fica comprometida, não atraindo grandes investidores do mercado turístico, relegando a atividade a pequenos comerciantes que apostaram num desenvolvimento pelo turismo que nunca veio, em um cenário em que predominam atividades do circuito inferior do turismo, onde semelhante a pesca artesanal, o território usado na praias serve somente a subsistência, dependendo da sorte da presença de escassos visitantes para consumir seus produtos.

A demanda turística de Rio do Fogo é um reflexo da ausência do Estado e de grandes empresas turísticas, que com exceção de Pedra Grande que não possui demanda, é a mais baixo do Litoral Norte para os anos de 2016, 2017 e 2019, não chegando a 5 mil turistas conforme destaca o quadro 17.

#### QUADRO 17 - DEMANDA TURÍSTICA DE RIO DO FOGO – 2016-2019

ANO	DEMANDA NACIONAL	DEMANDA INTERNACIONAL	TOTAL
2016	3.818	-	3.818
2017	4.816	-	4.816
2019	4.816	-	4.816

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2019).

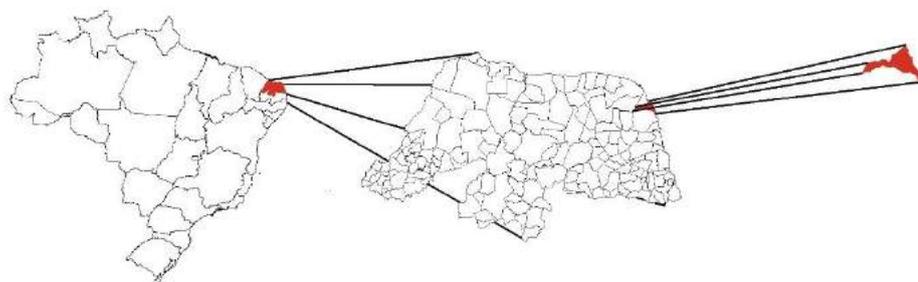
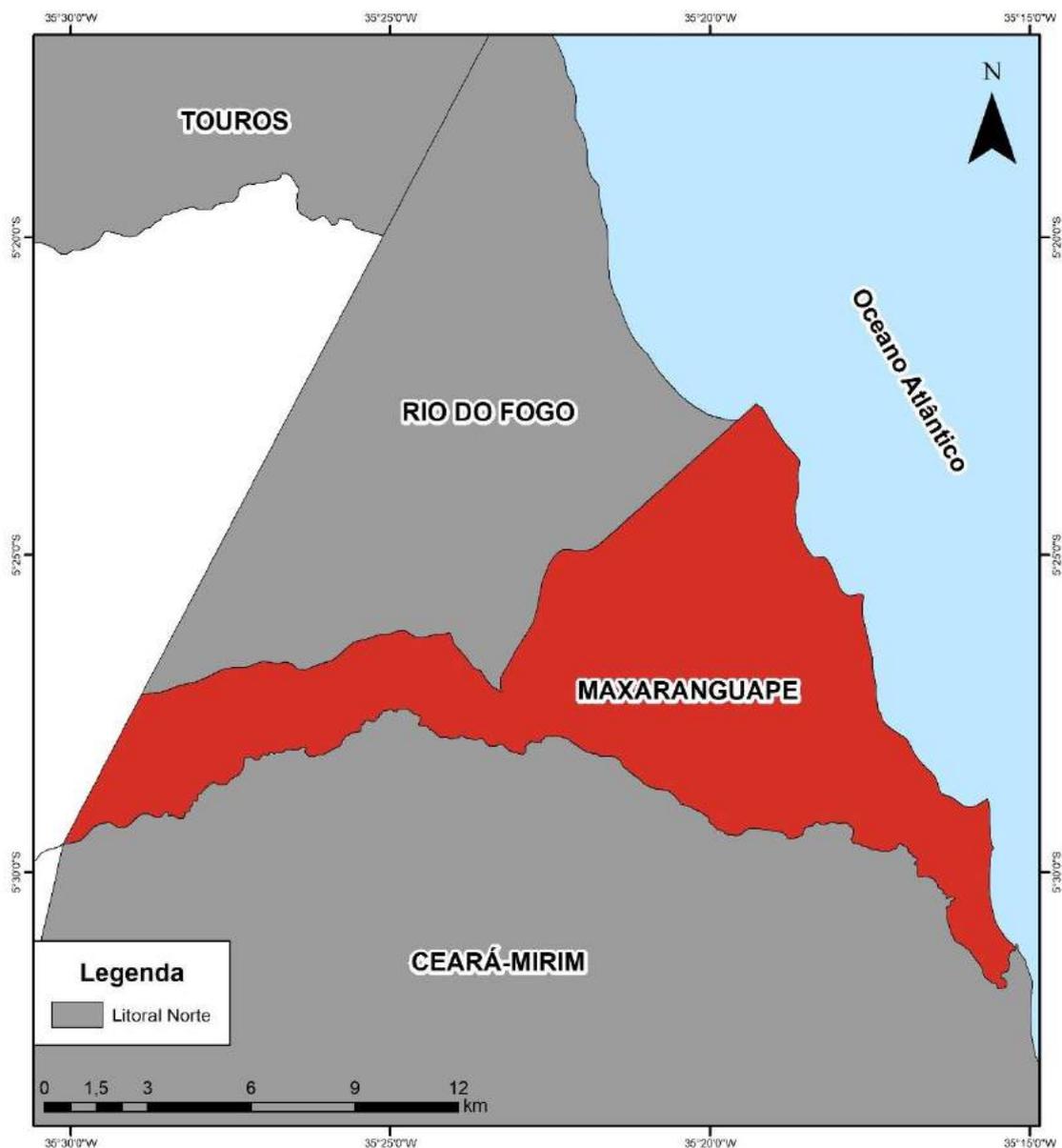
Além de uma baixa demanda turística total, a demanda turística internacional é nula para o município no período pesquisado, sendo dessa forma entre os municípios do Litoral Norte que possui atividade turística o menos procurado pelos visitantes. Para o ano de 2019, em relação a demanda turística total, estava na 41<sup>o</sup> posição para o Rio Grande do Norte, 13<sup>o</sup> em relação ao Polo Costa das Dunas, e o 6<sup>o</sup> para o Litoral Norte.

Para Rio do Fogo, que é um dos municípios mais pobres o Polo Costa das Dunas, a atividade turística poderia ser uma atividade econômica que pudesse modificar ou amenizar os impactos dessa condição sócio-espacial para o seus moradores, mas ao longo das últimas duas décadas a prática do turismo não encontrou o caminho para as praias do município, para o ano de 2017 os empregos em turismo representavam apenas 6,6% dos empregos formais, o segundo pior resultado da região (IBGE, 2019b; MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020), podendo ser resultado de uma reação em cadeia que iniciou com a ausência de repasses para investimentos no setor por parte do Estado a partir de 2001, legando a atividade a própria sorte dos moradores, onde o turismo ao

invés de contribuir para o desenvolvimento econômico é mais uma atividade para a subsistência para a população mais pobre, onde o processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo é praticamente ausente no município.

#### 6.1.5 O caminho do turismo em Maxaranguape

O município de Maxaranguape, o quinto do Litoral Norte no sentido norte-sul, o primeiro da região interna a integrar a Região Metropolitana de Natal, localiza-se entre as latitudes 5°22'40.55"S e 5°31'48.50"S e das longitudes 35°30'5.26"O e 35°15'40.46"O, conforme destaca o mapa 21. Em relação a sua área, é o menor município da região com 132,129 km<sup>2</sup> e com a quarta maior população, estimada para o ano de 2017, com 12.223 habitantes (IBGE, 2019a).

**MAPA 21 – MAXARANGUAPE, RIO GRANDE DO NORTE – 2020**

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O acesso a sede municipal, vindo de Natal, pode ser feito seguindo na BR-101, virando à direita na RN-160, seguindo até a sede municipal, um percurso de 40 quilômetros, ou podendo seguir por mais 7 quilômetros à frente da entrada para RN-160, virando à direita da RN-380, seguindo por mais 7 quilômetros até encontrar a RN-160, e seguir até a sede municipal, um percurso de 42 quilômetros.

Maxaranguape foi emancipado como município em 17 de dezembro de 1958, desmembrado de Touros, pela Lei Estadual nº 2.329, sua história do povoado remete a grande estiagem da segunda metade do século XIX, quando entre 1877 a 1879 essa localidade

[...] recebeu grande número de sertanejo, que aí chegaram à procura de trabalho, atraídos pelo vale fértil, conhecido, inicialmente, por Boixununguape, banhado pelo rio Perene, que desemboca no Atlântico, no lugar chamado Barra de Maxaranguape, primeiro nome do município. (IBGE, cidades, 2019b, n.p.).

O IDHM, na composição dos indicadores sociais do município, é de 0,608, para o ano de 2010, o terceiro mais alto do Litoral Norte, classificado como desenvolvimento médio, estando acima da média para região que é de 0,596. Apesar de apresentar um bom resultado, proporcional aos demais municípios da região, no IDHM, em 2016 tanto o PIB quanto o PIB *per capita* de Maxaranguape foram os mais baixos do Litoral Norte, R\$ 103,4 milhões e R\$ 8.592,54, respectivamente.

Maxaranguape repete o mesmo padrão econômico que o seu vizinho ao norte, Rio do Fogo, na composição as atividades com maior valor adicionado ao bruto, com a administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social na primeira posição, seguida dos demais serviços e da produção florestal, pesca e aquicultura. Maxaranguape e Rio do Fogo são os únicos municípios do Litoral Norte que destacam este último conjunto de atividades entre as que mais adicionaram valor ao bruto.

Em 2017 o valor da produção da aquicultura foi R\$ 132 mil em Maxaranguape, superior em R\$ 36 mil a Rio do Fogo, embora os dois municípios registraram uma quantidade de pescado de 12 toneladas de tilápia, uma diferença no valor de produção de R\$ 3,00 na quilograma, rendendo a Maxaranguape uma renda *per capita* da produção em aquicultura de R\$ 10,80

para o ano 2017 ( IBGE, 2020a), embora superior a de Rio do Fogo, ainda é um valor muito baixo para a composição econômica do município, evidenciando a dependência deste com a folha de pagamento do funcionalismo público, a atividade que mais adiciona valor ao bruto.

A atividade turística de sol e praia Maxaranguape pode ser encontrada na praia da sede municipal, a praia Barra de Maxaranguape, imagem 20, que apresenta uma orla urbanizada, com vários quiosques, e uma infraestrutura adequada para receber visitantes. A cerca de 4 quilômetros, seguindo em RN-160 à encontra-se a praia do Cabo de São Roque, onde localiza-se a Árvore do Amor, imagem 21, um lugar turístico de passagem para registro fotográfico dos roteiros de viagem para o Litoral Norte, nesse ponto encontra-se um único comércio, uma barraca de construção artesanal que vende bebidas e lanches industrializados, imagem 22, uma típica atividade comercial do circuito inferior do turismo.

#### **IMAGEM 20 – PRAIA BARRA DE MAXARANGUAPE, MAXARANGUAPE – 2019**



**FONTE:** Acervo do autor (2019).

**IMAGEM 21 – ÁRVORE DO AMOR, MAXARANGUAPE – 2019**

**FONTE:** Acervo do autor (2019).

**IMAGEM 22 – COMÉRCIO AO LADO DA ÁRVORE DO AMOR –  
MAXARANGUAPE – 2019**



**FONTE:** Acervo do autor (2019).

A 13 quilômetros da Árvore do Amor, seguindo ao norte pela RN-160 e depois a direita na RN-263 está a praia de Maracajaú, onde se localiza principal destino turístico do município, o parque aquático Ma-Noa Park, imagem 23, que além das piscinas oferece locação de apartamentos *flats* e serviços de terceirizado de passeio de quadriciclo e também passeio e mergulho ao parracho, uma atividade econômica já consolidada no município, ao contrário dos seus vizinhos ao norte que também possuem esse tipo de passeio, mas como menor infraestrutura.

**IMAGEM 23 – VISTA DO MA-NOA PARK A PARTIR DA PRAIA DE MARACAJÁ, MAXARANGUAPE - 2019**



**FONTE:** Acervo do autor (2019).

Durante visita a campo foi possível identificar a atividade turística no município de Maxaranguape, principalmente no Ma-Noa Park onde foi possível encontrar a presença de ônibus e vans de transportes turísticos e *buggys* turismo, esses compõem o principal meio de transporte de turistas na rede de lugares turísticos do Litoral Norte.

O papel do Estado, mensurado pelos contratos de repasses identificados pelo SIACOR, em Maxaranguape é bastante expressivo, em comparação aos demais municípios da região, pois, entre 2001-2017 o município recebeu R\$ 5.882.759,20, o segundo maior montante do Litoral Norte, equivalente ao total recebido de 1,1% para o Rio Grande do Norte, 2,8% para Polo Costa das Dunas e 23,6% em relação ao Litoral Norte.

O primeiro repasse, no valor de R\$ 390.000,00, no ano de 2001, aplicado na construção projeto urbanização turística e terminal de turismo social e de lazer, e o último repasse, em 2017, também foi de R\$ 390.000,00, aplicado na

reforma e revitalização da orla da praia Barra de Maxaranguape, o quadro 18 traz a distribuição e aplicação desses repasses ao longo do período observado, 2001-2017, no qual a maioria dos repasses foram destinados a construção de infraestrutura para a atividade turística, buscando fortalecer a demanda original do município.

#### QUADRO 18- APLICAÇÃO DOS CONTRATOS DE REPASSES DO SIACOR EM MAXARANGUAPE – 2001-2017

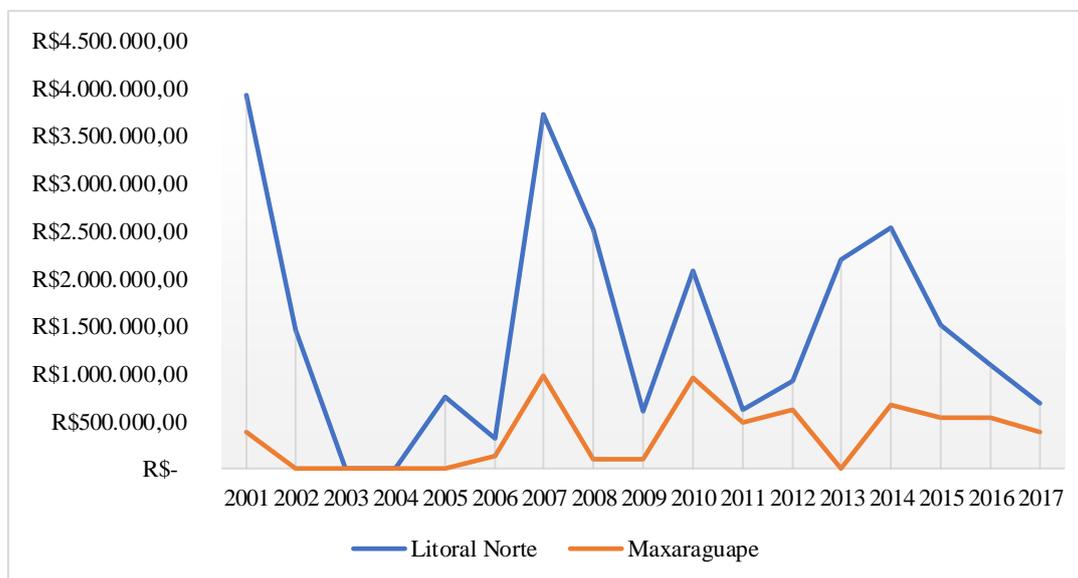
ANO	APLICAÇÃO	VALOR
2001	construção projeto urbanização turística - terminal de turismo social e de lazer	R\$ 390.000,00
2006	construção do terminal turístico de Caraúbas - quiosques e banheiros - na praia de Caraúbas	R\$ 70.000,00
	construção de terminal turístico de Caraúbas - urbanização e praça	R\$ 54.260,00
2007	construção de praça com terminal turístico nos distritos de Marcolino Dantas e barra Maranguape	R\$ 975.000,00
2008	restauração de terminal turístico	R\$ 101.750,00
2009	construção de praça pública	R\$ 97.500,00
2010	construção de calçadão (etapa I - urbanização)	R\$ 136.500,00
	construção de um mirante público	R\$ 97.500,00
	construção de praça pública	R\$ 136.500,00
	construção de praça pública	R\$ 117.000,00
	construção de praça pública	R\$ 117.000,00
	construção de pórtico turístico e quiosque de informação turística em Maracajá	R\$ 175.500,00
	construção de pórtico turístico e quiosque de informação turística	R\$ 175.500,00
2011	1ª etapa da construção da praça de eventos	R\$ 487.500,00
2012	2ª etapa da construção da praça de eventos	R\$ 487.500,00
	aquisição de equipamentos para o centro de informações turísticas	R\$ 136.500,00
2014	3ª etapa da construção da praça de eventos	R\$ 675.675,00
2015	obras de pavimentação e drenagem pluvial da avenida Manoel Rafael Eugenio, no distrito de Maracajá	R\$ 292.500,00
	construção de um mirante público	R\$ 243.750,00
2016	pavimentação e recuperação de praça pública	R\$ 243.750,00
	pavimentação da primeira etapa de trecho do acesso da praia de Caraúbas a praia de maracajá,	R\$ 281.574,20
2017	reforma e revitalização da orla da praia Barra de Maxaranguape	R\$ 390.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 5.882.759,20</b>

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2018).

O ano de 2010 teve a maior quantidade de repasses, 7 no total e somando R\$ 955.500,00 em investimentos, e o maior valor de repasse, R\$ 975.000,00, em um único contrato. O gráfico 26 traz a comparação da evolução dos repasses do SIACOR entre Maxaranguape, representado pela linha laranja,

e do Litoral Norte, representado pela linha azul, para o período de 2001-2017. Nesse, o padrão de distribuição dos repasses do município segue o mesmo padrão para região, com elevações para 2007 e 2010, oscilando nos anos seguintes e com constante redução a partir de 2014

**GRÁFICO 26 – EVOLUÇÃO DOS REPASSES DO SIACOR DE MAXARANGUAPE E DO LITORAL NORTE– 2001-2017**



**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de (BRASIL, 2018).

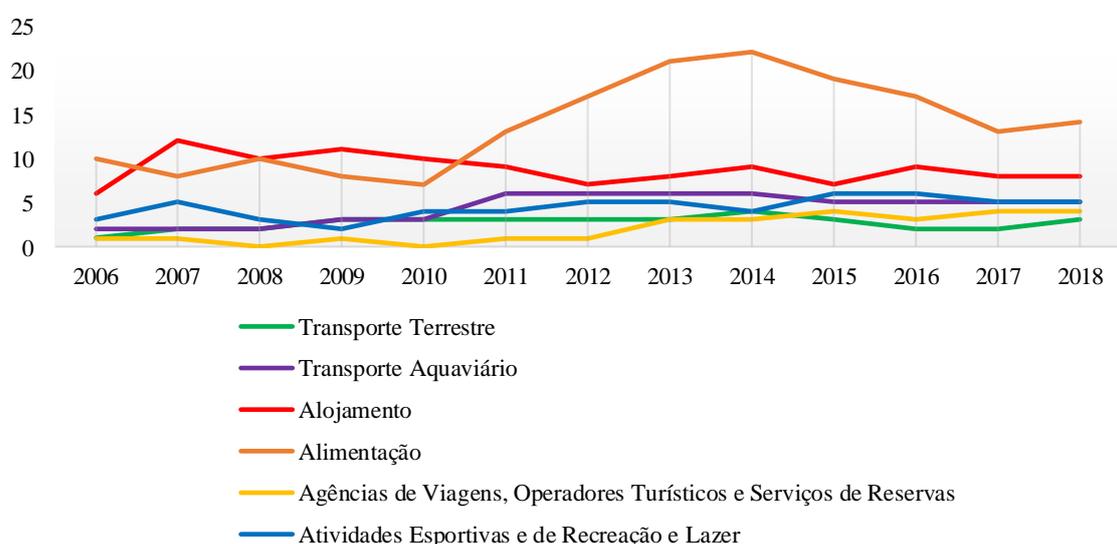
Ao longo da série histórica observada em Maxaranguape, um período de 16 anos, dos contratos de repasses pelo SIACOR, as ações do Estado estiveram relacionadas com investimentos em infraestrutura turística. A participação do Mercado na formação dos lugares turísticos deste município se deu a partir desta infraestrutura. Ao consultar a RAIS, na série histórica de 2006-2018, verifica o município tinha na somatória deste período, 466 empresas turísticas, uma média de 35,8 estabelecimentos por ano.

A partir da análise comparativa, com base no ano de 2018, em que Maxaranguape possuía 39 empresas, essas representavam do total 0,5% para o Rio Grande do Norte, 0,7% para o Polo Costas das Dunas e 10,2% para o Litoral Norte. Entre o ano de 2006 e 2018, houve um aumento de 69,6% no número de estabelecimentos, indo de 31 para 45, como uma taxa média de crescimento anual de 5,4% (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020).

Sobre a composição dessas empresas, o município não registrou empresas no setor de Transporte Aéreo e de Atividades Ligadas ao Patrimônio Cultural e Ambiental. Os setores mais representativos, na somatória do período observado, em ordem decrescente, Alimentação, com 179, Alojamento, com 114, Atividades Esportivas e de Recreação e Lazer, com 57, Transporte Aquaviário, com 56, Transporte Terrestre, com 34 e Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Serviços de Reservas, com 26 (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020).

O gráfico 27 mostra a evolução do número dos estabelecimentos turísticos em Maxaranguape, para o período de 2006-2018, com exceção do setor de alimentação, representado pela cor laranja, que a partir de 2010 experimentou um processo de crescimento constante até 2014, ápice da curva com 22 empresas, seguido de quedas constante até 2017, com 13 empresas e fechando a série em 2018 com um leve aumento, com 14 empresas, e do setor de alojamento, representado pela cor vermelha, que teve o ápice da sua curva em 2007 com 12 empresas, decaindo progressivamente até 2012, com 7 empresas, oscilando a partir deste ano entre 7, 8 e 9 empresas por ano, fechando a série, em 2018, com 8 empresas, as demais empresas apresentaram um padrão de crescimento parecido, com pequenas oscilações e fechando a série com valores superiores do quando iniciaram em 2006.

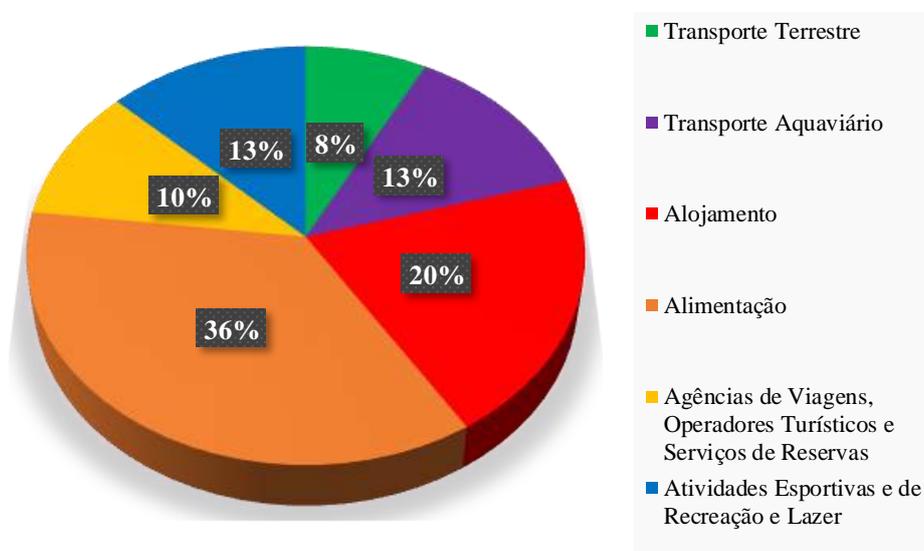
**GRÁFICO 27 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS TURÍSTICAS EM MAXARANGUAPE - 2006-2018**



**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

O gráfico 28 mostra a distribuição de empresas turística de Maxaraguape para 2018, com os dados mais atuais, de acordo com setor, seguindo o mesmo esquema de cores do gráfico anterior. Apesar o setor de alimentação representar 36% do total das empresas turísticas do município, as demais empresas também possuem uma participação significativa do setor, principalmente as atividades ligadas ao transporte aquaviário e de atividades esportivas, que cada corresponde a 13%, evidenciando o perfil do município em associar o turismo de sol e praia com as atividades de aventura envolvendo passeio pelos recifes de corais e de quadriciclo.

**GRÁFICO 28 - DISTRIBUIÇÃO DE EMPRESAS TURÍSTICAS, POR SETOR, EM MAXARANGUAPE- 2018**

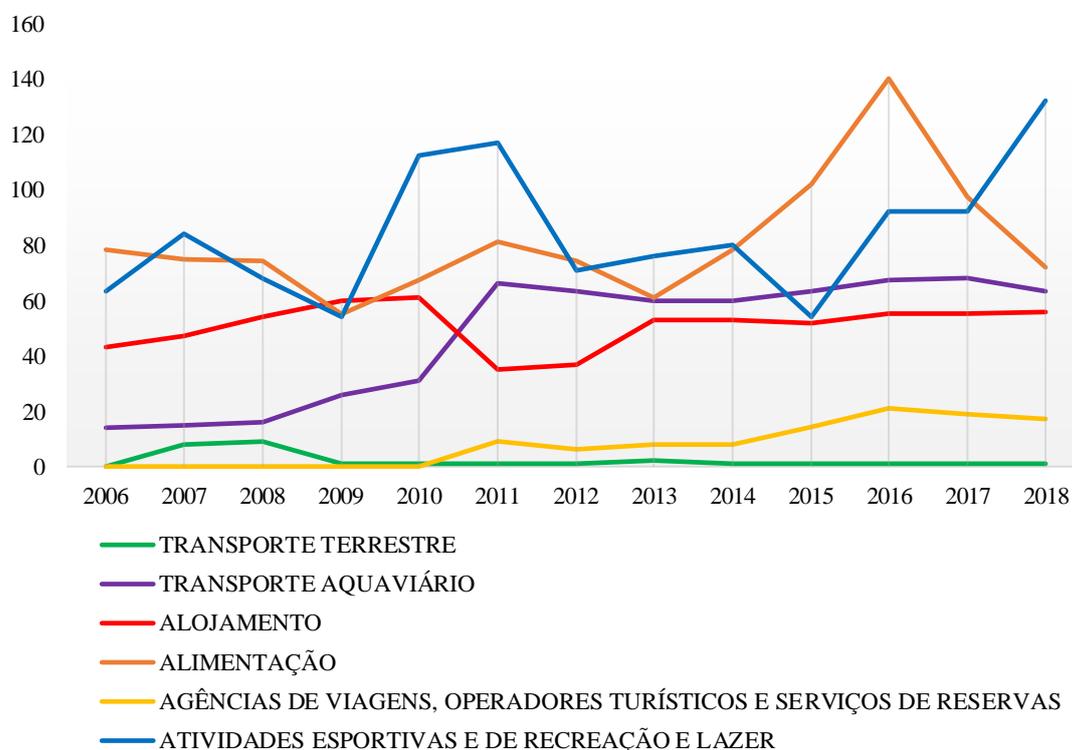


**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

A composição do número de vínculos em empresas de turismo em Maxaraguape, consultada na RAIS, apresentou na somatória do período analisado, 2006-2018, 3.552 vínculos. Entre o ano de 2006 e 2018, o município registrou um aumento de 72%, indo de 198 para 341, um dos setores que apresentou o maior crescimento percentual foi o de transporte aquaviário, com um aumento de 350%, aumentando de 14 vínculos para 64. No comparativo com os números de vínculos em empresas turísticas do município, para o ano 2018,

verifica-se que para o Rio Grande do 16,4% (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020). O gráfico 29 apresenta a evolução desses vínculos para o município no período de 2006 a 2018.

**GRÁFICO 29 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS TURÍSTICOS EM MAXARANGUAPE – 2006-2018**



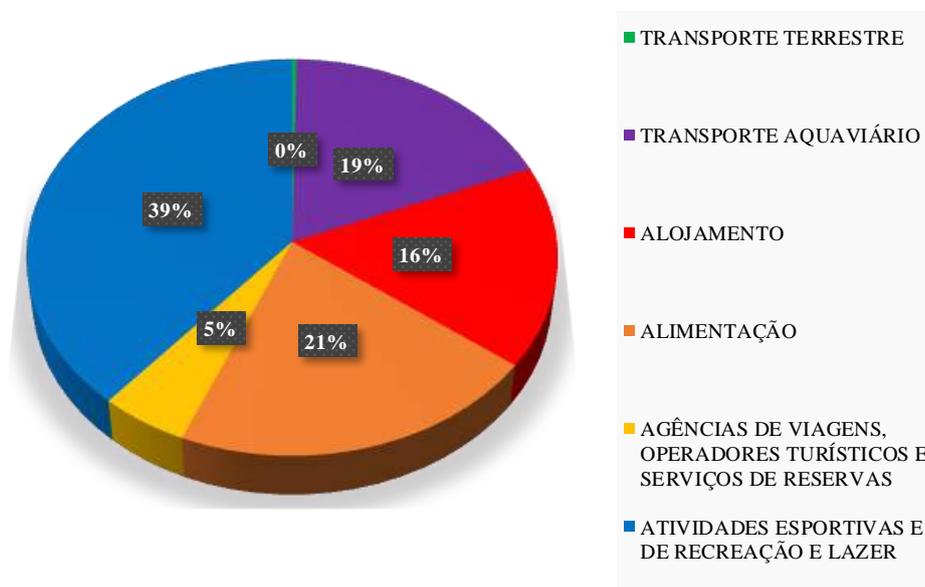
**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

O gráfico 30 apresenta o mesmo esquema de cores do gráfico anterior para representar os setores das empresas turísticas. O setor de atividades esportivas, durante quase todo período, mesmo com grandes oscilações entre um ano e outro, foi setor que apresentou o maior número de vínculos na série histórica, com exceção do período entre 2015 e 2017, quando foi ultrapassado pelo setor de alimentação, fechando a série no ápice da curva com 132 vínculos. O setor de alimentação é o segundo setor que mais emprega, apresentando um crescimento acentuado a partir de 2013, atingindo o ápice da curva em 2016 com 140 vínculos, seguido de queda acentuada nos anos seguintes, fechando a série com 72 vínculos.

Na somatória do período o setor de transporte aquaviário é quarto que mais emprega, entretanto, a partir de 2011 assume a terceira posição, mantendo-se nos anos seguintes sempre a frente do setor de alojamento, atingindo o ápice da curva em 2017, com 68 vínculos, fechando a série com 63. O setor de alojamento, por sua vez, que na somatória ocupa a terceira posição entre os que mais empregam, segue o movimento contrário do setor aquaviário, atinge o ápice da sua curva em 2010 com 61 vínculos e cai significativamente no ano seguinte, quando apresenta o valor mais baixo do período, 35 vínculos, seguido de aumento gradativo até 2013, estabilizando na casa dos 50 vínculos a partir deste ano, com pouca oscilação, fechando a série com 56 vínculos.

O setor de transporte terrestre apresentou seu ápice em 2008, com 8 vínculos, passando o resto da série com apenas um vínculo, excetuando 2013 quando apresentou dois vínculos. Até 2010 as agências de viagem não apresentaram nenhum vínculo, passando para 9 no ano seguinte seguido de progressivos aumentos até 2016, ápice da curva, com 21 vínculos, seguido de uma pequena queda, fechando a série com 17 vínculos. O gráfico 32 traz a distribuição do quantitativo de vínculos empresas turísticas em Maxaraguape para 2018, com os dados mais atuais, de acordo com setor, seguindo o mesmo esquema de cores do gráfico anterior.

**GRÁFICO 30 - DISTRIBUIÇÃO DE EMPREGOS TURÍSTICOS, POR SETOR, EM MAXARANGUAPE- 2018**



**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

Ao comparar os gráficos 29 e 31 percebe-se que as empresas do setor alimentação e alojamento são mais numerosas, porém as empresas de atividades esportivas e transporte aquaviário são maiores, o que pode ser comprovado pelo cruzado na RAIS para identificar o tamanho dos estabelecimentos a partir do seu número de vínculos, destarte, levando em considerando essa variável, na somatória do período de 2006 a 2018, verifica-se que a maioria das empresas, 56,4%, são as que não possuem funcionários, 17,2% com 1 a 4 funcionários, 10,5% com 5 a 9, 8,4% com 10 a 19, 6,0% com 20 a 49, 1,3%, com 50 a 99 e 0,2% com 100, a resultando desta forma, numa predominância pelo território usado pelo circuito inferior do turismo, com 73,6%, mas também uma presença significativa do circuito superior marginal, com 24,9%, embora em menor quantidade, mas também presente o superior, com 1,5%, conforme destaca o quadro 19.

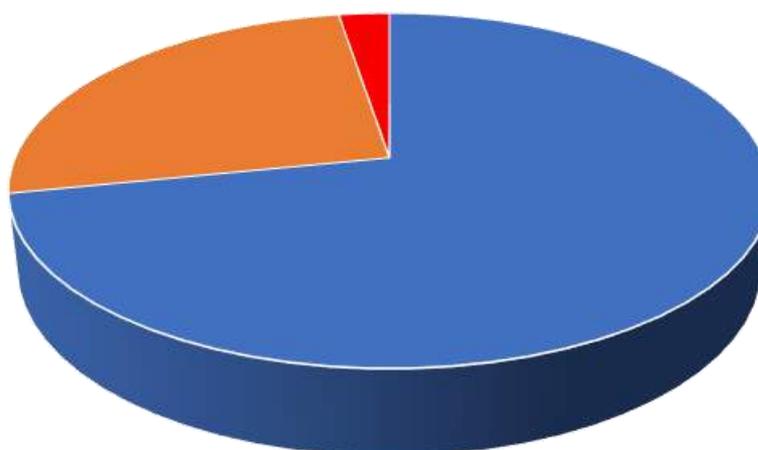
**QUADRO 19 - DISTRIBUIÇÃO DA QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS POR NÚMERO DE VÍNCULOS NA SOMATÓRIA DO PERÍODO PARA MAXARANGUAPE – 2006-2018**

VÍNCULOS	ESTABELECIMENTOS	%	CIRCUITO
<b>0 empregado</b>	263	56,4	INFERIOR
<b>de 1 a 4</b>	80	17,2	
<b>de 5 a 9</b>	49	10,5	SUPERIOR MARGINAL
<b>de 10 a 19</b>	39	8,4	
<b>de 20 a 49</b>	28	6,0	
<b>de 50 a 99</b>	6	1,3	SUPERIOR
<b>de 100 a 249</b>	1	0,2	
<b>TOTAL</b>	<b>466</b>	<b>100,0</b>	

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

Levando em conta os dados mais recentes, o ano de 2018, a composição do território usado pelos circuitos da economia urbana do turismo, o circuito inferior corresponde a 71,8%, com 28 empresas, representado no gráfico 33 pela cor azul, o superior marginal a 25,6%, com 10 empresas, representado pela cor laranja, e o superior a 2,6%, com 1 empresa, representado pela cor vermelha.

**GRÁFICO 31 - DISTRIBUIÇÃO DO TERRITÓRIO USADO PELOS  
CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA APLICADO AO TURISMO EM  
MAXARANGUAPE – 2018**



■ Inferior   ■ Superior Marginal   ■ Superior

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

Na composição dessas empresas, para o ano de 2018, apresentado no quadro 20, por setor, verifica-se a presença de grandes empresas no setor de transporte aquaviário, alojamento e atividade esportiva, que possui a maior empresa do período, classificada com 50 a 99 funcionários, justamente o Ma-Noa Park, no qual, segundo os dados da pesquisa de campo esta empresa possuía 98 funcionários com carteira assinada, para o ano de 2019.

**QUADRO 20 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR VÍNCULOS EM  
MAXARANGUAPE – 2018**

VÍNCULOS	0	1 A 4	5 A 9	10 A 19	20 A 49	50 A 99
transporte terrestre	2	1	-	-	-	-
transporte aquaviário	0	0	2	3	0	-
alojamento	3	2	2	-	1	-
alimentação	10	3	-	-	1	-
agências de viagens	1	2	1	-	-	-
atividade esportiva	4	-	-	-	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

Maxaranguape não possui muitas empresas turísticas ao comparar com outros municípios da região que receberam menos repasses, como Touros, porém, possui um significativo número de empresas que classificadas no circuito superior marginal e superior do turismo, desta forma, a presença do Estado foi determinante no processo de atração desse segmento do mercado turístico.

Apesar participação do mercado e do Estado no município, Maxaranguape possui uma demanda turística total relativamente baixa para o ano de 2019 de 9.891, ao comparar com a demanda total para o Rio Grande do Norte, na qual ocupava a 30ª posição, a 11º em relação ao Polo Costa das Dunas, e a 5º para o Litoral Norte. O quadro 21 mostra a evolução da demanda turística do município, a partir dos dados do Mapa do Turismo Brasileiro, para o período de 2016-2019.

#### **QUADRO 21 - DEMANDA TURÍSTICA DE MAXARANGUAPE– 2016-2019**

<b>ANO</b>	<b>DEMANDA NACIONAL</b>	<b>DEMANDA INTERNACIONAL</b>	<b>TOTAL</b>
<b>2016</b>	11.453	-	11.453
<b>2017</b>	9.564	461	10.025
<b>2019</b>	9.564	327	9.891

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2019).

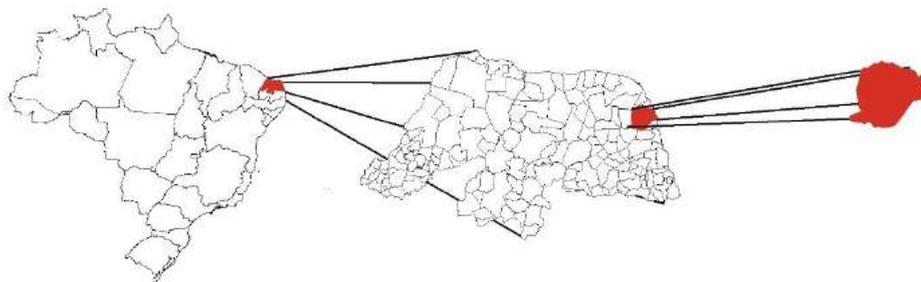
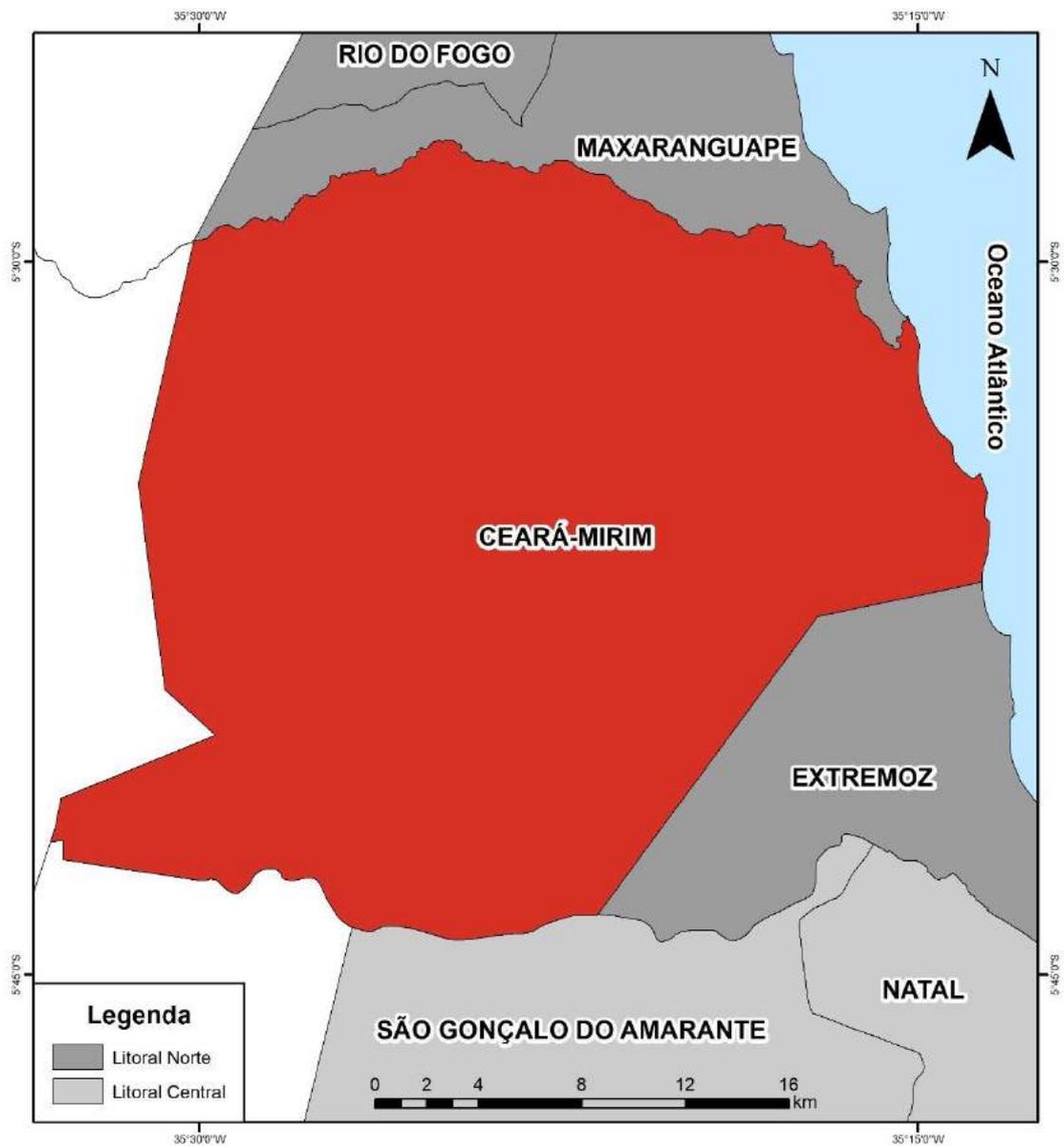
A demanda turística de Maxaranguape reduziu 13,6% entre 2016 e 2019, podendo estar diretamente relacionada com a avançar da crise econômica do Brasil a partir de 2016, uma vez que o principal componente do turismo do município é a demanda nacional. Maxaranguape é um município que possui lugares turísticos, embora não tenha uma demanda turística elevada, possui um mercado turístico consolidado, com a presença de grandes empresas com uma parcela significativa de repasses públicos aplicados infraestrutura turística, que marcam em seu território a presença pontual do processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo.

Apesar da baixa demanda turística total, prática turística é um importante componente para a economia do município, uma vez que em 2017 os empregos em turismo correspondiam 30,7% dos empregos formais (IBGE, 2019b; MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020), a maior participação percentual do Litoral Norte.

### 6.1.6 O caminho do turismo em Ceará-Mirim

O município de Ceará-Mirim, o sexto do Litoral Norte no sentido nortesul, e o segundo mais próximo a Natal, capital do estado, no qual é o segundo município da região interna a integrar a Região Metropolitana de Natal, localiza-se entre as latitudes  $5^{\circ}27'26.56''S$  e  $5^{\circ}43'59.15''S$  e das longitudes  $5^{\circ}42'10.16''S$  e  $35^{\circ}13'42.57''O$ , conforme espacializa o mapa 22. Em relação a sua área, é o segundo maior município da região com  $724,838 \text{ km}^2$  e apresenta a maior população, estimada para o ano de 2017, com 73.849 habitantes (IBGE, 2019a).

MAPA 22- CEARÁ-MIRIM, RIO GRANDE DO NORTE – 2020



FONTE: Elaborado pelo autor (2020).

O acesso a sede municipal, vindo de Natal, segue pela BR-406 sentido norte e entrando a direita na av. Luís Lopes Varela. O acesso a principal praia do município, Muriú, imagem 24, com o território usado predominantemente pela segunda residência, que fica a cerca de 30 km de distância do centro, vindo da capital segue pela BR-101 sentido norte, virando à direita na RN-160.

#### **IMAGEM 24 - PRAIA DE MURIÚ, CEARÁ-MIRIM – 2019**



**FONTE:** Acervo do autor (2019).

A história de formação do município se confunde com a de Extremoz, uma vez que Ceará-Mirim é criado oficialmente em 3 de setembro de 1759, porém, neste primeiro momento a sede municipal era na vila de Extremoz, (CEARÁ-MIRIM, 2020), em 1855 pela Resolução Provincial n.º 321, de 18 de agosto de 1855, sede de Extremoz foi transferida para a povoação de Boca da Mata com a denominação de Ceará-Mirim (IBGE, 2019a), porém, essa ação “foi suspensa através da Lei n.º 345, de 4 de setembro de 1856. Após dois anos foi novamente confirmada pela Lei n.º 370, de 30 de julho de 1858. Em 9 de junho

de 1882, através da Lei nº 837, Ceará-Mirim recebeu foros de cidade” (CEARÁ-MIRIM, 2020, n.p.).

Quanto aos indicadores sociais o município possui o IDHM, para o ano de 2010, de 0,616, o segundo mais alto do Litoral Norte, e acima da média para a região que é de 0,596. O PIB do município, para o ano de 2016, foi de R\$ 786,4 milhões, o maior da região, porém com o terceiro pior PIB *per capita* da região, de R\$ 10.718,21, tendo como principal atividade com valor adicionado ao bruto a “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” seguido dos “Demais serviços” e do “Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas” (IBGE, 2019b), ou seja, é um município apesar de possuir dependência econômico da folha de pagamento do funcionalismo público, característica predominante dos municípios do interior do Rio Grande do Norte, apresenta um setor comércio e serviços de grande importância econômica para o município.

Na perspectiva do turismo, Ceará-Mirim é o único município do Litoral Norte com potencial de desenvolver uma oferta turística para além do sol e da praia, uma vez que em seu território possui alguns engenhos do período imperial do Brasil, que começam a despertar nos últimos anos interesse turístico, com o roteiro turístico dos engenhos (TRIBUNA DO NORTE, 2012).

Apesar de ter praias urbanizadas, essas em Ceará-Mirim são utilizadas para veraneio e segunda-residência, podendo ter um uso turístico ocasional, a atividade turística do município se concentra na Lagoa de Jacumã, 4,7 km de Muriú e 27 km da sede municipal, um dos principais pontos de visitação do roteiro turístico do passeio de *buggy* pelo Litoral Norte, com um acesso exclusivo aos bugueiros, e carros com tração 4x4, imagem 25, pelas dunas, e um outro acesso que pode ser realizado por ônibus turístico ou veículo automotivos de qualquer tipo   entrada principal da lagoa, conforme vista ao plano de fundo da imagem 26.

**IMAGEM 25 – BUGUEIROS NAS DUNAS DA LAGOA DE JACUMÃ, CEARÁ-MIRIM – 2019**



**FONTE:** Acervo do autor (2019).

**IMAGEM 26 – VISTA DA LAGOA DE JACUMÃ A PARTIR DE SUAS DUNAS, CEARÁ-MIRIM - 2019**



**FONTE:** Acervo do autor (2019).

Apesar da atividade turística de sol e praia estar distante da vida cotidiana do centro da cidade ela está presente em Ceará-Mirim. Entre 2001 e 2017 o município recebeu o terceiro maior valor em contratos de repasses do Litoral Norte, R\$ 5.784.500,00, R\$ 98.259,20 a menos que o seu município vizinho Maxaranguape. (BRASIL, 2018).

O primeiro repasse foi no valor de R\$ 1.500.000,00 em 2001, o maior repasse da série histórica, aplicado na pavimentação, paisagismo, iluminação e canteiros na av. Enéas Cavalcante, avenida principal do centro da cidade, em três outras ruas e na reforma do mercado e construção de box, neste mesmo ano recebeu mais dois repasses, o primeiro no valor de R\$ 1.384.000,00, segundo maior repasse do período, para urbanização das praias de Muriú e Jacumã, o segundo de R\$ 90.000,00 para implantação de pórticos e placas de sinalização turística e indicativas, neste ano, Ceará-Mirim recebeu 51,4% do valor total dos repasses. O último repasse foi em 2017, no valor de R\$

292.500,00, para a construção do Parque Natural Boca da Mata, na BR-406, distante 5km do centro da cidade. (BRASIL, 2018).

O quadro 22 traz a distribuição e aplicação desses repasses ao longo do período observado, 2001-2017, no qual a maioria dos repasses foram destinados a construção de infraestrutura para a atividade turística, buscando fortalecer a demanda original do município.

#### QUADRO 22 - APLICAÇÃO DOS CONTRATOS DE REPASSES DO SIACOR EM CEARÁ-MIRIM – 2001-2017

ANO	APLICAÇÃO	VALOR
2001	pavimentação, paisagismo, iluminação e canteiros na av. Enéas Cavalcante, em três outras ruas e na reforma do mercado e construção de box	R\$ 1.500.000,00
	urbanização das praias de Muriú e Jacumã	R\$ 1.384.000,00
	implantação de pórticos e placas de sinalização turística e indicativas	R\$ 90.000,00
2002	revitalização urbana - área da estação ferroviária	R\$ 1.026.000,00
2005	recuperação e adaptação funcional do prédio da estação ferroviária e da área ao seu redor.	R\$ 350.000,00
	implantação do centro de apoio ao bugueiro	R\$ 300.000,00
2006	adequação da área em torno da estação ferroviária	R\$ 140.000,00
2007	segunda etapa da obra de revitalização do sítio histórico da estação ferroviária	R\$ 390.000,00
	construção da praça da Augusto Meira e restauração da praça das cinco bocas e praça da independência	R\$ 195.000,00
2009	construção de um pórtico	R\$ 117.000,00
2017	Construção do Parque Natural Boca da Mata	R\$ 292.500,00
	<b>TOTAL</b>	R\$ 5.784.500,00

**FONTE:** Elaborado a partir de (BRASIL, 2018).

Apesar de ter recebido uma parcela expressiva, no comparativo com outros municípios da região, do contrato de repasses, o valor foi aplicado no turismo de sol e praia somente nos anos de 2001, com a urbanização das praias de Muriú e Jacumã, e em 2005, com a implantação do centro de apoio ao bugueiro, resultando num total de 29,1% aplicado nesse modelo de turismo e o restante para a urbanização da cidade e no patrimônio histórico arquitetônico da cidade.

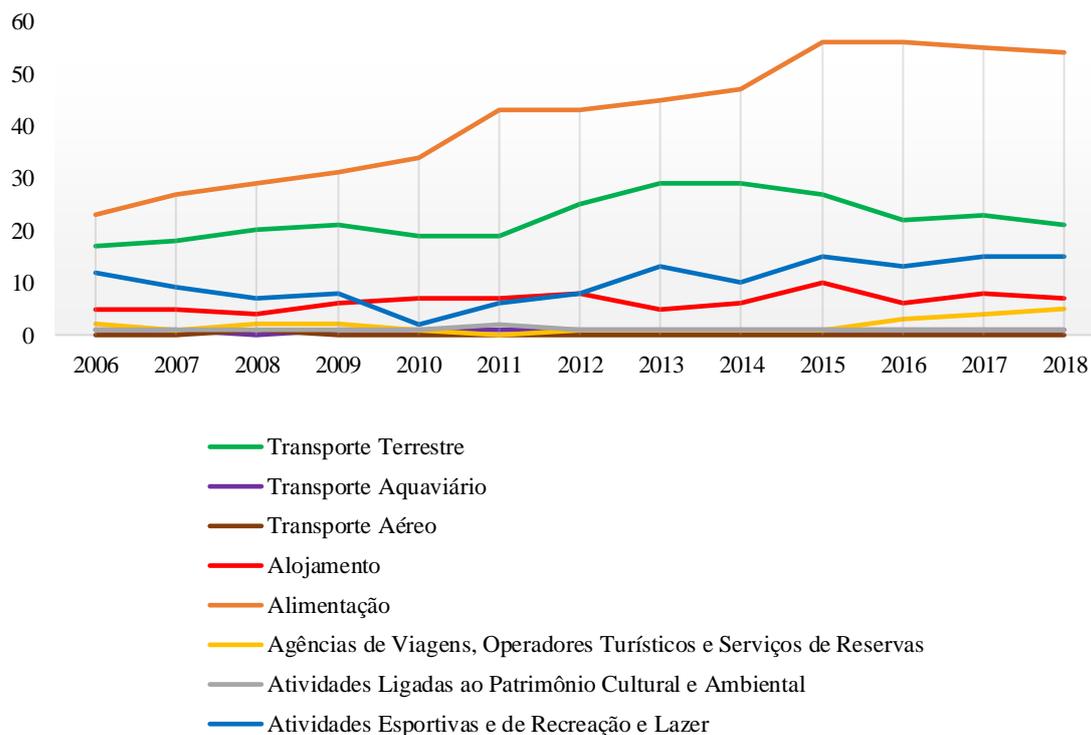
O impacto dessa aplicação dos repasses por parte do município pode ser verificado na composição de seus estabelecimentos turísticos, consultados na RAIS para o período de 2006-2018, que na somatória detinha 1.101 empresas turísticas, uma média de 84,7 estabelecimentos por ano.

No comparativo com os números de empresas turísticas para o ano 2018, em que Ceará-Mirim possuía 104 empresas, essas correspondiam a 1,2% do total para o Rio Grande do Norte, 1,9% para o Polo Costas das Dunas e 27,2% para o Litoral Norte. Entre o ano de 2006 e 2018 houve uma variação de 70,5% no número de estabelecimentos, passando de 61 para 104, como uma taxa média de crescimento anual de 4,8% (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020).

Em relação a composição dessas empresas, o município foi o único registrou empresas em todos os setores, inclusive no de transporte aéreo, com uma empresa em 2008. Os setores mais representativos, na somatória do período observado, em ordem decrescente, Alimentação, com 543, Transporte Terrestre, com 290, Atividades Esportivas e de Recreação e Lazer com 133, Alojamento com 84, Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Serviços de Reservas, com 24, Atividades Ligadas ao Patrimônio Cultural e Ambiental, com 14, Transporte Aquaviário com 12 e Transporte Aéreo com 1. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020).

O gráfico 33 mostra a evolução do número dos estabelecimentos turísticos em Ceará-Mirim, para o período de 2006-2018, no qual o setor de alimentação, representado pela cor laranja, o mais representativo, apresentou crescimento constante até 2015, o ápice da curva com 56 empresas, apresentando leve declínio em 2017 e fechando a série com 54. O setor de transporte terrestre, representado pela cor verde, teve um curto período de crescimento expressivo entre 2011 e 2013, o ápice da curva com 29 empresas, passando a declinar progressivamente a partir de 2014, finalizando a série com 21 empresas.

**Gráfico 32 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS TURÍSTICAS EM CEARÁ-MIRIM - 2006-2018**

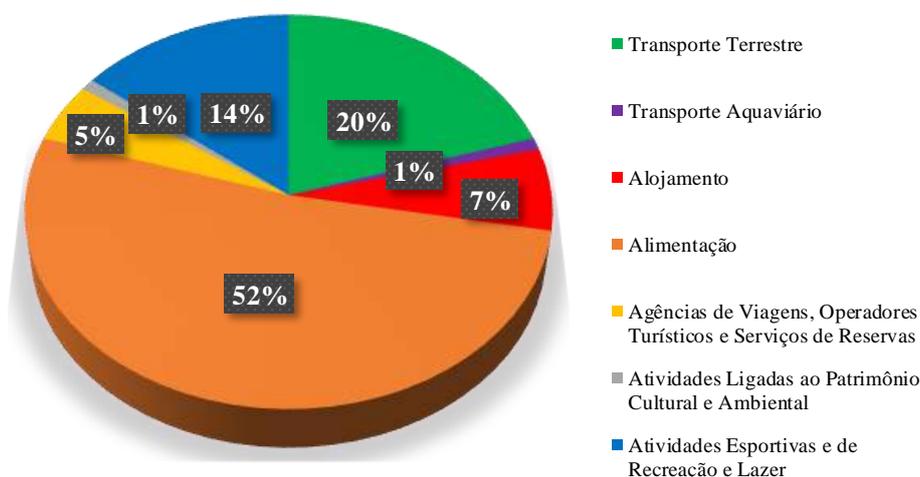


**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

O setor de atividades esportivas, representado pela cor azul, o terceiro mais importante, inicia a série com um número relativamente grande de empresas, 12, mas decaí progressivamente até 2010, atingindo o ponto mais baixo da curva, com 2 empresas, seguido de progressivo aumento a partir de 2011, atingindo o ápice em 2015, com 15, oscilando negativamente no ano seguinte, e estabilizando até o final da série em 15 estabelecimentos.

O setor de agências de viagem, representado pela cor amarela, registrou um progressivo aumento durante o período, iniciando com 1 e terminando com 5 em 2018, no ápice da curva. Os setores de transporte aquático e foram praticamente constantes durante o período com 1 estabelecimento, sendo que o primeiro oscilou negativamente em 2008, quando não registrou nenhuma empresa, e o segundo oscilou positivamente em 2011, quando apresentou 2 empresas. O gráfico 33 mostra a atual distribuição de empresas turística de Ceará-Mirim para 2018, com o mesmo esquema de cores para representar os setores do gráfico anterior.

**GRÁFICO 33 - DISTRIBUIÇÃO DE EMPRESAS TURÍSTICAS, POR SETOR, EM CEARÁ-MIRIM- 2018**



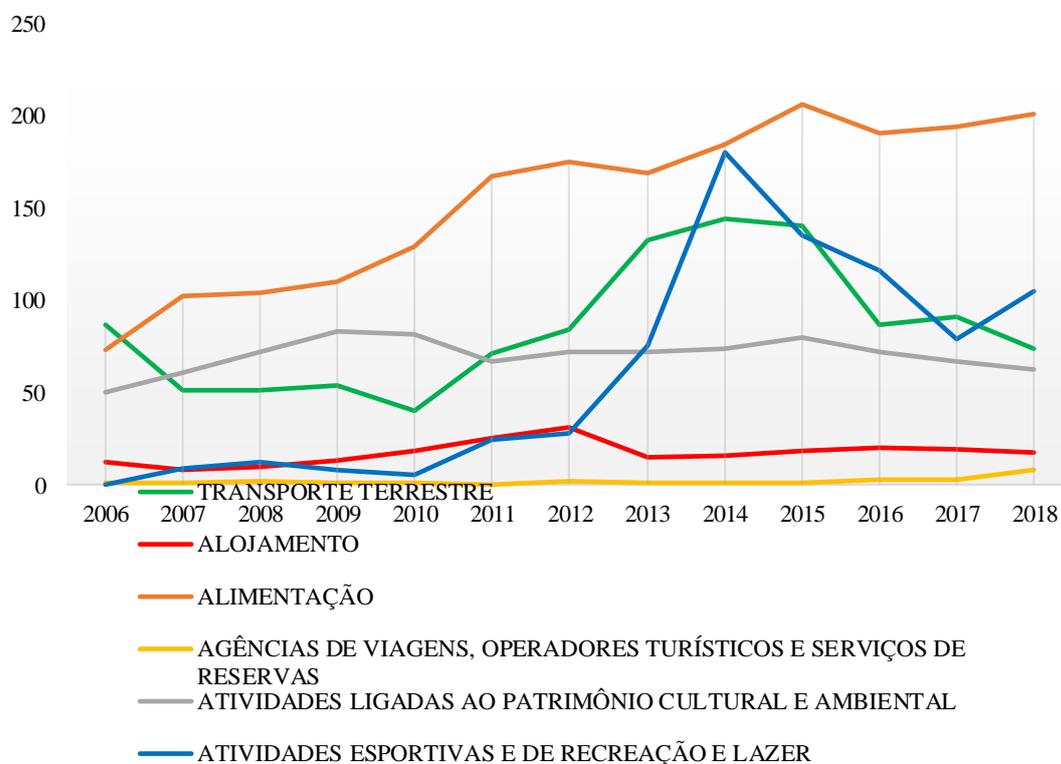
**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

O perfil de composição de empresas turísticas de Ceará-Mirim para 2018, destacado no gráfico (28), no qual as empresas de alimentação correspondem a 52% e as de alojamento apenas 7% pode estar relacionado pelo fato de que o município não é um ponto de permanência, mas de passagem, argumento que pode ser reforçado a partir do seu principal lugar turístico, Lagoa de Jacumã, que é um ponto de passagem para os turistas que compraram um pacote de passeio de *buggy* ou para passar um turno, seja na parte da manhã ou da tarde, e também em função de suas praias terem o uso do território predominado pela segunda residência e não para o seguimento de hotéis e pousadas beira-mar.

Para a composição dos vínculos empresas turísticas em Ceará-Mirim, segundo os dados consultados na RAIS para o período de 2006-2018, tinha na somatória 5.046 vínculos, entre o ano de 2006 e 2018, o município registrou um aumento de 109,4%, indo de 223 para 467, porém o ápice do número de vínculos foi em 2015, com 599, ou seja, a crise econômica e o aumento da taxa de desemprego vivenciada no Brasil a partir de 2016 impactou diretamente o setor turístico em Ceará-Mirim. No comparativo com os números de vínculos em empresas turísticas para o ano 2018, esses representavam 0,8 % do total para o Rio Grande do Norte, 1,0% para o Polo Costa das Dunas e 22,4% e para o

Litoral Norte 26% (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020). O gráfico 34 apresenta a evolução desses vínculos para o município no período de 2006 a 2018.

**GRÁFICO 34- EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS TURÍSTICOS EM CEARÁ-MIRIM – 2006-2018**



**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

O gráfico 35 apresenta o mesmo esquema de cores do gráfico anterior para representar os setores das empresas turísticas. O setor de alimentação foi o que apresentou o maior período de crescimento, com dois anos com pequenas oscilações negativas, em 2013 e em 2016, terminando a série com o segundo maior valor do período, com 201 vínculos, o ápice pertence ao ano de 2015, com 206. O setor de atividades esportivas apresenta um rápido crescimento entre 2012 e 2014, saltando de 28 para 180 vínculos, o ápice da curva, seguido de repetidas quedas até 2017, com 79 vínculos, terminando a série com leve crescimento, com 105. O setor de transporte terrestre segue o mesmo caminho, atingindo o ápice da curva também em 2014, com 144 vínculos, seguido por repetidas quedas até o final da série, com 74 vínculos.

O setor de atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental iniciou a série com 50 vínculos, com crescimento constante até 2009, ápice da curva com 83 vínculos, passando o restante da série oscilando entre 81 e 62 vínculos, com uma média de 71,8 vínculos por ano, terminando a série, em 2018, com 62, o segundo valor mais baixo para o setor. O setor de alojamento, do início da série até 2012, ápice da curva, segue em constante crescimento atingindo a 31 vínculos, caindo para 15 no ano seguinte, e oscilando até o final da série entre 15 e 20 vínculos por ano, finalizando 2018 com 17.

Com base na evolução do número dos vínculos para Ceará-Mirim verifica-se que o ápice da empregabilidade do setor turístico ocorreu entre 2013 e 2015, após esse momento o número de vínculos dos setores que mais empregam, com exceção para o setor de alimentação que apresenta uma redução moderada seguida de uma tímida recuperação, apresentaram queda abrupta, destacando a fragilidade da contribuição economia do turismo para o município em momento de tensão econômica.

Na perspectiva do tamanho dos estabelecimentos, a partir do seu número de vínculos, verifica-se que para a somatória do período de 2006 a 2018, a maioria das empresas, 57,9%, são as que não possuem funcionários, seguidas das com 1 a 4 funcionários, 29,1%, com 5 a 9, 5,9%, as com 20 a 49, 4%, com 10 a 19, 1,9%, com 50 a 99, 1,2. Resultando na predominância do território usado pelo circuito inferior do turismo, seguido pelo superior marginal, e em menor quantidade, do superior, conforme destaca o quadro 23.

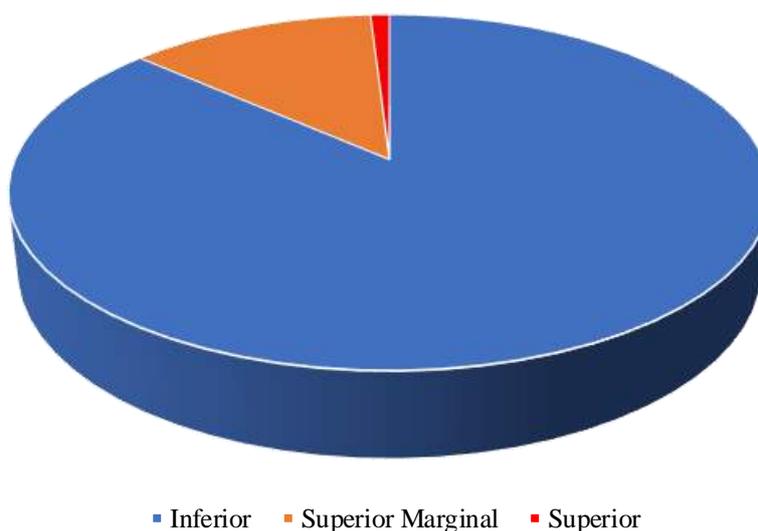
**QUADRO 23 - DISTRIBUIÇÃO DA QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS POR NÚMERO DE VÍNCULOS NA SOMATÓRIA DO PERÍODO PARA CEARÁ-MIRIM – 2006-2018**

VÍNCULOS	ESTABELECIMENTOS	%	CIRCUITO
<b>0 empregado</b>	638	57,9	INFERIOR
<b>de 1 a 4</b>	320	29,1	
<b>de 5 a 9</b>	65	5,9	SUPERIOR MARGINAL
<b>de 10 a 19</b>	21	1,9	
<b>de 20 a 49</b>	44	4,0	
<b>de 50 a 99</b>	13	1,2	SUPERIOR
<b>TOTAL</b>	1101	100,0	

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

Analisando os dados para o ano de 2018, a composição do território usado pelos circuitos da economia urbana do turismo, o circuito inferior corresponde a 86,5%, com 90 empresas, representado no gráfico 35 pela cor azul, o superior marginal a 12,5%, com 13 empresas, representado pela cor laranja, e o superior com 1 empresa, 1%, representado pela cor vermelha.

**GRÁFICO 35 - DISTRIBUIÇÃO DO TERRITÓRIO USADO PELOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA APLICADO AO TURISMO EM CEARÁ-MIRIM – 2018**



**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

A composição dessas empresas, para o ano de 2018, por setor, verifica-se que o setor de alojamento é o que possui a maior participação nos circuitos inferior e superior marginal, entretanto a única empresa do circuito superior é a que pertence ao setor de atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental. O setor de alojamento não conta com nenhuma grande empresa, sendo que a maior está classificada entre 5 a 9 funcionários, na linha transitória entre o circuito inferior e superior do turismo. O quadro 24 mostra essa distribuição dessas empresas para o ano de 2018.

**QUADRO 24 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR VÍNCULOS EM CEARÁ-MIRIM – 2018**

VÍNCULOS	0	1 A 4	5 A 9	10 A 19	20 A 49	50 A 99
transporte terrestre	15	5	-	-	1	-

<b>transporte aquaviário</b>	1	-	-	-	-	-
<b>alojamento</b>	2	4	1	-	-	-
<b>alimentação</b>	21	25	5	1	2	-
<b>agências de viagens</b>	2	3	-	-	-	-
<b>atividade esportiva</b>	12	-	1	1	1	-
<b>atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental</b>	-	-	-	-	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>37</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>1</b>

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

O setor de alimentação em Ceará-Mirim é que possui a maior quantidade de estabelecimentos e é o que mais emprega, assumindo o protagonismo no território usado pelo turismo no município, num cenário onde o setor de alojamento não tem destaque, caracterizando os seus lugares turísticos como locais de passagem, e não de estadia.

O Estado, por meio dos repasses do SIACOR, esteve presente no município, porém, melhorando a infraestrutura urbana do centro da cidade e do seu patrimônio histórico em detrimento do turismo de sol e praia, resultando na pouca atratividade do setor de alojamento, porém, não afetando negativamente a demanda turística do município, que é a mais alta, em todos os períodos observados no Mapa do Turismo Brasileiro, do Litoral Norte, consolidando-o na rede de lugares turísticos como um município de passagem, dependente do fluxo turístico de outras localidades, como a cidade de Natal.

O quadro 25 apresenta a distribuição da demanda turística de para o período de 2016-2019. O município que possui a maior demanda turística total do Litoral Norte para o ano de 2019, estava na 15<sup>o</sup> posição do Rio Grande do Norte, 5<sup>o</sup> em relação ao Polo Costa das Dunas.

#### **QUADRO 25 - DEMANDA TURÍSTICA DE CEARÁ-MIRIM – 2016-2019**

<b>ANO</b>	<b>DEMANDA NACIONAL</b>	<b>DEMANDA INTERNACIONAL</b>	<b>TOTAL</b>
<b>2016</b>	41.994	-	41.994
<b>2017</b>	35.618	-	35.618
<b>2019</b>	35.618	120	35.738

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2019).

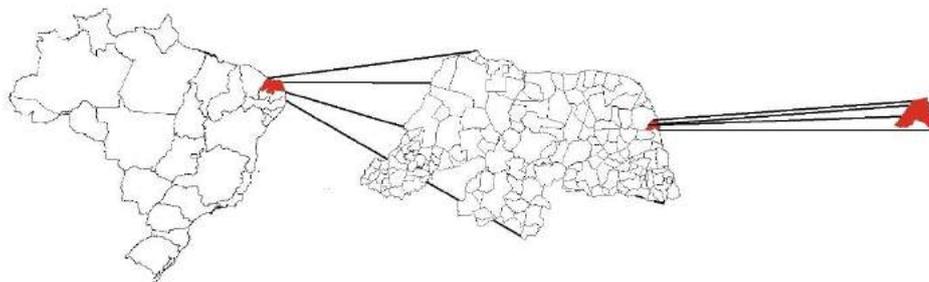
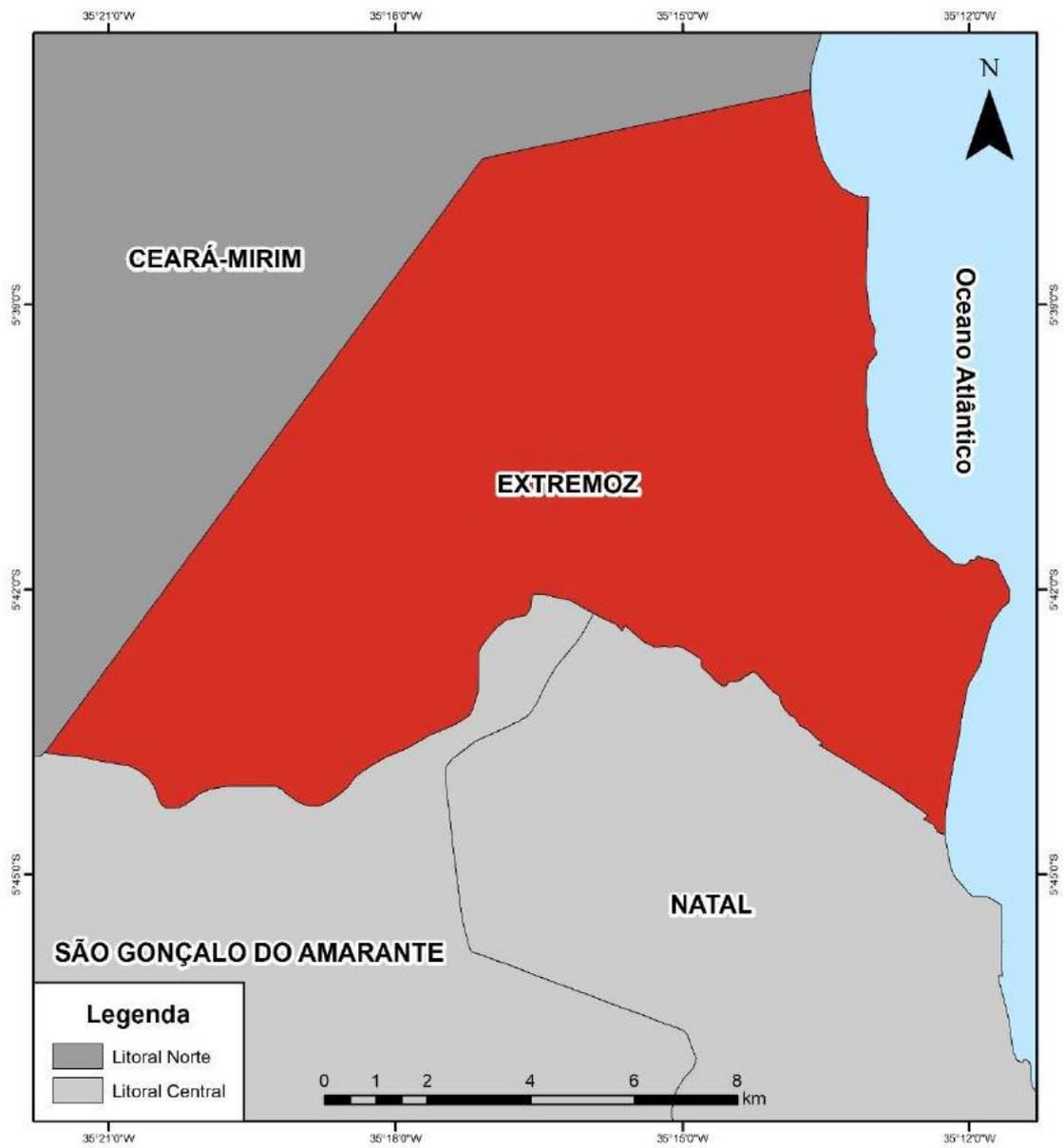
Apesar de ter a melhor demanda turística do Litoral Norte, a terceira maior quantia nos contratos de repasse, maior número de empresas e o segundo

maior número de empregos formais da região, a atividade turística para o município não é determinante para desenvolvimento econômico municipal.

Ceará-Mirim é o maior e mais populoso e com o maior PIB da região, possuindo uma economia diversificada pautada em atividades do setor terciário, sobretudo no comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, atividade com terceiro maior valor adicionado bruto, resultando num cenário, que em 2017 os empregos formais em turismo representavam apenas 6,5% do total do pessoal ocupado no município, equivalente a 0,6% da população total (IBGE, 2019b; MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020), com as transformações decorrentes do processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo limitada a praia de Muriú, um distrito voltado a segunda residência, e a Lagoa de Jacumã, lugar turístico de passagem, ocupado por comércios do circuito inferior do turismo.

#### 6.1.7 O caminho do turismo em Extremoz

O município de Extremoz, o sétimo do Litoral Norte no sentido norte-sul, e o único que faz limite com Natal, e o terceiro a integrar a Região Metropolitana de Natal, possuindo áreas conurbadas entre eles, entre as praias de Redinha, em Natal, e Redinha Nova, Extremoz, localiza-se entre as latitudes  $5^{\circ}36'45.15''S$  e  $5^{\circ}44'34.73''S$  e das longitudes  $35^{\circ}21'39.28''O$  e  $35^{\circ}11'35.03''O$ , conforme destaca o mapa 23. Em relação a sua área, é o segundo menor município da região com  $140,639 \text{ km}^2$ . A sua população, estimada para o ano de 2017, é a terceira maior, com maior, com 28.331 habitantes, resultando na maior densidade demográfica da região, com  $201 \text{ hab/km}^2$ . (IBGE, 2019a).

**MAPA 23 – EXTREMOZ, RIO GRANDE DO NORTE – 2020**

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2020).

A origem do município, segundo IBGE (2019a) remonta as últimas décadas do século XVIII, tendo como referência a aldeia de São Miguel do Guajirú, que era habitada pelos indígenas Tupis e Paiacus, sob a direção dos padres Jesuítas. Em 1758 é fundada a Vila Nova de Extremoz, mas somente em 04 de abril de 1963, pela Lei Estadual n.º 2.876 que é elevado à categoria de município distrito desmembrado de Ceará-Mirim.

O acesso a sede municipal, vindo de Natal, segue pela av. Moema Tinoco, na Zona Norte de Natal, sentido BR-101, seguindo por 2,5km nesta rodovia, sentido sul, entrando na primeira saída na rotatória, sentido Av. Coqueiros, seguindo até o centro da cidade. O acesso as suas praias pode ser feito pela Zona Norte de Natal, seguindo pela Av. João Medeiros Filhos sentido Redinha, virando a esquerda na RN-303, uma área conturbada entre os dois municípios, que recebe o nome de Av. Litorânea, que dá acesso as praias de Redinha Nova, onde fica o primeiro ponto roteiro turístico do Litoral Norte, o Aquário Natal, e Santa Rita, onde termina a rodovia estadual, a partir deste ponto o acesso as demais praias de Extremoz, como Jenipabu e Barra do Rio, só pode ser feito a pé ou por *buggy* turismo, pois a rodovia termina praticamente na orla da praia.

O acesso por carro, ônibus e demais veículos automotivos segue retornando pela Rua Conselheiro Tristão<sup>45</sup> até a av. Moema Tinoco, entrando a direita na RN-304, estrada de Jenipabu, que dá acesso as demais praias de Extremoz. O final da RN-303, na praia de Santa Rita, fica distante 700 metros de Jenipabu, pela faixa de areia, porém para acessar de carro é preciso fazer um desvio, descrito acima, de 17,5km, num percurso que pode demorar entre 30 minutos e 1 hora, a depender do trânsito, sendo esse um dos maiores entraves para a mobilidade do turismo no litoral do município.

Essa falta de acesso resulta no isolamento das comunidades que residem em Redinha Nova e em Santa Rita do centro de Extremoz, pois, elas estão a mais de 25 km do centro do município que fazem parte, e a 10 km do centro de Natal, possuindo desta forma, uma dinâmica urbana relacionada a

---

<sup>45</sup> inaugurada em 2018 e integra o Complexo Viário da Redinha, uma avenida que otimiza o acesso ao Litoral Norte, uma vez que ela é um caminho mais rápido entre o litoral natalense a Av. Moema Tinoco que dá acesso ao sentido norte da BR-101, sem ter que passar pelos trechos de engarrafamento entre os municípios de Natal e São Gonçalo do Amarante.

Natal, porém, com a aparência de um lugar abandonado, sobretudo Redinha Velha, que possui muitas casas de veraneio fechadas, pois os recursos públicos municipais não alcançam essa localidade, situando-se no limbo do esquecimento entre Extremoz e Natal.

No que se refere aos indicadores sociais, o município possuía o IDHM, para o ano de 2010, de 0,660, o maior da região e bem acima de sua média do Litoral Norte, 0,572. O PIB para o município, para o ano de 2016, foi de R\$ 352,2 milhões, o quarto maior da região, igualmente ao seu PIB *per capita*, de R\$ 12.607,78, tendo como principal atividade com valor adicionado ao bruto a “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” seguido dos “Demais serviços” e das “Construção” (IBGE, 2019b), ou seja, também é um município com forte dependência econômico da folha de pagamento do funcionalismo público, conforme a maioria dos municípios do interior do Rio Grande do Norte.

Devido a sua proximidade com Natal, o principal destino turístico do Rio Grande do Norte, é o município do Litoral Norte com a maior quantidade de lugares turísticos, porém completamente dependentes do passeio de *buggy* turismo, pois possuem como principal atrativo as dunas, que possuem dois pontos de concentração turística, as dunas com vista para Lagoa de Jenipabu<sup>46</sup>, imagem 27, com a presença de ambulantes, a com vista para as praias de Jenipabu e Santa Rita, imagem 28, com a presença de várias quiosques e o inusitado passeio de dromedário, um dos símbolos do turismo de sol e praia potiguar, tentando criar um simulacro da paisagem dos países árabes que possuem deserto de areia, com direito a uma tenda de caracterização de trajés típicos desses países para registro fotográfico, imagem 29.

---

<sup>46</sup> O acesso a esta lagoa é proibido para turistas e visitantes, pois faz parte da área de proteção permanente da Área de Proteção Ambiental de Jenipabu (APAJ), sendo permitido somente o acesso a pesquisadores e atividades de educação ambiental, nela se localiza a sede do conselho gestor dessa apa.

**IMAGEM 27 – DUNAS DE JENIPABU, VISTA PARA A LAGOA DE JENIPABU, EXTREMOZ - 2019**



**FONTE:** Acervo do autor (2019).

**IMAGEM 28 – DUNAS DE JENIPABU, VISTA PARA A PRAIA DE  
JENIPABU, EXTREMOZ - 2019**



**FONTE:** Acervo do autor (2019).

**IMAGEM 29 – TENDA ÁRABE NAS DUNAS DE JENIPABU, EXTREMOZ - 2019**



**FONTE:** Acervo do autor (2019).

Além do complexo Jenipabu, que envolve suas dunas e a sua praia, Extremoz também como Lugar Turístico o Aquário Natal, imagem (30) e a Lagoa de Pitangui, imagem 31, que também se inserem no roteiro de passeios de *buggy* turismo. Embora sejam lugares turísticos, essas duas localidades são empresas do circuito superior marginal do turismo. No caso do aquário é uma oferta turística derivada que apostou na exposição da vida marinha como atrativo turístico, no segundo caso trata-se de uma empresa privada, Bar da Lagoa, que cercou a Lagoa de Pitangui se apropriando desta oferta original e monopolizando o uso turístico deste território, locando espaços para terceiros comercializar neste espaço seus produtos e serviços, como o serviço de fotografia por exemplo.

**IMAGEM 30 – AQUÁRIO NATAL, EXTREMOZ – 2019**

**FONTE:** Acervo do autor (2019).

**IMAGEM 31 – LAGOA DE PITANGUI, EXTREMOZ - 2019**

**FONTE:** Acervo do autor (2019).

A quantidade mais expressiva de lugares turísticos em Extremoz, em relação aos demais municípios da região, pode estar relacionado tanto com a proximidade do seu litoral com Natal, sendo o município do Litoral Norte mais integrado a Região Metropolitana de Natal, além do fato de ter recebido a maior quantia de repasses a região interna, R\$ 7.598.304,80, correspondendo a segunda maior do Polo Costa Dunas, ficando somente atrás de Natal, equivalente ao total recebido de 1,4% para o Rio Grande do Norte, 3,6% para o polo e 30,5% em relação ao Litoral Norte.

O primeiro repasse foi no valor de R\$ R\$ 132.350,00 em 2001, aplicado sinalização turística na orla marítima, praias de Pitangui, Graçandu, Barra do Rio, Jenipabu, Santa Rita e Redinha Nova, e o último em 2015, no valor de R\$ 487.500,00, aplicado no apoio a projeto de infraestrutura turística. O quadro 26 traz a distribuição e aplicação desses repasses ao longo do período observado, 2001-2017, no qual a maioria dos repasses foram destinados a construção de

infraestrutura para a atividade turística, buscando fortalecer a demanda original do município.

#### QUADRO 26 - APLICAÇÃO DOS CONTRATOS DE REPASSES DO SIACOR EM EXTREMOZ – 2001-2017

ANO	APLICAÇÃO	VALOR
2001	sinalização turística na orla marítima, praias de Pitangui, Graçandu, Barra do Rio, Jenipabu, Santa Rita e Redinha Nova	R\$ 132.350,00
2002	construção de praça de eventos turísticos entre os conjuntos Estrela do Mar e Alto Extremoz	R\$ 119.910,00
	revitalização da orla da praia da Redinha com construção de calçadão e parada.	R\$ 126.634,80
	urbanização turística da praia da Redinha com a construção de um pórtico na divisa entre o município de Natal/Extremoz.	R\$ 101.910,00
2007	urbanização da orla marítima da praia de Jenipabu	R\$ 975.000,00
	revitalização da entrada da sede do município	R\$ 975.000,00
2008	urbanização da orla marítima do município de Extremoz	R\$ 390.000,00
	construção do centro de cultura no município de Extremoz	R\$ 780.000,00
	construção de quatro praças públicas no município de Extremoz	R\$ 780.000,00
2009	construção de 02 praças localizadas na entrada da cidade, na av. dos Coqueiros	R\$ 390.000,00
2010	sinalização turística	R\$ 487.500,00
2013	sinalização turística	R\$ 487.500,00
	apoio a projetos de infraestrutura turística	R\$ 390.000,00
2014	construção de três praças na Praia de Pitangui Extremoz/RN.	R\$ 975.000,00
2015	apoio a projeto de infraestrutura turística	R\$ 487.500,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 7.598.304,80</b>

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de (BRASIL, 2018).

Os repasses em Extremoz foram aplicados na infraestrutura urbana do município, como no ano de 2007 que é aplicado R\$ 975.000,00 na revitalização da entrada da sede do município, porém a maioria dos recursos foram aplicados em infraestrutura turística, seja na sinalização ou na urbanização turística, destacando a importância que essa atividade teve para na gestão pública, com uma influência direta na composição do número de empresas turísticas do município, de acordo com os dados consultados na RAIS, na somatória do período de 2006-2018, é o segundo maior do Litoral Norte, com 689 estabelecimentos, uma média de 53 por ano.

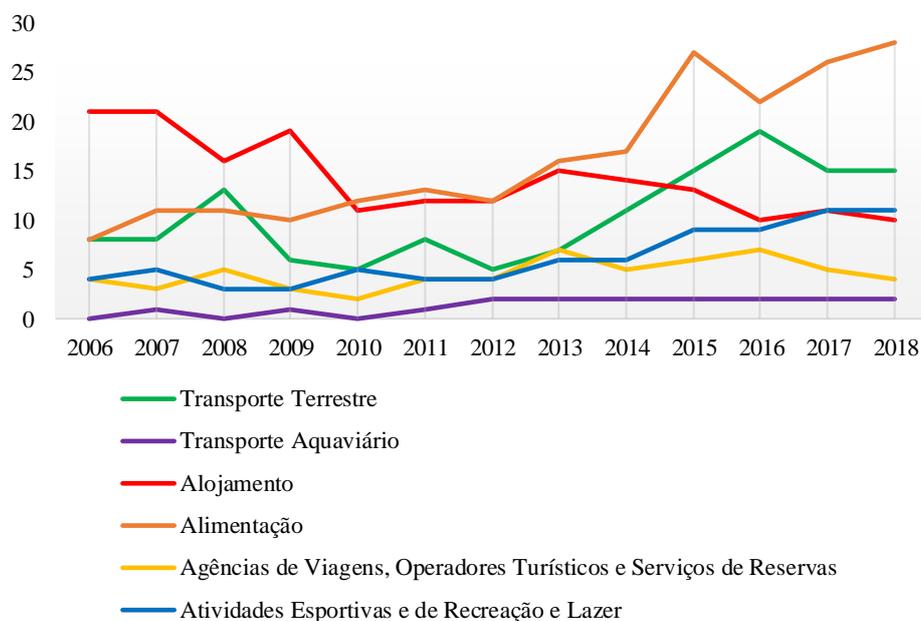
No comparativo com os números de empresas turísticas para o ano 2018, em que Extremoz detinha 70 empresas, essas representavam do 0,8% do total para o Rio Grande do Norte, 1,3% para o Polo Costas das Dunas e 18,3%

para o Litoral Norte. Entre o ano de 2006 e 2018 houve um incremento de 55,5% no número de estabelecimentos, uma passando de 45 para 70, como uma taxa média de crescimento anual de 4,8% (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020).

Na composição dessas empresas, o município apenas não registrou empresas no setor de Transporte Aéreo e de Atividades Ligadas ao Patrimônio Cultural e Ambiental. Os setores mais representativos, na somatória do período observado, em ordem decrescente, Alimentação, com 231, Alojamento, com 185, Transporte Terrestre, com 135, Atividade Esportiva, com 80, Agências de Viagem, com 80 e Transporte Aquaviário, com 17 (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020).

O gráfico 36 mostra a evolução do número dos estabelecimentos turísticos em Extremoz, para o período de 2006-2018, no qual o setor de alimentação, representado pela cor laranja, foi que apresentou o maior crescimento, indo de 8 para 28 estabelecimentos em 2018, o ápice da curva. O setor alojamento, representado pela cor vermelha, por sua vez teve o caminho contrário uma redução gradativa, partindo do ápice da curva em 2006, com 21 estabelecimentos, terminando a série no ponto mais baixo, com 10 estabelecimentos. O setor de transporte terrestre, representado pela cor verde, obteve crescimento expressivo, atingindo o ápice da curva em 2016, com 19 estabelecimento, caindo para 15 no ano seguinte e mantendo esse valor no final da série.

**GRÁFICO 36 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS TURÍSTICAS EM EXTREMOZ - 2006-2018**



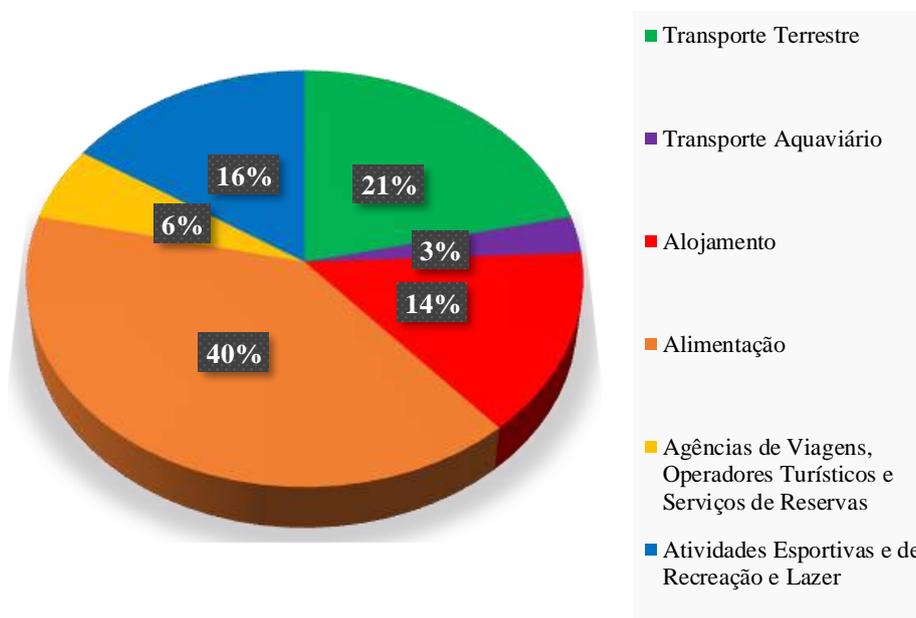
**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

O setor das atividades esportivas, representado pela cor azul, também teve um caminho de crescimento positivo no curso da série, com algumas oscilações negativas no início da curva, entre 2008 e 2009, com 3 empresas, o valor mais baixo observado, fechando a série no ápice da curva com 11. O setor das agências de viagem, representado pela cor amarela, apresentou um caminho oscilante entre aumento e quedas durante todo o período, atingindo o ponto mais baixo em 2010 com 2 empresas e o mais alto em 2016 com 7, fechando a série com o mesmo valor que iniciou em 2006, com 4. Os transportes aquaviários entre 2006 e 2011 oscilou regularmente entre 1 e 0 empresas, estabilizando a partir de 2012 até o final da série em 2 empresas.

O expressivo aumento dos setores de alimentação e de transportes acompanhado do caminho inverso pelo setor de alojamento desvela o perfil do município que, igualmente a Ceará-Mirim, que possui uma atividade turística de passagem, dependendo de fluxo de turistas visitantes que estão hospedados em outros municípios. Cenário que, conforme apresenta o gráfico 37, que utiliza o

mesmo esquema de cores do gráfico anterior, resultou na seguinte distribuição das empresas, turísticas por setor no ano de 2018 em Extremoz:

**GRÁFICO 37 - DISTRIBUIÇÃO DE EMPRESAS TURÍSTICAS, POR SETOR, EM EXTREMOZ - 2018**



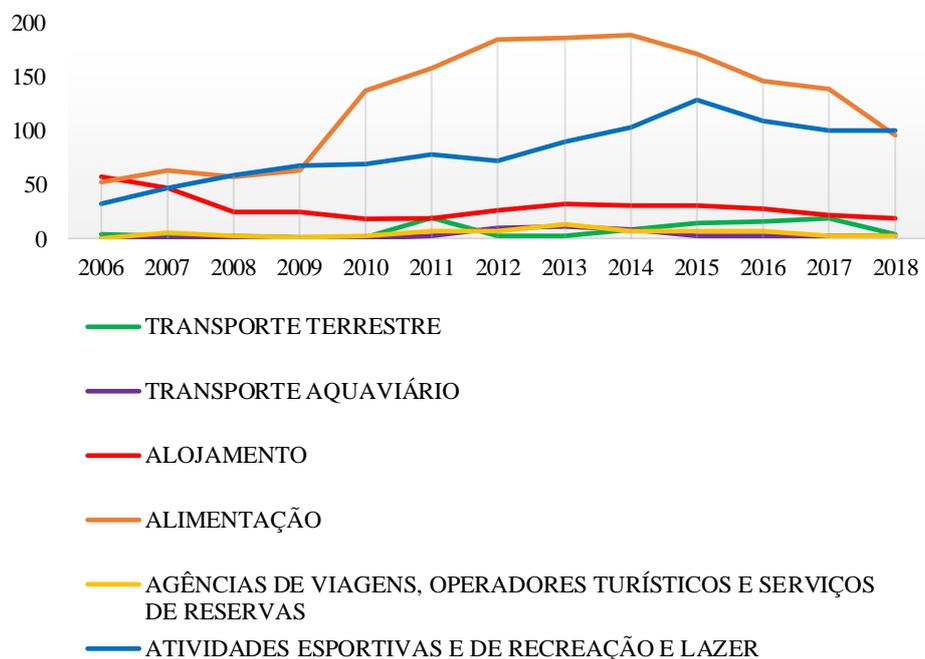
**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

O cenário apresentado no gráfico 32, no qual o setor de alojamento ocupa a quarta posição em número de estabelecimentos, com 14%, irá se refletir no número empregos formais, onde que nos dados consultados na RAIS, na somatória do período de 2006-2018, a maioria dos empregos estavam concentrados nos setores de alimentação, com 50,2%, e atividades esportivas, com 32,1%, enquanto o alojamento representa 11,6%, o setor de transporte que corresponde ao segundo em número de empresas só corresponde a 2,9% dos empregos.

Entre 2006 e 2018 a evolução do número de empregos formais em empresas de turismo para Extremoz foi de 54,4%, indo de 145 para 224, com uma taxa média de crescimento anual de 6,7%. Em relação ao somatório geral para o período, o município detinha 3.260 vínculos, o terceiro maior valor para a região, no qual esses representavam do 0,4% do total para o Rio Grande do Norte, 0,5% para o Polo Costa das Dunas, e 10,8% (MINISTÉRIO DO

TRABALHO, 2020). O gráfico 38 apresenta a evolução desses vínculos para o período.

**GRÁFICO 38- EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS TURÍSTICOS EM EXTREMOZ – 2006-2018**



**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

A dinâmica na evolução do número de vínculos para Extremoz, apresentada no gráfico 38 que traz o mesmo esquema de cores do gráfico anterior, teve uma variação significativa entre os setores de alojamento, alimentação e atividades esportivas no que diz respeito a importância de cada em relação ao número de vínculos. A primeira, alojamento inicia a série em 2006 com 57 vínculos, o ápice de sua curva e o valor mais alto entre os setores, seguida de quedas até ao no de 2010 com 18 vínculos, o mais baixo do período, recuperando o crescimento no ano seguinte até 2013, com 33 vínculos, seguido novas quedas nos anos seguintes, fechando a série com o segundo valor mais baixo, 19 vínculos.

O setor de alojamento a partir de 2009 experimenta um grande crescimento a partir de 2010, ao que assume o posto de setor que mais emprega

em turismo, saltando de 63 para 136 vínculos, seguido de progressivo crescimento até 2012, quando estabiliza na casa dos 180 vínculos, seguido de quedas consecutivas fechando a série com 96 empregos, perdendo a liderança no número de vínculos, que é assumida pelas Atividades esportivas. Essas, tiveram um crescimento lento, ao comparar com o setor anterior, atingindo o ápice da curva em 2015 com 128 vínculos, caindo progressivamente a partir deste período, fechando a série com 100 vínculos.

O setor de transporte terrestre teve um aumento repentino em 2011, saltando de 1 para 19 vínculos, ápice da curva, voltando 2 no ano seguinte, experimentando outro período de aumento exponencial entre 2015 e 2017, fechando a série com 4. O setor de transporte aquaviário só começa a empregar a partir de 2011, tendo o melhor período entre 2012 e 2013, com 10 e 11 vínculos respectivamente, decaindo no ano seguinte e estabilizando a partir de 2015 em 3 até o final da série. O setor das agências de viagem experimenta um período de crescimento entre 2011 e 2013, quando atinge o ápice com 13 vínculos, caindo gradativamente no ano seguinte e fechando a série com 2 vínculos.

No atual cenário econômico, o setor alimentação e de atividades esportivas foram os que mais sofreram com a crise econômica de 2016, sendo essas as principais atividades econômicas relacionadas ao turismo, quando se leva em consideração o número de empregos formais.

Em relação ao tamanho dos estabelecimentos a partir do seu número de vínculos, verifica-se que na somatória do período de 2006 a 2018, verifica-se que a maioria das empresas, 55,2%, são as que não possuem funcionários, seguidas das com 1 a 4 funcionários, 30,5%, as com 5 a 9 representam 6,0%, as com 10 a 19, 4,4%, com 20 a 49, 3,5% e com 50 a 99, 0,6%, resultando desta forma, numa predominância pelo território usado pelo circuito inferior do turismo, seguido pelo superior marginal, e em uma quantidade praticamente inexpressiva do superior, conforme destaca o quadro 27.

**QUADRO 27 - DISTRIBUIÇÃO DA QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS POR NÚMERO DE VÍNCULOS NA SOMATÓRIA DO PERÍODO PARA EXTREMOZ- 2006-2018**

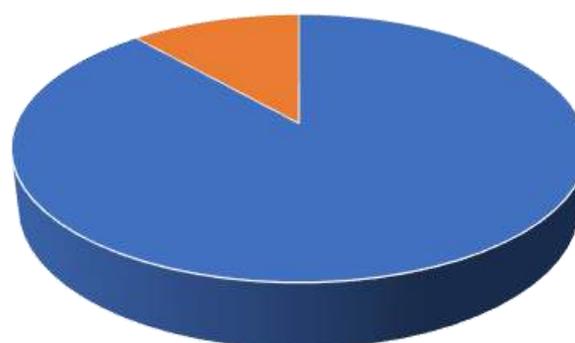
VÍNCULOS	ESTABELECIMENTOS	%	CIRCUITO
0 empregado	380	55,2	INFERIOR

<b>de 1 a 4</b>	210	30,5	
<b>de 5 a 9</b>	41	6,0	SUPERIOR MARGINAL
<b>de 10 a 19</b>	30	4,4	
<b>de 20 a 49</b>	24	3,5	
<b>de 50 a 99</b>	4	0,6	SUPERIOR
<b>TOTAL</b>	689	100,0	

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

Analisando os dados mais recentes, o ano de 2018, a composição do território usado pelos circuitos da economia urbana do turismo, o circuito inferior corresponde a 88,6%, com 62 empresas, representado no gráfico 39 pela cor azul, o superior marginal a 11,4%, com 8 empresas, representado pela cor laranja, e o superior foi ausente no período consultado, só apresentou resultado positivo entre os anos de 2010 e 2013, com uma empresa no setor alimentação.

**GRÁFICO 39 - DISTRIBUIÇÃO DO TERRITÓRIO USADO PELOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA APLICADO AO TURISMO EM EXTREMOZ- 2018**



■ Inferior ■ Superior Marginal

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

Para composição dessas empresas, para o ano de 2018, por setor, verifica-se que em relação ao tamanho das empresas, as maiores se concentram no setor de atividade esportiva, que possui 1 empresa com 20 a 49 e 3 de 5 a 9 com funcionários, seguido do setor de alimentação, com 1 empresa com 20 a 49 e 2 de 5 a 9, e o de alojamento, com 1 empresa nesta última classificação, conforme destaca o quadro 28.

**QUADRO 28 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR VÍNCULOS EM EXTREMOZ – 2018**

VÍNCULOS	0	1 A 4	5 A 9	10 A 19	20 A 49
transporte terrestre	13	2	-	-	-
transporte aquaviário	1	1	-	-	-
alojamento	6	3	1	-	-
alimentação	15	10	2	-	1
agências de viagens	3	1	-	-	-
atividade esportiva	4	3	3	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>20</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>2</b>

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

Extremoz possui o segundo maior número de empresas turísticas, no somatório do período de 2006-2018, porém a maioria é composta por empresas de pequeno porte, desta forma, a grande parcela de investimentos do SIACOR não conseguiu atrair grandes empresas do setor para o município. Um cenário particular com a saída das empresas do setor de alojamento, normalmente as maiores empresas turísticas do município para o crescimento do setor de alimentação, predominado por pequenas empresas, porém, também vivenciando um declínio a partir de 2016.

Desta forma, apesar da participação do Estado, não houve uma articulação com o mercado, uma vez que esse território é um ponto de passagem para o turismo, não de estadia. Esta característica impacta diretamente na composição da demanda turística do município, observada no Mapa do Turismo Brasileiro, que sofreu uma queda de 15,4% entre 2016 e 2019, caindo de 30.541 para 25.825, conforme apresenta o quadro 29.

**QUADRO 29 - DEMANDA TURÍSTICA DE EXTREMOZ – 2016-2019**

ANO	DEMANDA NACIONAL	DEMANDA INTERNACIONAL	TOTAL
2016	30.541	-	30.541
2017	25.072	278	25.350
2019	25.072	753	25.825

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de BRASIL (2019).

Mesmo sem a presença de um setor de alojamento consolidado, Extremoz em relação a sua demanda turística total de 2019, ocupa a 21ª posição do Rio Grande do Norte, 8º em relação ao Polo Costa das Dunas, e a 3º para o

Litoral Norte. Mesmo com a presença de turistas ao longo do seu litoral, é uma atividade que só representa 9.9% dos empregos formais para o ano de 2017 (IBGE cidades; MINISTÉRIO DO TRABALHO), desta forma, apesar do turismo ser relevante para a economia municipal, a predominância de pequenos estabelecimentos e a pouca participação no número de empregos formais contribui para que a atividade promova um desenvolvimento econômico pontual, legando para maioria dos trabalhadores envolvidos nesta atividade muito mais um meio para subsistência do que uma caminho para o desenvolvimento econômico, onde predomina o emprego informal.

## **6.2 O nível de território usado pelo turismo no Litoral Norte**

O Litoral Norte é a região interna do PCD com os maiores desafios, ao considerar os indicadores sociais, econômicos e turísticos. Apesar dos sete municípios que compõem essa região interna estarem agrupados, conforme apresentado, possuem realidades díspares entre si, em que, para cada município o turismo possui uma importância específica na composição do território usado.

Levando em consideração os dados das variáveis utilizadas para a analisar o território usado nesses municípios, contratos de repasse, empresas e vínculos turísticos e demanda turística elaborou-se um índice para avaliar, no quadro comparativo, o nível do território usado pelo turismo em cada município.

O nível do território usado pelo turismo é mensurado pelo índice do território usado pelo turismo – ITUT, que tem como valor referência de 100% para a variável com o valor máximo atingindo entre os sete municípios para o ano em análise, utilizando as seguintes variáveis: número de empresas turísticas; empregos turísticos e demanda turística para o ano analisado e a somatória para o período de 2001, primeiro ano dos contabilizado no SIACOR, até o ano analisado, dos contratos de repasses. Tendo em vista que cada município é assimétrico em relação ao seu tamanho, cada componente do índice será balanceado pela projeção do número de habitantes para o ano analisado

O ITUT é composto pela média ponderada dos indicadores do Mercado, composto pelas empresas turísticas e empregos turísticos, cada um com peso 1, que na somatória possui peso 2, pois são os elementos centrais para o

território usado; do Estado, composto pelos contratos de repasses, com peso 1, responsável direto pela infraestrutura turística e gestão da atividade; e dos Turistas, composto pela demanda turística total, com peso 3, partindo do princípio que esses são os principais atores na origem do Lugar Turístico, pois sem o interesse da visitação, o lugar turístico deixa de existir, retornando ao estatuto de lugar.

O ITUT, deste modo, foi obtido pela fórmula 1, onde “epsT” são as empresas turísticas, “epgT” empregos turísticos, “cr” contratos de repasses e “dt” demanda turística.

### **FÓRMULA 1 - ÍNDICE DO TERRITÓRIO USADO PELO TURISMO - ITUT**

$$ITUT = \frac{(epsT \times 1) + (epgT \times 1) + (cr \times 1) + (dt \times 3)}{6}$$

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2020).

O cálculo das empresas turísticas, apresentado na fórmula 2, epsT, foi realizado em duas etapas, a primeira etapa é o resultado da média ponderada das variáveis<sup>47</sup> dos setores transporte terrestre (tt), transporte aquaviário (ta), agências de viagem (av), atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental (aca) e atividades esportivas (ae), com peso 1, e alimentação (alt) com peso 2, pois é o segundo tipo de atividade mais importante para o turismo, e alojamento (alj), com peso 3, a atividade mais importante para o seguimento. Após a obtenção dos valores, foi realizado o balanceado dividindo-o pelo número de habitantes (hab), da projeção do ano em análise, para cada 1000 habitantes. Na segunda etapa foi executada a padronização do resultado na escala de 0 a 100, por meio de uma regra de três, a partir do valor referência (vrepST), obtido pelo maior valor registrado na etapa 1 entre os sete municípios analisados.

### **FÓRMULA 2 – CÁLCULO DAS EMPRESAS TURÍSTICAS – epsT**

$$Etapa\ 1\ epst = \frac{(tt \times 1) + (ta \times 1) + (av \times 1) + (aca \times 1) + (ae \times 1) + (alt \times 2) + (alj \times 3)}{10}$$

$$Balanceamento = Etapa\ 1\ epst / (hab \div 1000)$$

<sup>47</sup>A variável Transporte Aéreo não é considerada para compor o cálculo das empresas e empregos turísticos porque nenhum município do Litoral Norte obteve valor positivo para essa variável para ao de referência 2017.

$$\text{Etapa 2 epsT} = (\text{etapa 1 epsT balanceada} \times 100) / \text{vrepST}$$

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2020).

O cálculo dos empregos turísticos, apresentada na fórmula 3, *epgT*, foi obtido com base no mesmo cálculo das empresas turísticas, em duas etapas, a primeira etapa, é o resultado da média ponderada das variáveis dos setores transporte terrestre (*vtt*), transporte aquaviário (*vta*), agências de viagem (*vav*), atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental (*vaca*) e atividades esportivas (*vae*), com peso 1, e alimentação (*valt*) com peso 2, e alojamento (*valj*), com peso 3. Após obter esse valor, ele foi balanceado dividindo-o pelo número de habitantes (*hab*), da projeção do ano em análise, a cada 1000 habitantes. Na segunda etapa foi realizada a padronização do resultado na escala de 0 a 100, por meio de uma regra de três, a partir do valor referência (*vrepG*), obtido pelo maior valor obtido na etapa 1 entre os sete municípios analisados.

### **FÓRMULA 3 - CÁLCULO DOS EMPREGOS TURÍSTICOS – *epgT***

$$\text{Etapa 1 epgT} = \frac{(vtt \times 1) + (vta \times 1) + (vav \times 1) + (vaca \times 1) + (vae \times 1) + (valt \times 2) + (valj \times 3)}{10}$$

$$\text{Balanceamento} = \text{Etapa 1 epgT} / (\text{hab} \div 1000)$$

$$\text{Etapa 2 epgT} = (\text{etapa 1 epgT balanceada} \times 100) / \text{vrepG}$$

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2020).

O componente do Estado, o contrato de repasses (*cr*), apresentado na fórmula 4, foi obtido pela somatória do contrato de repasses do município (*crm*) de 2001 até o ano de análise e balanceado pelo número habitantes (*hab*), da projeção do ano em análise, a cada 1000 habitantes, seguido da padronização do resultado na escala de 0 a 100, por meio de uma regra de três a partir do valor referência (*vrer*), obtido pelo maior valor obtido na etapa 1 entre os sete municípios analisados.

### **FÓRMULA 4 – CÁLCULO DO CONTRATO DE REPASSES – *cr***

$$\text{Etapa 1: } cr = crm2001 + crmN + \dots$$

$$\text{Balanceamento} = cr / (\text{hab} \div 1000)$$

$$\text{Etapa 2: } cr = (cr \text{ balanceado} \times 100) / vrcr$$

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2020).

O componente Turistas, a demanda turística (dt), foi realizado em duas etapas, conforme demonstra a fórmula 5, a primeira é o resultado da média ponderada da demanda turística para o ano de referência, no qual a demanda internacional (di) possui peso 2, uma vez que esse setor possui o maior poder de consumo, com maior impacto no processo de transformação dos lugares turísticos onde esta demanda é maior, e a demanda nacional (dn), com peso 1. Após obter esse valor, ele foi balanceado dividindo pelo número de habitantes (hab), da projeção do ano em análise, a cada 1000 habitantes. Na segunda etapa é realizada a padronização do resultado na escala de 0 a 100, por meio de uma regra de três, a partir do valor referência (vr dt), obtido pelo maior valor obtido na etapa 1 entre os sete municípios analisados.

#### **FÓRMULA 5 – CÁLCULO DA DEMANDA TURÍSTICA – dt**

$$\text{Etapa 1 } dt = \frac{(di \times 2) + (dn \times 1)}{3}$$

$$\text{Balanceamento} = \text{etapa 1 } dt / (\text{hab} \div 1000)$$

$$\text{Etapa 2 } dt = (dt \text{ balanceado} \times 100) / vr dt$$

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2020).

A partir dos resultados do ITUT, que vai de 0 a 100, realizou-se a análise do nível do território usado pelo turismo em cada município do Litoral Norte a partir do quadro comparativo entre eles, partindo do princípio de que quanto maior a presença de empresas e empregos turísticos, contratos de repasse e a demanda turística maior será o nível do território usado pelo turismo, com a presença de Lugares Turísticos com maior densidade técnica-científica-informacional e diversidade de comércios e serviços para atender a necessidade de consumo dos turistas. O quadro 30 apresenta as principais características para os quatro níveis do ITUT, o primeiro no intervalo de 75,1-100, o segundo de 50,1-75, o terceiro de 25,1-50 e o último de 0-25.

**QUADRO 30 – CARACTERÍSTICA PRINCIPAL POR INTERVALO DO ÍNDICE DE TERRITÓRIO USADO PELO TURISMO**

NÍVEL	VALOR DE REFERÊNCIA	CARACTERÍSTICA PRINCIPAL
1	75,1 – 100	O turismo é uma das, ou mais importante, atividades para a economia, com uma presença articulada entre o Estado, o Mercado e Turistas, resultando em Lugares Turísticos com infraestrutura necessária para desenvolver a atividade no município.
2	50,1 – 75	Embora o turismo seja importante para a economia municipal, com uma articulação mediana entre o Estado, o Mercado e Turistas, a ausência ou insuficiência de uma dessas variáveis, resulta em Lugares Turísticos com uma infraestrutura deficitária, podendo ser insuficiente para atender ou atrair demanda turística.
3	25,1 – 50	O turismo quase não contribui para a economia municipal, com pouca, nenhuma articulação entre o Estado, o Mercado e Turistas, resultando em Lugares Turísticos com pouca infraestrutura para atender a demanda turística.
4	0 – 25	O turismo é praticamente ausente, e quando está presente é insignificante para a economia municipal, com ausência completa ou parcial do Estado, do Mercado ou dos Turistas, com Lugares turísticos, quando presente, sem infraestrutura para atender a demanda turística

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2020).

A aplicação do ITUT no Litoral Norte teve 2017 como ano de referência, pois é o ano que possui dados para todas as variáveis necessárias para compor o índice. Nas primeiras etapas dos cálculos, já como balanceamento pelo número de habitantes, os componentes do *epsT* e *epgT*, São Miguel do Gostoso obteve os melhores resultados, constituindo-se como valor referência. Em relação aos *cr*, o melhor resultado ficou com Pedra Grande, constituindo-se como valor de referência, e para o último componente *dt* ficou a cargo de Touros

a primeira posição, constituindo-se valo de referência, conforme destaca a tabela 23.

**TABELA 23 – RESULTADOS DA PRIMEIRA ETAPA, BALANCEADA, DOS CÁLCULOS DO ITUT DO LITORAL NORTE – 2017**

MUNICÍPIO	epsT	epgT	cr	dt
Pedra grande	14,6	13,5	<b>100,0*</b>	-
São Miguel do Gostoso	<b>100,0*</b>	<b>100,0*</b>	78,9	99,5
Touros	13,1	17,4	2,4	<b>100,0*</b>
Rio do Fogo	12,3	12,6	2,3	46,7
Maxaranguape	24,1	45,4	95,2	88,4
Ceará-Mirim	10,8	9,8	15,5	51,3
Extremoz	18,6	16,8	53,1	99,2

\* Valor de referência para a variável.

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020); Brasil (2018; 2019).

A partir dos valores de referência, seguiu para a finalização dos cálculos do ITUT para o ano de 2017, no qual a primeira posição ficou com o Município de São Miguel do Gostoso, com ITUT de 96,2, e a última com o seu vizinho ao norte, Pedra Grande, com 21,4. A tabela 24 apresenta o ITUT do Litoral Norte, em ordem decrescente, para o ano de 2017.

**TABELA 24 – ÍNDICE DO TERRITÓRIO USADO PELO TURISMO NO LITORAL NORTE - 2017**

Município	ITUT	Nível
São Miguel do Gostoso	96,2	1
Maxaranguape	71,6	2
Extremoz	64,3	
Touros	55,5	3
Ceará-Mirim	31,7	
Rio do Fogo	27,9	4
Pedra Grande	21,4	

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de (MINISTÉRIOR DO TRABALHO, 2020; BRASIL 2018; 2019).

Com base no ITUT, o Litoral Norte possui um município no nível mais alto, São Miguel do Gostoso, sendo esse o que possui o melhor nível para o território usado pelo turismo, o que é visível na paisagem urbana do município,

que desde o seu processo de emancipação político teve a atividade turística como projeto econômico para o seu desenvolvimento.

No segundo nível, em ordem decrescente, estão os municípios de Maxaranguape, Extremoz e Touros. O primeiro desta lista, Maxaranguape, está próximo de avançar para o segundo nível do ITUT, em função da participação dos empregos formais em empresas turísticas, responsável por 30,7% dos empregos formais.

A prática turística em Extremoz está concentrada em seu litoral, principalmente nas dunas e praia de Jenipabu, que tem no passeio de *buggy* turismo e de dromedário um dos principais símbolos da atividade turística comercializada em Natal, fazendo parte dos principais pacotes dos roteiros turísticos. Porém, em razão da sua oferta limitada de empresas de alojamento, a sua prática turística é realizada prioritariamente no período diurno, sendo a maioria dos lugares turísticos pontos de visitação e não de hospedagem.

Os resultados do ITUT de Touros, 55,5, referentes ao ano de 2017, não contabiliza a participação do *resort hotel all inclusive* Vila Galé, a maior empresa turística do Litoral Norte, que acrescentou, em 2018, 285 empregos em hospedagem e 40 no setor de alimentação. Ao acrescentar esse acréscimo aos cálculos, o ITUT projetado do município alcança o valor de 60,0, porém, ainda pertencendo ao nível 2, pois, apesar da presença do hotel português ter incrementado o número de empregos, não aumentou a demanda turística para 2019, além do que o município teve o segundo menor valor em contratos de repasses para a região. No momento, o turismo é uma atividade que contribui para sua economia municipal, principalmente a partir de 2018, porém, ainda possui dificuldades na atração de demanda turística, sobretudo a internacional, e pouca articulação com subsídios estatal para o setor.

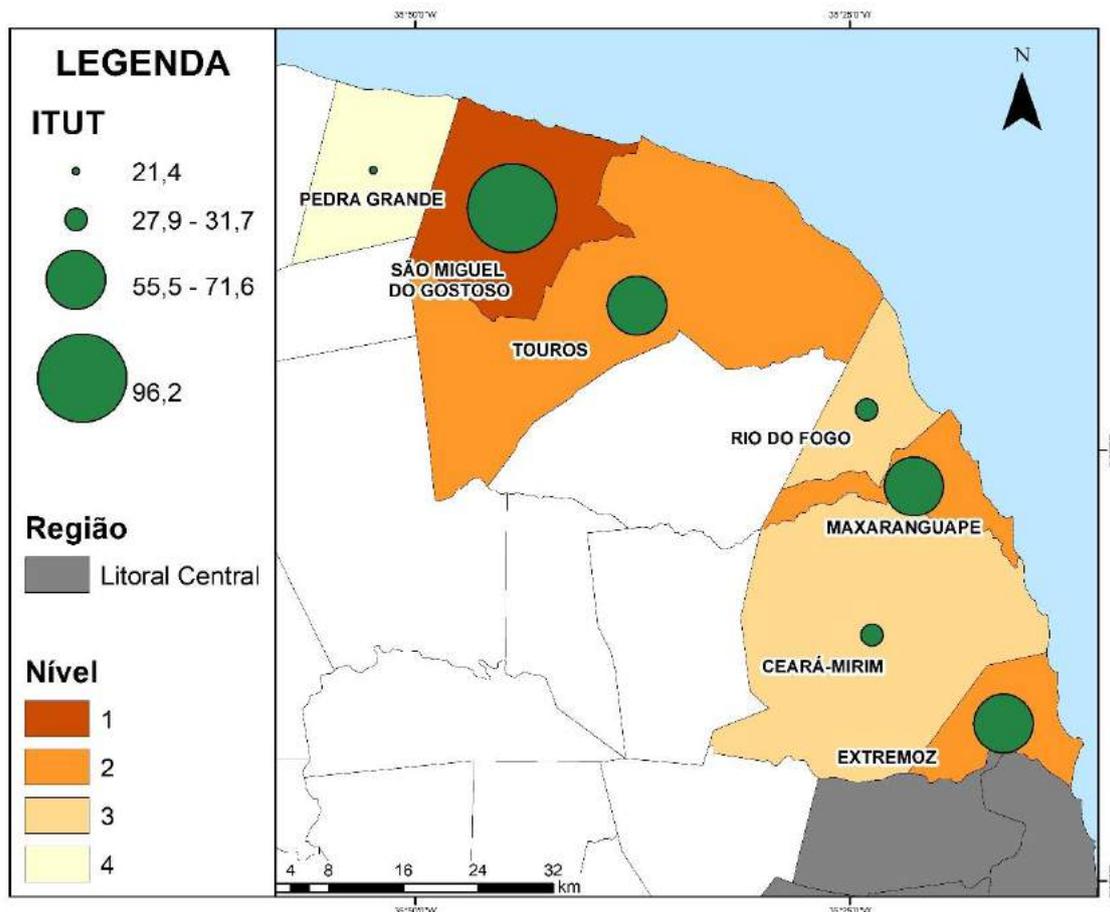
O município de Ceará-Mirim, apesar de ter os maiores valores para a demanda turística, e número de empresas e empregos turísticos e o terceiro maior de valor em repasses entre os municípios do Litoral Norte, o seu ITUT é baixo, classificado no nível 3, em função do balanceamento pelo número de habitantes, tendo desta forma, um baixo desempenho na escala por mil habitantes entre as variáveis selecionadas, ou seja, apesar de possuir atividade turística, essa tem pouca contribuição para a dinâmica econômica do município, restrita basicamente a Lagoa de Jacumã.

Rio do Fogo, apresenta o segundo ITUT mais baixo, porém ainda classificado no nível 3. É o município mais pobre do Litoral Norte, como uma atividade turística praticamente inexistente, sem uma presença relevante das variáveis selecionadas, com o território usado pelo turismo limitado à alguns quiosques e barracas na praia de Zumbi.

O Litoral Norte possui apenas um município na pior classificação do ITUT, nível 4, justamente o município de Pedra Grande, que apesar de ter melhor relação dos contratos de repasses por mil habitantes da região, R\$ 505.512,51, não é um município turístico, uma vez que detém uma presença inexpressiva de empresas e empregos turísticos, e não possui demanda turística, não tendo um território usado pelo turismo, característica confirmada pelo trabalho de campo, que não registrou infraestruturas, empresas e turistas em sua praia de Enxu Queimado.

O mapa 24 apresenta a distribuição dos ITUT para Litoral Norte no ano de 2017, representado por tons de marrom, quanto mais escuro mais alto o nível do índice.

## MAPA 24 – ÍNDICE DO TERRITÓRIO USADO PELO TURISMO NO LITORAL NORTE – 2017



**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir de (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020; BRASIL 2018; 2019).

O território usado pelo turismo para região do Litoral Norte materializa-se de forma específica em cada município, com diferentes níveis de densidade técnica-científica-informacional. Neste cenário, São Miguel do Gostoso emerge como o único município turístico da região interna do Polo Costa da Dunas que o processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo transformou completamente o município, sendo esta atividade o principal mote para a urbanização municipal.

Os municípios de Maxaranguape, Extremoz, Touros são municípios em que a atividade turística contribuiu para a dinâmica econômica municipal, porém focada em determinados pontos de seu território. Para Ceará-Mirim a prática turismo está presente em seu território, porém com pouca influência em sua dinâmica econômica, pois ao balancear as variáveis do ITUT pelo número de habitantes, a atividade torna-se praticamente invisível.

Em Rio do Fogo o território usado pelo turismo é praticamente inexistente, com pouquíssima contribuição para a economia municipal. Pedra Grande não possui um território usado pelo turismo, apesar de fazer parte, em sentido analítico, do Litoral Norte e legalmente do Polo Costa das Dunas, o município não integra a cadeia produtiva do turismo, nem para a região interna e para o polo. Ao longo das duas décadas de existência deste polo de crescimento econômico, nenhuma ação que foi realizada para integrar o município ao roteiro turístico de sol e praia.

## **7 OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO DOS LUGARES TURÍSTICOS DO LITORAL NORTE: UMA REDE DESIGUAL E COMBINADA**

O turismo foi uma das atividades da reestruturação econômica e produtiva no Rio Grande do Norte, entre o final dos anos de 1980 e o início de 1990, porém, este fenômeno não alcançou todo o estado, concentrado em Natal, num primeiro momento, se espalhando com mais intensidade, relação ao restante do estado, a partir dos anos 2000, no polo turístico que a capital faz parte, o Polo Costa das Dunas.

Entre os cinco polos turísticos do Rio Grande do Norte, o Polo Costa das Dunas emerge enquanto região especializada do turismo potiguar. Em razão das particularidades internas deste polo, verificou-se um processo de regionalização interna, da qual fazem parte o Litoral Central, o Litoral Sul e Litoral Norte.

O Litoral Norte, composto por sete municípios, Pedra Grande, São Miguel do Gostoso, Touros, Rio do Fogo, Maxaranguape, Ceará-Mirim e Extremoz, possui uma paisagem com os mesmos elementos morfológicos que compõem a oferta original do turismo de sol e praia da área litorânea do Polo Costa das Dunas, justamente as praias, lagoas naturais, dunas e um clima tropical úmido. Entretanto, apenas esses elementos naturais não são suficientes para consolidar o processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo nesta região interna, uma vez que, na maioria, dos lugares turísticos dos seus municípios carecem de infraestrutura turística e de interesse de investimentos do mercado, resultando em um território usado predominantemente por pequenos estabelecimentos turísticos do circuito inferior.

Neste cenário, o circuito inferior do turismo está mais presente no Litoral Norte<sup>48</sup>, representando 83,5% dos estabelecimentos turísticos em 2018, com um circuito superior praticamente inexistente, com apenas 3 estabelecimentos, contra os 895 do Litoral Central e 148 do Litoral Sul (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020), consolidando no Litoral Norte um território usado, majoritariamente, pelo circuito inferior.

---

<sup>48</sup> Conforme metodologia apresentada no capítulo 5, o circuito inferior do turismo é composto pelas empresas que apresentaram entre 0 e 4 funcionários, segundo os dados consultados na RAIS.

A partir deste contexto, este capítulo, “Os circuitos da economia urbana dos lugares turísticos do Litoral Norte: Uma rede desigual e combinada”, cujo objetivo é analisar os lugares turísticos, a partir dos circuitos da economia urbana, do Litoral Norte em sua relação desigual e combinada em rede, parte da hipótese de que essa rede de lugares turísticos, enquanto forma espacial da atividade turística no Litoral Norte, tece suas relações por meio de uma relação desigual e combinada com as atividades da região concentrada do turismo no Litoral Central, sobretudo na cidade de Natal, a partir dos roteiros de passeios, realizado tanto por buggys quanto por ônibus de turismo, que conecta os turistas hospedados na capital aos lugares turísticos do Litoral Norte, no qual permanecem alguns instantes em cada lugar visitado, retornando ao final do passeio à região concentrada para finalizar o período de férias, onde o território usado pelo circuito inferior do turismo é predominante.

A discussão desta última hipótese que compõem a tese central é realidade em três partes, a primeira, “Os Lugares Turísticos do Litoral Norte”, identificou e analisou a composição dos lugares turísticos do Litoral Norte, a partir do território usado pelo turismo, com base nos elementos da morfologia urbana de suas praias, aplicando a metodologia apresentada no primeiro capítulo, classificando-os de acordo com o nível de densidade técnica-científica-informacional, local turístico; cidade turística; estação turística e feitoria turística. A classificação foi realizada com base nas visitas realizadas a campo, que percorreu 131 quilômetros entre Extremoz e Pedra Grande, nos meses de janeiro e fevereiro, visitando quatorze lugares turísticos e onze praias em que a tipologia principal do território usado não era o turismo.

Os dados coletados em visita a campo foram somados as informações coletadas junto ao banco de dados do Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR) do MTUR para o ano de 2019, que para esta seção foi consultada a localização dos meios de hospedagem e a sua quantidade de leitos, resultando em uma cartografia qualitativa da concentração de meios de hospedagem por lugar turístico do Litoral Norte, corroborando para a classificação de acordo com o nível densidade técnica-científica-informacional do lugar.

A segunda parte, “O Litoral Norte a partir dos Circuitos da economia urbana do turismo”, analisou os agentes do circuito superior, superior marginal e

inferior a partir os dados coletados no trabalho de campo realizado juntos aos comerciantes dos lugares turísticos do Litoral Norte, ao total, 54 comerciantes responderam um questionário com sete questões, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2019. Essas questões tiveram como objetivo conhecer o perfil das atividades comerciais dos lugares turísticos do Litoral Norte e identificar a qual circuito elas pertencem. Somado aos dados obtidos a campo, utilizou-se o banco de dados da RAIS e do CADASTUR para compor uma imagem mais detalhada da composição dos circuitos da economia urbana do turismo nos municípios do Litoral Norte. Esta seção é subdividida em duas partes, a primeira, “A natureza dos circuitos da economia urbana do turismo no Litoral Norte”, no qual realiza uma caracterização, a partir do trabalho de campo, da atuação dos agentes dos circuitos da economia urbana no turismo no Litoral Norte, por meio da análise do perfil dos comércios identificados pelos questionários. Dos 54 estabelecimentos comerciais, 49 foram classificados como circuito inferior do turismo, entre esses 33 eram informais e 16 eram formais.

As atividades do circuito inferior encontradas nos lugares turísticos do Litoral Norte podem ser agrupadas em quatro grupos: Alimentação; Rouparia; Passeio e Lazer e Souvenir. As atividades do grupo de Alimentação encontradas na região correspondem a: conveniência; restaurante; barracas de bebidas, de restaurante, de lanche e de frutas; ambulantes de bebidas, de açaí e de espetinho. Do grupo de Rouparia: barraca de óculos de sol, de chapéus, de moda praia e loja de moda praia. Do grupo de Passeio e Lazer: Passeio de Jegue; Skibunda e Aerobunda. As do grupo de Souvenir: serviços de fotografia; tenda caracterização árabe; loja e barraca de artesanato e barraca de crochê. As atividades do circuito superior do turismo, por sua vez, encaixam-se em duas categorias: Alimentação, com a empresa Bar da Lagoa; e Passeios e Lazer, com o Aquário Natal, Dromedunas Turismo, MA-NOA Park e Passeio de Quadriciclo.

A segunda subseção, “Distribuição espacial dos circuitos da economia urbana do turismo nos Lugares Turísticos”, apresenta uma série cartográfica de dozes mapas com a distribuição das empresas turísticas de cada um dos circuitos da economia urbana do turismo para cada lugar turístico do Litoral Norte, tendo como fonte as empresas identificadas no trabalho de campo e as que estão registradas no CADASTUR para o ano de 2019.

A terceira e última parte do capítulo, “A rede de lugares turístico do Litoral Norte”, abordar a quarta hipótese da tese, de que o território usado pelo turismo no Litoral Norte apresenta a forma espacial de uma rede de lugares turísticos, que estão em uma relação desigual e combinada com a capital do estado.

A análise da rede de lugares turísticos do Litoral Norte foi realizada a partir da aplicação de questionários com turistas que estavam frequentando os lugares turísticos entre janeiro e fevereiro de 2019, resultando em 89 questionários. Para esse grupo foram dirigidas nove questões com o objetivo conhecer o perfil socioeconômico e a dinâmica espacial dos turistas que visitaram o Litoral Norte. Além do trabalho de campo, também recorreu como dados complementares a edição de 2019 do relatório anual da Federação do Comércio de Bens, Serviços e turismo do Estado do RN – FECOMÉRCIO RN.

O nexos relacional da rede de lugares turísticos do Litoral Norte ocorre pela circulação de turistas do centro da rede, que é o município em que estão hospedados e assume a função de lugar receptor original, e os lugares receptores derivados, que são os lugares turísticos visitados durante o período de estadia.

Para o Litoral Norte, o centro desta rede é o bairro de Ponta Negra, em Natal, pois, concentra a maior quantidade de meios de hospedagem do estado, e maioria dos turistas consultados durante o trabalho de campo estavam hospedados nessa localidade. A maioria dos lugares turísticos do Litoral Norte são apenas lugares receptores derivados, pois não possuem meios de hospedagem ou não conseguem atrair um fluxo significativo de turista, com exceção do centro de São Miguel do Gostoso, que possui a maior concentração de meios de hospedagem do Litoral Norte e assume a função de subcentro da rede, comportando-se como um lugar receptor original, interligando os lugares turísticos mais distantes, mas ainda dentro do limite municipal, como as praias de Tourinho e Arraial do Marco, e as praias do município vizinho de Touros, como a praia de Perobas.

A partir da dinâmica espacial entre os lugares receptores originais e derivados na rede de lugares turísticos do Litoral Norte, identificou a relação desigual e combinada entre eles pela análise da dependência dos lugares turísticos entre o centro, Ponta Negra, Natal, e o subcentro, São Miguel do Gostoso, da rede, levando em consideração a combinação entre a participação

dos circuitos da economia urbana do turismo, da capacidade acolhimento dos meios de hospedagem e da potencialidade do lugar em tornar-se receptor original do fluxo turístico.

### **7.1 Os Lugares turísticos do Litoral Norte**

O Litoral Norte é composto por sete municípios litorâneos, com diferentes níveis de concentração de atividade turística. Para identificar os lugares turísticos dessa região, recorreu-se a uma consulta prévia ao sítio virtual da Secretária de Turismo do Rio Grande do Norte – SETUR nas páginas que identificava os destinos do turismo de sol e praia no estado, filtrando a busca a partir dos municípios da região investigada.

Com base nesta consulta, foi elaborado um roteiro de trabalho de campo para identificar *in loco* a composição desses lugares a partir da observação do território usado, apoiado nos elementos da morfologia urbana das praias para classificá-las de acordo com os tipos de uso predominante: moradia; segunda residência e atividade turística.

Durante o trabalho de campo, realizado entre janeiro e fevereiro de 2019, nos lugares em que a atividade turística é predominante foi realizado uma pesquisa, utilizando a metodologia de amostragem por acessibilidade ou por conveniência, junto aos turistas/visitantes e comerciantes por meio de um questionário não identificado, para coletar informações junto aos turistas/visitantes e comerciantes, com a meta de alcançar até dez questionários por segmento para cada lugar turístico. Em alguns lugares não foi possível estabelecer esta meta, pois não havia este número máximo para a coleta de dados.

Por se tratar de uma pesquisa de amostragem por acessibilidade ou por conveniência, as informações coletadas não representam com fidelidade a realidade de cada lugar turístico, mas indicam uma imagem da atividade turística realizada nos lugares turísticos do Litoral Norte. Somando a pesquisa de campo com outras fontes de dados secundários foi possível analisar a organização do espaço e o território usado pelo turismo nesses lugares.

Para os turistas foram dirigidas nove questões<sup>49</sup>: local de residência; renda em salário-mínimo; como soube do local visitado; quantas vezes já visitou esse local; fez uso de algum intermediário para realizar o passeio/visita; município onde está hospedado; tempo de estadia e tipo de acomodação. Essas questões tiveram como objetivo conhecer o perfil socioeconômico e a dinâmica espacial dos turistas que visitaram o Litoral Norte.

Os comerciantes foram consultados com sete questões<sup>50</sup>: residência; naturalidade; tipo de atividade; público-alvo; situação quanto a formalização; número de empregados por tipo – familiar, carteira assinada e sem carteira assinada; e compra de suprimentos. Essas questões tiveram como objetivo conhecer o perfil das atividades comerciais que atuam nos lugares turísticos do Litoral Norte.

Ao final do trabalho de campo, realizado entre 11 de janeiro e 01 de fevereiro de 2019, foram percorridos 131 quilômetros, entre o Aquário Natal, Extremoz, e a praia de Enxu Queimado, Pedra Grande. Com quatorze lugares turísticos selecionados para a realização dos questionários, entre os municípios de Extremoz e São Miguel do Gostoso, totalizando 89 turistas/visitantes e 54 comerciantes contemplados. O quadro 31 apresenta o quantitativo de questionários realizado em cada lugar turístico.

**QUADRO 31 – QUANTITATIVO DE QUESTIONÁRIOS POR LUGAR TURÍSTICO DURANTE O TRABALHO DE CAMPO - 2019**

MUNICÍPIO	LUGAR TURÍSTICO	TURISTAS	COMERCIANTES
Extremoz	Aquário Natal	10	4
	Dunas- Lagoa de Jenipabu	10	5
	Dunas - Jenipabu	10	10
	Praia de Jenipabu	10	10
	Lagoa de Pitanguí	10	4
Ceará-Mirim	Lagoa de Jacumã	10	7
Maxaranguape	Barra de Maxaranguape	3	3
	Árvore do Amor	1	1
	MA-NOA Park	10	2
Touros	Praia de Perobas	4	1
	Farol do Calcanhar	2	0

<sup>49</sup> A ficha de pesquisa referente ao questionário realizado com os turistas consta no Apêndice A.

<sup>50</sup> A ficha de pesquisa referente ao questionário realizado com os comerciantes consta no Apêndice B.

São Miguel do Gostoso	Centro	3	3
	Praia de Tourinho	5	3
	Praia do Marco	1	1
<b>Total</b>		<b>89</b>	<b>54</b>

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir dos dados do trabalho de campo (2019).

Além desses quatorze lugares turísticos, em que foram realizados os questionários, outras onze praias foram visitadas entre os municípios de Extremoz e Pedra Grande, conforme apresenta o quadro 32, porém, nessas verificou-se uma tipologia, predominante de território usado, associada a moradia, segunda residência e pesca artesanal. Por efeito, não foram aplicados questionários nestes lugares, pois, não se enquadravam no perfil de lugar turístico.

### QUADRO 32 – LUGARES COM OUTRAS TIPOLOGIAS DE USO DO LITORAL NORTE - 2019

MUNICÍPIO	LUGAR	TIPO DE USO
Extremoz	Praia de Redinha Nova	Segunda Residência
	Praia de Santa Rita	Moradia / Segunda Residência
	Praia de Graçandu	Segunda Residência
	Pitangui	Segunda Residência
Ceará-Mirim	Muriú	Segunda Residência
Maxaranguape	Praia de Maracajaú	Segunda Residência
Rio do Fogo	Praia de Rio do Fogo	Moradia / Vila de pescador
	Praia de Zumbi	Segunda Residência
Touros	Praia de Carnaubinha	Segunda Residência
	Praia do Cajueiro	Moradia / Segunda Residência
Pedra Grande	Praia de Enxu Queimado	Moradia / Vila de pescador

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir dos dados do trabalho de campo (2019).

Com o trabalho de campo, três tipos de usos, predominante, do território foram identificados. O primeiro, relacionado com a presença de casas de segunda residência<sup>51</sup>, ou vilegiatura, encontrado em várias praias do Litoral Norte, com maior destaque nas praias de Redinha Nova, Santa Rita Graçandu e

<sup>51</sup> Fonseca e Lima (2012) destacam que segunda residência são denominações comumente aplicadas às propriedades particulares utilizadas temporariamente por pessoas que tem a sua residência permanente em outro lugar, e essa pode assumir função de alojamento turístico quando for ocupada por um turista.

Pitangui, em Extremoz, praia de Muriú, em Ceará-Mirim, Praia de Maracajaú, em Maxaranguape, Praia de Zumbi em Rio do Fogo e as praia de Carnaubinhas e do Cajueiro em Touros. Em alguma dessas praias a segunda residência divide espaço com o uso residencial, com igual importância, como as praias de Santa Rita e do Cajueiro.

A imagem 32 destaca uma rua carroçável da praia de Graçandu, onde apresentam casas de segunda residência, um padrão de configuração territorial que se repete na paisagem das demais praias que tem essa mesma tipologia de território usado, com um adensamento de casas, por ruas sem calçamento, com pouca atividade comercial. Nesses distritos de praia, a atividade comercial concentra-se em seu núcleo urbano original, onde predomina habitações da comunidade dos pescadores, como exemplo, a imagem 33 apresenta o centro urbano da Praia de Santa Rita, onde localiza-se a maioria da atividade comercial desta praia, as casas dos pescadores situam-se no entorno desta área e as de segunda residência mais afastadas, entre 500 metros e 2 quilômetros ao norte.

### **IMAGEM 32 – CASAS DE SEGUNDA RESIDÊNCIA NA PRAIA DE GRAÇANDU, EXTREMOZ - 2019**



**FONTE:** Acervo do autor (2019).

**IMAGEM 33 – CENTRO URBANO DA PRAIA DE SANTA RITA, EXTREMOZ - 2013**

**FONTE:** Acervo do autor (2013).

O Censo de 2010, realizado pelo IBGE, traz dados dos domicílios por município de acordo com o tipo de uso, classificando-os em particular ou coletivo. O primeiro é subclassificado em ocupado; ocupado com entrevista realizada; ocupado sem entrevista realizada; uso ocasional e vago. O segundo, subclassificado em com morador e sem morador. O fenômeno da segunda residência pode ser mensurado a partir dos dados dos domicílios identificados como particular com uso ocasional, pois conforme destacam Fonseca e Lima (2012), essa denominação é comumente aplicada às propriedades particulares utilizadas temporariamente por pessoas que tem a sua residência permanente em outro lugar, e essa pode vir a ter função de alojamento turístico quando for ocupada por um turista.

Segundo os dados do Censo (IBGE, 2010), os municípios do Litoral Norte em 2010 possuíam 59.760 domicílios, do qual 17,3% eram de uso ocasional, com 10.364 domicílios que assumiam a função de segunda residência. Os municípios de Extremoz e Maxaranguape detinham o maior

número proporcional de domicílios classificados como uso ocasional, os dois com 32,1%, além disso, o primeiro município detinha o maior número dessas residências, 4.354, conforme destaca a tabela 25:

**TABELA 25 – NÚMERO DE DOMICÍLIOS DE SEGUNDA RESIDÊNCIA DO LITORAL NORTE - 2010**

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>DOMICÍLIOS</b>	<b>SEGUNDA RESIDÊNCIA</b>	<b>% DO TOTAL DE DOMICÍLIOS</b>
Pedra Grande	1.334	267	20,0
São Miguel do Gostoso	2.862	299	10,4
Touros	10.301	1.194	11,6
Rio do Fogo	4.099	954	23,3
Maxaranguape	4.463	1.432	32,1
Ceará-mirim	23.117	1.864	8,1
Extremoz	13.584	4.354	32,1
<b>TOTAL</b>	<b>59.760</b>	<b>10.364</b>	<b>17,3</b>

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de IBGE (2010).

A pesca artesanal com jangadas, como as encontradas na praia de Rio do Fogo, no município homônimo, vista na imagem 34, é uma atividade que está presente na paisagem de quase todas as praias do Litoral Norte, em algumas, esta prática é mais expressiva, como a praia citada acima e a de Exu Queimado, em Pedra Grande, que possui nenhum estabelecimento voltado para a prática turística.

**IMAGEM 34 – JANGADAS NA PRAIA DE RIO DO FOGO, RIO DO FOGO – 2017**



**FONTE:** Acervo do autor (2017).

A participação da atividade pesqueira para a região interna do Litoral Norte está destacada na tabela 26, que apresenta o quantitativo em quilogramas e o valor em reais da produção da aquicultura do Litoral Norte entre os anos de 2013 e 2018. Para a região, é possível observar, uma gradativa redução em produção e valores, em relação ao período observado, uma diferença de 1.885.828 quilogramas na produção total entre o ano de 2013 e o de 2018.

**TABELA 26 – PRODUÇÃO E VALORES DA AQUICULTURA DO LITORAL NORTE – 2013 - 2018**

MUNICÍPIO	PRODUÇÃO DA AQUICULTURA (QUILOGRAMAS)					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Pedra Grande	300	100	50	-	-	-
São Miguel do Gostoso	800	3.000	3.200	3.000	10.000	11.800

Touros	3.312.328	3.379.843	3.138.300	1.861.500	1.700.100	1.512.300
Rio do Fogo	-	-	13.000	11.000	12.000	10.500
Maxaranguape	-	-	11.000	10.000	12.000	13.000
Ceará-Mirim	123.000	129.150	107.800	127.000	88.000	99.000
Extremoz	161.000	132.020	183.300	93.000	65.000	65.000
<b>TOTAL</b>	<b>3.597.428</b>	<b>3.644.113</b>	<b>3.456.650</b>	<b>2.105.500</b>	<b>1.887.100</b>	<b>1.711.600</b>
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>VALOR DA PRODUÇÃO (MIL REAIS)</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Pedra Grande	2	1	-	-	-	-
São Miguel do Gostoso	6	21	26	26	80	83
Touros	26.471	28.710	31.357	27.842	27.276	21.256
Rio do Fogo	-	-	130	143	96	74
Maxaranguape	-	-	110	120	132	98
Ceará-Mirim	1.741	1.828	1.510	2.869	2.480	1.953
Extremoz	2.093	1.980	2.055	2.077	1.180	890
<b>TOTAL</b>	<b>30.313</b>	<b>32.540</b>	<b>35.188</b>	<b>33.077</b>	<b>31.244</b>	<b>24.354</b>

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de IBGE (2020a).

Na tabela 26, verifica-se que durante o período observado o município de Touros deteve a grande maioria dos números relativos à quantidade e valores da produção em aquicultura da região, em média 90,4% da produção em quilogramas e 87,2% do valor da produção em reais. Entretanto, esses valores não refletem a prática da pesca artesanal, mas sim a produção industrial em aquicultura. Para o município em tela, é a produção de camarão pela empresa Potiporã, situada próxima o limite com o São Miguel do Gostoso, vista na imagem 35.

### IMAGEM 35 – ENTRADA DA POTIPORÃ, TOUROS - 2019



**FONTE:** Acervo do autor (2019).

A produção da aquicultura desta empresa é voltada para a criação camarão. Ao selecionar essa variável nos da produção aquicultura, para o município de Touros, no qual em média para o período observado, a pesca artesanal representou 1% da produção em quilogramas e do valor em reais e produção de camarão os outros 99%. Para o Litoral Norte, a produção de camarão desta empresa representa, na média para o período, 89,5% da produção em quilograma e 86,4% do valor em reais, conforme a apresenta a tabela 27 evidenciando deste modo, o contraponto de volume de produção da pesca artesanal da produção industrial e a importância da empresa Potiporã para dinâmica econômica de Touros.

**TABELA 27 - PRODUÇÃO E VALORES DA AQUICULTURA EM TOUROS – 2013-2018**

LOCAL	PRODUÇÃO DA AQUICULTURA (QUILOGRAMAS)					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018

Touros (Pesca artesanal)	11.011	12.500	13.100	11.500	35.000	32.000
Touros (Larvas e pós-larvas de camarão)	3.301.317	3.367.343	3.125.200	1.850.000	1.665.100	1.480.300
Litoral Norte	3.597.428	3.644.113	3.456.650	2.105.500	1.887.100	1.711.600
<b>LOCAL</b>	<b>VALOR DA PRODUÇÃO (MIL REAIS)</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Touros (Total)	60	88	105	92	634	532
Touros (Larvas e pós-larvas de camarão)	26.411	28.622	31.252	27.750	26.642	20.724
Litoral Norte	30.313	32.540	35.188	33.077	31.244	24.354

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de IBGE (2020a).

A terceira forma de território usado, são os lugares turísticos, localizações que possuem estabelecimentos turísticos, presença de turistas e uma urbanização turística, independentemente do nível de desenvolvimento técnico-científico-informacional em que essa se encontra. Para o Litoral Norte estes lugares manifestam-se como formas espaciais de praias, lagoas e empresas de lazer e cultura, como parque aquático e aquário.

A partir da análise da paisagem, com objetivo de identificar as formas e funções turísticas, os agentes e estrutura de cada lugar turístico, consubstanciado com os dados obtidos pelos questionários realizados em campo e dados coletados no CADASTUR, foi possível estabelecer uma diferenciação espacial nesses lugares, a partir do seu nível de DTCl, classificando-os em local turístico; cidade turística; estação turística e feitoria turística, conforme metodologia apresentada no primeiro capítulo.

Para essa classificação, levou-se em consideração a quantidade e diversidade de estabelecimentos turísticos e a infraestrutura urbana aplicada ao turismo. Foram classificados dezesseis lugares turísticos no Litoral Norte, quatorze pelo trabalho de campo e dois pelos dados do CADASTUR, justamente a praia de Maracajaú, em Maxaranguape e o *resort all inclusive* Vila Galé, na praia das Garças, em Touros. Com base nessa classificação, o Litoral Norte possui doze *locais turísticos*; duas *cidades turísticas*; uma *estação turística* e uma *feitoria turística*. O quadro 34 apresenta a classificação dos lugares turísticos a partir do município e classificação.

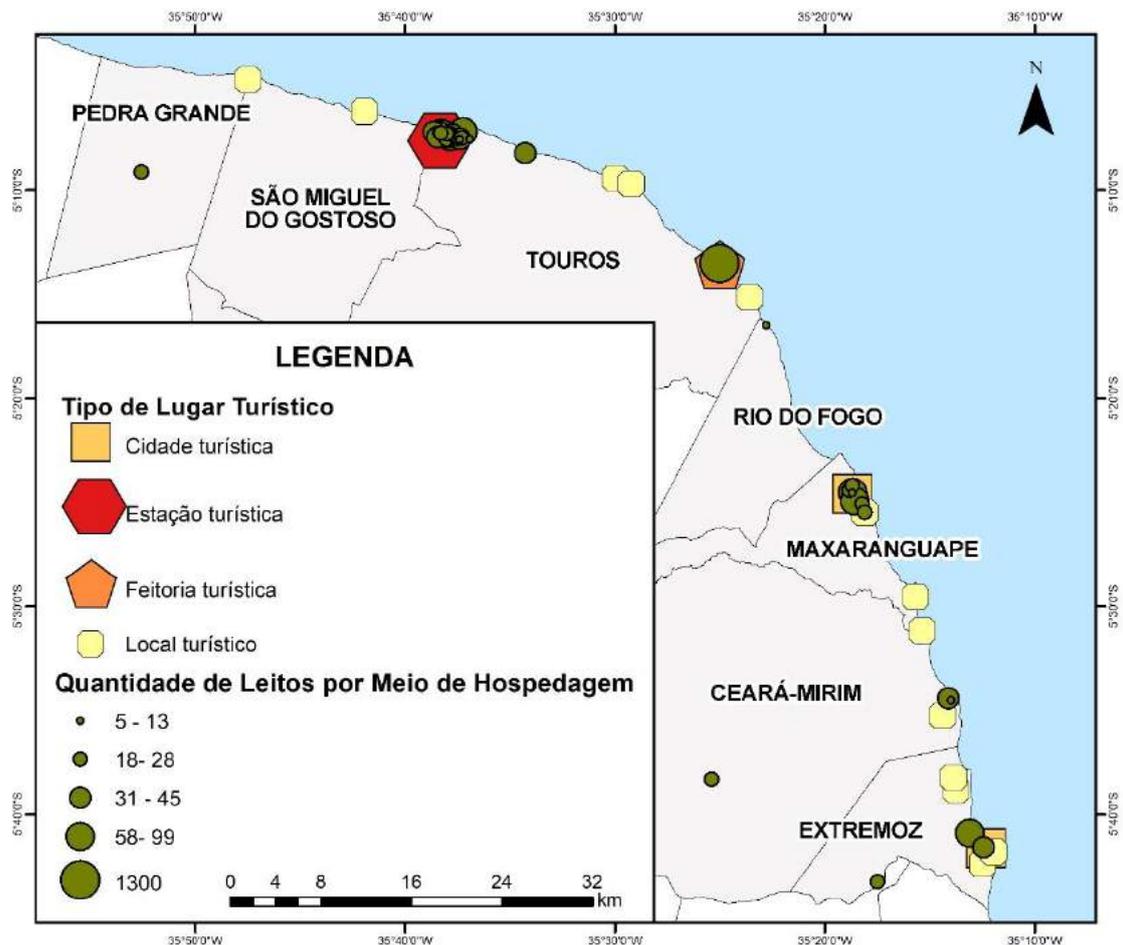
**QUADRO 33 – CLASSIFICAÇÃO DOS LUGARES TURÍSTICOS DO LITORAL NORTE – 2019**

MUNICÍPIO	LUGAR TURÍSTICO	CLASSIFICAÇÃO
Extremoz	Aquário Natal	Local Turístico
	Dunas- Lagoa de Jenipabu	Local Turístico
	Dunas - Jenipabu	Local Turístico
	Praia de Jenipabu	Cidade Turística
	Lagoa de Pitangui	Local Turístico
Ceará-Mirim	Lagoa de Jacumã	Local Turístico
Maxaranguape	Barra de Maxaranguape	Local Turístico
	Árvore do Amor	Local Turístico
	MA-NOA Park	Local Turístico
	Praia de Maracajaú	Cidade Turística
Touros	Praia de Perobas	Local Turístico
	Farol do Calcanhar	Local Turístico
	Vila Galé	Feitoria Turística
São Miguel do Gostoso	Centro	Estação Turística
	Praia de Tourinho	Local Turístico
	Praia do Marco	Local Turístico

**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019).

A partir das informações presentes no CADASTUR foi possível obter dados dos meios de hospedagem, como unidades habitacionais e quantidade de seus leitos. Como o cadastro também informava o endereço desses estabelecimentos, foi possível localizá-los precisamente por meio de georreferenciamento. A partir desses dados foi construído o mapa 25, que apresenta a localização dos meios de hospedagem por número de leitos, representado por formas circulares proporcionais, e localização dos lugares turísticos do Litoral Norte, bem como sua classificação. Nesse mapa é possível verificar que os meios de hospedagem se concentram nos lugares com maior nível de DTCL.

## MAPA 25 – LUGARES TURÍSTICOS DO LITORAL NORTE E DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM POR NÚMERO DE LEITOS - 2019



**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir dos dados do trabalho de campo de Brasil (2020).

A cidade de São Miguel do Gostoso é a única estação turística da região, concentrando, em 2019, vinte meios de hospedagem, com 231 unidades habitacionais e 631 leitos, sendo o menor com 6 unidades habitacionais e 10 leitos e o maior com 20 e 80 respectivamente (BRASIL, 2020). A sede municipal pode ser considerada uma estação turística, pois desde a sua emancipação política, na década de 1990, o turismo foi o mote para o desenvolvimento econômico e planejamento urbano municipal, responsável diretamente por 28,6% dos empregos formais em 2018 (IBGE, 2019a; MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020). Esse município goza de uma relativa independência em relação a região do Litoral Central, atraindo turistas, com destaque para o turismo internacional, que possui a maior demanda do Litoral Norte e a terceira maior do

PCD<sup>52</sup>, ficando atrás de Natal e Tibau do Sul, além de contar com uma vida noturna ativa com destaque para os restaurantes e lanchonetes com presença de gastronomias mundiais.

Na praia das Garças, no município de Touros, encontra-se a única feitoria turística da região, isto é, um lugar turístico criado *ex-nihilo*, justamente o *resort all include* Vila Galé, que pertence a um grupo hoteleiro português, que integra o ranking das 198 maiores empresas hoteleiras a nível mundial, com 34 unidades hoteleiras: 25 em Portugal e nove no Brasil (VILA GALÉ, 2019). Este hotel é a maior empresa turística do Litoral Norte, com 514 unidades habitacionais e 1300 leitos, correspondente a 55% e 51% respectivamente do total da região, para o ano de 2019 (BRASIL, 2020).

No Litoral Norte há duas cidades turísticas, na qual o turismo é uma importante atividade econômica, a primeira, é a praia de Jenipabu, no município de Extremoz, que apresenta uma formação espacial composta por uma multiplicidade de lugares turísticos integrados, justamente as dunas da praia de Jenipabu e da Lagoa de Jenipabu, classificadas como locais turísticos, que são pontos de passagem, com presença barracas e ambulantes.

Na praia de Jenipabu, a urbanização ocorreu em função do turismo, onde predomina atividades ligadas ao circuito inferior do turismo, principalmente por barracas de praia, lojas de artesanato e vendedores ambulantes e com algumas pousadas em transição para um circuito superior marginal. O processo de turistificação neste lugar turístico é dependente dos turistas que estão hospedados no Litoral Central, pois mesmo com pousadas em seu território, a sua estadia é limitada, pois não possui atividades noturnas, com as atividades do comércio e serviços finalizados ao pôr do sol, que nesta praia ocorre por volta das cinco e meia da tarde.

A segunda cidade turística encontra-se no município de Maxaranguape, a praia de Maracajaú, onde localiza-se o local turístico do Ma-Noa Park, uma empresa do circuito superior do turismo, que em virtude ser um parque aquático com opção de hospedagem e integrar serviços terceirizados de passeios de quadriciclo e mergulho aos parrachos, funciona como um local turístico, um

---

<sup>52</sup> Em 2017 a demanda turística internacional desses municípios foi de: Natal - 114.060; Tibau do Sul - 52.547 e São Miguel do Gostoso - 3.168 (BRASIL, 2019).

produto turístico que compõe e cesta dos pacotes mais completos para quem visita o Rio Grande do Norte.

A praia de Maracajaú, uma cidade turística que se destaca pela presença de empreendimentos internacionais de condomínios horizontais para a prática de turismo de segunda residência (SANTOS JUNIOR, 2015), está nessa classificação, pois, possui, para o ano de 2019, a segunda maior concentração de meios de hospedagem do Litoral Norte, sete empresas, responsáveis por 63 unidades habitacionais e 201 leitos (BRASIL, 2020), associado ao fato de que Maxaranguape é o município com a maior participação percentual direta nos empregos formais, representando 30,7% da mão de obra empregada em 2017 (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020; IBGE, 2019a), o que ressalta a importância dessa atividade para a sua dinâmica econômica e a posição de cidade turística da Praia de Maracajaú, o principal destino turístico do município.

Os locais turísticos, o primeiro nível de classificação os lugares turísticos, são aqueles com menor DTCL, assumindo a função de pontos de passagem, preenchendo algumas horas do tempo total das férias dos turistas. Representam a grande maioria dos lugares turísticos do Litoral Norte, porém, com diferentes níveis de organização entre si, podendo ser divididos em locais turísticos com a predominância do circuito superior marginal e do inferior.

O primeiro tipo diz respeito a empresas turísticas do circuito superior marginal que consistem em uma oferta turística derivada, no qual a existência da demanda turística ocorre em função da infraestrutura e serviços turísticos oferecidos por elas. No Litoral Norte há três locais turísticos nesse perfil, o Ma-Noa Park, na praia de Maracajaú, Maxaranguape; o Aquário Natal, na praia de Redinha Nova, e a Lagoa de Pitangui, ambos em Extremoz.

Os locais turísticos do circuito inferior, são aqueles que possuem empresas turísticas desse segmento dos circuitos da economia urbana, cuja oferta turística original é o principal elemento da existência da demanda turística, com uma oferta turística derivada limitada. O Litoral Norte possui oito lugares turísticos nessa classificação. O quadro 34 apresenta a subclassificação dos locais turísticos do Litoral Norte por município e circuito predominante.

**QUADRO 34 – SUBCLASSIFICAÇÃO DOS LOCAIS TURÍSTICOS DO LITORAL NORTE POR CIRCUITO PREDOMINANTE - 2019**

MUNICÍPIO	LOCAL TURÍSTICO	CIRCUITO PREDOMINANTE
Extremoz	Aquário Natal	Superior Marginal
	Dunas- Lagoa de Jenipabu	Inferior
	Dunas - Jenipabu	Inferior
	Lagoa de Pitangui	Superior Marginal
Ceará-Mirim	Lagoa de Jacumã	Inferior
Maxaranguape	Barra de Maxaranguape	Inferior
	Árvore do Amor	Inferior
	MA-NOA Park	Superior
Touros	Praia de Perobas	Inferior
	Farol do Calcanhar	Sem atividade comercial
São Miguel do Gostoso	Praia de Tourinho	Inferior
	Praia do Marco	Inferior

**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019).

A região do Litoral Norte do Polo Costa das Dunas apresenta lugares turísticos com diferentes graus de densidade técnica científica informacional e com a presença dos quatro níveis classificatórios, local turístico; cidade turística; estação turística e feitoria turística. Em cada um desses, o mercado e os turistas atuam de forma singular, com particularidades no território usado pelo, com maior ou menor intensidade na participação de cada um dos circuitos da economia urbana.

## 7.2 O Litoral Norte a partir dos Circuitos da economia urbana do turismo

A presença do mercado nos lugares turísticos é perceptível a partir do território usado pelo turismo pelas empresas turísticas que lá se instalam, que constituem a oferta turística derivada do Litoral Norte. Essas empresas possuem diferentes níveis de organização econômica, umas com a finalidade de garantir a subsistência da família do responsável pelo estabelecimento, representando o circuito inferior; outras, utilizam suas empresas como meio para produção e reprodução ampliada do capital, podendo ser divididas em superior marginal e superior, de acordo com sua integração com o mercado financeiro mundializado.

Durante o trabalho de campo, 54 comerciantes responderam o questionário, entre donos e responsáveis pelo estabelecimento, cada questionário correspondeu a uma empresa turística, independente no seu nível

de organização, indo desde um quiosque improvisado nas dunas a um parque aquático. A classificação dessas empresas, pelos circuitos da economia urbana, foi realizada a partir do número de funcionários; situação, quanto a formalização e a infraestrutura, analisada com base na observação em campo. No Litoral Norte, 49 estabelecimentos foram classificados como circuito inferior; 4 do superior marginal e 1 do superior. A tabela 28 a apresenta a distribuição desses estabelecimentos turísticos do Litoral Norte, por lugar turístico e circuitos da economia.

**TABELA 28 - DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS TURÍSTICAS POR LUGAR TURÍSTICO E CIRCUITO DA ECONOMIA URBANA APLICADO AO TURISMO NO LITORAL NORTE - 2019**

MUNICÍPIO	LUGAR TURÍSTICO	INFERIOR	SUPERIOR MARGINAL	SUPERIOR	TOTAL
Extremoz	Aquário Natal	3	1	-	4
	Dunas- Lagoa de Jenipabu	5	-	-	5
	Dunas - Jenipabu	9	1	-	10
	Praia de Jenipabu	10	-	-	10
	Lagoa de Pitangui	3	1	-	4
Ceará-Mirim	Lagoa de Jacumã	7	-	-	7
Maxaranguape	Barra de Maxaranguape	3	-	-	3
	Árvore do Amor	1	-	-	1
	MA-NOA Park	-	1	1	2
Touros	Praia de Perobas	1	-	-	1
	Farol do Calcanhar	-	-	-	-
São Miguel do Gostoso	Centro	3	-	-	3
	Praia de Tourinho	3	-	-	3
	Praia do Marco	1	-	-	1
<b>TOTAL</b>		<b>49</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>54</b>

**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019).

Os questionários realizados com os comerciantes, cuja interpretação contribuiu para identificar o território usado pelos circuitos da economia urbana do turismo não representam a totalidade das empresas turísticas do Litoral Norte, deste modo, eles indicam uma tendência. Para corroborar com esses dados,

recorreu-se a metodologia desenvolvida no capítulo anterior, que relaciona os estabelecimentos turísticos por número de vínculos, com base na RAIS. A partir dessa associação, foi possível identificar os estabelecimentos por circuitos da economia urbana por município, resultando em 382 empresas turísticas identificadas no Litoral Norte para o ano de 2018, sendo que 319 faziam parte do circuito inferior, 60 do superior marginal e 3 do superior (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020). A tabela 29 apresenta a distribuição do número de empresas turísticas por circuito, em cada município, para o ano de 2018, com base na RAIS:

**TABELA 29- DISTRIBUIÇÃO DE EMPRESAS TURÍSTICAS POR MUNICÍPIOS E CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA APLICADO AO TURISMO NO LITORAL NORTE A PARTIR DA RAIS - 2018**

MUNICÍPIO	INFERIOR	SUPERIOR MARGINAL	SUPERIOR	TOTAL
Pedra Grande	3	1	0	4
São Miguel do Gostoso	84	20	0	104
Touros	38	6	1	45
Rio do Fogo	14	2	0	16
Maxaranguape	28	10	1	39
Ceara-Mirim	90	13	1	104
Extremoz	62	8	0	70
<b>TOTAL</b>	<b>319</b>	<b>60</b>	<b>3</b>	<b>382</b>

**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir de Ministério do Trabalho (2020).

Além da RAIS, também foi consultado o banco de dados do CADASTUR para corroborar para o desenho do território usado pelos circuitos da economia urbana do turismo. Para o ano de 2019, 61 empresas turísticas do Litoral Norte estavam nos registros do CADASTUR (BRASIL, 2020). No CADASTUR é possível consultar os dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – dessas empresas, a partir desta informação, foram consultadas as informações do seu capital social, isto é, o valor que os proprietários estabelecem para a empresa a partir do dinheiro ou bens investidos, que se mantêm investidos, para que a empresa continue a existir e conseqüentemente reproduzir o capital, nos seguintes sítios digitais: <<https://cnpj.s.rcks>>; <<https://consultacnpj.com>>; <<https://cnpj.biz>> e <<https://www.empresacnpj.com>>. A informações consultadas são referentes a acessos realizados em 01 de maio de 2020.

A partir dessas informações, foi estabelecido um critério com base no valor do capital social de cada empresa para identificar em qual circuitos da economia urbana elas se encontram. O intervalo entre R\$1,00 e R\$50.000,00 foi atribuído as empresas do circuito inferior; entre R\$50.001,00 e R\$999.999,00 as do superior marginal e acima de R\$1.000.000,00 as do superior. Do total categorizado, 34 empresas fazem parte do circuito inferior; 19 do superior marginal; 5 do superior e 3 não foram categorizadas, pois não tinham os dados do capital social disponível. A tabela 30 apresenta a distribuição do número de empresas turísticas, de cada circuito, por município para o ano de 2019, com base no CADASTUR:

**TABELA 30 - DISTRIBUIÇÃO DE EMPRESAS TURÍSTICAS POR MUNICÍPIOS E CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA APLICADO AO TURISMO NO LITORAL NORTE A PARTIR DO CADASTUR – 2019**

MUNICÍPIO	INFERIOR	SUPERIOR MARGINAL	SUPERIOR	NÃO CLASSIFICADO	TOTAL
Pedra Grande	1	-	-	-	1
São Miguel do Gostoso	14	6	1	2	23
Touros	1	2	1	-	4
Rio do Fogo	2	-	-	-	2
Maxaranguape	9	4	1	1	15
Ceará-Mirim	2	5	1	-	8
Extremoz	5	2	1	-	8
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>19</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>61</b>

**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir de Brasil (2020).

Ao comparar as informações coletadas no trabalho de campo, RAIS e CADASTUR, em valores percentuais, de cada um dos circuitos da economia urbana do turismo, encontra-se o panorama geral do território usado pelo turismo no Litoral Norte. A tabela 31 apresenta essa comparação por município e circuito, no qual o inferior foi a maioria em todos.

**TABELA 31 – COMPARATIVO, POR BANCO DE DADOS, DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA APLICADO AO TURISMO POR MUNICÍPIO DO LITORAL NORTE – 2018 - 2019**

MUNICÍPIO	TRABALHO DE CAMPO (2019)			RAIS (2018)			CADASTUR (2019)		
	Inferior	Superior Marginal	Superior	Inferior	Superior Marginal	Superior	Inferior	Superior Marginal	Superior

Pedra Grande	-	-	-	75,0	25,0	-	100,0	-	-
São Miguel do Gostoso	100,0	-	-	80,8	19,2	-	66,7	28,6	4,8
Touros	100,0	-	-	84,4	13,3	2,2	25,0	50,0	25,0
Rio do Fogo	-	-	-	87,5	12,5	-	100,0	-	-
Maxaranguape	66,7	16,7	16,7	71,8	25,6	2,6	64,3	28,6	7,1
Ceará-Mirim	100,0	-	-	86,5	12,5	1,0	25,0	62,5	12,5
Extremoz	90,9	9,1		88,6	11,4	-	62,5	25,0	12,5
<b>TOTAL</b>	<b>90,7</b>	<b>7,4</b>	<b>1,9</b>	<b>83,5</b>	<b>15,7</b>	<b>0,8</b>	<b>58,6</b>	<b>32,8</b>	<b>8,6</b>

**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019); Ministério do Trabalho (2020) e Brasil (2020).

Os dados apresentados na tabela 31 destacam a primazia do território usado pelo circuito inferior do turismo, seguido do superior marginal e superior. A participação percentual dos circuitos, em relação as informações colhidas no trabalho de campo e na RAIS, tiveram valores parecidos. Ao levar em consideração as empresas presentes no CADASTUR, verifica-se uma menor participação do circuito inferior, na comparação com as outras duas fontes, com 58,6%, contra 90,7% da primeiro e 83,5% da segunda, e por sequência, uma maior participação dos circuitos superior marginal e superior.

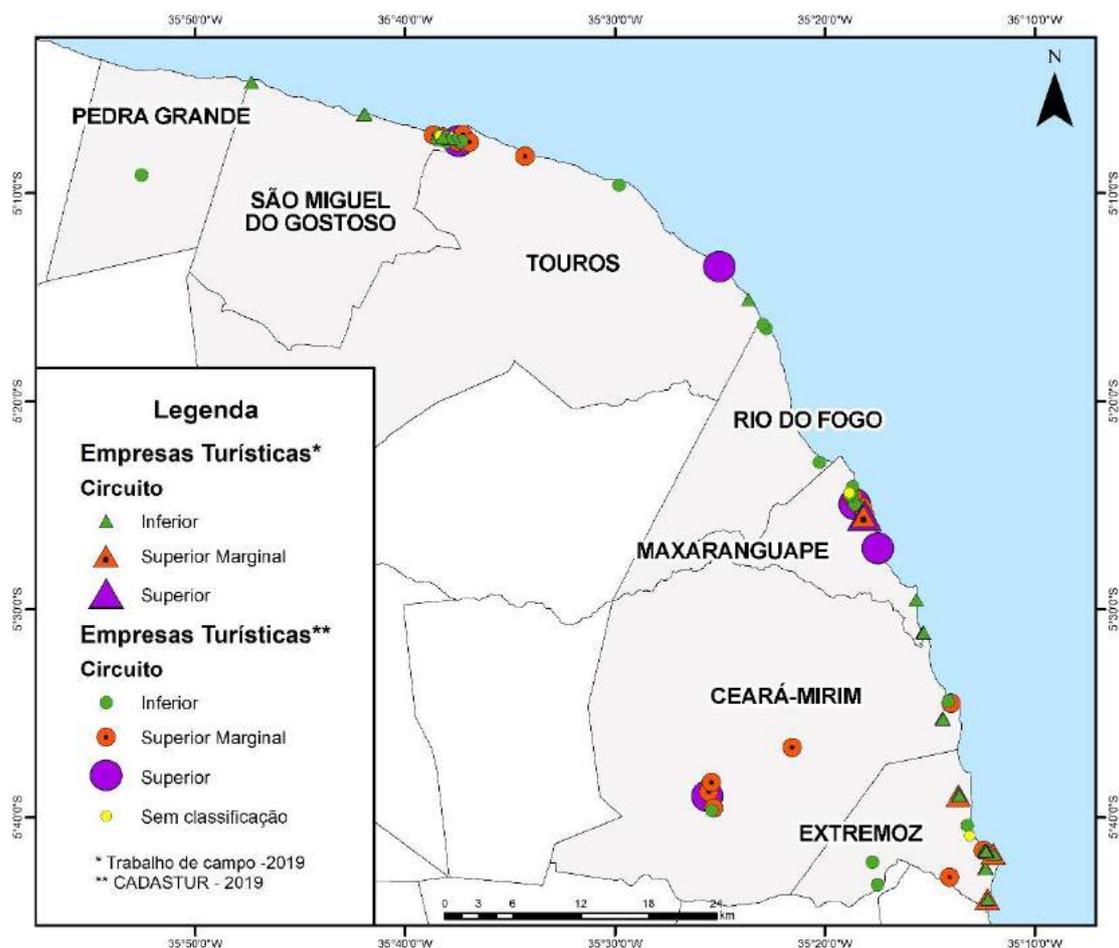
A diferença da participação percentual, 28,5% a menos na média, das empresas turísticas do circuito inferior presentes no CADASTUR, no comparativo com as outras fontes, pode ser explicada a partir da Portaria n.130 de 26 de julho de 2011, que instituiu o CADASTUR, no qual estabelece no item I do Art.2 que o cadastro é obrigatório para “a) agências de turismo; b) meios de hospedagem; c) transportadoras turísticas; d) organizadoras de eventos; e) parques temáticos; f) acampamentos turísticos; g) guias de turismo.” (BRASIL, 2011).

Dessas empresas, os meios de hospedagem, para o Litoral Norte, são a maioria, das 61 empresas cadastradas 37 estão nesta categoria. Esse segmento de empresas turísticas são as que apresentam os valores em capital social, com 14 do superior marginal, 3 do superior, 15 do circuito inferior e 4 sem classificação. Para os meios de hospedagem o circuito inferior, embora presente, corresponde a menos de 50% do total. Esse cenário não representa uma menor participação do circuito inferior na região, mas sim, uma menor participação desse circuito no cadastro de prestadores de serviços turísticos, podendo indicar uma tendência à informalidade do turismo no Litoral Norte.

Como o CADASTUR apresenta do endereço das empresas cadastradas, foi possível identificar a localização exata de cada uma dessas 61 empresas turísticas, na qual foi realizada por meio de georreferenciamento, pesquisando cada empresa, a partir do seu endereço no *software Google Earth*, após a localização, identificou as coordenadas geográficas em grau decimais, em seguida construiu uma tabela no *software Excel* com todos os dados dessas empresas, e suas latitudes e longitudes, como o objetivo de construir um sistema de informações geográficas – SIG – desse cadastro, em seguida a tabela foi transformada em arquivo *shape* para ser utilizada no *software Arcgis*, para espacializar o território usado pelos circuitos da economia urbana do turismo no Litoral Norte.

Os estabelecimentos identificados no trabalho de campo por meio dos questionários foram distribuídos aleatoriamente dentro da área que corresponde ao Lugar Turístico em questão, onde cada ponto corresponde a um comércio, mas não representa a sua exata localização. Deste modo, elaborou-se o mapa 26 que traz a distribuição das empresas turísticas do Litoral Norte por circuitos da economia urbana aplicado ao turismo a partir dos dados do CADASTUR e do trabalho de campo.

## MAPA 26 - EMPRESAS TURÍSTICAS DO LITORAL NORTE POR CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA APLICADO AO TURISMO - 2019



**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019) e de Brasil (2020).

No mapa 27, as formas triangulares correspondem aos dados obtidos pelo trabalho de campo e as circulares pelo CADASTUR. As formas preenchidas pela cor verde representam as empresas do circuito inferior; pela cor laranja, com um ponto preto, as do superior marginal e pela cor roxa as do superior.

As empresas turísticas do Litoral Norte, conforme apresentado no mapa 26, concentram-se em três pontos. O primeiro na Praia de Jenipabu, em Extremoz, uma cidade turística que articula vários locais turísticos entre si; o segundo na Praia de Maracajaú, em Maxaranguape, que também é uma cidade turística, que possui vários meios de hospedagem, além do parque Aquático Ma-Noa Park; e por último, São Miguel do Gostoso, a única estação turística do Litoral Norte. No centro de Ceará-Mirim também concentram empresas turísticas, sendo o único ponto não litorâneo com a presença expressiva desse

tipo de atividade econômica, que pode estar relacionado a tentativa de se promover um turismo cultural no município em função do roteiro histórico com visita aos antigos engenhos do século XIX.

Além dos dados apresentados, é possível mensurar o papel do circuito inferior no território usado pelo turismo a partir do trabalho informal, a forma mais visível da materialidade desse circuito no espaço geográfico, uma vez que nem toda empresa do circuito inferior é informal, mas toda empresa informal é do circuito inferior. Dos 54 comerciantes questionados durante o trabalho de campo, 34 declaram-se informal e 20 como formal, mostrando uma tendência na informalidade no turismo.

A principal dificuldade em quantificar a informalidade no turismo é a ausência de banco de dados oficial sobre essas empresas e trabalhadores. Para tentar sanar essa lacuna de informações, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – em parceria com o Ministério de Turismo desenvolveu o Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo – SIMT – para subsidiar políticas públicas e demais interessados na temática. Entre os dados compilados por essa parceria consta a estimativa dos trabalhadores informais do turismo por região do Brasil a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD.

Segundo os dados do SIMT, a região Nordeste em 2018 possuía 319.193 trabalhadores informais do turismo e 177.734 formais. O SIMT não informa dados por estado ou município. A nível estadual, o sistema informa o total de trabalhadores formais e informais, levando em consideração todos os setores da economia, nesse espectro, o Rio Grande do Norte, em 2018, detinha 1.008.684 trabalhadores informais e 399.891 formais, ou seja, o trabalho informal corresponde a 71,6% da mão de obra no estado. (IPEA, 2020). A tabela 32 apresenta uma comparação percentual da composição dos empregos formais e informais para o turismo, na região Nordeste, e de todos os setores econômicos para o Rio Grande do Norte para o ano de 2018 segundo os dados do IPEA (2020).

**TABELA 32 - COMPOSIÇÃO DOS EMPREGOS FORMAIS E INFORMAIS - 2018**

RECORTE ESPACIAL	FORMAL	INFORMAL	TOTAL
Rio Grande do Norte - total	28,4	71,6	100,0
Nordeste - turismo	35,8	64,2	100,0

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de IPEA (2020).

Admitindo a hipótese de que os empregos em turismo no Rio Grande do Norte assumem um comportamento médio, encontrado a partir da média percentual da soma dos valores referentes ao total dos empregos do Rio Grande do Norte e dos empregos em turismo no Nordeste, presentes na tabela 32, tem-se um valor percentual de que 67,9% dos empregos em turismo são informais e 32,1% são formais, aplicando essa mesma proporção para o Litoral Norte, tem-se a seguinte estimativa para a região, conforme apresenta a tabela 33:

**TABELA 33 – ESTIMATIVA DA COMPOSIÇÃO DOS EMPREGOS FORMAIS E INFORMAIS EM TURISMO NO RIO GRANDE DO NORTE E NO LITORAL NORTE - 2018**

RECORTE ESPACIAL	FORMAL		INFORMAL		TOTAL	
	REAL	%	REAL	%	REAL	%
Rio Grande do Norte	57.053	32,1	120.682	67,9	177.735	100,0
Litoral Norte	2.081		4.402		6.483	

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de IPEA (2020) e Ministério do Trabalho (2020).

A estimativa da composição dos empregos formais e informais em turismo, tanto para o Rio Grande do Norte quanto para o Litoral Norte, leva em consideração como empregos formais os vínculos em empresas turísticas prestadas na RAIS para o ano de 2018, que a partir da média percentual obtida com os dados do IPEA, assume o valor de 32,1%, desse modo, em número real, a estimativa para os empregos informais para o Rio Grande do Norte é de 120.682 e para o Litoral do Norte é de 4.402.

A partir dos dados do trabalho de campo, RAIS, CADASTUR e IPEA verifica-se que o circuito inferior é predominante no território usado pelo turismo no Litoral Norte, indicando que apesar o do turismo, enquanto atividade econômica, ser considerada com um meio para o desenvolvimento econômico municipal, na prática, a sua principal contribuição está na garantia para a

subsistência, da maioria, das pessoas envolvidas com essa atividade, restringindo à algumas grandes empresas do circuito superior, e a sua subdivisão do superior marginal, a imagem de um espaço geográfico marcado pelo processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo fulguram uma paisagem marcada pela contradição entres os grandes, uma minoria, e pequenos, uma maioria, de estabelecimentos turísticos no Litoral Norte.

#### 7.2.1 A natureza dos circuitos da economia urbana do turismo no Litoral Norte

A natureza dos circuitos da economia urbana do turismo no Litoral Norte foi identificada a partir do trabalho de campo nos lugares turísticos dos municípios dessa região interna, no qual foram caracterizados a partir do seu segmento de atuação e perfil econômico. Dos 54 estabelecimentos comerciais, 49 foram classificados como circuito inferior do turismo, entre esses 33 eram informais e 16 eram formais. A tabela 34 apresenta a distribuição dos comércios do circuito inferior, em formal e informal por lugar turístico.

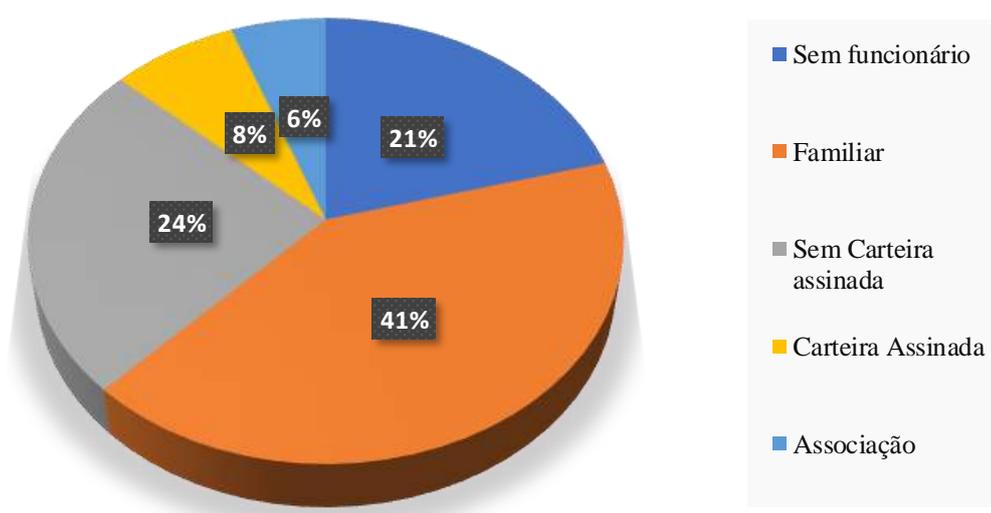
**TABELA 34 – DISTRIBUIÇÃO DOS COMÉRCIOS FORMAIS E INFORMAIS DO CIRCUITO INFERIOR POR LUGAR TURÍSTICO DO LITORAL NORTE – 2019**

MUNICÍPIO	LUGAR TURÍSTICO	CIRCUITO INFERIOR	
		INFORMAL	FORMAL
Extremoz	Aquário Natal	-	3
	Dunas- Lagoa de Jenipabu	4	1
	Dunas - Jenipabu	8	1
	Praia de Jenipabu	6	4
	Lagoa de Pitangui	3	-
Ceará-Mirim	Lagoa de Jacumã	4	3
Maxaranguape	Barra de Maxaranguape	2	1
	Árvore do Amor	1	-
	MA-NOA Park	-	-
Touros	Praia de Perobas	-	1
	Farol do Calcanhar	-	-
São Miguel do Gostoso	Centro	1	2
	Praia de Tourinho	3	-
	Praia do Marco	1	-
<b>TOTAL</b>		<b>33</b>	<b>16</b>

**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019).

Em relação ao tipo de mão de obra utilizada nessas atividades, 5 tipos foram identificados: sem funcionários; familiar; sem carteira assinada; carteira assinada e associação. Para o Litoral Norte, a maioria dos estabelecimentos possui mão de obra do tipo familiar, 22; seguido dos sem carteira assinada, 13; sem funcionários, 11; carteira assinada, 4, e associação, 3. O gráfico 40 apresenta a proporção dessa composição para a região e a tabela 35 a distribuição do tipo de mão de obra por lugar turístico.

**GRÁFICO 40 – COMPOSIÇÃO DA MÃO DE OBRA DO CIRCUITO INFERIOR DO TURISMO NO LITORAL NORTE – 2019**



**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019).

**TABELA 35 - DISTRIBUIÇÃO DO TIPO DE MÃO DE OBRA DO CIRCUITO INFERIOR DO TURISMO POR LUGAR TURÍSTICO DO LITORAL NORTE - 2019**

MUNICÍPIO	LUGAR TURÍSTICO	CIRCUITO INFERIOR				
		Sem funcionário	Familiar	Sem Carteira assinada	Carteira Assinada	Associação
Extremoz	Aquário Natal	1	2	-	-	-
	Dunas- Lagoa de Jenipabu	2	1	2	-	-
	Dunas - Jenipabu	5	2	1	-	1
	Praia de Jenipabu*	2	6	3	2	-
	Lagoa de Pitangui	-	1	2	-	-
Ceará-Mirim	Lagoa de Jacumã	-	3	2	-	2

Maxaranguape	Barra de Maxaranguape	-	2	1	-	-
	Árvore do Amor	1	-	-	-	-
	MA-NOA Park	-	-	-	-	-
Touros	Praia de Perobas	-	1	-	-	-
	Farol do Calcanhar	-	-	-	-	-
São Miguel do Gostoso	Centro	-	1	1	1	-
	Praia de Tourinho	-	2	1	-	-
	Praia do Marco*	-	1	-	1	-
<b>TOTAL</b>		11	22	13	4	3

**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019).

\*Os comércios destes lugares turísticos apresentaram mais de um tipo de mão de obra.

Ao questionar sobre o público-alvo das atividades comerciais, a grande maioria, 93,9% dos comerciantes do circuito inferior, elencaram turistas, apenas 3, correspondente a 6,1%, localizados nas Dunas de Jenipabu, mencionaram os trabalhadores do turismo, como os bugueiros, ambulantes e demais pessoas trabalham naquela localidade como público-alvo.

As atividades do circuito inferior encontradas no Litoral Norte podem ser divididas em quatro grupos: Alimentação; Rouparia; Passeio e Lazer e *Souvenir*. As atividades do grupo de Alimentação encontradas na região correspondem a: conveniência; restaurante; barracas de bebidas, de restaurante, de lanche e de frutas; ambulantes de bebidas, de açaí e de espetinho. Do grupo de Rouparia: barraca de óculos de sol, de chapéus, de moda praia e loja de moda praia. Do grupo de Passeio e Lazer: Passeio de Jegue; *Skibunda*<sup>53</sup> e *Aerobunda*<sup>54</sup>. As do grupo de *Souvenir*: serviços de fotografia; tenda caracterização árabe; loja e barraca de artesanato e barraca de crochê. O quadro 35 apresenta os tipos de atividades do circuito inferior identificadas na pesquisa de campo no Litoral Norte. O Apêndice F apresenta o registro fotográfico das atividades características do circuito inferior do Litoral Norte.

#### QUADRO 35- TIPOS DE ATIVIDADES DO CIRCUITO INFERIOR DO TURISMO NO LITORAL NORTE - 2019

GRUPO	ATIVIDADES
-------	------------

<sup>53</sup> Tipo de atividade de lazer que consiste na descida das dunas em pranchas de madeira, atividade realizada nas dunas de Jenipabu e nas da Lagoa de Jacumã.

<sup>54</sup> Tipo de atividade de lazer que consiste na descida das dunas, por meio de uma tirolesa, com descida na lagoa. Atividade realizada nas lagoas de Pitangui e Jacumã.

Alimentação	conveniência; restaurante; barracas de bebidas, de restaurante, de lanche e de frutas; ambulantes de bebidas, de açaí e de espetinho
Rouparia	barraca de óculos de sol, de chapéus, de moda praia e loja de moda praia
Passeio e Lazer	Passeio de Jegue; Skibunda e Aerobunda.
<i>Souvenir</i>	serviços de fotografia; tenda caracterização árabe; loja e barraca de artesanato e barraca de crochê.

**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019).

A partir do trabalho de campo e dos outros bancos de dados, RAIS e CADASTUR, verificou-se que o circuito inferior é predominante nesta região, cuja maioria da mão de obra é informal, composta por familiares ou trabalhadores sem carteira assinada, contribuindo para uma realidade de subsistência pela atividade turística. O circuito superior do turismo representa a minoria das empresas turísticas do Litoral Norte. Das 54 empresas, identificadas no trabalho de campo, apenas 5 pertencem a esse circuito, 4 do superior marginal e 1 do superior. A subclassificação entre circuito superior e superior marginal levou em consideração o número de funcionários e infraestrutura da empresa.

A primeira empresa do circuito superior marginal, é o Aquário Natal, que em 2019 possuía 43 funcionários formais. Essa empresa oferece serviços de exposição, e resgate, de animais marinhos e silvestres, localizado na praia de Redinha Nova em Extremoz, está situada numa área de conurbação urbana com Natal. O Aquário Natal que consiste em si mesmo um local turístico, pois, é o primeiro ponto da rota de passeios pelo Litoral Norte, com a presença constante, na alta estação, de *buggys* e ônibus de turismo, em razão disso, ao seu redor localizam-se outros comércios, do circuito inferior, que se aproveitam desses visitantes, bugueiros e motoristas de ônibus para a venda de lanches e bebidas.

A segunda empresa, a Dromedunas Turismo, oferece o icônico passeio de dromedários pelas dunas de Jenipabu, em Extremoz, um dos principais componentes da imagem do turismo de sol e praia do Rio Grande do Norte. Em 2019 empregava 10 trabalhadores formais e 3 informais. A terceira empresa, também em Extremoz, é o Bar da Lagoa, que se confunde com o local turístico da Lagoa de Pitanguí, pois ela ocupa toda área da lagoa, oferecendo serviços de barraca, à beira da lagoa, e restaurante, além de locar quiosques para

comércios do circuito inferior, como loja de artesanato e serviço de fotografia e *souvenirs*, é a segunda empresa do circuito superior que mais emprega, com 40 funcionários informais e 34 com carteira assinada.

O Ma-Noa Park, na praia de Maxaranguape, um parque aquático que conta com restaurante e serviço de hospedagem, além de serviços de terceirizados de passeio de quadriciclo e de mergulho aos parrachos, sendo este último um item comum aos pacotes mais completos de viagens à Natal, constituindo-se em uma local turístico. É a única empresa do circuito superior do turismo, empregou, em 2019, 98 funcionários formais. Dentro deste parque funciona a quarta empresa o circuito superior marginal, que oferece passeio de quadriciclo, mesmo com apenas 4 funcionários formais, ela se enquadra nesta classificação em função do alto investimento para iniciar este tipo de negócio, pois, um quadriciclo novo pode ter o preço inicial de R\$ 29.640,00 (HONDA, 2020). O quadro 36 apresenta a distribuição das empresas do circuito superior, e a sua quantidade de funcionários por tipo, por local turístico para o ano de 2019.

**QUADRO 36 - DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS DO CIRCUITO SUPERIOR, E QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS POR TIPO, POR LOCAL TURÍSTICO DO LITORAL NORTE - 2019**

MUNICÍPIO	LUGAR TURÍSTICO	EMPRESA	ATIVIDADE	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS	
				INFORMAL	FORMAL
Extremoz	Aquário Natal	Aquário Natal	Exposição de animais marinhos e outros	-	43
	Dunas de Jenipabu	Dromedunas Turismo	Passeio de Dromedário	3	10
	Lagoa de Pitangui	Bar da Lagoa	Barraca/Restaurante	40	34
Maxaranguape	MA-NOA Park	MA-NOA Park	Parque Aquático	-	98
		Passeio de Quadriciclo	Aluguel de Quadriciclo	-	4
<b>TOTAL</b>				<b>43</b>	<b>189</b>

**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019).

As empresas do segmento meios de hospedagem, conforme identificado no CADASTUR e na RAIS, são as principais representantes do circuito superior do turismo. O trabalho de campo focou em empresas que oferecessem outros tipos de serviço, cujo cadastro não fosse obrigatório ao CADASTUR. As

empresas do circuito inferior identificadas no trabalho de campo podem ser agrupadas em duas categorias: Alimentação, com a empresa Bar da Lagoa; e Passeios e Lazer, com o Aquário Natal, Dromedunas Turismo, MA-NOA Park e Passeio de Quadriciclo. O Apêndice G apresenta o registro fotográfico dessas empresas. Todos os representantes destas empresas identificaram nos turistas como o público-alvo de suas atividades.

Em relação ao quantitativo, o circuito superior do turismo representa a minoria dos estabelecimentos turísticos do Litoral Norte, porém essas possuem o maior número empregos formais por empresa, evidenciando o seu papel para a dinâmica econômica pelo turismo. Essas empresas representam o grande capital no processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo no território do Litoral Norte, no qual a baixa participação destas empresas destaca a fragilidade de processo na região interna, estando presente de modo pleno em alguns pontos desse litoral.

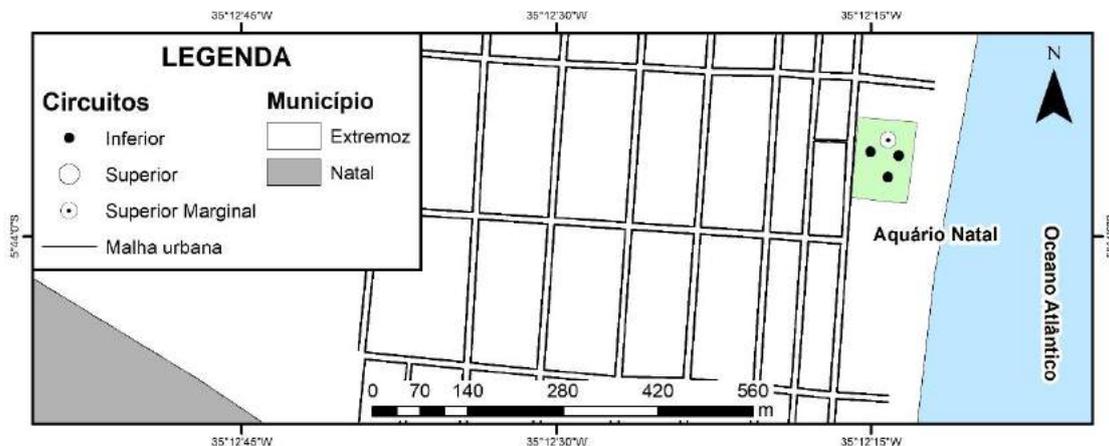
#### 7.2.2 Distribuição espacial dos circuitos da economia urbana do turismo no Litoral Norte

A identificação da distribuição dos circuitos da economia urbana do turismo no Litoral Norte repetiu a metodologia do mapa 26, porém, modificando a escala cartográfica, pois apresenta as empresas turísticas por circuitos em uma escala grande, com foco por lugar turístico, resultando em série de doze mapas, do 27 ao 38. Cada cartograma apresenta os lugares turísticos em que foi realizado pesquisa de campo, podendo um mapa apresentar mais de um lugar em função da proximidade entre eles. Esses mapas têm como fonte o trabalho de campo (2019), representado por formas circulares e CADASTUR (2019), sendo que nesse último, cada ponto, representado por formas triangulares, representa a localização exata da empresa turística.

O primeiro mapa da série, o mapa 27, apresenta o local turístico Aquário Natal, em Extremoz, na Praia de Redinha Nova, uma área conurbada com Natal, a distância desse local com a capital é de apenas um quilômetro. Nenhuma empresa cadastrada no CADASTUR localiza-se nessa área, no trabalho de

campo foram identificadas 4 empresas, 3 do inferior e 1 do superior marginal, justamente o Aquário Natal.

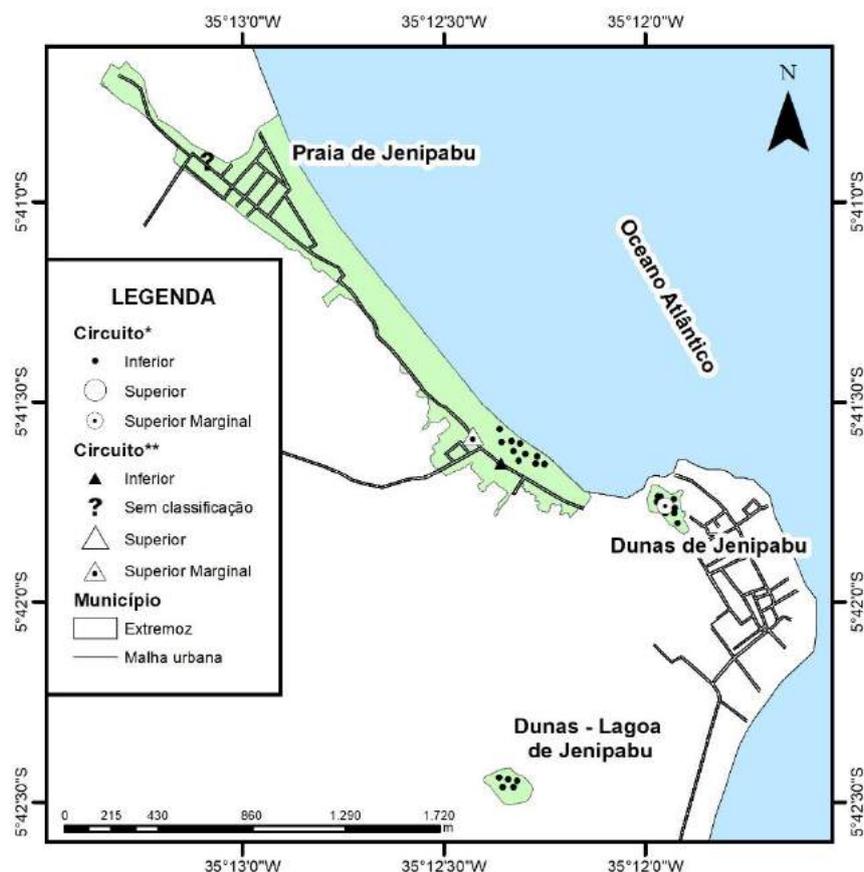
### MAPA 27 – CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NO AQUÁRIO NATAL, EXTREMOZ-RN - 2019



**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019).

O segundo mapa da série, o mapa 28, apresenta 3 lugares turísticos, os locais turísticos das Dunas, da área da Lagoa de Jenipabu e a da Praia de Jenipabu que fazem parte da área de abrangência da cidade turística da Praia de Jenipabu, também localizados em Extremoz, entre as praias de Santa Rita, ao leste, e de Jenipabu, ao norte.

## MAPA 28 - CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NA PRAIA DE JENIPABU, EXTREMOZ-RN - 2019



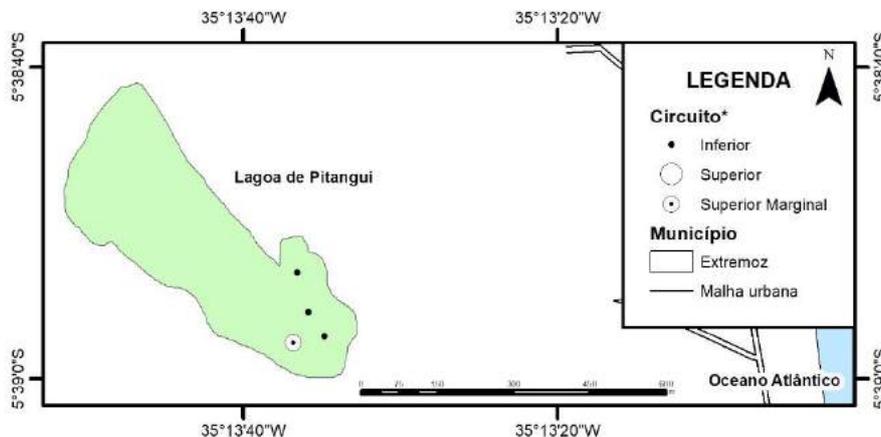
**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019) \* e BRASIL (CADASTUR, 2020) \*\*.

A área de abrangência da cidade turística da Praia de Jenipabu apresenta 25 empresas turísticas identificadas no trabalho de campo, sendo 24 do inferior e 1 do superior marginal, a empresa Dromedunas Turismo, e 3 empresas no CADASTUR, 1 do inferior, 1 do superior marginal e 1 uma sem classificação, pois não tinha dados disponíveis do seu capital social.

O terceiro mapa da série, mapa 29, traz o local turístico da Lagoa de Pitangui, o último lugar turístico de Extremoz, localizado nas proximidades da Praia de Pitangui, apresenta, segundo os dados de campo, 4 empresas turísticas, 3 do inferior e 1 do superior marginal, o Bar da Lagoa, um restaurante, que também oferece serviços de barraca a beira da lagoa, que cercou toda a área da lagoa e aluga quiosques para empresas do circuito inferior. O Bar da Lagoa não cobra entrada, uma vez que a lagoa é um espaço público, mas

monopoliza os serviços de alimentação oferecidos nesse local, dando a sensação para quem visita que a Lagoa de Pitangui que essa formação natural pertence a esta empresa.

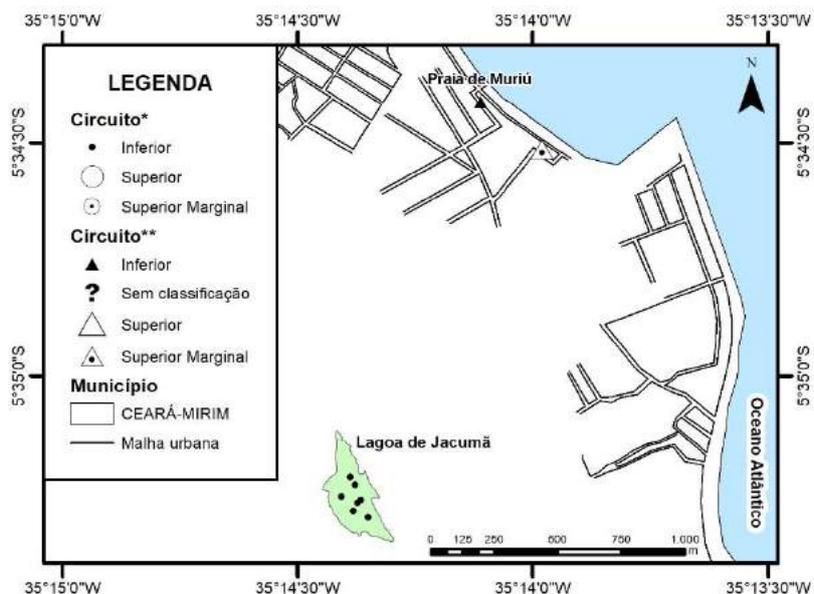
### MAPA 29 - CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NA LAGOA DE PITANGUI, EXTREMOZ-RN - 2019



**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019) \*.

O mapa 30, o quarto da série, apresenta a Lagoa de Jacumã, localizada na praia de Jacumã em Ceará-Mirim. Diferente da Lagoa de Pitangui, esta não é monopolizada por uma única empresa do circuito superior marginal, pois, possui vários estabelecimentos do circuito inferior, divididos em duas partes, as barracas com serviço de restaurante na beira da lagoa e as barracas de artesanato, moda praia, *souvernirs* em geral a descida de tirolesa até o meio da lagoa, o aerobunda, administrado por uma associação de trabalhadores, localizados nas dunas que margeiam essa lagoa, cujo acesso se dá por meio de *buggy turismo* ou carro tracionado nas quatro rodas.

### MAPA 30 - CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NA LAGOA DE JACUMÃ, CEARÁ-MIRIM-RN – 2019



**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019) \* e BRASIL (CADASTUR, 2020) \*\*.

A prática do turismo nesta lagoa mostra a dependência econômica do circuito inferior do turismo, no Litoral Norte, com o circuito superior do turismo na região concentrada, pois, os clientes que frequentam essas dunas são majoritariamente os estão hospedados em Natal e visitam esse lugar turístico via passeio de *buggy* turismo pelo Litoral Norte, conforme visto na imagem 36, e ficam nesta local turístico entre 30 minutos e uma hora, o suficiente para consumir nas barracas de *souvenirs* e realizar a atividade de lazer no *aerobunda*, seguindo o passeio para outros pontos.

**IMAGEM 36 – TURISTAS HOSPEDADOS EM NATAL VISITANDO AS  
DUNAS DA LAGOA DE JACUMÃ VIA BUGGY TURISMO, CEARÁ-MIRIM-RN  
- 2019**

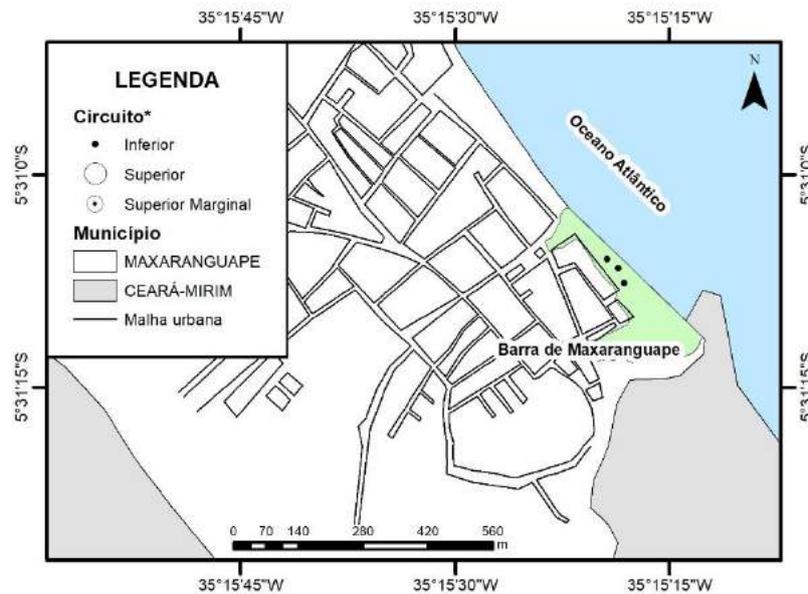


**FONTE:** Acervo do autor, 2019.

O mapa 30 também destaca os sete comerciantes do circuito inferior, identificados pelo trabalho de campo, e duas empresas turísticas identificadas pelo CADASTUR, uma do circuito inferior e outra do superior marginal do turismo, localizadas na praia vizinha, a de Muriú, ao norte, distante dois quilômetros da Lagoa de Jacumã.

O quinto mapa da série, o mapa 31 apresenta o centro do município de Maxaranguape, com destaque para a praia Barra de Maxaranguape, no limite com o município vizinho ao sul, Ceará-Mirim, onde apresenta os três comércios do circuito inferior do turismo e nenhuma empresa cadastrada no CADASTUR em 2019.

### MAPA 31 - CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NA BARRA DE MAXARANGUAPE, MAXARANGUAPE-RN - 2019



**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019) \* e BRASIL (CADASTUR, 2020) \*\*.

O mapa 32, o sexto da série, apresenta o isolado local turístico da Árvore do Amor, na praia do Cabo de São Roque, em Maxaranguape, uma árvore cravada nas dunas que em função da ação do vento constante teve a sua copa modificada, que parece tombar em direção na direção dos ventos, assemelhando a um formato do coração, em função disso, virou um ponto de passagem para turistas mais aventureiros que param nesse lugar turístico para tirar uma fotografia e seguir com seu passeio pelo Litoral Norte. Neste local tem apenas um comércio, uma barraca de frutas, bebidas e lanches industrializados.

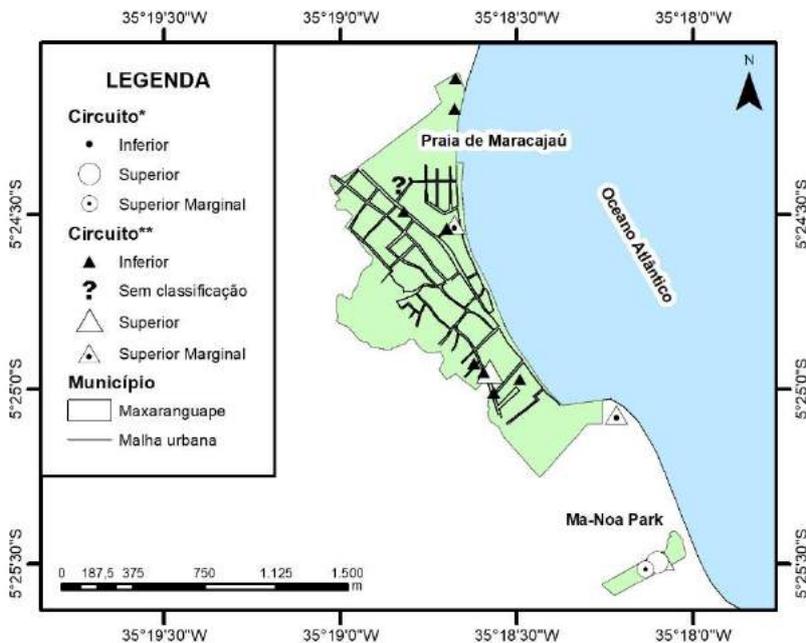
**MAPA 32 - CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NA  
ÁRVORE DO AMOR, MAXARANGUAPE-RN - 2019**



**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019) \* e BRASIL (CADASTUR, 2020) \*\*.

A cidade turística da Praia de Maracajaú, em Maxaranguape, apresentada no mapa 33, o sétimo da série, é o segundo lugar turístico com maior concentração de empresas turística identificadas pelo CADASTUR, oito do circuito inferior, duas do superior marginal, duas do superior e uma sem classificação. Em relação ao trabalho de campo, nesta praia localiza-se a única empresa do circuito superior do turismo, o Ma-Noa Park, que é em si mesmo um local turístico, que fica distante dois quilômetros da área central desta praia. Esse parque aquático é um dos principais destinos turísticos do Litoral Norte, pois além das piscinas oferece serviços terceirizados de passeio de quadriciclo de visita e mergulho aos parrachos, sendo um item dos pacotes mais completos de viagens ao Rio Grande do Norte.

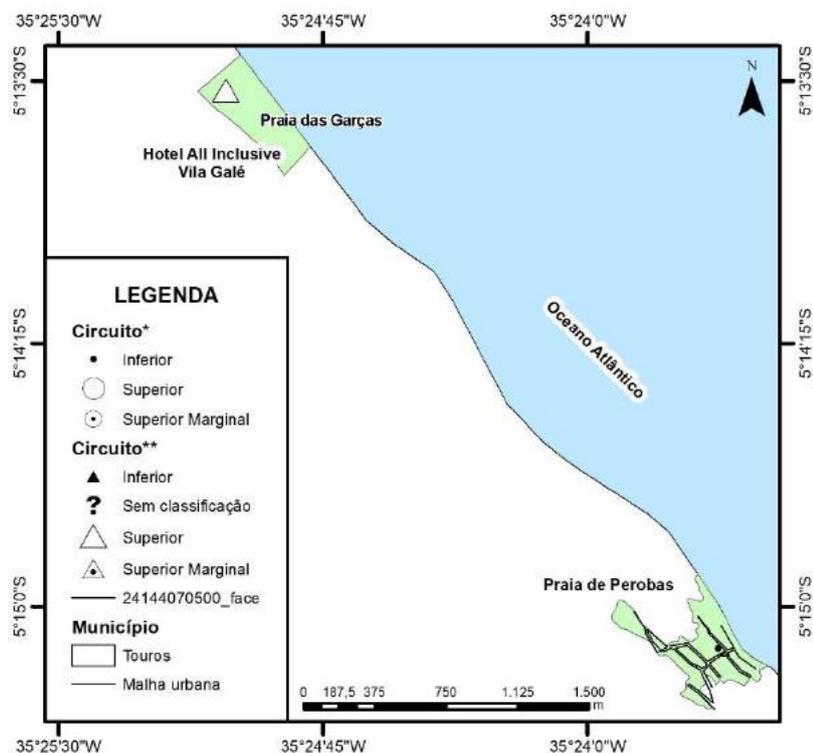
### MAPA 33 - CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NA PRAIA DE MARACAJÁ, MAXARANGUAPE-RN - 2019



**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019) \* e BRASIL (CADASTUR, 2020) \*\*.

No município de Touros o primeiro lugar turístico investigado foi a praia de Perobas, um pequeno distrito urbano de estrada carroçável, com a presença de algumas garagens para embarcações motorizadas, com anúncios de passeio lancha, e na orla da praia com a presença de vários comércios, entretanto, durante a pesquisa de campo apenas um estava aberto, justamente um comércio do circuito inferior que funciona como pousada e barraca de praia. A três quilômetros e meio ao noroeste da praia de Perobas, encontra-se a feitoria turística, que é o Hotel *Resort All Inclusive Vila Galé*, na praia das Garças, a maior empresa turística do Litoral Norte, com um capital social de R\$77.081.860,00, que corresponde a 73,9% da soma do capital social de todas as empresas turísticas cadastradas no CADASTUR em 2019, que era de R\$104.231.961,00. O mapa 34 apresenta esses dois lugares turísticos.

### MAPA 34- CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NA PRAIA DE PEROBAS / HOTEL VILA GALÉ, TOUROS-RN - 2019

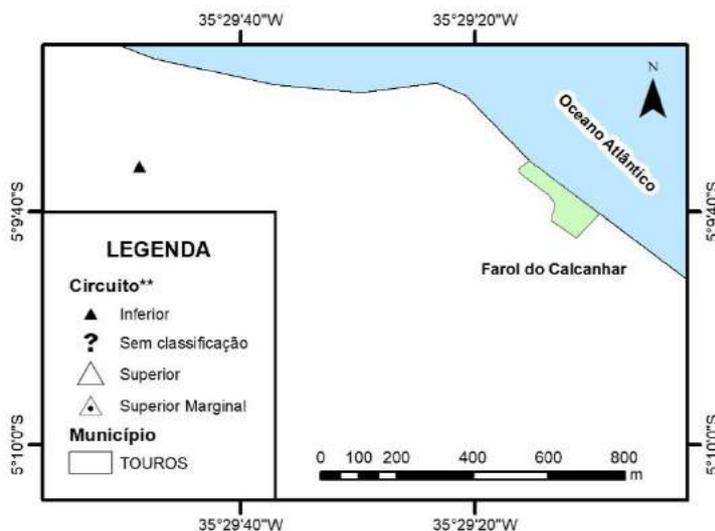


**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019) \* e BRASIL (CADASTUR, 2020) \*\*.

O mapa 35 traz o único local turístico sem nenhuma atividade comercial, trata-se do Farol do Calcanhar, no município de Touros, administrado pela Marinha do Brasil com visitação atualmente proibida, apenas com uma atividade do circuito inferior do turismo a pouco mais de 1km ao oeste. O farol juntamente ao marco zero da rodovia federal BR-101<sup>55</sup>, distante a um quil metro e meio a oeste, são pontos de paradas de ônibus de excursão com turistas, comumente hospedados em Natal, para tirar fotografias junto a placa do quil metro zero e do Farol, paradas que duram não mais de cinco minutos. Durante o trabalho de campo, num intervalo de dez minutos, dois ônibus de turismo com capacidade para trinta turistas, estacionaram no local para uma sessão de fotografia.

<sup>55</sup> Esta rodovia interliga todos os estados litorâneos entre o Rio Grande do Norte e o Rio Grande do Sul, no município de São José do Norte, um trecho de 4.650 quilômetros de extensão.

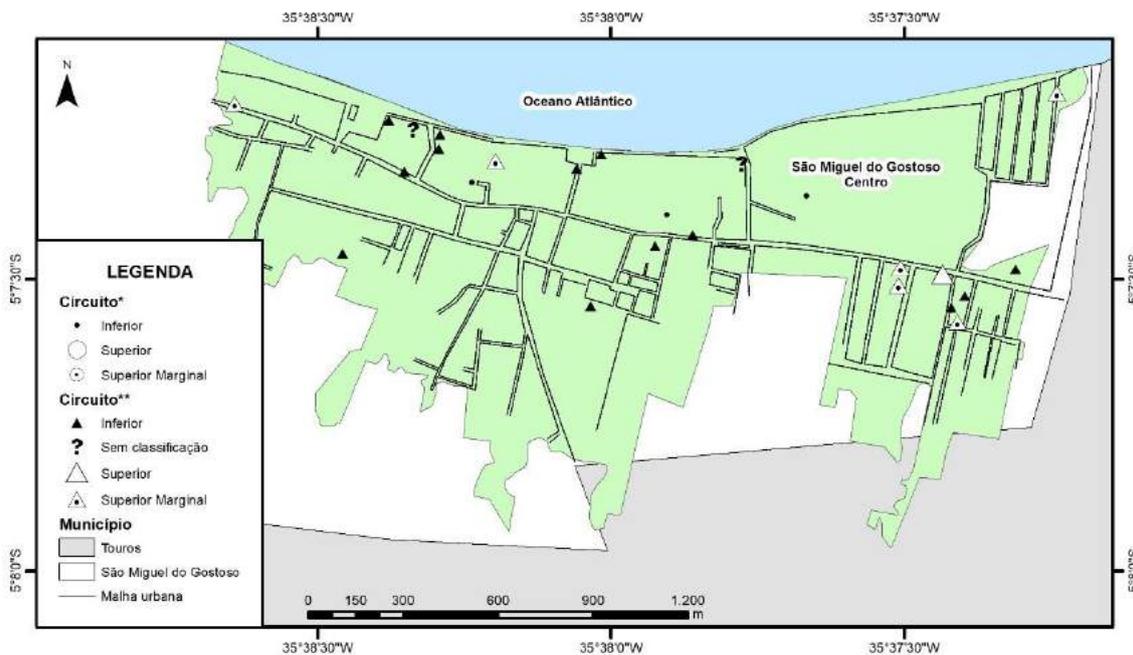
### MAPA 35 - CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NO FAROL DO CALCANHAR, TOUROS-RN – 2019



**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019) \* e BRASIL (CADASTUR, 2020) \*\*.

O mapa 36 apresenta o centro do município de São Miguel do Gostoso, uma estação turística com o mais baixo nível de dependência em relação a Natal, assumindo a função de subcentro da rede de lugares turísticos do Litoral Norte. Essa característica de São Miguel do Gostoso está diretamente relacionada ao projeto municipal de desenvolvimento urbano a partir do turismo iniciado com sua emancipação municipal na década de 1990. São Miguel do Gostoso é o lugar turístico com a maior distribuição de empresas turísticas registradas no CADASTUR, são treze do circuito inferior; seis do superior marginal; uma do superior e duas sem classificação, além de três empresas do circuito inferior identificadas no trabalho de campo, com uma mancha urbana que transborda para o município de Touros, ao sul.

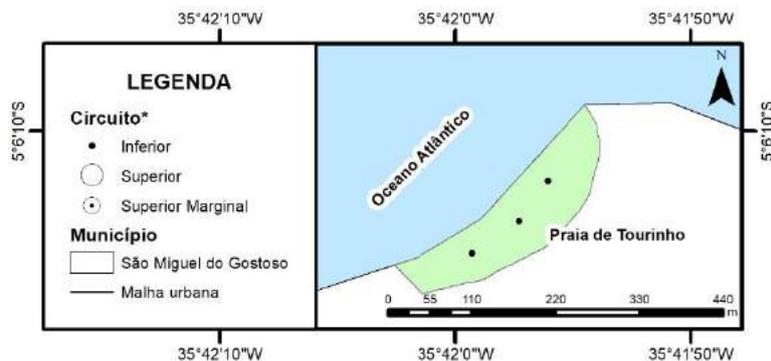
### MAPA 36 - CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO EM SÃO MIGUEL DO GOSTOSO-RN - 2019



**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019) \* e BRASIL (CADASTUR, 2020) \*\*.

Além da cidade turística o município de São Miguel do Gostoso possui mais dois lugares turísticos, o primeiro, o local turístico praia de Tourinho, apresentada no mapa 37, distante oito quilômetros do centro da cidade, abriga algumas barracas de praias, todas do circuito inferior do turismo, no qual três foram identificadas no trabalho de campo.

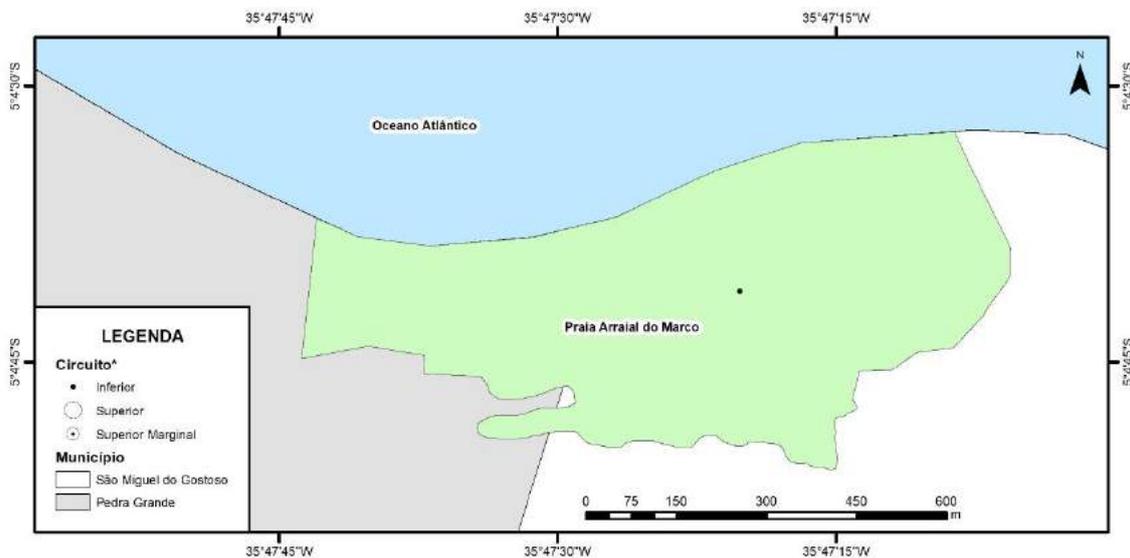
### MAPA 37 - CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NA PRAIA DE TOURINHO - SÃO MIGUEL DO GOSTOSO-RN - 2019



**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019) \* e BRASIL (CADASTUR, 2020) \*\*.

O último lugar turístico de São Miguel do Gostoso é o distante local turístico da praia do Arraial do Marco, apresentado no último mapa da série, o mapa 38, situada em uma conurbação urbana com o município de Pedra Grande, com a presença de casas residenciais, assemelhando-se com a morfologia urbana das praias que possuem vilegiatura e com muitos estabelecimentos comerciais, com estrutura para abrigar pequenos restaurantes, mas, juntamente com as residências localizadas nessa praia, dão a impressão de ser um distrito abandonado, pois não se encontra circulação de pessoas. A imagem 37 apresenta as construções comerciais, fechadas, com casas de típicas de segunda residência em segundo plano. Na ocasião do trabalho de campo apenas um restaurante estava funcionando, atendendo uma única família de turistas de Brasília, que estavam hospedados em São Miguel do Gostoso.

### MAPA 38 - CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO NA PRAIA ARRAIAL DO MARCO SÃO MIGUEL DO GOSTOSO-RN - 2019



**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019) \* e BRASIL (CADASTUR, 2020) \*\*.

**IMAGEM 37 – PRAIA ARRAIAL DO MARCO, SÃO MIGUEL DO GOSTOSO-  
RN - 2019**



**FONTE:** Acervo do autor (2019).

A existência dos lugares turísticos no Litoral Norte é uma reprodução pelo circuito inferior do turismo do processo de reestruturação econômica pelo turismo vivenciado em Natal, salvo alguns pontos desta região interna que o circuito superior se faz presente. À medida que esses lugares vão se distanciando da capital menor é a presença de comércios e turistas, com praias ocupadas por poucos comércios do circuito inferior, dependentes dos veranistas sazonais, que ocupam das casas de vilegiatura durante o verão, e de turistas em trânsito nos passeios turísticos, seja por ônibus, *buggy* turismo ou carro alugado, sendo este o mote da relação desigual e combinada da rede de lugares turísticos do Litoral Norte.

### **7.3 A Rede de lugares turísticos do Litoral Norte**

Os lugares turísticos do Litoral Norte, enquanto destinação turística, não possuem uma existência independente, pois integram uma rede de lugares

turísticos, participando, principalmente, como pontos de visitação para turistas hospedados nos diversos meios de hospedagem, como hotel, pousada e *hostel*, ao longo do litoral sul da capital. Neste sentido, a atividade turística desenvolvida no Litoral Norte depende, sobretudo, da mobilidade turística entre a capital e essa região.

A existência da rede de lugares turísticos ocorre em função da relação entre a emissão original e a derivada de turistas. A primeira está relacionada com a dinâmica espacial do turismo, ou seja, um deslocamento entre dois pontos, realizado pelo turista, entre o lugar emissor e o lugar receptor. Na raiz desse movimento está a demanda turística.

Conforme destacou Beni (2001), para a demanda turística, a principal característica é a heterogeneidade, uma vez ela é composta por elementos diversos, resultado da associação da demanda de viagens e da demanda da realização de alguma atividade turística em um determinado ponto no espaço, conforme exemplo, “[...] a demanda da atividade de *jet ski* num balneário não pode ser realizada sem outras demandas: de transporte (aéreo, terrestre, marítimo), de alojamento (hotel, casa), de alimentação, de animação, de equipamentos públicos, e, é claro sem os recursos naturais” (BENI, 2001, p.212).

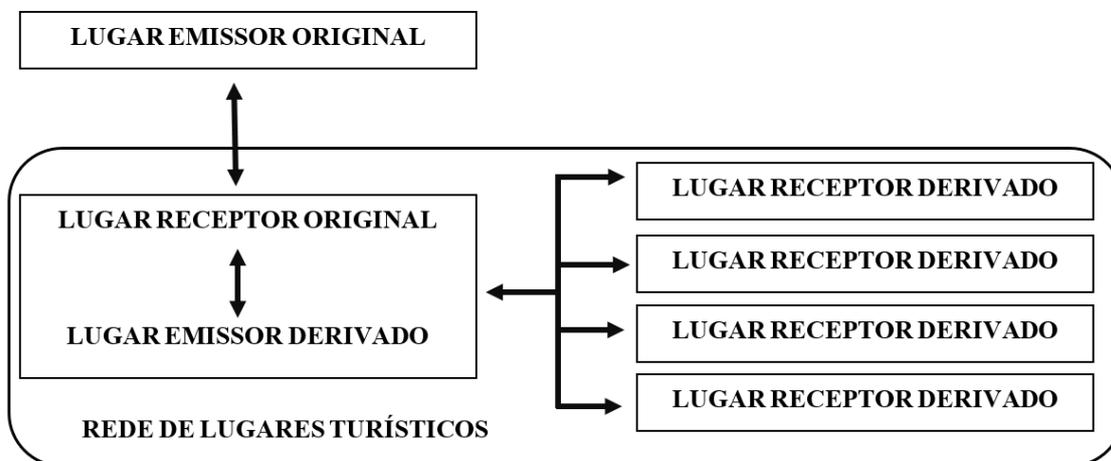
Na rede de lugares turísticos, a demanda turística ocorre a partir de uma emissão derivada, que surge como possibilidade após a realização da emissão original, um movimento que inicia no lugar receptor, pois, adv m da demanda de realizar alguma atividade turística em lugar próximo, uma demanda por passeios e pequenos deslocamentos realizados durante o período de est dia no lugar receptor para municípios vizinhos, retornando ao final do passeio ao local de hospedagem.

Nesta dinâmica espacial, o lugar receptor torna-se um lugar emissor derivado, e por sua vez, os locais próximos que ofertam esses serviç os complementares do turismo são os lugares receptores derivados, pois, a sua existência turística é dependente do lugar receptor original, pois isoladamente não conseguem atrair uma demanda turística.

A forma espacial desta dinâmica espacial entre o lugar receptor original, que   ao mesmo tempo o lugar emissor derivado, e o lugar receptor derivado é a rede de lugares turísticos, composta por lugares com diferentes níveis de densidade técnica científica informacional, cujo cada um deles pode ser mais ou

menos dependente do centro da rede, um lugar receptor original. A figura 3 exemplifica esta dinâmica espacial.

**FIGURA 3 - DINÂMICA ESPACIAL DA REDE DE LUGARES TURÍSTICOS**



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2020).

O esquema da rede de lugares turísticos, apresentada na figura 3, é composta pelos lugares contíguos ao lugar receptor original, pois trata-se de uma lógica da horizontalidade. Essa rede estabelece com o lugar emissor original uma relação de verticalidade, que também compõem relações em rede, mas com uma escala maior, de abrangência nacional ou mundial, a depender da demanda turística.

A leitura geográfica do fenômeno do turismo a partir da rede de lugares turísticos possibilita analisar a importância econômica do turismo para cada lugar turístico, uma vez que, o potencial de receita gerada pelo turismo no lugar está diretamente associado com o tempo de permanência do turista neste local. Os lugares turísticos que existem em função da emissão derivada têm um menor potencial de geração de receita, partindo do princípio de que quanto menor a permanência menor a receita. Na rede, os lugares turísticos que dependem da emissão derivada possuem uma relação de desenvolvimento desigual e combinada com o centro da rede, formado pela emissão original.

A rede de lugares turísticos do Polo Costa das Dunas se estende por todas suas regiões, tendo no Litoral Central, especificamente na capital Natal como o principal lugar receptor original, portanto, o centro da rede, que se

metamorfoseia em lugar emissor derivado ao dissipar turistas para os lugares turísticos do Litoral Sul e do Litoral Norte. Para esta última região interna do polo, a dependência econômica do turismo é maior, em função de que essa apresenta os menores indicadores econômicos, sociais e turístico, com praticamente nenhuma autonomia turística, ou seja, maioria das pessoas que visitam esses lugares não chegaram até eles por conta própria, mas em função de passeios adquiridos em agências de viagens ou nos meios de hospedagem.

A relação desigual e combinada dos lugares turísticos do Litoral Norte com o centro da rede, Natal, é constada a partir da análise dos dados divulgados pela edição de 2019 do relatório anual da Federação do Comércio de Bens, Serviços e turismo do Estado do RN – FECOMÉRCIO RN – sobre o perfil do turista na alta estação. Essa pesquisa foi realizada em janeiro de 2019, com 1.096 turistas, por meio de questionários nos principais locais de acesso público: “Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante; Terminal Rodoviário; além de pontos de fluxo turístico como hotéis, pousadas, feiras de artesanatos e pontos turísticos” (FECOMÉRCIO RN, 2019, p.4).

Segundo os dados dessa pesquisa da FECOMÉRCIO RN (2019), para o ano de 2019, no Rio Grande do Norte, 78,5% dos turistas eram brasileiros, com destaque para a região sudeste, que representa 49,2% desses turistas. Dos turistas internacionais, a maioria eram argentinos, representando 14% do total de turistas no estado. Desses turistas, 89% destacaram o sol e a praia como motivo da viagem, reforçando a importância do turismo litorâneo no estado; e “cerca de 55% dos turistas entrevistados confirmaram que, além de Natal, visitaram outros municípios do Rio Grande do Norte” (FECOMÉRCIO RN, 2019, p.8).

Desses outros municípios visitados no Rio Grande do Norte, além de Natal, segundo as respostas dos turistas, 51,7% pertencem ao Litoral Sul, com destaque para Tibau do Sul, que representa 40,5% das respostas. O Litoral Norte aparece na segunda posição, com 23,4%, em ordem decrescente, aparece Extremoz, com 11,5%; Touros com 4,5%; São Miguel do Gostoso com 4%; Maxaranguape 2,7% e Ceará-Mirim com 0,7% (FECOMÉRCIO RN, 2019). Os municípios de Rio do Fogo e Pedra Grande, também do Litoral Norte, não apareceram nessa lista.

Em relação aos atrativos turísticos, termo utilizado no questionário da Fecomércio RN (2019), que também podem ser entendidos como lugar turístico, mais visitados pelos turistas<sup>56</sup>, eram: Praia de Pipa, em Tibau do Sul, no Litoral Sul, com 69,2% das visitas; e a Praia de Ponta Negra/Morro do Careca, em Natal, no Litoral Central, com 64,1%. O quadro 37 apresenta os atrativos turísticos por município do Litoral Norte, com destaque para Jenibapu/Dunas, com 45% e passeio de Buggy, com 33,2%, ocupando a terceira e quarta posição respectivamente.

#### QUADRO 37 – ATRATIVOS TURÍSTICOS MAIS VISITADOS DO LITORAL NORTE - 2019

MUNICÍPIO	ATRATIVO	%
Extremoz	Genipabu/Dunas	45,0
	Passeio de Buggy	33,2
	Lagoa de Pitangui	20,7
	Aquário Natal	11,1
Maxaranguape	Parrachos/Maracajaú	20,8
	Manoa Park	2,5
São Miguel do Gostoso	São Miguel do Gostoso	7,4

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de FECOMÉRCIO RN (2019, p.26).

O Litoral Norte integra a rede de lugares turísticos do Polo Costa das Dunas, mas seus lugares turísticos não possuem uma existência independente na atração de turistas, ou seja, a maioria não consegue ser um lugar receptor original. O estudo da FECOMÉRCIO RN (2019) também fez uma estimativa dos gastos médio diário por turista em 2019 no Rio Grande do Norte, chegando ao valor de R\$ 322,78, desses, “[...] R\$ 138,63 com hospedagem; R\$ 63,64 com alimentação; R\$ 30,04 com transporte no local; R\$ 52,50 com diversão; e R\$ 37,97 com compras” (FECOMÉRCIO RN, 2019, p. 10).

Com base nesses gastos médios diários, foi possível decompor entre os gastos com hospedagem, que correspondem o maior percentual dos custos da prática turista por indivíduo, correspondendo a 42,9% do total, e os realizados com os demais itens. Admitindo que um turista passe 12 horas fora das dependências do hotel, então o seu consumo médio deverá ser de R\$ 0,26 por

<sup>56</sup> Segundo a metodologia apresentada pela FECOMÉRCIO RN (2019) esse questionário foi de múltipla escolha, podendo ter mais uma resposta por turista.

minuto ou R\$ 15,45 por hora. A tabela 36 apresenta essa decomposição percentual e real, por itens de consumo, excluindo os gastos por hospedagem, admitindo um período de consumo de 12 horas, por turista.

**TABELA 36 - PARTICIPAÇÃO EM REAIS POR INTERVALO DE TEMPO DO CONSUMO MÉDIO POR TURISTA, EXCETUANDO GASTOS COM HOSPEDAGEM, NO RIO GRANDE DO NORTE - 2019**

ITENS DE CONSUMO	VALOR PERCENTUAL (%)		PARTIÇÃO EM REAIS POR INTERVALO DE TEMPO (R\$)		
	Do total dos gastos	Da soma do recorte	1 minuto	30 minutos	1 hora
<b>Alimentação</b>	19,7	34,6	0,09	2,65	5,30
<b>Transporte local</b>	9,3	16,3	0,04	1,25	2,50
<b>Diversão</b>	16,3	28,5	0,07	2,19	4,38
<b>Compras</b>	11,8	20,6	0,05	1,58	3,16
<b>Total</b>	57,1	100,0	0,26	7,67	15,35

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de FECOMÉRCIO RN (2019, p.10).

Aplicando a estimativa de gastos médios por intervalo de tempo aos dados obtidos com os questionários respondidos pelos turistas no trabalho de campo nos lugares turísticos do Litoral Norte, verifica-se que a maioria dos entrevistados, 82,9% não estavam hospedados no município onde se localizava o lugar turístico que estava visitando, ou seja, estavam de passagem por esse local, e o tempo de permanência em cada lugar turístico, em média não ultrapassa um hora, podendo ser maior ou menor a depender da infraestrutura de cada lugar, e normalmente, um turista não repete a visita a esses lugares receptores derivados durante o período de estadia. Nesta perspectiva, cada turista deixa por local pouco mais que quinze reais, ou seja, para que se atinja um nível de desenvolvimento econômico nesses lugares turísticos de passagem é preciso que haja um grande fluxo de turistas.

A maioria dos lugares turísticos do Litoral Norte, em relação a Natal, são lugares receptores derivados, com o predomínio de locais turísticos, que são pontos de passagem, que conseguem entre 30 minutos e uma hora do tempo total de permanência deste turista no estado, captando um baixo valor de gastos em consumo por turista, ou seja, esses lugares dependem de um grande fluxo de turistas para extrair algum rendimento econômico.

A forma espacial da rede de lugares turísticos vai se desenhando no Litoral Norte a partir da composição dos meios de transportes utilizados pelos turistas para deslocar-se até os lugares turísticos e no município onde esses se hospedam, na qual é possível mapear os nexos relacionais que interligam esses pontos, que fazem parte da tessitura desta rede.

Os meios de transportes utilizados pelos turistas para deslocar-se dos meios de hospedagem, no qual 56,1% em 2019 segundo a FECOMÉRCIO RN (2019), eram compostos por hotéis, a partir da pesquisa de campo estão relacionados com os passeios contratados, diretamente com o bugueiro<sup>57</sup> ou por agência de viagem, que além de passeio de via ônibus turismo também oferece opção via *buggy*.

Nos lugares turísticos do Litoral Norte que estão no roteiro desses passeios, Aquário Natal; Praia de Jenipabu; Dunas da Lagoa de Jenipabu; Dunas de Jenipabu; Lagoa de Pitangui; Lagoa de Jacumã e no Ma-Noa Park, foi possível realizar os dez questionários previstos com os turistas, em razão do grande número destes no momento da visita, ressaltando que dos 88 turistas entrevistados, 12 eram visitantes, com residência em municípios do Polo Costa das Dunas, desde modo, no Litoral Norte visitantes correspondem a 13,6% e os turistas a 86,4%.

Em relação aos meios de transportes, dos 76 turistas entrevistados, 42 chegaram até o local por meio de *buggy* ou ônibus turismo, 23 e 19 respectivamente; 15 por meio de carro próprio; 14 por carro alugado; 2 por carro de aplicativo; 2 por carro de amigo e 1 por taxi. A tabela 37, apresenta esses dados e a sua composição percentual.

**TABELA 37 – MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA DESLOCAR-SE ATÉ O LUGAR TURÍSTICO NO LITORAL NORTE - 2019**

MEIO DE TRANSPORTE	QUANTIDADE	%
Buggy Turismo	23	30,3
Ônibus Turismo	19	25,0
Carro Próprio	15	19,7
Carro Alugado	14	18,4

<sup>57</sup> Profissional que realiza serviço de Buggy-Turismo – atividade não essencial, considerada de utilidade pública, destinada ao transporte de turistas e cidadãos interessados em visitar e conhecer áreas de reconhecida beleza natural, valor histórico, paisagístico e ambiental do Estado do Rio Grande do Norte, realizada por particulares, por sua conta e risco, mediante remuneração dos usuários (RIO GRANDE DO NORTE, p.1, 2006).

Carro de Aplicativo	2	2,6
Carro de amigo	2	2,6
Táxi	1	1,3
<b>TOTAL</b>	<b>76</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo.

Os lugares turísticos com a presença *buggy*, carro de aplicativo e taxi são aqueles mais próximos de Natal, localizados nos municípios que integram a Região Metropolitana de Natal, justamente Extremoz, Ceará-Mirim e Maxaranguape. Os ônibus turismo também são mais frequentes nos lugares turísticos próximos a Natal, mas também aparecem nos municípios mais distantes, como Touros. Nos lugares mais distante, com a praia de Perobas, em Touros, e os de São Miguel do Gostos, a presença do carro alugado é predominante, conforme destaca o quadro 38. Nesse sentido, a rede de lugares turístico do Litoral Norte tem uma maior mobilidade entre Extremoz e Maxaranguape, dentro da Região Metropolitana de Natal, com uma maior diversificação de meios de transporte, resultando em uma maior integração com Natal.

**QUADRO 38 – DISTRIBUIÇÃO DOS TIPOS DE MEIOS DE TRANSPORTES UTILIZADOS POR TURISTAS POR LUGAR TURÍSTICO DO LITORAL NORTE – 2019**

MUNICÍPIO	LUGAR TURÍSTICO	BUGGY	ÔNIBUS TURISMO	CARRO DE				TÁXI
				PRÓPRIO	ALUGADO	APP	AMIGO	
Extremoz	Aquário Natal	-	10	-	-	-	-	-
	Dunas- Lagoa de Jenipabu	10	-	-	-	-	-	-
	Dunas - Jenipabu	5	-	2	2	1		
	Praia de Jenipabu		3	4		1		1
	Lagoa de Pitangui	6	-		1			
Ceará-Mirim	Lagoa de Jacumã	2	-	4	-	-	-	-
Maxaranguape	Barra de Maxaranguape	-	-	2	-	-	-	-
	Árvore do Amor	-	-	-	-	-	-	-
	MA-NOA Park	-	4	2	1	-		-
Touros	Praia de Perobas	-			2	-	2	-

	Farol do Calcanhar	-	2	-		-	-	-
São Miguel do Gostoso	Centro	-	-	-	3	-	-	-
	Praia de Tourinho	-	-	1	4	-	-	-
	Praia do Marco	-	-		1	-	-	-
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>23</b>	<b>19</b>	<b>16</b>	<b>14</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
<b>%</b>	<b>100</b>	<b>30,3</b>	<b>25,0</b>	<b>19,7</b>	<b>18,4</b>	<b>2,6</b>	<b>2,6</b>	<b>1,3</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir do trabalho de campo (2019).

Os veículos de *buggy* turismo além de ser o principal meio de transporte utilizado, 30,3%, pelos turistas em 2019, segundo os dados do trabalho de campo, também é um importante atrativo turístico no estado, utilizado por 33,2% dos turistas neste mesmo ano, segundo a FECOMÉRCIO RN (2019). Esses veículos fazem parte da paisagem de quem visita as avenidas litorâneas de Natal e de Extremoz durante alta estação no verão, sendo um dos serviços turístico icônicos do estado, com área de atuação especializada no Litoral Norte, em função das formações dunares do município de Extremoz, com as dunas de Jenipabu e as douradas de Pitangui.

Esse tipo de veículo, e serviço prestado, é regulamento pela Lei Estadual N.8.817 de 29 de março de 2006 que disciplina as permissões administrativas para realização do serviço de Buggy-Turismo. Entre as normativas dessa lei, destaca-se a regularização do profissional apto à esta atividade e dos veículos, podendo um mesmo veículo ser utilizado por mais de um bugueiro, sob fiscalização da SETUR, que mantém o cadastro tanto dos profissionais quanto dos veículos. Segundo a SETUR (2020) no Rio Grande do Norte há 716 bugueiros e 660 veículos do tipo *buggy turismo*, todos registrados nos municípios do Polo Costa das Dunas, 451 em Natal; 106 em Extremoz; 62 em Tibau do Sul e 41 em Baía Formosa, conforme explícita o quadro 39.

#### QUADRO 39 – DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS BUGGY TURISMO POR MUNICÍPIO DO RIO GRANDE DO NORTE – 2020

REGIÃO	MUNICÍPIO	Nº DE VEÍCULOS	%
Litoral Central	Natal	451	68,3
Litoral Norte	Extremoz	106	16,1
Litoral Sul	Tibau do Sul	62	9,4
	Baía Formosa	41	6,2
<b>TOTAL</b>		<b>660</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Elaborado a partir de SETUR (2020).

Os bugueiros, juntamente com as agências de viagens que organizam passeios via ônibus turismo, são os principais responsáveis pela transformação de *status* do lugar receptor original em lugar emissor derivado, ao fazer a conexão dos turistas hospedados em Natal com os demais lugares turísticos do Litoral Norte, garantindo a mobilidade pela rede de lugares turísticos.

Em relação aos meios de hospedagem, a tipologia identificada no trabalho de campo se assemelha a identificada pelo estudo da FECOMÉRCIO RN (2019). Os hotéis ocupam a primeira posição nos dois casos, na primeira fonte, com 50,7% das respostas e na segunda com 56,1%. As outras variáveis elencadas também apresentam semelhanças percentuais, mas com algumas mudanças na posição, por exemplo as pousadas, que para a FECOMÉRCIO RN (2019) aparece na segunda posição com 19,8% e no trabalho de campo o valor é semelhante, uma variação para menos de 0,9% para menos, com 18,7%, porém aparece na terceira posição, uma vez que a segunda pertence a “Casa de parentes/Amigos”, com 20,0%, e para a outra fonte aparece na terceira posição, com 14,3%. A tabela 38 apresenta a comparação dos resultados em relação aos tipos de meios de hospedagem a partir dos dados do FECOMÉRCIO RN (2019) e do trabalho de campo.

**TABELA 38 – COMPARAÇÃO DOS TIPOS DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM UTILIZADOS PELOS TURISTAS NO RIO GRANDE DO NORTE E NO LITORAL NORTE - 2019**

TIPO		RIO GRANDE NO NORTE	LITORAL NORTE
		FECOMÉRCIO (2019) - %	TRABALHO DE CAMPO (2019) - %
Hotel		56,1	50,7
Pousada		19,8	18,7
Casa de parentes/Amigos		14,3	20,0
Casa alugada/Apartamento		4,4	4,0
Flat		3,6	1,3
Albergue/Alojamento		1,7	1,3
Outros*	Aplicativo de hospedagem compartilhada**	1,6*	1,3**
	Casa própria***		2,7***
NR		0,9	-

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir de FECOMÉRCIO (2019) e do trabalho de campo (2019).

A composição por tipo de meio de hospedagem utilizado pelos turistas indica a importância dos hotéis na composição do mercado turístico. A partir deste dado, a centralidade da rede de lugares turísticos se localiza em Natal se justifica em função da sua concentração dos hotéis, que em 2019, representa 52,8% desse tipo de meio de hospedagem para o estado registrados no CADASTUR (BRASIL, 2020). Analisando esses dados por município e lugar turístico, verifica-se que apenas 16,0% dos entrevistados se hospedaram no município em que se localizava o lugar turístico visitado e 77,3% estavam hospedados em Natal, 2,7% para Parnamirim e São Miguel do Gostoso e por fim, 1,3% em Touros. A tabela 39 apresenta a composição desses dados por município e lugar turístico.

**TABELA 39 – MUNICÍPIO DE HOSPEDAGEM DOS TURISTAS NO MOMENTO DA ENTREVISTA DO TRABALHO DE CAMPO – 2019**

Município	Lugar Turístico	Próprio município	Natal	Parnamirim	São Miguel do Gostoso	Touros
Extremoz	Aquário Natal	1	9	-	-	-
	Dunas- Lagoa de Jenipabu	-	9	1	-	-
	Dunas - Jenipabu	-	8	1	-	-
	Praia de Jenipabu	1	8	-	-	-
	Lagoa de Pitangui		7	-	-	-
Ceará-Mirim	Lagoa de Jacumã	-	6	-	-	-
Maxaranguape	Barra de Maxaranguape	2	-	-	-	-
	Árvore do Amor	-	-	-	-	-
	MA-NOA Park	-	7	-	-	-
Touros	Praia de Perobas	2	-	-	2	-
	Farol do Calcanhar	-	2	-	-	-
São Miguel do Gostoso	Centro	2	1	-	-	-
	Praia de Tourinho	3	1	-	-	1
	Praia do Marco	1	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>75*</b>	<b>12</b>	<b>58</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
<b>%</b>	<b>100,0</b>	<b>16,0</b>	<b>77,3</b>	<b>2,7</b>	<b>2,7</b>	<b>1,3</b>

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir do trabalho de campo (2019).

\*O número de turistas entrevistados para os meios de hospedagem é menor em relação aos meios de transporte em função de um dos entrevistados não estava hospedado, era um visitante de João Pessoa que estava visitando o estado.

Dos sete municípios do Litoral Norte, em relação a hospedagem dos turistas, São Miguel do Gostoso é o que se destaca, responsável por 10,7% das hospedagens, seis que estavam nos lugares turísticos do município e dois que estavam em Touros, todos hospedados em pousadas. Segundo os dados do CADASTUR (BRASIL, 2020) para o ano de 2019, esse tipo meio de hospedagem para o município corresponde a 95% do total existente, com 19 estabelecimentos, os outros 5% referem-se a Flat/apart-hotel, com apenas 1 estabelecimento.

A medida em que os lugares turístico se afastam de Natal, a frequência turística diminui, e outros atores passam a se destacar na rede de lugares turísticos, ao invés dos hotéis são as pousadas os principais meios de hospedagem, no qual São Miguel do Gostoso atua como um subcentro desta rede, porém, essa estação turística ainda não consegue consolidar-se como um lugar receptor original independente, pois também está articulada com Natal, seja em função da localização do Aeroporto Internacional Aluísio Alves, situado em São Gonçalo do Amarante, que faz parte do Litoral Central, responsável pela entrada de 80,8% dos turistas no Rio Grande do Norte em 2019 (FECOMÉRCIO RN), ou por turistas hospedados em Natal que estão apenas visitando o município.

O tempo de estadia dos turistas também faz parte da dependência de São Miguel Gostoso com a rede de lugares turísticos. Com base nos questionários, dos oito turistas que se hospedaram em São Miguel do Gostoso, apenas dois permaneceram todo período de visita nesse município, os outros dividiram o seu tempo com estádias em Natal, Tibau do Sul e Nísia Floresta. O quadro 40 apresenta os turistas hospedados em São Miguel do Gostoso, identificados por ordem de questionário, por dia e município de estadia.

**QUADRO 40 - TURISTAS HOSPEDADOS EM SÃO MIGUEL DO GOSTOSO POR DIA E MUNICÍPIO – 2019**

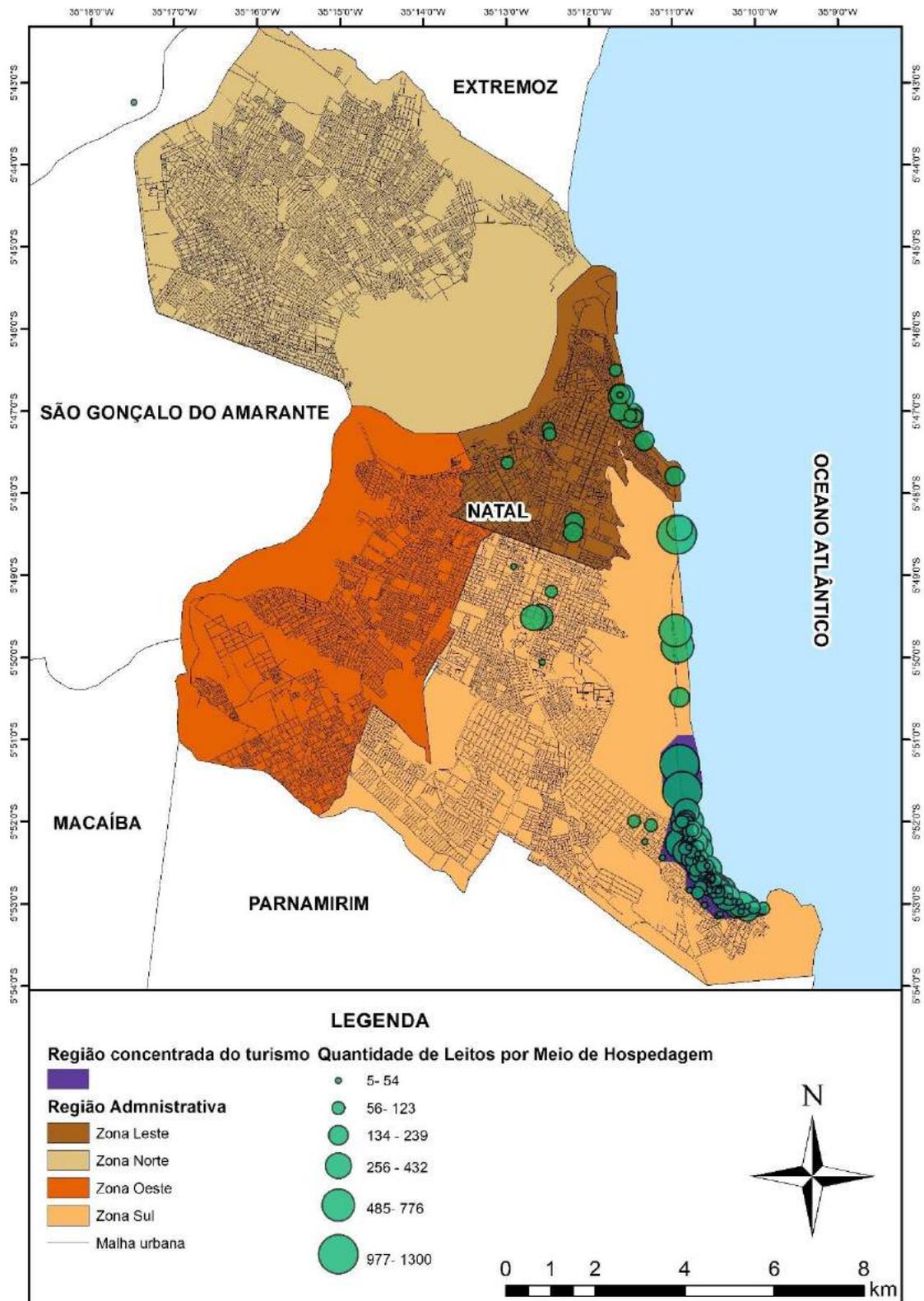
QUESTIONÁRIO	TEMPO DE HOSPEDAGEM - DIA			
	São Miguel do Gosto	Natal	Tibau do Sul	Nísia Floresta
1º	4	3	-	-
2º	4	4	2	-
3º	2	5	-	-
4º	1	-	-	8

5º	7	-	-	-
6º	2	-	-	-
7º	3	4	-	-
8º	3	5	6	-

**FONTE:** Elaborado pelo autor a partir do trabalho de campo (2019).

A rede de lugares turísticos do Litoral Norte, faz parte de uma rede que irradia por todo o Polo Costa das Dunas, com o centro da rede localizado na região concentrada do turismo, no bairro de Ponta Negra, em Natal, identificada por Furtado (2005) como a vitrine do turismo. Nesta região se concentra maioria dos meios de hospedagem do Rio Grande do Norte, tanto em quantidade quanto em relação ao número de leitos por meio de hospedagem. O mapa 39 apresenta esta região, destacada pela cor púrpura e a concentração dos meios de hospedagem, onde cada círculo verde representa a localização de um estabelecimento e a variação proporcional entre eles a quantidade de leitos.

## MAPA 39 – QUANTIDADE DE LEITOS POR MEIO DE HOSPEDAGEM EM NATAL-RN – 2019



FONTE: Elaborado pelo autor (2020) a partir de Brasil (2020).

Esta região concentrada do turismo, que é o centro da rede de lugares turístico, apresenta-se com o principal lugar receptor original do Rio Grande do Norte, a partir deste ponto irradia-se o fluxo turístico derivado, creditando a este lugar a adjetivação de lugar emissor derivado, na sua relação com os demais lugares turísticos do Litoral Norte.

O quadro 41 apresenta os nexos relacionais da rede de lugares turísticos do Litoral Norte, a partir dos dados coletados com o trabalho de campo, onde a primeira coluna destaca os lugares emissores originais. Na escala do Rio Grande do Norte foram selecionados os municípios, na escala nacional os estados, e na mundial os países. A segunda coluna apresenta a quantidade de questionários realizados com turistas por lugar emissor original em um determinado lugar receptor derivado, representado pela terceira coluna. A quarta coluna finaliza o nexo relacional ao identificar o lugar receptor original/emissor derivado dos turistas entrevistados, apenas seis municípios se encaixam nesta colocação, quatro no Litoral Norte, Extremoz, Maxaranguape, Touros e São Miguel do Gostoso; um no Litoral Sul, Parnamirim, e um no Litoral Central, justamente Natal, o centro da rede que concentra a maioria dos nexos relacionais.

**QUADRO 41 – NEXOS RELACIONAIS DA REDE DE LUGARES TURÍSTICOS DO LITORAL NORTE -2019**

<b>LUGAR EMISSOR ORIGINAL</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>LUGAR RECEPTOR DERIVADO</b>	<b>LUGAR RECEPTOR ORIGINAL/EMISSOR DERIVADO</b>
CE	1	Aquário Natal	Extremoz
MT	1	Praia de Jenipabu	
SP	1	Dunas Lagoa de Jenipabu	Parnamirim
GO	1	Dunas de Jenipabu	
Patú-RN	1	Barra de Maxaranguape	Maxaranguape
Caicó-RN	1		
RJ	2	Praia de Perobas	São Miguel do Gostoso
SP	1	-	
DF	1	-	
SP	2	Praia de Tourinho	

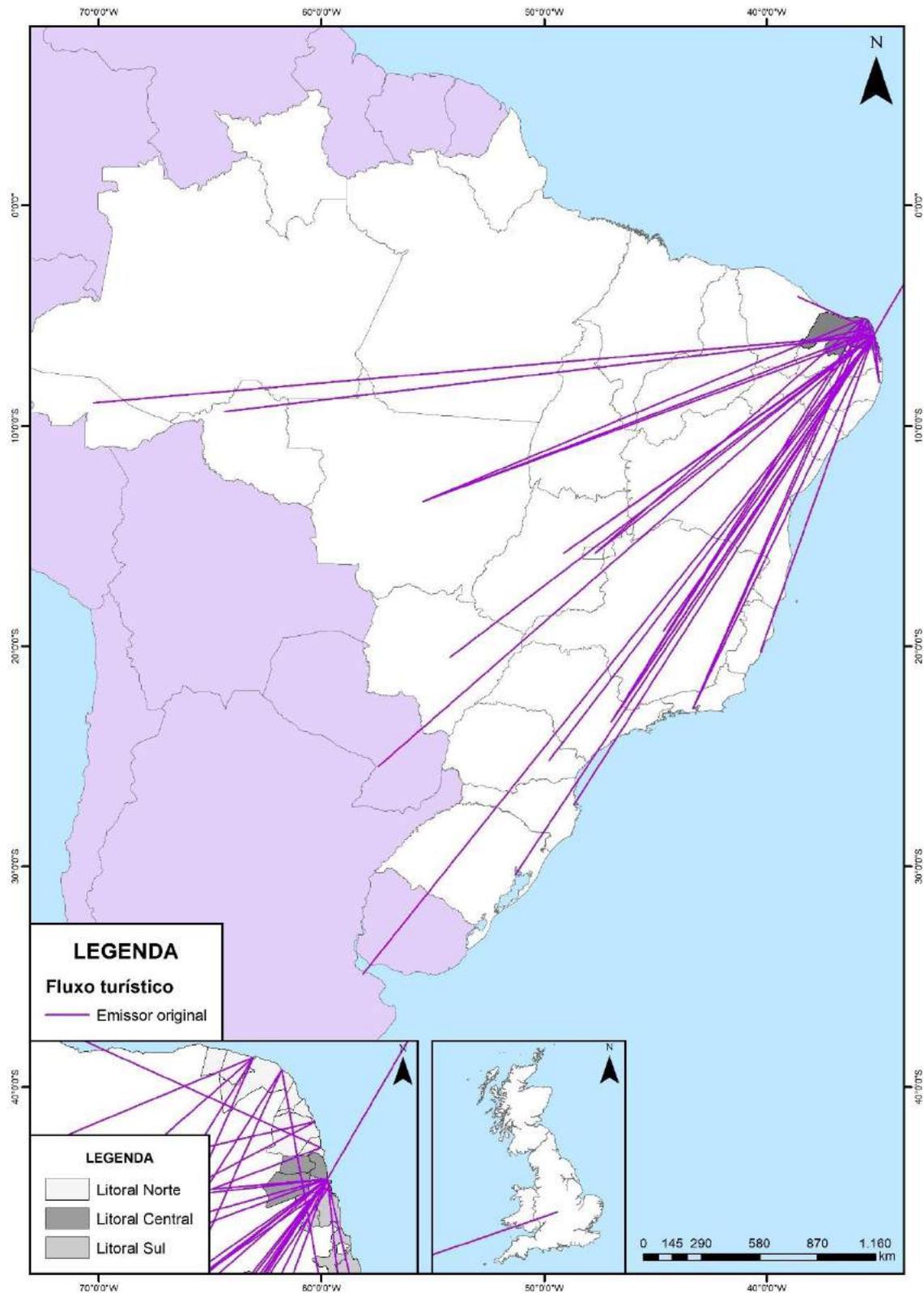
MT	1		
DF	1	Praia Arraial do Marco	
RJ	1	Praia de Perobas	Touros
SP	1		
PE	1		
PR	2	Aquário Natal	Natal
RJ	1		
MG	2		
GO	1		
SP	3		
PE	3	Dunas Lagoa de Jenipabu	
SP	2		
AC	1		
AR	1		
PR	1		
ES	1	Dunas de Jenipabu	
SP	1		
MS	1		
SC	2		
PE	1		
PY	1		
RS	1		
RJ	1	Praia de Jenipabu	
SP	2		
GO	4		
UK	1		
PE	1	Lagoa de Pitangui	
PE	4		
DF	1		
MT	1		
PR	1	Lagoa Jacumã	
MT	1		
DF	1		
MG	1		
Currais Novos-RN	1		
RS	1	MA-Noa Park	
PB	1		
SP	3		
RO	1		
PB	1	Farol do Calcanhar	
RJ	2		
AC	1		
MG	1		

SP	1	São Miguel do Gostoso	
AR	1	Praia de Perobas	
PB	1	-	Dunas de Jenipabu
<b>TOTAL</b>		<b>76</b>	

**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019).

A representação cartográfica da Rede de Lugares Turísticos, a partir dos dados organizados no quadro 41, foi realizada em dois cartogramas, o primeiro, o mapa 40 apresenta uma escala cartográfica pequena, com destaque para a América do Sul, no qual é possível visualizar o fluxo turístico entre os lugares emissores e receptores originais, destacado pelas linhas de cor púrpura. O mapa também apresenta dois recortes com escalas cartográficas maiores, o primeiro com destaque para as Regiões do Polo Costa das Dunas, ponto de chegada do fluxo turístico, e o segundo com destaque para a ilha da Grã-Bretanha, Reino Unido, Europa, onde origina um fluxo turístico.

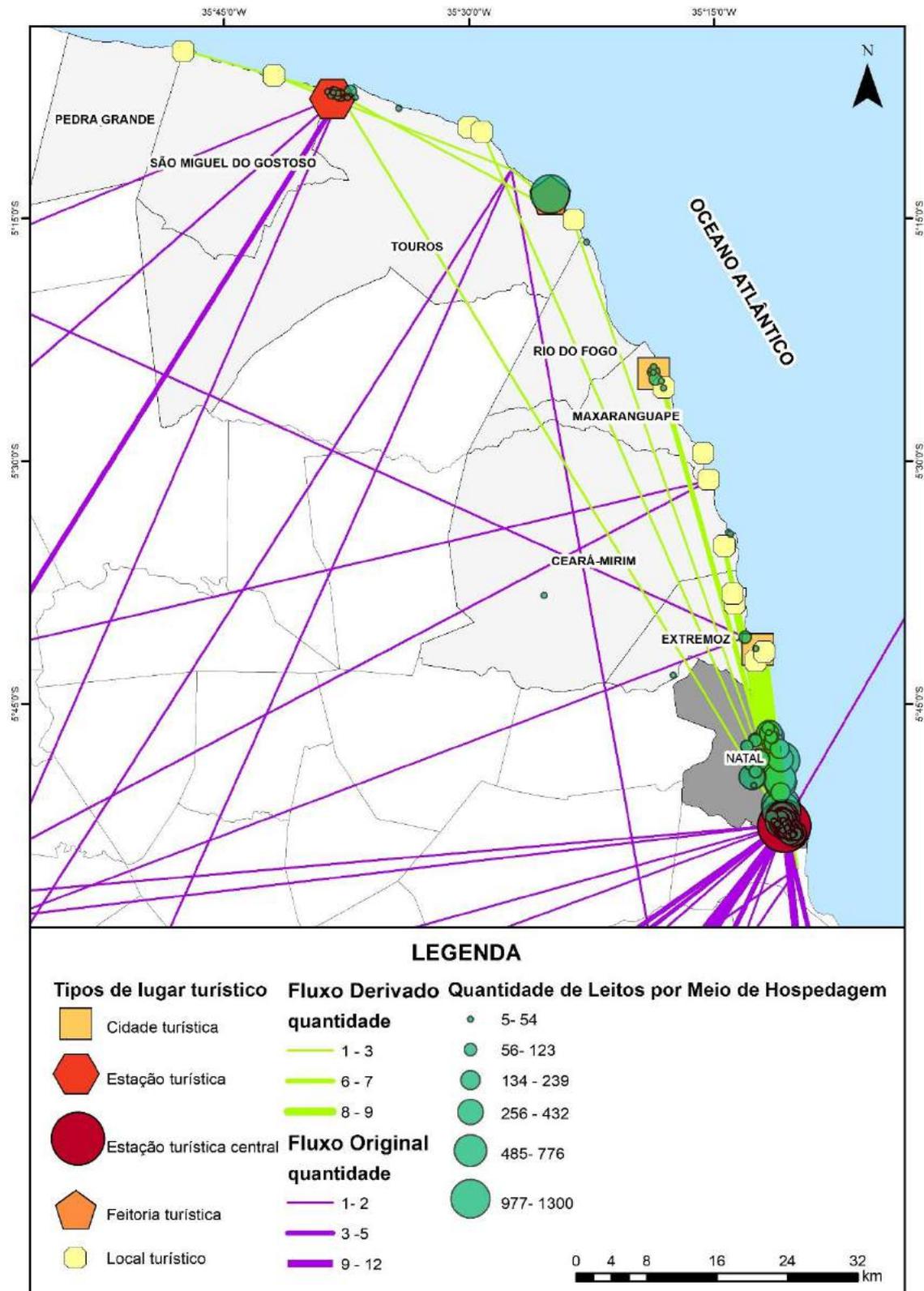
**MAPA 40 - FLUXO TURÍSTICO ENTRE OS LUGARES EMISSORES E RECEPTORES ORIGINAIS DA REDE DE LUGARES TURÍSTICOS DO LITORAL NORTE – 2019**



**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019).

O segundo cartograma, o mapa 41, com uma escala cartográfica grande em relação ao mapa anterior, apresenta a rede de lugares turísticos do Litoral Norte, com ênfase no fluxo turístico entre os lugares emissores e receptores derivados, representado pelas linhas verde-limão, destacando também, os pontos de convergência do fluxo turístico original nos lugares receptores originais, indicado pelas linhas púrpuras.

**MAPA 41 – FLUXO TURÍSTICO ENTRE OS LUGARES EMISSORES E RECEPTORES DERIVADOS DA REDE DE LUGARES TURÍSTICOS DO LITORAL NORTE DO POLO COSTA DAS DUNAS/RN -2019**



**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020) a partir do trabalho de campo (2019) e Brasil (2020).

O mapa 41 também apresenta, no intuito de ajudar ilustrar a rede de lugares turísticos do Litoral Norte, a localização dos meios de hospedagem, função da variável de número de leitos, indicado por círculos proporcionais verdes, e a classificação dos lugares turísticos por nível de densidade técnica-científica-informacional, que também foi apresentado no mapa 25, mas com um diferencial, pois acrescenta a estação turística central, justamente o centro da rede de lugares turísticos, localizada no bairro de Ponta Negra.

Com a representação da rede de lugares turísticos no mapa 41, verifica-se que os únicos lugares turísticos em que confluem os fluxos turísticos originais e derivados são os classificados como estação turística, São Miguel do Gostoso, em menor proporção, e Ponta Negra, com emissão derivada para quase todos os lugares turísticos investigados no trabalho de campo.

A dinâmica espacial do turismo da rede de lugares turísticos do Litoral Norte, a partir do nexos relacional do fluxo turístico original e derivado, reafirmam São Miguel do Gostoso como o subcentro desta rede, pois, além ser o município do Litoral Norte com maior índice de território usado pelo turismo, estanho no nível 1 com um ITUT<sup>58</sup> de 96,2, é o lugar turístico com a maior concentração de meios de hospedagem e infraestrutura para esta atividade do Litoral Norte, com um demanda turística específica, derivando o seu fluxo turístico para os lugares turísticos próximos.

A existência turística dos lugares turísticos do Litoral Norte é um desdobramento direto do alcance espacial da atividade turística da região concentrada do turismo em Natal. A relação desigual e combinada dos lugares turísticos com o centro da rede está diretamente relacionada com a demanda turística, uma vez que esses lugares não possuem força de atração turística, depende desse fluxo derivado para a constituição de sua demanda, configurando-se dessa forma em lugares de passagem, que podem ter menor ou maior dependência econômica, uma vez que alguns são exclusivamente lugares receptores derivados, onde predominam as atividades do circuito inferior do turismo.

A intensidade da dependência econômica dos lugares turísticos, do Litoral Norte com a estação turística central, decorre da combinação entre a

---

<sup>58</sup> Conforme apresentado no mapa 24 - Índice do território usado pelo turismo no Litoral Norte – 2017, na página 319.

participação dos circuitos da economia urbana do turismo, da capacidade acolhimento dos meios de hospedagem e da potencialidade do lugar em tornar-se receptor original do fluxo turístico. Quanto maior a presença do circuito inferior e menor, ou inexistente, presença do circuito superior do turismo, ausência da ação do estado, no planejamento e no financiamento de infraestrutura para a atividade turística, menor será o potencial econômico do produto turístico, não sendo capaz de atrair, em razão de sua própria existência, turistas, dependendo do fluxo dos lugares receptores originais, consolidando a sua dependência econômica com o centro da rede.

Levando em consideração esses aspectos, o nível de dependência econômica dos lugares turísticos com o centro da rede, a estação turística central, a Praia de Ponta Negra, e com o subcentro, a estação turística São Miguel do Gostoso, foi classificado em: alta; média, baixa e nula. O quadro 42 apresenta o resultado dessa classificação para o Litoral Norte.

**QUADRO 42 – CLASSIFICAÇÃO DO NÍVEL DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA REDE DE LUGARES TURÍSTICOS DO LITORAL NORTE – 2019**

Município	Índice do território usado pelo turismo	Lugar turístico	Dependência econômica com o	
			centro da rede	subcentro da rede
Extremoz	64,3	Aquário Natal	Média	Nula
		Dunas- Lagoa de Jenipabu	Alta	Nula
		Dunas - Jenipabu	Alta	Nula
		Praia de Jenipabu	Média	Nula
		Lagoa de Pitangui	Alta	Nula
Ceará-Mirim	31,7	Lagoa de Jacumã	Alta	Nula
Maxaranguape	71,6	Barra de Maxaranguape	Baixa	Nula
		Árvore do Amor	Alta	Nula
		MA-NOA Park	Média	Nula
Touros	55,5	Praia de Perobas	Baixa	Média
		Farol do Calcanhar	Não classificado	
São Miguel do Gostoso	96,2	Centro	Média	-
		Praia de Tourinho	Baixa	Alta
		Praia do Marco	Baixa	Alta

**FONTE:** Elaborado pelo autor (2020).

O ITUT tem uma correlação direta com o nível de dependência econômica, uma vez que quanto mais baixo esse índice menor a presença da atividade turística para a dinâmica econômica do município, como por exemplo, Pedra Grande, com 21,4, e Rio do Fogo, com 27,9, que não tiveram lugares turísticos listados na pesquisa de campo, participando de forma inexpressiva na rede de lugares turísticos. No caso de Rio do Fogo, que apresentou demanda turística em 2019, de 4.816 turistas, (BRASIL, 2019), sendo este município potencial dependente do centro da rede.

A classificação da dependência econômica dos lugares turísticos, em relação ao centro da rede, apresentado no quadro 42, em ordem decrescente em nível de dependência, tem como classificação de “Alta” as Dunas – Lagoa de Jenipabu; Dunas de Jenipabu e Lagoa de Pitanguí, em Extremoz; Lagoa de Jacumã, em Ceará-Mirim e a Árvore do Amor, em Maxaranguape. Todos esses lugares funcionam como ponto de passagem de roteiros turísticos, alguns com acesso praticamente exclusivo ao *buggy turismo*, sem meios de hospedagem em seus perímetros e com o predomínio de atividades do circuito inferior, sobretudo de ambulantes e barracas, com exceção da Lagoa de Pitanguí, que se confunde na sua paisagem o espaço público da lagoa com o restaurante/bar, um empreendimento do circuito superior marginal, que monopoliza os serviços de alimentação, e aluguel de quiosques, nesse lugar.

Os lugares classificados com uma dependência “Média”, Aquário Natal e a praia de Jenipabu, em Extremoz; MA-NOA Park, em Maxaranguape e o centro de São Miguel do Gostoso, possui especificidades entre si para chegar a essa classificação. O Aquário Natal, e os comércios no seu entorno, dependem diretamente do fluxo turístico do lugar receptor original, mas, em função da natureza do tipo de serviço do aquário, também possuem como público-alvo excursões educacionais com os alunos das escolas entorno da Região Metropolitana de Natal, garantindo um funcionamento independente do turismo.

A praia de Jenipabu, situada em um dos principais cartões postais do imaginário turístico de Natal, classificada como uma cidade turística, com alguns meios de hospedagem no seu entorno. Além dos turistas, esta praia também recebe visitantes, principalmente nos finais de semana e feriados, de Natal, principalmente os da Zona Norte, garantindo uma dependência média com o turismo.

O MA-NOA Park, em Maxaranguape, um parque aquático privado, faz parte dos passeios mais caros para quem visita o estado, principalmente para quem inclui o passeio e mergulho aos parrachos, oferecido por uma empresa terceirizada. A dependência é média, pois o parque oferece serviços de hospedagem, além da praia de Maracajaú, onde ele se localiza, ter a segunda maior concentração dos meios de hospedagem do Litoral Norte, associado a isto, o parque também oferece a opção de associação anual para frequentar suas dependências, com público-alvo os moradores da Região Metropolitana de Natal, durante a pesquisa de campo, três entrevistados, residentes de Parnamirim, estavam nesse perfil.

O centro de São Miguel do Gostoso possui uma relação de dependência média com centro da rede, mesmo sendo considerado como uma estação turística e subcentro da rede de lugares turísticos do Litoral Norte, pois tem como público-alvo dois perfis de turistas, o primeiro diretamente relacionado a Natal, que são as pessoas que já visitaram o estado e querem ampliar suas experiências, conhecendo diferentes localidades, podendo associar a sua viagem com estadias em São Miguel do Gostoso, em Ponta Negra, Natal, e na praia de Pipa, em Tibau do Sul. O segundo perfil, são os turistas dos esportes radicais com pranchas, como o *kite surf*, que procuram essa localidade em função das condições naturais para prática desportiva, associado a uma boa infraestrutura para a recepção turística.

A praia Barra de Maxaranguape, em Maxaranguape; praia de Perobas, em Touros e as praias de Tourinho e Arraial do Marco, foram classificadas com uma dependência “Baixa” em relação ao centro da rede. O primeiro deles, a praia Barra de Maxaranguape, localizada no centro do município, não está inserida na rota dos passeios turísticos, mais comuns, oferecido nas agências, em função disso, a localidade não possui muita expressividade na rede de lugares turísticos. Durante o trabalho de campo, os turistas identificados nesta praia vinham de outros municípios do interior do estado, como Patú e Caicó, que estavam hospedados na casa de amigo ou parente.

A praia de Perobas, em função da distância, cerca de 90 quilômetros de Ponta Negra, sofre pouca influência do centro da rede, sendo um dos lugares com maior dependência de São Miguel do Gostoso, que fica a 45 quilômetros de distância. Essa praia também tem potencial para tornar-se um lugar de apoio

para quem se hospeda no *resort all inclusive* Villa Galé, a maior empresa turística do Litoral Norte, localizado na praia das Garças, a apenas 4 quilômetros de distância desta praia, reduzindo a dependência econômica deste lugar com o centro da rede, podendo estabelecer uma relação mais direta com aquela feitoria turística e com o subcentro da rede, no qual possui uma relação de dependência “Média”.

As praias de Tourinho e do Arraial do Marco quase não possuem uma relação direta com o centro da rede, em função da localidade, 121 e 140 quilômetros de distância em relação a Ponta Negra, respectivamente. Esses locais são frequentados por turistas mais aventureiros hospedados em São Miguel do Gostoso, que alugaram carro para explorar pontos distantes do roteiro principal, uma vez que o acesso a esses lugares turísticos se dá via estradas carroçáveis pela área rural deste município, dinâmica espacial que garantem a essas praias uma relação de dependência “Alta” com o subcentro da rede e baixa com o centro.

A rede de lugares turístico não está limitada ao Litoral Norte, pois, ela integra todo o Polo Costa das Dunas, irradiando a partir da Praia de Ponta Negra, a região concentrada do turismo, com maior fluidez para o Litoral Sul, que se conecta diretamente com o centro da rede por meio da rodovia RN-063, conhecida como Rota do Sol, que interliga os principais lugares turísticos dessa região do polo.

O território usado pelo turismo no Polo Costa das Dunas, que assume a forma espacial da rede de lugares turísticos, lega ao Litoral Norte, em função de sua localização, e aspectos econômicos, sociais e turísticos, uma posição inferior em relação as outras regiões do polo. Cada lugar turístico do Litoral Norte possui um diferente nível de dependência econômica com o centro da rede, uma vez que a atividade turística nesses municípios é um desdobramento direto do turismo realizado na capital, não conseguindo caminhar para uma independência da captação do fluxo turístico, assumindo a posição de lugares receptores derivados na rede de lugares turísticos.

São Miguel do Gostoso, conforme identificado por Pereira e Dantas (2019) é um dos 21 municípios nordestinos com maior incidência de praticantes de *kitesurfe*, Canguaretama e Tibau do Sul, no Litoral Sul, são os outros dois municípios do Rio Grande do Norte que figuram esta lista. A prática de esportes

náuticos com prancha, associado a infraestrutura turística e empresas setor, possibilita ao município micalense de touros uma posição de destaque na rede de lugares turísticos, sendo um subcentro, com potencial para ser um lugar receptor original independente, atraindo um público específico de turista, que busca nos ventos e no mar desse destino um motivo para essa visita.

Esse perfil de urbanização turística conecta São Miguel do Gostoso aos

[...] circuitos internacionais de esportes no mar e na praia expressam um modelo mundial e comercial de divulgação de lugares simbólicos e interligados em rede. Tais praias, espalhadas por todos os continentes, tornam-se ícones e arquétipos de lugares ideais para o desenvolvimento profissional e amador destes esportes/práticas. Nestes lugares, características naturais (geomorfologia e clima) associam-se as infraestruturas de apoio, transporte e estadia e perfazem as condições necessárias para a atração crescente de *vacanciers* e esportivas. Surf e kitesurfe são exemplos propulsores. (PEREIRA; DANTAS, 2019, p.19).

Além de São Miguel do Gostoso, a feitoria turística, o *resort all inclusive* Vila Galé, na praia das Garças, em Touros, assume uma posição ímpar na rede de lugares turístico, um ponto do território conectado diretamente com o competitivo turismo internacional de sol e praia, que entrou em atividade no final de 2018, atualmente é a maior empresa turística do Litoral Norte, com potencial para tensionar uma nova centralidade nessa rede, colocando essa região na rota dos empreendimentos turísticos do circuito superior do turismo.

Na rede de lugares turísticos do Litoral Norte, o hotel Vila Galé e São Miguel do Gostoso são um oásis em meio a um cenário de subsistência pelo turismo, o primeiro impõe ao lugar a lógica do grande capital, usando o território, via o turismo, para reproduzir e acumular o capital, servindo a um grupo seletivo de clientes que querem aproveitar o sol e praia do Rio Grande do Norte, mas não querem conviver com a miséria estrutural dos distritos litorâneos. O segundo, desenha um projeto de desenvolvimento econômico municipal, por meio do turismo, atraindo pequenos e médio investidores, incorporando o turismo à dinâmica urbana de São Miguel do Gostoso, projetando-se como destino para esportes radicais náuticos com pranchas, com alcance internacional, além de vender-se como uma alternativa para quem procura lugares turísticos sem a aglomeração do turismo de massa.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Litoral Norte é uma das três regiões internas do Polo Costa das Dunas, um polo de crescimento econômico pelo turismo, localizado no litoral oriental do Rio Grande do Norte, criado em 1999 e oficializado em 2005 pelo Decreto Estadual 18.186/05 e com sua última configuração oficial definida em 2017 pelo Decreto Estadual 26.661.

Essa região interna, igualmente as suas outras duas regiões, o Litoral Central e Litoral Sul, tem em sua paisagem, em relação aos seus elementos naturais, uma configuração territorial litorânea marcada pela presença de praias, campos dunares, com a presença de lagoa, vegetação de mata atlântica e um clima tropical úmido, com uma estação seca, no verão, e uma chuvosa, no inverno.

A diferenciação regional interna do Polo Costa das Dunas emerge a partir de sua formação sócio-espacial, ao levar em consideração, em termos qualitativos e quantitativos, as variáveis sociais, econômicas e turísticas que compõem os municípios do polo. As regiões internas ganham contorno espacial específico com base em suas práticas turísticas, materializada a partir dos roteiros de passeio ao sul e ao norte da capital do estado, Natal, que centraliza a atividade turística, por meio da concentração de meios de hospedagens e comércios e serviços relacionados a oferta de produtos turísticos.

A partir da interação entre si, as regiões internas ganham sentido geométrico e geográfico. O primeiro está relacionado a sua localização no espaço geográfico, uma vez que Natal, e os seus municípios vizinhos, São Gonçalo do Amarante e Macaíba, figuram o Litoral Central, situados entre o Litoral Norte e Litoral Sul, que por sua vez são formados, respectivamente, pelos municípios litorâneos ao norte e ao sul da capital. O sentido geográfico diz respeito a espacialidade dessas regiões internas, uma vez que o Litoral Central também é aquele que assume a função centralizadora da prática turística, tanto para o Polo Costa das Dunas quanto para o Rio Grande do Norte.

O Litoral Norte e o Litoral Sul reproduzem os nomes veiculados pelos prestadores de serviços turísticos que comercializam passeios pelo litoral do estado, como as agências de viagem e bugueiros. O Litoral Sul é o que está mais integrado ao Litoral Central, com via de acesso que conecta diretamente a área

de concentração do turismo em Natal, na praia de Ponta Negra, com esse litoral, além do acesso via a BR-101, que neste trecho ao sul é duplicada nos dois sentidos, aumentando a fluidez do território, impactando diretamente em seus indicadores sociais, econômicos e turísticos, sendo a região interna do polo com o segundo melhor resultado para essas variáveis.

O acesso ao Litoral Norte não ocorre de modo contínuo pela faixa litorânea ao norte em função de dois aspectos naturais da configuração territorial. O primeiro, o rio Potengi, que separa a Zona Norte das Zonas Sul, Oeste e Leste de Natal, cujo estuário fica situado entre as praias da Redinha Velha, na Zona Norte, e a praia do Forte, na Zona Leste. A partir de novembro de 2007 o acesso entre essas duas praias foi facilitado pela inauguração da Ponte Newton Navarro<sup>59</sup>. A praia de Redinha Velha, em Natal, situa-se no limite municipal com Extremoz, com praia de Redinha Nova, com um território usado predominante pela segunda residência, onde se localiza o Aquário Natal, um dos lugares turísticos do Litoral Norte.

O acesso contínuo pelo litoral ao norte termina na praia de Santa Rita, vizinha ao norte da praia de Redinha Nova, também em Extremoz, pois, a partir desta o acesso é interrompido pelas dunas de Jenipabu, que separa essa praia da praia de Jenipabu. A partir deste ponto, somente os veículos buggy turismo, registrados na SETUR, podem seguir pela faixa de areia da praia durante a maré seca, os demais veículos para acessar essa praia, a partir de Santa Rita, precisam fazer um desvio de pouco mais de 30 quilômetros para chegar ao restante do Litoral Norte, a partir da praia de Jenipabu.

O acesso pelo Litoral Norte, a partir de Jenipabu também não é contínuo, sendo limitado por estuários, como o do Rio Ceará-Mirim, que separa as praias de Jenipabu e de Graçandu, cuja travessia é permitida aos buggy turismos via balsas artesanais, com capacidade para um veículo por vez e movimentada por remo, o acesso aos demais veículos tem que ser feita por um desvio igualmente longo, como o que é realizado entre as praias de Santa Rita e Jenipabu. Deste modo, a integração do Litoral Norte é restrita aos buggy turismo, para os demais

---

<sup>59</sup> Popularmente conhecida como Ponte Nova, em referência a outra ponte que liga a Zona Norte aos demais localidades de Natal, a Ponte do Potengi Presidente Costa e Silva, conhecida a partir de 2007 como Ponte Velha.

veículos motorizados o acesso é realizado de modo reticular, tendo como eixo principal a rodovia federal BR-101.

A ausência de infraestrutura impacta negativamente os indicadores turísticos do Litoral Norte, como a demanda nacional e internacional e o número de empregos formais e de empresas turísticas, pois a limitação da fluidez do território diminui as possibilidades de acesso aos lugares turísticos do Litoral Norte, no qual é realizado majoritariamente por buggy turismo, seguido dos ônibus turismo, mas somente até os municípios que pertencem a Região Metropolitana de Natal, justamente Extremoz, Ceará-Mirim e Maxaraguape, para os demais municípios mais ao norte, como Touros e São Miguel do Gostoso, o serviço de aluguel de carro tem sido a opção mais utilizada pelos turistas.

No contexto do processo de regionalização interna do Polo Costa das Dunas, no qual emergem as características sociais, econômicas e turísticas para a diferenciação regional deste polo, os municípios do Litoral Norte são aqueles que apresentam os piores indicadores deste polo, no qual a ausência ou presença da prática turística em seu litoral é um desdobramento do processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo no Rio Grande do Norte, decorrente das ações das políticas públicas do Megaprojetos, PRODETUR/NE e PRODETUR/NE II.

O impacto direto deste processo na transformação das forças produtivas pela atividade econômica do turismo ficou restrito ao Polo Costa das Dunas, com maior destaque em Natal e Parnamirim, município vizinho que faz parte da mancha urbana da capital, resultando em uma integração marginal dos outros municípios que compõem o polo, principalmente os da região do Litoral Norte, no qual se desenha o cenário da tese de que para o Litoral Norte este processo resulta em uma urbanização com a presença majoritariamente do circuito inferior do turismo, com a existência de uma rede de lugares turísticos, que representa a forma espacial do território usado pelo turismo, numa relação desigual e combinada com a capital do estado.

No sentido defendido, o lugar, a realidade imediata do espaço geográfico, fração da totalidade em que se realiza a vida, na dimensão do cotidiano, adjetiva-se turístico a partir das funções que passam a completar o sentido existenciais às suas formas, seja refuncionalizando ou criando objetos

geográficos para que a prática do turismo seja um dos componentes do território usado nesse lugar.

Deste modo, o lugar turístico, emerge enquanto uma noção abstrata para analisar um fenômeno concreto, a prática turística de um determinado lugar, levando em consideração os agentes envolvidos no território usado pelo turismo, que podem ser identificados na figura dos turistas, do mercado e do Estado, partindo lógica que rege a sua organização dos lugares turísticos, no qual, “as diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares” (SANTOS, 1977, p.87), no qual impõem ao lugar turístico diferentes níveis de densidade técnica-científica-informacional.

A partir dessas características, adaptou-se metodologia de Knafou *et al* (1997) para classificar os lugares turísticos com base em seus diferentes níveis de densidade técnica-científica-informacional, no qual os lugares turísticos podem apresentar quatro níveis: local turístico; cidade turística; estação turística e feitoria turística, que não tecem uma relação hierárquica ou evolutiva direta entre si, mas sim qualitativamente.

O local turístico é o que apresenta a menor densidade técnica-científica-informacional, sendo um ponto de passagem para os turistas, com a presença de algum atrativo turístico, seja natural ou artificial, mas sem a presença de meios de passagem, compondo pontos de visitação em roteiros de viagem. A cidade turística, o segundo nível, as transformações pela urbanização turística marca a paisagem, incorporando uma maior diversidade de comércios e serviços turísticos, que convivem com os demais serviços do lugar.

Na estação turística, o turismo é a principal atividade econômica no lugar, responsável pela sua criação, com a presença das maiores empresas turísticas e de oferta de meios de hospedagem. A feitoria turística, o último nível de densidade técnica-científica-informacional da classificação proposta, é a materialização das empresas representantes do grande capital no território, que elenca determinados pontos no espaço geográfico para a construção de complexos hoteleiros, como os *resorts hotels*, que oferecem aos turista uma vasta gama de serviços turísticos, como restaurantes de *haute cuisine*, parque aquáticos, *spa* entre outros, cujo visitante não precisa sair da feitoria para satisfazer nenhuma necessidade de consumo, sendo esse tipo hotel o próprio atrativo turístico da região.

A aplicação desta metodologia para analisar os lugares turísticos a partir da variação dos níveis de densidade técnica-científica-informacional do municípios do Litoral Norte, levou em consideração a realidade macroeconômica da condição sócio-espacial que eles se encontravam, uma vez que esses fazem parte do Brasil, um país classificado como nível de desenvolvimento econômico de emergente, ou em desenvolvimento, ao levar em consideração os números absolutos de sua economia, como o PIB ou PIB *per capita*, mas, com um olhar mais atento em suas estruturas, verifica-se que os processos históricos do subdesenvolvimento permanecem nas formas e funções do espaço geográfico brasileiro, marcadas pela concentração de renda, subempregos e informalização da economia, contribuindo para manutenção do processo de urbanização pelos dois circuitos da economia urbana nas cidades brasileiras.

A materialização da prática turística nos lugares receptores da demanda turística, os lugares turísticos, necessita de uma urbanização, com uma formação sócio-espacial voltada para o turismo para atender as demandas de consumo dos turista, partindo da lógica, quando maior a demanda por um lugar turístico maior a infraestrutura urbana desses, e conseqüentemente maior o nível de densidade técnica-científica-informacional, porém, essa não é marcada apenas pela presença do grande capital, mas por um processo dual e interdependente pelos circuitos inferior e superior do turismo.

Cada um dos circuitos da economia urbana participa na organização do espaço geográfico dos níveis classificatório dos lugares turísticos, com um território usado que assume a forma geográfica de uma rede de lugares turísticos, em que nos centros e subcentros desta rede se encontram-se as estações turísticas, constituindo-se, deste modo, em uma região reticular da atividade turística.

A estação turística assume a função de centro, ou subcentro, da rede de lugares turísticos, pois é o seu topônimo que figura nas campanhas de *marketing* turísticos para a atração da demanda turística para a região, nela se concentra a maior oferta de meios de hospedagem e serviços turísticos, constituindo-se deste modo, em um lugar turístico receptor original.

É a partir do imaginário turístico, construindo com base em determinada estação turística, que outros lugares turísticos da rede são formados, com a intenção de cooptar o turista que está hospedado no centro da rede, a estação

turística, via roteiros de passeio, organizado por agências de viagens, guias turísticos e prestadores de serviços turísticos em geral, estabelecendo os nexos relacionais da rede de lugares turísticos.

Nessa relação em rede, o centro, ou subcentro da rede, são ao mesmo tempo o lugar receptor original, pois é aí em que os turistas se hospedam, e o emissor derivado, a partir desse lugar que ele visita, durante o seu período de estadia, os demais lugares turísticos da rede, esses por sua vez, passam a ser os lugares receptores derivados.

Na estação turística, o circuito inferior é marcado pela presença dos ambulantes e pequenos comércios, no qual, quanto a maior a infraestrutura urbana deste lugar turística menor é a participação destes agentes na formação sócio-espacial, a depender da legislação municipal, principalmente os ambulantes e demais atividades informais, podem ser alvos de perseguição ou uma normatização mais rígida. O circuito superior, que é predominante, é representado principalmente pelas redes de hotelaria e gastronomia.

As cidades turísticas, tendem a ser formadas pelos pequenos comércios do circuito inferior, em que os hotéis são substituídos por pequenas pousadas, geralmente de administração familiar, além da presença dos ambulantes. O circuito superior apresenta-se pontualmente no território, podendo ser um investimento de especulação imobiliária, buscando instalar-se em área com potencial turístico que não esteja saturada, como as feitorias turísticas.

Os locais turísticos, que são pontos de visitação com menor densidade técnica-científica-informacional, podem ser compostos pelo circuito superior ou inferior do turismo, a depender da lógica específica de funcionamento de cada um deles. Os locais turísticos do circuito inferior, geralmente são aqueles em que a oferta turística original é o motivo da visitação, como os elementos naturais da paisagem, com a presença de ambulantes e pequenas barracas se instalam no entorno para comercializar diversos produtos aos visitantes.

Os locais turísticos do circuito superior são aqueles em que a oferta turística derivada é o motivo da visitação, ou seja, a própria empresa turística é o motivo da visita, como parque aquáticos, aquários, museus etc. O circuito inferior pode estar presente nesse tipo de lugar, na presença de ambulantes e pequenos comércios no entorno

As feitorias turísticas, embora sejam o nível mais alto da classificação dos lugares turísticos, não são o centro da rede de lugares turísticos, pois na lógica reticular do território usado, a sua existência justifica-se por ser um lugar turístico do circuito superior, que depende da imagem turística da estação turística para o seu plano de *marketing*, com um serviço diferenciado, atendendo a demanda de alto consumo de turistas com rendas mais elevadas, uma oferta turística de país desenvolvido com a pobreza estrutural do subdesenvolvimento por de trás de seus muros, não tendo dessa forma a presença do circuito inferior em sua organização interna.

A partir dessa premissa teórica, no contexto da regionalização interna do Polo Costa das Dunas, que é um desdobramento do processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo, resultando em uma condição desigual e combinada nesse polo, foi analisado o Litoral Norte, que possui um território usado pelo turismo por meio de uma rede de lugares turísticos, com diferentes níveis de densidade técnica-científica-informacional, cujo centro da rede localiza-se no Litoral Central, a estação turística localizada entre os bairros da Via Costeira, Capim Macio e Praia de Ponta Negra, no litoral da Zona Sul de Natal, onde concentram-se a maioria dos meios de hospedagem do estado.

O Litoral Norte é composto por sete municípios, Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape, Rio do Fogo, Touros, São Miguel do Gostoso e Pedra, que possuem características sociais e econômicas semelhantes, entretanto, o território usado pelo turismo manifesta-se de modo particular em cada um deles. Para mensurar o papel econômico desempenhado pelo turismo no território usado desses municípios, recorreu-se aos dados das séries históricas das empresas e empregos, formais, em turismo da RAIS, para o período de 2006-2018; dos repasses públicos agrupados no SIACOR, no período de 2001-2017 e do Mapa do Turismo Brasileiro, do período de 2016-2019.

A partir desses dados, verificou-se a assimetria da participação do Litoral Norte, em relação ao Polo Costa das Dunas e para o estado, uma vez que essa região interna tem pouca representatividade nos indicadores selecionados, para o ano de 2018, as empresas turísticas do Litoral Norte representavam 7,0% do total para o polo e 4,6% para o estado, e os empregos formais em empresas turísticas, 4,5% e 3,6% respectivamente (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020). A mesma tendência é verificada para a demanda turística total para o ano de

2019, no qual relação ao polo ela representava 3,1% do total e 2,4% para o estado (BRASIL, 2020). Nos contratos de repasses públicos, a representatividade é um pouco maior, correspondendo a 39,2% do total do polo para a somatória para da série analisada, 2001-2017, e 11,6% para o estado.

Essas características impõem aos lugares turísticos do Litoral Norte pouca competitividade na captação de demanda turística total, em relação ao Litoral Central, reforçando a necessidade da emissão derivada de turistas que estão hospedados em Natal, predominando no litoral desta região interna um cenário de pouca atração de investimentos turísticos do circuito superior, sobrepujando a presença de locais turísticos do circuito inferior pelo litoral dos municípios que compõem o Litoral Norte.

A partir da análise pontual desses indicadores turísticos por município do Litoral Norte em associação ao conjunto das informações coletadas durante as visitas a campo, foi possível ponderar sobre a contribuição do turismo para o desenvolvimento sócio-espacial de cada município, onde foi possível verificar que para alguns municípios, apesar da pouca representatividade à nível de polo e de Rio Grande do Norte, o turismo desempenha um papel relevante para a economia municipal, como para São Miguel do Gostoso, Maxaranguape, Extremoz e Touros.

Com base nos indicadores selecionados para analisar o território usado pelo turismo nos municípios do Litoral Norte aplicou-se uma metodologia comparativa para mensurar o peso da atividade turística para esses municípios, por meio da composição do Índice do Território Usado pelo Turismo, no qual estabeleceu quatro níveis de território usado pelo turismo para o ano de 2017.

Na análise comparativa, São Miguel do Gostoso é o município que se encontra no maior nível de território usado pelo turismo, o nível 1, seguido dos municípios de Maxaranguape, Extremoz e Touros, no nível 2. São nesses municípios em que se localizam os lugares turísticos com maiores densidade técnica-científica-informacional. Uma estação turística em São Miguel do Gostoso, uma feitoria turística em Touros, uma cidade turística em Maxaranguape e em Extremoz.

Os municípios de Ceará-Mirim e Rio do Fogo ocupam o nível 3, possuindo uma atividade turística em seu litoral, mas ela é pouco representativa para o desenvolvimento municipal. Pedra Grande foi o único município no nível

4, o que evidencia que o município não possui um território usado pelo turismo, apesar de integrar o Polo Costa das Dunas, durante a pesquisa de campo não foi identificado nenhum lugar turístico em seu litoral, fato corroborado ao levar em consideração a sua demanda turística, pois, esse é o único município do Litoral Norte que não possui demanda turística (BRASIL, 2020).

Os lugares turísticos do Litoral Norte aparecem distribuídos pelas planícies litorâneas dos municípios de Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape, Touros e São Miguel do Gostoso, no qual foram identificados dezesseis lugares turísticos com a presença dos quatro níveis classificatórios, local turístico; cidade turística; estação turística e feitoria turística. Em cada um desses, o território usado pelos turistas, identificado no trabalho de campo pela participação do mercado e dos turistas atuam de forma singular, com lugares estruturados a partir da lógica dos circuitos da economia urbana do turismo.

O circuito inferior do turismo é predominante na organização espacial dos lugares turísticos, principalmente dos locais turísticos, que são pontos de passagem. Dos doze locais turísticos identificados no Litoral Norte, oito são estruturados a partir da lógica do circuito inferior, Dunas – Lagoa de Jenipabu e Dunas – Praia de Jenipabu, em Extremoz; Lagoa de Jacumã em Ceará-Mirim; Barra de Maxaranguape e Árvore do Amor em Maxaranguape; Praia de Perobas em Touros e as Praias de Tourinho e do Marco em São Miguel do Gostoso.

Nesses lugares, os serviços oferecidos são prestados por ambulantes com pontos fixos para vendas como quase nenhuma infraestrutura, dispendo de barracas improvisadas construída com tábuas, como nas Dunas – Lagoa de Jenipabu; por barracas ou quiosques construídos de forma mais elaborada, como os encontrados nas Dunas – Praia de Jenipabu, nas dunas da Lagoa de Jacumã e na Árvore no Amor; ou por barracas que oferecem serviços de restaurante, que são as principais expressões materiais do circuito inferior do turismo no Litoral Norte, presentes nas praias de Barra de Maxaranguape, de Perobas, de Tourinho e do Marco na Lagoa de Jacumã,

Nos outros tipos de lugares turísticos, como a estação turística e a cidade turística, o circuito inferior do turismo também se manifesta, com estrutura material e mão de obra parecida, geralmente composta por membros da mesma família ou trabalhadores sem carteira assinada.

O Litoral Norte também possui três locais turísticos que a sua organização espacial ocorre em torno do circuito superior do turismo, que são o Aquário Natal e a Lagoa de Pitangui em Extremoz, com a presença do circuito superior marginal do turismo, e o Ma-Noa Park, em Maxaraguape, pelo circuito superior. Esses lugares turísticos se confundem com a própria empresa que presta serviços turísticos, sendo esses serviços o motivo da visitação, como o Aquário Natal, que expõem animais silvestres, tanto marinhos quanto terrestres, e o MA-NOA Park, que é um parque aquático com serviços terceirizados de passeios de quadriciclo e mergulho aos parrachos.

Na Lagoa de Pitangui, a formação natural da sua paisagem, uma lagoa de dunas, compõe o cenário da sua oferta turística, semelhante a outras lagoas presentes no litoral do Polo Costa das Dunas. O que difere essa lagoa das demais, e a insere na lógica do circuito superior do turismo, na sua escala marginal, é a empresa Bar da Lagoa, que concentra todos os serviços de alimentação neste lugar turístico, com a presença de restaurantes, barracas e bares, com um excelente nível de infraestrutura de suas dependências, principalmente em comparação as barracas de praia do circuito inferior, além de possuir quiosques para locação, ocupados por pequenos comerciantes que comercializam artesanatos e os mais diversos tipos de *souvenirs*.

O Litoral Norte apresenta duas cidades turísticas, como diferentes lógicas de atuação entre si. A primeira corresponde a praia de Jenipabu, um distrito litorâneo de Extremoz, que apresenta na composição da sua paisagem, das dunas encontrando com mar, um dos principais cartões postais do produto turístico de Natal. Este lugar turístico integra outros locais turísticos localizados nas dunas de Jenipabu, as dunas com vista para a Lagoa de Jenipabu, um ponto de parada de bugueiros com a presença de comerciantes do circuito inferior, e distante uns dois quilômetros, outro ponto desta mesma dunas que fica entre as praias de Jenipabu e de Santa Rita, onde se encontra várias barracas de artesanato e de roupa moda praia, além do icônico passeio de dromedário, realizado pela empresa do circuito superior marginal do turismo, Dromedunas, que aposta na paisagem de dunas e no passeio para reproduzir um cenário do Oriente Médio com os turistas, reforçado por uma barraca intitulada “Tenda Árabe”, uma atividade do circuito inferior do turismo, que oferece caracterização “árabe” para registro fotográfico.

Apesar de ter algumas atividades do circuito superior do turismo, a cidade turística de Jenipabu é um espaço urbanizado pelo circuito inferior do turismo, predominando pequenos comércios, com mão de obra familiar ou informal. A praia de Maracajaú, em Maxaranguape, é a segunda cidade turística do Litoral Norte, ao contrário da praia de Jenipabu, o processo de urbanização dessa praia perpassa pela lógica do circuito superior do turismo. Nesta praia se localiza o local turístico MA-NOA Park e a segunda maior concentração de meios de hospedagem e de empresas do circuito superior do Litoral Norte, em virtude da presença de condomínios horizontais, geralmente de capital estrangeiro, nas dependências desta praia, que além de servir para vilegiatura também podem ser locados por turistas.

Em São Miguel do Gostoso os números que lhe garantem o maior índice de território usado pelo turismo em 2017 para o Litoral Norte, encontram sua materialidade na paisagem do centro urbano do município, que desde que foi emancipado a categoria de município em 1993 teve a atividade turística como projeto para desenvolvimento econômico municipal, resultando em um processo de urbanização voltada para a prática do turismo, marcado pela presença de atividades do circuito superior marginal e inferior, com a maior concentração de meios de hospedagem do Litoral Norte, atendendo tanto o seguimento turístico de Sol e Praia quanto o esportes radicais náuticos com pranchas, como o *kite* e *wind surf*.

Em razão dessas características, o centro urbano de São Miguel do Gostoso é a única estação turística do Litoral Norte, que atua como uma subcentro da rede de lugares turísticos dessa região interna, um lugar turístico com potencial para uma independência na atração turística, ou seja, sendo um lugar turístico receptor original.

A partir de setembro de 2018 o Litoral Norte passou a experimentar em seu território usado pelo turismo um lugar turístico com uma tipologia de feitoria turística, uma lugar criado e planejado pelo circuito superior do turismo para ofertar ao turista uma experiência completa de viagem em suas dependências, esse é o *resort hotel all inclusive* Vila Galé, uma empresa de capital aberto de origem portuguesa que se instalou nas praia das Garças no município de Touros, gerando um impacto de 609 empregos diretos, 285 no setor de alojamento e 324 para o de alimentação (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020).

Na paisagem litorânea do Litoral Norte, marcado pelas atividades do circuito inferior do turismo, pequenos barcos pesqueiros e casas de segunda residência, onde predominam a tipologia de local turístico, as instalações do hotel apresentam-se como um ponto destoante na paisagem, dando a impressão a uma primeira vista que este lugar não possui relação com o espaço geográfico do seu entorno, porém, após uma observação mais detalhada percebe-se o fluxo de trabalhadores do hotel, que utilizam, em sua maioria, pequenas motocicletas entre 50 e 150 cilindradas, ou seja, apesar de oferecer para um grupo de turistas com maior poder aquisitivo uma realidade construída, distante do circuito inferior do turismo que margeia o Litoral Norte, a lógica sócio-espacial de Touros está presente, animando a feitoria turística, arrumando suas camas, cortando sua grama ou servindo sua comida por meio da mão de obra local.

Os diferentes níveis de densidade técnica-científica-informacional em que se organizam os lugares turísticos do Litoral Norte são a expressão material do território usado pelos circuitos da economia urbana do turismo, que nesta perspectiva temática são um desdobramento do processo de urbanização a partir da prática turística, no qual atua por duas vias, uma mais expressiva e visível e outra enquanto derivação marginal por uma rede de lugares turísticos.

A forma mais visível do circuito superior do turismo é aquela presente nos lugares turísticos, voltados para a prática turística de sol e praia, com a tipologia de estação turística, onde as grandes redes de meios de hospedagem e de serviços de alimentação, principais representantes do circuito superior do turismo, convivem com ambulantes e quiosques que ofertam aos turistas que estão hospedados toda a sorte de produtos.

Na praia de Ponta Negra, na Zona Sul de Natal, a estação turística que é tanto o centro da rede de lugares turísticas do Litoral Norte quanto a região concentrada da atividade turística do Rio Grande do Norte. As atividades do circuito inferior do turismo mais comum são praticadas nesse local pelos ambulantes que comercializam gêneros alimentícios, como camarão salgado, tapioca com gíngua, queijo coalho assado, crepe, sorvetes industrializados; *souvenirs*, como pinturas em tela e artesanatos em geral; tatuagem de *henna*; artigos de praia, como rouparia, inclusive redes e mantas, óculos de sol, protetores solar e brinquedos. Nesta praia os quiosques de alvenaria ou barracas de praia mais improvisadas dividem a paisagem com os hotéis verticalizados,

oferecendo serviços de bar e restaurante, além de aluguel de movelaria de praia, como mesas, cadeiras, guarda-sóis ou espreguiçadeiras para os hóspedes desses hotéis.

Esses elementos do circuito inferior também estão presentes nos lugares que são uma derivação marginal da rede de lugares turísticos, a diferença para a classificação está na lógica de formação dos lugares turísticos. Enquanto em Ponta Negra, uma estação turística, o processo de urbanização pelo turismo ocorreu em função do circuito superior do turismo. O circuito inferior está presente nesta localidade em razão da lógica dialética que estrutura a urbanização capitalista em países subdesenvolvidos, em que o desenvolvimento por algum tipo de atividade econômica não reduz a pobreza estrutural do lugar, a refuncionaliza. Na prática turística nesta estação, o circuito inferior apresenta como uma alternativa de sobrevivência aos mais pobres em um lugar dominado pelo território usado pelo circuito superior do turismo, que tem como público-alvo o mesmo cliente do circuito superior do turismo.

O processo de refuncionalização dos lugares em lugares turísticos do Litoral Norte ocorreu a partir de uma derivação marginal da prática turística realizada em Natal, nesses lugares foi a urbanização pelo circuito inferior do turismo que passou a modelar a paisagem, com barracas de praia, quiosques, lojas de artesanato e moda praia e pequenas pousadas e restaurantes são a marca do território usado por esse seguimento do circuito da economia urbana nos lugares turísticos, enquanto a figura do ambulante vai ficando mais rarefeita a medida que se afasta de Natal, sendo mais comum à Praia de Jenipabu, no município vizinho de Extremoz, do que em São Miguel do Gostoso, a 115 quilômetros da capital.

Esses lugares são resultado de uma derivação marginal, em relação a prática turística realizada na capital, pois a sua existência relacionada ao turismo origina-se enquanto opção de passeio para quem está hospedado em Natal, originando-se aí a formação espacial da rede de lugares turísticos, que é composta por lugares turísticos com diferentes níveis de organização, por meio de uma dinâmica horizontal entre a região concentrada do turismo potiguar, localizada entre a Via Costeira e a Praia de Ponta, que é o lugares receptor original, que assumem a função de local de emissor derivado e os demais

lugares turísticos assumem o papel de lugar receptor derivado, pois o turista que o visita não se hospeda no município em que ele se localiza.

Na rede de lugares turísticos do Litoral Norte os passeios contratados pelas agências de viagens, que pode ser realizado por ônibus turismo ou por buggy turismo, ou adquiridos diretamente com o bugueiro possuem papel fundamental para conectar o lugar emissor e receptor derivado nos municípios da região interna que fazem parte da Região Metropolitana de Natal, Extremoz; Ceará-Mirim e Maxaraguape. Para os outros municípios, Touros e São Miguel do Gostoso, o serviço de aluguel de carro passa a ser opção mais usual, pois são roteiros que não estão presentes nos pacotes de passeio *standards*.

Os turistas que visitam esses últimos municípios, geralmente, são aqueles que já visitaram Natal e querem conhecer outros pontos do estado por conta própria, tendo como destino São Miguel do Gostoso, que possui as características de uma estação turística, com uma grande oferta de meios de hospedagem e gastronômica, além de estar na rota nacional e internacional dos esportes náuticos com pranchas, como *kite e wind surf*. Na lógica espacial da rede de lugares turísticos, o centro urbano do município assume a função de subcentro, também se comportando como um lugar receptor original que realiza uma emissão derivada para municípios vizinhos, como Touros, ou outros mais distantes, mas que ainda integram o Polo Costa das Dunas, como Nísia Floresta e Tibau do Sul, no Litoral Sul.

A dinâmica espacial da rede de lugares turísticas do Litoral Norte é realizada a partir do fluxo de turistas entre o centro e o subcentro desta rede, que são os lugares receptores originais, pois são eles que captam a emissão turística primária, para os demais lugares turísticos da rede, que são os lugares receptores derivados. O centro de São Miguel do Gostoso, que é o subcentro da rede, em função da sua proximidade com Natal, também assume a função de receptor derivado, pois há turistas, hospedados na capital, que visitam o município sem realizar a pernoite.

Nesta trama espacial que cobre a área litorânea dos municípios do Litoral Norte, cada lugar turístico possui um nível de dependência em relação ao centro e subcentro da rede de lugares turísticos, levando em consideração a combinação entre os circuitos da economia urbana do turismo, a sua capacidade

acolhimento e a sua potencialidade em tornar-se receptor original do fluxo turístico, podendo ter uma dependência nula, baixa, média e alta.

Os lugares turísticos dos municípios do Litoral Norte que fazem parte da Região Metropolitana de Natal possuem uma dependência econômica com o centro da rede entre média e alta, pois dependem do trânsito diário de turistas hospedados em Natal para movimentar a economia, nesses lugares, a paisagem é preenchida pelo fluxo intenso de bugueiros. Em cada lugar turístico que está no roteiro do buggy turismo, aglomeram-se os agentes do circuito inferior, de forma móvel, como os das dunas de Jenipabu, na área da Lagoa de Jenipabu, ou fixos, como os dessas mesmas dunas, mas da área entre as praias de Jenipabu e Santa Rita.

Em relação ao subcentro da rede, esses lugares possuem uma dependência nula, pois dependem de turismo de massa para alimentar as atividades comerciais, o turista que se hospeda em São Miguel do Gostoso possui um perfil diferenciado, um turista que já visitou a capital que tende a procurar áreas não saturadas pela demanda turística que estão próximas a Natal, procurando lugares turísticos mais ao norte, e mais próximos de São Miguel do Gostoso, de Tourinho e do Marco, a área rural do município, ou a praia de Perobas, em Touros. Esses lugares possuem uma alta e média dependência com o subcentro e baixa com o centro, pois estão muito distantes desse último, não entrando na rota do turismo de massa e são frequentados por turistas mais dispostos a enfrentar quilômetros de estradas carroçáveis para encontrar uma praia com pouco mais de uma dúzia de banhistas.

O Litoral Norte, tem na sua formação espacial um território usado por uma rede de lugares turísticos que tecem uma relação desigual e combinada, que apresenta no território duas dimensões. A primeira, no sentido reticular, entre o centro da rede, localizado entre a Via Costeira e a Praia de Ponta Negra, na Zona Sul de Natal, e os demais lugares turísticos dessa região interna do Polo Costa das Duna, que encontra no fluxo de turistas entre esses pontos os fios da trama espacial desta rede.

A segunda está diretamente relacionada com relação desigual e combinada da rede de lugares turísticos, pois, ela se manifesta pela interdependência entre o circuito superior e inferior do turismo, o primeiro, concentrado no centro da rede, com algumas rarefações pelo Litoral Norte, e o

segundo é o principal agente de urbanização pelo turismo na região interna do Polo Costa das Dunas.

Neste sentido o turismo no Polo Costa das Dunas existe no território a partir de duas lógicas. A primeira, é aquela atrelada ao processo de reestruturação econômica e produtiva experimentado pelo estado entre as décadas de 1980 e 1990, que a partir de políticas públicas desenvolvimentistas, que tinham como base a parceria entre o Estado e o capital externo, financiaram no litoral leste do Rio Grande do Norte, na área que veio a ser o Polo Costa das Dunas, sobretudo em Natal e Parnamirim, a infraestrutura necessária para a prática do turismo a partir da lógica do circuito superior do turismo, atraindo, especialmente, para o trecho entre a Via Costeira e a Praia de Ponta Negra as grandes empresas do setor, principalmente às do setor hoteleiro e gastronômico, sendo uma via para acumulação e reprodução do capital pelo turismo.

A segunda lógica, de modo desigual e combinado a opulência do turismo dos grandes hotéis e *haute cuisine*, é aquela dos lugares turísticos do outro lado do Rio Potengi, preenchidos por pequenos comércios, barracas de praia, quiosques ou pontos improvisados, com mão de obra informal ou familiar, que apostam no rápido itinerário de visitação de permanência ef mera pelos inúmeros lugares turísticos do Litoral Norte uma oportunidade de sustento para suas famílias, no qual, o turismo apresenta-se como uma via para a sobrevivência.

Durante um passeio de *buggy*, ou outro tipo de meio de transporte, quem visita Natal experimenta as duas realidades que permeiam o território usado pelo turismo no litoral do Polo Costa das Dunas, um circuito superior e outro inferior do turismo, com diferentes níveis de organiza o espacial e densidade técnica-científica-informacional e de capital entre si, mas que dependem da mesma demanda turística para existir.

A escala que separa esses dois circuitos da economia urbana do turismo está diretamente relacionada com os gastos médios diários, no qual os comércios e serviços relacionados ao circuito superior angariam a maior parcela desses gastos durante um período de estadia na capital do estado.

Segundo a FECOMÉRCIO RN (2019), em 2019, 42,9% dos gastos médios diários estavam relacionados a serviços de hospedagem, o que corresponde a R\$ 138,63. As empresas que prestam serviço de hospedagem

são as principais representantes do circuito superior do turismo, estando concentradas entre a Via Costeira e a Praia de Ponta Negra, em Natal, que é a região concentrada do turismo no Rio Grande do Norte. O restante dos gastos médios diários é distribuído entre os serviços relacionados a alimentação; transporte local; diversão e compras.

Os números serviços prestados pelo circuito inferior do turismo, principalmente aqueles localizados nos lugares turísticos classificados como local e cidade turística, dependem do valor residual dos gastos médios diários para garantir a subsistência de sua atividade. Como os turistas não estão hospedados nesses lugares, mas sim visitando, e essa visita é realizado por um itinerário que insere vários lugares turísticos em uma rede, cada turista deixou 2019, em média, R\$ 15,35 por hora que estava fora do hotel<sup>60</sup>, quanto desse valor fica em cada ponto da rede de lugares turísticos do Litoral Norte?

Embora não haja uma resposta precisa para essa pergunta, a partir materialidade do território usado pelo turismo no Litoral Norte, verifica-se uma paisagem com predomínio de lugares turísticos urbanizados pelo circuito inferior, o que pode ser um indicador de que esses locais ficam com uma pequena parcela dos gastos médios diários, contribuindo para a manutenção estrutural da relação desigual e combinada desses com a emissão derivada dos turistas da região concentrada.

Nesse sentido, é possível defender a tese de que o processo de reestruturação econômica e produtiva pelo turismo no Rio Grande do Norte, uma transformação sócio-espacial que opera na lógica do circuito superior, não atingiu todo o estado, praticamente limitado à Natal, onde encontra-se a região concentrada do turismo potiguar, situada na região interna do Litoral Central do Polo Costa das Dunas.

Dentro do Polo Costa das Dunas, especificamente para a região interna do Litoral Norte, o desdobramento do processo de reestruturação econômica produtiva materializou-se no território enquanto um reflexo, com a presença de pequenos comércios, como barracas de praia e quiosques pelas praias, dunas e lagoas, urbanizando o litoral pelo circuito inferior do turismo, com alguns pontos da região com a presença do circuito superior.

---

<sup>60</sup> Com base na decomposição dos valores gastos médios diários dos turistas que visitaram em Natal em 2019 apresentado por FECOMÉRCIO RN (2019).

Essa urbanização turística no Litoral Norte do Polo Costa das Dunas, onde predomina o território usado pelo circuito inferior do turismo, é formada por lugares turísticos, com diferentes níveis de densidade técnica-científica-informacional, que fazem parte de uma rede de lugares turísticos, inseridos em uma relação desigual e combinada com a capital do estado, tendo como principal nexos relacionais o trânsito de turistas hospedados região concentrada do turismo em Natal para os demais lugares turísticos do Litoral Norte.

Quanto menor o nível de densidade técnico-científico-informacional associado a uma maior participação do circuito inferior do turismo, maior é o nível de dependência do lugar turístico com o centro ou subcentro da rede de lugares turísticos. Nesse sentido, é a combinação dessas duas variáveis no lugar o maior entrave para que o turismo, enquanto atividade econômica, seja um gerador de desenvolvimento sócio-espacial para o município e para população desses lugares que sobrevive do turismo.

Para que o turismo deixe de ser uma atividade latente para o desenvolvimento sócio-espacial nos lugares turísticos do Litoral Norte é preciso encarar o planejamento turístico a partir de uma outra perspectiva, ao invés de construir políticas públicas em parceria com o capital privado, para melhorar a infraestrutura de áreas urbanas já privilegiadas, como o que foi realizado pelo PRODETUR/NE no litoral da Zona Sul de Natal, tendo como público-alvo o circuito superior do turismo, direcionar o planejamento para o circuito inferior do turismo.

Um planejamento público em função do circuito inferior do turismo não deve ser feito com o intuito de superar essa lógica de urbanização turística no território, como se o caminho evolutivo daqueles que estão envolvidos nesse circuito da economia urbana fosse o circuito superior, uma evolução econômica linear. Pensar em um desenvolvimento econômico, de base sócio-espacial, a partir e para os agentes do circuito inferior não os eliminam da prática turística, mas incorpora no planejamento público ações que visem a emancipação econômica e social que o turismo pode trazer para ao lugar.

Para além de um discurso de *marketing* ou demagogia, pensar em um desenvolvimento sócio-espacial no lugar a partir da lógica do circuito inferior do turismo no Litoral Norte, deve ter como objetivo superar as dificuldades de fluidez do território que existe na rede de lugares turísticos, uma urbanização pública

que sirva tanto para aumentar a mobilidade de turistas quanto a população residente.

Além da infraestrutura, também é necessário disponibilizar ao trabalhador informal ou o formalizado no registro do MEI, que constituem os principais agentes do circuito inferior, programas de microcrédito, com financiamentos com taxas de juros subsidiadas; promover capacitação nas atividades profissionais ligadas ao turismo; associar as ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) a coibição do trabalho infantil nos lugares turísticos; campanha publicitária estadual promovendo outras destinações turísticas do Rio Grande Norte.

A dependência dos lugares turísticos com o centro da rede está diretamente associada a emissão turística derivada, isso ocorre em razão da concentração dos meios de hospedagem e de infraestrutura turística em um único ponto. Nesse sentido, a independência turística dos lugares turísticos consiste na sua refuncionalização de lugar receptor derivado para receptor original, e essa mudança de *status* perpassa tanto pela valorização das pousadas, principalmente as de mão de obra familiar e pela melhoria da infraestrutura de transportes nesses lugares.

As pousadas são o principal meio de hospedagem nos municípios do Litoral Norte, o incentivo a esse tipo de atividade, associada a outros serviços essenciais, como os relacionados a alimentação, e a práticas de lazer no lugar, podem ser o caminho para o desenvolvimento sócio-espacial pelo turismo, pois, se ao invés do turista permanecer algumas horas ou menos no lugar e passar a realizar alguns pernoites, do total do seu período de estadia no Rio Grande do Norte, o gasto médio diário que este lugar capta por turista passa de poucas dezenas para algumas centenas de reais por dia.

São Miguel do Gostoso é o único município do Litoral Norte que parece estar seguindo esse caminho, projetando-se como destino para esportes radicais náuticos com pranchas, com alcance internacional, ou como alternativa para quem procura lugares turísticos sem a aglomeração do turismo de massa, ou ainda para aqueles que pretende diversificar as férias no estado potiguar passando um ou duas noites em uma pousada, visitando durante o dia uma grande variedade de pequenos comércios e durante a noite flunar pelas opções gastronômicas que a cidade oferece.

A compreensão da produção do espaço pelo turismo no Litoral Norte, e no Polo Costa das Dunas como um todo, em razão da sua natureza complexa não se esgota com esta pesquisa, tanto por ser um fenômeno dinâmico quanto pela característica de totalidade incompleta do espaço geográfico, de estar sempre em movimento.

Somado o movimento incessante de transformações do espaço geográfico, destaca para o final de 2019 mundo, de modo mais trágico o Brasil a partir de março de 2019, a pandemia do COVID-19, um evento, na perspectiva de Santos (2012a), um vetor que impôs ao cotidiano limitações de circulação de pessoas, dos mais variáveis níveis de intensidade, como a única alternativa, até o desenvolvimento e aplicação da vacinação, que começa a ser aplicada no mundo a partir do final de 2020 e no Brasil em janeiro de 2021.

As limitações de circulação de pessoas em todas as escalas, da local a global, impacta diretamente os lugares turísticos, uma vez que com a ausência de turistas esses lugares perdem a sua premissa existencial, de que o lugar turístico é aquele que tem turistas. Uma realidade amarga para os comerciantes e trabalhadores que vivem desta atividade nos lugares turísticos, que acumulam perdas econômicas e sociais, com um trágico plano de fundo de centenas de milhares de vítimas por COVID-19 no Brasil, na primeira quinzena de abril de 2021 ultrapassavam 355 mil mortos no país.

Tendo em vista essa emergência, este trabalho pode, e deve servir, como referencial para uma análise comparativa sobre os impactos sócio-espaciais que a pandemia do COVID-19 materializou, e materializará, no espaço geográfico do Litoral do Norte, e do Polo Costa das Dunas, evidenciando a necessidade da construção de uma agenda de pesquisas geográficas, e de outras áreas do conhecimento preocupadas com o fenômeno do turismo no lugar, para entender essas transformações no espaço geográfico, levando em consideração as variáveis econômicas, turísticas e sociais que foram utilizadas nesta pesquisa para analisar o território usado pelo turismo.

Nesse sentido, para a construção de uma agenda de pesquisa sobre a produção do espaço geográfico pelo turismo no Litoral Norte, levanta-se os seguintes pontos de investigação:

- O impacto no número de empregos formais e de empresas turísticas no Litoral Norte durante os anos de 2020-2021;

- O impacto na demanda turísticas, nacional e internacional, no Litoral Norte durante os anos de 2020-2021;
- As ações dos governos, municipal, estadual e federal, no setor turístico para o enfrentamento da pandemia do Covid-19 durante os anos de 2020-2021;
- O impacto da Covid-19 na dinâmica espacial da rede de lugares turísticos do Litoral Norte durante os anos de 2020-2021;
- O impacto sócio-espacial da COVID-19 para os comerciantes e trabalhadores do circuito inferior do turismo do Litoral Norte durante os anos de 2020-2021;
- O impacto sócio-espacial da COVID-19 para empresários do circuito superior do turismo do Litoral Norte durante os anos de 2020-2021.

Desenvolver uma agenda de pesquisa, multidisciplinar, sobre os impactos da COVID-19 no setor de turismo na organização espacial dos lugares turísticos do Litoral Norte, que pode e deve ser estendida para o Polo Costa das Dunas e para o Rio Grande do Norte, poderá auxiliar no dimensionamento da crise sanitária e econômica nessas localidades, servindo de parâmetro para construção de políticas públicas, por parte dos setores municipal, estadual e federal, para o enfrentamento da pandemia.

## REFERÊNCIAS

ALMADA, José Alexandre Berto De. Espaço Geográfico e existencialismo: leitura de Sartre em Milton Santos. **Revista de Geografia-PPGEO-UFJF**, v. 3, n. 2, 2013.

\_\_\_\_\_. **Situações geográficas em movimento nas praias da Área de Proteção Ambiental de Jenipabu**: das ideologias ambientais ao território usado pelo circuito inferior do turismo. Dissertação (mestrado em geografia), UFRN: Natal, 2015.

\_\_\_\_\_. A reestruturação produtiva e o circuito inferior do turismo nas praias de Redinha Nova, Santa Rita e Jenipabu, Extremoz – RN. In: **Interespaço**. V.2, n.6, 2016, p. 60-83.

ALVES, Gilson Fernando. **Avaliação da cidadania participativa no PRODETUR/NE-II**: o caso do Conselho de Turismo do Polo Costa das Dunas. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas). UECE. Fortaleza, 2009.

ALMEIDA FILHO, Paulo Gomes de. **“Aqui se faz Gostoso”**: uma etnografia do turismo em São Miguel do Gostoso. Dissertação (Antropologia Social). UFRN: Natal, 2014.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Nordeste e a Questão Regional**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

ANTONESCU, Andreea; STOCK, Mathis. **Reconstruire la mondialisation du tourisme. Une approche géo-historique**: Le tourisme comme facteur de transformations économiques, techniques et sociales : une approche comparative (19e-20e siècles). Nov

ARAÚJO, Fiana Oliveira de. **Turismo de base comunitária**: um estudo de caso no distrito de Enxu Queimado, Pedra Grande-RN. Monografia (Bacharel em Turismo). Natal: UFRN, 2015.

ARAÚJO, Luana Lima Bandeira. **Turismo regional no litoral do Nordeste**: Meio-Norte, Sertão e Zona da Mata. Tese (Doutorado em Geografia). Fortaleza, UFC, 2018.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **História do turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX**: viagens, espaço e cultura. Baurei: Manole, 2012.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo. Reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte. In: **Mercator**, v.12, número especial (2). Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2013, p.113-132.

AZIENDA DI PROMOZIONE TURISTICA DELLA PROVINCIA DI VENEZIA. **Movimentazione turistica nel territorio della città metropolitana periodo gennaio – novembre 2015-2014**. 2015. Disponível em: <<<http://www.turismovenetia.it/Statistiche-2015-485193.html>>>. Acesso em 01 de junho de 2018.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. **Relatório de Gestão**. 2002.

\_\_\_\_\_. **Relatório Final de Projeto -Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Primeira Fase**. 2005a.

\_\_\_\_\_. **Relatório Final de Projeto -Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Primeira Fase: Anexos do memorando do executor**. 2005b.

BARBAS, Maria Gravari; JACQUOT, Sébastien. Les géographes et les métiers du tourisme. In: **EchoGéo**. N. 19, 2012.

BARBOSA, Gilson da Silva. **Genipabu: entre pescadores e bugueiros o confronto de dois mundos**. Monografia (Especialização em História da Cultura). UFRN: Natal, 1996.

BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (coord.). **Índice de competitividade do turismo nacional: relatório Brasil 2015**. Brasília: Ministério do Turismo, 2015.

BARROS, N. **Por que as destinações turísticas no Nordeste do Brasil não declinam?**. Recife: Editora Universitária UFPE. 2009

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 6 ed. São Paulo: Senac, 2001.

BEZERRA, Josenildo Soares; ARAÚJO, Josélia Carvalho de. Zona Norte: entre o estigma de exclusão/discriminação e a tentativa de reafirmação. In: SÁ, Alcindo José. **Por uma Geografia sem cárceres públicos ou privados**. UFPE: Recife, 2007, p. 166-176.

BONNAFFÉ, Edouard. **Dictionnaire étymologique et historique des anglicismes**. Paris: Librairie Delagrave, 1920.

BORGES, Rodolfo. Brasil tem maior concentração de renda do mundo entre o 1% mais rico. **El País**. 14 de dez. 2017. Disponível em <<[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/13/internacional/1513193348\\_895757.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/13/internacional/1513193348_895757.html)>>. Acesso em 4 de out. 2018.

BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. Bauru: EDUSC; Salvador: EDUFBA, 2003.

BRASIL, **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília, 1974.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 448, de 14 de fevereiro de 1992**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. 1992.

\_\_\_\_\_. decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei no 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências. 2010.

\_\_\_\_\_. **Portaria Nº 130, de 26 de julho de 2011.** Institui o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos – Cadastur, o Comitê Consultivo do Cadastur – CCCad e dá outras providências. 2011.

\_\_\_\_\_. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável – PDITS POLO COSTA BRANCA – Versão Final.** Brasília, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS - Polo Costa das Dunas.** 2011b.

\_\_\_\_\_. Portaria Nº 144, de 27 de agosto de 2015. **Estabelece a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, definido por meio da Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, e dá outras providências.** 2015.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS - Polo Agreste/Trairi.** 2016.

\_\_\_\_\_. **6.2 - Qual o valor das contribuições mensais (Carnê do MEI - DAS) para o ano de 2018?** Disponível em <<<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/duvidas-frequentes/6-pagamento-de-obrigacoes-mensais/6.4-caso-o-mei-receba-o-carne-da-cidadania-mas-ja-recolheu-a-guia-de-pagamento-das-como-proceder>>>. Acesso em 29 de nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Contratos de Repasse.** 14 de fev. 2018. Disponível em <<<http://www.dados.gov.br/dataset/siacor>>>. Acesso em 03 de abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Portal Brasileiro de Dados Abertos.** Categorização dos Municípios Turísticos. 2018b, disponível em <<<http://dados.gov.br/dataset/categorizacao>>>. Acesso em 19 de jul. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Mapa do Turismo Brasileiro.** 11 de nov. 2019. Disponível em <<<http://www.dados.gov.br/dataset/mapa-do-turismo-brasileiro>>>. Acesso em 27 de abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Portal Brasileiro de Dados Abertos.** CADASTUR. 2020. Disponível em <<<http://dados.gov.br/dataset?q=Cadastur>>>. Acesso em 05 de mai. 2020.

BRAZIDEC, Nicolas Le. Une approche géographique du tourisme intérieur dans un pays émergent : l'exemple du Brésil. In: **Confins**. N.10, 2010.

BUTLER, Richard. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. **Canadian Geographer**, v.24, n.1, p.5-12, 1980.

\_\_\_\_\_. Geographical research on tourism, recreation and leisure: origins, eras and directions. In: **Tourism Geographies**, V.6, N.2, p.143–62, 2004.

CADENA, Irigoy. **La urbanización turística como 'solución espacial'. agentes, planeamiento y propiedad en la playa de Palma y Magaluf (Mallorca).** Doutor. Universitat de les illes Balears, 2015.

CARDOSO, Otomar Lopes. **Terra de investir: O grande Rio Grande do Norte – Artigos e reportagens.** Rio de Janeiro, 1997.

CARVALHO, Gisélia Lima. Perspectiva histórico-institucional da política nacional de turismo no Brasil (1934-2014). In: **Mercator**. V.15, n.1, Fortaleza, 2016, p.87-99.

CASTRO, Nair Aparecida Ribeiro de. **O lugar do turismo na ciência geográfica: contribuições teórico-metodológicas à ação educativa.** Tese de Doutorado em Geografia Física. USP, 2006.

CATAIA, Márcio. SILVA, Silvana Cristina. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. In: **Boletim campineiro de geografia**. V3, n1, 2013.

CAVALLINI, Marta. Veja quanto custam as ações das maiores empresas nos EUA e no Brasil. **G1**. 17 de jun. de 2018. Disponível em <<<https://g1.globo.com/economia/noticia/veja-quanto-custam-as-aco-es-das-maiores-empresas-nos-eua-e-no-brasil.ghtml>>>. Acesso em 10 de out. de 2018.

CEARÁ-MIRIM. **História**. 2020. Disponível em <<<https://cearamirim.rn.gov.br/historia/>>>. Acesso em 22 de abr. 2020.

CHADWICK, George. **Models of urban and regional systems in developing countries: some theories and their application in physical planning.** Oxford, Pergamon Press, 1986.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: A praia e o imaginário ocidental.** São Paulo: Companhia das letras, 1989.

CORIOLANDO, Luzia Neide Menezes Teixeira; SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e. **Turismo e Geografia: Abordagens Críticas.** Fortaleza, Ed. UECE, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana.** São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **Estudos sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, Jordana Medeiros. **Uso corporativo do território e turismo no Rio Grande do Norte.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRN, Natal, 2011.

COSTA, Wagner Fernandes; FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. Lazer, turismo, especulação imobiliária e conflito territorial entre São Miguel do Gostoso e Touros (RN). **RBTur**. São Paulo, 13 (3), 2019, p.92-104.

COUZON, Isabelle. “Les espaces économiques” de François Perroux (1950). Organisation de l’espace et aménagement du territoire dans l’économie et la géographie françaises au milieu du XXème siècle. **Revue d'Histoire des Sciences Humaines**. N.9, 2003, p.81-102.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Políticas de Turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil.** Tese (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Geografias do Turismo: De lugares a pseudo-lugares.** São Paulo, 2012. Colaboradores: SABINO, André Luiz; MOLINA, Fabio Silveira; CHAGAS, Rodolfo Pereira das.

\_\_\_\_\_. Ensaio sobre a relação entre Estado, políticas públicas de turismo e desenvolvimento regional no Brasil. **Confins.** 44, 2020, p.1-14,

DAMIANI, Amélia. Turismo e lazer em espaços urbanos. In: RODRIGUES, Adyr. A. Balastrieri (org). In: **Turismo Modernidade e Globalização.** São Paulo: Hucitec, 2002, pp.46-54.

DANTAS, Aldo. Geografia e epistemologia do sul na obra de Milton Santos. In: **Mercator.** Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 49-61, set./dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Circuito espacial de produção e lugar. In: **Sociedade e Território.** Natal. Vol. 28, N. 1, p. 193 -199. Jan./Jun. de 2016

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ALVES, Larissa da Silva Ferreira. **Nordeste turístico e políticas de ordenamento do território.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

DEWAILLY, J. Complexité touristique et approche transdisciplinaire du tourisme. In: **Téoros,** 27(1), 2006, pp.22-26.

\_\_\_\_\_. **Tourisme et géographie, entre pérégrinité et chaos?** Paris: L'Harmattan, 2008.

EGLER, Cláudio A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: Castro, I.; Corrêa, Roberto Lobato; Gomes, Paulo C. da C. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2011.

EMPROTURN. **Indicadores de turismo 1990.** Os números do turismo potiguar. Natal, 1991.

ÉQUIPE MIT. **Tourisme 2: Moments de lieux.** Paris: Belin, 2005.

\_\_\_\_\_. **Tourisme 1: Lieux touristique.** Paris: Belin, 2008.

\_\_\_\_\_. **Tourisme 3: La revolution durable.** Paris: Belin, 2011.

EQUIPE PCR. **RELATÓRIO DE TÉRMINO DE PROJETO:** Projeto: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE II). 2012.

FECOMÉRCIO RN. **Perfil do turista alta estação 2019.** Natal: Fecomércio RN, 2019.

FERREIRA, Carlos Maurício de Carvalho. **Teoria dos polos de desenvolvimento:** A questão da regionalização e os planos de desenvolvimento integrado das Vales da Bacias Hidrográficas Amazônicas. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, , 1991.

- FIGUEIREDO, Candido. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 1913.
- FIPE. Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2010/2011. São Paulo, 2012.
- FONSECA, Maria Aparecida Pontes. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Edurfn: Natal, 2005.
- FONSECA, Maria Aparecida Pontes; LIMA, R.M.M. A Segunda Residência no contexto da atividade turística. Quando estamos falando de um alojamento turístico? In: Fonseca, M. A. P. **Segunda residência, lazer e turismo**. Natal: EDUFRN, 2012.
- FONSECA, Maria Aparecida Pontes; ZAAR, Miriam Hermi. Turismo enquanto potencializador e indutor da produção imobiliária. Um estudo sobre o Polo Costa das Dunas/RN. **Ra'e Ga**. V.46, n.2, 2019, p.59-73.
- FURTADO, Edna Maria. **A “onda” do turismo na cidade do sol: a reconfiguração urbana de Natal**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - UFRN, Natal, 2005.
- \_\_\_\_\_. A trajetória do turismo potiguar. In: NUNES, Elias; CARVALHO, Edilson Alves de; FURTADO, Edna Maria e FONSECA, M<sup>a</sup> Aparecida Pontes (org). **Dinâmica e gestão do território potiguar**. Natal: EDUFRN, 2007, p. 233-244.
- GALVÃO. Iapony Rodrigues. O complexo viário Ulisses de Góis e suas implicações no espaço urbano da Zona Norte de Natal/RN. **InterEspaço**. V.3, n.9, 2017, p.238-248.
- GOOGLE EARTH. Captura de imagem. 2020.
- GOLÇALVES, Joyce de Souza; SERAFIM, Lia Sales. A Política Pública de Turismo no Rio Grande do Norte: um Estudo dos Impactos Econômicos e Socioculturais na Grande Natal. **Anais do 30º encontro da ANPAD**. Salvador, 2006, p.1-17.
- HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- \_\_\_\_\_. Região. **Geographia**. V.21, n.45, 2019, p.117-120.
- HARVEY, David. Globalization and the “Spatial Fix”. **Geographische Revue**. 2001.
- \_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HIERNAUX-NÍCOLAS, Daniel. Elementos para un analisis sociogeográfico del turismo. In. RODRIGUES, Adyr. A. Balastreri. (Org) **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2.ed São Paulo: Hucitec, 1999. p. 39-54.

HONDA. **TRX 420 FourTrax**. Forte no trabalho. 2020. Disponível em <<<https://www.honda.com.br/motos/trx-420-fourtrax1111>>>. Acesso em 10 de jun. 2020.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio Grande do Norte. 2010. Disponível em <<<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=22&uf=24>>>. Acesso em 10 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Contas nacionais- PIB - per capita**. 2018. Disponível em <<<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/pib-per-capita.html>>>. Acesso em 4 de out. 2018a.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua – Divulgação Mensal – Junho a agosto de 2018**: Divulgado em: 28 de Setembro de 2018. Rio de Janeiro, 2018b.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - Retrospectiva 2012-2017**: Divulgação em 31 de janeiro de 2018. Brasil, 2018c.

\_\_\_\_\_. **Cidades**. Disponível em << <https://cidades.ibge.gov.br/>>>. Acesso em 10 de out. de 2019a.

\_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto do Municípios**. Disponível em <<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados>>>. Acesso em 06 de jun. de 2019b.

\_\_\_\_\_. **Brasil em síntese**. Disponível em <<<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/pib-per-capita.html>>>. Acesso em 02 de fev. de 2020.

\_\_\_\_\_. **CNAE 2.0**. 2020b. Disponível em <<<https://concla.ibge.gov.br/documentacao/cronologia/204-concla/classificacao/por-tema/1365-cnae-2-0.html>>>. Acesso em 05 de abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa da pecuária municipal**: Tabela 3940 - Produção da aquicultura, por tipo de produto. 2020a. Disponível em <<<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3940>>>. Acesso em 16 de abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral**: Tabela 4092 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação. 2020b. Disponível em <<<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4092>>>. Acesso em 05 de abr. 2020.

IPEA. **Sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo**. Caracterização da ocupação formal no turismo, com base nos dados da RAIS de 2002 e 2006, e da ocupação informal no turismo, com base nos dados da PNAD de 2002 e 2006. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. **Termo de Execução Descentralizada nº 01/2014**. Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS e da PNAD 2013, para o Brasil e regiões. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento humano nas macrorregiões brasileiras**: 2016. Brasília: PNUD, IPEA, FJP. 2016.

\_\_\_\_\_. **Extrator de dados IPEA**. 2018. Disponível em <<<http://extrator.ipea.gov.br/>>>. Acesso em 20 de nov. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse (SIACOR)**. 2020. Disponível em <<<http://www.ipea.gov.br/labgov/inovacoes/cases/67-estrategia-de-monitoramento-analitico-do-plano-brasil-sem-miseria-e-programas-do-mds-3>>>. Acesso em 03 de abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo - SIMT**. 2020. Disponível em <<<https://www.ipea.gov.br/extrator/simt.html>>>. Acesso em 10 de jun. 2020.

KNAFOU, Rémy *et al.* Une approche géographique du tourisme. **Espace géographique**. Tome 26, nº3, 1997. pp. 193-204.

\_\_\_\_\_. L'invention du lieu touristique: la passation d'un contrat et le surgissement simultané d'un nouveau territoire. In: **Revue de géographie alpine**, tome 79, nº4, 1991. pp. 11-19.

\_\_\_\_\_. Turismo e território. "Por uma abordagem científica do turismo". In: RODRIGUES, Adyr A. B. (org). **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 62-74.

KRAKOVER, Shaul. Time dimension and tourism development in Peripheral Areas. In: KRAKOVER, Shaul; GRADUS, Yehuda. In: **Tourism in Frontier Areas**. Lanham: Lexington Books, p. 21-37.

LACOSTE, Yves. **Geografia do Subdesenvolvimento**. 4 ed. Difel: São Paulo, 1975.

\_\_\_\_\_. **Os países subdesenvolvidos**. 20 ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1990.

LAZZAROTTI, Olivier. La géographie dans la controverse touristique. In: **Annales de Géographie**. T. 103, nº580, 1994. p. 627-650;

LÉVY, Jacques. La mondialisation: un événement géographique. **L'Information géographique**. V.71, 2007, p. 6-31.

LIMA, Ana Carolina da; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra**: o caso do Brasil. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

LIMA, Dália Maria Maia Cavalcanti de. **Geografia do Rio Grande do Norte: o turismo e o lugar**. Natal, 2003.

LIMA, Renata Mayara Moreira de; FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. **Segunda Residência: conceito, características e significados**. In: FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. (org.). *Segunda Residência, Lazer e Turismo*. Natal: URFN, 2012.

MARANHÃO, Christiano Henrique da Silva. A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil. In: **Revista de Turismo Contemporâneo**. V. 5, n. 2, Natal, 2017, p. 238-259.

MARÍN, Raúl Gómez; JIMÉNEZ, Javier Andrés. De los principios del pensamiento complejo. In: VELILHA, Marco Antonio (org). **Manual de iniciación pedagógica al pensamiento complejo**. Bogotá: Instituto Colombiano de Fomento de la Educación Superior, 2002.

MATIAS, Esdras Matheus; CARVALHO, Aline Viera de; SOUSA, Plínio Guimarães. Gestão pública e turismo em São Miguel do Gostoso (RN): um estudo de caso. **Anais do Seminário da ANPTUR**. 2016, p.1-16.

MEDEIROS, Thiago Belo de. **O turismo de sol e praia e o circuito inferior da economia urbana: um estudo a partir da praia de Ponta Negra – Natal/RN**. Dissertação em Geografia. UFRN, 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Bases Estatísticas RAIS e CAGED**. Disponível em << <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>>>. Acesso em 24 de jan. de 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Relatório Individual por Destino Turístico – 2015**. 2016. Disponível em <<<http://www.turismo.gov.br/assuntos/6038-relat%C3%B3rio-individual-por-destino-tur%C3%ADstico-2015.html>>>. Acesso em 20 de nov. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Mapa do Turismo Brasileiro**. 2017a. Disponível em <<[http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=76&Itemid=267](http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=267)>>. Acesso em 17 de nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Mapa do Turismo Brasileiro**. 2017b. Disponível em <<<http://dados.gov.br/dataset/mapa-do-turismo-brasileiro>>>. Acesso 4 de abr 2018.

\_\_\_\_\_. **Categorização**. 06 de mar. de 2018a, disponível em: <<<http://dados.turismo.gov.br/categorizacao>>>. Acesso em 12 de abr. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Categorização dos municípios das regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro**. 21 de fev. de 2018b. disponível em:<<[http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/RelatorioCategorizacao\\_2018.pdf](http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/RelatorioCategorizacao_2018.pdf)>>. Acesso em 18 de jun. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Anuário estatístico do turismo – 2018**. Ano base 2017. Volume 45. Brasília, 2018a.

\_\_\_\_\_. **Plano nacional de turismo 2018-2022**. Mais emprego e renda para o Brasil. Brasília, 2018b.

\_\_\_\_\_. **Infraestrutura Turística**. 21/05/2018. Disponível em <<[http://www.prodetur.turismo.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=132:infraestrutura-turistica&catid=16&Itemid=309](http://www.prodetur.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=132:infraestrutura-turistica&catid=16&Itemid=309)>>. Acesso em 01 de abr. 2020.

MIOSSEC, Jean-Marie. L'image touristique comme introduction à la géographie du tourisme. In: **Annales de Géographie**, t. 86, n°473, 1977a. p. 55-70;

\_\_\_\_\_. Un modèle de l'espace touristique. In: **Espace géographique**, tome 6, n°1, 1977b. p. 41-48.

MONTENEGRO, Regitz Marina. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. Dissertação em Geografia. USP, 2006.

\_\_\_\_\_. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. In: **Revista Geográfica Venezuelana**. V.53, n.1, 2012.

MORIN, Edgar. **El método I**. La naturaleza de la naturaleza. Madrid: Cátedra. 1981.

NASCENTES, Antenor. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Rio de Janeiro, 1955.

NATAL ONLINE. **Passeios e atrações**. Disponível em <<<https://www.natalonline.com/passeios-e-atracoes>>>. Acesso em 06 de nov. de 2019.

NATAL. Decreto n.º 10.949 de 08 de janeiro de 2016. Institui Grupo de Fiscalização para Orla de Ponta Negra – Natal/RN.

NAVEGANTES. Lei nº 3224 de 27 de setembro de 2017. Autoriza o município de Navegantes, a efetuar a regulamentação do comércio de ambulante na temporada de veraneio, e dá outras providências. 2017a.

\_\_\_\_\_. **Resultados da pesquisa de demanda turística Navegantes alta temporada e carnaval 2017**. 2017b. Disponível em <<<http://www.navegantes.sc.gov.br/c/turismo>>>. Acesso em 08 de nov. 2018.

NEDER, Vinícius. 52 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza. **Estadão**. 15 dez. 2017. Disponível em <<<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,um-em-cada-quatro-brasileiros-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza,70002121064>>>. Acesso em 4 de out. 2018.

NETTO, Alexandre Panosso. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2011.

NONATO JUNIOR; THÉRY, Hervé. O Rio Grande do Norte no Brasil: uma contextualização em onze imagens. **Confins**. N.32, 2017, p.1-17.

NUNES, Elias. **Geografia Física do Rio Grande do Norte**. Natal: Imagem Gráfica, 2006.

OLIVEIRA, Juliano Varela de. **Cidades e turismo sustentável: a cooperação interinstitucional no Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Pólo Costa das Dunas/RN**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações). UFRN. Natal, 2006.

OLIVEIRA, Salichôa Cunha de. **Turismo e território em São Miguel do Gostoso (RN): A participação de estrangeiros no processo de turistificação**. Dissertação (Mestrado em Turismo). UFRN: Natal, 2017.

OLIVEIRA, Wagner Araújo; SILVA, Clébia Bezerra. Análise da Imagem dos Turistas quanto ao Desenvolvimento do Turismo em Perobas, Touros-RN. **Turismo em Análise**. V.27, n.2, ago. 2016, p.414-428.

O PORTAL SÃO MIGUEL DO GOSTOSO. **Mapa São Miguel do Gostoso**. 17 de jun. 2019. Disponível em <<<https://www.facebook.com/144302232317192/photos/a.429649863782426/298081646939229/?type=3&theater>>>. Acesso em 10 abr. 2020.

PEDRA GRANDE. **Lei 001/2012**. Lei Orgânica do Município de Pedra Grande-RN, 2012.

PEDROZA, Breno Viotto. A recepção da teoria dos polos de crescimento no Brasil. **Terra Brasilis (Nova Série)**. N.9, 2017, p.1-14.

PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Dos banhos de mar aos esportes nas zonas de praia e no mar. **Sociedade e Natureza**. V.31, 2019, 01-24.

RECEITA FEDERAL. **Resolução CGSN nº 140** - Dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), 22 de maio de 2018.

REVISTA HOTÉIS. **Inauguração do Vila Galé Touros Hotel Resort Conference & Spa reuniu o trade**. 1 de set. 2018. Disponível em <<<https://www.revistahoteis.com.br/inauguracao-do-vila-gale-touros-hotel-resort-conference-spa-reuniu-o-trade/>>>. Acesso em 14 de abr. 2020.

RIO DE JANEIRO. Lei Nº 6272 de 01 de novembro de 2017. Altera e acrescenta dispositivos da Lei nº 1.876/1992, que dispõe sobre o Comércio Ambulante do Município e dá outras providências.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei Complementar Nº 152 DE 16 de janeiro de 1997**. Institui a Região Metropolitana de Natal E de outras providências. 1997.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 15.746, de 6 de junho de 2001.** Cria a Área de Proteção Ambiental - APA dos Recifes de Corais nos Municípios de Maxaranguape, Rio do Fogo e Touros, e dá outras providências. 2001.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 18.186, de 14 de abril de 2005. **Institui o Polo Costa das Dunas e dá outras Providências.** 2005a.

\_\_\_\_\_. Decreto N.º 18.187, de 14 de abril de 2005. **Institui o Polo Costa Branca e dá outras providências.** 2005b.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 18.429, de 15 de agosto de 2005. **Institui o Polo Turístico do Seridó e dá outras Providências.** 2005c.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 8.817.** Disciplina as permissões administrativas para realização do serviço de Buggy-Turismo no Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências. 29 de março de 2006.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar Nº339, de 24 de janeiro de 2007. **Autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Potiguar de Promoção Turística S.A. (EMPROTUR), vinculada à Secretária de Estado do Turismo (SETUR), e dá outras providências.** 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 20.624, de 17 de julho de 2008. **Institui o Polo Turístico Serrano e dá outras providências.** 2008.

\_\_\_\_\_. **Institui o Polo Turístico Agreste/Trairi e dá outras providências.** 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 26.661, de 20 de fevereiro de 2017. **Dispõe sobre os Polos Turísticos do estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências.** 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 10.315, de 02 de janeiro de 2018.** Retifica as divisas territoriais entre os municípios de São Miguel do Gostoso e Touros, previstas na Lei nº 6.452 de 16 de julho de 1993, e dá outras providências. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar Nº 648, de 30 de abril de 2019.** Altera a Lei Complementar Estadual nº 152, de 16 de janeiro de 1997, que institui a Região Metropolitana de Natal, para incluir o Município de Bom Jesus. 2019.

RODRIGUES, Adyr. A. Balastrieri. Geografia e Turismo- notas introdutórias. In: **Revista Geografia**, p. 71 - 82, 01 fev. 1993.

SALLUM JR, Brasílio; KUGELMAS, Eduardo. O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. **Estudos avançados.** 5(13), 1991, p.145-159.

SANTOS JUNIOR, Ary Pereira dos. **Investimentos internacionais e a valorização imobiliária dos municípios de Maxaranguape e Rio do Fogo.** Dissertação (mestrado em Geografia). Natal: UFRN, 2015.

SANTOS, Milton. Sous-développement et poles croissance économique et sociale. **Revue Tiers-Monde.** Press Universitaire de France, 1974, p. 271-286.

\_\_\_\_\_. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. N.54, 1977, p.81-100

\_\_\_\_\_. La totalité du diable. In: LÉVY, Jacques (org.). **Milton Santos: philosophe du mondial, citoyen du local**. Itália: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 2007, p. 91-102.

\_\_\_\_\_. **Espaço dividido**. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4ed. São Paulo: Edusp, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2012b.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Edusp, 2012c.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura da. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro; Record, 2001.

SEERN. **Parques eólicos entram em operação em Pedra Grande/RN**. 21 de fev. 2018. Disponível em <<<http://seern.com.br/parques-eolicos-entram-em-operacao-em-pedra-grandern/>>>. Acesso em 07 de abr. 2020.

SETUR. **Indicadores básicos do turismo 1991-1996**. Natal, 1997.

\_\_\_\_\_. **Indicadores básicos do turismo 1997**. Natal, 1998.

\_\_\_\_\_. **Indicadores básicos do turismo 2002/2007**. Natal, 2008.

\_\_\_\_\_. **Indicadores básicos do turismo 2006/2012**. Natal, 2013.

\_\_\_\_\_. **Resumos dos indicadores básicos Rio Grande do Norte 1999 e 2000**. Natal, 2000.

\_\_\_\_\_. **Em resposta a solicitação recebida de Vossa Senhoria, através de e-mail datado de 15 de junho de 2020, temos a informar o que segue**. Mensagem recebida por <josealmada@uern.br> em 16 de jun. 2020.

SIACOR. **Painel Geral**. Disponível em <<<http://siacor.turismo.gov.br/>>>. Acesso em 10 de out. de 2019.

SILVA, Clébia Bezerra da; FERREIRA, Renata Gonçalves; AMARAL, Ricardo Farias. Análise da imagem que turistas e comunidade local têm da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais - APARC (RN). **Caderno Virtual de Turismo**. Vol.9, Nº2, 2009, p.85-102.

SILVA, Gabriela Cristina da. **A importância dos parrachos como atrativo turístico na praia de Maracajaú: Uma avaliação à luz da sustentabilidade**. Monografia (Bacharel em Turismo). UFRN, Natal, 2014.

SILVA, Marconi Gomes. Dinâmica econômica recente e reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte (1970-2000). In: **História econômica & história de empresas**. Vol. 17, nº1. 2014, 257-294.

SILVEIRA, Maria Laura. Da fetichização dos lugares à produção local do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo**. Modernidade. Globalização. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 36-45.

\_\_\_\_\_. Circuitos de la economía urbana y nuevas manifestaciones del comercio metropolitano. **Cidades**. Volume 11 Número 18, 2014.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.  
SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas**. São Paulo, Jorge Zahar Editor, 1993,

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPC Brasil. **Viajar, ter carro próprio e fazer cirurgia plástica estão entre os principais sonhos de consumo do brasileiro**. 2015. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/922>. Acesso em 3 Fev. 2018.

TAVEIRA, Marcelo da Silva. **Turismo e comunidade de praia: São Miguel do Gostoso no caminho do mar e na direção dos ventos**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). UFRN, 2015.

THÉRY, Herve. Lieux et flux du tourisme intérieur brésilien. In: **Via Tourism Review**. 2015.

TITÃS. Lugar Nenhum. **Jesus Não Tem Dentes no País dos Banguelas**. WEA, 1987.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório de Avaliação de Programa: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. Brasília, 2004.

TRIBUNA DO NORTE. **Uma viagem com o barão de Ceará-Mirim**. 14 de set. 2012. Disponível em <<<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/uma-viagem-com-o-barao-de-ceara-mirim/231530>>>. Acesso em 22 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Obras de resort em Touros começam em fevereiro**. 07 dez. 2016. Disponível em <<<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/obras-de-resort-em-touros-comea-am-em-fevereiro/365663>>>. Acesso em 14 de abr. 2020.

UNWTO. **Tourism Highlights**: edition 2017. Madrid: UNWTO, 2017.

\_\_\_\_\_. **World Tourism Barometer**. V.16, Advanced realesae january 2018, Madrid, 2018.

VARGAS, Juliano; FELIPE; Ednilson Silva. Década de 1980: as crises da economia e do Estado Brasileiro, suas ambiguidades institucionais e os movimentos de desconfiguração do mundo do trabalho. **Revista de Economia**, v.41, n.3 (ano 39), 2015, p.127-148.

VILA GALÉ. **Vila Galé Touros**. 2020. Disponível em <<<https://www.vilagale.com/pt/hoteis/rio-grande-do-norte/vila-gale-touros>>>. Acesso em 14 de abr. 2020.

WILLIAMS, Stephen. **Tourism Geography: a new synthesis**. 2.ed, New York: Routledge, 2009.

## APÊNDICE A – FICHA DE PESQUISA COM OS TURISTAS

TRABALHO DE CAMPO  
FICHA DE ANÁLISE

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
: \_\_\_\_ às \_\_\_\_ : \_\_\_\_

Verificar a existência de uma Rede de Lugares Turísticos no LNPCD a partir do turista							
Município							
Local Turístico							
Local de residência							
Renda em SM	1	2	3	4	5 -10	10-20	+ 20
Como soube do local visitado?							
Quantas vezes já visitou esse local?	1	2	3	4	5	+5	+10
Como chegou até esse local?							
o Fez uso de algum intermediário para realizar o passeio/visita?							
Hospedagem	Municíp. Estádia			Tipo acomodação			

Local de residência							
Renda em SM	1	2	3	4	5 -10	10-20	+ 20
Como soube do local visitado?							
Quantas vezes já visitou esse local?	1	2	3	4	5	+5	+10
Como chegou até esse local?							
o Fez uso de algum intermediário para realizar o passeio/visita?							
Hospedagem	Municíp. Estádia			Tipo acomodação			

Local de residência							
Renda em SM	1	2	3	4	5 -10	10-20	+ 20
Como soube do local visitado?							
Quantas vezes já visitou esse local?	1	2	3	4	5	+5	+10
Como chegou até esse local?							
o Fez uso de algum intermediário para realizar o passeio/visita?							
Hospedagem	Municíp. Estádia			Tipo acomodação			

Observações

Doutorando: Alexandre Almada

UFPE - PPGE0

Orientador: Bertrand Cozic

## APÊNDICE B – FICHA DE PESQUISA COM OS COMERCIANTES

TRABALHO DE CAMPO  
FICHA DE ANÁLISE

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
: \_\_\_\_ às \_\_\_\_ : \_\_\_\_

Verificar o papel do circuito superior e inferior do turismo na Rede de Lugares turísticos			
Município			Local Turístico
Residência			Naturalidade
Tipo de atividade			
Público Alvo	Turista RN	Turista BR	Turista Internacional
Situação	Informal	Formal	Denominação empresarial
Número de empregados	Familiar	Carterira assinada	Sem carteira assinada
Compra de suprimentos	Varejo	Ata/distr	Municípios

Residência			Naturalidade
Tipo de atividade			
Público Alvo	Turista RN	Turista BR	Turista Internacional
Situação	Informal	Formal	Denominação empresarial
Número de empregados	Familiar	Carterira assinada	Sem carteira assinada
Compra de suprimentos	Varejo	Ata/distr	Municípios

Residência			Naturalidade
Tipo de atividade			
Público Alvo	Turista RN	Turista BR	Turista Internacional
Situação	Informal	Formal	Denominação empresarial
Número de empregados	Familiar	Carterira assinada	Sem carteira assinada
Compra de suprimentos	Varejo	Ata/distr	Municípios

Residência			Naturalidade
Tipo de atividade			
Público Alvo	Turista RN	Turista BR	Turista Internacional
Situação	Informal	Formal	Denominação empresarial
Número de empregados	Familiar	Carterira assinada	Sem carteira assinada
Compra de suprimentos	Varejo	Ata/distr	Municípios

**APÊNDICE C – DADOS ESTATÍSTICOS PARA A REGIONALIZAÇÃO DO POLO COSTA DAS DUNAS**

**DADOS ECONÔMICOS DO PIB DO POLO COSTA DAS DUNAS**

2016					
Região	Município	Valor adicionado bruto dos Serviços, a preços correntes - exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (R\$ 1.000) - (2016)	Produto Interno Bruto, a preços correntes (R\$ 1.000) - 2016	População (Nº de habitantes)	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$ 1,00)
LITORAL NORTE	Pedra Grande	19.203	210.972	3.392	62196,89
	São Miguel do Gostoso	61.442	344.583	9.518	36203,29
	Touros	122.932	543.005	33.778	16075,71
	Rio do Fogo	25.070	108.760	10.830	10042,47
	Maxaranguape	29.394	103.368	12.030	8592,54
	Ceará-Mirim	287.416	786.395	73.370	10718,21
	Extremoz	116.046	352.173	27.933	12607,78
LITORAL CENTRAL	São Gonçalo do Amarante	630.934	1.342.235	99.724	13459,49
	Natal	12.122.912	21.845.481	877.662	24890,54
	Macaíba	469.653	1.338.543	79.211	16898,44
LITORAL SUL	Parnamirim	2.422.876	5.022.492	248.623	20201,24
	São José do Mipibu	252.045	667.402	43.598	15308,09
	Nísia Floresta	78.322	338.079	26.994	12524,23
	Sen. Georgino Avelino	7.615	98.974	4.373	22632,91
	Tibau do Sul	133.140	286.747	13.609	21070,38
	Canguaretama	84.373	411.021	33.949	12107,01
	Baía Formosa	24.174	131.145	9.247	14182,44
2016					
Somatória	Região	Valor adicionado bruto dos Serviços, a preços correntes - exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (R\$ 1.000) - (2016)	Produto Interno Bruto, a preços correntes (R\$ 1.000) - 2016	População (Nº de habitantes)	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$ 1,00)
ABSOLUTA	Litoral Norte	661.503,89	2.449.256,78	170.851,00	14.012,72
	Litoral Central	13.223.499,02	24.526.257,95	1.056.597,00	23.212,50
	Litoral Sul	3.002.546,16	6.955.859,57	380.393,00	18.285,98
2016					

Somatória	Região	Valor adicionado bruto dos Serviços, a preços correntes - exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (R\$ 1.000) - (2016)	Produto Interno Bruto, a preços correntes (R\$ 1.000) - 2016	População (Nº de habitantes)	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$ 1,00)
MÉDIA MUNICIPAL	Litoral Norte	94.500,56	349.893,83	24.407,29	2.001,82
	Litoral Central	4.407.833,01	8.175.419,32	352.199,00	7.737,50
	Litoral Sul	428.935,17	993.694,22	54.341,86	2.612,28

Fonte: Elaborado a partir de IBGE (2019b).

### INDICADORES SOCIAIS DO POLO COSTA DAS DUNAS

		2010	2017				
Região	Município	IDHM	Área (km²)	Pessoal Ocupado	População Ocupada (%)	População (Nº de habitantes)	Densidade Demográfica (hab/km²)
LITORAL NORTE	Pedra Grande	0,559	221,167	703	20,9	3.356	15
	São Miguel do Gostoso	0,591	344,477	1.178	12,3	9.606	28
	Touros	0,572	840,928	2.854	8,4	34.043	40
	Rio do Fogo	0,569	151,096	768	7,0	10.901	72
	Maxaranguape	0,608	132,129	1.080	8,8	12.223	93
	Ceará-Mirim	0,616	724,838	6.938	9,4	73.849	102
	Extremoz	0,660	140,639	2.848	10,1	28.331	201
LITORAL CENTRAL	São Gonçalo do Amarante	0,661	249,800	13.130	12,9	101.492	406
	Natal	0,763	167,401	324.221	36,6	885.180	5.288
	Macaíba	0,640	510,092	11.399	14,2	80.031	157
LITORAL SUL	Parnamirim	0,766	124,006	46.678	18,3	254.709	2.054
	São José do Mipibu	0,611	290,331	5.783	13,1	43.995	152
	Nísia Floresta	0,622	307,854	3.062	11,2	27.372	89
	Sen. Georgino Avelino	0,570	26,100	345	7,8	4.423	169
	Tibau do Sul	0,645	102,680	4.178	30,1	13.895	135
	Canguaretema	0,579	245,485	4.286	12,5	34.267	140
	Baía Formosa	0,609	247,484	2.417	26,0	9.309	38
		2010	2017				
Região	IDHM - média	Área (km²)	Pessoal Ocupado	População Ocupada (%)	População (Nº de habitantes)	Densidade Demográfica (hab/km²)	

Litoral Norte	0,596	2.555,274	16.369	9,5	172.309	67,43
Litoral Central	0,688	927,293	348.750	32,7	1.066.703	1150,34
Litoral Sul	0,629	1.343,940	66.749	17,2	387.970	288,68

Fonte: Elaborado a partir de IBGE (2019a).

## INDICADORES TURÍSTICOS DO POLO COSTA DAS DUNAS

2017							
	Município	Qtd. Empregos Hospedagem	Qtd. Estabelecimentos Hospedagem	Demanda Internacional	Demanda Doméstica	Cluster 2017 (Categoria)	População (Nº de habitantes)
LITORAL NORTE	Pedra Grande	0	0	0	0	E	3.356
	São Miguel do Gostoso	137	30	3.168	5.385	B	9.606
	Touros	28	8	207	31.930	C	34.043
	Rio do Fogo	32	4	0	4.816	D	10.901
	Maxaranguape	48	4	461	9.564	D	12.223
	Ceará-Mirim	3	6	0	35.618	D	73.849
	Extremoz	5	6	278	25.072	D	28.331
LITORAL	São Gonçalo do Amarante	0	1	0	10.165	D	101.492
	Natal	4.438	160	114.060	3.163.130	A	885.180
	Macaíba	8	1	132	27.836	D	80.031
LITORAL SUL	Parnamirim	84	11	162	84.314	C	254.709
	São José do Mipibu						43.995
	Nísia Floresta	13	9	229	4.647	C	27.372
	Sen. Georgino Avelino	0	0	0	0	E	4.423
	Tibau do Sul	922	91	52.547	46.105	A	13.895
	Canguaretama	48	10	1.617	34.083	C	34.267
	Baía Formosa	50	10	233	74.326	C	9.309
2017							
Região	ÁREA (km²)	Qtd. Empregos	Qtd. Estabelecim	Demanda	Demanda	Demanda	

		Hospedagem	entos Hospedagem	Internacional	Doméstica	turística por hab. Ano
Litoral Norte	2.555,27	253	58	4.114	112.385	0,68
Litoral Central	927,29	4.446	162	114.192	3.201.131	3,11
Litoral Sul	1.343,94	1.117	131	54.788	243.475	0,77

Fonte: Elaborado a partir de Brasil (2019) e IBGE (2019a).

### SIACOR DO POLO COSTA DAS DUNAS

2001-2017		
Região	MUNICÍPIO	Repasses SIACOR
LITORAL NORTE	Pedra Grande	R\$ 1.696.500,00
	São Miguel do Gostoso	R\$ 3.829.522,60
	Touros	R\$ 409.500,00
	Rio do Fogo	R\$ 126.000,00
	Maxaranguape	R\$ 5.882.759,20
	Ceará-Mirim	R\$ 5.784.500,00
	Extremoz	R\$ 7.598.304,80
LITORAL CENTRAL	São Gonçalo do Amarante	R\$ 760.500,00
	Natal	R\$ 157.517.533,90
	Macaíba	R\$ 4.105.500,00
LITORAL SUL	Parnamirim	R\$ 7.050.150,00
	São José do Mipibu	R\$ 292.500,00
	Nísia Floresta	R\$ 6.004.500,00
	Sen. Georgino Avelino	R\$ 3.933.110,00
	Tibau do Sul	R\$ 4.620.470,30
	Canguaretema	R\$ 2.130.500,00
	Baía Formosa	R\$ 3.992.250,00
<b>TOTAL</b>		R\$ 215.734.100,80
2001-2017		
Região	Repasses SIACOR	Percentual (%)
Litoral Norte	R\$ 25.327.086,60	11,74

Litoral Central	R\$ 162.383.533,90	75,27
Litoral Sul	R\$ 28.023.480,30	12,99
Total	R\$ 215.734.100,80	100,00

Fonte: Elaborado a partir de Brasil (2018).

### ESTABELECIMENTOS TURÍSTICOS DO POLO COSTA DAS DUNAS

2018										
Região	Município	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	TOTAL
LITORAL NORTE	Pedra Grande	0	0	0	0	3	0	0	1	4
	São Miguel do Gostoso	6	0	0	46	44	4	0	4	104
	Touros	6	2	0	13	21	2	0	1	45
	Rio do Fogo	0	3	0	6	4	1	0	2	16
	Maxaranguape	3	5	0	8	14	4	0	5	39
	Ceará-Mirim	21	1	0	7	54	5	1	15	104
	Extremoz	15	2	0	10	28	4	0	11	70
LITORAL CENTRAL	São Gonçalo do Amarante	41	0	5	4	55	3	0	23	131
	Natal	406	13	4	320	2018	222	5	394	3.382
	Macaíba	51	0	0	5	51	2	0	17	126
LITORAL SUL	Parnamirim	214	2	13	31	393	20	2	96	771
	Nísia Floresta	11	5	0	12	48	1	0	10	87
	São José do Mipibu	24	0	0	10	25	1	0	14	74
	Sen. Georgino Avelino	0	0	0	2	0	0	0	1	3
	Tibau do Sul	9	16	0	157	193	24	1	4	404
	Canguaretama	26	2	0	17	23	0	0	6	74
	Baía Formosa	6	0	0	13	9	0	0	0	28
<b>TOTAL</b>	<b>839</b>	<b>51</b>	<b>22</b>	<b>661</b>	<b>2.983</b>	<b>293</b>	<b>9</b>	<b>604</b>	<b>5.462</b>	
2018										
Região	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	Total	
Litoral Norte	51	13	0	90	168	20	1	39	382	
Litoral Central	498	13	9	329	2.124	227	5	434	3.639	
Litoral Sul	290	25	13	242	691	46	3	131	1.441	
<b>TOTAL</b>	<b>839</b>	<b>51</b>	<b>22</b>	<b>661</b>	<b>2.983</b>	<b>293</b>	<b>9</b>	<b>604</b>	<b>5.462</b>	

I - Transporte Terrestre; II - Transporte Aquaviário; III - Transporte Aéreo; IV – Alojamento; V – Alimentação; VI- Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Serviços de Reservas; VII- Atividades Ligadas ao Patrimônio Cultural e Ambiental; VIII - Atividades Esportivas e de Recreação e Lazer.

Fonte: Elaborado a partir de Ministério do Trabalho (2020).

### VÍNCULOS TURÍSTICOS DO POLO COSTA DAS DUNAS

2018

Região	Município	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	TOTAL
LITORAL NORTE	Pedra Grande	0	0	0	0	22	0	0	0	22
	São Miguel do Gostoso	1	0	0	277	128	1	0	2	409
	Touros	6	1	0	436	98	0	0	0	541
	Rio do Fogo	0	0	0	61	14	2	0	0	77
	Maxaranguape	1	63	0	56	72	17	0	132	341
	Ceará-Mirim	74	0	0	17	201	8	62	105	467
	Extremoz	4	3	0	19	96	2	0	100	224
LITORAL CENTRAL	São Gonçalo do Amarante	1.267	0	349	67	451	9	0	57	2200
	Natal	5.700	242	1	7.208	16.285	906	58	2.034	32.434
	Macaíba	372	0	0	30	181	1	0	27	611
LITORAL SUL	Parnamirim	2.128	21	55	221	2.444	9	0	278	5.156
	Nísia Floresta	71	12	0	242	209	0	0	28	562
	São José do Mipibu	132	0	0	52	130	1	0	14	329
	Sen. Georgino Avelino	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	Tibau do Sul	15	28	0	1.570	1.042	39	7	17	2.718
	Canguaretama	84	36	0	99	107	0	0	4	330
	Baía Formosa	16	0	0	54	20	0	0	0	90
<b>TOTAL</b>		9.871	406	405	10.410	21.500	995	127	2.798	46.512

2018

Região	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	Total
Litoral Norte	86	67	0	866	631	30	62	339	2081
Litoral Central	7339	242	350	7305	16917	916	58	2118	35245
Litoral Sul	2446	97	55	2239	3952	49	7	341	9186
<b>TOTAL</b>	9.871	406	405	10.410	21.500	995	127	2.798	46.512

I - Transporte Terrestre; II - Transporte Aquaviário; III - Transporte Aéreo; IV – Alojamento; V – Alimentação; VI- Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Serviços de Reservas; VII- Atividades Ligadas ao Patrimônio Cultural e Ambiental; VIII - Atividades Esportivas e de Recreação e Lazer.

Fonte: Elaborado a partir de Ministério do Trabalho (2020).

### PARTICIPAÇÃO DOS VÍNCULOS TURÍSTICOS NA OCUPAÇÃO FORMAL NO POLO COSTA DAS DUNAS

2017				
Região	Município	Empregos em empresas de turismo	Pessoal ocupado	% pessoal ocupado em empresas de turismo
LITORAL NORTE	Pedra Grande	53	703	7,5
	São Miguel do Gostoso	337	1.178	28,6
	Touros	217	2.854	7,6
	Rio do Fogo	51	768	6,6
	Maxaranguape	332	1.080	30,7

	Ceará-Mirim	453	6.938	6,5
	Extremoz	282	2.848	9,9
LITORAL CENTRAL	São Gonçalo do Amarante	2641	13.130	20,1
	Natal	32984	324.221	10,2
	Macaíba	695	11.399	6,1
LITORAL SUL	Parnamirim	4925	46.678	10,6
	São José do Mipibu	393	5.783	6,8
	Nísia Floresta	379	3.062	12,4
	Sen. Georgino Avelino	1	345	0,3
	Tibau do Sul	2798	4.178	67,0
	Canguaretama	377	4.286	8,8
	Baía Formosa	115	2.417	4,8

**Fonte:** Elaborado a partir de IBGE (2019a) e Ministério do Trabalho (2020).

**APÊNDICE D – COMPILAÇÃO DOS DADOS DA RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS PARA O RIO GRANDE DO NORTE, POLO COSTA DAS DUNAS E LITORAL NORTE – 2006-2018**

**EMPRESAS TURÍSTICAS DO RIO GRANDE DO NORTE, POLO COSTA DAS DUNAS, LITORAL NORTE**

<b>ANO</b>	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	<b>POLO COSTA DAS DUNAS</b>	<b>LITORAL NORTE</b>
2006	5.478	3.939	176
2007	5.711	4.022	195
2008	6.038	4.190	198
2009	6.309	4.321	201
2010	6.623	4.407	190
2011	7.304	4.833	243
2012	7.511	4.908	258
2013	8.104	5.297	309
2014	8.288	5.411	315
2015	8.655	5.654	363
2016	8.503	5.606	346
2017	8.602	5.671	374
2018	8.352	5.462	382
<b>TOTAL</b>	<b>95.478</b>	<b>63.721</b>	<b>3.550</b>

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

**PORCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS TURÍSTICAS POR RECORTE ESPACIAL DO RIO GRANDE DO NORTE, POLO COSTA DAS DUNAS E LITORAL NORTE – 2006-2018**

<b>ANO</b>	<b>PCD% RN</b>	<b>LN% RN</b>	<b>LN% PCD</b>
2006	71,9	3,2	4,5
2007	70,4	3,4	4,8
2008	69,4	3,3	4,7
2009	68,5	3,2	4,7
2010	66,5	2,9	4,3
2011	66,2	3,3	5,0
2012	65,3	3,4	5,3
2013	65,4	3,8	5,8
2014	65,3	3,8	5,8
2015	65,3	4,2	6,4
2016	65,9	4,1	6,2
2017	65,9	4,3	6,6
2018	65,4	4,6	7,0
<b>MÉDIA</b>	<b>67,0</b>	<b>3,7</b>	<b>5,5</b>

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

**TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO NÚMERO DE EMPRESAS  
TURÍSTICAS DO RIO GRANDE DO NORTE, POLO COSTA DAS DUNAS E  
LITORAL NORTE – 2006-2018**

<b>ANO</b>	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	<b>POLO COSTA DAS DUNAS</b>	<b>LITORAL NORTE</b>
2007	4,3	2,1	10,8
2008	5,7	4,2	1,5
2009	4,5	3,1	1,5
2010	5,0	2,0	-5,5
2011	10,3	9,7	27,9
2012	2,8	1,6	6,2
2013	7,9	7,9	19,8
2014	2,3	2,2	1,9
2015	4,4	4,5	15,2
2016	-1,8	-0,8	-4,7
2017	1,2	1,2	8,1
2018	-2,9	-3,7	2,1
<b>MÉDIA</b>	<b>3,6</b>	<b>2,8</b>	<b>7,1</b>

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

**VÍNCULOS EM EMPRESAS TURÍSTICAS DO RIO GRANDE DO NORTE,  
POLO COSTA DAS DUNAS, LITORAL NORTE**

<b>ANO</b>	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	<b>POLO COSTA DAS DUNAS</b>	<b>LITORAL NORTE</b>
2006	40.631	34.839	763
2007	43.252	36.698	767
2008	46.616	38.905	780
2009	48.380	40.109	807
2010	53.326	43.574	929
2011	57.092	46.059	1.158
2012	61.012	48.191	1.181
2013	62.675	50.018	1.381
2014	65.009	51.422	1.586
2015	64.537	51.369	1.671
2016	61.389	49.365	1.691
2017	58.419	47.033	1.725
2018	57.053	46.512	2.081
<b>TOTAL</b>	<b>719.391</b>	<b>584.094</b>	<b>16.520</b>

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

**PORCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO DO NÚMERO DE VÍNCULOS EM EMPRESAS TURÍSTICAS POR RECORTE ESPACIAL DO RIO GRANDE DO NORTE, POLO COSTA DAS DUNAS E LITORAL NORTE – 2006-2018**

ANO	PCD% RN	LN% RN	LN% PCD
2006	85,7	1,9	2,2
2007	84,8	1,8	2,1
2008	83,5	1,7	2,0
2009	82,9	1,7	2,0
2010	81,7	1,7	2,1
2011	80,7	2,0	2,5
2012	79,0	1,9	2,5
2013	79,8	2,2	2,8
2014	79,1	2,4	3,1
2015	79,6	2,6	3,3
2016	80,4	2,8	3,4
2017	80,5	3,0	3,7
2018	81,5	3,6	4,5
<b>MÉDIA</b>	<b>81,5</b>	<b>2,3</b>	<b>2,8</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

**TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO NÚMERO DE VÍNCULOS EM EMPRESAS TURÍSTICAS DO RIO GRANDE DO NORTE, POLO COSTA DAS DUNAS E LITORAL NORTE – 2006-2018**

ANO	RIO GRANDE DO NORTE	POLO COSTA DAS DUNAS	LITORAL NORTE
2007	6,5	5,3	0,5
2008	7,8	6,0	1,7
2009	3,8	3,1	3,5
2010	10,2	8,6	15,1
2011	7,1	5,7	24,7
2012	6,9	4,6	2,0
2013	2,7	3,8	16,9
2014	3,7	2,8	14,8
2015	-0,7	-0,1	5,4
2016	-4,9	-3,9	1,2
2017	-4,8	-4,7	2,0
2018	-2,3	-1,1	20,6
<b>MÉDIA</b>	<b>3,0</b>	<b>2,5</b>	<b>9,0</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

**NÚMERO DE EMPRESAS TURÍSTICAS POR QUANTIDADE DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DO RIO GRANDE DO NORTE –  
2006-2018**

<b>ANO</b>	<b>0 EMPREGADO</b>	<b>DE 1 A 4</b>	<b>DE 5 A 9</b>	<b>DE 10 A 19</b>	<b>DE 20 A 49</b>	<b>DE 50 A 99</b>	<b>DE 100 A 249</b>	<b>DE 250 A 499</b>	<b>DE 500 A 999</b>	<b>1000 OU MAIS</b>
<b>2018</b>	4.067	2.539	843	522	280	50	38	11	2	-
<b>2017</b>	4.251	2.581	843	550	270	56	38	11	2	-
<b>2016</b>	4.172	2.506	927	510	276	63	36	11	2	-
<b>2015</b>	4.216	2.543	964	522	302	60	34	10	4	-
<b>2014</b>	4.100	2.329	929	502	318	63	35	9	3	-
<b>2013</b>	4.188	2.193	822	491	305	61	29	12	2	1
<b>2012</b>	3.802	2.055	801	439	303	70	30	8	2	1
<b>2011</b>	3.907	1.825	744	424	307	62	26	6	2	1
<b>2010</b>	3.559	1.621	676	378	295	54	31	6	2	1
<b>2009</b>	3.508	1.475	620	369	255	50	25	5	1	1
<b>2008</b>	3.421	1.374	570	365	229	46	25	6	1	1
<b>2007</b>	3.189	1.313	582	327	221	46	24	7	1	1
<b>2006</b>	3.100	1.279	520	293	208	49	20	7	2	-
<b>TOTAL</b>	<b>49.480</b>	<b>25.633</b>	<b>9.841</b>	<b>5.692</b>	<b>3.569</b>	<b>730</b>	<b>391</b>	<b>109</b>	<b>26</b>	<b>7</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

**NÚMERO DE EMPRESAS TURÍSTICAS POR QUANTIDADE DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DO POLO COSTA DAS DUNAS  
- 2006-2018**

<b>ANO</b>	<b>0 EMPREGADO</b>	<b>DE 1 A 4</b>	<b>DE 5 A 9</b>	<b>DE 10 A 19</b>	<b>DE 20 A 49</b>	<b>DE 50 A 99</b>	<b>DE 100 A 249</b>	<b>DE 250 A 499</b>	<b>DE 500 A 999</b>	<b>1000 OU MAIS</b>
<b>2018</b>	2.408	1.708	616	407	232	44	35	10	2	-
<b>2017</b>	2.576	1.718	625	431	225	51	34	9	2	-
<b>2016</b>	2.518	1.663	703	393	230	55	34	8	2	-
<b>2015</b>	2.513	1.695	688	418	246	52	31	8	3	-
<b>2014</b>	2.470	1.547	659	391	248	56	31	7	2	-
<b>2013</b>	2.511	1.479	601	381	237	48	27	11	1	1
<b>2012</b>	2.265	1.381	596	331	245	54	27	6	2	1
<b>2011</b>	2.381	1.255	545	322	252	47	23	5	2	1
<b>2010</b>	2.176	1.107	505	302	243	39	27	5	2	1
<b>2009</b>	2.243	1.031	478	293	210	37	22	5	1	1
<b>2008</b>	2.205	998	445	285	193	34	22	6	1	1
<b>2007</b>	2.087	961	455	265	185	40	20	7	1	1
<b>2006</b>	2.085	952	410	247	179	41	16	7	2	-
<b>TOTAL</b>	<b>30.438</b>	<b>17.495</b>	<b>7.326</b>	<b>4.466</b>	<b>2.925</b>	<b>598</b>	<b>349</b>	<b>94</b>	<b>23</b>	<b>7</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

**NÚMERO DE EMPRESAS TURÍSTICAS POR QUANTIDADE DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DO LITORAL NORTE – 2006-2018**

<b>ANO</b>	<b>0 EMPREGADO</b>	<b>DE 1 A 4</b>	<b>DE 5 A 9</b>	<b>DE 10 A 19</b>	<b>DE 20 A 49</b>	<b>DE 50 A 99</b>	<b>DE 100 A 249</b>	<b>DE 250 A 499</b>	<b>DE 500 A 999</b>	<b>1000 OU MAIS</b>
2018	188	131	38	10	12	2	-	1	-	-
2017	184	131	34	10	12	3	-	-	-	-
2016	161	129	31	11	11	3	-	-	-	-
2015	181	126	29	12	13	2	-	-	-	-
2014	171	91	26	14	11	2	-	-	-	-
2013	184	77	26	10	9	3	-	-	-	-
2012	147	70	18	12	7	4	-	-	-	-
2011	142	61	19	11	8	2	-	-	-	-
2010	110	53	10	8	6	2	1	-	-	-
2009	130	43	13	8	6	1	-	-	-	-
2008	125	45	12	6	9	1	-	-	-	-
2007	126	37	16	8	7	1	-	-	-	-
2006	114	32	8	15	7	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.963</b>	<b>1.026</b>	<b>280</b>	<b>135</b>	<b>118</b>	<b>26</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

**NÚMERO DE EMPRESAS TURÍSTICAS POR CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO DO RIO GRANDE DO NORTE, DO POLO COSTA DAS DUNAS E DO LITORAL NORTE – 2006-2018**

ANO	RIO GRANDE DO NORTE			POLO COSTA DAS DUNAS			LITORAL NORTE		
	Inferior	Superior Marginal	Superior	Inferior	Superior Marginal	Superior	Inferior	Superior Marginal	Superior
2018	6.606	1.645	101	4.116	1.255	91	319	60	3
2017	6.832	1.663	107	4.294	1.281	96	315	56	3
2016	6.678	1.713	112	4.181	1.326	99	290	53	3
2015	6.759	1.788	108	4.208	1.352	94	307	54	2
2014	6.429	1.749	110	4.017	1.298	96	262	51	2
2013	6.381	1.618	105	3.990	1.219	88	261	45	3
2012	5.857	1.543	111	3.646	1.172	90	217	37	4
2011	5.732	1.475	97	3.636	1.119	78	203	38	2
2010	5.180	1.349	94	3.283	1.050	74	163	24	3
2009	4.983	1.244	82	3.274	981	66	173	27	1
2008	4.795	1.164	79	3.203	923	64	170	27	1
2007	4.502	1.130	79	3.048	905	69	163	31	1
2006	4.379	1.021	78	3.037	836	66	146	30	-
<b>TOTAL</b>	<b>75.113</b>	<b>19.102</b>	<b>1.263</b>	<b>47.933</b>	<b>14.717</b>	<b>1.071</b>	<b>2.989</b>	<b>533</b>	<b>28</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

## APÊNDICE E – CÁLCULOS DO ÍNDICE DO TERRITÓRIO USADO PELO TURISMO DO LITORAL NORTE POR MUNICÍPIO

### CÁLCULO DAS EMPRESAS TURÍSTICAS – epsT - 2017

Município	Variáveis							Resultados			
	tt	ta	av	aca	ae	alt	alj	Hab.	Etapa 1	Balanceamento	Etapa 2
Pedra Grande	0	0	0	0	1	5	0	3.356	1,1	0,33	14,64
São Miguel do Gostoso	6	0	2	0	4	34	45	9.606	21,5	2,24*	100,00
Touros	7	1	2	0	2	23	14	34.043	10,0	0,29	13,12
Rio do Fogo	0	3	1	0	0	4	6	10.901	3,0	0,28	12,30
Maxaranguape	2	5	4	0	5	13	8	12.223	6,6	0,54	24,13
Ceará-Mirim	23	1	4	1	15	8	55	73.849	17,8	0,24	10,77
Extremoz	15	2	5	0	11	26	11	28.331	11,8	0,42	18,61

tt - Transportes Terrestres; ta - Transportes aéreos; av - Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Serviços de Reservas; aca - Atividades Ligadas ao Patrimônio Cultural e Ambiental; ae - Atividades Esportivas e de Recreação e Lazer; alt – alimentação; alj – alojamento.

\*Valor de referência das empresas turísticas (vreprsT).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

### CÁLCULO DOS EMPREGOS TURÍSTICOS – epgT - 2017

Município	Variáveis							Resultados			
	vtt	vta	vav	vvaca	vae	valt	valj	Hab.	Etapa 1	Balanceamento	Etapa 2
Pedra Grande	0	0	0	0	0	22	0	3.356	4,4	1,31	13,50
São Miguel do Gostoso	2	0	0	0	2	69	264	9.606	93,4	9,72*	100,00
Touros	8	0	0	0	0	58	151	34.043	57,7	1,69	17,40
Rio do Fogo	0	0	3	0	0	13	35	10.901	13,4	1,23	12,60
Maxaranguape	1	68	19	0	92	97	55	12.223	53,9	4,41	45,40
Ceará-Mirim	74	0	8	62	105	201	17	73.849	70,2	0,95	9,80
Extremoz	18	3	2	0	99	138	22	28.331	46,4	1,64	16,80

vtt – Vínculos em Transportes Terrestres; vta - Vínculos em Transportes aéreos; vav - Vínculos em Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Serviços de Reservas; vaca - Vínculos em Atividades Ligadas ao Patrimônio Cultural e Ambiental; vae - Vínculos em Atividades Esportivas e de Recreação e Lazer; valt – Vínculos em alimentação; alj – alojamento.

\*Valor de referência dos empregos turísticos (vrepgrT).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Ministério do Trabalho (2020).

### CÁLCULO DO CONTRATO DE REPASSES – cr - 2017

Município	Etapa 1	Hab.	Balanceamento	Etapa 2
Pedra Grande	R\$ 1.696.500,00	3.356	R\$ 505.512,51*	100,00
São Miguel do Gostoso	R\$ 3.829.522,60	9.606	R\$ 398.659,44	78,86
Touros	R\$ 409.500,00	34.043	R\$ 12.028,90	2,38
Rio do Fogo	R\$ 126.000,00	10.901	R\$ 11.558,57	53,05
Maxaranguape	R\$ 5.882.759,20	12.223	R\$ 481.286,03	15,49
Ceará-Mirim	R\$ 5.784.500,00	73.849	R\$ 78.328,75	2,38
Extremoz	R\$ 7.598.304,80	28.331	R\$ 268.197,55	2,29

\*Valor de referência dos contratos de repasses (vr-cr).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2018)

### CÁLCULO DA DEMANDA TURÍSTICA – dt - 2017

Município	Etapa 1	Hab.	Balanceamento	Etapa 2
Pedra Grande	0	3.356	0	0
São Miguel do Gostoso	3.013,67	9.606	313,73	99,50
Touros	10.734,00	34.043	315,31*	100,00
Rio do Fogo	1.605,33	10.901	147,26	46,71
Maxaranguape	3.406,00	12.223	278,65	88,38
Ceará-Mirim	11.952,67	73.849	161,85	51,33
Extremoz	8.859,33	28.331	312,71	99,18

\*Valor de referência da demanda turística (vr-dt).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Brasil (2019)

## APÊNDICE F - ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO CIRCUITO INFERIOR DO TURISMO POR GRUPO DO LITORAL NORTE.

### ATIVIDADES DO GRUPO DE ALIMENTAÇÃO DO CIRCUITO INFERIOR DO TURISMO NO LITORAL NORTE



Vendedores de alimentos para os trabalhadores do turismo nas Dunas de Jenipabu, com vista para a Praia de Jenipabu, Extremoz - 2019



Vendedores de alimentos nas Dunas de Jenipabu, com vista para a Lagoa de Jenipabu, Extremoz - 2019



Barracas com serviços de restaurante na Praia de Tourinho, São Miguel do Gostoso - 2019



Quiosque de bebidas na Praia de Jenipabu, Extremoz - 2019



Barracas com serviços de restaurante na Lagoa de Jacumã, Ceará-Mirim - 2019



Barracas com serviços espetinho nas dunas da Lagoa de Jacumã, Ceará-Mirim - 2019

**FONTE:** Acervo do autor, 2019.

## ATIVIDADES DO GRUPO DE ROUPARIA DO CIRCUITO INFERIOR DO TURISMO NO LITORAL NORTE



Vendedores de óculos de sol nas Dunas de Jenipabu, com vista para a Lagoa de Jenipabu, Extremoz - 2019



Barracas de roupa moda praia nas Dunas de Jenipabu, com vista para a Praia de Jenipabu, Extremoz - 2019



Quiosque de moda praia na Lagoa de Pitangui, Extremoz - 2019



Lojas de roupa moda praia na Praia de Jenipabu, Extremoz - 2019

**FONTE:** Acervo do autor, 2019.

## ATIVIDADES DO GRUPO DE PASSEIO E LAZER DO CIRCUITO INFERIOR DO TURISMO NO LITORAL NORTE



Passeio de Jegue nas Dunas de Jenipabu, com vista para a Lagoa de Jenipabu, Extremoz - 2019



Ponto de descida do skibunda nas Dunas de Jenipabu, com vista para a Praia de Santa Rita, Extremoz - 2019



Ponto de descida do aerobunda na Lagoa de Jacumã, Ceará-Mirim - 2019



Ponto de subida do aerobunda na Lagoa de Pitangui, Extremoz - 2019

**FONTE:** Acervo do autor, 2019.

## ATIVIDADES DO GRUPO DE SOUVENIR DO CIRCUITO INFERIOR DO TURISMO NO LITORAL NORTE



Serviço de Fotografia nas Dunas de Jenipabu, com vista para a Lagoa de Jenipabu, Extremoz - 2019



Tenda caracterização árabe nas Dunas de Jenipabu, com vista para a Praia Jenipabu, Extremoz - 2019



Loja de Artesanato na Praia Jenipabu, Extremoz - 2019



Barraca de crochê e renda na Lagoa de Jacumã, Ceará-Mirim - 2019

**FONTE:** Acervo do autor, 2019.

**APÊNDICE G – ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO CIRCUITO SUPERIOR DO TURISMO POR GRUPO DO LITORAL NORTE**

**CIRCUITO SUPERIOR MARGINAL – GRUPO ALIMENTAÇÃO  
BAR DA LAGOA, LAGOA DE PITANGUI, EXTREMOZ-RN - 2019**



**FONTE:** Acervo do autor, 2019.

**CIRCUITO SUPERIOR MARGINAL – GRUPO PASSEIO E LAZER  
AQUÁRIO NATAL, PRAIA DE REDINHA NOVA, EXTREMOZ-RN - 2019**



**FONTE:** Acervo do autor, 2019.

**MA-NOA PARK E ALGUEL DE QUADRICICLOS, PRAIA DE MARACAJAÚ,  
MAXARANGUAPE-RN – 2019**



**FONTE:** Acervo do autor, 2019.

**DROMEDUNAS, DUNAS DE JENIPABU, EXTREMOZ-RN – 2019**

**FONTE:** Acervo do autor, 2019.